



**Cláudia Sofia São           Planeamento do Sector do Turismo em Centros**  
**Marcos Miranda Beato   Urbanos**



**Cláudia Sofia São                      Planeamento do Sector do Turismo em Centros**  
**Marcos Miranda Beato            Urbanos**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Manuel Martins Costa, Professor Associado do Departamento de Engenharia e Gestão Industrial da Universidade de Aveiro e co-orientado pelo Doutor Luís Manuel Ferreira Gomes, Professor Associado do Departamento de Engenharia Civil da Universidade da Beira Interior

Dedico este trabalho a Joaquim, Mário e a Marcos Beato.

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor Sushil Kumar Mendiratta**  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Artur da Rosa Pires**  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor José Gomes Mendes**  
Professor Catedrático da Universidade do Minho

**Prof. Doutor Carlos Manuel Costa**  
Professor Associado da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Luís Ferreira Gomes**  
Professor Associado da Universidade da Beira Interior

**Prof. Doutor Michael Mathias**  
Professor Auxiliar da Universidade da Beira Interior

**Prof. Doutora Elisabeth Kastenholz**  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Ao meu orientador, o Professor Carlos Manuel Martins Costa, o meu maior agradecimento por todo o empenho demonstrado, por toda a compreensão e paciência durante esta jornada, sem os quais não teria sido possível a concretização deste trabalho.

Uma palavra de apreço e de agradecimento ao meu co-orientador, o Professor Luis Manuel Ferreira Gomes cuja tenacidade e amizade foram indispensáveis possibilitaram um ambiente favorável à conclusão deste trabalho.

Para os dois, o meu muito obrigada, por toda a compreensão e empenho e amizade durante todo este trabalho, a quem estarei eternamente grata, e sem os quais este trabalho não seria possível.

O meu agradecimento a todos os técnicos que amavelmente me prestaram diversos esclarecimentos e me forneceram dados, nomeadamente aos técnicos da Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano pela sua amabilidade e cuidado durante o largo período que permaneci em Lisboa.

A minha eterna amizade para com todos os meus amigos que me acompanharam nesta jornada e que sempre me apoiaram com sugestões e palavras de incentivo, nomeadamente a Beatriz, o João, o Júlio, o Luís Miguel, a Carla, a Manuela, a Ana Clara, a Margarida, o Hugo, a Elsa, Nuno.

Aos meus colegas da Covilhã, nomeadamente à Bertha e ao Jorge, o meu muito obrigada por todo o apoio e palavras de incentivo durante este trabalho.

Para a D<sup>a</sup> São e para a D<sup>a</sup> Francisca, o meu agradecimento por todo o apoio, por todo o carinho que tiveram por mim.

Uma palavra especial para a minha mãe que me acompanhou nesta jornada tão difícil depois da morte de muitos dos nossos entes mais queridos.

Uma palavra ainda de apreço e de agradecimento à Doutora Rosa Maria e ao Doutor Castro Monteiro que estiveram sempre presentes nos momentos mais difíceis destes últimos anos e que com os seus cuidados muito contribuíram para a conclusão deste trabalho.

A todos pois que me ampararam e escudaram neste período, o meu eterno carinho e os votos de que sempre estejamos presentes para nos ajudarmos mutuamente por muitos e longos anos.

**palavras-chave**

Turismo, planeamento, planeamento e turismo, cidades, sector do turismo, instrumentos de gestão municipal.

**resumo**

No presente trabalho depois de apresentados os objectivos e a importância dos mesmos, dedica-se com grande desenvolvimento ao estado da arte da temática do turismo e em particular do turismo urbano. No seguimento apresenta-se a metodologia do mesmo, nomeadamente o processo de investigação, para numa fase seguinte se explanarem os resultados.

Destes salienta-se que num primeiro momento é apresentada a caracterização da região centro sobre a qual se debruçou este trabalho, para numa fase seguinte se efectuar a análise e caracterização dos elementos disponíveis e assim consequentemente se propor um modelo de optimização de um conjunto de variáveis envolvidas no turismo.

Por fim, apresentam-se as principais conclusões, nomeadamente de que os instrumentos de gestão municipal não se debruçaram com a devida atenção ao sector do turismo, para numa fase final se tecerem algumas recomendações sobre temas a investigar no futuro, no seguimento da presente dissertação.

**keywords**

Tourism, planning, planning and tourism, urban centres, tourism instruments for municipal planning

**abstract**

The present work, after the goals and their importance have been introduced, deals extensively with the state of the art of the theme of tourism, particularly of urban tourism. Following this, one presents the methodology used, namely the process of research, and in the next phase the results are explained.

Of the latter, it stands out that firstly, one presents the characterization of the tourism region of the centre of Portugal, with which this work is mainly concerned, and secondly, one analyses and characterizes the available data and thus proposes a model for the optimization of a cluster of variables involved in tourism.

Finally, one presents the main conclusions, namely that the instruments used for municipal management have not given the necessary attention to the tourism sector, and lastly one leaves some recommendations about themes to be investigated in future research that might be done in keeping with the subject of the present thesis.





# Índice de conteúdos

1.	Introdução .....	1
1.1	Objectivos.....	1
1.2	Importância do estudo .....	2
2	Estado da Arte .....	6
2.1	Introdução.....	6
2.2	Definição de turismo .....	6
2.3	Distinção entre visitante e turista .....	8
2.3.1	Turistas segundo a duração da estadia .....	9
2.3.2	Turistas segundo a sua origem espacial .....	10
2.3.3	Turistas segundo o motivo principal da viagem .....	10
2.4	Turismo entendido como um sistema.....	13
2.5	Recurso turístico/Produto turístico .....	15
2.6	Conta satélite do Turismo.....	27
2.7	Evolução do Turismo .....	30
2.7.1	Introdução .....	30
2.7.2	Evolução e continuidade do turismo .....	34
2.7.3	Turismo em Portugal.....	43
2.8	O planeamento do turismo urbano .....	80
2.8.1	Evolução do planeamento Urbano .....	80
2.8.2	Planeamento do turismo urbano.....	92
2.8.3	Importância do planeamento do turismo urbano.....	108
2.8.4	Planeamento do turismo urbano em Portugal .....	120
2.9	Conclusão .....	125
3	Metodologia .....	130
3.1	Introdução.....	130
3.2	A investigação .....	131
3.3	Processo de investigação .....	134

4	Análise de dados .....	142
4.1	Introdução.....	142
4.2	Caracterização da Região Centro .....	142
i)	Sistema urbano e modelo de povoamento.....	145
ii)	Potencial Humano .....	146
iii)	Caracterização Económica .....	149
iv)	Património histórico e arquitectónico e identidade cultural.....	150
4.3	Apresentação e análise do universo em estudo .....	163
4.4	Modelo de optimização de variáveis envolvidas no turismo .....	167
4.4.1	Nota explicativa .....	167
4.4.2	Modelo de optimização de variáveis envolvidas no turismo .....	169
4.5	Análises complementares .....	173
4.6	Notas finais.....	185
<a href="#"><u>5 metodologia de planeamento do turismo para plano</u></a>		
5	Conclusão/Recomendações.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
6	Bibliografia .....	214
7	Anexos .....	250
7.1	Anexo I Tabela de dados e Testes Estatísticos.....	250
7.2	Anexo II Fichas dos Planos .....	317
7.3	Anexo III Inquérito.....	322
7.4	Anexo IV Tabelas de caracterização da Região Centro. ....	329

# Índice de Figuras

Figura 2.1 – Síntese da classificação dos visitantes/turistas (adaptado de Law, 2002 e Chadwick, 1987).	1
Figura 2.2 – O turismo como um sistema segundo Leiper (1990, 2004).	1
Figura 2.3 – Distribuição dos Campos de Golfe pelo Território Nacional (a), e taxa de Ocupação (b), (a partir de DGT, 2004).	20
Figura 2.4 – Repartição dos custos por áreas de actividade por região em 2003 (a partir de DGT, 2004).	20
Figura 2.5 – Localização em Portugal das estâncias termais em 2005 (a partir de DGT, 2006).	23
Figura 2.6 – Variação do número de inscritos em centros termais 1997-2005 (a partir de DGT, 2006).	23
Figura 2.7 – Evolução das receitas das estâncias termais entre 1997-2005 (a partir de DGT, 2006)	24
Figura 2.8 – Procura das estâncias termais por motivação por região e a nível nacional em 2004 e 2005 (a partir de DGT, 2006).	25
Figura 2.9 – Distribuição das dormidas de turistas estrangeiros nos estabelecimentos termais por país de origem (a partir de DGT, 2006).	25
Figura 2.10 – Total de chegadas Internacionais a nível mundial entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2007a).	31
Figura 2.11 – Receitas em de €, a nível mundial do turismo entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2007a).	31
Figura 2.12 – Total de chegadas Internacionais em Portugal entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2006).	51
Figura 2.13 – Variação no Mundo (a), e em Portugal (b), do número de turistas entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2006).	52
Figura 2.14 – Receitas do Turismo em Portugal entre 1998 e 2005 em mil milhões de € (a partir de OMT, 2006).	52
Figura 2.15 – Variação no Mundo (a), e em Portugal (b), das receitas do turismo entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2006).	53
Figura 2.16 – Evolução do total de Hóspedes (a), e de dormidas (b), nos Estabelecimentos Hoteleiros em Portugal 1993 – 2005 (a partir de INE, 2006).	55
Figura 2.17 – Variação percentual em Portugal do número de hóspedes (a), e de dormidas (b), entre 1993 e 2005 (a partir de INE, 2006).	56
Figura 2.18 – Total de hóspedes (a), e dormidas (b), em estabelecimentos hoteleiros em Portugal entre 2002 e 2005 por NUT'S II, em % (a partir de INE, 2006).	57

Figura 2.19 – Evolução do número de hóspedes (a), e das dormidas (b), entre 2002 e 2005 em valor absoluto, por NUT'S II (a partir de INE, 2006).	58
Figura 2.20 – Hóspedes (a), e dormidas (b), por estabelecimentos hoteleiros por NUT'S II em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).	59
Figura 2.21 – Hóspedes (a), e dormidas (b), em estabelecimentos hoteleiros, segundo o País de Residência Habitual por NUT'S II entre 2002 e 2005 em percentagem (a partir de INE, 2006).	60
Figura 2.22 – Distribuição dos hóspedes e das dormidas de estrangeiros, por países de origem (a partir de INE, 2006).	61
Figura 2.23 – Evolução do número de estabelecimentos hoteleiros (a), da sua capacidade (b), e dos proveitos (c), por aposento em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).	62
Figura 2.24 – Evolução em valor absoluto do número de estabelecimentos hoteleiros (a), e por tipo de estabelecimentos hoteleiros (b), em Portugal entre 2002 e 2005 por NUT'S II (a partir de INE, 2006)	63
Figura 2.25 – Evolução global da capacidade de alojamento (a), por NUT'S II em Portugal (b) e por tipo de estabelecimentos hoteleiros (c), entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).	64
Figura 2.26 – Evolução dos proveitos geral (a), e por tipo de estabelecimento hoteleiro (b), por NUT'S II em Portugal 2002 -2005 (a partir de INE, 2006).	65
Figura 2.28 – Variação percentual em Portugal do número de campistas (a), e de dormidas (b), entre 1999-2005 (a partir de INE/DGT, 2006).	66
Figura 2.29 – Variação dos campistas (a), e das dormidas (b), por NUT'S II entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).	67
Figura 2.30 – Evolução da capacidade (a) e do pessoal ao serviço (b) entre 2002-05 (a partir de INE, 2006).	68
Figura 2.31 – Campistas (a) e dormidas (b) segundo o país de residência habitual, por NUT'S II entre 2002 e 2005 em percentagem (a partir de INE, 2006)	69
Figura 2.32 – Distribuição dos campistas (a) e das dormidas (b) em 2005 pelos principais países de origem, em percentagem (a partir de INE, 2006)	70
Figura 2.33 – Evolução do número de parques de campismo (a), respectiva área (b) e capacidade de alojamento (c), entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).	70
Figura 2.34 – Evolução do número de parques de campismo (a) e respectiva área (b), por NUT'S II entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).	71
Figura 2.35 – Evolução da capacidade de alojamento dos parques de campismo por NUT'S II entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).	71
Figura 2.36 – Evolução do total de dormidas nos estabelecimentos de turismo em espaço rural entre 1995 e 2005 (a partir de INE e DGT, 2006).	72

Figura 2.37 – Distribuição das dormidas em 2005 nos estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural segundo os principais países de origem (%) (a partir de DGT, 2006).	72
Figura 2.38 – Variação percentual em Portugal do número de dormidas entre 1993 e 2005 nos estabelecimentos de turismo em espaço rural (a partir de INE e DGT, 2006).	73
Figura 2.39 – Total de dormidas em estabelecimentos de turismo em espaço rural em Portugal entre 2002 e 2005 por NUT'S II, em percentagem (a partir de INE e DGT, 2006).	73
Figura 2.40 – Evolução dos estabelecimentos de TER em valor absoluto (a), por categoria (b), por NUT'S II em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de DGT, 2006).	74
Figura 2.41 – Evolução do número de dormidas entre 2002 e 2005 em valor absoluto (a) por NUT'S II nos diferentes estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (b)(a partir de DGT, 2006).	74
Figura 2.42 – Evolução da capacidade dos estabelecimentos em valor absoluto (a) por categoria de estabelecimento por NUT'S II (b), em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de DGT, 2006).	75
Figura 2.43 – Evolução das dormidas em estabelecimentos de turismo em espaço rural segundo o país de residência habitual por NUT'S II entre 2002 e 2005 (a partir de DGT, 2006)	76
Figura 2.45 – Distribuição dos portugueses que fizeram férias em 2004 (a), e 2005 (b), pelo território nacional (a partir de DGT, 2006).	77
Figura 2.46 – Distribuição das férias dos Portugueses em 2005 por ambiente escolhido (a partir de DGT, 2006).	78
Figura 2.47 – Destinos dos Portugueses que fizeram férias no estrangeiro em 2004 (a), e 2005 (b) em % (INE, 2006).	79
Figura 2.49 – Produto Turístico (NZ, 2002).	114
Figura 2.50 – Potenciais benefícios para as comunidades locais do desenvolvimento do Turismo (NZ, 2002).	115
Figura 2.51 – Potenciais impactos negativos do turismo a nível local (NZ, 2002).	1
Figura 3.1 – Estrutura Geral da Investigação.	141
Figura 4.1 – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUT) – nível III (CCDRC, 2006)	143
Figura 4.2 - Áreas protegidas - Biótipos Corine (CCDRC, 2006)	144
Figura 4.3 - Rede Viária da Região Centro em 2001 (CCDRC, 2006)	145
Figura 4.4 - Aglomerados Urbanos (CCDRC, 2006).	146
Figura 4.5 - Densidade populacional por Concelhos em 2005, Hab/ km <sup>2</sup> (a partir de INE, 2006).	147
Figura 4.6 – Regiões de Turismo da NUT's II – Centro (a partir de CCDRC, 2006).	151
Figura 4.7 – Distribuição dos Estabelecimentos Hoteleiros da região Centro por NUT's III em 2005 (a partir de INE, 2006).	153

Figura 4.8 – Distribuição de hóspedes e de dormidas na Região Centro em 2005 pelos principais países de origem (a partir de INE, 2006).	154
Figura 4.9 – Distribuição dos estabelecimentos de turismo em espaço rural por NUT's II em 2005 (a partir de INE, 2006).	155
Figura 4.10 – Dormidas em Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural segundo o país de residência por NUT's II em 2005 (a partir de INE, 2006).	157
Figura 4.11 – Distribuição dos parques de campismo por NUT's II em 2005 (a partir de DGT e INE, 2006).	157
Figura 4.13- Aquistas por região no ano de 2005 em % (a partir de DGGE, 2006).	160
Figura 4.14 – Distribuição das receitas por região em 2005 (a partir de DGGE, 2006).	161
Figura 4.15 - Número médio de voltas na Região Centro, segundo o país de residência habitual em 2003 (a partir da DGT, 2006).	161
Figura 4.16 – Distribuição geográfica dos PDM's por equipa e sub-região NUT's II.	166
Figura 4.18 – Variação da importância atribuída ao turismo em cada PDM por localização: litoral (n = 11), interior (n = 61) e raia (n = 6), mostrando a média, quartis e amplitude (pontos e asteriscos são 'outliers'). Os PDM's do litoral atribuem significativamente mais importância ao turismo do que os do interior e da raia, não existindo diferenças significativas entre estes últimos (teste de Mann-Whitney: litoral vs. Interior – U = 163; P = 0.002; litoral vs raia - U = 13,5; P = 0.041; interior vs raia - U = 178; P = 0.88).	171
Figura 4.20 – Importância do Tamanho da população e da localização (Litoral, Centro, Raia), na importância atribuída ao tratamento do sector do turismo (Regressão logística: Logaritmo de LiKelihood do modelo = -51,5; P = 0.019; Graus de Liberdade = 1).	172
Figura 4.21 – Concelhos cujos Planos atribuíram alguma importância ao turismo nos estudos prévios (caracterização).	173
Figura 4.23 – Representação espacial da importância atribuída ao turismo nos estudos prévios.	175
Figura 4.24 – Distribuição espacial dos Concelhos que mais propostas apresentam para o Turismo.	175
Figura 4.27 – Soma agregada dos objectivos relacionados com o turismo nos 78 Planos.	176
Figura 4.24 – Concelhos em que o PDM apresentou objectivos a serem alcançados na área do Turismo.	177
Figura 4.25 – Objectivos a alcançar pelos planos encontrados mais mencionados).	178
Figura 4.26 – Distribuição espacial dos objectivos mais comuns relacionados com o turismo a serem alcançados nos PDM's.	179
Figura 4.27 – Proporção das propostas de políticas e acções para o turismo nos PDM's.	180
Figura 4.28 – Distribuição geográfica das principais políticas e acções propostas para a região.	181

Figura 4.29 – Principais tipos de turismo propostos.	181
Figura 4.30 – Distribuição espacial dos Tipos de Turismo propostos para a Região.	183
Figura 4.31 – Quadros síntese de alguns parâmetros detectados no âmbito da aplicação do método de Simpson (2001).	184





# Índice de Tabelas

Tabela 2.1 – Factores que motivaram as viagens a partir da década de 50 segundo Foster (1992). .	11
Tabela 2. 2 – Inventário genérico das principais atracções turísticas a partir de Weaver e Lawton (2006). .....	15
Tabela 2.3 – Tipologia das principais actividades de montanha baseado em Page, (2002). .....	18
Tabela 2.4 – Actividades e produto característicos inseridos na Conta Satélite de Turismo (INE, 2005). .....	29
Tabela 2.6 População que passou fins-de-semana fora da sua residência habitual (DGT, 2006). ....	78
Tabela 2.7 – Diferenças principais entre Modernidade e Pós-modernidade, em Mansfeld (1999)...	98
Tabela 2.8 – Factores que “puxam” os turistas para a viagem (fonte: Jansen-Verbeke e Lievois (1999)). .....	104
Tabela 2.9 Elementos primários e secundários que atraem o turismo para as cidades segundo (Jansen-Verbeke 1986, transformado por Page 1995). .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Tabela 2.10 - Instrumento de avaliação do processo de planeamento do turismo. ....	118
Tabela 4.1 – Densidade populacional por NUT’S III em 2005 (INE, 2006). .....	147
Tabela 4.2 – Estabelecimentos e capacidade de alojamento por NUT’s III em 2005 (INE, 2006). .	152
Tabela 4.3 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por NUT’s III em 2005 (INE, 2006). .....	153
Tabela 4.4 – Hospedes nos estabelecimentos hoteleiros por NUT’s III, segundo o país de residência habitual, 2005. ....	155
Tabela 4.5 – Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento no turismo em espaço rural por NUT’s II em 2005 (INE, 2006). .....	156
Tabela 4.6 – Distribuição das dormidas nos Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural por categoria por NUT’s II. ....	156
Tabela 4.7 – Parques de Campismo, área, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por NUT’s II em 2005 (DGT, .....	158
Tabela 4.8 – Movimento e dormidas de campistas NUT’sII (DGT, 2006; INE, 2006) .....	158
Tabela 4.9 – Permanência média (em dias) dos campistas em 2005 (DGT, 2006). .....	159
Tabela 4.10 – Grau de importância atribuído ao estudo do sector tendo em atenção as características do seu estudo nos Estudos Prévios. ....	168



# *Capítulo I*

## **Introdução**

### **1.1 Objectivos**

Da revisão da literatura ficou evidente que o turismo se assume como um fenómeno importante para as cidades, cada vez mais complexo, que requer um planeamento cuidadoso, se as cidades procuram a sustentabilidade, sem perderem a sua competitividade no mercado global.

As modificações operadas nas sociedades ocidentais dos anos oitenta, em termos políticos e económicos, tiveram fortes repercussões nas políticas e no planeamento a nível local.

O recuo do peso do Estado e o assumir por parte dos governos recentes, com uma postura liberal onde a primazia das leis de mercado conduziu num primeiro momento à perda de importância do sistema de planeamento, com o seu quase desmantelamento por exemplo na Grã-Bretanha, onde foi visto como um obstáculo ao bom funcionamento do mercado para, num segundo momento, ver a sua importância reforçada, fruto sobretudo do assumir da importância das questões ambientais no léxico político.

Contudo, o planeamento e os planos sofrem uma mudança profunda durante todo este processo, passando da esfera eminentemente reguladora para a da negociação, onde através do debate entre os diferentes actores o processo de planeamento é construído. O planeamento do turismo surge recentemente como uma área de intervenção e estudo do planeamento urbano e regional, acompanhando assim as mudanças ocorridas nas últimas décadas.

A nível local, nos centros urbanos, à medida que os embates das modificações políticas e económicas se fazem sentir, o turismo é em muitos casos a aposta para minimizar as consequências dessas transformações e o planeamento do turismo vai afirmando assim a sua importância a nível local, ganhando novas ferramentas de trabalho, com vários países a estabelecerem códigos e critérios a conterem no seu processo de elaboração.

Contudo, durante a pesquisa bibliográfica detectou-se uma quase ausência do tratamento dado ao turismo a nível local, desconhecendo-se a realidade portuguesa, pelo que, tendo em consideração o atrás mencionado, o objectivo geral desta tese consistiu em verificar o modo como o sistema de planeamento do turismo a nível local se encontra estruturado.

Assim, para responder ao objectivo geral, e tendo em atenção os aspectos da metodologia a apresentar, e com base na bibliografia, formalizaram-se os seguintes objectivos específicos:

- i. verificar a existência a nível local de uma forma de organização padrão do planeamento do turismo;
- ii. averiguar se as características dos produtos turísticos existentes têm influência sobre o sistema de planeamento a nível local;
- iii. apurar se é necessária uma massa crítica para que o turismo ocorra;
- iv. verificar se a sustentabilidade foi uma preocupação na elaboração do plano.

Procurando atingir os objectivos pretendidos, delineou-se uma estratégia de acção: estabeleceu-se uma área estudo, neste caso todos os municípios pertencentes à “Região Centro” viram os seus Planos Directores Municipais estudados no que ao turismo concerne.

Pretendeu-se assim saber como nestas figuras de planeamento o sector tinha sido abordado e como tinha sido conduzido o seu planeamento.

Numa primeira fase, caracterizou-se a região estudada em todas as suas vertentes para solidificar a noção empírica de que a região apresentava formas de desenvolvimento e exploração do sector muito diferentes, mas que possuía potencialidades únicas e diversificadas de aproveitamento para o sector.

Posteriormente foram então analisados todos os dados recolhidos sobre o turismo, nos planos dos concelhos da região. Nesta análise procurou-se utilizar critérios quantitativos (métodos estatísticos, nomeadamente), em como métodos qualitativos (análises espaciais, entrevistas, método de Simpson, entre outros), de forma a saber o modo e o porquê do tratamento dado ao sector.

Tendo-se constatado que de forma genérica, o turismo não foi abordado nos estudos conducentes à elaboração dos planos, uma metodologia foi proposta para a abordagem do Turismo por parte dos planos.

## **1.2 Importância do estudo**

Atendendo à importância do turismo no contexto nacional, e ao facto de que é a nível local que os custos e os benefícios do turismo se fazem sentir, não é de todo surpreendente que os municípios

estejam sensibilizados para acolherem o sector nas suas diferentes vertentes, no âmbito de um planeamento integrado.

Num contexto de grandes modificações globais, que assinala a passagem das cidades industriais pós-modernas para um sistema globalizante, cuja circulação de informação e de capital é hoje feita a uma velocidade assustadora – cresce a população que vive em aglomerados urbanos - é cada vez mais necessário que o planeamento urbano integre o turismo, num planeamento sustentado, integrado, em que as populações nele se revêem.

Pretendeu-se elaborar um estudo numa área ainda muito pouco conhecida como é o planeamento do turismo em centros urbanos, mas cujo conhecimento se afigura de grande importância para os próximos anos, visto que, um pouco à imagem do que ocorre a nível internacional, se poderá tornar num dos produtos turísticos mais promissores, mas ao mesmo tempo um dos que requer maior cuidado e estudo, visto ser a cidade um sistema muito sensível e complexo, onde todas as variáveis interagem.

No caso particular da região que é analisada, o estudo desta problemática é tão ou mais importante, visto que se trata de uma área economicamente depreciada e onde o turismo é visto por muitos concelhos como a actividade económica mais capaz para reestruturar as suas bases económicas. Nesta região, as cidades, nomeadamente as de dimensão média, têm sido o suporte da política de inversão das tendências de envelhecimento e êxodo das populações, pelo que se afigura importante o seu estudo.

Neste contexto, é imperioso que o sector do turismo esteja previsto nos planos directores municipais, visto que dada a actual legislação em vigor é precisamente nos PDM's que se encontra a estratégia, a política, os compromissos, as regras e a vontade de um município face ao território.

Contudo, dos Planos Directores Municipais estudados, este sector não foi contemplado com estudos pormenorizados nestes documentos, embora em muitos deles apareça o seu fomento como proposta final para a revitalização do Concelho. Em geral, não foi feito qualquer inventário das características e das potencialidades endógenas de cada local, nem se estudou as apetências da procura, mas é proposto um conjunto de medidas e um conjunto de investimentos, alguns dos quais de grande vulto financeiro, como seja a construção de campos de golfe, um pouco por todo o território. Sem um inventário pormenorizado das capacidades de cada cidade é difícil encontrar as especificidades únicas de cada cidade e a partir daí propor iniciativas que potencie essa diferença.

Contudo, um sector que afecta fortemente toda a vida dos municípios e que se interliga com vários outros deveria ser contemplado pelas políticas locais de planeamento e deveria ser objecto de

estudos mais pormenorizados e de uma abordagem integrada possível nos vários instrumentos de planeamento, nomeadamente nos PDM's.

Mais ainda, seria de esperar que antes de qualquer medida, fossem estudadas as apetências e as capacidades endógenas de cada Concelho, de forma a diversificar a oferta do produto turístico e estudar as consequências desta actividade para o Concelho.

Não tendo conhecimento de nenhum trabalho que na área do turismo urbano que aborde a temática do seu planeamento, no âmbito da elaboração dos PDM's, este trabalho afigura-se de grande importância pois não só analisa o modo como o turismo foi abordado por estes instrumentos, como tenta encontrar causas para o modo como essa abordagem ocorreu nos planos, e como se fundamentaram tecnicamente as propostas encontradas, fazendo assim uma primeira avaliação ao modo como o turismo foi incluído nos planos.



# *Capítulo II*

## **Estado da Arte**

### **2.1 Introdução**

O termo turismo tem paulatinamente entrado no léxico corrente. A sua importância em termos económicos e a sua visibilidade à escala mundial tornam-no num fenómeno cada vez mais estudado.

Intuitivamente, é associado à imagem de indivíduos que viajam para fora da sua residência habitual por motivos de férias e de lazer, revelando-se para muitos, na forma de uma paisagem exótica, uma praia de areia branca onde por detrás de uma palmeira se vislumbra mar num retrato de cores brilhantes.

O turismo implica assim uma deslocação, para fora da residência habitual do viajante, uma viagem cujas características variam de acordo com o motivo, a duração da mesma, o local de alojamento, assumindo assim diferentes formas. Contudo, nem todas as viagens podem ser consideradas turísticas e, se em alguns casos, é relativamente simples associá-las ao turismo, noutros, como uma viagem para assistir a um espectáculo desportivo ou a um congresso, esta associação não é tão imediata.

Assim, neste capítulo vai-se explicitar numa primeira fase, uma série de conceitos que cabe clarificar, como sejam o que se entende por turismo, por turista, por produtos e recursos turísticos e por conta satélite de turismo, para posteriormente, se apresentar uma evolução histórica do turismo e da sua importância a nível mundial e a nível nacional, para por fim se apresentar o turismo enquadrado no planeamento urbano actual e na evolução a que este último tem sido sujeito.

### **2.2 Definição de turismo**

O turismo é um fenómeno humano amplamente difundido no espaço e de crescente importância na economia mundial. Como tal, tem sido objecto de um interesse cada vez maior por parte da sociedade, razão pela qual, e à medida que se foram identificando os seus impactos, definições mais



precisas de turismo e de viagens foram surgindo – baseadas sobretudo na distância, na duração da estadia, no propósito da viagem e nas despesas –, permitindo que actualmente se encare o turismo como um sistema.

Nas últimas décadas, com maior pesquisa e com as mudanças que ocorreram a nível global (políticas, sociais, económicas), novas dimensões do turismo foram sendo estudadas, e novas interpretações do fenómeno turístico foram surgindo.

Neste sentido, Mathieson e Wall (1982) definem turismo como sendo não só o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de residência e de trabalho, como ainda as actividades e as infra-estruturas criadas para satisfazer todas as suas necessidades durante a sua estadia.

Weaver e Lawton (2006: 3) acrescentam a esta definição novos assuntos, por forma a atribuírem um significado ainda mais abrangente ao turismo, encarado como:

“A soma dos processos, actividades, resultados, que advêm das interacções entre turistas, entre as organizações privadas, entre as organizações não governamentais e entre os governos que os acolhem, e os governos de origem, (incluindo-se nesta definição as universidades e demais níveis de ensino), e que lidam com a área do turismo no processo de atraírem, transportarem, acolherem e gerirem turistas e outros visitantes.”

Embora não haja uma definição única do que seja turismo aceite por todos os países, as Recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo, por forma a uniformizar os critérios e a permitir uma comparação das estatísticas dos diferentes países, definem-no como sendo o conjunto de "actividades que os indivíduos realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros."

Contudo esta definição não está isenta de controvérsia, sobretudo porque está fortemente dependente da definição de turista e esta pode variar bastante, nomeadamente: de país para país, onde por exemplo, nos Estados Unidos, os turistas são definidos como aqueles viajantes que se deslocam apenas por motivos de lazer; quanto à inclusão dos excursionistas na definição de turista, já que o visitante de um dia é muito importante para alguns destinos (centros urbanos, por exemplo); bem como à inclusão dos viajantes e das viagens por motivos de negócios quando estas são feitas em muitos casos no âmbito de uma actividade remunerada (Law, 2002; Page, 2003; Stynes, 2004; Weaver e Lawton 2006).

É assim importante saber que nem todo o visitante é um turista e que este último deve simultaneamente satisfazer certos critérios baseados na duração da estadia, na sua origem espacial e no principal motivo da sua viagem (Figura 2.1).

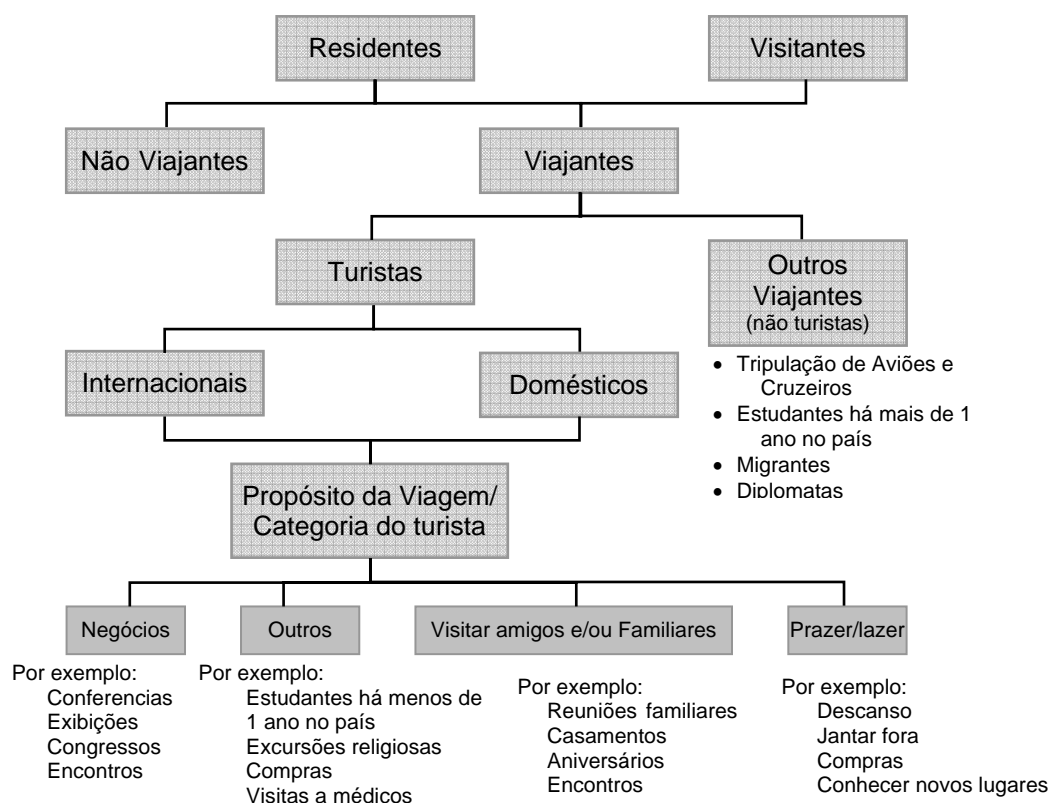


Figura 2.1 – Síntese da classificação dos visitantes/turistas, adaptado de Law, 2002 e Chadwick, 1987.

## 2.3 Distinção entre visitante e turista

Ao longo dos últimos tempos, tem sido feito um esforço por parte dos diferentes intervenientes na problemática do turismo para que os conceitos sejam normalizados e passíveis de comparação entre si.

Assim, já a em 1937 a Comissão Económica da Sociedade das Nações, com o objectivo de determinar critérios para a elaboração de estatísticas turísticas internacionais, adoptava a definição

de *Turista* como sendo toda a pessoa que viaja, por uma duração não inferior a 24 horas, para um país que não o do local da sua residência habitual.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, em 1963, é reconhecida a definição de *Visitante* como sendo aquela pessoa que se desloca a um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada. Actualmente a definição utilizada<sup>1</sup> de visitante, é a que o define como sendo aquele indivíduo que se desloca para um local situado fora do seu ambiente habitual de residência, durante um período inferior a doze meses consecutivos, e cujo motivo principal é outro que não o de exercer uma actividade remunerada no local visitado (ONU/OMT, 1993).

### 2.3.1 Turistas segundo a duração da estadia

Tendo em consideração o tempo de permanência no destino, é reconhecida igualmente a distinção entre “Turista”, visitante temporário que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento colectivo ou num alojamento privado no local visitado cujo motivo da viagem pode ser qualquer um desde que não vise a obtenção de lucro (pode por motivos de lazer - férias, saúde, estudo, religião, desportos, prazer -, negócio, razões familiares, missões e reuniões)<sup>2</sup>; ou o visitante que permanece menos de 24 horas e que não pernoita no local visitado, vulgo excursionista (ONU/OMT, 1993).

Aparentemente, a definição de turista que reúne um maior consenso a nível académico será a correspondente à definição de “visitante” adoptada pela OMT, entendida por vários autores (Law, 2002; Page, 2003; Selby, 2004; Weaver e Lawton, 2006), como sendo aquela que, ao englobar os excursionistas, colmata algumas lacunas da versão da OMT de *Turista*.

Assim, são incluídos nesta definição visitantes que não seriam considerados turistas pela definição da OMT, como os visitantes provenientes de cruzeiros e que passam menos de 24 horas num local, ou aqueles que se deslocam para fazerem compras, podendo até cruzar a fronteira com outro país, e que por vezes são de extrema importância nomeadamente pelo seu volume (com consequências por vezes menos boas como sejam a degradação ambiental e o congestionamento de tráfego), ou pelos dividendos que aportam às economias dos locais que visitam (Page, 2003); é o caso por exemplo do fluxo de turistas galegos que se desloca para as cidades próximas da fronteira norte do território

---

<sup>1</sup> Definição utilizada pelo INE.

<sup>2</sup> Nos Estados Unidos o termo turista diz respeito apenas àqueles que viajam por motivos de lazer (Law, 2002).

nacional (Caminha, Valença), com o intuito de fazer compras; ou de cidades que pelas suas características exercem uma forte atracção, como por exemplo Veneza, onde a forte presença de excursionistas pode ser de tal modo significativa (excedendo em número a dos visitantes que pernoitam), que contribui decisivamente para a perda da qualidade da experiência turística na cidade, e coloca inúmeros desafios à gestão da cidade, nomeadamente aos planeadores locais (van der Borg, 1999).

### **2.3.2 Turistas segundo a sua origem espacial**

De acordo com as classificações metodológicas adoptadas pela OMT e pelo Eurostat, e segundo a origem dos turistas, consideram-se diferentes tipos de turismo: o doméstico ou interno, que resulta da deslocação dos residentes independentemente da sua nacionalidade, dentro do seu próprio país de residência tendo como propósito o turismo, passando pelo menos uma noite fora do seu ambiente usual; turismo internacional<sup>3</sup>, quando o movimento anterior é feito fora do país de residência habitual.

### **2.3.3 Turistas segundo o motivo principal da viagem**

O terceiro critério básico distingue os turistas consoante o principal motivo da viagem, visto que nem todos os propósitos para viajar justificam a sua inclusão como turistas, como sejam as viagens do pessoal militar no activo, as deslocações de refugiados ou as viagens entre países do corpo diplomático.

Os motivos que levam à viagem podem ser os mais variados (Tabela 2.1), e até podem ser não um, mas vários, contudo é usual proceder à sua distinção de acordo com o motivo principal da viagem. Assim, entre os vários possíveis cabe destacar: o recreio/lazer/férias; o visitar familiares e amigos

---

<sup>3</sup> Aqui distinção é por vezes estabelecida entre Emissor (*outbound*), e Receptor (*inbound*), os turistas que deixam o seu país de residência habitual e os que chegam a um país que não o da sua residência habitual, respectivamente.

(VFR<sup>4</sup>); e a deslocação por motivos profissionais e de negócios, visto que são as que ocupam os lugares cimeiros a nível mundial e a nível Português, no que motiva a deslocação dos viajantes<sup>5</sup>.

**Tabela 2.1 – Factores que motivaram as viagens a partir da década de 50 segundo Foster (1992).**

Factores de Motivação	
<u>Recreação/prazer:</u>	
	1. Descanso - para fugir à rotina diária
	2. Para um tempo agradável
	3. Para conseguir uma experiência aventureira ou romântica
<u>Cultural e educativo:</u>	
	1. Para ver outros países - o povo e a cultura
	2. Para ver locais de interesse especial - locais, museus, galerias de arte, etc.
	3. Para visitar locais em que têm lugar acontecimentos actuais
	4. Para assistir a acontecimentos especiais incluindo concertos, exposições
	5. Para aprender mais sobre os passatempos favoritos e outros interesses pessoais
<u>Étnico:</u>	
	1. Para visitar o país de origem da família
	2. Para ver lugares visitados por parentes ou amigos
	3. Para ver culturas/costumes invulgares ou bizarros em regiões remotas
<u>Diversos:</u>	
	1. Acontecimentos desportivos
	2. Mudança de tempo ou de clima
	3. Aventura
	4. Sociológicos - conhecer outras partes do mundo
	5. Viagem de negócios/conferências/congressos

O turismo assume por vezes o nome do motivo de viagem, assumindo a designação dessas mesmas motivações. Assim, aparecem entre outras as definições que se apresentam de seguida:

- Turismo de recreio: é aquele que oferece um maior conjunto de motivos para viajar visto que são inúmeras as possibilidades pelas quais se viaja por motivos de recreio, nomeadamente repouso, gastronomia, compras.

<sup>4</sup> VFR – de “*visit friends and relatives*”.

<sup>5</sup> A título de exemplo, das viagens realizadas pelos Portugueses em 2005, 52,8% fizeram-no por motivos de recreio/lazer/férias; 35,6% para visitar familiares e amigos e apenas 11,6% se deslocaram por motivos profissionais e de negócios (INE, 2006).

- Turismo cultural: com motivações mais sofisticadas, as pessoas que o praticam possuem um grau de exigência mais elevado<sup>6</sup>, procurando locais de antigas civilizações e centros de cultura, ou onde têm lugar grandes manifestações culturais.
- Turismo étnico: viagens usualmente realizadas por residentes e seus descendentes no estrangeiro ao país de origem e para observar culturas e costumes invulgares.
- Turismo desportivo: viagens quer realizadas para assistir a grandes eventos desportivos como os Jogos Olímpicos, quer para praticar um determinado desporto.
- Turismo de saúde/turismo de repouso: relacionado com a saúde e bem-estar, procura locais com infra-estruturas importantes no campo da medicina e ambientes calmos, propícios ao relaxamento, como estâncias termais, balneares, lares de convalescença.
- Turismo de negócios: viagens normalmente realizadas pelos quadros superiores das empresas, com vista a participarem em reuniões, convenções, seminários, conferências, congressos, feiras e exposições (participação profissional), missões, viagens de incentivo, vendas, marketing e outros serviços, pesquisa, ensino, consultoria, cursos de idiomas, educação, investigação.
- Turismo político: quer se trate de reuniões esporádicas ou regulares, este tipo de turismo assemelha-se ao turismo de negócios, mas com a particularidade de exigência mais elevada na sua organização, devido a questões de protocolo e de segurança, como são disto exemplo a organização de cimeiras entre diferentes países.
- Turismo religioso: assistência a eventos religiosos e a peregrinações, turismo que pode assumir grande importância devido à magnitude dos visitantes que envolve como é o caso das grandes peregrinações a certos locais de culto de que Meca e Fátima são um bom exemplo, e onde os peregrinos utilizam os meios de alojamento disponíveis e os serviços existentes.

---

<sup>6</sup> - Ver estudo SDT – Turismo de França.

## 2.4 Turismo entendido como um sistema

A análise sistémica surge nos anos trinta e tem desde então sido adoptada em áreas tão díspares como a biologia, a robótica ou a electrónica ou o planeamento urbano. Na sua definição mais simplista, um sistema é um conjunto de entidades, de elementos, de variáveis, com características próprias que advêm das relações<sup>7</sup> estabelecidas entre as diversas partes e entre estas e outros sistemas e que em conjunto formam uma estrutura única, que na sua fase matura, está em equilíbrio consigo e com o ambiente que o rodeia. Tudo está interligado tal qual uma teia onde uma pequena vibração afastada do centro pode ter consequências noutras áreas muito distantes do ponto onde esta ocorreu (Page, 2002; Law, 2003; Veal, 2003; Weaver e Lawton, 2006).

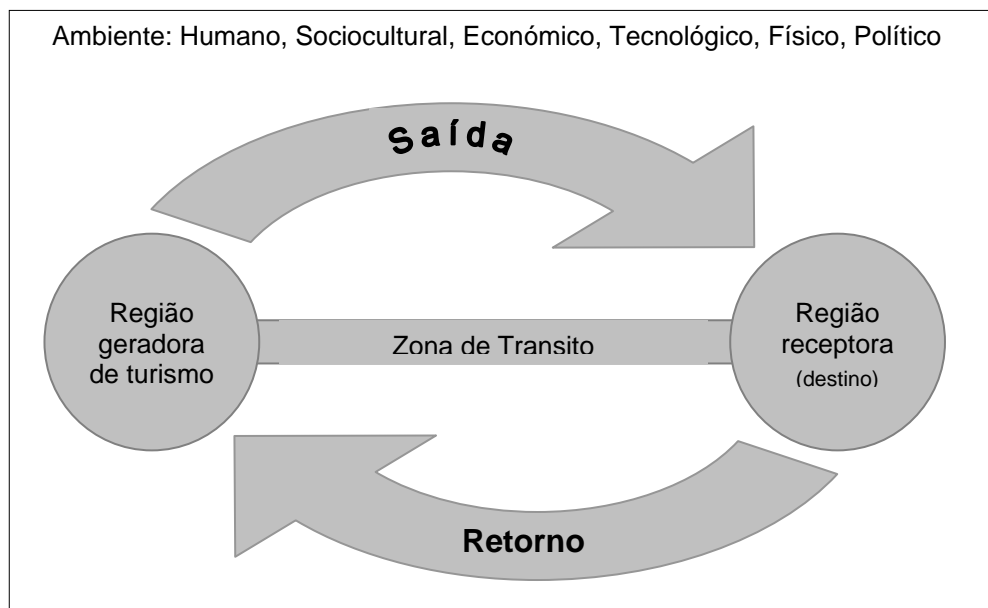
Assim, a concepção do turismo como um “sistema” é um conceito analítico que permite a sua simplificação e entendimento útil nomeadamente para o seu planeamento ao permitir a visualização das características dos diferentes elementos que “compõem” o turismo, e das diferentes interacções que nele ocorrem e entre ele e o meio envolvente (Inskeep, 1991). Neste sentido, o turismo, ao ser concebido como um sistema, pode sê-lo de várias formas, de acordo com a escala, com a importância atribuída a cada área de estudo ou conforme os limites que se estabeleçam. Dada a natureza complexa do turismo, nomeadamente: algo que engloba vários actores; que está disseminado pelas comunidades e pelas suas economias; que é muitas vezes visto como uma indústria de serviços na qual se encontram serviços intangíveis e perecíveis; que estabelece fluxos e interligações com outros sistemas; podem definir-se vários sistemas de acordo com a área que se pretende estudar (Mill, 1985; Pierce, 1995; Hall, 2000a; Leiper, 1990, 2004; Page, 2005).

Vários tipos de modelos de sistemas têm sido utilizados nos estudos de turismo, de acordo com os temas tratados. Uma, das mais simples, é aquela proposta a nível geográfico por Leiper (1990). Este autor propõe um modelo que pode ser útil para identificar os fluxos entre três regiões diferentes por ele identificadas: região que gera as viagens, onde estas começam e terminam; a região de destino para onde os turistas se deslocam; a região de transição, que o turista deve atravessar para chegar ao seu destino; uma indústria turística disseminada por todo o sistema entendida como aqueles que fornecem bens e serviços directamente aos turistas; e o meio envolvente com o qual estabelece ligação (Figura 2.2). No centro de tudo, o turista, que se desloca para a região escolhida, a região de

---

<sup>7</sup> Relações que podem ser: causais, quando um elemento causa o outro; paralelas, quando dois elementos são afectados por um outro; e de feedback, quando um elemento se afecta a si próprio.

destino onde o impacto do turismo quer positivo quer negativo, se faz sentir, saindo da sua região de origem e utilizando a região de transição para chegar ao se destino.



**Figura 2.2 – O turismo como um sistema segundo Leiper (1990, 2004).**

Neste exemplo, o sistema é uma estrutura dinâmica em constante troca de energia, fluxos, entre a origem e o destino. Não só existe um fluxo de turistas, mas também constantes modificações nas diferentes áreas, por exemplo abertura e fecho de novas unidades de alojamento na região de destino, aparecimento de novas tecnologias que são integradas nas diferentes regiões. Cada parte do sistema é ela própria um sistema ou um conjunto de sistemas que pode ser estudado per si, por exemplo, o estudo das atracções e serviços utilizados pelos turistas, do seu marketing, da sua promoção, do tipo de governo e de políticas para com o turismo (Cooper et al, 2005; Weaver e Lawton 2006).

Chadwick (1994) identifica uma definição similar mas em termos mais económicos, tendo por base três conceitos: um movimento de pessoas; um sector da economia ou uma indústria; e um sistema alargado de interacção entre pessoas com as suas necessidades e a utilização de diferentes serviços.

Vários outros modelos existem nomeadamente os que realçam as questões da oferta e da procura: oferta de recursos para o turismo, organizações/indústria que os explora e transforma num produto para um ou mais mercados, onde a importância da experiência turística, será o produto da indústria de turismo, produto que possui características especiais que o distinguem dos demais produtos, nomeadamente o facto de só ser consumido no local onde é criado, sendo assim o consumidor a vir ao seu encontro e não o contrário (Murphy, 1985; Hall, 2000a; Gunn, 2002; Stynes, 2004).



## 2.5 Recurso turístico/Produto turístico

Implícito a estas concepções de sistema está o assumir de que a actividade turística se baseia na existência de recursos (naturais, culturais, artísticos, históricos, tecnológicos e outros), que estando acessíveis provocam a deslocação de pessoas ou satisfazem necessidades, decorrentes dessa deslocação, convertendo-se numa atracção turística (Tabela 2.2). A OMT distingue dois conceitos: património turístico e recurso turístico.

**Tabela 2. 2 – Inventário genérico das principais atracções turísticas a partir de Weaver e Lawton (2006).**

Categoria			Acontecimento
Natural	Geomorfológicos e Litológicos: montanhas, vales profundos, praias, vulcões, grutas, vestígios fósseis, rochas e minerais.	Áreas protegidas	Erupções vulcânicas
	Clima: temperatura, horas de exposição solar, precipitação, ventos, humidade.	Zonas de pedestrianismo	Observações da vida selvagem
	Hidrologia: lagos, rios, quedas de água, fontes termais, géisers, mares, rápidos	Vias panorâmicas	Caminhadas, escalada.
	Vida Selvagem: mamíferos, insectos, aves, peixes.	Miradouros	Descida de rápidos, desportos radicais.
	Vegetação: florestas, flora.	Parques naturais	Migrações de animais
	Localização: central, afastada.	Jardins botânicos	
		SPA <sup>8</sup>	
Cultural	Pré-histórica: grutas, pinturas, artefactos pré-históricos.		Reprodução de batalhas, de acontecimentos históricos, comemorações
	Histórico: lugares de batalhas, edifícios e sítios históricos, museus, monumentos, gravuras, estátuas, Igrejas, Santuários.		
	Etnográficos: cantares, danças e folclores, artesanato.		Festivais de musica, teatro, dança.
	Cultura contemporânea: arquitectura, tecnologia, parques temáticos, bairros étnicos; heróis e celebridades locais.		Feiras de artesanato, de gastronomia
	Economia: quintas, minas, fábricas.		
	Recreio: “resorts”, campos de golfe, pistas de esqui e demais desportos de inverno, parques temáticos, complexos desportivos, casinos.		Acontecimentos desportivos
	Comércio: grandes centros comerciais, grandes feiras, grandes exposições.		Mercados, exposições

<sup>8</sup> - SPA, sigla usada para designar “*Salus per Aqua*” - saúde pela água.

O património turístico é constituído por todos os bens materiais e imateriais, que mediante um processo de transformação possam ser utilizados para satisfazer as necessidades dos visitantes. Por seu lado o recurso será todo aquele bem e serviço que por intermédio da actividade humana torna possível a actividade turística e satisfaz as necessidades da procura; será o património turístico que pela utilização de meios técnicos, económicos e financeiros, mediante uma intervenção humana estará utilizável. De referir que, por si só, a existência de recursos pode originar a visita de não residentes, mas não garante a sua permanência se não existir algo mais que os complete, que os converta num produto (Seydoux, 2002; Swarbrooke, 2002).

Efectivamente, a existência de recursos locais sendo factores de atracção de visitantes justificam a construção e manutenção de equipamentos, infra-estruturas e unidades de alojamento que permitam a estadia no local onde esses recursos existem. Estes factores característicos do destino, não podem reproduzir-se nem deslocar-se, ou ainda serem passíveis de armazenamento. Têm que ser “consumidos” localmente, não se movem, contrariamente ao que acontece com outro tipo de bens, nem o acto de consumo e produção são separáveis: só há produção quando há consumo e muitos são intangíveis, não podendo ser observados e testados antes do seu consumo (Cunha, 2006).

Todos estes factores contribuem para converter determinados locais em destinos turísticos, entendido como um espaço a que o visitante se desloca composto por: os recursos turísticos, que atraem os visitantes; acessibilidades e meios de transporte e respectivos serviços, que permitem não só o acesso aos recursos como a deslocação do visitante; as infra-estruturas e equipamentos comuns a residentes e visitantes, assim como outras facilidades necessárias para manter, alojar e ocupar os tempos livres dos turistas; as manifestações de acolhimento e cultura, como seja o espírito, as atitudes e os comportamentos existentes em relação aos forasteiros por parte da população local, as manifestações culturais e demais elementos intangíveis como a atmosfera, o ambiente do local, que contribuem igualmente para o fim último do turismo que é o de proporcionar uma experiência com qualidade que provoque a satisfação da curiosidade, do gosto, das aspirações do visitante (Kotler *et al.*, 1998; OMT, 2002; Seydoux, 2002; Swarbrooke, 2002; Page, 2003; Cunha, 2006).

De referir que a designação de produto invadiu todos os sectores da economia mesmo áreas como o turismo ou a banca, cuja produção é intangível ou imaterial. Neste contexto, alguns elementos em particular são integrados num compósito a que chamam produto turístico, que se pretende criado para responder a necessidades concretas, objectivas e subjectivas dos consumidores turísticos, centrado numa actividade específica no destino. Um produto turístico é visto como um agregado de elementos tangíveis e intangíveis (inclui objectos físicos, serviços, personalidades, lugares, organizações ou ideias, por exemplo), que ao ser comercializado, origina as deslocações dos

visitantes, gerando assim uma procura (Eurostat, 2003; Cunha, 2006). Usualmente combina as atracções, as várias infra-estruturas, os vários tipos de alojamento, os elementos intangíveis como a ambiência do lugar, as acessibilidades no destino, podendo o turista adquirir uma combinação entre as várias hipóteses de possíveis conjugações destes elementos Weaver e Lewton (2006).

A escolha de diferentes produtos turísticos depende de vários factores como os recursos existentes no destino e da estratégia e imaginação de desenvolvimento pretendida: não é possível desenvolver um produto com base no mar no interior de um país, mas é possível localizar um parque temático<sup>9</sup> em qualquer região ou um museu, desde que exista uma estratégia que conduza a tal (Selby, 2004; Cunha, 2006).

De referir ainda que num destino podem, e para muitos autores devem (Hall, 2000<sup>a</sup>; Stock, 2003), coexistir vários produtos evitando-se assim que o destino fique refém do comportamento de um, cuja procura, se diminuir, pode trazer graves consequências para a economia local. Entre os vários produtos os mais usuais são: o sol e praia; o turismo cultural; o turismo desportivo; o turismo de negócios; o turismo no espaço rural; o turismo de aventura; o golfe; o turismo religioso; o turismo cinegético; o turismo de saúde; o turismo de cruzeiros; o enoturismo; o ecoturismo; o turismo de compras; o turismo de jogo.

De salientar ainda que, um produto turístico não é um tipo de turismo, embora seja muitas vezes entendido como tal, até porque ambos são designados pelos motivos que levaram à viagem: um produto é uma resposta organizada com vista à satisfação das necessidades dos visitantes podendo ser tão ou mais específico consoante as solicitações dos visitantes, enquanto que os tipos de turismo correspondem como já foi mencionado, a uma sistematização das motivações, das intenções dos visitantes e da relação destes com as atracções dos destinos (Middleton, 1996; Seydoux, 2002; Swarbrooke, 2002).

Entre os produtos turísticos mais citados cabe destacar os seguintes:

*i. Sol e Mar*

Produto a que corresponde a maior parcela da procura total a nível Mundial e a nível nacional, intimamente ligado ao turismo de massas associado ao litoral, à praia, ao alojamento e actividades disponíveis nesse espaço. Uma das suas principais características devido à forte dependência das condições climáticas e da disponibilidade de férias é a sua sazonalidade, que será mais forte quanto mais variadas as condições climáticas e mais concentrado o período de férias da população.

---

<sup>9</sup> Os cinco maiores parques no mundo são da Disney (no Japão, o Magic Kingdom; na Florida Disneyland; na Califórnia; em Paris Disney de Paris; o Epcot, na Florida).

## ii. *Turismo de natureza*

As viagens realizadas para observar a natureza, nas suas múltiplas formas, contam-se entre os primeiros motivos para a deslocação a um destino um pouco por todo o mundo.

Com o aumento da consciência ecológica desde os anos oitenta, uma série de subprodutos que têm em comum as relações estabelecidas com os diferentes subsistemas naturais, têm surgido, onde cabe destacar: o ecoturismo<sup>10</sup> utilizado para designar viagens com o contacto com ecossistemas, com áreas naturais relativamente não perturbadas com o fim específico de as estudar ou as observar; o turismo de aventura focado nas áreas naturais mas que envolve um desafio físico que pode assumir diferentes escalas, (ver tabela 2.3); o turismo rural entendido como a busca de modos, práticas e actividades tradicionais em meio agrícola<sup>11</sup> (Page, 2002; Cunha 2006).

**Tabela 2.3 – Tipologia das principais actividades de montanha baseado em Page, (2002).**

Ar	Água	Terra
Passeios de Balão	Rafting	Esqui
Heli -buggy jumping	Mergulho	Pedestrianismo (trekking)
Pára-quedismo	Snorkelling	Todo-o-terreno
	Canoagem	Passeios a cavalo
	Esqui aquático	Escalada
	Pesca	Montanhismo
	Surf	Buggy jumping
	Vela	BTT

## iii. *Turismo desportivo*

Neste produto o turista pode: deslocar-se para praticar um desporto num determinado local, aproveitando por um lado as condições naturais nele existentes como è o caso da prática de

<sup>10</sup> O termo apareceu no início dos anos 80 (Weaver e Lawton, 2006).

<sup>11</sup> Em Portugal a primeira modalidade de turismo em espaço rural foi criada em 1979. Actualmente pode assumir as designações de turismo de habitação, rural, agro-turismo, casas de campo, e turismo de aldeia, de acordo com as características do alojamento. De referir contudo que certas características são comuns a todas as modalidades, nomeadamente: a pequena dimensão; formas de exploração do tipo familiar; utilização de edifícios existentes; localização em aglomerados de pequena dimensão ou fora dos centros urbanos. De realçar contudo que algumas destas características podem mudar visto que as cadeias hoteleiras começam a interessar-se pelo turismo rural por exemplo as “vilars rurals” em Espanha da cadeia Serhs, ([www.serhstourism.com](http://www.serhstourism.com)), ou em Portugal o grupo Catarino, Povoia do Dão ([www.povoadao.com](http://www.povoadao.com)).

escalada, de surf, ou aproveitando infra-estruturas complexas, que envolvem grandes meios de construção e manutenção, como sejam os saltos de esqui em trampolins; ou ainda, deslocar-se para participar como espectador em grandes acontecimentos desportivos, como a Fórmula Um, os Jogos Olímpicos, os Campeonatos Mundiais de Futebol.

#### *iv. Golfe*

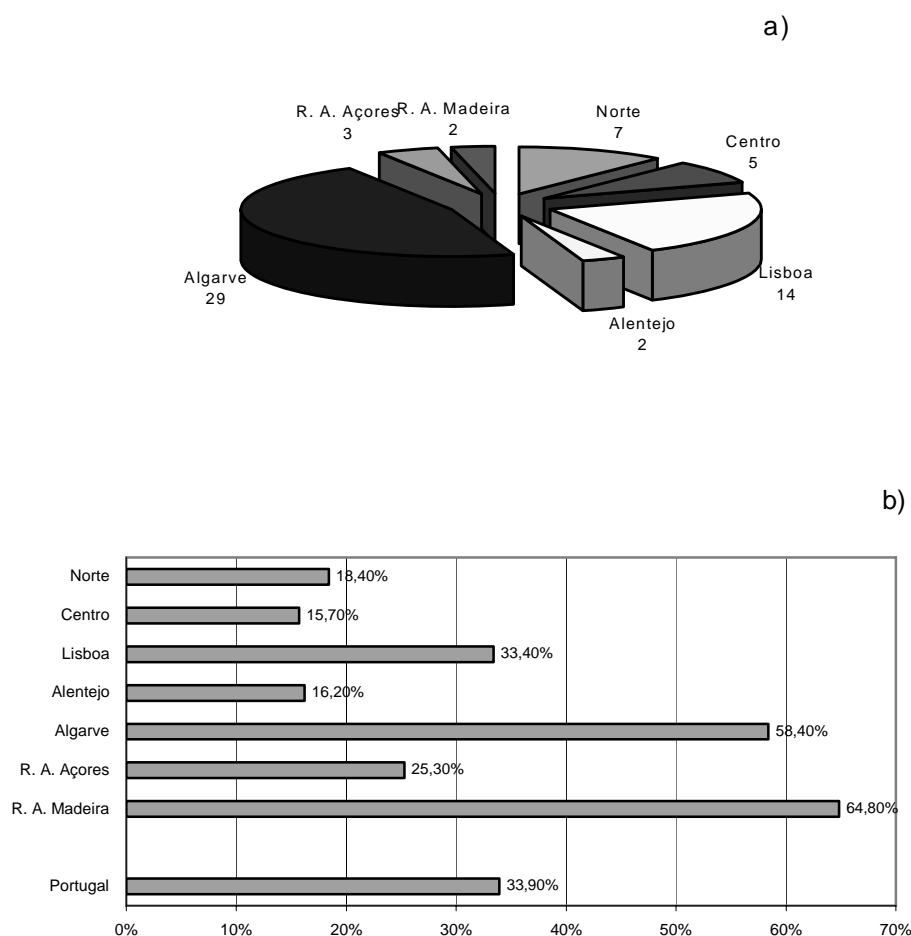
A origem deste desporto não é conhecida, mas existem registos datados do século XVII em Inglaterra que mencionam um Clube de Golfe, o “Royal Blakheat Golf Club” (Stock, 2003).

Devido à envergadura dos investimentos, da sua construção e manutenção, da forte influência na paisagem, o golfe constitui-se como um produto autónomo do Turismo Desportivo e é normalmente conotado com turistas de forte poder de compra (Cunha, 2006).

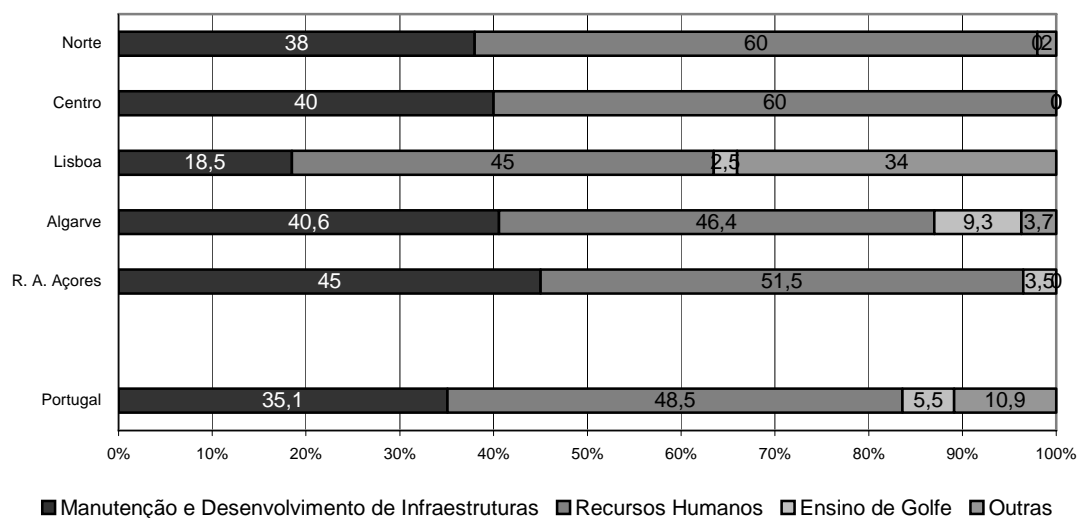
Em Portugal, por exemplo, este tipo de desporto está muito concentrado na Região de Lisboa e do Algarve onde se localizam 70% dos Campos de Golfe nacionais (Figura 2.3), sendo que as maiores taxas de ocupação, quase o dobro da média nacional (65% de ocupação face a 34% a nível nacional), ocorrem nos dois campos existentes na Região Autónoma da Madeira. De referir que a região Algarvia possui uma taxa de ocupação bastante acima da média nacional, com 58%.

Assim, as duas regiões onde se registam as maiores taxas de ocupação são aquelas do território nacional frequentadas por mais estrangeiros (Algarve e Madeira). Em todas as demais regiões, incluindo a região de Lisboa, são os jogadores nacionais que mais frequentam estes campos cabendo referir que é na região de Lisboa com o maior poder de compra nacional, que existe a maior incidência do ensino do golfe em Portugal (Figura 2.4) donde que, aparentemente os estrangeiros que frequentam maioritariamente os campos de golfe da Madeira e do Algarve são jogadores que não solicitam os serviços de ensino.

Em termos de repartição dos custos por áreas de actividade dos campos de golfe, em todas as regiões a maior fatia destina-se a satisfazer os compromissos com recursos humanos, seguida das despesas de manutenção.



**Figura 2.3 – Distribuição dos Campos de Golfe pelo Território Nacional (a), e taxa de Ocupação (b), (a partir de DGT, 2004).**



**Figura 2.4 – Repartição dos custos por áreas de actividade por região em 2003 (a partir de DGT, 2004).**

#### v. *Turismo de Saúde*

O turismo de Saúde pode incluir duas vertentes: a primeira relacionada com a aplicação de recursos naturais com fins terapêuticos, cabendo destacar o termalismo, a talassoterapia e o “climatismo”. E a segunda, ainda não muito estudada, a deslocação para acudir a vários actos médicos em países que pela relação qualidade/preço dos seus serviços de saúde motivam a deslocação. Estão nesta situação, por exemplo, as viagens para Cuba em busca de cuidados de oftalmologia, para a Índia em busca de cuidados para várias patologias ou as deslocações para o Líbano em busca de cirurgias estéticas.

Em relação à primeira vertente do turismo de saúde cabe referir que o termalismo, pela sua História, pode ser considerado como o primeiro produto turístico. As termas eram procuradas por motivo de descanso e de férias, estando na origem de vários destinos turísticos importantes, mas foram perdendo peso como espaços lúdicos à medida que a indústria farmacêutica foi evoluindo e à medida que surgiram novos espaços de férias, em particular as praias, bem como com a institucionalização do chamado termalismo social, conotando estes espaços com uma clientela sénior – com a sociabilização a centrar-se nos temas do envelhecimento e condicionada pelos horários dos tratamentos termais.

O Termalismo tem as suas origens nas Termas (*SPA's*, “*Salus per Aqua*”), em locais onde são aplicadas águas minero-naturais que, pelas suas propriedades, possuem capacidades terapêuticas para o tratamento de certas doenças, sendo a motivação subjacente à deslocação a cura ou a recuperação de determinada patologia.

Em certos países, como a França, as estâncias termais e os seus utentes estão excluídos do turismo e só os actos médicos e terapêuticos lhes conferem identidade e estatuto. Neste país, a corrente dominante considera que tem que ser feita uma distinção entre o termalismo terapêutico e os produtos do turismo de saúde cuja finalidade é o bem-estar. Este último em grande crescimento em países como os Estados Unidos é entendido como, não só a promoção do bem-estar físico, mas também o do bem-estar emocional, da harmonia, do equilíbrio pessoais. De acordo com este conceito, não é necessário a existência de uma fonte termal, donde poder incluir todo o tipo de estabelecimentos, desde os que prestam tratamentos terapêuticos aos que fornecem serviços e tratamentos de beleza, nutricionismo, e técnicas de relaxamento, num conceito holístico visando a manutenção de mente e corpo saudáveis, num ambiente de grande conforto, – por vezes em complexos de lazer muito completos com infra-estruturas dispendiosas como campos de golfe, longe das perturbações do dia-a-dia (Page, 2002).

A partir dos anos 90 vários países como a Itália, a Alemanha, e a Espanha, a Hungria, na sequência da diminuição das participações do estado nos tratamentos convencionados em termas, e observando o grande crescimento do segmento de Bem-Estar iniciaram programas que procuram o desenvolvimento estratégico das estâncias termais incorporando no seu produto não só a inovação nas técnicas terapêuticas e a flexibilização dos actos médicos como as actividades que se relacionam com aspectos mais hedonísticos, como sejam as preocupações com o corpo, com a sua beleza, com o stress, com a busca do equilíbrio psicológico e mental.

A Talassoterapia por seu turno, é tão antiga como o termalismo e por vezes partilhando o mesmo espaço, e consiste na aplicação de algas e lamas do mar para fins terapêuticos, como acontece no balneário camarário de Espinho, onde inúmeros tratamentos com água do mar e algas são ministrados mediante prescrição médica.

Quanto ao Climatismo, este basicamente consiste na utilização para fins terapêuticos, de certas condições climáticas particulares para a prevenção, cura, e recuperação de doenças, muito utilizado em doenças do foro pulmonar e que teve o seu auge no primeiro terço do século vinte com inúmeros estabelecimentos (sanatórios), a proliferarem por toda a Europa.

A ambos os conceitos, talassoterapia e Climatismo é possível alargar o conceito e incorporar, tal como no Termalismo critérios de bem-estar.

Segundo a AETC – Associação Europeia de Termalismo e Climatismo<sup>12</sup>, Alemanha, Itália, Espanha, França, Finlândia e Suíça, são os países da Europa que possuem anualmente mais curas termais, enquanto nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha os estabelecimentos mais frequentados são aqueles que se dedicam ao bem-estar, sem que maioritariamente utilizem os seus tratamentos água proveniente de uma fonte termal com qualidade terapêuticas; muitos localizam-se em grandes hotéis nos centros urbanos, onde este é mais um serviço para clientes e população em geral.

Em traços gerais, este tipo de turismo de saúde está associado à duração de estadias longas e a faixas etárias elevadas na sua vertente clássica, mas na vertente de bem-estar os programas assumem muitas vezes o carácter de férias de curta duração (sendo assim menos sazonal do que o termalismo clássico), e são sobretudo direccionados para as classes etárias acima dos 30 anos<sup>13</sup>, muitos dos quais pertencentes às classes média e alta.

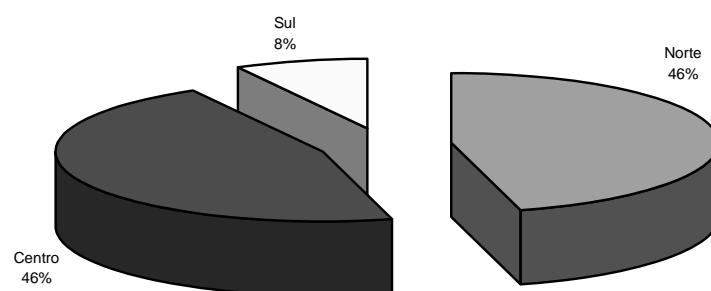
Em Portugal, em termos de localização dos centros termais por região, em 2005 (Figura 2.5), verifica-se que quer a Região Norte quer a Região Centro possuem o mesmo número de centros termais (17), correspondendo juntas a 92 % do total nacional.

---

<sup>12</sup> Dados em [www.espa-ehv.com](http://www.espa-ehv.com).

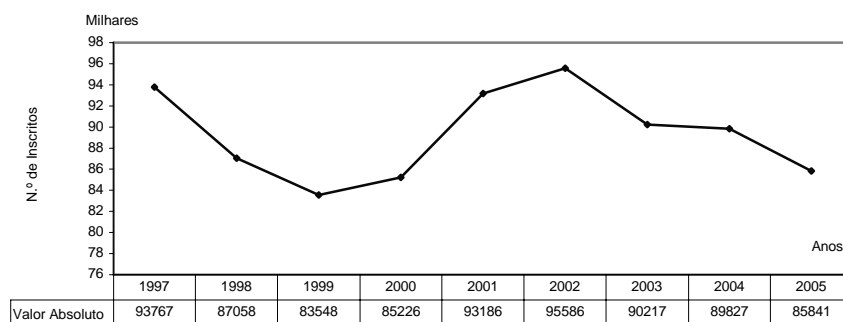
<sup>13</sup> Dados da AETC, como referido, em [www.espa-ehv.com](http://www.espa-ehv.com).





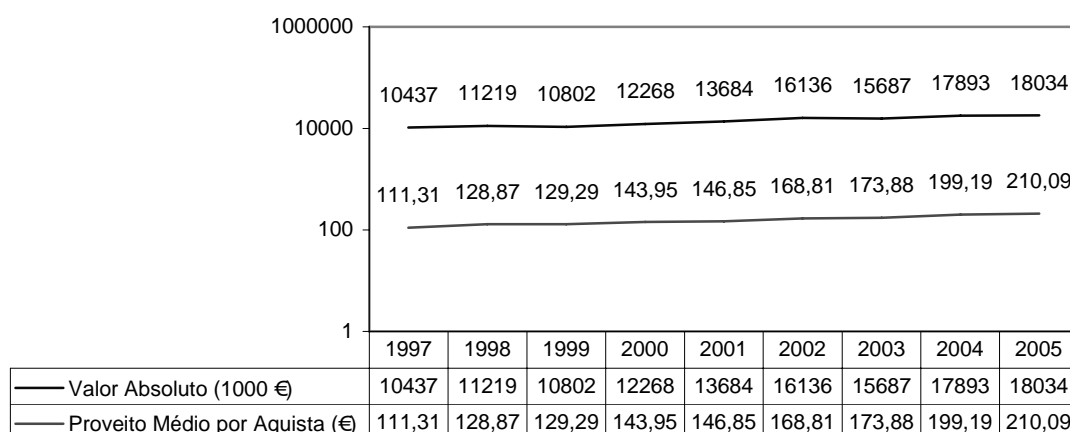
**Figura 2.5 – Localização em Portugal das estâncias termais em 2005 (a partir de DGT, 2006).**

Em relação ao número de inscritos nas estâncias termais (Figura 2.6), cabe referir que após um período de crescimento entre 1999 e 2002 este número tem vindo a diminuir continuamente, tendo decrescido 4,5 % entre 2004 e 2005.



**Figura 2.6 – Variação do número de inscritos em centros termais 1997-2005 (a partir de DGT, 2006).**

Contudo, em termos de receitas, estas entre 1997 e 2005 em valor absoluta aumentaram 73% sendo que o ganho médio por aquista também aumentou passando de €11 para €210 respectivamente, o que corresponde a um aumento de 89 % em oito anos (Figura 2.7).

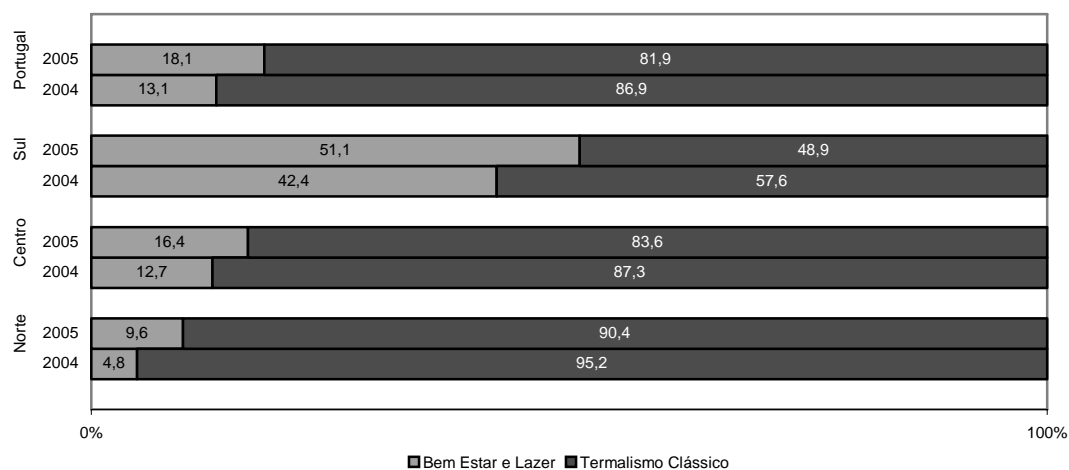


**Figura 2.7 – Evolução das receitas das estâncias termais entre 1997-2005 (a partir de DGT, 2006)**

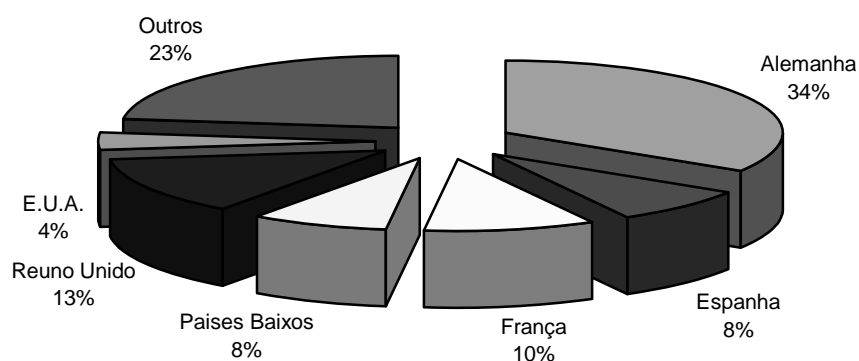
Em termos do motivo da procura das estâncias termais (Figura 2.8), cabe destacar que o termalismo clássico é preponderante, pesa embora a diminuição de cinco pontos percentuais entre 2004 e 2005 absorvidos pelo bem-estar e lazer. Este último tem especial relevância na Região Sul, região com pouco significado em número de estâncias termais, mas com a maior capacidade de alojamento turístico face às s Regiões Centro e Norte. Estas últimas possuem as melhores águas termais, o que corresponde a uma grande frequência do termalismo clássico, enquanto que na Região Sul este tipo de termalismo é preterido pelo de Lazer e Bem-Estar que tem aumentado em Portugal, definido como o segmento cuja oferta está vocacionada para clientes cuja motivação de procura é simultaneamente lúdica, turística e também terapêutica, no sentido de reposição orgânica, funcional e mental como já foi mencionado, muito em moda um pouco por toda a Europa e realizado sem que sejam exigidas qualidades terapêuticas para as águas envolvidas (Stock, 2003).

Embora em 2005 se tenha assistido a um crescimento do termalismo de Bem-Estar em Portugal em 5 pontos percentuais, o seu valor continua muito aquém do termalismo Clássico que predomina nas regiões Norte e Centro, sendo que nesta última se encontra a maior estância termal nacional, São Pedro do Sul, com 27% do total de aquisitas nacionais e que desde os tempos romanos, vê as suas águas serem utilizada par fins terapêuticos.

Cabe referir que em termos de países de origem, este tipo de turismo em Portugal é praticado por residentes sendo a sua componente de turistas estrangeiros muito insignificante: 536 inscritos apenas em 2005, contra 574 em 2004, dos quais 34% Alemães, Reino Unido, 13% e França, 10% (Figura 2.9).



**Figura 2.8 – Procura das estâncias termais por motivação por região e a nível nacional em 2004 e 2005 (a partir de DGT, 2006).**



**Figura 2.9 – Distribuição das dormidas de turistas estrangeiros nos estabelecimentos termais por país de origem (a partir de DGT, 2006).**

#### *vi. Turismo cultural*

Neste produto, o turismo é um meio de permitir o acesso às diferentes formas de expressão cultural de um país. Pode incluir muitos subprodutos, nomeadamente o turismo nas áreas rurais como rotas históricas de que o Caminho de Santiago é exemplo; o assistir a várias manifestações culturais como festivais de música ou de cinema como é exemplo o Festival de Edimburgo e do Festival de Cinema de Cannes, respectivamente; visitas a locais de interesse cultural como museus, casas de escritores e de artistas famosos; visita a parques e jardins; visita a locais que se fizeram famosos pela literatura, pelo cinema; assistir a manifestações associadas à religião, à história, como romarias ou reconstituições de acontecimentos históricos (Law, 2002).

A OMT calcula que cerca de 40% das viagens mundiais envolvem um elemento cultural, existindo países em que predomina o turismo de base cultural, como sucede no Reino Unido, onde mais de 50% dos turistas elegeram as artes e o entretenimento como a principal razão da visita, ou em França, em que 42% dos turistas visitam monumentos históricos, cabendo destacar que nestes países, o Museu Britânico no Reino Unido, o “Louvre” e a “Notre Dame” em França, são alguns dos mais visitados a nível mundial, excedendo cada um os dois milhões de visitantes por ano (Planel, 2005). De entre o conjunto de produtos do Turismo Cultural destacam-se os ligados aos chamados “city breaks” e “short breaks”, efectuados a locais de interesse histórico-cultural, como cidades/vilas, museus e monumentos históricos (incluindo a locais Património Mundial da UNESCO), bem como a núcleos museológicos contemporâneos e a vestígios e instalações de antigas indústrias e explorações com são por exemplo as antigas minas (Planel, 2005).

O turista cultural é por norma um turista bastante viajado, de elevado rendimento e nível educacional, com idades geralmente compreendidas entre 45 e 60 anos, casais sem filhos ou cujos filhos já saíram de casa (*Empty Nesters*), e que opta em geral, por viagens onde escolhe hotéis de boa qualidade tendo ainda uma certa predisposição para fazer compras (Planel, 2005).

#### *vii. Turismo residencial*

Classificado pela OMT e pelo Eurostat como o uso, através de compra, de alojamento turístico privado. Em alguns países o peso do turismo residencial é bastante importante, como é o caso de certas regiões Espanholas como a Comunidade Valenciana onde o peso da segunda residência no total do alojamento turístico (colectivo e individual) ultrapassa os 80%, com mais de 2 milhões de vivendas, ou da Andaluzia onde o peso da segunda residência face ao alojamento total cifra-se nos 91% e com mais de 1 milhão e setecentas mil vivendas (Merino *et al.*, 2003)

#### *viii. Turismo de negócios*

Pode ser definido como o conjunto de viagens realizadas no âmbito das actividades profissionais, qualquer que seja a sua natureza - económica, científica, política, social - para fora do ambiente habitual, por um período não superior a um ano, sem que exista qualquer remuneração no local visitado (Vellas, 1995). Nele estão incluídas viagens a feiras e exposições, a reuniões e conferências, a cursos de formação, a simpósios, a seminários, a reuniões, a viagens de incentivo e recompensa, lançamento de produtos, viagens de estudo e intercâmbios educacionais, viagens individuais de negócios (Swarbrooke, 2002).

Segundo a WTTC<sup>14</sup>, as viagens internacionais de Turismo de Negócios com origem na Europa devem crescer a uma taxa média anual de 3% até 2010. Em geral estão associadas a turistas com

---

<sup>14</sup> WTTC - Concelho Mundial de Viagens e Turismo.

elevado nível de instrução, a estadias curtas disseminadas por todo o ano, em hotéis de qualidade no centro das cidades, e a elevadas despesas no local, quando comparadas com outros produtos.

Em Portugal, este tipo de turismo está localizado sobretudo nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo; Porto/Cidade; Algarve e Madeira, onde se localizam a maior parte das infra-estruturas necessárias para o turismo de negócios nas suas várias vertentes (centros de congressos, recintos de feiras e exposições), caracterizando-se por corresponder a uma estadia média por Conferências, Congressos e Seminários nas regiões referidas a variar entre 2,5 e 3,3 dias, com uma despesa média diária entre 200 e 300 euros (ICEP, 2005).

#### *ix. Turismo religioso*

Embora a motivação religiosa possa ser considerada não turística, a viagem e os efeitos no destino são idênticas às dos demais turistas, utilizando o mesmo tipo de alojamento, de meios de restauração e de transporte (Planel, 2005). Neste tipo pode enquadrar-se não só os grandes locais cultos (Meca, Lourdes, Santiago de Compostela, Fátima, por exemplo), como festas e romarias com forte expressão etnográfica como as Festas da Senhora da Agonia em Viana do Castelo, ou a dos Tabuleiros em Tomar.

## **2.6 Conta satélite do Turismo**

O turismo, sendo cada vez mais importante para as economias dos diferentes países a nível mundial, não possuía até ao fim do século passado mecanismos capazes de proceder à recolha de informação estatística sobre a sua natureza, a sua evolução e os seus reflexos económicos e sociais na sociedade, de forma uniforme e passível de ser comparada entre si, em parte porque cada país possuía a sua interpretação da abrangência do sector, definindo-o de forma distinta: as suas especificidades, nomeadamente o facto de ser um sector transversal da economia, englobando não só indústrias e empresas que fornecem directamente os turistas, mas possuir uma série de inter-relações com outros sectores da sociedade que não “trabalham” apenas para o turismo, como sejam todas as empresas ligadas à construção civil, aos transportes ao comércio a retalho, conduziam a interpretações distintas da sua constituição e abrangência.

Neste contexto, diversos países como a França e o Canadá e organismos internacionais, como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Turismo ou a Comissão das Comunidades Europeias

procuraram encontrar um padrão para medir esses efeitos. Assim, após várias conferências e depois de vários países terem criado as suas Contas Satélite de Turismo, (Noruega, República Dominicana, Noruega, Singapura, Estados unidos, entre outros), em 1999, na Conferência Mundial sobre a Avaliação do Impacte Económico do Turismo realizada em Nice, foi apresentado o quadro conceptual da Conta-Satélite do Turismo (CST), ficando em 2001 estabelecido que a CST seria o padrão internacional para medir os efeitos directos do turismo na economia e no emprego dos países. Pretendeu-se assim obter resultados que possibilitem uma melhor compreensão da verdadeira dimensão e do valor da indústria turística, com base em números reais, comparáveis a nível internacional e de elevada fiabilidade, uma vez que na sua base estarão os dados e o seu tratamento recolhidos e produzidos pelos organismos nacionais de estatística de cada país<sup>15</sup>.

A Comissão Europeia tem apoiado a elaboração das Contas Satélites de Turismo dos diferentes países membros e no Manual Europeu de Implementação da Conta-Satélite do Turismo (MEI--CST), tem apontado principais objectivos e benefícios da elaboração destes instrumentos, de onde cabe destacar: gerar de informação fiável e credível proporcione uma visão informada sobre a “indústria do turismo” e sobre as actividades que a compõem, permitindo uma decisão mais informada a quem possuir responsabilidades no sector, quer sejam entidades públicas ou privadas; a possibilidade ainda da informação elaborada pelos organismos oficiais e às suas expensas ficar disponível para agentes que de outra forma não teriam capacidade para a produzirem e assim a introduzirem nas suas operações comerciais como é o caso das pequenas e médias empresas maioritárias no sector e que não dispõem de meios de recolha e de análise de dados tão complexos; o fornecer uma maior credibilidade às estatísticas do turismo e, em particular, aos indicadores que analisam a dimensão e significado do turismo como actividade económica, dando ao turismo um novo reconhecimento e confiança comprovada, como um dos sectores mais importantes da economia dos diferentes países.

---

<sup>15</sup> Manual Europeu de Implementação da Conta-Satélite do Turismo (MEI--CST) no site do Eurostat da união europeia.

**Tabela 2.4 – Actividades e produto característicos inseridos na Conta Satélite de Turismo (INE, 2005).**

<b>EIXO</b>	<b>Descrição do Produto</b>
1	Serviços de Alojamento Hotéis e estabelecimentos similares Residências Secundárias por conta própria ou gratuitas
2	Serviços de Restauração e Bebidas
3	Transporte de Passageiros Transporte ferroviário interurbano Transporte rodoviário Transporte marítimo Transporte aéreo Serviços auxiliares aos transportes Aluguer de equipamentos de transporte Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte
4	Agencias de Viagem, Operadores Turísticos e Guias Turísticos Agências de viagem Operadores turísticos Informação turística e guias turísticos
5	Serviços Culturais Actividades artísticas e de espectáculo Museus e outros serviços culturais
6	Recreio e Lazer Serviços desportivos e recreativos Outros serviços de recreio e lazer
7	Outros Serviços de Turismo Serviços financeiros Serviços de aluguer de outros bens de uso turístico Outros serviços de turismo

Segundo esta metodologia a oferta e a procura são desagregados em produtos e actividades específicas e não específicas do turismo sendo que:

- Produtos Específicos classificam-se em “característicos” e “conexos”: os produtos “característicos” são produtos típicos do Turismo e constituem o cerne da actividade turística (ver tabela 2.4); os produtos “conexos” são produtos que, apesar de não serem típicos do turismo num contexto internacional, podem sê-lo num âmbito mais restrito como é o território de cada país.
- Os Produtos Não Específicos correspondem a todos os outros produtos e serviços produzidos na economia e que não estando directamente relacionados com o Turismo, podem ser alvo de consumo por parte dos visitantes.

No caso das actividades, as Actividades Características são as cuja produção principal foi identificada como sendo característica do Turismo, verificando-se uma relação directa do fornecedor com o visitante (consumidor). Neste grupo, incluem-se: o alojamento como hotéis e similares, residências secundárias utilizadas para fins turísticos por conta própria ou gratuitas; a restauração; os transportes de passageiros; os serviços auxiliares aos transportes de passageiros; o aluguer de equipamento de transporte de passageiros; as agências de viagens; os operadores turísticos e guias turísticos e os serviços culturais, de desporto e de recreação e lazer<sup>16</sup>.

De acordo com as estimativas recentemente apresentadas pelo INE da CST, a contribuição do Turismo para o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado foi de, aproximadamente, 4,8% entre os anos de 2000 e 2002. Neste período, este contributo apresentou uma variação global, de cerca de 10%, contribuindo para aproximadamente 8% do total de emprego a nível nacional. De referir ainda que o emprego, nas actividades características é composto maioritariamente por trabalhadores por conta de outrem (mais de 80%), do sexo feminino (maioritário nos sectores de alojamento, restauração, agências de viagens e demais serviços de informação, enquanto o masculino é maioritário nas actividades relacionadas com o transporte), e de baixos índices de escolaridade (2/3 possuem a escolaridade primária, sendo os indivíduos ligados às actividades culturais e às agencias de viagem, operadores turísticos e outros serviços de informação os que apresentam a maior percentagem de nível de escolaridade superior; cerca de 21 e 19% respectivamente).

A CST trará, pois, um importante contributo para a avaliação e clarificação do peso do turismo na economia nacional e permitirá, consequentemente, que as decisões políticas e empresariais sejam tomadas com base em mais e melhor informação.

## **2.7 Evolução do Turismo**

### **2.7.1 Introdução**

O turismo não é um fenómeno recente, embora tenha conquistado verbo e substância nas sociedades ocidentais que emergem da Revolução Industrial, orientadas cada vez mais para o consumo do lazer, sobretudo depois da II Guerra Mundial, e que vê continuada a sua expansão no tempo pesa embora as rápidas modificações que o Mundo sofreu nos últimos trinta anos ao nível geopolítico (o surgir de novos estados na Europa após a queda do muro de Berlim e o fim da hegemonia do

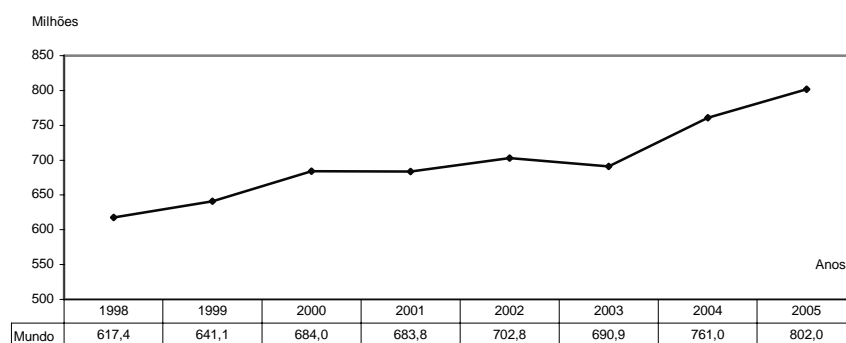
---

<sup>16</sup> INE – [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

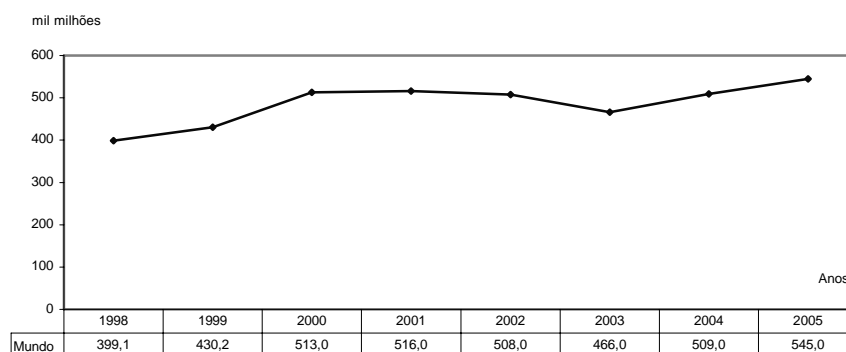


comunismo nos países do leste Europeu, bem como a abertura da China ao capitalismo, para citar três exemplos); económico – com a globalização dos sistemas de produção e sua "deslocalização" e a crescente preocupação energética; e social – basta atentar no exemplo das novas famílias monoparentais e mono sexuais.

Desde o seu aparecimento o turismo reveste-se de uma característica dual: constância e mudança. Um crescimento praticamente constante (Figura 2.10), na expansão territorial e na importância do sector a nível mundial quer em termos de volume de viagens, quer em termos de receitas (Figura 2.11), quer em termos de peso no emprego e no Produto Interno Bruto – PIB mundial, e uma constante mudança, uma constante capacidade de adaptabilidade às diferentes modificações que ocorrem nas sociedades.



**Figura 2.10 – Total de chegadas Internacionais a nível mundial entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2007a).**



**Figura 2.11 – Receitas em de €, a nível mundial do turismo entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2007a).**

Actualmente o turismo é uma das poucas actividades cujo impacto económico tem vindo a aumentar continuamente no tempo como já foi referido. Segundos dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2005), o turismo composto sobretudo por empresas de pequena e média dimensão é directa ou indirectamente responsável por 200 milhões de postos de trabalho a nível mundial, o que perfaz cerca de 8,3% do emprego no mundo, e responsável, também a nível mundial, por 10% do Produto Interno Global.

Segundo os mais recentes dados da WTTC e da OMT, em 2006 o recreio e lazer continua a ser a principal motivação para viajar (51%), seguido das viagens por motivos de negócios (16%), e por outros motivos (27%), nos quais estão incluídas as viagens por motivos religiosos, de saúde, e visitar amigos e parentes (VFR). Estas deslocações são maioritariamente feitas recorrendo ao transporte aéreo (46%), seguido muito de perto pelas viagens por terra (43% por estrada e 4% por caminho de ferro), representando apenas 7% as deslocações recorrendo à água como meio de transporte.

A Organização Mundial de Turismo registou um aumento de 10% no número total de visitantes entre 2003 e 2004 e um crescimento de 4,6% no número de turistas em 2005, e com 842 milhões de chegadas em 2006, um aumento de 4,5% face a 2005, o que equivale a um aumento pelo quarto ano consecutivo bastante acima das previsões da OMT para o crescimento do sector (4,1% de média até 2020), apesar dos receios manifestados com acontecimentos recentes.

Efectivamente, o turismo a nível mundial como já foi referido foi crescendo de forma praticamente continua no número de chegadas e em receitas nos últimos anos, até aos atentados terroristas em 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, à instabilidade política que se lhe seguiu e ao eclodir da segunda Guerra do Golfo que conduziu a uma diminuição de 1,7% no número de visitantes a nível mundial entre 2002 e 2003, como se pode verificar através da Tabela 2.5 e antes pelas Figuras 2.10 2.11, já mencionadas.

Esta diminuição foi contudo amplamente compensada pelo crescimento de 10% registado em 2004 e sustentado com um crescimento de 5,5% em 2005. Assim, no período entre 2002 e 2005, a Europa foi a única região que não sofreu nenhum decréscimo acentuado no número de visitantes, apresentando uma variação entre 2000 e 2005 de mais 3% e mantendo, embora com uma ligeira diminuição face a 2000, mais de metade do mercado mundial em 2005 (55% em 2005 contra 58% em 2000). A região que mais cresceu em igual período foi a Região do Médio Oriente, com 8,8%, mas ainda com um pequena expressão em termos de quota de mercado (4,8% em 2005), seguida pela região da Ásia Pacífico com um aumento de 7% e com uma quota actual de 19,3%. As Américas sofreram um forte retrocesso depois dos atentados de Nova Iorque, estando em 2005 a

recuperar para valores próximos da cota de mercado que possuíam em 2000 (18,5% em 2005 face a 18,6% em 2000).

**Tabela 2.5** – Chegadas Internacionais, em milhões (OMT, 2007).

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
África	28,2	28,9	29,5	30,7	33,3	37,3
Américas	128,2	122,2	116,7	113,1	125,8	133,2
Ásia e Pacífico	111,4	116,6	126,1	114,2	145,5	155,3
Europa	396,2	395,8	407,4	408,6	425,6	438,7
Médio Oriente	25,2	25,0	29,2	30,0	35,9	38,0
Mundo	684	684	703	691	761	803

Sendo a Europa o maior receptor (mais de metade do total de chegadas mundial em 2005), e emissor (cerca de 80% do total de viagens é oriundo da Europa em 2005), a nível mundial cabe referir que, de acordo com os dados do Eurostat<sup>17</sup> em 2005, no espaço europeu, 4 % da mão-de-obra total estava empregue nas mais de 2 milhões de empresas ligadas ao sector de forma directa, e se contabilizados os empregos relacionados com o sector de forma indirecta, para o mesmo organismo nesse mesmo ano, a contribuição do turismo para o PIB europeu é de 11%, sendo responsável pelo emprego de mais de 24 milhões de europeus correspondendo a cerca de 12% da mão-de-obra.

De referir ainda que para o ano de 2005, seis dos maiores dez destinos mundiais são europeus: França, Espanha respectivamente primeiro e segundo a nível mundial; Itália e Reino Unido, quinto e sexto a nível mundial, (terceiro lugar é ocupado pelos Estados unidos e o quarto pela China); Alemanha, Turquia e Áustria, oitavo, nono e décimo lugar no ranking de destinos a nível mundial. Em termos de receitas, no mesmo ano, os Estados Unidos lideram a tabela, seguidos respectivamente por Espanha, França, Itália, Reino Unido, China e Alemanha.

Assim, o turismo tem hoje em dia expressão em diferentes pontos do globo, apresentando um crescimento importante a nível mundial, pesa embora todos os choques que o sector sofreu nos últimos anos com repercussões à escala mundial como actos terroristas: os atentados do World Trade Center em Nova Iorque em 11 Setembro de 2001; as bombas na maior estância turística da

<sup>17</sup> - Eurostat – Statistics in focus no site indicado na bibliografia.

indonésia na Ilha de Bali em Outubro de 2002; os atentados em Madrid; em Londres e no Egipto em Julho de 2005; bem como uma série de epidemias e desastres naturais como: a síndrome respiratória aguda severa (SARS) – conhecido como pneumonia atípica ou asiática; a gripe das aves; o Tsunami, que em Dezembro de 2004 abalou o Sudoeste asiático, destruindo grande parte das infra-estruturas turísticas do sul da Tailândia e que estendeu os seus danos até ao arquipélago da Malvinas; ou ainda uma temporada particularmente violenta de furacões em 2005, com perdas significativas para a indústria de turismo no México e nos Estados Unidos devido aos furacões Emily, Katrina e Wilma.

Contudo, por causa ou apesar destes acontecimentos, aparentemente o turismo continua a crescer procurando ajustar-se às modificações que vão ocorrendo e que o influenciam, como aliás sempre ocorreu ao longo da história, onde os padrões de viagem se foram modificando acompanhando as mudanças no comportamento das sociedades em cada época.

### **2.7.2 Evolução e continuidade do turismo**

Para se perceber o que é hoje o turismo é importante observar a sua evolução desde a época clássica, já que muitos dos princípios do uso actual do tempo de lazer foram estabelecidos bem cedo na história.

Sobretudo desde a antiguidade clássica, o turismo - a ocupação do tempo de lazer - foi tido como muito importante para a qualidade de vida da população, sendo para os gregos parte integrante do seu estilo de vida, onde filósofos como Aristóteles encorajavam os cidadãos a viajarem, a ocuparem o seu tempo com a música, com a filosofia, com o desporto. Manifestações culturais e desportivas ocupavam um papel de relevo na vida grega como o caso dos Jogos Olímpicos, realizados na cidade de Olímpia a partir do ano 776 a.C. e originando um grande afluxo de turistas que se alojavam, em acampamentos, albergues e nas habitações dos residentes locais.

Contudo, é durante o Império Romano que o turismo é incrementado. Com efeito, no seu auge o Império ocupava três continentes, possuía para além de uma forte administração pública e condições de segurança graças à presença militar nas várias zonas do império, uma filosofia de vida que conduziu ao grande incremento das viagens com a valorização dos momentos de lazer sendo o Estado a criar e a fomentar não só um conjunto de infra-estruturas como termas, salas de espectáculos, recintos desportivos, zonas balneares, como também todo um conjunto de actividades

como espectáculos, festivais, desfiles, que atraíam aos vários pontos do Império e sobretudo a Roma-cidade um grande número de visitantes. Aliás, Roma-cidade vivia permanentemente em espectáculos e em eventos desportivos com todas as infra-estruturas necessárias para acolher todos os viajantes estrangeiros: albergues, restaurantes, casas e bares, onde as classes média e alta de Roma no auge do império gozariam de 200 dias por ano de férias e ocupadas com várias actividades (Mumford, 1991). À capital afluíam também toda uma série de homens de negócios oriundos de todas as partes do império; todos utilizando a rede de estradas, pontes, portos e demais redes de comunicação

Muito comum era não só a deslocação durante os meses de Verão para as cidades costeiras de clima mais ameno como Nápoles, Pompeia e Herculano, assim como a realização, por parte dos jovens romanos das classes mais privilegiadas, de viagens de aprendizagem aos vários pontos do império onde existiam vestígios de antigas civilizações, fazendo assim a sua *Grand Tour*, seguindo em muitos casos os escritos de autores clássicos como os de Heródoto onde eram descritas as suas maravilhas, no que se pode considerar um dos primeiros guias de viagem conhecidos.

Muitas das premissas que posteriormente vão estar presentes no moderno turismo são já visíveis em Roma, nomeadamente a estabilidade política e a segurança, a existência de um conjunto de infra-estruturas e meios de transporte fiáveis, e a disponibilidade de tempo e de rendimento para efectuar viagens por prazer e por negócios.

Durante a idade média assiste-se a um retroceder da actividade de turismo fruto do desmembrar do império romano, do retrocesso tecnológico, da falta de manutenção da rede viária, enfim, da falta de estabilidade política e de segurança e da crescente influência do cristianismo e da sua interpretação feita à época.

Em franco contraste com a sociedade romana, com a sua valorização do tempo de lazer e ócio, o cristianismo ascético, com as ordens religiosas monásticas e a sua sociedade baseada no feudalismo, de camponeses e nobres, não fomenta a viagem, não valoriza o ócio. Mesmo assim, a organização de festivais, certos acontecimentos religiosos, feiras e torneios atraíam uma série de visitantes aos locais onde ocorriam. Importante durante toda a idade média são as deslocações de peregrinos aos vários lugares "santos" da Cristandade para as quais uma série de infra-estruturas de alojamento e restauração foram sendo criadas, como é disto exemplo o caso do caminho de Santiago e as suas inúmeros albergarias e locais de descanso (Stock, 2003).

A partir da Renascença, a actividade turística vai aumentando sobretudo nas cidades Italianas com as suas fortes relações comerciais e com o retomar da valorização do tempo de lazer de acordo com os princípios da época clássica entretanto cada vez mais valorizada. Neste âmbito, várias vilas de

férias são construídas nas zonas rurais italianas do interior nomeadamente na Toscana e um pouco por todo o litoral (Stock, 2003).

A exceção a este movimento residia nos países fortemente influenciados pela reforma em 1500, sob as ideias de Lutero e de Ítalo Calvino, onde o valor do lazer era fortemente questionado e conotado com o “pecado”, afirmando-se que os indivíduos só seriam valorizados aos olhos de Deus e por consequência aos da sociedade, se consagassem a sua vida ao trabalho (Mumford, 1991). Estas ideias perduraram em muitos países graças à ética protestante de trabalho até ao século XIX, fortemente apoiadas pelos sistemas de produção capitalista que olham o lazer como um entrave ao aumento dos seus lucros (Mumford, 1991; Stock, 2003).

No seguimento ainda do Renascimento, inicia-se um movimento, primeiro apenas confinado às classes aristocráticas de países como a Grã-Bretanha e, posteriormente, alargado a membros do clero e das artes, em busca dos vestígios das civilizações clássicas. É o surgir da prática da *Grand Tour*, com o retomar da dimensão turística e cultural fortemente associada à necessidade de descobrir e aprender, de visitar cidades que espelham o conhecimento, a cultura de diferentes momentos da história da humanidade. Durante o século XVI, eruditos como Montaigne e Erasmo percorrem toda a Europa e datam deste século os primeiros manuais destinados a facilitarem as viagens; neles não só se descrevem o estado dos caminhos e as possibilidades de alojamento como também se mencionam os riscos e os perigos inerentes a determinada rota (Page *et al.*, 2002;).

Neste movimento, a aristocracia britânica deslocava-se à Itália, passando por França, e dirigindo-se em muitos casos até ao Egipto; cidades como Paris, Turim, Florença, Veneza, Nápoles e Roma eram paragens obrigatórias. Muitos pintores, entre eles Turner, acompanham este périplo e vão registando através da pintura a beleza e a unicidade do que vêem; as diferentes cidades, a costa da Bretanha, a Costa da Normandia e o Loire ou as paisagens montanhosas da Suíça. O espírito da época vai sendo sublimado pelos pintores e poetas românticos europeus e americanos, que enaltecem as qualidades dos cenários paisagísticos.

Deste movimento para o continente, surgem as primeiras estâncias turísticas, fundadas no continente europeu por ingleses próximas do roteiro das cidades da *Grand Tour*; várias estâncias de montanha nos Alpes como Chamonix, fundada por dois Ingleses, William Windham e Richard Pocock, no sopé do Monte Maldito, rebaptizado de Monte Branco após o início da exploração turística; várias estâncias na costa como Nice. Com o progredir da actividade mercantilista no império britânico e com os contínuos avanços no campo dos transportes, sobretudo nos transportes marítimos, novas classes sociais vão aderindo à *Grand Tour* nomeadamente os jovens das famílias burguesas mais abastadas, o clero, o exército, e cada vez mais artistas (Stock, 2003). Estes últimos, sobretudo pintores mas também escritores vão ser até ao século XX, através da pintura e da palavra,

dos principais responsáveis pela divulgação das paisagens e dos locais de interesse turístico junto da sociedade despertam a curiosidade de quem os vê e lê. O que autores como sejam Chateaubriand, Flaubert, Gauguin, ou Ramalho Ortigão<sup>18</sup> contam nas suas obras, são realidades, experiências que em muitos casos podem ter contribuído para o desejo de conhecer, de experimentar, de partir das diferentes classes: primeiro à burguesia como foi referido e posteriormente, no século XX, à classe média (Stock, 2003).

A estes artistas há que somar os próprios aristocratas e burgueses que trazem das suas viagens para os seus países de origem inúmeras recordações que servem para divulgar junto dos seus pares as paisagens e cidades exóticas que visitam, como são disto exemplo os inúmeras pinturas de Veneza por Canaletto ou os inúmeros artefactos arqueológicos egípcios, greco-romanos, levados para a Grã-Bretanha.

Entretanto, na Grã-Bretanha um movimento de crescente industrialização, de novas formas de produção vai avançando de forma irreversível o que, aliado a uma reforma agrária e a um conjunto de inovações tecnológicas, vai progressivamente conduzir ao crescimento de várias cidades, que numa primeira fase evoluem sobretudo a partir de pequenos núcleos em torno das indústrias localizadas junto das fontes de matéria prima, nomeadamente junto de explorações mineiras e de linhas de água, disseminadas no campo, para posteriormente, com a melhoria dos meios de locomoção surgirem grandes aglomerações urbanas pela expansão exponencial de cidades portuárias, locais de escoamento da produção para os diferentes pontos do império (Hall, 1998).

Ao mesmo tempo, um outro fenómeno vai surgir ligado ao renascer da cultura clássica; o termalismo, com o desenvolvimento de diversos centros termais por toda a Europa, muitos dos quais tendo como patronos a família real, aproveitando as antigas termas romanas, em grande parte abandonadas durante a idade média, mas que ressurgem como locais de convívio e de recreio em torno das actividades específicas da utilização das suas águas para fins terapêuticos.

Bath na Grã-bretanha, “Aquae Calidae” em Vichy, França, “Aquae Mattiacae” na Alemanha e Caldas da Rainha em Portugal são alguns dos exemplos de balneários utilizados pelas elites da época. Durante este período, o desenvolvimento de estâncias termais foi fomentado pelos diferentes estados, sendo que por exemplo na Grã-Bretanha, existiam incentivos ao seu desenvolvimento, nomeadamente a oferta de terreno por parte quer de entidades públicas quer de entidades privadas, a quem quisesse fomentar a actividade termal, o que conduziu, entre meados do século dezasseis e início do século XIX, ao aparecimento de mais de 170 centros termais (Stock, 2003).

---

<sup>18</sup> Por exemplo com a obra “As mais belas praias de Portugal”.

Contudo, o turismo continua sobretudo a ser um privilégio das classes mais abastadas da sociedade, as únicas que possuem tempo e rendimento disponível para viajarem, continuando sobretudo a serem os aristocratas aqueles que mais fazem turismo, não só para fora das fronteiras dos respectivos países, mas dentro do próprio país, sobretudo nas estâncias termais em moda na época, aliando deste modo, os cuidados terapêuticos aos acontecimentos sociais cada vez mais comuns nesses espaços e para os quais um conjunto de infra-estruturas vão sendo desenvolvidas por forma a aumentar o prazer da estadia, como são disto exemplo cidades como Bath, Brighton na Inglaterra, Baden-Baden na Alemanha, ou Vichy, em França, que sofrem planos de melhoramentos dos seus espaços (Burkart e Medlik, 1992).

É de realçar que nesta fase, o destino do turismo vai continuar a recair por um lado sobre regiões inexploradas ou pouco conhecidas no interior dos diferentes países, onde a natureza pela sua grandeza e majestade tem um forte impacto em quem a observa, muito de acordo com os princípios naturalistas da época muito em voga nos Estados Unidos e na Inglaterra, que enaltecem a observação e o contacto com a vida selvagem. Por outro lado, sobre locais cujos vestígios históricos proporcionam a ocasião para encontrar na história um contraponto aos problemas de qualidade de vida de muitas das cidades que entretanto vão crescendo desmesuradamente (Yellés, 2002).

Assim, os locais escolhidos para o turismo, são a antítese das grandes metrópoles oriundas da Revolução Industrial, e correspondem a paisagens com uma grandiosidade, um impacto estético, que impressionam os espíritos românticos da época, que buscam no encontro com a natureza, o reviver da vida calma e bucólica do campo, numa ligação renovada com o passado mas a que paulatinamente se vão incorporando o conforto proporcionado pelas evoluções tecnológicas da época, nomeadamente ao nível dos transportes com a expansão do caminho de ferro um pouco por toda a Europa.

Contudo, estes locais de grande de grande beleza natural no interior dos países europeus vão entrar paulatinamente em declínio, com o número de visitantes a diminuir drasticamente, à medida que um novo destino emerge no século XIX: estâncias balneares, a praia (Yellés, 2002).

Com efeito, o pensamento religioso puritano que tinha condicionado fortemente as atitudes culturais para com o mar, para com as zonas costeiras, não encorajando a sua visita pois seriam locais onde o mal, o inexplicável acontecia, vai progressivamente sendo substituído pelo espírito iluminista e romântico que encara o mar e as zonas de costa como algo majestoso e belo, digno de visita e que descobre nos banhos de mar em águas frias e na utilização de lamas marítimas, propriedades terapêuticas que vão servir de suporte ao proliferar das estâncias balneares por toda a Europa (Stock, 2003).



Algumas estâncias balneares tornam-se conhecidas e ganham importância devido ao facto de serem cada vez mais frequentadas pela realeza que aí se desloca por questões de saúde e para usufruir de momentos de recreio e lazer. São disto exemplo: na Inglaterra, Weymouth e Brighton locais de veraneio respectivamente do rei George III e do futuro Príncipe Regente; “San Sebastian” frequentada pela família real espanhola (Stock, 2003); ou a zona do Estoril, da Granja e Miramar frequentadas pela família real Portuguesa (Pina, 1998).

À medida que os meios de locomoção se expandem e melhoram em rapidez e segurança, e que novos extractos sociais vão tendo maior capacidade financeira, o número de viagens aumenta e a prática de turismo vai progressivamente alastrando-se pelo continente europeu, criando-se várias estâncias de férias; Scheveningen na Holanda, Travemünde na Alemanha, Dieppe na Bretanha. O turismo internacional deixa de ser privilégio de uma elite e torna-se cada vez mais acessível à classe média, enquanto que cada vez mais membros da classe operária se convertem em turistas domésticos (Page *et al.*, 2002; Cooper, *et al.*, 2005).

Neste contexto, um outro tipo de turismo que vai ganhando importância durante este período é aquele que resulta das sucessivas Exposições Mundiais que vão acontecer um pouco por toda a Europa a partir de 1851 (a primeira em Londres com mais de 6 milhões de visitantes), e que vão estar na origem do aparecimento dos primeiros pacotes de férias por agentes como Thomas Cook, responsáveis não só pelo incremento do turismo como pelo surgir de toda uma indústria relacionada com a organização e difusão de viagens.

Assim, em 1841 Thomas Cook é responsável pela primeira viagem internacional organizada, entre Londres e Paris e em 1866 pela primeira viagem de circuito à América e a partir deste ano, começam a ser realizados com regularidade cruzeiros no Rio Nilo. Outros como Henry Lunn organizam pacotes de viagens que permitem a prática de desportos de Inverno nos Alpes (Page *et al.*, 2002).

Entretanto, nos Estados Unidos, na Califórnia<sup>19</sup>, a exploração das suas praias inicia-se em 1850 com a exploração de Santa Cruz e da Praia de Santa Bárbara. No fim do século, Malibu é denominada a Riviera Americana. Toda esta zona costeira sofre um rápido crescimento sobretudo devido à indústria militar e à do petróleo e seus derivados. Palm Springs é uma estância de férias no interior, frequentada sobretudo no Inverno, inserida no parque natural de Yosemite que vai ser criada nesta época (Stock, 2003). As praias da Florida por seu turno, entram no fim do século XIX nos roteiros turísticos com o desenvolvimento de Palm Beach pelo co-fundador da Standard Oil e promotor da

---

<sup>19</sup> O turismo nesta área dos Estados Unidos vai continuar a aumentar de importância com a construção de vários parques temáticos dos maiores existentes no mundo, nomeadamente o Sea World em São Diego e a Disneyland em Los Angeles.

via de caminho de ferro entre a Praia de Daytona e Key Westm, Henry Flagler. O posterior desenvolvimento da indústria cinematográfica e da indústria do espectáculo vão contribuir para o crescimento turístico apoiado no clima aprazível que faz desta área um dos maiores retiros para pensionistas em todo o Mundo (Stock, 2003).

Outro aspecto que evidencia a crescente importância do turismo é o número crescente de Guias de Viagem que vão surgindo, onde se registam as descrições de viajantes e exploradores, bem como se assinalam os locais pitorescos a visitar e as suas condições de segurança. A data da sua publicação e o número de edições realçam os destinos que primeiramente foram explorados e o volume dessas viagens como são disso exemplo os diferentes guias Baedeker onde em 1898 é publicado o primeiro guia para a Espanha, quando nesse mesmo ano, era publicada a décima nona edição do guia da Suíça, publicado pela primeira vez em 1863 e o da Itália publicado pela primeira vez em 1867 tinha a publicação da sua edição número 143 (Stock, 2003).

O grande incremento na difusão social das férias vai acontecer com a introdução do tempo de férias<sup>6</sup> na vida dos trabalhadores pós-Revolução Industrial. Efectivamente, nas sociedades rurais o tempo livre existia associado às paragens e aos ritmos das colheitas e das estações do ano. Com a industrialização e com a urbanização o tempo livre diminui drasticamente e as jornadas de trabalho são muito longas, intensas e em muitos casos em condições de salubridade muito precárias. Numa primeira fase, o movimento sindicalista do fim do século XIX não procuram tempo para férias, mas sim a redução do número de horas de trabalho semanal<sup>20</sup> e a melhoria das condições de trabalho.

È em França, no seguimento de uma série de relatórios médicos onde se manifestam grandes preocupações com o estado sanitário da classe trabalhadora, que os primeiros movimentos sindicais conseguem que os operários tenham uma redução da jornada diária (em 1848, a duração diária do dia de trabalho é fixada em França em 12 horas), e um tempo livre para puderem recuperar das deficientes condições em que trabalham. Estes movimentos propagam-se um pouco por toda a Europa, onde o governo britânico de 1871 a 1875 introduz cada vez mais dias livres para que os seus trabalhadores se possam deslocar até às estâncias balneares, o que conduz uma diferenciação das estâncias balneares consoante o tipo de classe que as frequenta, por exemplo na Grã-Bretanha: Brighton para a classe alta; Bournemouth para a classe média e Blackpool no noroeste de Inglaterra desenvolvida para os trabalhadores da indústria têxtil (Page *et al.*, 2002; Stock, 2003).

Assim, durante o fim do Século XIX e a primeira metade do século XX, a prática do turismo vai progressivamente estendendo-se a outros grupos sociais, nomeadamente à burguesia citadina, e

---

<sup>20</sup> A redução do horário de trabalho vai continuar a diminuir ao longo do século vinte, passando das 54 horas semanais, com apenas descanso ao domingo para as actuais 48 horas semanais praticadas em média nos países ocidentais (Stock, 2003; Cooper *et al.*, 2005).

passa a ser praticada cada vez mais pela classe trabalhadora e pela classe média que se vai formando e para a qual várias iniciativas são direccionadas como é disto exemplo a publicação oficial em 1914 das praias segundo o “gosto da classe média britânica”, da qual constavam sobretudo praias francesas, suíças, alemãs e italianas, respectivamente 64, 53, 35 21 praias (Stock, 2003).

Após a Segunda Guerra Mundial, o turismo sofre um notável incremento depois dos anos cinquenta na maior parte dos países ocidentais com os vários governos a promoverem uma economia mista: um sistema económico capitalista aliado a um estado social forte. Ao aumento do rendimento disponível pelas famílias dos países ocidentais, ao aumento progressivo do tempo de lazer e das férias pagas, junta-se a reconversão de meios e de infra-estruturas militares da segunda Grande Guerra, para uso civil, e o proliferar do automóvel que, associado ao "baby boom" do pós guerra, vão provocar um aumento exponencial no número de turistas, levando numerosas famílias a efectuarem movimentos anuais até aos locais de veraneio: é o início do chamado turismo de massas (Stock, 2003).

Outro tipo de transporte que progressivamente vai ganhando importância a partir dos anos cinquenta, e proporcionar um aumento das escolhas dos locais de férias ao tornar locais distantes cada vez mais acessíveis de forma cada vez mais cómoda, é o transporte aéreo. As primeiras ligações a jacto aéreas são criadas na década de 50, onde os antigos aviões proporcionaram o seu aproveitamento pelas companhias de "charter" para operarem para os destinos turísticos, e em 1959, mais de 2 milhões de britânicos já viajavam para o estrangeiro, dos quais cerca de 80 mil para Espanha.

De referir que nos regimes da Europa do Leste que emergem da Segunda Grande Guerra, este movimento de turistas também ocorre com a construção de várias estâncias e campos de férias para os trabalhadores assim como casas de férias para a elite partidária, as chamadas "dachas" (Stock, 2003).

Nos anos sessenta, países novos países cujas economias vão proporcionando aumento nos rendimentos das famílias começam a contribuir para os fluxos mundiais de turismo como é o caso do Japão a partir do qual importantes fluxos turísticos se geram para os países asiáticos da sua área de influência e posteriormente para a Europa (Page *et al.*, 2002; Cooper, *et al.*, 2005).

Este crescimento no número de turistas a nível mundial vai continuar até aos anos oitenta, travado apenas pela crise petrolífera dos anos setenta e posteriormente pelas crises económicas do início dos anos noventa e na sequência dos atentados terroristas em Nova Iorque em Setembro de 2001 (Stock, 2003).

De referir que nos anos noventa, novos mercados emissores surgem oriundos sobretudo das potências emergentes asiáticas, onde o turismo em países até então pouco abertos a este fenómeno é promovido, como é o caso da Coreia do Sul e da China, neste ultimo pais onde as férias passaram de 15 dias para 5 semanas nos anos 90, duas semanas no Verão e uma em cada uma das festas nacionais; Ano Novo Lunar Chinês, 1º de Maio - Dia do Trabalhador - e a festa nacional no dia 1 de Outubro. O turismo parece pois estar intimamente relacionado com o desenvolvimento económico dos diferentes países (Stock, 2003; Cooper *et al.*, 2005).

Durante os anos noventa modificações nas sociedades ocidentais conduziram ao aumento de produtos turísticos e à sua disseminação por várias zonas do globo, associados a mudanças na procura e na oferta; visitar amigos e parentes, negócios e congressos e a busca por novas experiências são factores que entram no aumento da procura e da despesa por parte dos turistas. As melhorias constantes dos transportes (melhores aviões, carros e comboios de alta velocidade), o aparecimento de novas modalidades de alojamento como o time-sharing, inovações por parte dos operadores como a venda e publicidade na Internet juntamente com a crescente informação disponível e a promoção dos governos dos destinos, até a protecção dos consumidores tudo contribui para o desenvolvimento do turismo nas sociedades ocidentais facilitado ainda mais com o abolir de fronteiras no espaço europeu e com a introdução da moeda única (Stock, 2003).

As modificações sociais nas sociedades ocidentais como o aumento das famílias mono parentais, o aumento da esperança de vida nos países ocidentais, o aumento de famílias sem filhos conduz progressivamente ao aparecimento de novos produtos que procuram satisfazer as necessidades cada vez mais especificas dos diferentes grupos sociais (Page, 2003; Cooper *et al.*, 2005)

De referir contudo que as férias na praia continuam a ser o principal produto turístico mundial, mas com diferenças substanciais em relação ao turismo balnear do inicio do século XX, já que os banhos em águas frias com fins terapêuticos deram lugar ao nadar e fazer desportos náuticos motorizados em águas tépidas em estancias localizadas progressivamente mais a sul.

Nas sociedades ocidentais, a prática do turismo está largamente inscrita na cultura actual. A interrupção do tempo de trabalho e a deslocação da área de residência para outras regiões, para outras nações, pelo menos uma vez por ano, tende a ser entendida como uma necessidade, um direito. O inverso, pelo contrário, conduz a uma certa forma de exclusão, mostrando as desigualdades sociais como é colocado em evidencia por um recente estudo elaborado em França, onde se concluiu que os trabalhadores menos qualificados deslocam-se 12 vezes menos para férias do que os profissionais liberais, e onde 92% das pessoas com rendimentos anuais superiores a 45000 euros faz férias pelo menos uma vez por ano, enquanto que para rendimentos abaixo dos 9000 euros a percentagem dos que faziam férias descia até aos 28% (Stock, 2003).

O turismo é pois um fenómeno que faz parte das sociedades ocidentais e que está implicitamente ligado às transformações que ocorreram após a Revolução Industrial “um filho da democracia e da velocidade, integrado na evolução das sociedades industriais das quais segue as etapas...sendo actualmente um fenómeno de consumo" (Stock, 2003: 203, citando Siegfried, 1999).

### **2.7.3 Turismo em Portugal**

O turismo chega a Portugal um pouco mais tarde do que em muitos países europeus, sendo que aparentemente terá sido objecto de atenção a partir da Implantação da República em 1910, introduzido por acção da iniciativa privada.

Vítor Maximiano Ribeiro, escritor e jornalista, na sua intervenção no I Congresso Nacional de 1910, utiliza o termo "tourismo" que entrará definitivamente em uso na língua portuguesa, a partir do IV Congresso Internacional de Turismo que teve lugar em Lisboa no ano de 1911 (Pina, 1988; Cunha, 2001).

Da sua génese se explica em grande parte o desenvolvimento do sector a nível nacional e a sua distribuição no território.

#### **2.7.3.1 Etapas de Desenvolvimento**

##### **i. De 1900 a 1950**

O turismo em Portugal até meados do século vinte possuía uma expressão muito reduzida quer em número de turistas, quer em meios e locais de alojamento, estando praticamente reduzido, em termos de estrangeiros, às regiões da Madeira e da zona do Estoril e, em termos de turistas residentes, à frequência de estâncias termais disseminadas pela região centro e norte do país.

Contudo, durante o início do século até à década de cinquenta alguns passos importantes para o seu desenvolvimento foram levados a cabo.

Com efeito, em 1906 cria-se a Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP), sociedade de iniciativa privada, com o objectivo de não só organizar e divulgar o inventário de todos os monumentos, riquezas artísticas, curiosidades e lugares pitorescos do país, como promover o aumento de turistas nacionais e estrangeiros em Portugal.

Procurava-se, pois, a promoção do turismo a nível interno e internacional, estabelecendo-se como prioridades a divulgação e sensibilização da população para a problemática turística através de conferências e artigos na imprensa por todo o país, criando-se as bases para uma organização nacional que cuidasse e protegesse o património e internacional.

Neste sentido, não só foi promovida a sua adesão a um organismo internacional (Federação Franco – Hispânica dos Sindicatos de Iniciativa) como em 1909, com a colaboração da Casa Pia, se promoveu o primeiro curso de formação Profissional para o pessoal da hotelaria e se criaram as primeiras ligações internacionais com vista à abertura de Portugal ao turismo internacional; uma linha de navegação entre Nova Iorque e Lisboa e a ligação ferroviária entre Lisboa a Paris; esta organização viria posteriormente a ser extinta em 1921 quando já contava com 143 delegações abertas em todo o território nacional.

Pese embora os problemas políticos sentidos no seguimento da queda da monarquia e da implantação da República com o seu ideário de modernidade e abertura do país ao progresso e ao exterior, em 1911 foi criada a primeira organização oficial de turismo: um Conselho de Turismo coadjuvado por uma Repartição de Turismo, integrados no ministério do Fomento, no seguimento do IV Congresso Internacional de Turismo realizado em Lisboa, com os quais se pretendia fomentar o turismo a nível nacional e internacional (Cunha, 2001).

Destaque-se que, a par da França e da Áustria, Portugal foi um dos países europeus a ter um organismo estatal na área do turismo (Pina, 1988) e, apesar da I Grande Guerra e do consequente abrandar das preocupações com o sector, cabe referir a elaboração do plano de aproveitamento turístico do Estoril, que entretanto se transformara no primeiro grande centro de turismo internacional do país, assim como o programa de construção das Pousadas de Portugal (Pina 1988).

Em 1919 o Ministério do Fomento transforma-se em Ministério do Comércio e Comunicações e em 1920, na sua remodelação, o Conselho do Turismo é substituído pelo Conselho de Administração das Estradas e Turismo. Passa em 1927 a depender do Ministério do Interior após a queda da primeira República. Em 1928 o “jogo” ficou ligado ao turismo e criando-se a Repartição de Jogos e Turismo integrada no Ministério do Interior, para em 1929 ser criado o Conselho Nacional de Turismo, para responder à exposição ibero americana de Sevilha que se pensaria trazer a Portugal milhares de americanos, facto que não veio a acontecer (Pina, 1988).

É esta entidade oficial que vai ficar com a herança da SPP e continuar o trabalho de fomentar o turismo português continuando o programa de construção de pousadas. Em 1930 surge a Comissão de Propaganda do Turismo de Portugal no estrangeiro e são criadas Casas de Portugal em Paris, Londres e Antuérpia, numa tentativa de aumentar o volume de turistas estrangeiros, pois enquanto a

Itália recebia mais de cinco milhões de turistas, Portugal pouco ultrapassava os cinquenta mil (Pina, 1988).

Durante a década de 30, para além das estâncias termais, as estâncias balneares como Cascais e Figueira da Foz recebiam cada vez mais visitantes, esta última recebendo cada vez mais espanhóis, fluxo interrompido depois com a guerra civil. Ao Norte, para clientelas menos elitistas, Espinho e Póvoa do Varzim iam-se afirmando como estâncias balneares; a atracção destas estâncias foi aumentando com a constituição de casinos; numa primeira fase seis temporárias – Figueira da Foz, Espinho, Praia da Rocha, Cúria, Sintra e Viana do Castelo - e 2 zonas de jogo permanentes, Madeira e Estoril. Das primeiras, a Praia da Rocha seria abandonada com a redução de espanhóis devido à guerra civil e a de Viana passaria para a Póvoa do Varzim, extinguindo-se as de Sintra e da Cúria (Pina, 1988).

A Guerra Civil de Espanha (1936) actuou como um tampão à entrada no território nacional de turistas europeus, entradas essas que durante a II Grande Guerra foram diminuindo a nível internacional, pesa embora o crescimento em importância do Estoril como destino turístico. O eixo Lisboa-Estoril, "A Linha" (conhecida assim depois da electrificação da linha de caminho de ferro), assumiu uma relevância internacional e ganhou uma imagem elitista com vários membros da alta sociedade, da política e do mundo empresarial a refugiaram-se da Guerra e do regime franquista como a família real espanhola ou o engenheiro e empresário Calouste Gulbenkian, são exemplos.

Pesa embora as modificações nas infra-estruturas de transporte (a TAP foi criada em 1944), de alojamento, as iniciativas legislativas e o apoio a manifestações de cultura popular, (os vários cortejos de folclore, de acontecimentos históricos um pouco por todo o país), as entradas de estrangeiros em Portugal em 1950 desembocavam nos 76 mil estrangeiros, enquanto que, por exemplo em Espanha, pesa embora os efeitos da guerra, eram já 456 mil, enquanto na Suécia rondava os 170 mil e países fortemente envolvidos na 2ª Grande Guerra recebiam já vários milhares de turistas como a França visitada por mais de três milhões de turistas ou a Itália com 5 milhões de visitantes (Cunha, 2001). As entradas em território nacional eram sustentadas sobretudo pelo mercado britânico, espanhol e por alguns brasileiros e americanos que vinham em peregrinação a Fátima ou em negócios (Cunha, 2001).

## **ii. O pós-Guerra: de 1950 a 1974**

No início da década de 50, Portugal não acompanhou a nova era do turismo na Europa, sobretudo devido ao seu atraso em infra-estruturas e na produção de bens, ao mostrando-se aparentemente

incapaz de satisfazer clientelas internacionais habituadas ao conforto, como era o caso da Americana (Cunha, 2001).

Contudo, o regime no poder começa, tal como em Espanha, a ficar isolado e ver no turismo uma forma não só de aumentar as receitas e equilibrar a balança de pagamentos como uma forma de, propaganda do regime, de expansão do seu prestígio (Pina, 1998).

Assim, uma série de acções governativas procuraram desenvolver o turismo em Portugal. Nomeadamente, em 1954, é promulgada a Lei 2073 que permitiu, mediante o estatuto de utilidade turística, um conjunto de isenções fiscais às empresas hoteleiras, bem como uma linha de crédito para fomentar o desenvolvimento da indústria turística, e em 1956 é criado o Fundo de Turismo, que visa apoiar financeiramente diferentes acções na promoção do sector. Nesse ano é ainda publicada a Lei 2082 que passou a constituir a Lei-Base do turismo com vista ao enquadramento das condições institucionais que permitissem o seu fomento (Pina, 1988).

Na sequência destas medidas, foram criadas zonas de turismo nos concelhos em que existiam praias, estâncias hidrológicas, climáticas, de altitude, de repouso, de recreio e monumentos (Pina, 1998), por requerimento das respectivas Câmaras Municipais, por se entender que a execução de uma política local de turismo se deveria desenvolver com a participação dos interesses municipais, que para ser eficiente teria de ser vivida e sentida pelos habitantes dos concelho (Cunha, 2001). Como consequência, destas medidas e do dinamismo a elas associado, o número de turistas aumentou, registando-se em 1963 a entrada de 514 mil visitantes em território nacional, provenientes sobretudo de 3 países – Reino Unido, França e Estados Unidos da América (Cunha, 2001). O número de camas entre 1953 e 1963 duplicou, passando de 24 mil para 57 mil camas concentradas sobretudo na região de Lisboa 30%, Porto, 8,4%, Aveiro 7,5% e 7,2% em Leiria. Só depois vinha o Algarve com 5% e a Madeira com 3, 3 % (Cunha, 2001).

O ano de 1964 marca, para muitos autores (Pina, 1998; Cunha, 2001), o início do verdadeiro desenvolvimento do turismo português, sendo superada pela primeira vez a barreira do milhão de entradas em território nacional, dobrando o valor do ano anterior. Portugal aproveitava assim o esforço de recuperação económica dos países industrializados afectados pela guerra. Aparentemente, o território nacional era escolhido pela sua localização geográfica, pelas suas condições climatéricas e pelos preços praticados (Cunha, 2001).

Grandes empreendimentos turísticos vão surgir concentrados sobretudo no Algarve, na Madeira e em Tróia, numa forte aposta nas qualidades dessas regiões para o turismo de sol e praia. Mas pese



embora o seu enquadramento nos Planos de Fomento<sup>21</sup>, onde lhe é atribuído o papel de motor do desenvolvimento económico não é definido um modelo global de desenvolvimento turístico enquadrado por uma política de ordenamento do território (Pina, 1998). Grandes infra-estruturas de apoio à actividade turística vão sendo construídas, como é o caso dos aeroportos do Funchal (Madeira) e de Faro (Algarve), o que irá permitir o estabelecimento de ligações aéreas com os principais centros emissores de turistas. Contudo autores como Pina (1998) afirmam que por estes desenvolvimentos em infra-estruturas, em empreendimentos hoteleiros fortemente concentrados em certas zonas do território vão originar desequilíbrios que vão ser acentuados ao longo do tempo (Pina, 1988).

O próprio presidente do Conselho, o Professor Oliveira Salazar em 1965, numa antevisão do que aconteceria no Algarve, dizia então que receava que a beleza natural deste estivesse a ser arruinada com a pressa de o dotar com uma oferta de alojamento capaz de fazer frente à procura crescente de sol e praia (Pina 1998).

Data também dos anos sessenta o Plano de Ordenamento da Província do Algarve, no qual se procurava enquadrar um desenvolvimento turístico equilibrado do território, mas que se revelou ineficaz visto que, segundo Pina (1998:229), na sua elaboração estiveram estudos que “partiram de hipóteses e de bases irrealistas discutíveis ... que não permitiram a elaboração de um plano efectivo e capaz de acompanhar a construção de meios de alojamento com equipamentos de animação e com a protecção dos espaços naturais e construídos existentes”.

Contudo, o número de turistas estrangeiros continuou a aumentar, sendo que em 1973, ultrapassavam os 4 milhões, oriundos em 43% de dois países: Reino Unido e Estados Unidos da América. Alemanha, Espanha, e França, eram os restantes países que mais contribuíam para o número de turistas a nível nacional. De realçar que a partir desta altura o volume de turistas estrangeiros supera largamente o dos turistas nacionais que em 1964 eram responsáveis por 61% das dormidas e em 1974 apenas por 45% das dormidas (Cunha, 2001).

A oferta hoteleira vai continuar a aumentar, sendo que a nível nacional em 1973 atinge-se as 86 mil camas valor que quase duplicou numa década (59 mil camas em 1964), passando o Algarve a deter cerca de 16% da capacidade hoteleira e a Madeira 9,5% (Cunha, 2001).

---

<sup>21</sup> O II Plano de Fomento 1968-1973 – o sector do turismo era já considerado como estratégico do crescimento económico; as medidas de política turística foram: defender a qualidade do turismo; promover a formação e aperfeiçoamento profissionais; privilegiar o desenvolvimento turístico do Algarve, da Madeira e da Região de Lisboa; promover a expansão do turismo interno; recuperar as termas; conservar as arribas, praias e regularizar as zonas fluviais de interesse turístico; conservar os edifícios e monumentos nacionais, pavimentar os caminhos florestais e fomentar a caça e pesca (Pina, 1998).

Assim, a procura dominante caracteriza-se pela busca do sol, do mar e das praias de areia fina que existem em abundância no sul do país; todo o desenvolvimento do turismo se concentra na exploração destes atractivos, com o progressivo abandono do turismo no interior e consequentemente dos valores turísticos em que essas regiões são particularmente ricas: termalismo, cultura, gastronomia, paisagens. O turismo em Portugal passa a ser sinónimo de litoral, contribuindo para o reforço da concentração população nacional nesta área do território (Pina, 1998; Cunha, 2001, 2006).

### **iii. De 1974 à actualidade**

Em meados dos anos setenta, o turismo em Portugal sofre uma forte quebra, em parte devido ao facto de as economias ocidentais – fortemente dependentes do petróleo – entrarem em crise, fruto do corte no fornecimento de petróleo instigado pela Arábia Saudita e que resulta em fortes quebras na produção industrial nos países industrializados, num aumento do desemprego, e das taxas de inflação, e em parte devido à Revolução Portuguesa de 1974, que vai provocar grandes transformações económicas, sociais e políticas, nomeadamente com a vinda de uma grande massa de desalojados das ex-colónias que vão ocupar muitos dos os alojamentos hoteleiros existentes no continente. Entre 1974 e 1975, entraram menos 45% de turistas e as receitas caíram 18%. Contudo, a partir de 1976 as economias ocidentais começam a recuperar e com elas o turismo nacional, sendo no fim da década, em 1979, as entradas de estrangeiros em Portugal atingiram os 2,255 milhões de turistas, correspondendo a uma receita de 46 milhões de contos (valor em moeda antiga).

Nos anos posteriores e até 1996 o número de turistas foi sempre aumentando, embora a receita a partir de 1992 tenha sofrido alguns anos de diminuição. Saliente-se, por outro lado, que entre 1980 e 1992 Portugal registou a nível europeu as mais elevadas taxas de crescimento – por exemplo entre 1983 e 1984 a receita duplicou passando de 93 milhões de contos para 140 milhões de contos (valor em moeda antiga), e o número de turistas de 3, 714 para 4,118 milhões<sup>22</sup>, cabendo ao Algarve e à Região Autónoma da Madeira a maior parte dos visitantes e das receitas, situação que praticamente não sofreu alterações nos anos posteriores. Como afirma Cunha (2001) não só este crescimento foi gerador de "euforias utópicas" e produziu efeitos perversos e desenvolveu o espírito do lucro fácil como, apesar do extraordinário crescimento da procura, o turismo português passou a viver em estado de crise latente ou explícita derivada do excesso de oferta, da inadequação das infra-estruturas, do desordenado aproveitamento dos espaços e da sua dependência face sobretudo ao

---

<sup>22</sup> Dados numéricos sempre retirados da DGT e dos relatórios do Banco de Portugal, em (Cunha, 2006).

mercado britânico e espanhol, o que o torna vulnerável a qualquer flutuação destes mercados (Cunha, 2001, 2006).

As suas vulnerabilidades mais importantes residem assim nas excessivas concentrações: concentração em termos de mercado de origem – mais de metade das dormidas de estrangeiros na hotelaria global provém do Reino Unido e da Alemanha e cerca de dois terços de dormidas em todos os meios de alojamento provém destes dois países e da Espanha (INE, 2006); concentração territorial – só o Algarve detém mais de 45% da oferta turística nacional e em conjunto com a Costa de Lisboa, absorve 70% de todas as dormidas de estrangeiros (INE, 2006); concentração em atractivos e motivações – é o sol e o mar que servem de base essencial à oferta e aposta-se fundamentalmente nas motivações que estão na origem da procura do sol e do mar (Cunha, 2006).

Um dos desafios mais prementes com que o turismo português se passou a defrontar é, então, o da diversificação; o seu equilíbrio e o seu crescimento sustentado dependem fortemente: da diversificação de mercados; de produtos e de motivações a par da adopção de estratégias empresariais baseadas na inovação; no desenvolvimento e na resposta às motivações e necessidades dos clientes (Pina, 1998; Cunha, 2001, 2006).

Com o fim de adoptar uma nova estratégia para o desenvolvimento do turismo foi lançado, em meados da década de oitenta, um Plano Nacional de Turismo que tinha como objectivos: contribuir para a atenuação dos défices cambiais; contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses; contribuir para a protecção do património natural e valorização do património cultural, valorizando o turismo nacional (Cunha, 2001). Sendo que para os diferentes governos, o fomento do turismo tem sido um factor chave incidindo a sua acção sobretudo no reforço da promoção internacional (Selada, 2004).

Do Plano Nacional<sup>23</sup> de turismo para 2004-2006 cabe destacar que se pensa que no Algarve e Madeira a procura interna está situada entre os 14 e os 20 % e o mercado está fortemente dependente (mais de 80%) de três países; Reino unido, Alemanha e Holanda. Para colmatar tal facto prevê-se apostar fortemente no mercado espanhol. Neste plano o turismo é considerado pelo actual governo no seu programa como "um sector produtivo prioritário e estratégico para o desenvolvimento económico" do país, onde a aposta deve ser dada à qualidade e à excelência e a uma verdadeira adesão nacional à vocação do país para o turismo (Cunha, 2006). Visa-se obter um crescimento dos diferentes mercados, interno e externo, aumentando as taxas de ocupação, diminuir a sazonalidade e o fomento de áreas turísticas menos procuradas do território nacional.

---

<sup>23</sup> - Disponível no site do Instituto de Turismo.

Neste planos, o crescimento da procura dado pelo indicador número de turistas previa que o fossem alcançados os 13 200 milhões de visitantes, tendo em consideração que para o período considerado (2004-2006) se iriam realizar alguns acontecimentos que se esperava atraíssem muitos visitantes, valor que contudo até 2006, tendo neste ano sido atingido o valor de 10,300 milhões de visitantes (OMT, 2007).

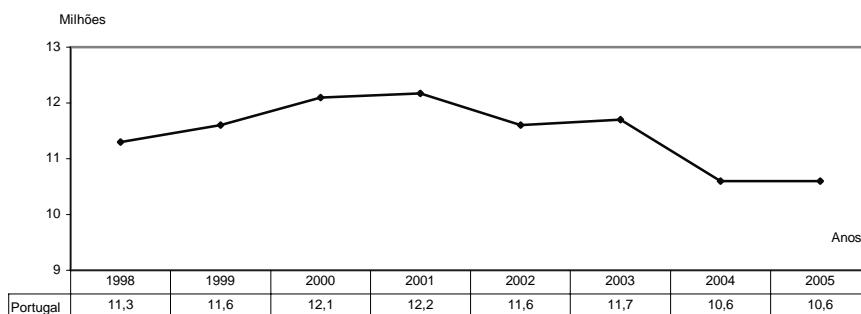
Neste plano, tinha-se como mercados de crescimento em primeiro lugar a Espanha, o Reino Unido, França; em segundo lugar a Alemanha, a Holanda e o Brasil; e em terceiro lugar o grupo composto por Estados Unidos e Canadá. Como destinos preferenciais, o Algarve, Lisboa, Madeira, Porto e Norte de Portugal e Açores com os produtos de sol e mar, touring, city short breaks. Por exemplo a região centro só aparecia nos objectivos de valorização (turismo de negócios, golfe, city e short breaks, cruzeiros e estágios desportivos) e diversificação (city e short breaks, turismo de negócios, golfe, estágios desportivos, turismo activo-sazonal e touring e turismo activo) geográfica (ICEP, 2005).

Quanto aos objectivos quantitativos, para além da promoção da “marca” Portugal, país de oceanos, procurava-se aumentar a cultura de turismo com a mobilização de todos os portugueses. Procurava-se diversificar os produtos, aumentar a componente animação e implementar um serviço de qualidade. Tudo acompanhado de um programa de marketing estratégico para igual período, com o qual se preconizava para a região centro, por exemplo o touring e o turismo activo para o mercado internacional, e para o mercado interno o sol e mar, o termalismo, city e short breaks, touring e turismo activo, enquanto que a região de Lisboa era a que englobava mais tipos de turismo com, para além dos citados, o turismo religioso (Fátima intimamente ligada à região de Lisboa), festivais culturais, golfe, estágios desportivos, de negócios e congressos nomeadamente (ICEP, 2005).

Pesa embora os objectivos mencionados no plano atrás mencionado o que é facto é que nos últimos anos se assistiu não a uma diversificação quer das áreas de procura quer dos mercados emissores mas sim a uma grande concentração, já que nas regiões do Algarve, Lisboa e a Madeira ocorrem 90% da oferta de alojamentos e mais de 70% dos turistas é oriunda do Reino Unido, Espanha e Alemanha (Figuras 2.18 e 2.19).

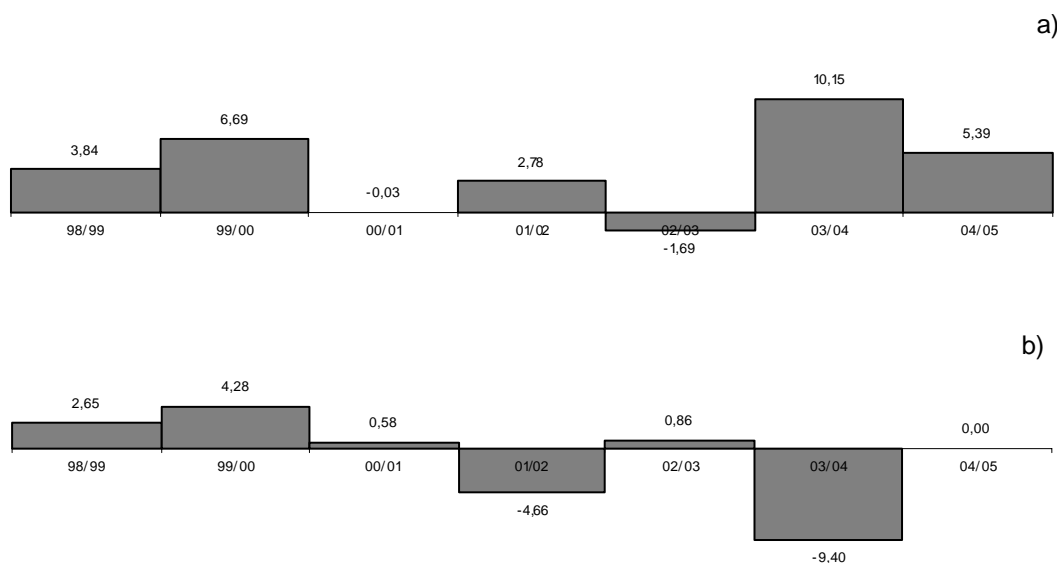
Com efeito, após um crescimento praticamente contínuo até 2001, o número de turistas que visita Portugal tem vindo a diminuir apresentando actualmente valores idênticos a 1999 (Figura 2.12), facto reforçado pela diminuição entre 1998 (1,83%) e 2006 (1,34%), de meio ponto percentual na quota de mercado global, andando desde então, excepção feita para 2005 ao que tudo indica, em contra ciclo com a variação a nível mundial como se pode ver na figura 4, sendo de realçar a diminuição no número de turistas em 2004 quando a nível europeu e mundial se assistiu a um

crescimento muito notório, isto pesa embora os grandes acontecimentos desportivos ocorridos em 2004, como foi o Campeonato Europeu de Futebol (DGT, 2005).



**Figura 2.12 – Total de chegadas Internacionais em Portugal entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2006).**

Com efeito, após um crescimento praticamente contínuo até 2001, o número de turistas que visita Portugal tem vindo a diminuir apresentando actualmente valores idênticos a 1999 (figura 3), facto reforçado pela diminuição entre 1998 (1,83%) e 2006 (1,34%), de meio ponto percentual na quota de mercado global, andando desde então, excepção feita para 2005 ao que tudo indica, em contra ciclo com a variação a nível mundial (Figura 2.13), sendo de realçar a diminuição no número de turistas em 2004 (apesar de ter ocorrido o Campeonato Europeu de Futebol em território nacional), quando a nível europeu e mundial se assistiu a um crescimento muito notório.

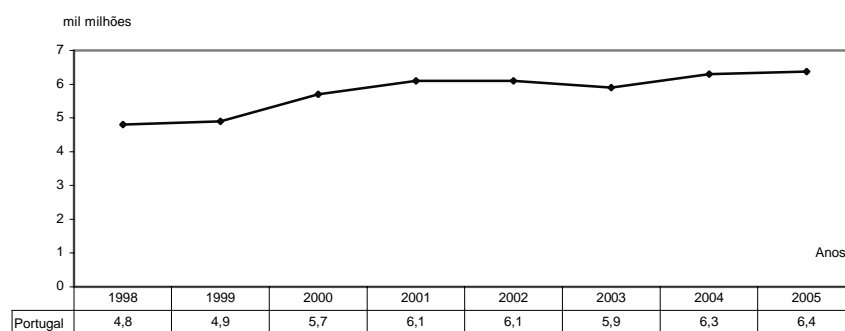


**Figura 2.13 – Variação no Mundo (a), e em Portugal (b), do número de turistas entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2006).**

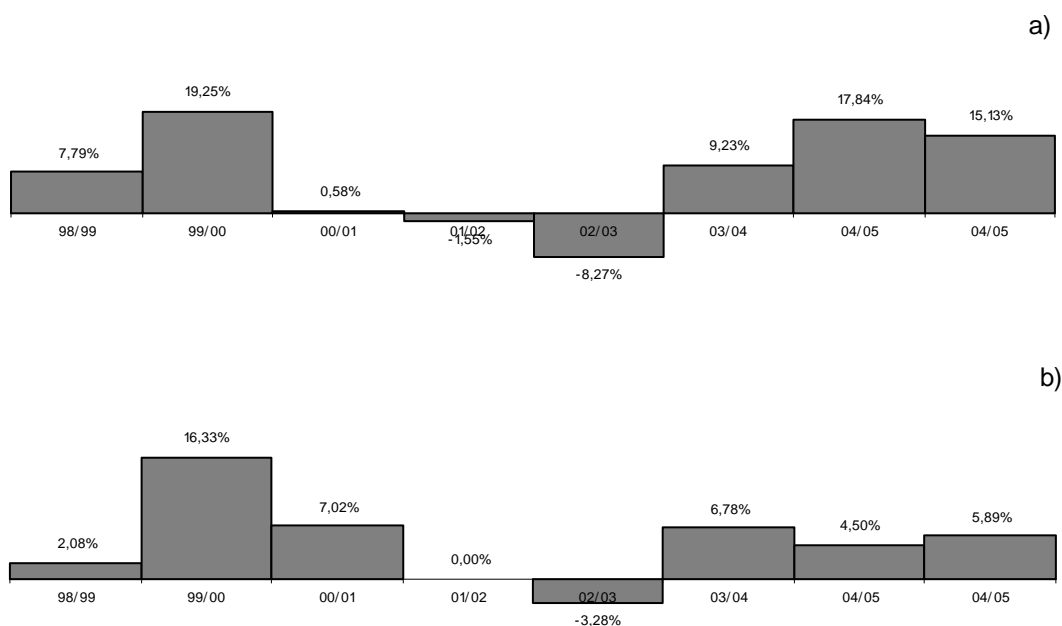
Cabe referir que segundo os dados da (OMT, 2006), Portugal tem vindo a perder quota no mercado mundial, já que em 1998, 1,83% dos turistas mundiais tinham como destino Portugal, o que correspondia ao décimo terceiro país com mais turistas em todo o mundo, para em 2005 ocupar décimo nono lugar, com 1,32% do total mundial de turistas. De referir que neste período a França ocupou sempre o primeiro lugar no número de turistas recebendo em 2005 perto de 10% do total a nível mundial.

Em termos de receitas o comportamento de Portugal é muito similar ao comportamento em termos de volume de turistas, visto que em 1998 com 1,20% das receitas mundiais ocupava o décimo oitavo lugar a nível mundial, para em 2005 ocupar o vigésimo primeiro lugar com 1,17% de receitas a nível mundial, ranking liderado durante este período pelos Estados Unidos que em 2005 eram responsáveis por 12% do total de receitas mundiais (OMT, 2006).

Em termos absolutos, a sua variação tem acompanhado as tendências a nível mundial registando-se entre 1998 e 2005 apenas uma diminuição entre os anos de 2002 e 2003 e que no ano de 2004, assistiu-se a um aumento significativo da receita por turista em 2004 (Figuras 2.14 e 2.15), facto que poderá ter explicação na importância crescente da região de Lisboa e Vale do Tejo.



**Figura 2.14 – Receitas do Turismo em Portugal entre 1998 e 2005 em mil milhões de €, (a partir de OMT, 2006).**



**Figura 2.15 – Variação no Mundo (a), e em Portugal (b), das receitas do turismo entre 1998 e 2005 (a partir de OMT, 2006).**

A localização das unidades hoteleiras de maior prestígio (hotéis de 5 estrelas) está praticamente circunscrita às Regiões de Lisboa, Lisboa Vale do Tejo e Algarve sendo em 2005, responsáveis por mais de 80% das receitas totais nas duas primeiras regiões e de 70% no Algarve.

Lisboa tem visto a sua posição reforçada no panorama nacional e internacional ocupando em 2005 o oitavo lugar com maior número de congressos<sup>24</sup>, ultrapassando cidades como Londres e Amesterdão, e com um forte reforço da procura, quem em termos de cidades europeias, continua a ser liderada por Londres seguida de Paris e Berlim<sup>25</sup>. Um estudo levado a cabo pela Câmara de Lisboa revela que 92,3 % dos visitantes em 2004 deu uma nota muito positiva à cidade em que a população, a vida nocturna e o clima foram os indicadores mais valorizados, recomendando fortemente Lisboa a amigos e parentes, abrangendo nesta recomendação a área de Fátima a Setúbal.

Em termos de distribuição no território, continua a acentuar-se forte localização no litoral associada ao produto sol e praia com 80% do alojamento a localizar-se no litoral com o Algarve a possuir 38% dos alojamentos disponíveis em 2005, seguido pela região de Lisboa que apresenta uma qualidade de oferta superior sendo a que maior receita gera, pesa embora a descida ocorrida entre 2004 e 2005, aparentemente em parte causada pela grande subida ocorrida em 2004, fruto em

<sup>24</sup> Dados IAAC, (2006), disponível no respectivo site.

<sup>25</sup> Dados, “Tourmis”, (2005) disponível no respectivo site.

grande parte da realização nomeadamente do Euro 2004 que favoreceu o turismo em toda esta sub-região<sup>26</sup>.

De destacar que a Organização Mundial de Turismo (OMT), prevê para a Europa no período de 1995 a 2020 um crescimento médio global de 3%, mas que para Portugal prevê um aumento de 2,1% abaixo do aumento global da sub-região onde está inserido (Europa Sul/Mediterrâneo com 2,6%), e atrás da vizinha Espanha (2,6%), crescimento previsto aquém do esperado para os países que mais concorrem com Portugal nas condições actuais do turismo europeu e da bacia do mediterrâneo, por exemplo para a região do mediterrâneo leste é previsto um aumento de 4,6% com a Grécia e a Turquia a aumentarem 2,1% e 5,5%, respectivamente.

### **2.7.3.2 Turismo em Portugal, por meio de alojamento.**

#### **i. Estabelecimentos hoteleiros**

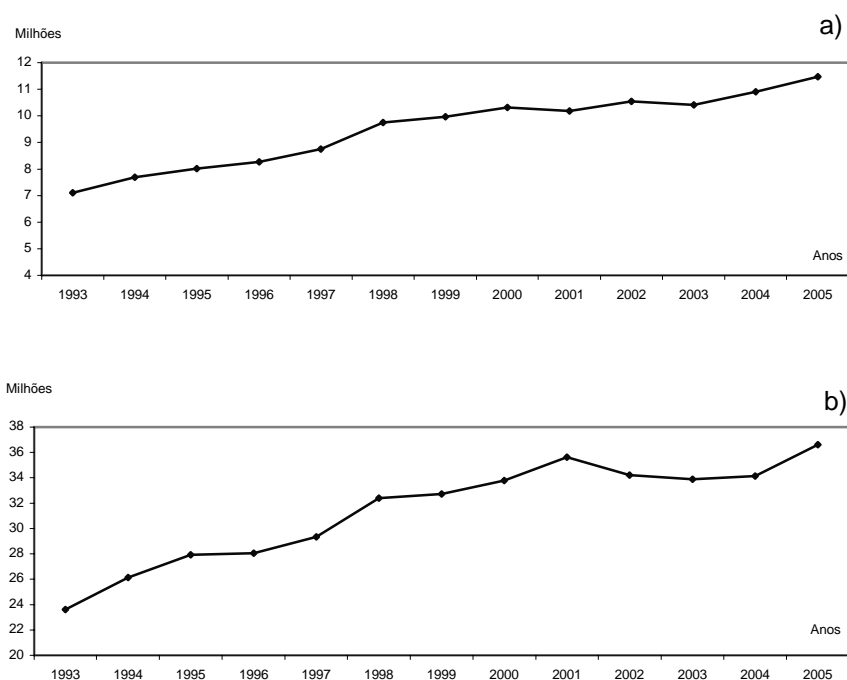
Os estabelecimentos hoteleiros ocupam uma posição de destaque no alojamento dos turistas em Portugal.

Os hóspedes sobem de forma contínua até 2000, sofrendo uma descida em 2001 e 2003, enquanto que as dormidas sobem de forma mais ou menos constante até 2001 (Figura 2.16). Depois desta data descem até 2003, subindo ligeiramente em 2004 e um pouco mais fortemente em 2005, ultrapassando o valor de dormidas em 2001. A esta evolução não é alheia aos acontecimentos externos, nomeadamente ao 11 de Setembro, cujas repercussões se fizeram sentir em 2002. Com a realização do Euro 2004 seria de esperar que nesse ano o aumento de dormidas fosse mais acentuado do que o que veio a acontecer. Acontecimentos externos, como por exemplo o tsunami na Ásia no fim do ano de 2004, explicam a recuperação do valor das dormidas em Portugal com o crescimento do número de dormidas, atribuído sobretudo à recuperação do mercado alemão e holandês, subida do Reino Unido, da Itália, Estados Unidos da América e da vizinha Espanha.

---

<sup>26</sup> De acordo com o estudo elaborado pela DGT, (2005), disponível através do seu site.

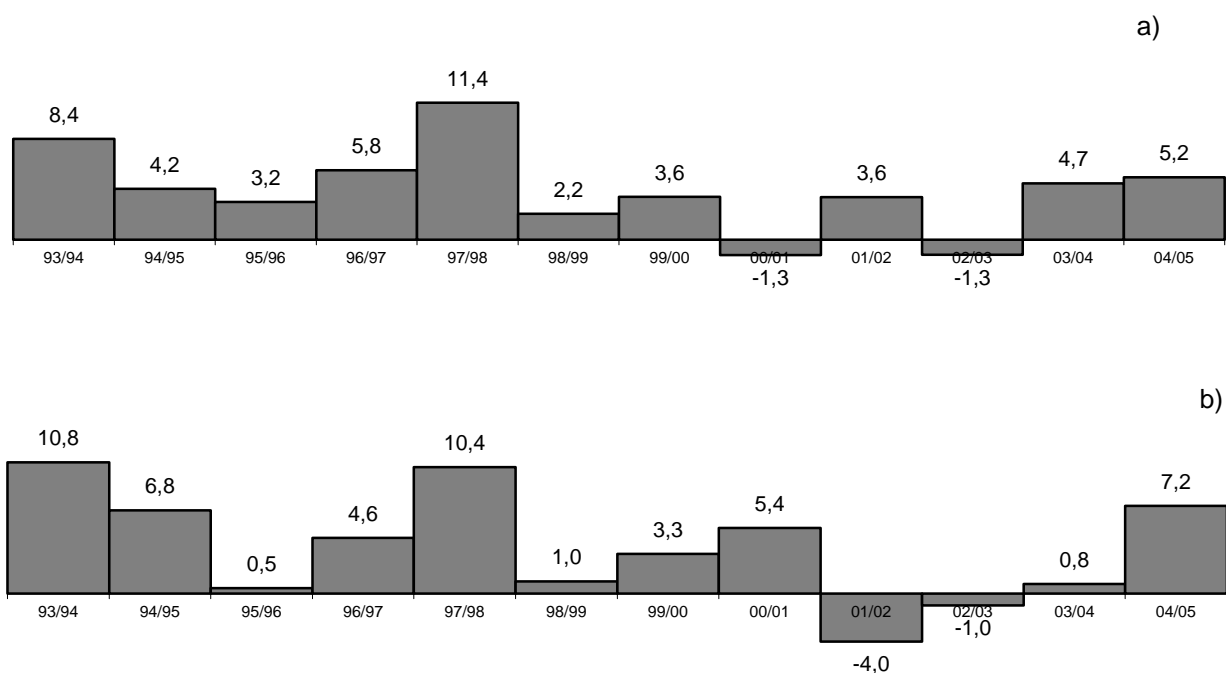




**Figura 2.16 – Evolução do total de Hóspedes (a), e de dormidas (b), nos Estabelecimentos Hoteleiros em Portugal 1993 – 2005 (a partir de INE, 2006).**

A estadia média dos hóspedes desde 2001 tem diminuído, passando de 4,3 noites para 4 noites em 2005. De realçar o facto de que o valor dos proveitos por aposento em 2005, 4,0 (milhares de euros) é inferior ao de 1993: 4,1 (milhares de euros).

Na Figura 2.17 pode ver-se que a variação do número de hóspedes regista um valor positivo com excepção dos anos de 2001 e 2003 em que houve um decréscimo no número de hóspedes. É visível o crescimento negativo no número de dormidas ocorrido em 2002 e 2003, depois de um período de crescimento constante entre 1993 e 2001 e a forte recuperação ocorrida em 2005, com uma variação positiva de 7,2 % no número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais face a 2004.



**Figura 2.17 – Variação percentual em Portugal do número de hóspedes (a), e de dormidas (b), entre 1993 e 2005 (a partir de INE, 2006).**

Em termos de dormidas em estabelecimentos hoteleiros entre 2002 e 2005 por NUT'S II cabe referir que as regiões de Lisboa, Centro, Norte e Açores registaram ligeiras subidas em contraponto às restantes que viram diminuir o número total de dormidas, registando o Algarve a maior quebra de 41,8 % para 38,9 % (Figura 2.18).

Embora tendo perdido peso durante este período, a Região do Algarve<sup>27</sup> continua a liderar destacada a preferência dos turistas, o que está intimamente relacionado com o produto turístico sol e praia, de maior duração que por exemplo o turismo urbano característico da região de Lisboa.

Confirma-se a concentração geográfica do número de hóspedes e das dormidas em três zonas do país, Lisboa, Algarve, e Região Autónoma da Madeira com perto de 80 % do total de hóspedes e de dormidas entre 2002 e 2004, com 2005 a registar uma ligeira quebra percentual de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, facto que contudo não representa uma diminuição de dormidas nestas regiões, já que em valor absoluto este aumenta (Figura 2.19), mas sim ao aumento de dormidas nas demais regiões, o que quando comparado com o total nacional dá uma diminuição percentual.

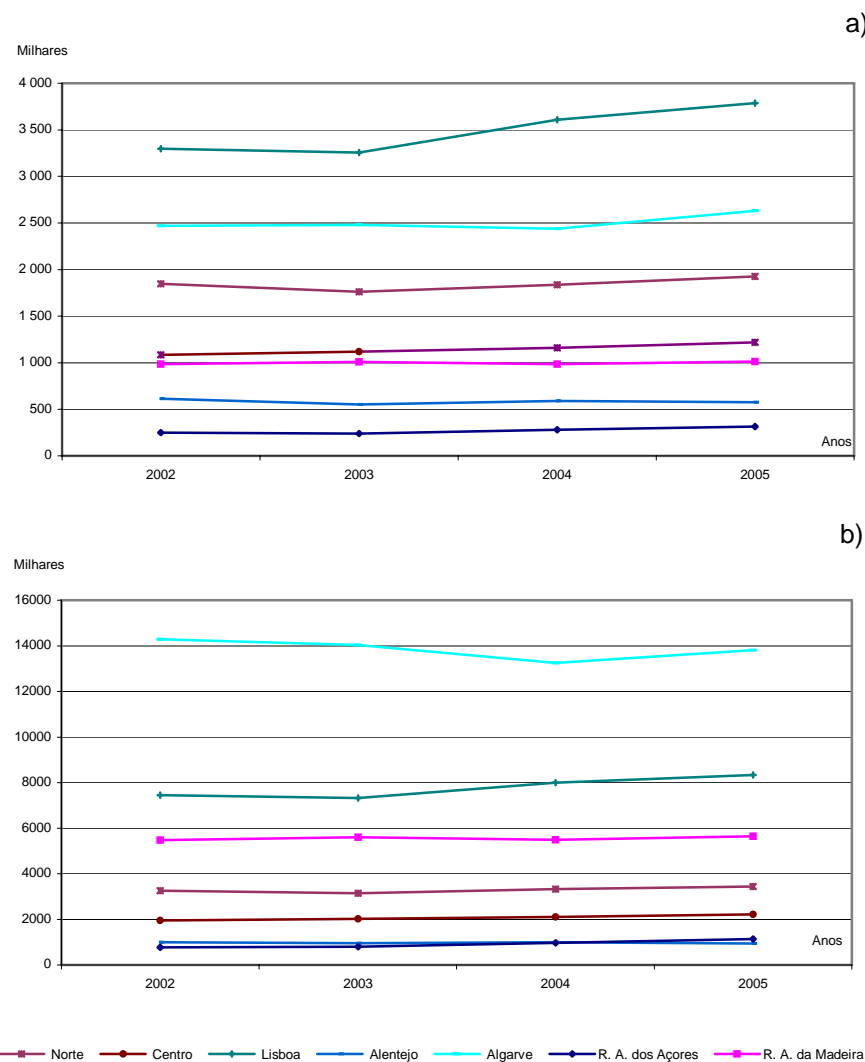
<sup>27</sup> Fonte, DGT.



**Figura 2.18 – Total de hóspedes (a), e dormidas (b), em estabelecimentos hoteleiros em Portugal entre 2002 e 2005 por NUT's II, em % (a partir de INE, 2006).**

Em termos de hóspedes - ver Figura 2.19 -, verifica-se que as três regiões de Lisboa, Algarve e Norte possuem cerca de 72 % do total de hóspedes durante o período considerado (72,2 % em 2002 e 72,7 % em 2005). Neste período a Região de Lisboa foi a que viu aumentar mais a sua quota passando 31,3 % em 2002 para 33 % em 2005.

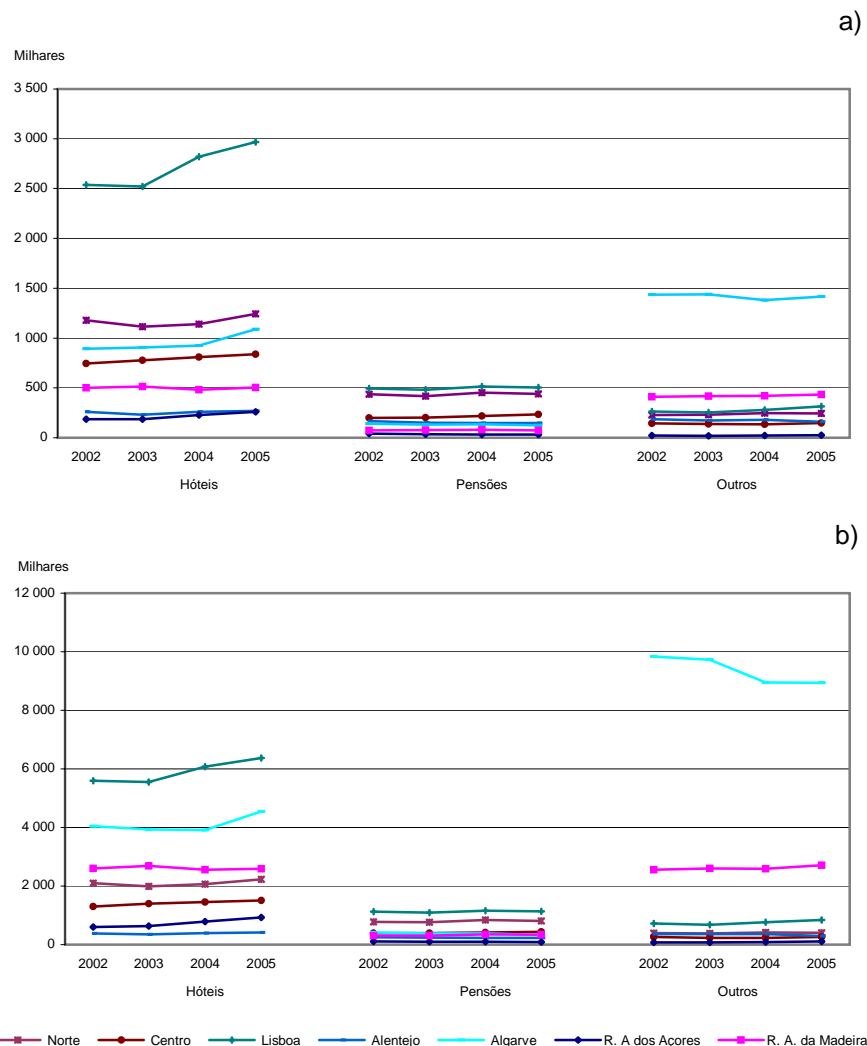
As três regiões que possuem dois terços do total de dormidas tiveram comportamentos distintos entre 2002 e 2004: se na Região da Madeira o número de dormidas se manteve praticamente inalterado, já a Região de Lisboa viu a partir de 2003 o valor destas aumentar, enquanto que a Região do Algarve foi aquela, em valor absoluto, que mais desceu, registando uma quebra acentuada em 2004, recuperando em 2005 para valores próximos de 2003. Contudo, o Algarve continua a registar o maior número de dormidas, que vai ao encontro do produto sol e praia preponderante da região e associado a estadias maiores nos locais de destino (Figura 2.20).



**Figura 2.19 – Evolução do número de hóspedes (a), e das dormidas (b), entre 2002 e 2005 em valor absoluto, por NUT's II (a partir de INE, 2006).**

No que respeita aos hóspedes em hotéis, Lisboa lidera com uma variação neste período de 17 %, se bem que a região que mais subiu neste período foi a dos Açores, com 40 %, seguida da do Algarve com 22 %. Nos "outros estabelecimentos" o Algarve lidera em valores absolutos mas em termos de variação a região que mais subiu foi a de Lisboa com 19 % seguida dos Açores com 12 % registando o Alentejo uma descida de 13 % (Algarve sobe 1 % neste período) (Figura 2.20).

Da variação de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por NUT's II entre 2002 e 2005 (Figura 2.20), cabe referir que em termos de dormidas em hotéis a Região de Lisboa lidera com uma variação de 7 %. A região que mais subiu foi a dos Açores com 57 % seguida da Região Centro com 17 % e da de Lisboa. A Madeira sofreu um decréscimo de 0,5 %. Nos "outros estabelecimentos" o Algarve lidera em valores absolutos mas viu a sua quota baixar em 9 %. Os Açores, com uma subida de 57 %, e a Região de Lisboa, com 15 %, foram os que mais subiram. Pelo contrário, o Alentejo e o Algarve registam uma descida de 19,3% e de 9,1%, respectivamente.



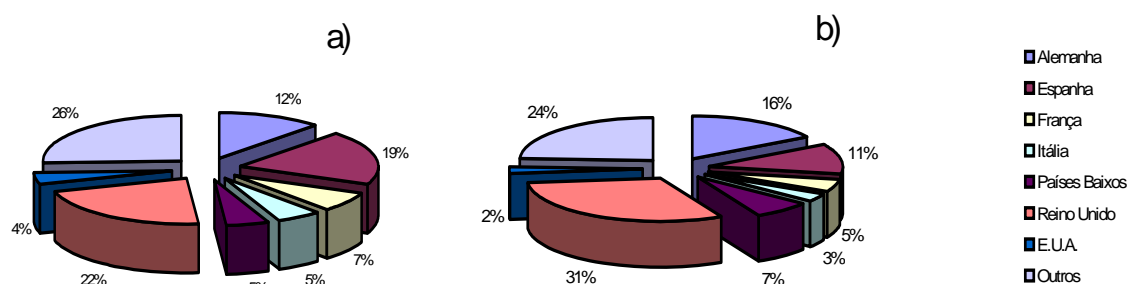
**Figura 2.20 – Hóspedes (a), e dormidas (b), por estabelecimentos hoteleiros por NUT's II em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).**

Em termos de hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros, segundo o país de residência habitual por NUT's II entre 2002 e 2005, em percentagem, ingleses e holandeses deslocam-se maioritariamente para a Região do Algarve (cerca de 60 % e 50 % respectivamente em 2005). Por seu lado italianos, franceses, espanhóis e americanos deslocam-se preferencialmente para a Região de Lisboa (aproximadamente 50 % deslocaram-se para Lisboa em 2005), aparecendo a Região Norte para os três primeiros em segundo lugar das preferências regionais (14,6 %, 19,1 % e 16,0 % respectivamente), enquanto que o Algarve é a segunda região favorita para americanos (63,6 % para o Lisboa e 12 % para o Algarve em 2005). Os alemães apresentam uma distribuição mais equilibrada entre Algarve, Lisboa e Madeira (34,2 % para o Algarve, 27,1 % para Lisboa e 25 % para a Madeira em 2005) (Figura 2.21).



**Figura 2.21 – Hóspedes (a), e dormidas (b), em estabelecimentos hoteleiros, segundo o País de Residência Habitual por NUT's II entre 2002 e 2005 em percentagem (a partir de INE, 2006).**

A Figura 2.23 revela o número de turistas estrangeiros: o Reino Unido com 22 % de hóspedes e 31% das dormidas ocupa o primeiro lugar; seguido da Espanha que ocupa o segundo lugar em hóspedes com 19% mas o terceiro em dormidas, 11%, por troca com a Alemanha, 16%, que ocupa a terceiro lugar em número de hóspedes, seguindo-se lhe a Holanda e França a com valores similares.



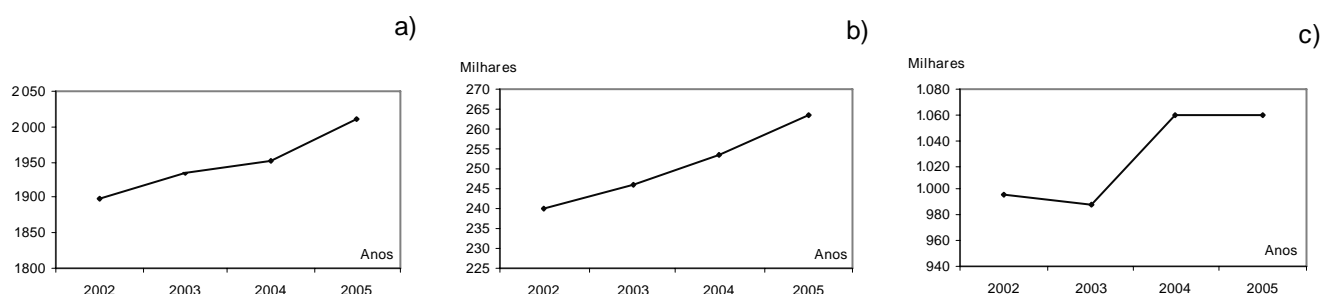
**Figura 2.22 – Distribuição dos hóspedes e das dormidas de estrangeiros, por países de origem (a partir de INE, 2006).**

Das Figuras 2.22-2.23-2.24 e 2.25 é possível verificar os diferentes comportamentos dos países principais de onde são oriundos os turistas que visitam Portugal, merecendo os comentários que se apresentam de seguida.

- Reino Unido: descida acentuada até 2004, subindo em 2005 para um valor idêntico ao de 2002; forte localização geográfica no Algarve (cerca de 70 % do turismo algarvio é oriundo do Reino Unido), seguido da Região da Madeira e depois a Região de Lisboa.
- Alemanha: queda acentuada recuperando em 2005 mas para valores ainda abaixo de 2002, tendo 11 % da quota de dormidas nacionais em 2005 face aos 12 % em 2002; os alemães deslocam-se maioritariamente para o Algarve depois Madeira e Lisboa.
- Espanha: o número de dormidas na indústria hoteleira oriundas de Espanha durante o período mencionado subiu sempre, passando de 6 % em 2002 para 8 % do total das dormidas em 2005; maioritariamente cerca de 50 % deslocam-se para Lisboa seguindo-se o Algarve e a Região Norte.
- Países Baixos: recuperando para valores próximos de 2003, ainda abaixo de 2002, deslocam-se maioritariamente para o Algarve, seguindo-se Lisboa e Madeira, sendo actualmente responsáveis por 5 % do total de dormidas na indústria hoteleira.
- França: valor abaixo de 2002, cabendo-lhe em 2005 3,2 % do total nacional de dormidas (3,4 % em 2002); deslocam-se maioritariamente para Lisboa seguindo-se a Região Norte e o Algarve.
- Itália: recuperou em 2005 para valores superiores a 2002 depois de descer no período mencionado, tendo em 2005 2 % do total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais; deslocam-se maioritariamente para Lisboa, seguindo-se o Centro e o Norte de Portugal.

- EUA: recuperaram para valores próximos de 2002, sendo responsáveis por 2 % do total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais, preferindo a Região de Lisboa, seguida da Região do Algarve e da região Centro (facto a que não é alheio o movimento migratório desta região para os Estados Unidos da América).
- Turistas nacionais: 33 % em 2005 face a 31 % em 2002 repartindo-se, como seria de se esperar, de forma mais homogénea pelo território: em 2005, 25 % das dormidas dos turistas nacionais foram na Região do Algarve, 22 % em Lisboa e 18 % na Região Centro <sup>15</sup>.

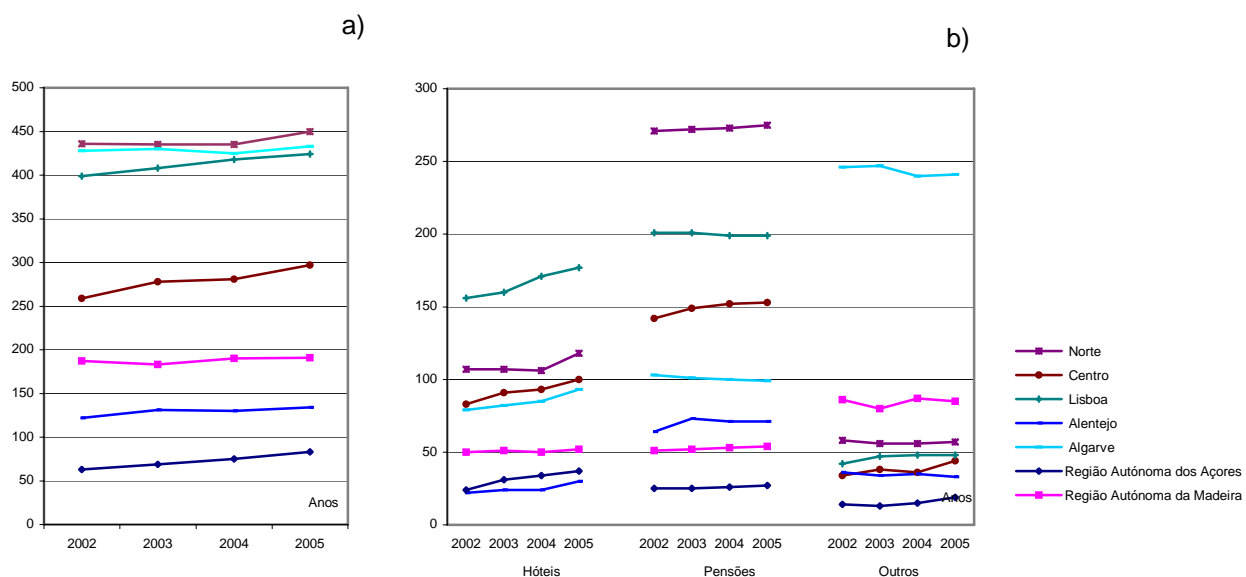
Em termos da oferta hoteleira, ainda na Figura 2.23, verifica-se que a evolução do número de estabelecimentos hoteleiros e da sua capacidade entre 2002 e 2005 foi positiva, sofrendo um incremento neste período de 6 % no número de estabelecimentos e de 10 % na capacidade dos mesmos. No que concerne aos proveitos por aposento, estes sofrem um decréscimo em 2003, subindo bastante em 2004 e mantendo-se praticamente inalterados em 2005. No período considerado tiveram uma subida global de 6,4 %.



**Figura 2.23 – Evolução do número de estabelecimentos hoteleiros (a), da sua capacidade (b), e dos proveitos (c), por aposento em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de INE,2006).**

Da observação da Figura 2.24, verifica-se que a evolução do número de estabelecimentos hoteleiros e da sua capacidade entre 2002 e 2005 foi positiva sofrendo, um incremento neste período de 6 % o número de estabelecimentos e de 10 % na capacidade dos mesmos. No que concerne aos proveitos por aposento, estes sofrem um decréscimo em 2003, subindo bastante em 2004 e mantendo-se praticamente inalterados em 2005. No período considerado tiveram uma subida global de 6,4 %.



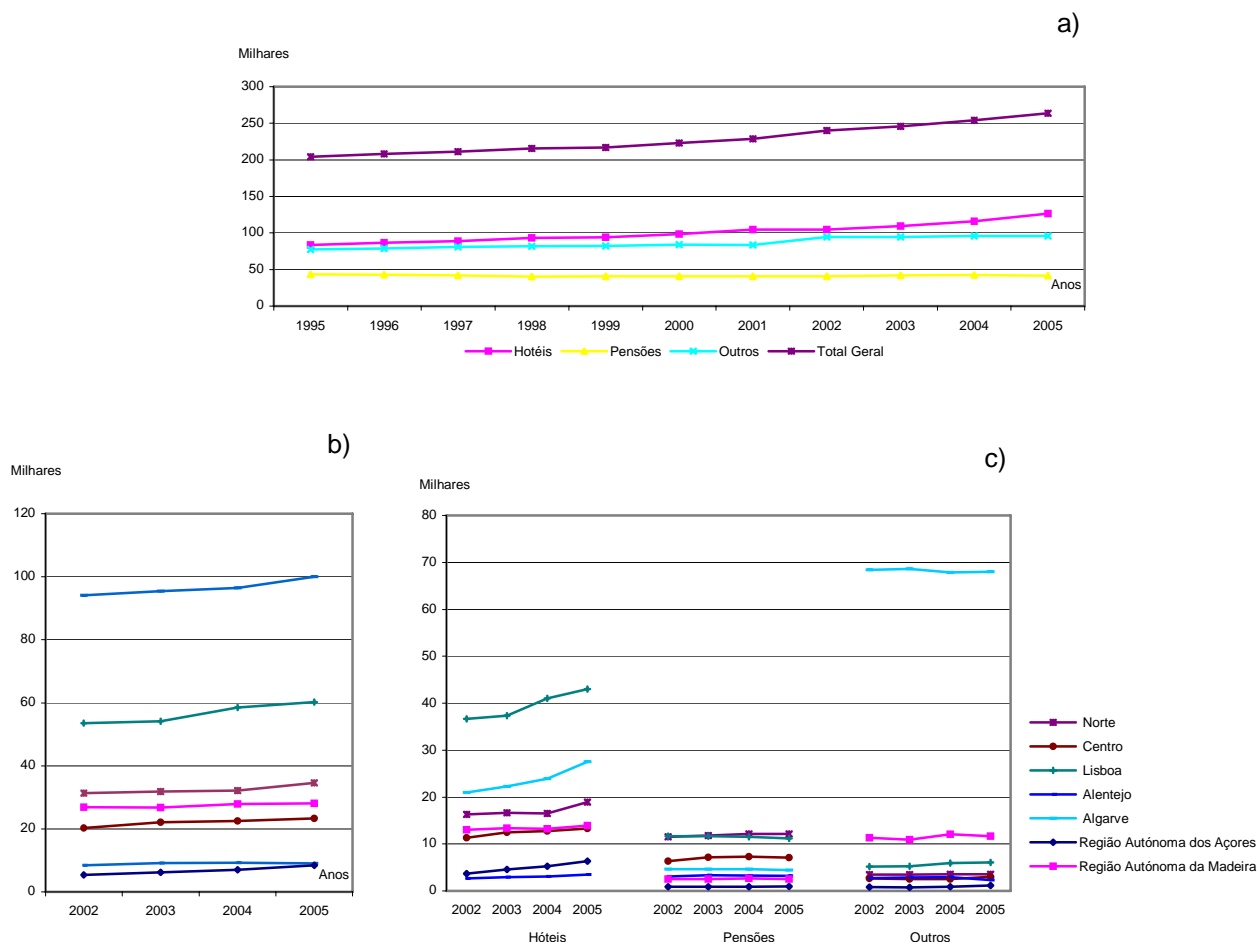


**Figura 2.24 – Evolução em valor absoluto do número de estabelecimentos hoteleiros (a), e por tipo de estabelecimentos hoteleiros (b), em Portugal entre 2002 e 2005 por NUT's II (a partir de INE, 2006)**

Os estabelecimentos hoteleiros em Portugal estão fortemente concentrados nas regiões do Algarve, de Lisboa e do Norte, onde se localizam 66 % do total nacional, valor praticamente constante ao longo do período considerado. Da figura 2.25 verifica-se que Lisboa é a região que possui uma oferta mais qualificada, liderando destacada no número de hotéis. A Região Centro, a Região Norte e a Região do Algarve possuem valores muito semelhantes no período considerado. Em todas estas regiões o número de estabelecimentos foi aumentando entre 2002 e 2005. No que diz respeito às pensões estas concentram-se na Região Norte, seguindo-se a Região de Lisboa e a Região Centro. O Algarve lidera destacado a rubrica "outros estabelecimentos", como seria de esperar atendendo ao produto predominante na região "sol e praia" onde aldeamentos turísticos, aparthotéis e outras modalidades de alojamento típicas deste produto são predominantes.

Em termos de evolução da capacidade de alojamento no período considerado esta subiu 10 % em Portugal. A região algarvia lidera destacada a capacidade em valores absolutos com uma evolução sempre positiva nos anos considerados de 6,3 %, contudo neste período em termos percentuais os Açores viram a sua capacidade subir 57 % seguidos da Região Centro com 15 %, da Região de Lisboa com 13 %, da Região Norte com 11 %. Em termos de capacidade por categoria de estabelecimento a Região de Lisboa possui a maior capacidade em hotéis seguida da Região do Algarve. Se a capacidade das pensões é praticamente idêntica para todas as regiões, já na categoria

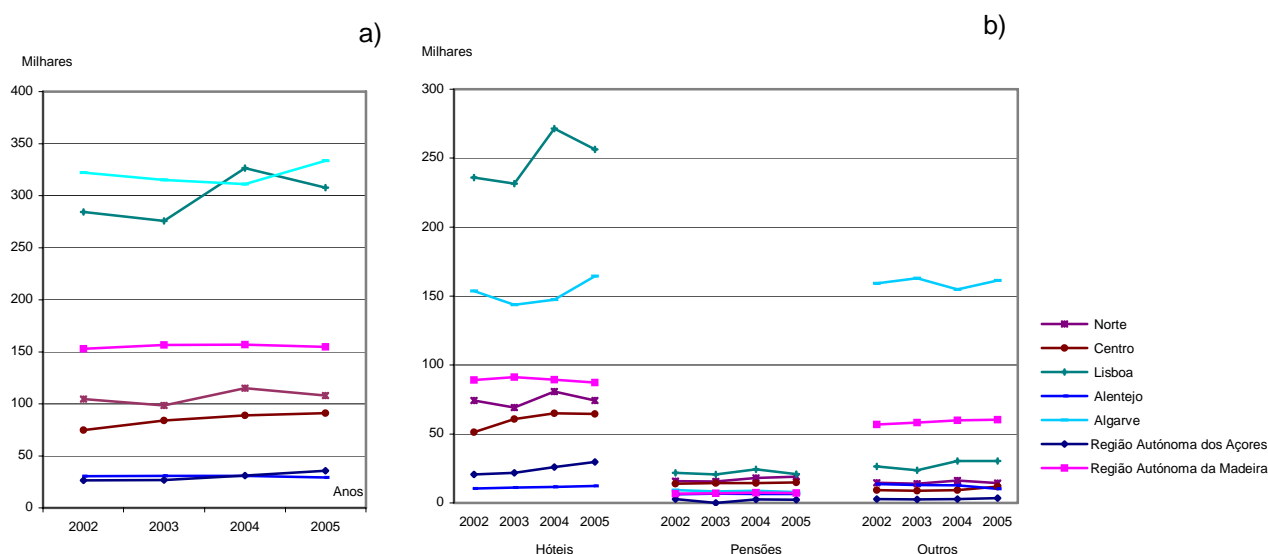
do "outros estabelecimentos" o Algarve lidera destacado pelas razões atrás mencionadas (71 %) (Figura 2.25).



**Figura 2.25 – Evolução global da capacidade de alojamento (a), por NUT's II em Portugal (b) e por tipo de estabelecimentos hoteleiros (c), entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).**

Da figura 2.26, cabe referir que em termos de proveitos por aposento a Região do Algarve e a Região de Lisboa destacam-se das demais em valor absoluto, se bem que com comportamentos distintos no período considerado: a Região do Algarve desce até 2004 subindo em 2005, enquanto que a Região de Lisboa desce ligeiramente até 2003 subindo depois em 2004 e descendo ligeiramente em 2005, o que corresponde a uma variação entre 2002 e 2005 de 8 % em Lisboa e de 4 % no Algarve. Neste período, a Região que viu os proveitos por aposento subirem mais foi a dos Açores com uma subida de 35 % seguida da Região Centro com 22 %, Lisboa com 8 %, Algarve com 4 %, Norte 3 %, Madeira 1 % e Alentejo -4 %.

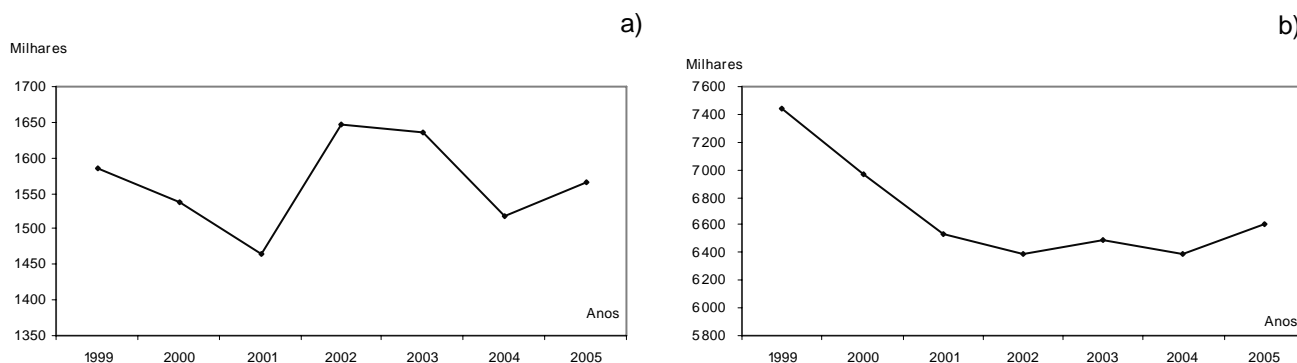
Em termos de variação por categoria de estabelecimento, os hotéis são os principais responsáveis pelos proveitos na Região de Lisboa, região que lidera com 37 % do total em 2005 seguida da região algarvia com 24 %. Na categoria "outros estabelecimentos" o Algarve lidera com 50 % seguindo-se a Região da Madeira com 22 %. Em termos de Proveitos de aposento por capacidade de alojamento três regiões, Madeira, Lisboa e Açores, têm ganhos acima da média nacional (4018 €) em 2005, com a Região da Madeira a liderar os ganhos com 5512 € de proveitos por aposento. No extremo oposto a Região do Alentejo com 3225 € é a que menos proveito por aposento apresenta em 2005.



**Figura 2.26 – Evolução dos proveitos geral (a), e por tipo de estabelecimento hoteleiro (b), por NUT's II em Portugal 2002 -2005 (a partir de INE, 2006).**

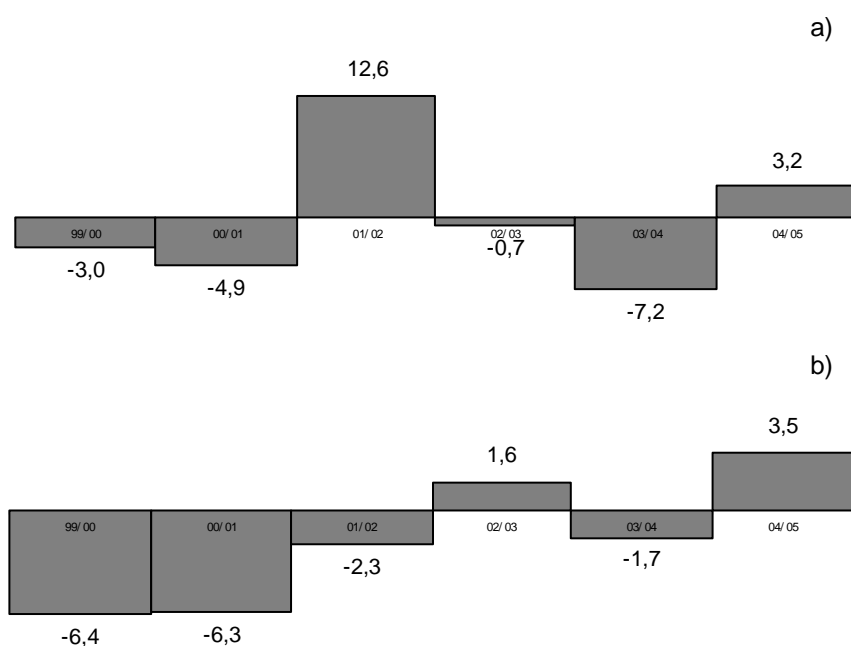
## ii. Parques de campismo

Da Figura 2.27, cabe referir que a evolução do número e das dormidas de campistas tem sido muito irregular. Com efeito, a variação do número de campistas e dormidas entre 1999 e 2005 é negativa: 1,2 % e 11,4 % respectivamente. De salientar que em número de campistas a maior descida ocorreu entre 2003 e 2004 (menos 7,2 %) - ver Figura 2.28 -, e a maior subida entre 2001 e 2002, com mais 12,6 %. Para os mesmos períodos, entre 2003 e 2004, o número de dormidas apenas baixou 1,7 % e entre 2001 e 2002 -2,3 %. Entre 2004 e 2005 ambos os valores são positivos subindo 3,5 % as dormidas e 3,2 % os campistas.



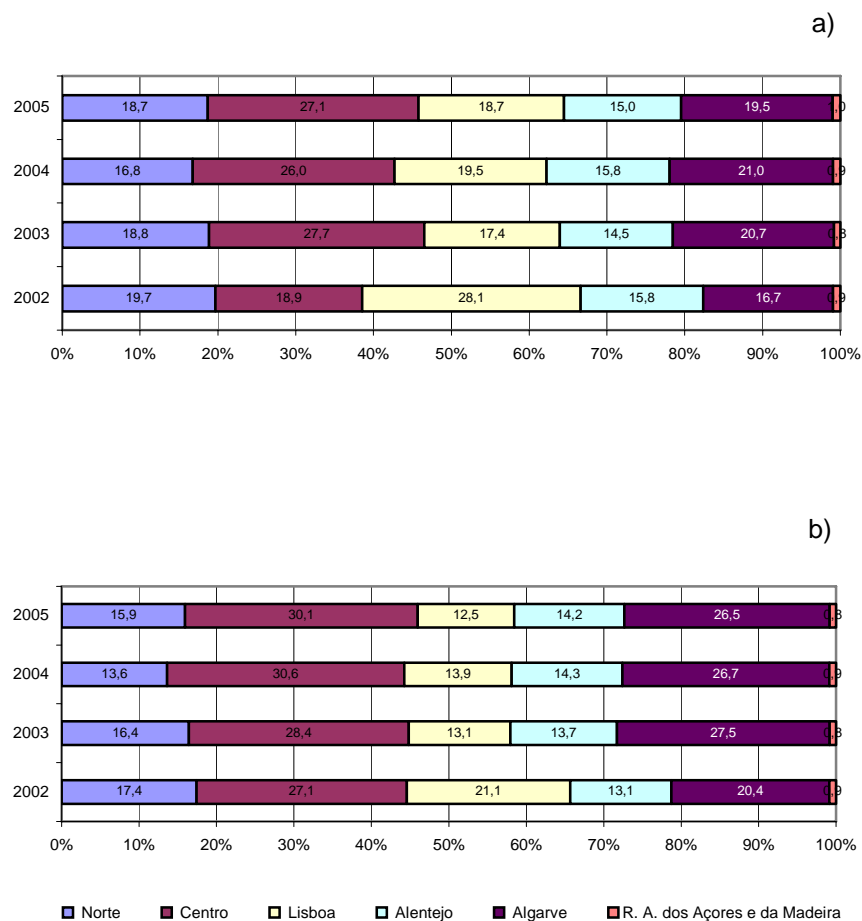
**Figura 2.27 – Evolução do total de Hóspedes (a), e Dormidas em Parques de Campismo (b), entre 1999 e 2005 (a partir de INE e DGT, 2006)**

O crescimento, quer do número de campistas, quer do número de dormidas em Portugal no ano de 2004 deve-se em grande parte à realização do Euro 2004 (ver relatório da DGT sobre este acontecimento já mencionado).



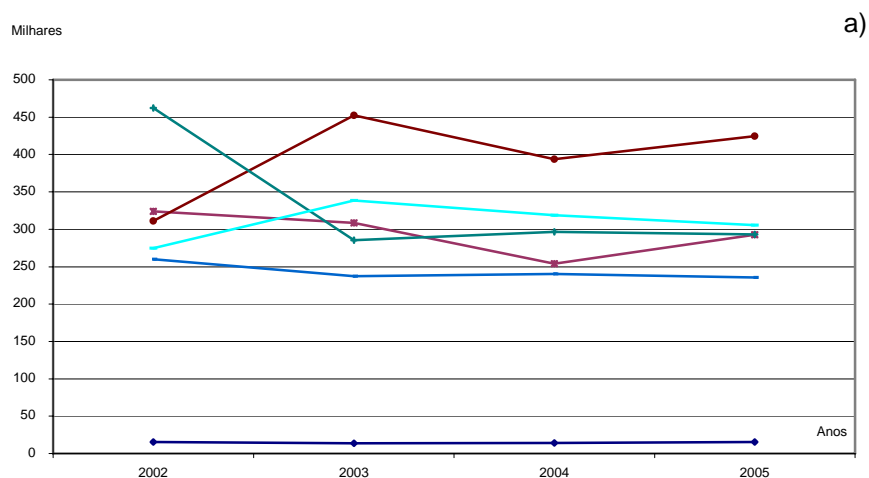
**Figura 2.28 – Variação percentual em Portugal do número de campistas (a), e de dormidas (b), entre 1999-2005 (a partir de INE/DGT, 2006).**

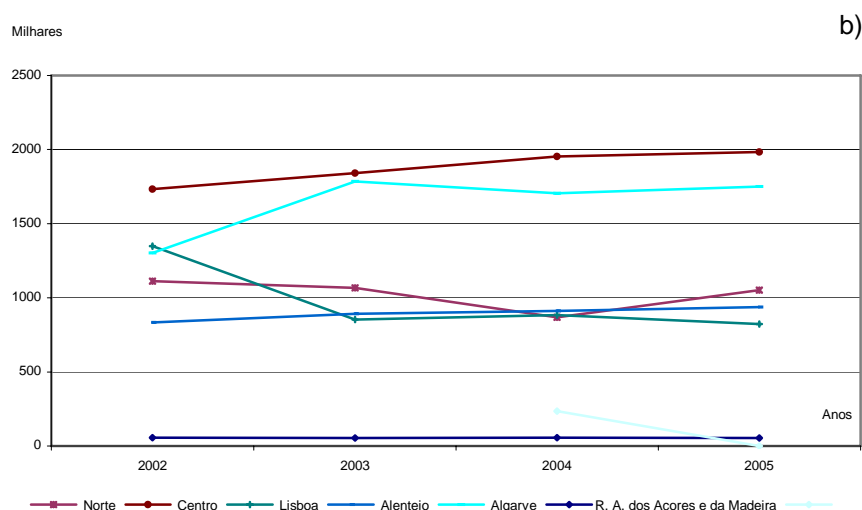
De salientar que em número de campistas e dormidas a Região Centro ganhou peso em detrimento sobretudo das regiões de Lisboa e do Algarve (Figura 2.29). A troca entre estas regiões é justificada pelo reajustamento estatístico ocorrido em 2002, já mencionado pela Figura 2.31, e coloca em evidência o reforço da liderança da Região Centro no número de dormidas após 2002, passando para o primeiro lugar no número de campistas após esta data.



**Figura 2.29 – Variação dos campistas (a), e das dormidas (b), por NUT's II entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).**

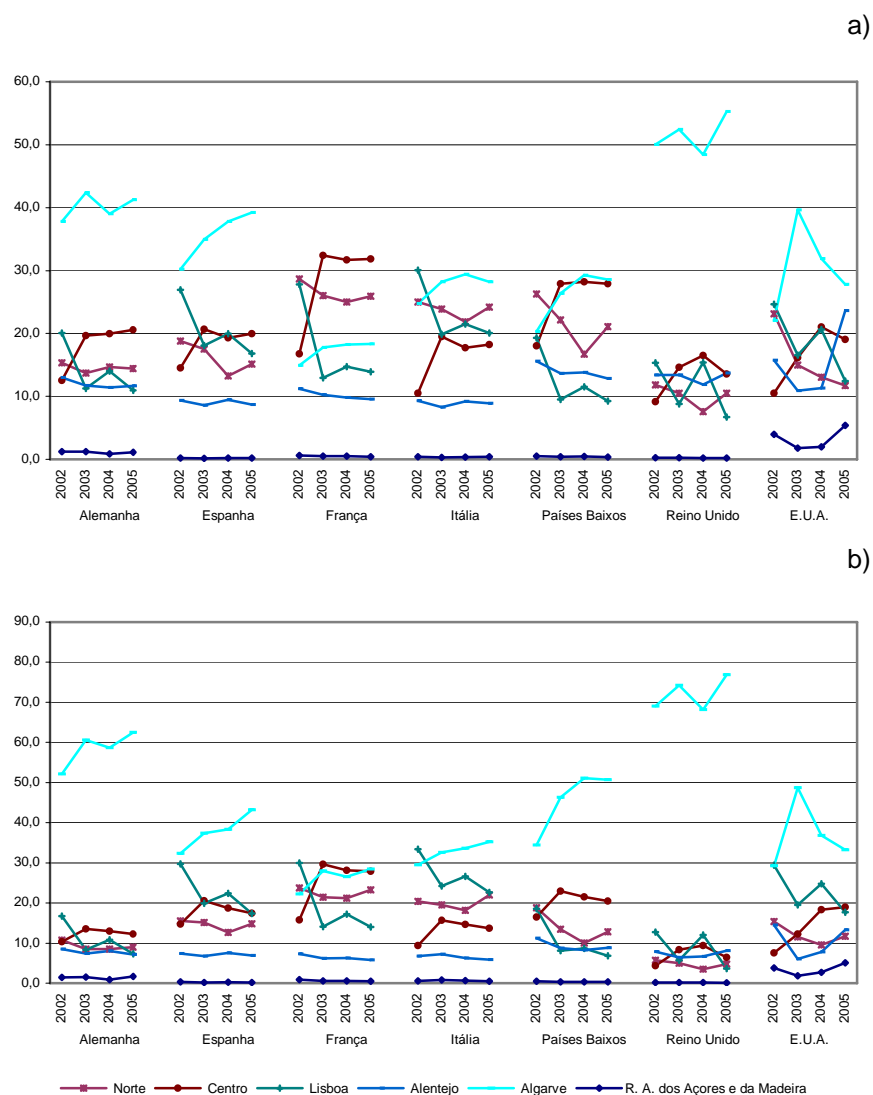
Em termos de parques de campismo, estes aumentaram a sua capacidade global em 2005 bem como o número de pessoal ao serviço, sendo a Região Centro onde se localizam cerca de 40% do total dos parques de campismo do Continente com 35% da capacidade total nacional Figura 2.30.





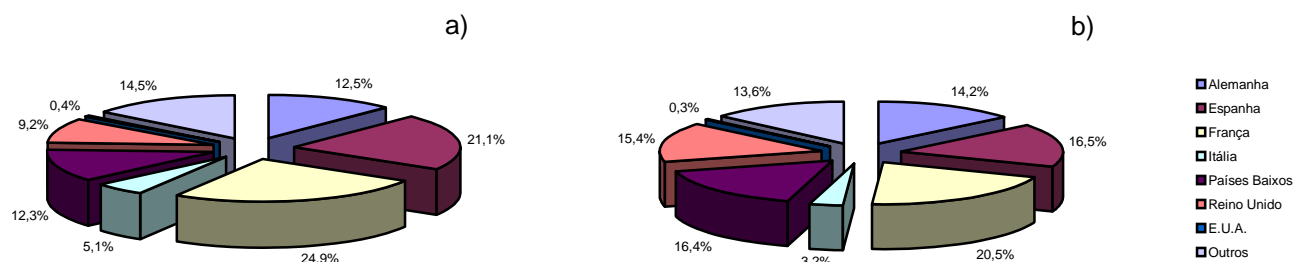
**Figura 2.30 – Evolução da capacidade (a) e do pessoal ao serviço (b) entre 2002-05 (a partir de INE, 2006).**

Os visitantes dos principais países estrangeiros, como se pode ver pela Figura 2.31, escolhem maioritariamente o Algarve como destino preferencial, a larga distância da região de Lisboa - a segunda preferida de todos, com excepção feita para os holandeses que, depois do Algarve, preferem a Região Centro e a região Norte para acampar. A excepção é o comportamento dos franceses que acampam preferencialmente na Região Centro, seguido de muito perto pela região algarvia e depois pela Região Norte.



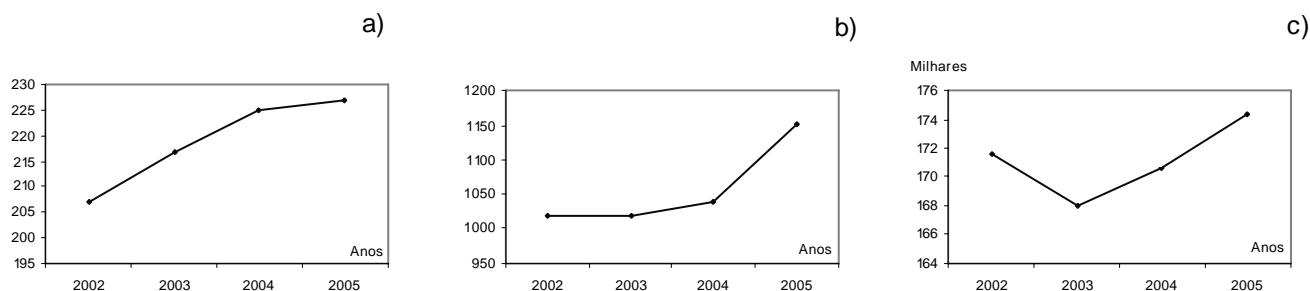
**Figura 2.31 – Campistas (a) e dormidas (b) segundo o país de residência habitual, por NUT's II entre 2002 e 2005 em percentagem (a partir de INE, 2006)**

Em 2005, a França destaca-se quer em termos de campistas e de dormidas (24,9 % e 20,5%, respectivamente) seguida pela vizinha Espanha com 21,1% do total de campistas não nacionais e com 16,5% das dormidas. A forte emigração pode explicar a presença francesa na Região Centro e Norte e no caso espanhol a proximidade geográfica poderá proporcionar estadias mais curtas. Dos restantes países, os valores de campistas e as dormidas são bastante equilibrados, destacando-se os mais representados, a Alemanha, e a Holanda (Figura 2.32).



**Figura 2.32 – Distribuição dos campistas (a) e das dormidas (b) em 2005 pelos principais países de origem, em percentagem (a partir de INE, 2006)**

No período de 2002 a 2005, o número de parques foi aumentando, assim como a sua área, sobretudo entre 2004 e 2005 onde os parques que abriram ou que sofreram remodelações aumentaram bastante as respectivas áreas. A capacidade de Alojamento, depois de uma quebra em 2003, foi sempre subindo, o que poderá dever-se a um encerramento temporário de alguns parques ou à remodelação de alguns feita à custa da capacidade de alojamento, por exemplo (Figura 2.33). A capacidade dos parques de campismo acompanhou a tendência anteriormente mencionada, assistindo-se a um crescendo desde 2003.

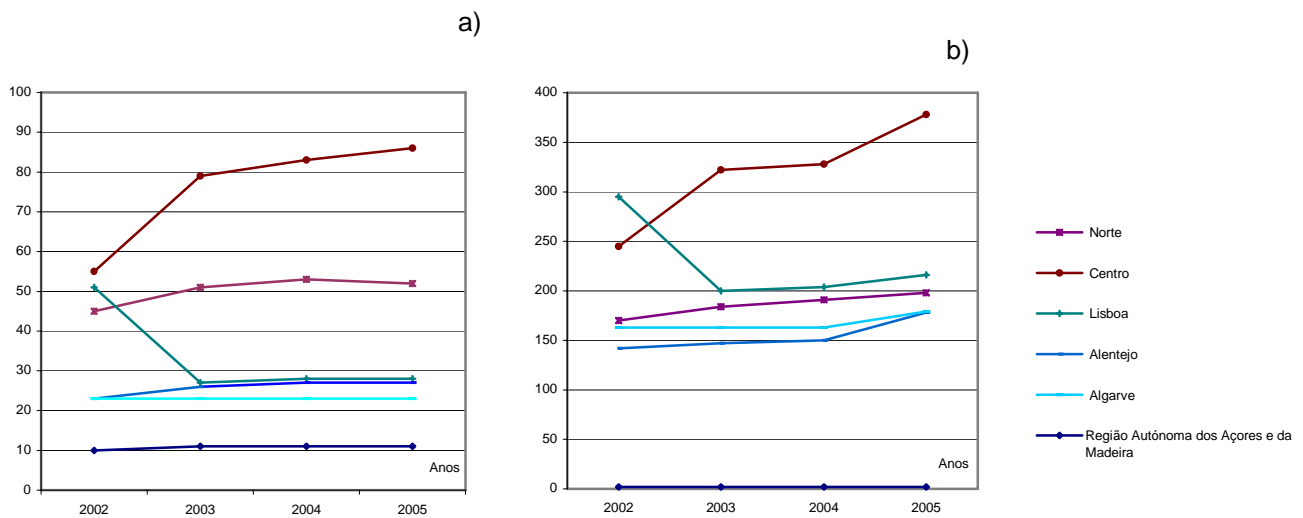


**Figura 2.33 – Evolução do número de parques de campismo (a), respectiva área (b) e capacidade de alojamento (c), entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).**

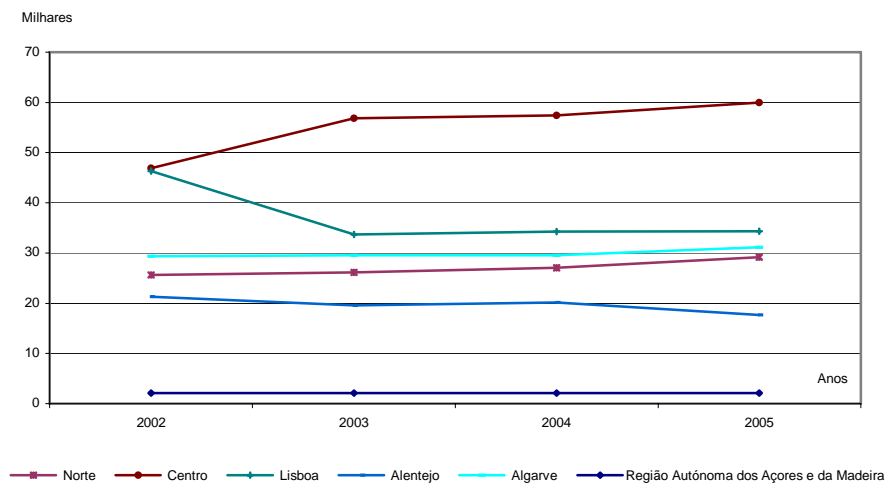
Aliás, as Figuras 2.34 e 2.35 pode-se constatar que a quebra em área e em parques de campismo e sua capacidade de alojamento em 2003 se deve sobretudo à Região de Lisboa, que sofreu um decréscimo neste período, e que a Região Centro, com um comportamento em crescendo desde 2003, é a que apresenta não só o maior número de parques mas também aqueles que possuem a



maior área e a maior capacidade de alojamento, em contraste com a região do Alentejo que sofreu um forte decréscimo nos três itens em 2003, do qual ainda não recuperou.



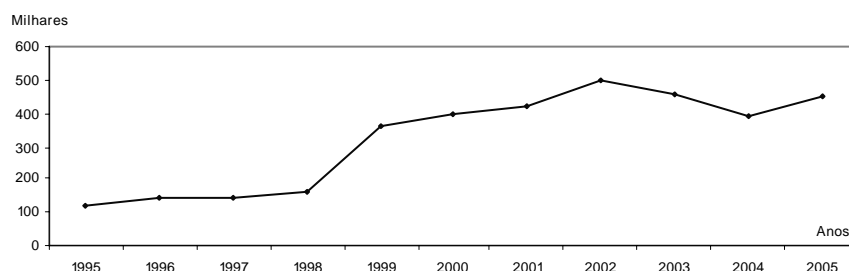
**Figura 2.34 – Evolução do número de parques de campismo (a) e respectiva área (b), por NUT's II entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).**



**Figura 2.35 – Evolução da capacidade de alojamento dos parques de campismo por NUT's II entre 2002 e 2005 (a partir de INE, 2006).**

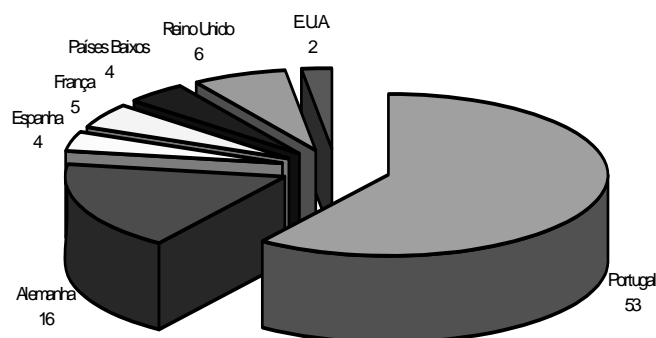
### iii. Turismo em Espaço Rural.

O turismo em espaço rural tem vindo a crescer em Portugal de forma ininterrupta até 2002. Depois de um decréscimo em 2003 e 2004 de mais de 15% voltou a subir em 2005, mas para um valor ainda aquém daquele verificado em 2002 (Figura 2.36).



**Figura 2.36 – Evolução do total de dormidas nos estabelecimentos de turismo em espaço rural entre 1995 e 2005 (a partir de INE e DGT, 2006).**

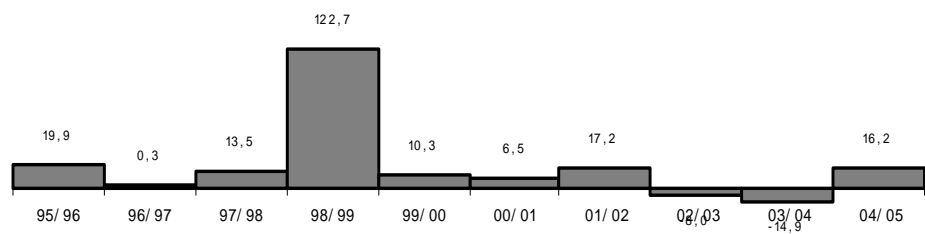
A maior parte dos utentes destes espaços são portugueses (Figura 2.37), com os valores da distribuição das dormidas nos estabelecimentos de turismo em espaço rural para o ano de 2005 expresso por países de origem.



**Figura 2.37 – Distribuição das dormidas em 2005 nos estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural segundo os principais países de origem (%) (a partir de DGT, 2006).**

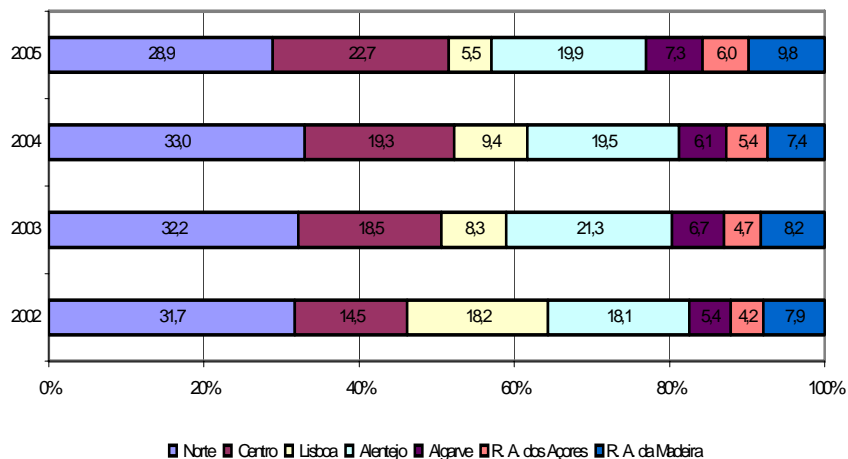
No que diz respeito à distribuição das unidades, estas encontram-se maioritariamente no Norte e no Centro do país, sendo nestas regiões onde ocorrem desde 2002 até 2005 mais 50% do total de dormidas a nível

nacional (ver Figura 2.38). Cabe destacar que a Região Centro, a par dos Açores, são as únicas regiões que viram a sua quota aumentar neste período.

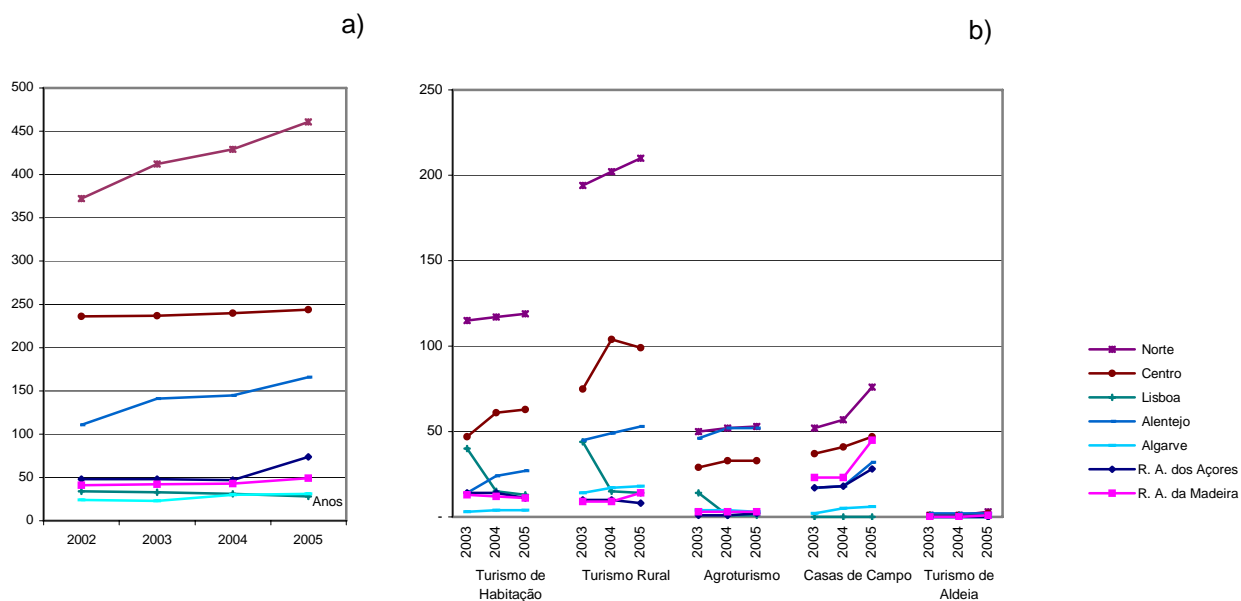


**Figura 2.38 – Variação percentual em Portugal do número de dormidas entre 1993 e 2005 nos estabelecimentos de turismo em espaço rural (a partir de INE e DGT, 2006).**

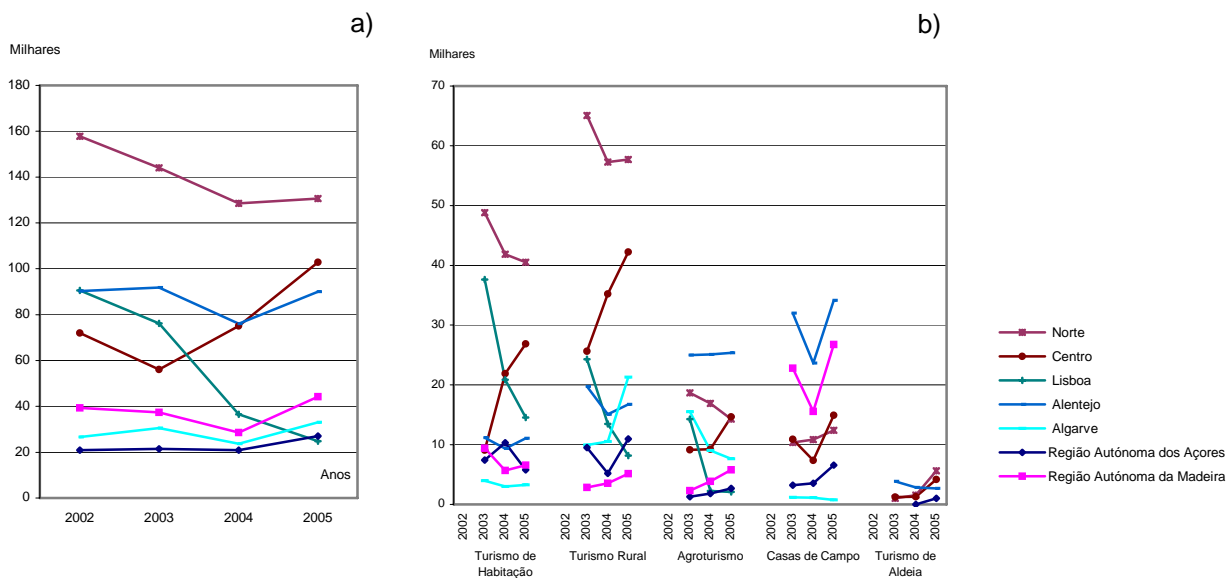
Das Figuras 2.49-40-41, pode-se observar que praticamente quer em número de dormidas, quer em número de estabelecimentos e na sua capacidade, a sua evolução entre 2002 e 2005 em valor absoluto por NUT’s II nos estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural, mostra que a Região Norte lidera destacada as dormidas nas modalidades de turismo de habitação e de turismo rural, sendo a primeira na modalidade de turismo de aldeia, mas onde todas as regiões estão muito próximas em volume de dormidas dada a pouca expressão deste tipo de alojamento no território nacional.



**Figura 2.39 – Total de dormidas em estabelecimentos de turismo em espaço rural em Portugal entre 2002 e 2005 por NUT’s II, em percentagem (a partir de INE e DGT, 2006).**



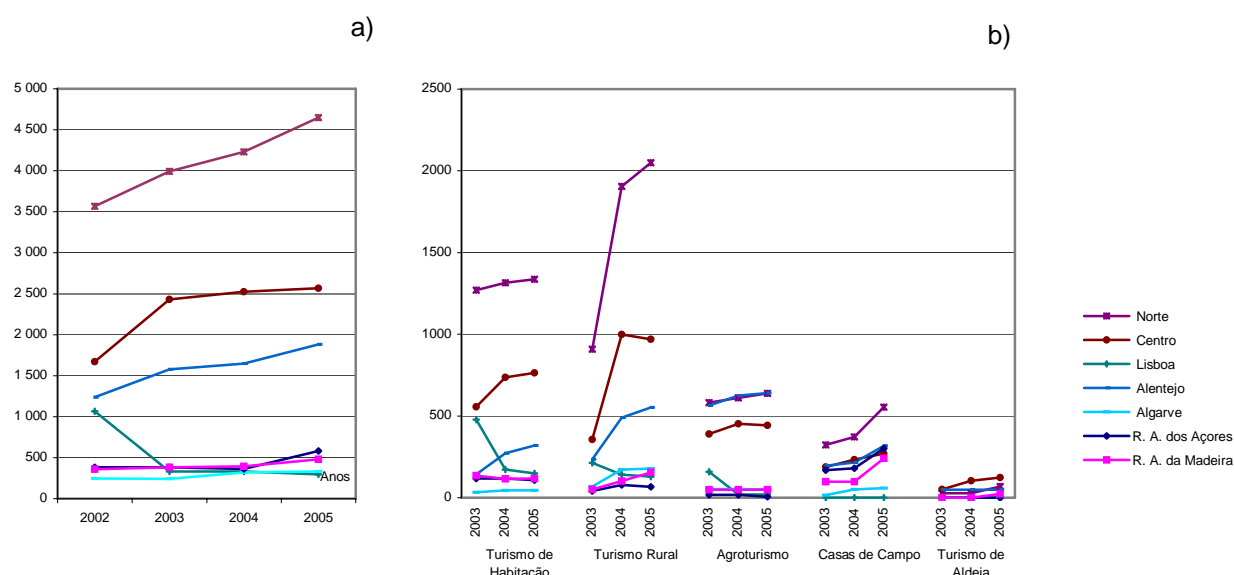
**Figura 2.40 – Evolução dos estabelecimentos de TER em valor absoluto (a), por categoria (b), por NUT's II em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de DGT, 2006).**



**Figura 2.41 – Evolução do número de dormidas entre 2002 e 2005 em valor absoluto (a) por NUT's II nos diferentes estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (b) (a partir de DGT, 2006).**

Da Figura 2.42, cabe referir que o Alentejo lidera destacado sendo a região com mais dormidas nas modalidades de agro-turismo e casas de campo, sendo que nas outras modalidades a Região Norte

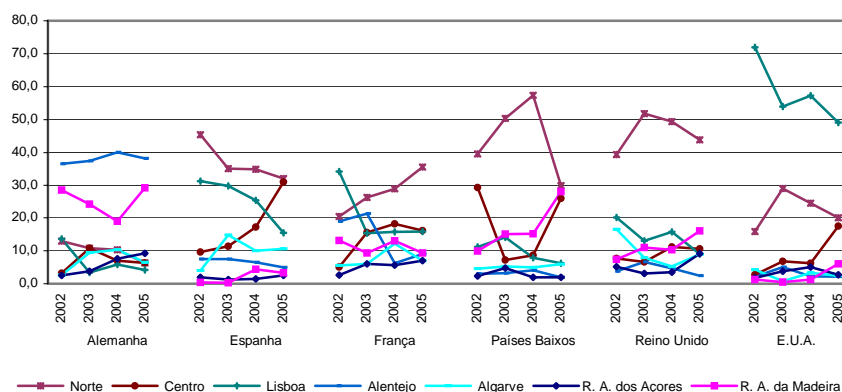
lidera a capacidade das unidades de turismo de habitação e de turismo rural, esta última com um crescimento acentuado entre 2002 e 2005, em ambas as regiões.



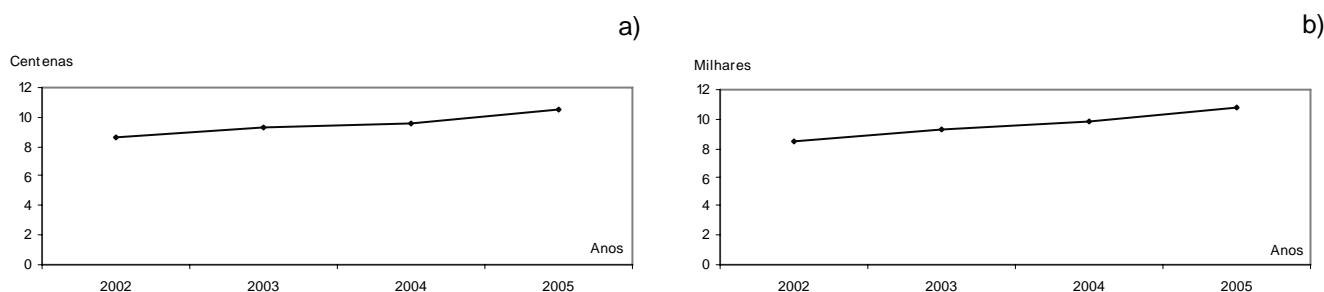
**Figura 2.42 – Evolução da capacidade dos estabelecimentos em valor absoluto (a) por categoria de estabelecimento por NUT's II (b), em Portugal entre 2002 e 2005 (a partir de DGT, 2006).**

Em termos de distribuição espacial das dormidas segundo os principais de residência, ver Figura 2.43, com a excepção dos turistas alemães e dos Estados Unidos da América, todos os outros preferem a Região Norte, seguida quase sempre da região Centro ou da região de Lisboa. Para os turistas oriundos dos dois países atrás mencionados, a região centro é a preferida dos alemães enquanto que Lisboa lidera destacadas as preferências norte-americanas.

Entre 2002 e 2005 assistiu-se a uma evolução praticamente constante no número de estabelecimentos e no número de dormidas neste tipo de alojamento, maioritariamente frequentados por turistas nacionais (Figura 2.44).



**Figura 2.43 – Evolução das dormidas em estabelecimentos de turismo em espaço rural segundo o país de residência habitual por NUT's II entre 2002 e 2005 (a partir de DGT, 2006)**



**Figura 2.44 – Evolução do número (a), e da capacidade (b), dos estabelecimentos de turismo em espaço rural entre 2002 e 2005 em Portugal (a partir de DGT, 2006).**

### 2.7.3.3 Turismo doméstico.

Da população portuguesa residente no continente com mais de 15 anos, apenas 56 % é que gozou férias<sup>28</sup>. Destes, cerca de 18% fê-lo na residência habitual e dos restantes 38,5 % que o realizaram fora da sua residência habitual, gozaram férias sobretudo no Verão (cerca de 70% em 2004 para 60% em 2005).

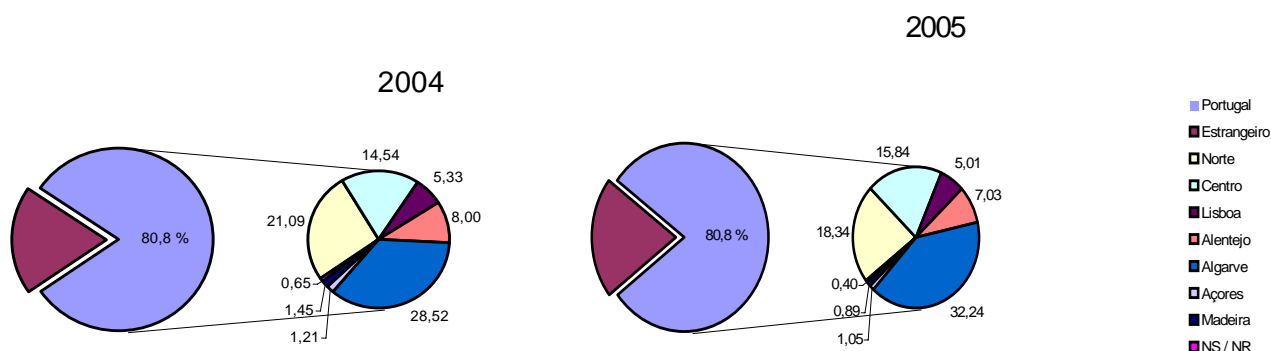
As razões apontadas para a não realização de férias são maioritariamente os motivos financeiros (53%) seguido dos motivos profissionais (20% e por razões de saúde (17%). Para a organização das

<sup>28</sup> Dados da DGT, 2005.

O turismo dos portugueses embora em termos genéricos tenha aumentado fica ainda bastante aquém da média comunitária; Pierce (1989), estudando os países da Europa Comunitária observava que o turismo doméstico representava em média, cerca de 4 vezes o valor do turismo internacional nos países mais desenvolvidos.

férias, a maior parte organiza-as por conta própria (cerca de 80% em 2004), embora caiba destacar a duplicação dos residentes que as organizaram via Internet.

Dos portugueses que optaram por fazer férias fora da sua residência habitual, mais de três quartos (78,6%) fizeram-no dentro território nacional em 2005 (face a 80,8% em 2004), e 21,4% no estrangeiro (um aumento 2,9% face a 2004) - ver Figura 2.45.

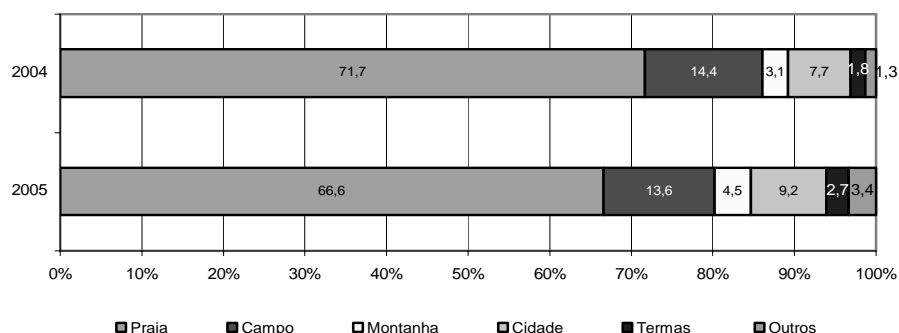


**Figura 2.45 – Distribuição dos portugueses que fizeram férias em 2004 (a), e 2005 (b), pelo território nacional (a partir de DGT, 2006).**

Em termos de destino de férias dos portugueses o Algarve continua a liderar destacado a preferência dos turistas nacionais, vendo a sua posição aumentar aproximadamente quatro pontos percentuais e meio entre 2004 e 2005 sendo detentor de 40 % da quota nacional em 2005. É seguido pela Região Norte, pela Região Centro, pela Região do Alentejo e pela Região de Lisboa, quer em 2004 quer em 2005, embora importe referir que, em 2005, para além da Região do Algarve, a Região Centro foi a única que viu aumentada este valor (1,6 pontos percentuais). Por seu lado, a Região Norte viu a sua quota diminuir 4,6 pontos percentuais.

No seguimento do anteriormente mencionado, maior parte das férias no Verão e no Algarve, o destino de eleição dos portugueses continua a ser a praia (66,6 % em 2005), pese embora se tenha verificado uma diminuição de 5,1 % de 2004 para 2005, valor que foi distribuído pela cidade, pela montanha e pelas termas, que subiram respectivamente de 7,7 % para 9,2 %, 3,1 % para 4,5 % e de 1,8 % para 2,7 %. O maior aumento verificou-se no turismo urbano, o que acompanha as tendências internacionais, embora ainda com uma expressão muito reduzida face ao turismo de sol e praia (Figura 2.46).

De realçar que se verificou um aumento significativo no número de fins-de-semana realizados fora da residência habitual dos residentes do continente, como se pode ver na Tabela 2.6, o que vem ao encontro do aumento da percentagem de portugueses que fez férias em núcleos urbanos, principal destino dos fins-de-semana. O número de portugueses que gozaram fins-de-semana fora da residência habitual representou 49% do total de portugueses com mais de 15 anos residentes no continente e que gozaram férias, traduzindo-se num aumento de face a 2004 onde foram 43%.



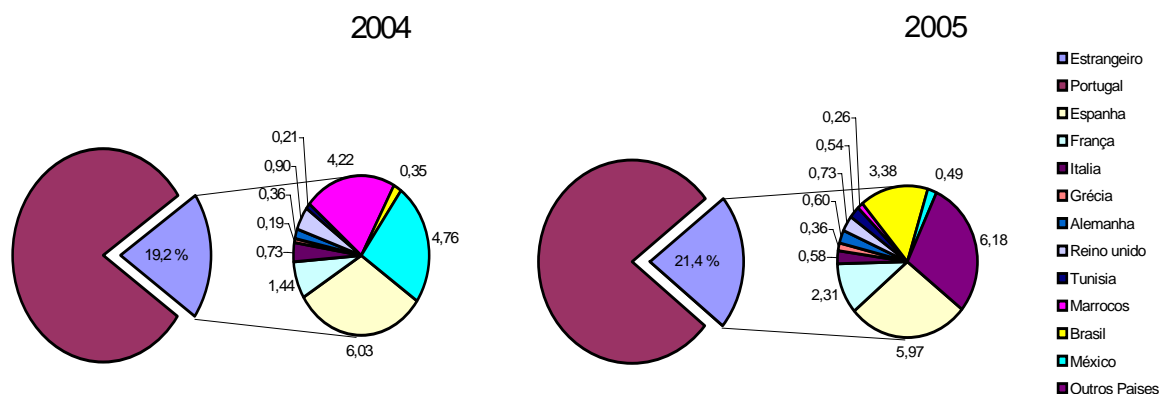
**Figura 2.46 – Distribuição das férias dos Portugueses em 2005 por ambiente escolhido (a partir de DGT, 2006).**

**Tabela – 2.6 População que passou fins-de-semana fora da sua residência habitual (DGT, 2006).**

ANOS	POPULAÇÃO QUE GOZOU FINS-DE-SEMANA (MILHARES)	% EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL
2004	1.860	23
2005	2.198	27

Dos portugueses que fazem férias fora do território nacional o destino preferido em 2004 (Figura 2.47) foi a Espanha com 6,3 %, seguida pelo Brasil com 4,2 % e pela França com 1,4 %, mantendo-se inalterada esta ordem em 2005, embora com um decréscimo ligeiro na percentagem de turistas que fez férias em Espanha e no Brasil e um aumento de um ponto percentual nos que fizeram férias em França. O carácter de proximidade, a tradição, a língua e a forte emigração (no caso francês), podem justificar esta preferência.





**Figura 2.47 – Destinos dos Portugueses que fizeram férias no estrangeiro em 2004 (a), e 2005 (b) em % (INE, 2006).**

Quanto ao principal motivo para viajar, três motivos são responsáveis por cerca de 84,9% das viagens: o Sol e Mar principal motivo de férias, para 57,1% dos portugueses que fizeram férias; visita a amigos e parentes 13,3%; e a busca por paisagens e pelo contacto com a natureza 11,2%. e A deslocação para estâncias termais (2,7%), assistir a espectáculos e distrações (2,2%), ver museus e monumentos (2,1%) são os restantes motivos principais de viagem ( DGT, 2006).

Quanto ao tipo de alojamento utilizado, 26,8% fica com amigos e parentes, 25,7% escolhe o Hotel ou o Hotel Apartamento e Pousada, 13,9% arrenda uma habitação, 12,3% utiliza uma segunda residência ou casa de férias: parques de Campismo, Colónias de Férias e Pousadas da Juventude foram utilizadas por 8,9% da população que fez férias em 2005 (DGT, 2006).

## **2.8 O planeamento do turismo urbano**

### **2.8.1 Evolução do planeamento Urbano**

O planeamento urbano existe desde a antiguidade. Com efeito, operações notáveis de planeamento chegaram até aos dias de hoje através das mais recentes escavações arqueológicas, de textos, de testemunhos, que mostram como o planeamento urbano existe há milhares de anos.

Cidades como Mohenjo-Daro (3000-4000 a.C.), na península hindustânica ligada à civilização Harappa, ou Mileto (500 a.C.) fundada na Ásia Menor pelos Gregos, mostram que estes aglomerados foram planeados de raiz, apresentando esquemas ortogonais bem definidos e um conjunto de edifícios públicos ligados ao governo e às actividades económicas e sociais de cada civilização. Templos, celeiros e banhos públicos são comuns a ambas as civilizações, sendo que as cidades gregas possuem um conjunto de edifícios e espaços públicos ligados ao governo das cidades, e à ocupação do tempo de lazer e recreio com actividades ligadas às artes e à prática de desporto como praças, teatros, e estádios (Benévolo, 2007).

Durante o Império Romano, cidades como Lion, em França, surgiram planeadas desde a raiz em forma de quadrícula, a partir de acampamentos romanos, espalhados por todo o império onde, à imagem da civilização grega, vários equipamentos públicos são construídos para o governo e para a satisfação das necessidades das populações e do seu bem estar como fórum, teatros, coliseus, termas, entre outros equipamentos (Benévolo, 2007).

Na idade média alta, algumas cidades foram construídas com carácter defensivo e muito fortificadas e onde o seu objectivo primordial era, no caso das “Bastides” Francesas e Inglesas ao longo da Costa entre os dois países, proteger ambos os lados durante a Guerra dos Cem anos, não sendo dotadas de equipamentos nem de infra-estruturas de vulto para além das muralhas defensivas (Benévolo, 2007).

E no Renascimento, período que em termos de urbanismo se estende até ao início da Revolução Industrial, cabe destacar as grandes renovações urbanas e construções de cidades elaboradas pelos grandes monarcas absolutistas da época nomeadamente Versalhes (1669), e São Petersburgo (1703), onde respectivamente por Luís XIV, e o czar Pedro I, pretenderam construir uma cidade que mostrasse o poder absoluto que exerciam sobre os seus súbditos (Benévolo, 2007; Hall, 1998).

Contudo, associa-se o aparecimento do moderno planeamento à Revolução Industrial, e a procura de soluções para as carências e necessidades das populações das cidades de então (Hall, 1998b).

Com efeito, o planeamento moderno surge como uma tentativa de resposta através do controlo físico do território aos problemas oriundos da Revolução Industrial e do crescimento maciço das cidades líderes deste processo. Se numa primeira fase as indústrias se localizaram perto dos cursos de água disseminadas pelo campo, a partir da invenção da máquina a vapor, e consequente melhoria dos transportes que eram então o maior factor de custo na produção industrial, estas localizam-se perto das matérias-primas onde grandes aglomerados nascem, ou em cidades que pelas suas condições geográficas possuem vias fluviais navegáveis ou infra-estruturas portuárias (Hall, 1998b, 2002).

Este processo ocorre primeiramente na Grã-Bretanha e depois alastra-se a outros países como a França e a Alemanha. É contudo na Grã-Bretanha onde estão as suas origens e são as aglomerações britânicas que mais vão sofrer com este processo. Coincidindo com: a existência de um amplo mercado constituído pelas vastas colónias do Império Britânico; com um processo de reforma agrária e com a substituição de mão-de-obra pela diferente maquinaria que entretanto vai sendo progressivamente introduzida na indústria sobretudo na indústria têxtil; e com sucessivas inovações tecnológicas, um grande número de trabalhadores oriundos do campo, sem hábitos urbanos deslocam-se paulatinamente para as cidades industriais em busca de emprego, alojando-se nas zonas mais degradadas do seu centro ou nas periferias, sem quaisquer condições sanitárias e higiénicas. Estas áreas, próximas das fábricas, são ocupadas até à exaustão sustendo grandes densidades quer habitacionais, quer populacionais.

Os centros urbanos passam pela primeira vez na História a serem sobretudo centros de produção baseada nas livres forças de mercado: o sistema capitalista surge assim sobre o mote “laissez faire, laissez passer” com a consequência espacial do aumento drástico da dimensão dos centros urbanos<sup>29</sup>. Se numa primeira fase os poderes instituídos não prestam atenção a estas áreas, uma crescente agitação social e sobretudo uma sequência de epidemias de cólera nas principais cidades Britânicas, fruto da contaminação dos aquíferos e que afectam todas as camadas da sociedade, colocam a descoberto as fragilidades do crescimento exponencial de alguns aglomerados, fruto de uma sobreposição de iniciativas públicas e particulares sem quaisquer regras e que resultam na fealdade, no congestionamento de tráfego, na insalubridade e no desrespeito das mais elementares

---

<sup>29</sup> - Antes de 1800, apenas 1,7% da população mundial era urbana, e nenhuma cidade atingia o milhão de habitantes; um século depois em 1900, já 19 cidades entre as quais Londres (4 milhões), Paris (2 milhões), Berlim (1,3 milhões) superavam esse número.

necessidades de qualidade de vida. O Estado e os particulares vão começar a intervir sobretudo com medidas higiénicas de regulamentação da construção (Hall, 1998b).

Surgem assim as primeiras leis sanitárias um pouco por toda a Europa<sup>30</sup>, que visam o controlo do crescimento dos aglomerados urbanos ao mesmo tempo que em várias cidades europeias, nomeadamente nas grandes capitais como Madrid, Barcelona, Viena, ou Paris, grandes artérias de fluxo de ar de luz são abertas rasgando o casco antigo; nestes arranjos urbanísticos estão também causas políticas, nomeadamente em Paris, onde as lutas populares de 1848, e o modo “libertino” de parte da população assustam os governos, ainda não refeitos das consequências da revolução francesa: uma governação cada vez mais moralizadora, sobretudo com a chegada ao poder da Rainha Vitória em Inglaterra, responde com grandes operações de demolição das zonas antigas de traçados intrincados e em posições de defesa, onde um caldo de artistas, boémios e estudantes podia ameaçar a sua autoridade; é o caso de toda a área de “Montparnasse” que vê o seu tecido morfológico destruído e substituído por uma das mais imponentes Igrejas “Le Sacre Cœur” em 1880, construída nos terrenos de bórdeis e das barricadas dos movimentos estudantis e intelectuais por detrás da elevação da segunda comuna (Hall, 1998a).

Paralelamente a estas operações uma série de industriais e benfeitores resolvem por livre iniciativa, proporcionar um ambiente regrado para os seus trabalhadores, com infra-estruturas e espaços verdes e de lazer; é o caso de Jorge Cadbury, e a sua cidade operária “Bournonville” ao redor da sua famosa fábrica de chocolates que ainda hoje labora nos arredores de Birmingham ou de New Lanark nos Estados Unidos, mandada construir por Robert Owen (Hall, 1998a,2002).

No fim do século XIX, surge o conceito de cidades Jardim (Ebenezer Howard) que irá influenciar o sistema de planeamento dos países ocidentais, nomeadamente na Grã-Bretanha, e que estará na base da criação de cidades novas após a segunda Guerra Mundial, e onde se pretende que mediante a construção de cidades de raiz, de acordo com um esquema rígido, proporcionar a construção de habitações, comércio, equipamentos, jardins e espaços verdes, em harmonia com as função industrial (Hall, 2002).

De referir que os elementos do movimento moderno Europeu e Americano vão propor nos anos vinte e trinta a construção cidades obedecendo também a esquemas rígidos de desenho urbano, onde se pretende, no caso do movimento europeu, separar as diferentes funções da cidade e os diferentes tipos de circulação viária e pedonal, construindo-se sobretudo em altura por forma a libertar o máximo de terreno para espaços verdes, como é proposto por Le Corbusier, ou pela escola

---

<sup>30</sup> Depois de vários estudos em Inglaterra é aprovada em 1848 a primeira lei sanitária; em França em 1850, em Portugal só em 1864 é que o ministério das Obras Públicas regulamenta a execução de Planos de Melhoramentos para Lisboa e Porto, enquanto que para Aglomerados com mais de 10000 habitantes “países” como a Suécia (1874), Prússia (1875), Holanda (1901), Inglaterra, (1909), França (1919), exigem a elaboração de planos de expansão urbana.

americana com a proposta de Frank Lloyd Wright, a concepção de cidade com imensos subúrbios de casas unifamiliares ligadas por um complexo sistema viário em que nos seus nós surgem as funções comerciais e industriais (Hall, 2002)

O planeamento vai assim evoluindo muito baseado no desenho de grandes projectos finitos onde se pretende construir uma realidade ideal que permita o aumento da qualidade de vida dos seus habitantes graças a um bom ambiente físico, onde o ordenamento dos diferentes usos do território é conseguido pela intervenção planeada no crescimento das aglomerações urbanas. A necessidade de planeamento vai-se afirmando até porque ao longo dos anos vai surgindo um conjunto de evidências que mostram que é vital para a própria sobrevivência do aparelho produtivo e do Estado, ao ajudar a minimizar através de melhoramentos na forma física, as consequências nefastas na saúde dos habitantes das cidades industriais<sup>31</sup> (Hall, 1998a; Taylor, 2004).

A necessidade de planeamento é pois inquestionável e a depressão entre as duas grandes guerras e a destruição causada pela 2ª Guerra Mundial resultam na aceitação por parte das sociedades ocidentais europeias de que o Estado devia ter um papel activo e intervencionista na sociedade para assegurar padrões mínimos de qualidade de vida para as suas populações, mesmo numa economia mista; é o surgir da social-democracia e do Estado-Providência, que se mantêm intocáveis na maior parte dos países europeus até aos anos oitenta e onde o planeamento é visto como algo inquestionável visando o interesse público e preocupado com a produção de planos de regulação e enquadramento de políticas sociais que regulem o crescimento e potenciem a qualidade de vida das populações (Taylor, 2004).

Até aos anos setenta, a principal alteração ocorrida durante esta época na concepção de plano foi a alteração de método que conduziu, em alguns países, ao aparecimento e implantação do plano sistémico como alternativa ao plano-produto. Este último, baseado em grandes desenhos, e essencialmente normativo, visa o crescimento das cidades em equilíbrio com o que as rodeia. Acomodando da melhor forma as diferentes actividades humanas no seu interior é questionado nos anos 60 pela sua falta de base científica já que muitas das opções seriam tomadas com base na intuição e não fundamentadas através da pesquisa, pela qualidade do desenho praticado, pela ausência de consulta sobre as necessidades e aspirações das populações por ele visadas e pelo carácter político da sua intervenções, já que ao escolher uma determinada solução fazia-o com base num juízo de valor; não era portanto neutro (Reade, 1987).

---

<sup>31</sup> - Em 1990, aquando num movimento de recrutas para o exército em dois países, Inglaterra e a Alemanha, foi necessário recorrer a habitantes oriundos do campo visto que em mais de 10000 candidatos originários de cidades se detectaram problemas de saúde que impediram o seu ingresso na vida militar (Taylor, 1998; Hall, 1998a).

No fim da década de sessenta, em parte como resposta às críticas de falta de sofisticação e rigor científico do plano-produto, surge a chamada teoria sistémica (McLoughlis, 1969), baseada no conceito de sistema, que começa a ser então aplicado a áreas tão dispares como a biologia, a ecologia, a matemática ou a cibernética desde que o matemático americano Norbert Wiener em 1948 introduziu o conceito para, de forma simplificada, explicar que qualquer que seja o fenómeno, qualquer que seja a sua proveniência, não pode ser visto como algo isolado mas sim fazendo parte de um sistema ou conjunto de sistemas interligados entre si e que se afectam mutuamente. Assim, diferentes partes podem ser analisadas e através da introdução de mecanismos de controlo será possível alterar o sistema e conduzi-lo numa determinada direcção. Neste sentido, o planeamento ele próprio um sistema, pretenderia controlar o sistema urbano composto pelos diferentes usos do território interligados pelas redes de comunicação, através do controlo do investimento público e com incentivos ou entraves à iniciativa privada, mediante os objectivos a alcançar. Neste contexto o conceito de plano muda para deixar de ser algo finito e passa a ser um processo, um rumo, decidido com base nos recursos disponíveis e no conhecimento do sistema, pelo qual através de aproximações sucessivas se irá atingir a solução, a meta pretendida (McLoughlis, 1969).

De referir que ambas concepções de planeamento, plano-produto e sistémico, apoiaram-se na capacidade de investimento público, recorrendo a um quadro regulamentar rígido (sobretudo no caso do plano-produto), para melhor controlar e limitar a expansão do espaço urbano através da elaboração de um plano, baseado num conhecimento técnico superior (Faludi e van der Valk, 1994) constituindo-se como uma alternativa à decisão ordinária, que não se baseava em quaisquer conhecimentos científicos, mas sim em juízos de valor, por forma a conduzirem a sociedade para os objectivos, as metas pretendidas (Hall; 1992, 2002).

De destacar que, contemporâneo da teoria sistémica, surge o processo racional compreensivo, que se constituía como uma teoria sobre o processo de planeamento, em que o planeamento é visto como um processo racional de tomada de decisão (Chadwick, 1973; Faludi, 1987).

Na primeira metade da década de setenta as noções do planeamento sistémico foram colocadas em causa, assim como anteriormente tinham sido as do “plano-produto”, devido às dificuldades de implementação, dada a morosidade de todo o processo resultante dos contínuos ajustes do sistema sempre que alguma mudança ocorria e que implicava um reajuste da rota traçada para a prossecução do objectivo final; ao facto de se assumir como algo científico, que pela utilização de meios e técnicas sofisticadas (estatísticas, programação) seria capaz de compreender a sociedade e prever o seu futuro com fiabilidade; a noção de que o planeador era livre de valores e que podia determinar de forma desinteressada o melhor para a sociedade, entendida como um todo homogéneo em que a optimização do sistema conduziria o bem-estar de todos não tendo em consideração a distribuição

desse bem-estar dentro do sistema nem a complexidade dos actores envolvidos. Assim, os princípios que serviam de base à teoria eram tidos como utópicos e irreais (Nadin e Doak, 1991; Hall, 2002).

Com a crise petrolífera de 1974, as economias ocidentais entram num período de contracção económica para a qual as técnicas e os conceitos do planeamento não pareciam ser adequadas visto que tinham sido concebidos para gerir o crescimento, não o declínio (Hall, 2002; Taylor, 2004). Paralelamente os problemas ambientais que entretanto vão ganhando importância junto de certos grupos da sociedade e a solicitação de maior participação pública<sup>32</sup> durante o processo de planeamento vão conduzir ao aparecimento de várias abordagens entre as quais cabe destacar o “planeamento comunitário” (Albrechts, 1992; Hall, 2002).

Na tentativa de superar os problemas surgem novas formas de planeamento como o “planeamento para a comunidade”, que teve o seu início nos Estados Unidos da América e se alastrou a outros países, nomeadamente à Grã-Bretanha, onde esteve muito ligada às correntes intelectuais dos anos setenta, nomeadamente ao Novo Marxismo. Tem a sua génese nos problemas de degradação física, social e económica, de largas zonas do centro de algumas das principais cidades de ambos os países; as chamadas “inner cities”. Procurava-se assim, envolver a comunidade no processo de planeamento, o que implicava que a comunidade devia estar organizada e ser solidária entre si, o que se revelou de difícil concretização prática, visto que ocorrerem situações de conflito entre as equipas de planeamento e as populações locais o que conduziu ao fim destas experiências.

Contudo, cabe referir que a participação de vários grupos de cidadãos no processo de planeamento teve como consequência o facto de estes ficarem sensibilizados para os problemas do sector, o que conduziu à participação de muitos, de forma voluntária, uma década depois, através de processos de parcerias - nova tentativa de resolução dos problemas das “inner cities” nos anos oitenta -, quando novos projectos alimentados por verbas avultadas procuraram dar corpo a regenerações profundas (Hall, 2002; Taylor, 2004).

Vários autores salientaram que as novas abordagens contribuíram para o planeamento através da análise das mudanças que ocorreram nas formas de produção e na economia dos países industrializados e que se repercutiram com especial acutilância nas áreas urbanas, e não a descoberta de soluções para esses problemas. Ou seja, não descobriram soluções, mas contribuíram para detectar o que estava na origem dos problemas. Esta corrente contribuiu para a percepção de

---

<sup>32</sup> O relatório Skeffington de 1969 introduzira estatutariamente a participação pública mas a sua execução revelava-se pernicioso já que eram os grupos mais bem informados da sociedade que nela participavam sendo muito difícil a participação das populações mais desfavorecidas, mais apáticas face a todo o processo.

que as modificações nos processos de produção com a sua racionalização - tendo como consequência a redução e subsequente despedimento de mão-de-obra parte da qual qualificada - ocorreu sobretudo nas cidades onde a industrialização se iniciou, conduzindo-as a processos graves de declínio, numa demonstração do controlo crescente das multinacionais sobre a localização e sobre o encerramento das suas unidades, sobre o destino das cidades, sem que aparentemente os governos tenham tido capacidade para afectar tais modificações (Hall, 2002; Gouttebel; 2003; Stock, 2003; Shaw, 2004; Taylor, 2004).

Com a ascensão ao poder dos governos de direita na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos durante a década de oitenta (e posteriormente por toda a Europa), assistiu-se a um processo de retracção do Estado e da sua intervenção na sociedade, com a abolição de várias das facetas do Estado Providencia, o que incluiu sobretudo na Grã-Bretanha, a retracção e quase desmantelamento da máquina de planeamento acusada de despesismo, de obstaculizar o crescimento e a criação de emprego (Hall, 2000a; Shaw, 2004).

Para esses governos, o liberalismo da economia devia ser total, a despesa estatal devia ser reduzida ao mínimo e as responsabilidades de governo colocadas nas mãos de privados, deixando assim a sua posição de monopólio em vários domínios, entre os quais o planeamento, o que conduziu a um longo processo de privatizações com a passagem de sectores como as telecomunicações, os transportes, as indústrias espaciais para o sector privado.

Os governos de direita vêm ainda mais reforçada a sua política com a derrocada do Bloco de Leste, e da sua economia fortemente estatizada, vendo neste acontecimento a confirmação de que só a economia de mercado seria opção correcta a tomar para fomentar o crescimento económico, cabendo ao Estado o papel de zelar para que nada perturbasse o seu funcionamento (Hall, 2002a; Taylor, 2004).

Neste contexto, o planeamento tornou-se algo com um significado nebuloso, desnecessário, como alguns autores procuraram demonstrar dando o exemplo de Houston, Texas, onde não existindo planeamento urbano, não existindo restrições à livre iniciativa, a cidade funcionava sem os problemas que era suposto o planeamento resolver (Jones, 1982). Segundo o pensamento liberal, o progresso ocorre, não deve ser planeado (Healey, 1991; Faludi e van der Valk, 1994), e tudo que obstaculize o crescimento deve ser eliminado, neste sentido, todos os mecanismos, todos as agências governamentais que pudessem constituir um obstáculo ao seu livre funcionamento, foram desencorajadas ou até abolidas: a participação pública no processo de planeamento foi praticamente colocada de lado, já que podia trazer entraves ao funcionamento do mercado, quanto mais não fosse por introduzir morosidade ao processo, ao terem de se respeitar determinados trâmites formais



assim como, após posições não favoráveis a determinadas medidas governamentais, o *Greater London Council* foi abolido (Gunn, 2002; Shaw, 2004).

O papel do planeamento ficaria reduzido à ideia de facilitar o bom funcionamento do mercado, corrigindo algum erro imprevisto e evitando obstáculos injustificados ao crescimento económico, através de uma atitude positiva para com a iniciativa privada (Shaw, 2002; Taylor, 2004).

Neste cenário, Bridley *et al.*, (1989), baseando-se em casos de estudo, identificou seis diferentes processos de planeamento durante os anos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan: “regulative planning”, aplicado em situações de crescimento económico, vetando ou autorizando o desenvolvimento em diferentes regiões; “trend planning”, utilizado para incentivar o crescimento em locais economicamente saudáveis; “popular planning”, aplicado em pequenas áreas, procurando a participação das populações na elaboração de planos que inibam a contestação popular ao desenvolvimento privado; “public-investment planning”, usado em áreas em recessão profunda, investindo massivamente os fundos públicos para criar infra-estruturas e serviços; “private-management planning”, aplicado em zonas deprimidas, através da entrega ao sector privado da gestão de todo o processo de renovação (Brindley *et al.*, 1989).

De entre estes processos, os mais utilizados foram todos aqueles que iam ao encontro dos desejos do mercado, em vez de o tentar regular: “trend planning”, “private-management planning” e sobretudo o “leverage planning” o mais utilizado sobretudo nas grandes operações de regeneração urbana que ocorriam em ambos os países, onde se pretendia, com o mínimo de despesa pública, assegurar o máximo de investimento privado através da constituição de parcerias público-privadas; na regeneração das docas de Londres, ou na regeneração das áreas portuárias de Boston e Baltimore nos Estados Unidos, onde foram utilizados estes processos (Brindley *et al.*, 1989; Shaw, 2004).

Nestes processos de regeneração urbana vislumbra-se a tentativa de por um lado procurar regenerar fisicamente áreas do centro das cidades vetadas ao abandono, depois da saída das indústrias que anteriormente ocupavam vastos espaços nesses locais, e, paralelamente, através dessas operações, dotar a cidade de projectos que pela sua imagem e desenho possam atrair ainda mais investimento privado, por forma a que mais emprego seja criado e assim os trabalhadores industriais desempregados, alguns de longa duração, pudessem ter novas oportunidades de se inserirem no mercado de trabalho (Shaw, 2004).

Paralelamente a tudo o mencionado, ocorreu a criação de todo um conjunto de mecanismos que possibilitassem estas concepções de planeamento em colaboração com o mercado, nomeadamente na Grã-Bretanha, as *UDC's*, *Urban Development Corporations*, corporações público-privadas de desenvolvimento com amplos poderes na área do planeamento para que não fossem colocados entraves à iniciativa privada ou as *EZ* (*Enterprise Zones*), estas últimas com um regime idêntico

mas com bónus fiscais importantes como a isenção de diversas taxas locais durante dez anos. Curiosamente a ideia destas zonas de regime simplificado é atribuída a Sir Petter Hall que, ao referir-se de forma casual às experiências em Hong Kong e em outras cidades do oriente cujas zonas não reguladas tinham sido bastante lucrativas, viu-se ligado a uma forma de “não” planeamento (Hall, 1982; Shaw, 2004).

Durante este período o plano deixou de regular a iniciativa privada para passar a encorajá-la, passando o planeador a negociar a forma dos projectos privados e não a elaborá-los. Os planos passaram da regulação física do crescimento para planos cujo objectivo principal era a promoção dos locais com vista à captação de investimento, adoptando formas cada vez mais flexíveis de planeamento, socorrendo-se para tal dos mecanismos anteriormente mencionados (Shaw, 2004). Vários autores criticam os resultados destas abordagens, nomeadamente o facto de beneficiarem os grupos mais favorecidos em prejuízo do interesse público (Brindley et al., 1989), ou o facto de se socorrerem de projectos com um desenho atraente, sem estudos na sua base, refugiando-se no empirismo e na “standardização” das soluções adoptadas, muitas delas cópias de soluções adoptadas noutros locais (Taylor, 2004). Um pouco por toda a Europa vão proliferar os chamados Projecto Bandeira ou Projectos Estrela, como o projecto das *Docklands*, em Londres, ou o da Exposição Universal de Sevilha, onde os seus promotores, através de uma imagem de prestígio e prosperidade, através da construção de várias infra-estruturas físicas (centros de congressos, por exemplo), procuraram obter a aprovação e a colaboração dos residentes e, acima de tudo, convencer os operadores económicos a neles investirem, seduzidos pelo leque de excelentes oportunidades e facilidades oferecidas, nomeadamente a nível de isenções fiscais como já foi mencionado (Taylor, 2004).

No fim da década, porém o planeamento sai reforçado mesmo pelo próprio mercado, já que os efeitos perniciosos do crescimento desregulado em áreas tão sensíveis como o mercado imobiliário, criaram uma maior insegurança no investimento privado depois de, neste período, se ter assistido à falência, nomeadamente no Reino Unido, de grandes investidores como o caso da imobiliária canadiana Olympia & York, o maior investidor privado do projecto das *Docklands*, em Londres, que sucumbiu devido ao facto dos níveis de procura de áreas de escritório terem sido muito inferiores aos previstos pelo plano, depois da crise bolsista de 1987 (Hall, 2002; Taylor, 2004).

Com a ascensão ao poder dos Governos de Tony Blair na Grã-Bretanha, o plano retoma parte da sua importância, saindo reforçado em detrimento das meras aplicações de planeamento público<sup>33</sup> aos grandes projectos privados da década anterior, o que não esconde, contudo, a realidade de que pese embora as transferências de competências para as autoridades locais na Grã-Bretanha e um pouco

---

<sup>33</sup> -Planning and Compensation Act de 1991 (Shaw, 2004).

por toda a Europa, os novos governos “da terceira via” do New Labour, não recuaram na abordagem de governo comandada pelo mercado<sup>34</sup>, apoiada nas parcerias público privadas mas consentindo um maior envolvimento popular na execução de planos (Shaw, 2004). Daí os planeadores terem que continuar a lidar com o sector privado, reforçado em poderes após as modificações dos anos oitenta, de modo que autores como Healey (1990) propõem um planeamento através do debate, onde a gestão da mudança seria conseguida através de práticas interactivas num ambiente de estreita colaboração entre os diferentes actores envolvidos no planeamento, num processo levado a cabo dentro de um determinado contexto social e não apenas por um processo meramente técnico de desenho, análise e de gestão, exercido apenas pelos profissionais de planeamento (Healey, 1990).

De realçar que as questões ambientais vão passar a ser um tema central do planeamento desde os anos noventa até ao presente, assim como os movimentos em prol da defesa do património (natural e construído) e os movimentos em defesa do aumento da qualidade do desenho urbano nas cidades e da competição destas à escala global.

Efectivamente, a reabilitação urbana com a criação das Urban Regeneration Companies (*URC's*) em muitas cidades da Grã-Bretanha, nomeadamente em Liverpool e em Manchester - possuindo semelhanças com as *UDC's*, mas agora sujeitas à tutela de parcerias entre as autoridades locais (preteridas nas *UCD's*) e os investidores privados -, e com a introdução dos fundos da Lotaria na recuperação do património na Grã-Bretanha, assumiu em muitos casos a forma de grandes projectos de valorização como os da cidade de Manchester aquando da preparação da sua candidatura aos Jogos Olímpicos ou os de reabilitação do edificado de cidades como Bradford ou Leicester (Shaw, 2004).

Por outro lado, as crescentes preocupações com a qualidade do desenho das cidades foram-se afirmando e entrando nas preocupações do planeamento desde os movimentos “Community Architecture”, de apoio a uma arquitectura e a um urbanismo baseado na interligação entre o campo e a cidade comum às primeiras “New Towns” (Hall, 2002), à renovação urbana do centro das cidades com grandes esquemas de desenho urbano como em Liverpool (Shaw, 2004; Taylor, 2004).

Quanto às questões ambientais, estas surgem da sequência de uma série de iniciativas por parte das Nações Unidas<sup>35</sup>, onde a palavra sustentabilidade entra paulatinamente no léxico político e na agenda dos planeadores, legitimando a importância do planeamento, já que no cerne do desenvolvimento sustentado estão as relações entre as actividades humanas e o uso do território, a

---

<sup>34</sup> - As privatizações de até então funções do Estado continuaram a ocorrer como seja a privatização dos controladores aéreos.

<sup>35</sup> Brundtland Report (1987), Conferência da Terra no Rio de Janeiro em 1992 com a promulgação da Agenda 21.

compatibilização, o equilíbrio entre todas as partes, algo que foi sempre o objectivo do planeamento desde a Revolução Industrial (Shaw, 2004; Taylor, 2004).

A noção de sustentabilidade vai-se alargando, passando a estender-se, desde o fim do século, a várias áreas, nomeadamente à sustentabilidade dos sistemas económicos e concretamente à preocupação em manter os altos níveis de crescimento económico sem comprometer o seu futuro, bem como à sustentabilidade social que visa o bem-estar social das actuais gerações, sem comprometer o das futuras gerações.

A sua introdução como preocupação governamental no caso do planeamento teve como consequência o renovar de ideias e valores anteriores aos governos liberais, de que é exemplo o retomar da importância em meio urbano dos transportes públicos utilizando tecnologias menos poluidoras em detrimento do uso de veículos automóveis privados, tão encorajado durante o tempo de Margaret Thatcher, e que vai passar a sofrer cada vez mais restrições à sua circulação na maior parte das cidades europeias (Hall, 2002; Shaw, 2004; Taylor, 2004).

Neste contexto o planeamento actual é bastante diferente daquele que ocorria antes dos anos setenta. Hall (2002) define assim o planeamento actual como sendo “pró-activo, centrado na sustentabilidade e na criatividade”, ao integrar nos desenvolvimentos espaciais, considerações de desenvolvimento social, económico, ambiental, de sustentabilidade, tendo em atenção o impacto actual dos desenvolvimentos urbanos nas futuras gerações.

Neste sentido o planeamento deve ser integrado (contendo todas as vertentes da vida humana: económica, social, ambiental), procurando aumentar a eficiência das políticas praticadas através de parcerias com todos os actores envolvidos no processo de planeamento, promovendo a colaboração entre todos os actores e apoiando a sua participação no processo de tomada de decisão (WCP, 2006).

Landry (2004) vai mais longe e sublinha o facto de uma nova abordagem no planeamento das cidades, dos núcleos urbanos, parecer surgir paulatinamente nos países ocidentais. Através da análise e da participação no planeamento das populações em vários países, ele advoga uma nova forma de encarar e pensar o planeamento urbano, vendo-o como um processo onde a criatividade deve imperar em todas as suas fases, aproveitando, na crescente competição global pelo investimento, as características especiais e distintas de cada cidade, utilizando as redes de contactos, de ligações, de confiança entre as populações, para planear em conjunto com todos os grupos sociais o futuro das cidades<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> - Um pouco no seguimento das teorias de Richard Florida (Estados Unidos da América), em que se advoga que as cidades para competirem a nível global, devem ser locais “felizes”, repletos de vida boémia e artística pois será nestes meios que os trabalhadores criativos, empresários inovadores que criam empresas de grande potencial de crescimento

Para tal, e na linha de Morgan (2004), as decisões que se tomam, bem como o sucesso do planeamento das cidades, não pode ser medido como tem ultimamente ocorrido, apenas sob o ponto de vista económico e financeiro, mas sim em termos de qualidade de vida que ele pode proporcionar às populações que serve (Landry, 2004).

Neste sentido, áreas que ultimamente não têm feito parte das prioridades governativas, como sejam as áreas que lidam com a “emoção e com os sentidos” do ser humano, como é o caso dos serviços sociais, culturais, e de lazer, vistos por vezes numa posição de inferioridade e subavaliados, não sendo em muitos casos tidos como geradores de riqueza (Morgan, 2004). Estes devem estar no cerne do planeamento das cidades já que, como diz Landry (2004), é precisamente nestas áreas que está a riqueza das cidades e que, se bem explorada, graças um planeamento estratégico integrado, muito participado, pode conduzir a soluções inovadoras e capazes de se susterem no tempo no ambiente de crescente competição entre as cidades a nível mundial por habitantes, por investimento.

A participação assume também a vertente de propiciar a organização e a melhor formação da população para as questões do planeamento (Hall, 2002; Landry, 2004), devendo auxiliá-la a pensar e, assim, a resolver de forma lógica e clara os seus problemas, em particular os que dizem respeito à equidade e ao crescimento. Neste contexto, o planeamento deve procurar imaginar e adequar soluções possíveis alternativas para os diferentes grupos em diferentes momentos no tempo, fornecendo os recursos para uma decisão que se pretende democrática e a mais informada possível (Hall, 2002).

Nesta óptica o planeamento criativo de Landry (2004) tem em consideração as opções e as necessidades expressas por todos os grupos da sociedade, procurando encontrar formas de reconciliar as prioridades de cada um, com particular atenção para aqueles cuja voz é menos audível em políticas convencionais de planeamento como os mais velhos os sem abrigo, os deficientes, as mulheres, as crianças; todos têm direito à cidade e a serem consultados em desenvolvimentos que os afectam.

Daqui resulta a não uniformidade de planos e de tipos de soluções, visto que cada cidade possui especificidades próprias, que podem transformar-se em mais-valias; especificidades que vão desde características climáticas, a características governamentais. Várias cidades vão começando a praticar este tipo de planeamento, como é o caso de Helsínquia, na Finlândia, onde se apostou num planeamento criativo. Neste caso, depois de um inquérito elaborado a toda a população onde se procurou encontrar as características da cidade, sendo que a ausência de luz e o frio foram das mais citadas, estabeleceram-se prioridades e, com base nestas, foram constituídos grupos de trabalho com

---

preferem viver. Assim os governos locais, segundo este autor, devem investir nas indústrias culturais e não em aspectos tradicionais como a baixa de taxas e impostos para atraírem esses investidores (Florida, 2003).

vários elementos da população oriundos de diversas áreas do saber, delineando-se um plano de acção para solucionar os maiores problemas detectados, o que levou, designadamente, à definição de uma iluminação pública apostada na diferença e no uso de lâmpadas amigas do ambiente, o que por sua vez, conduziu ao aparecimento de pequenas empresas no sector de desenho de mobiliário urbano e de iluminação pública, assim como à construção durante os meses mais frios de um imenso castelo de gelo que se constituiu como atracção turística da cidade; ou inovar em termos de gestão do poder local, como em Tilburg na Holanda, onde a cidade está a ser gerida como se de uma empresa se tratasse (Landry, 2004).

O planeamento sustentável e criativo afigura-se assim como uma nova forma de encarar o planeamento e a governação das cidades (Landry, 2004).

### **2.8.2 Planeamento do turismo urbano.**

Do que atrás foi mencionado, pode afirmar-se que o turismo nas cidades sempre ocorreu, mas aparentemente o planeamento urbano só muito recentemente é que o introduziu nas suas prioridades.

Com efeito, o planeamento do sector do turismo é muito recente em meios urbanos. De acordo com Gunn (2002), os primeiros estudos apareceram nos anos setenta, mas eram sobretudo estudos de eficiência económica rudimentares, aos quais se adicionava o planeamento físico das infra-estruturas, facto que se manteve até à década de oitenta (OMT, 1980<sup>37</sup>), quando o turismo nas cidades começou a ter uma maior visibilidade (SDT, 2002).

A esta situação não é alheia uma certa tradição histórica de se considerar que o turismo era algo de bom para as sociedades, “uma indústria limpa”, não se sabendo como defini-la, já que não se enquadrava nem na indústria tradicional, nem no comércio, sectores tradicionalmente responsáveis pelo crescimento das cidades (Law, 1993), e que o seu desenvolvimento seria apenas da competência do sector privado (McKercher e Ritchie, 1997). Daí que o sector público e até a comunidade académica não tenham sentido necessidade de intervir e estudar o turismo nas cidades (Ashworth, 1992; Law, 1996), já que este não constituía uma prioridade para o planeamento mais preocupado com o dia-a-dia dos residentes e não com algo tido como sazonal ou até efémero e que ocorre de forma mais ou menos espontânea (Page, 2003).

---

<sup>37</sup> - Conclusões do relatório da OMT de 1980, citado por (Mathieson e Wall, 1982), após estudo de 1619 planos.

A necessidade de planeamento do turismo urbano surge aparentemente ligada a dois factores evidentes a partir dos anos oitenta e sobretudo noventa: por um lado há uma evidência de que o seu crescimento pode ser nefasto para si próprio se for presidido apenas por critérios económicos, podendo conduzir a casos extremos de saturação ambiental (Costa, 2001); e por outro surge da percepção das mudanças na economia e da tentativa de resposta dos governos aos problemas colocados pela reestruturação económica sobretudo nas áreas urbanas, e que conduz a uma forte competição entre estas pelo investimento (Hall, 2000; Selby, 2004; Ward, 2004).

### **2.8.2.1 Sustentabilidade e degradação da experiência turística**

Contrariamente à maior parte das actividades humanas, o turismo implica uma deslocação para que seja possível o desfrutar das qualidades, da ambiência, das características de uma cidade que a tornam digna de visita. Portanto, é no local que o turismo se faz sentir com as suas implicações para a comunidade de acolhimento e para a qualidade da experiência dos visitantes, para o planeamento da cidade (Swarbrooke, 2002; Seydoux, 2002).

Depois dos anos oitenta, cidades como Veneza e Capri em Itália, Chartres em França, ou Mykonos na Grécia, tornam-se vítimas do próprio sucesso, já que parecem experimentar tanta pressão em termos de procura turística. Não só a qualidade da experiência turística parece fortemente comprometida como todo o sistema da cidade entra também em ruptura, colocando em perigo a continuidade não só do turismo, mas das próprias cidades enquanto estruturas morfológicas de características únicas (van der Berg, 1995, 2001; Hall, 2000).

Assim, aparecem os primeiros estudos ligados ao planeamento e à sustentabilidade do turismo urbano (van der Berg, 1995, 2001; Hall, 2000), baseados em três aspectos: o estudo da capacidade de carga das cidades, da capacidade do ambiente físico em conseguir suportar um determinado número de visitantes sem que estes o degradem de forma irreversível; o estudo do custo das consequências da sobrelotação destas cidades nas infra-estruturas e no meio ambiente, já que os custos em manter o sistema em equilíbrio podem suplantam os benefícios económicos do turismo para a cidade; e a degradação da experiência de vida na cidade, quer dos turistas, quer dos residentes. Ou seja, à medida que o número de visitantes aumenta e as estruturas da cidade entram em ruptura, estas deixam de proporcionar uma resposta satisfatória às solicitações de residentes e turistas (van der Borg e Gotti, 1995; Law, 2002).

Cruzando todos os aspectos anteriormente mencionados, seria possível calcular um ponto correspondente a um determinado número de turistas, a partir do qual todos os benefícios do

turismo seriam excedidos pelos seus custos, sendo esse ponto a capacidade máxima de carga da cidade. Esta irá variar de cidade para cidade, dependendo das características de cada uma, mas sempre que o número de visitantes se aproxime desse valor o fluxo de turistas deveria ser momentaneamente interrompido, impedindo que alcance valores que comprometam a cidade, a qualidade de vida dos residentes e a experiência dos turistas (Law, 2002).

Se bem que muitos críticos apontem para as dificuldades no cálculo da capacidade de carga e para a dificuldade de aplicar medidas que condicionem a circulação de turistas nas cidades (Selby, 2004), foram realizadas várias tentativas para estabelecer a capacidade de carga de certas cidades, nomeadamente da cidade de Veneza por van der Borg e Gotti (1995), e sugeridas medidas, como a instituição de um cartão de entrada na cidade com limites diários de venda controlados. Van der Borg e Gotti (1995), ao estudarem outras cidades na Europa, concluem que sem um planeamento adequado, o excesso de turismo pode rapidamente destruir a experiência dos visitantes, e a base de recursos da qual o turismo depende (van der Borg e Gotti, 1995; Hall, 2000; Selby, 2004; Page, 2005).

Para além da capacidade de carga, outro aspecto ligado à sustentabilidade do turismo urbano diz respeito à reabilitação, à reutilização dos edifícios antigos, já que o turismo proporciona uma série de possíveis reutilizações que ajudam a sua manutenção e conservação. A utilização de estações de caminho de ferro antigas, antigos armazéns, fábricas, e casas de habitação, de arquitectura mais ou menos elaborada, têm servido para a instalação de hotéis, museus, teatros, salas de exposições e congressos, como disso são exemplo o edifício da Alfândega no Porto ou os museus da electricidade e do Chiado, em Lisboa, em que construções antigas foram aproveitadas para novas valências, mantendo-se assim edifícios que *per si*, ou integrados num conjunto, ajudam a manter as especificidades de cada cidade, a sua personalidade, as suas características, o seu ambiente, que a tornam única e assim apelativa para os visitantes (Law, 2002).

O terceiro aspecto ligado à sustentabilidade tem a haver com a redução dos veículos motorizados nos centros das cidades, privilegiando-se o transporte público, e reduzindo-se assim o congestionamento e a poluição das cidades, reduzindo também, com estas medidas, o custo de manutenção de vários edifícios, por vezes danificados de forma irreversível. Sobretudo os edifícios e as obras de arte existentes na cidades, cujos materiais de construção são mais vulneráveis aos efeitos nocivos da poluição, como sejam os mármore, e que sofrem profundas alterações quando combinados com os compostos ácidos que se libertam da queima de combustível nos veículos motorizados, podem ter que ser sujeitos a constantes operações de restauro e limpeza e até mesmo à sua substituição total ou parcial por réplicas, como é o caso de várias estatuas em Itália ou na Grécia



como a estátua de o David em Florença ou as Cariátides na acrópole de Atenas (Gass, 1984; Law, 2002).

Assim, embora o planeamento não seja uma “cura” para todos os problemas da sociedade, (Hall, 2000a), pode ser um elemento fundamental para alcançar a sustentabilidade dos destinos, procurando antecipar e regular as mudanças que constantemente ocorrem nos diferentes subsistemas, que compõem esse sistema mais vasto que é a cidade (Murphy, 1985; Hall. C., 2000; Gunn, 2002; Selby, 2004).

### **2.8.2.2 A competição entre cidades e o turismo**

Durante a década de oitenta e noventa, no âmbito das modificações ocorridas nas sociedades e nos sistemas de planeamento, como referido previamente, procedeu-se a um conjunto de operações de regeneração de extensas áreas dos centros das cidades, onde grandes investimento públicos procuraram dotar essas áreas de mais valias capazes de atrair o investimento privado, cada vez mais volátil com a globalização e assim, potenciarem a geração de emprego.

Comum a quase todas as operações de regeneração é o facto de não só se pretender dotar os centros urbanos de uma imagem de progresso, de modernidade para onde residentes e sobretudo visitantes, tenham ao seu dispor uma grande variedade de espaços comerciais, mas sobretudo um grande números de atracções, com todas as infra-estruturas necessárias para uma agradável permanência num ambiente cuidado e aprazível. As actividades de recreio e lazer vão assim constituir uma alternativa à desindustrialização dessas cidades, procurando a ocupar não só o espaço abandonado pelas industriais como a massa de trabalhadores que esta vetou ao desemprego. O turismo urbano entra em expansão (Moreira, 2004).

Cabe referir, contudo, que em muitos destes casos – pese embora o facto de a regeneração física ter tido um papel importante na melhoria da habitabilidade, no emprego e na imagem da cidade -, parte da população original foi expulsa da área de intervenção, onde o preço da habitação<sup>38</sup> se tornou para ela proibitivo, assim como a maior parte dos empregos criados não serviram os seus antigos habitantes, muitos sem qualificações para ocuparem os empregos criados por estas operações

---

<sup>38</sup> - Em cidades como Barcelona durante os 6 anos que antecederam a realização dos Jogos Olímpicos de 1992, o preço das habitações antigas aumentou em 240% e o das novas 287% (Wilkinson 1994).

sobretudo na área cultural, opção de muitas propostas de lazer a exigir maiores qualificações dos seus trabalhadores (Wilkinson, 1994; Page, 2005).

Mais ainda, como um inventário cuidadoso não foi realizado, e como estas operações não estiveram integradas em verdadeiros processos de planeamento, as soluções encontradas repetiram-se por várias cidades, o que levou vários autores a interrogarem-se de quantos oceanários, museus, centros culturais, de convenções, de exposições, centros comerciais, seriam necessários (Gunn, 2002).

No seguimento das críticas anteriores, autores como Shaw (2004), chamam atenção para que o planeamento urbano como já foi referido limitou-se aligeirar os mecanismos de planeamento, muitas vezes através de coerção do poder central que impôs os seus esquemas e as suas exigências sob pena de não financiar essas operações caso fossem colocados obstáculos à sua realização nos moldes pretendidos. O planeamento que daqui resultou não foi “parte do contrato social, em que o debate público, a participação são a execução da democracia” Hiller (2000), nem foram pouco onerosas para os Estados (Shaw, 2004). Pelo contrário, estas políticas de regeneração urbana com grande investimento público, traduzem políticas que tiveram como objectivo principal o crescimento económico global da cidade, sem que preocupações de redistribuição das mais valias pela população tenham estado na sua génese (Shaw, 2004; Landry, 2004).

São políticas que através da concentração material e social do investimento reforçam a competitividade das cidades, mostrando o lado “belo sem mácula” das mesmas<sup>39</sup>, “excluindo os mais desfavorecidos” Law (1993), onde com o aligeirar dos mecanismos de controlo de planeamento se proporciona uma maior capacidade de negociação para a captação de investimento” (Harvey 1989b).

De entre os vários casos de grandes operações de regeneração urbana, a cidade de Birmingham é citada como um exemplo em que as boas práticas se impuseram no fomento da captação de investimento e de visitantes (Landry, 2004). Este projecto de reconversão de uma extensa área central da cidade foi elaborado em parceria com a universidade local e com agentes privados, nomeadamente da banca, onde no planeamento se procurou encontrar aspectos de diferenciação da cidade que pudessem servir como catalisador para o desenvolvimento a vários níveis, nomeadamente a nível turístico (Gunn, 2002),

Com este intuito, depois de uma inventariação das possibilidades humanas e materiais, procurou-se dotar a área de um certo número estabelecimentos em que camadas mais novas da população

---

<sup>39</sup> - Durante os Jogos olímpicos de Los Angeles e de Atlanta milhares de sem abrigo foram detidos durante os jogos para que não deambulasse pelas ruas e assim maculassem a imagem da cidade veiculada para todo o Mundo.

pudessem estabelecer pequenos negócios ligados às artes (ourivesaria) visto que se tinha detectado a existência de uma tradição de manufactura de metais preciosos na cidade. Assim, foi possível aproveitar a força de trabalho local e fomentar o turismo como forma de financiamento da construção de infra-estruturas de lazer de desporto - que são utilizadas pelos residentes e por turistas -, e como uma mais valia para o fomento do comércio e da indústria do divertimento, da restauração local, assim como possibilitar, através do rendimento adicional, a melhoria dos sistemas de transporte público, de saúde, de cultura.

O turismo serviu assim de catalisador para a diversificação da base económica local, para aumentar a qualidade de vida das populações e ajudar a fomentar uma comunidade vibrante, onde a presença das artes, dos desportos, das diversas manifestações culturais sugere um alto grau de civilização característico de uma cidade próspera, moderna (Gunn, 2002; Selby, 2004).

O turismo depende assim, fortemente, dos recursos existentes ou potencialmente passíveis de serem utilizados e que devem pautar-se pela distinção (UK, 2006). Um dos temas centrais do discurso contemporâneo da cidade é a redescoberta de uma experiência urbana perdida, ou que se reinventa, de uma certa nostalgia; recriação, renovação, regeneração são termos em uso; para muitas cidades, o turismo tem assim um papel chave na regeneração urbana, na (re) conquista de espaços de lazer ao torná-los viáveis em termos económicos para benefício das populações locais (Moreira, 2004).

Muitas destas operações de regeneração urbana, como foi referido, vão assim acontecer sobretudo nas grandes áreas abandonadas pela indústria pesada, pelos caminhos de ferro, usualmente nas frentes ribeirinhas onde os edifícios e demais infra-estruturas que obstruíam a visão e usufruto da água são substituídas por outros como residências e escritórios de prestígio, bem como atracções e espaços de ócio e lazer, em número suficiente capazes de constituírem uma massa crítica necessária para atrair um número significativo de visitantes. Nestes espaços, e funcionando com grandes atracções grandes acontecimentos desportivos, culturais, que projectam uma nova imagem (renovada) das cidades vão ocorrer; Lisboa Expo 98; Los Angeles, Barcelona e Sidney Jogos Olímpicos, são disto exemplo (Law, 1993; Page, 2005).

Todos estes aspectos de regeneração urbana colocam a descoberto as modificações que se vão operando no carácter das cidades, onde a cidade vai progressivamente transformar-se em local de consumo, não de produção de bens industriais, mas de sonho, tornando-se por vezes um espectáculo (Zukin, 1991), e onde o turismo alimenta e alimenta-se desse mesmo espectáculo (Hoyle 2001,

Page 2005), usando-a como cenário para captar um investimento cada vez mais volátil num mundo globalizado, onde nem cidades como Londres são imunes<sup>40</sup> à competição (Page, 2005).

Surge a cidade pós-industrial, ou na sua forma mais abrangente pós-moderna.

O termo pós-industrial é dos vocábulos associados às modificações ocorridas nos últimos anos na estrutura social da sociedade (ver Tabela 2.7), relacionada com o desenvolvimento da economia, em particular com o impacto da tecnologia e a expansão do sector dos serviços na morfologia das cidades (Hall, 1998a; Page, 2003).

**Tabela 2.7 – Diferenças principais entre Modernidade e Pós-modernidade, em Mansfeld (1999)**

Modernidade Da Revolução Industrial aos anos setenta	Pós-modernidade Dos anos setenta até aos nossos dias
Superioridade tecnológica e o progresso são saudados.	O progresso e a tecnologia estão em constante mutação
Universalismo.	Diversidade, diferença, fragmentação, descontinuidade
Busca do conhecimento absoluto.	Acredita-se na relatividade do conhecimento; aquilo que hoje é verdade amanhã pode já não o ser
Profundidade, busca pela essência.	Superficialidade, hiper-realidade
Regras e normas de estilo.	Colagem, espectáculo
Acreditar no real.	O real é questionado e a representação que dele se faz não é linear
Produção em massa de bens para mercados gigantes	Surgem produções de bens para nichos específicos de consumidores
Produção de objectos economicamente em termos políticos significativos	Produção e consumo de imagens económica e politicamente significativas
Estado providencia; intervêm e preocupado com o bem-estar	Declínio do poder do Estado: aumento da intervenção privada nas questões de bem-estar
Satisfação das necessidades	Satisfação dos desejos através de símbolos, de imagens e da posse de bens materiais
Enaltecer o carácter	Salientar o indivíduo, o corpo
Trabalho e outras questões da vida têm estabilidade	Precariedade do trabalho

<sup>40</sup> - O Departamento de Ambiente e Transportes e Regiões (DETR), em 1996, elaborou um estudo onde se preconizava que para a cidade de Londres pudesse competir com as demais cidades europeias, deveria melhorar fisicamente o seu centro, os transportes, serviços, atracções e prestar uma muito maior atenção com a imagem, quando então já era uma das cidades mais visitadas do Mundo, sendo actualmente com os dados disponíveis a mais visitada a nível mundial (Tourmis, 2006).

Enquanto que o termo pós-industrial se tende a referir apenas aos aspectos económicos e às mudanças ocorridas no processo de produção, o termo pós-moderno está associado às mesmas mudanças, mas denota uma maior preocupação com as dinâmicas culturais e sociais com origem nas novas tecnologias, com a rapidez da proliferação e da circulação da informação (Selby, 2004).

Em traço gerais, o que basicamente distingue a sociedade pós-moderna da pós-industrial são: a grande rapidez na circulação dos diferentes fluxos nomeadamente financeiros, e de informação; o uso de tecnologia muito sofisticada, onde grandes quantidades de informação estão disponíveis; o possuir conhecimentos que possibilitem a inserção nas diferentes redes de conhecimento característica, pré-requisito para ter acesso à informação, ao emprego, à saúde; e o fascínio pelo consumo - onde consumir bens, imagens, possui um papel muito importante no dia-a-dia das populações e é enaltecido e instigado por várias forças, nomeadamente pelos meios de comunicação (Davis, 1999; Selby, 2004).

Este frenesim, esta ânsia pelo consumo massivo dá origem a nichos de mercado, que não são mais do que conjuntos de indivíduos unidos pelos mesmos gostos e desejos de consumo, que vão depois ser objecto de um conjunto de operações por parte dos diferentes agentes, entre eles os do turismo, para a satisfação das suas necessidades reais ou imaginadas mas que o capitalismo concretiza e torna reais, conduzindo-os aos consumo de bens adaptados aos seus diferentes gostos (Law, 2002).

Assim, o consumo em massa de bens continua presente, mas dá lugar ao aparecimento nas sociedades pós-modernas de uma hierarquia de gostos que se traduzem em nichos de mercado, onde a realidade e a simulação se misturam Mansfeld (1999), e que determina os três processos pelos quais o pós-modernismo tem tanto fascínio pelo consumo, pela diversão, pelos novos estilos de vida: em primeiro lugar as cidades estão cada vez mais reestruturadas como centros de consumo, fornecendo o contexto onde bens e serviços são comparados, avaliados, adquiridos e usados; em segundo lugar, as próprias cidades, são também elas consumidas, sobretudo visualmente, sendo a sua imagem trabalhada da forma mais apelativa possível; e por último, as cidades podem como se viu, ser literalmente consumidas, usados os seus recursos até à exaustão (Urry, 1995).

Estas modificações culturais, e na base económica das cidades que ocorrem da passagem da cidade moderna para a pós-moderna reflectem-se na cidade, quer na “espacialidade” dessa transformações, quer na capacidade de atraírem residentes e turistas. A criação de indústrias culturais que tomam conta das artes, do lazer, do turismo é um fenómeno pós-moderno para ser consumido pelo turismo urbano (Harvey, 1989b; Page, 2003).

As transformações ocorrem agora num mundo interligado, onde o sistema global transcende o estado nação, com os sistemas de produção tradicionais cada vez mais flexíveis localizados em contextos espaciais diferentes e espalhados por todo o globo, enquanto que os sectores de indústria inovadora e de crescimento rápido tendem a localizar-se nas aglomerações urbanas onde as redes de

conhecimento existem e onde as infra-estruturas, atracções, a indústria do entretenimento proporcionam um aumento da qualidade de vida (Teo *et al.*, 2001).

À cidade cabe acomodar as novas formas de produção, muitas das quais, como centros comerciais, centros de espectáculos, museus, “cybercafés”, são produtos ao serviço e pertença da indústria de entretenimento, onde por vezes o novo urbanismo se assemelha a um parque gigante, consumidos apenas por aqueles que possuem capacidades para tal (Murphy, 1999).

Se as cidades são os centros de poder da mudança global, são também locais onde se encontram alguns dos maiores problemas das sociedades contemporâneas, onde todo um conjunto de população não possui a capacidade para usufruir das diferentes valências da cidade. Efectivamente, como o explica Sousa (1997), uma das grandes consequências do actual capitalismo prende-se com o domínio do indivíduo, da individualidade, o que resulta entre outras consequências na fragmentação das classes sociais antigas, passando-se a uma divisão social baseada na capacidade, nos padrões de consumo. Esta nova divisão é ainda mais potenciada com as relações de trabalho que são mais precárias, com esquemas de subcontratação associados à flexibilização do mercado, com a passagem do pleno emprego para formas mais precárias de relações laborais, que conduzem à polarização social, desenvolvendo-se todo um conjunto de excluídos que não conseguem acompanhar todas as mudanças, onde para muitos a introdução da informática nos processos de produção conduziu a uma fractura brusca na sua qualificação profissional, difícil de ultrapassar (Santos, 1997; Moreira, 2004).

Os problemas de inadaptação ao mercado, os baixos salários a que podem almejar, o recuo das prestações do Estado nomeadamente na educação e na saúde, levam a que os indivíduos e as famílias nestas circunstâncias dificilmente consigam ascender socialmente e melhorar a sua condição social. Tal potencia o aparecimento de conflitos e de tumultos sociais e o aumento crescente da criminalidade (Hall, 1998a; Huat, 1998; Riverside, 1999), o que pode conduzir a um aumento das medidas de vigilância e segurança para que nada perturbe a imagem de saúde, de cultura, de bem estar das cidades, - uma realidade que surge muito antes dos problemas como o terrorismo se colocarem, daí que cidades como Nova Iorque, Londres ou Tóquio serem actualmente extremamente policiadas e vigiadas, recorrendo a sofisticados sistemas de videovigilância (Spoonley, 2000).

A cidade pós-moderna é assim uma identidade onde o capitalismo define muitos dos elementos do ambiente construído, e onde o turismo aparece como um elemento chave potenciador do consumo e do prestígio das cidades, levando Harvey (1989) a afirmar que o turismo urbano não é mais do que um sintoma do capitalismo global, e a onde a cidade moderna possuía uma arquitectura esbelta, racional e pelo, contrário, a cidade pós-moderna é muito intrincada, com muitos espaços a serem concebidos como meros cenários, de modo a gerarem imagens de alta qualidade, reproduzindo

muitas vezes modelos tentados noutras cidades, noutros países, onde o turismo é um factor de viabilidade e de vitalidade da cidade pós-moderna.

O turismo urbano é uma das estruturas que definem a cidade pós-moderna: o turismo é uma forma complexa da vida pós-moderna, produto de complexos factores que se interligam, e onde é necessário entender o seu sentido, o seu significado na vida quotidiana (Urry, 1990; Peck e Lepin, 1989), já que por um lado pode conduzir à homogeneização de certos espaços, dos padrões de consumo, de modas, como até do edificado, em que cinemas e centros comerciais seguem todos um mesmo modelo, assim como os meios de alojamento, com soluções de atracções repetidas e com a presença de uma série de multinacionais de alojamento, (Quality Inn, Sheraton, Hilton, Mélia), ou de restauração como o McDonald's, a Pizza Hut, KFC. Por outro lado, o turista é cada vez mais informado, sofisticado e podemos surpreender quer a busca de homogeneidade, quer a heterogeneidade de estilos de vida e de consumos muitas vezes ligados à tomada de consciência das diferenças e ao valorizar das especificidades culturais (Ritzer, 1996).

Esta justaposição, esta relação global/local, heterogeneidade/homogeneidade, reflecte-se no tipo de parcerias criadas na cidade turística, onde a oferta procura acrescentar um valor de identidade, diversidade, que ofereça vantagens na competição com outras cidades por turistas e, até pelas despesas com o lazer, por parte dos residentes.

Do que atrás foi mencionado o turismo apresenta vantagens para as cidades sempre que enquadrado num planeamento integrado na mesma. Com efeito, o turismo apresenta ainda a vantagem de poder participar na reestruturação económica dos centros urbanos, substituindo-se aos sectores que os abandonaram, nomeadamente à indústria, sendo uma forma de aumento do emprego sobretudo entre aqueles que menos qualificações possuem, já que parte do emprego criado pode ser absorvido por essa camada da população, enquanto que dada a sofisticação de muitas das indústrias do entretenimento e da cultura, os empregos gerados podem ser altamente qualificados e remunerados.

O turismo urbano representa assim uma “grande avenida”, através da qual se pode satisfazer as necessidades de consumo, numa rede de cidades à escala global e onde a sua promoção, a sua imagem é cada vez mais sofisticada, de forma a atrair uma massa turística cada vez mais móvel. A procura de prazer e divertimento – a procura do novo, do único, do prazer, faz parte do pacote apresentado aos potenciais turistas, onde podem ser incluídos actividades tão diversas com uma ida à ópera, ou a participação em grandes eventos desportivos (Mullins, 1991).

Aliás, a imagem das cidades assume um importante papel na atracção e captação do investimento já que as modificações nas estruturas de produção das grandes empresas originam a uma certa redução das ligações ao território, donde que estas podem deslocar-se procurando factores não económicos como a amenidade do clima, as condições ambientais favoráveis associadas a uma elevada qualidade de vida, medida nomeadamente em termos de acessibilidades, de acessos a novas

tecnologias, de facilidades de educação, de segurança, de bem-estar social de oportunidades culturais, por exemplo, são factores que pesam cada vez mais na decisão de localização de investidores e das novas indústrias de inovação tecnológica, não sendo pois de estranhar que as cidades se esforcem para acentuar a atracção do local, como “engodo” para o seu desenvolvimento num meio de crescente competição capitalista (Harvey, 1989; Landry, 2004).

As cidades lutam ainda entre si pela obtenção de fundos comunitários, pela realização de mega eventos que as coloquem no mapa das cidades a visitar. Programas como o URBAN, associado à Capital Europeia da Cultura, são desejados nomeadamente porque não só oferecem oportunidades de desenvolvimento da economia cultural local mas também propiciarem a captação de fluxos de turistas.

Um dos desafios mais importantes que se colocam aos políticos é a ligação de funções económicas orientadas de forma global, com uma sociedade e uma cultura com raízes locais. Os países do sul da Europa, incluindo Portugal, possuem uma larga experiência dos modos de produção flexível, que perpassam a indústria cultural. O modo de produção da indústria italiana é, por certo, o mais bem sucedido, neste espaço meridional, mas existem também outras experiências, sobretudo as ligadas ao turismo, que se mantêm vivas e podem servir de base de suporte e inspiração ao desenvolvimento das indústrias culturais.

Bolonha é um caso paradigmático de como mediante um planeamento activo e uma forte cidadania se pode estar perante um caso de sucesso, nomeadamente a nível do turismo. Com efeito, de forte tradição comunista, as pequenas cooperativas rurais deram lugar a pequenas firmas e cooperativas familiares do sector de manufactura muitas diversas que vão desde a cerâmica, o calçado, o mobiliário a outras ligadas à tecnologia como são as de equipamento médico. O planeamento através da sua regulamentação desencorajou a instalação de grandes empresas, reforçando o perfil económico da cidade assente nas pequenas firmas e cooperativas, nas actividades de artesanato e nas de alta tecnologia ao longo do tempo mesmo durante períodos de recessão como nos anos 80 onde a taxa de desemprego não foi além dos 2% (muito abaixo da média de Itália de então), e onde o turismo evolui favoravelmente com a cidade, incluída nas rotas das cidades ligadas ao sector livreiro (Landry, 2004).

Como já foi mencionado, as cidades são locais de grande concentração populacional donde resulta uma alta propensão para que nelas se encontrem parentes ou amigos que possam ser visitados, e como várias possuem a concentração de estabelecimentos comerciais, financeiros, de serviços e de entretenimento, assim como uma vasta oferta cultural e artística, como é o caso de Londres, onde 70% dos espectadores de teatros e musicais são estrangeiros, agem como um chamariz para que diferentes pessoas se desloquem às cidades (Page, 2003).



As cidades recebem diferentes tipos de visitantes e alguns autores como Page (1995), procuraram encontrar uma tipologia que facilmente os identifique e responda às questões de quem visita a cidade e porquê. Dos seus estudos ressalta um conjunto de características comuns a aparentemente vários dos visitantes das cidades, nomeadamente o facto de se deslocarem usualmente por via aérea (40%), tenderem a ficar em hotéis, sendo que o grupo mais frequente de visita é o casal, sem filhos (DINKIES, duplo rendimento, sem filhos – “double income, no children), ou cujos filhos já abandonaram o lar (turistas seniores). Dentro da cidade os turistas domésticos deslocam-se maioritariamente em transporte próprio enquanto os estrangeiros tendem a usar os transportes públicos. Pertencem à classe média, média alta e têm níveis de instrução elevados.

A natureza multi-funcional dos centros urbanos complica as tentativas de tipologia porque os visitantes podem ter mais do que um motivo para fazerem a viagem e podem usar mais do que um dos recursos que a cidade lhes oferece, embora, como observa Ashworth (1990), os turistas quando questionados classificam-se pela razão principal da visita.

Contudo vários tipos de classificação de turista surgido nomeadamente quanto:

i) motivo da viagem, Page (1995), e Blank (1989), a deslocação far-se-á para:

- Visitar parentes e amigos.
- Viagens de negócios.
- Assistir a conferências e a exposições.
- Por questões de educação
- Acultura e património
- Recreio e Entretenimento.
- Compras.
- Por motivos religiosos.
- Outros factores

ii) de acordo com os recursos que utilizam segundo Burtenshaw (1991), citado por Page (1995), tenta identificar os visitantes de acordo com os recursos da cidade que utilizam, como sejam:

- Monumentos e edifícios históricos.
- Museus e galerias.
- Teatros e salas de espectáculo.
- Clubes nocturnos e bairros “vermelhos”.
- Cafés e restaurantes.
- Lojas.

iii) de acordo com as razões para viajar: desejo de mudança de ambiente, recuperação e descanso, oportunidade para se divertir, estreitar laços familiares e de amizade, convívio, prestígio já que alguns destinos estão associados a um reconhecimento social, oportunidades de educação, compras, (Page, 2005).

Jansen-Verbeke e Lievois (1999) identificam os factores que “puxam” os turistas para a viagem nas cidades como se pode ver na Tabela 2.8, e identificam também os turistas de acordo com estes factores.

**Tabela 2.8 – Factores que “puxam” os turistas para a viagem segundo Jansen-Verbeke e Lievois (1999).**

Factores gerais	Factores específicos
Ser único e interessante.	Muito que ver; uma experiência única; um lugar interessante
Atrações culturais e elementos marcantes.	Elementos marcantes bem conhecidos; arquitectura interessante; excelentes museus e galerias; marcas históricas; pessoas interessantes e vida cultural diferente; costumes e tradições locais
Entretenimento.	Vida nocturna e possibilidade de compras excitantes; musica ao vivo; teatros e artes; festivais e eventos interessantes
Alimentação e alojamento.	Bons hotéis; restaurantes sofisticadas; cozinha típica

Assim, o turismo urbano face ao seu conceito amplo pode ser definido como um sistema composto por entradas (inputs), como sejam os elementos secundários, e por saídas (outputs) como seja a experiência do turista, e por factores externos que condicionam o sistema como sejam os factores políticos e económicos. Esta abordagem permite, segundo Page (2003), ver os efeitos de cada um dos principais componentes e identificar onde é necessário modificar para que toda a experiência turística seja incrementada. Neste sentido, o turismo urbano necessita de ser contextualizado como um serviço e uma experiência que tem que ter um grande envolvimento dos consumidores e dos fornecedores, e em que a procura varia sazonalmente para um produto muitas vezes intangível.

As cidades fornecem um conjunto de serviços e um leque maior de oportunidades, de toda a ordem, que os meios não urbanos não têm capacidade (embora o desenvolvimento das telecomunicações possa mitigar algumas das insuficiências destes). Em confronto com o meio rural, “a cidade liberta” – a forte migração chinesa do “campo” para as cidades, para situações que, em muitos casos, correspondem a uma intensa exploração de mão-de-obra em condições “desumanas”, é elucidativa da necessidade de “libertação” percebida pelos mais jovens das restrições dos meios pequenos. Mas esta “libertação” corresponde, de facto, a uma opção consciente de tentar um leque maior de *lifestyles* proporcionados pelos meios mais populosos (Cooper *et al.*, 2005).

Naturalmente, a vida nas cidades tem as suas disfunções. Tempos de comutação elevados, espaços habitacionais confinados, maior insegurança, menor apoio “comunitário/familiar” em troca das possibilidades de um maior individualismo, falta da sensação do contacto com a “natureza” e *stress*, são alguns dos inúmeros aspectos que são apontados às cidades como afectando o bem-estar dos seus residentes. No entanto, estas mesmas “disfunções” constituem, em si mesmas, uma oportunidade de negócio para a indústria do lazer, do turismo, para o fornecimento de produtos ligados ao bem-estar como os *SPA's* citadinos (Page, 2003).

As concentrações urbanas constituem, factores de atracção turística para os não residentes<sup>11</sup>. A sua história, o seu património arquitectónico (passado e presente), as suas actividades culturais (*lato sensu*, incluindo comércio e jogo), a sua “vida” (o seu “pulsar” ou a sua *movida*), os seus eventos, entre muitos outros elementos, atraem turistas.

Este facto significa que as concentrações urbanas, as cidades, são receptoras de turistas como emissoras de turistas.

Esta última situação – emissor e receptor de Turismo – bem como a anteriormente referida – a de locais/cidades constituírem bases de residências secundárias em termos de Turismo Residencial – acentuam a terciarização das suas actividades económicas desenvolvidas nas concentrações urbanas

Law (1993) argumenta que algumas atracções possuem uma reputação, uma imagem tão boa que atraem os turistas e que as cidades devem possuir elementos primários e secundários que sejam capazes de atrair o turismo de uma forma sustentada. O mesmo ocorre com os elementos secundários que podem ser agrupados (Tabela 2.9) e trazerem mais valias para todos os envolvidos, de preferência se funcionarem em cluster. O reverso contudo, também é possível, como ficou demonstrado pelo estudo dos restaurantes asiáticos em Londres, onde a competição feroz, dado o grande número de estabelecimentos não melhorou nem a relação qualidade/preço, nem o serviço prestado (Ashworth, 1989).

Um conjunto consolidado também apresenta mais potencial do que um edifício disperso, excepção feita para os edifícios e construções emblemáticas de algumas cidades como o Guggenheim em Bilbao, responsável pelo “boom” turístico na cidade nos últimos anos.

O sucesso de certas atracções depende da informação disponível e do modo com ela é transportada para os mercados, onde o veículo certo para o segmento que se pretende deve ser correctamente determinado. Veja-se o caso da Eurospor TV, onde todos os anúncios pretendem atingir a classe que mais a vê: a classe alta.

**Tabela 2.9 Elementos primários e secundários que atraem o turismo para as cidades segundo Jansen-Verbeke 1986, transformado por Page 1995.**

Elementos primários		Elementos secundários
<p>Actividades culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Salas de concerto</li> <li>• Cinemas</li> <li>• Exposições</li> <li>• Museus e galerias</li> <li>• Teatros</li> </ul> <p>Estruturas desportivas</p> <p>Estruturas de divertimento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Casinos</li> <li>• Bingo</li> <li>• Festivais</li> <li>• Clubes nocturnos</li> <li>• Acontecimentos organizados</li> </ul>	<p>Características físicas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Monumentos</li> <li>• Edifícios eclesiásticos</li> <li>• Portos</li> <li>• Ruas históricas</li> <li>• Edifícios de interesse</li> <li>• Parques e áreas verdes</li> <li>• Água, canas, zonas ribeirinhas</li> </ul> <p>Manifestações socioculturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Folclore</li> <li>• Simpatia</li> <li>• Língua</li> <li>• Ambiente</li> <li>• Usos e costumes locais</li> <li>• Segurança</li> </ul>	<p>Hotéis</p> <p>Estabelecimentos de restauração</p> <p>Mercados</p> <p>Centros comerciais</p>
		<p>Elementos adicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessibilidade</li> <li>• Transportes internos</li> <li>• Estacionamento</li> </ul> <p>Atendimento turístico</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações</li> <li>• Guias</li> <li>• Sinalização</li> <li>• Mapas</li> </ul>

Um outro factor importante para o turismo urbano é o facto de parte do seu volume se dever a deslocações por motivo de compras. As autoridades locais procuram dotar os centros de zonas pedestres, estacionamentos, mobiliário urbano, concebidos de forma a atrair visitantes. Ruas como Oxford Street (Londres), Rue Neuve (Bruxelas), Boulevard Haussman (Paris), Via del Corso (Roma); Puertas del Sol (Madrid), são exemplos de áreas de prestígio que não só atraem compradores como visitantes.

A segurança é outro factor que é importante, para atracção de turistas nas cidades e onde o desenho de um ambiente que tem em conta a segurança do visitante em mente e devidamente vigiado (câmaras, policia), é uma mais valia, uma oportunidade para as actividades de lazer e de turismo (Page, 2003).

Outro aspecto a ter em consideração na capacidade de atracção é o transporte para dentro da cidade. Manete (2000) estudou o meio de transporte utilizado para chegar a algumas cidades e verificou que maioritariamente o automóvel é genericamente o meio de transporte mais utilizado para chegar às cidades e, dentro destas, sempre que exista, a rede de transportes públicos é a mais solicitada.

A cidade pode apresentar assim um vasto património, atracções, infra-estruturas e equipamentos de lazer, meios de alojamento, um ambiente, uma atmosfera distinta capaz de atrair turistas.

Por seu turno o turismo urbano apresenta ainda vantagens quando comparado com outras formas de turismo que são de evidenciar, nomeadamente:

- pode potenciar o orgulho e a união das populações em torno da valorização da sua cultura ao constatarem que esta é motivo de deslocação de visitantes para ser apreciada (Hall, 2002a);
- se for encarado com uma visão ampla pode fomentar o emprego mais qualificado do que aquele que usualmente é criado pelos estabelecimentos hoteleiros (baixa qualificação e baixos salários), já que pode criar empregos indirectos muito melhor remunerados nas indústrias do entretenimento e de cultura (Page, 2002);
- e pode ocupar através dos empregos menos qualificados a população como é o caso da região centro onde a população desempregada apresenta maioritariamente baixas qualificações e uma forte presença feminina;
- pode contribuir, se no seu planeamento se apostar nos produtos locais, nas culturas típicas, nos materiais e no tipo de construção sustentável, incorporando elementos da cultura local, desde que estes factores sejam como condição para a implantação de unidade hoteleiras que se pretende com uma arquitectura e uma dimensão adequadas às cidade;
- pode assim contribuir para a sustentabilidade das comunidades locais e para a fixação de população em zonas onde esta não se renova (Taylor, 1998);
- pode ser uma actividade que sirva para a criação de muitas actividades, contribuindo assim para a diversificação da base económica local (Law, 2002);
- pode, através da adopção do uso de produtos locais, contribuir para uma maior rentabilização da actividade agrícola, nomeadamente através da adopção da agricultura biológica que pode ser uma solução para pequenos produtores locais;

- pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para o não abandono do interior e assim para a não degradação da paisagem (Selby, 2004);
- pode contribuir para uma diminuição do gasto energético e do custo de infra-estruturação, ao aproveitar a cidade e os edifícios existentes alguns dos quais degradados, para a sua localização numa óptica de concentração e de proximidade com diferentes atracções (Stynes, 2004).
- pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações com a manutenção ou a criação de infra-estruturas que servem tanto visitantes como residentes.

### **2.8.3 Importância do planeamento do turismo urbano**

O optimismo que se seguiu à segunda grande guerra, viu muitas nações e comunidades acolherem o negócio do turismo atraídas pelos rápidos benefícios económicos que a “indústria” do turismo pode gerar.

Este quadro positivo tem-se modificado, sobretudo nas últimas décadas, à medida que impactos negativos nas comunidades de destino, no ambiente e nas culturas, se tornou mais aparente: as consequências sociais, ambientais do desenvolvimento nos locais de destino e nas áreas envolventes não se tinham colocado até aos anos oitenta (Murphy, 1985). Muitas áreas sofrem actualmente as consequências de um turismo que cresceu rapidamente, e são levados a implementar acções de remédio para controlar e revitalizar o turismo como é o caso das ilhas Baleares (Inskeep, 1991).

Daí que autores como Hall (1998, 2003), afirmem que o turismo não pode ser permitido que se desenvolva de forma *ad hoc*, sem uma base global que sirva de guia e estratégias predeterminadas em busca dos objectivos de desenvolvimento, sem planeamento. O planeamento do turismo será a forma prática com que o sector público procura organizar, planear, controlar o desenvolvimento do turismo a nível local (Page, 2005).

Daí o planeamento ser um factor chave para o sucesso continuado no tempo do turismo: este deve ser objecto de estudos permanentes de forma a serem detectados comportamentos que perturbem os bons níveis de satisfação esperados com os planos, com o planeamento (Taylor, 2002).

Nas últimas duas décadas o sistema de turismo tem sido confrontado por um vasto número de mudanças na procura, oscilações nos fluxos de turistas, diferenças nas motivações dos turistas, nas expectativas e na organização da oferta (CE, 2002). Estas mudanças realçam a necessidade urgente

dos intervenientes privados e públicos gerirem de forma coerente, integrada e com qualidade todo o sistema urbano (CE, 2002).

Toda esta complexidade será tanto maior, quanto mais complexa for a cidade, complexidade que não depende forçosamente do seu tamanho nem do tamanho do sector na cidade, mas sim do modo como este influencia o dia-a-dia das populações. Por exemplo, uma cidade com um coeficiente de dependência muito grande e que sofre um quebra brusca na procura turística poderá apresentar problemas de impacto na economia, na cidade, no ambiente que requerem um estudo profundo e uma gestão criteriosa (Page, 2005).

O turismo utiliza os recursos, os espaços locais utilizados pelos residentes, o que significa que todos têm responsabilidade de tomarem as acções e medidas necessárias para que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma sustentável, minimizando impactos negativos. A indústria turística necessita de trabalhar com a comunidade, para que todos se integrem, e não apenas explorar os seus recursos (Page, 2005:21).

Assim, e independentemente do papel fulcral que a iniciativa privada pode desempenhar, compete à Administração Central e Local criar um quadro de referência que contenha as orientações básicas em matéria de organização e ocupação do espaço (Jeffries, 2001; Stynes, 2004).

Acresce referir que as condições de competitividade a que actualmente se encontram submetidas as actividades económicas determinam uma forte aposta na qualidade, que para o sector do turismo significa também, a qualidade do território. Importa, uma vez mais, evidenciar que as condições de equilíbrio na utilização e transformação do território, que se perspectivam neste domínio, só serão viáveis num quadro de planeamento e desenvolvimento sustentável (Jeffries, 2001; Stynes, 2004).

O Planeamento é visto como essencial nas primeiras fases do desenvolvimento turístico; uma abordagem informada reduz quer os riscos, quer a probabilidade do surgir de conflitos durante o processo de desenvolvimento turístico. Efectivamente, por um lado, o conhecimento, fruto da participação da comunidade no processo de planeamento pode conduzir a uma mais rápida aceitação pela comunidade, do sector turístico, por outro, as opções e as metas pretendidas potenciar oportunidades que conduzam ao fortalecimento da identidade do destino e o seu carácter único, criando mais valias para a cidade e excluindo opções que possam ter consequências negativas cuja correcção, se possível, significará um custo para a comunidade. Deve ainda ser

integrado, utilizando, propondo, as diferentes atracções, serviços, e facilidades, de modo a assegurar a sua sustentabilidade futura<sup>41</sup> (NZ, 2002).

Se o turismo pode ter impactos económicos benéficos quase que imediatos, este deve ser sobretudo planeado por forma a que os objectivos que visem não só o aumentar da satisfação dos visitantes, mas também a protecção dos recursos naturais, construídos e humanos, que constituem a cidade, sejam alcançados.

O planeamento público no qual o turismo se insere, é pela sua natureza, intervencionista (Hall, 2000a), procurando conciliar os interesses individuais com o interesse da comunidade, de forma a alcançar, através de escolhas e decisões que possam satisfazer a noção de interesse público, (tão importante quando o turismo por vezes tem uma forte apetência para utilizar áreas de grande sensibilidade ecológica, proibitivas para outras actividades).

Segundo Hall, (2000), nos últimos anos, infelizmente, a ideia do bem comum, do interesse público, dos ideais políticos, foi preterida a favor das preferências do mercado, sustentadas, legitimadas, pela sua suposta eficiência, e pelo seu alegado, comportamento racional. Numa abordagem liberal, a sociedade, o Estado deve beneficiar os indivíduos que, ao “subjugarem” a natureza através do progresso, alcancem os seus interesses individuais, cabendo apenas aos políticos, a função de deixarem o mercado funcionar livremente, visto que este assegura que o interesse público, o bem comum seja atingido através da mediação dos interesses privados (Hall, 2000).

Contudo, a multiplicidade de actores que interagem num mundo globalizado, as tendências individuais (por exemplo de grandes empresas com tentáculos em várias áreas de negócio e geográficas) estão em muitos casos a destruir o interesse geral e a provocarem danos em toda a comunidade. Num mundo ideal o mercado possui um mecanismo que ajusta, de forma imediata, a produção face às necessidades, preferências e possibilidades financeiras dos consumidores. Só que o mundo não é ideal e muitos são excluídos ou impedidos de entrar no mercado nomeadamente porque ocorrem situações como seja a formação de monopólios, que distorcem o funcionamento livre do mercado (Hall, 2000a).

O planeamento do turismo urbano é visto como uma especialização do planeamento urbano do qual segue conceitos e métodos. Conceitos como cooperação, negociação, flexibilidade, participação estão presentes no seu exercício integrado (Ørjansen, 1998; Hall, 2000a).

---

<sup>41</sup> -Quality Planning in New Zealand, [www.qaulityplanning.org.nz](http://www.qaulityplanning.org.nz).



Neste sentido, o planeamento deve contribuir para uma forma de turismo mais sustentável, com um equilíbrio entre os objectivos económicos, ambientais, sociais, e com uma equidade de oportunidades de participação, e de decisão dos diferentes actores envolvidos no sistema: investidores, indústria, turista, mas também a comunidade cujo destino está a ser “consumido” devem participar no processo de planeamento (Hall, 2000a).

Os municípios são responsáveis pelo planeamento e pela formulação de estratégias de desenvolvimento dos seus territórios. São agentes-chave no planeamento e na gestão do turismo, contudo, o seu envolvimento é por vezes, muito discricionário, limitando-se contudo em muitos casos, a um papel passivo ou meramente à promoção do turismo (Bramwell, 1999; Timothy, 1998).

Outra das dificuldades para um planeamento eficaz do turismo a nível local é a ausência de conhecimento por parte dos planeadores locais sobre o sistema de turismo, o que impede o seu sucesso a nível local (Hall, 2000a).

Outra dificuldade encontrada para o sucesso do planeamento é o facto das estratégias implementadas não terem, na sua génese, na sua origem, uma verdadeira análise da situação do destino, o que pode atribuir-se a muitos factores, nomeadamente a falta de visão, de conhecimento ou a ausência de recolha regular de dados (CE, 2002).

Deixado simplesmente à discricionariedade da iniciativa privada e à sua propensão para a obtenção de lucro imediato, sem um planeamento integrado, adequado desde o seu início, pode, como outras actividades humanas, danificar irreversivelmente os sistemas em que se insere; se apostar apenas na massificação, pode ficar a cidade fortemente dependente de qualquer flutuação que ocorra e, se for muito dependente do turismo estrangeiro, pode não ter meios de controlar alterações que podem ocorrer fora do seu raio de alcance; pode incorrer no erro de estandardizar a sua oferta através da adopção de medidas e da construção de atracções que não enaltecem as suas diferenças, as suas vantagens comparativas mas recorrem a soluções adoptadas um pouco por todo o lado; pode explorar o território sem contrapartidas visíveis para a população geral e neste campo se não forem utilizados os recursos, as mais valias locais, contribuir não para o fomento de outras actividades mas para o desequilíbrio da balança de pagamentos ao serem importados a maior parte dos bens consumidos; pode conduzir a sentimentos de menor aceitação do turismo se os residentes sentirem que não participam na distribuição das mais valias do turismo, nomeadamente as infra-estruturas criadas são só para uso turístico, ou se estas são criadas em espaços que eram usufruídos pela sua beleza pela população que vê o seu acesso dificultado (Gunn, 2002; Seby, 2004).

Exemplos existem em que na ausência de um planeamento eficaz desde o início do desenvolvimento do turismo, conduziu à degradação e a depauperar recursos e mais-valias que

tornavam os locais únicos, como o que aconteceu nas ilhas baleares, onde hoje em dia, todo um conjunto de planos locais, no qual o turismo está integrado, visam a reabilitação do existente numa óptica de aproveitamento das construções existente e da não proliferação no espaço de novas unidades hoteleiras (Gonzalés, 2004). Assim, o planeamento pode constituir-se como uma factor-chave, não só para o desenvolvimento do turismo de forma equilibrada e sustentável nas cidades, apoiado na população e nas especificidades locais, como pode ainda ser um meio para a reabilitação de espaços que perderam a sua identidade e que por vezes estão em vias de perder também a sua capacidade de atrair turistas.

Contudo, para tal, deve estar plenamente integrado no planeamento local, fazer parte das suas opções numa óptica de plena gestão do território, da comunidade, da cidade –, visando o crescimento sustentado, visto como a compatibilização entre a biodiversidade e a protecção dos recursos naturais com o desenvolvimento das actividades económicas, em harmonia com a natureza e com a comunidade em que se integra, procurando a participação de todos na elaboração do planeamento. Afinal, a colaboração é um meio de envolver todos os actores no processo de planeamento do turismo (Bramwell, 1999; Hall, 2000; Gonzalés, 2004).

#### i) Inventário de recursos

Vários países têm nos últimos anos proposto um conjunto de itens que podem constar de um inventário de recursos para o turismo a nível local e propõem pistas de análise dos mesmos para constituição de produtos únicos.

O *Kit* de ferramentas Neozelandês (NZ, 2004), do qual o equivalente local do Reino Unido (UK, 2006), apresenta um inventário extensíssimo de recursos que se podem constituir como uma mais valia para o planeamento do turismo a nível local.

Ambos partem da assumpção de que as propostas do planeamento para cada cidade em matéria de turismo devem ter como base as qualidades únicas distintas de cada cidade.

Será através da diferença que o turista será atraído e não por soluções que possam ser encontradas noutros locais.

Assim, será através de um inventário dos recursos turísticos onde se poderá encontrar qualidades, aspectos únicos que façam a diferença, que enalteçam as especificidades locais.

No conceito de recurso todas as vertentes são contempladas, nomeadamente a vertente humana e intangível, para além de componentes mais tradicionais como os recursos naturais, construídos e culturais.

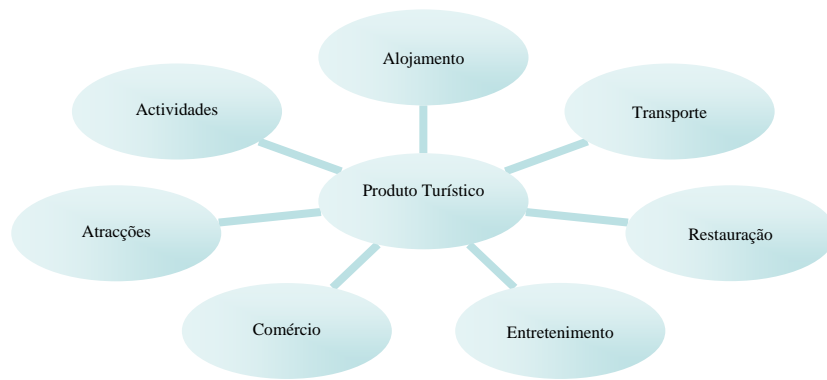
Nomeadamente as qualidades das populações, as suas especificidades que podem criar uma ambiência única, são inventariadas e analisadas, assim como os vultos da história ou personalidades notáveis da história local. Acontecimentos da história local, bem como lendas e tradições locais, são também inventariados para que a sua recreação para fins turísticos possa ser avaliada.

Será, pois, bastante útil que os planos – quando procedem à inventariação dos seus recursos turísticos – possuam um guia, pelo que a consulta destas duas publicações fornece amplas listagens dos vários elementos a ter em conta.

Fornecem ainda pistas para a análise dos dados obtidos, para que a tarefa de encontrar um produto distinto para cada local, de acordo com as suas especificidades, seja facilitada (Figura 2.49); tudo no âmbito de um planeamento participado, estratégico, onde se procuram estabelecer parcerias com os diferentes actores, num processo de planeamento contínuo, que não termine com a implementação do plano, e onde ao longo do processo ocorrem contínuas monitorizações, que permitam a detecção e a integração de qualquer factor que afecte a qualidade de vida de residentes e a qualidade da experiência dos visitantes.

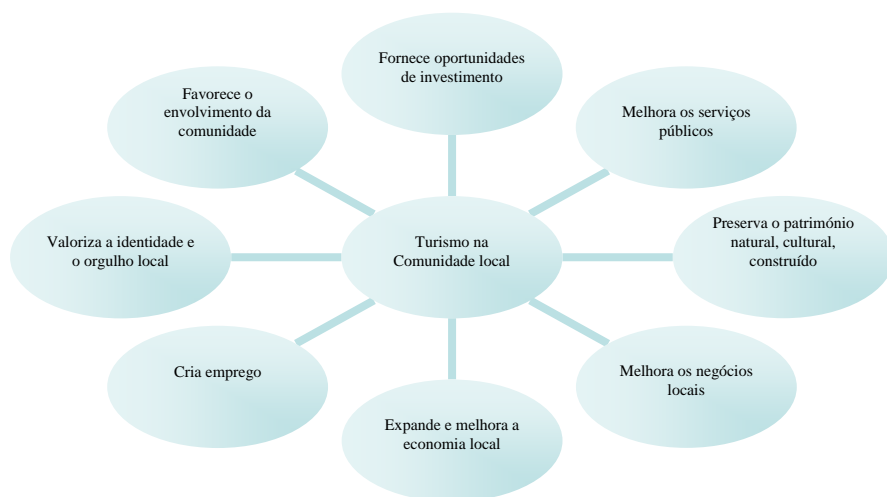
De forma genérica, os planos devem, segundo este estudo, abordar as seguintes componentes no seu inventário dos recursos e da situação existente:

- devem verificar as tendências de chegada de visitantes, quer domésticos, quer estrangeiros; a razão da visita ao local; o transporte utilizado; o tipo e a duração do alojamento; as actividades levadas a cabo na cidade; as zonas da mesma por onde se movem. Todas estas informações devem ser recolhidas ao longo do ano de forma regular, de forma a actualizar constantemente o perfil do turista que visita a cidade e o seu comportamento.

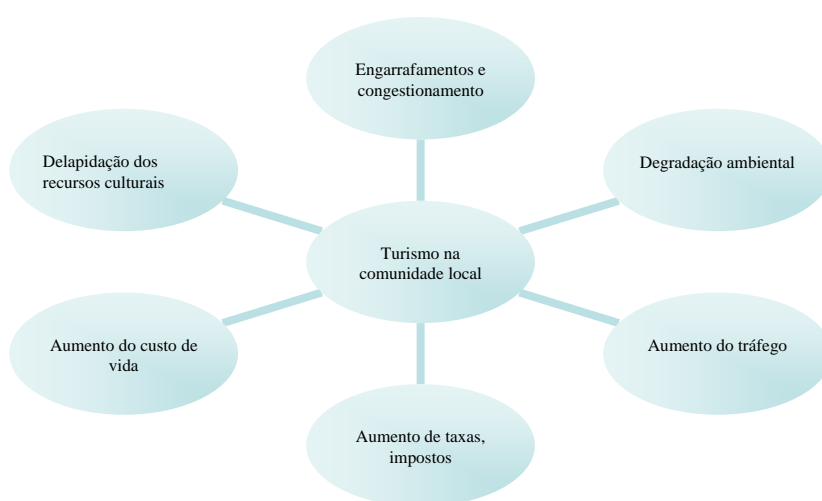


**Figura 2.49 – Produto Turístico (NZ, 2002).**

- devem contemplar os recursos e as atracções existentes, nomeadamente ligadas ao divertimento, como parques temáticos, complexos; galerias de arte, monumentos e outros edifícios de interesse, tipos de indústrias existentes, curiosidades e usos típicos, museus; assim como atracções naturais, grutas, acidentes geológicos, paisagens, lagos, vida animal, vegetal, aves, entre outras.
- o tipo de actividades que é possível realizar como actividades: de todo-o-terreno, escalada, pedestrianismo, canoagem, descida de rios e rápidos, actividades radicais, mergulho, passeios ecológicos, pesca, caça, golfe, passeios a cavalo, de balão, de avião, pára-quedismo, desportos de Inverno.
- as contribuições económicas do turismo, nomeadamente: quantos visitantes, negócios, emprego, despesa e suas tendências futuras, são estudadas, procurando-se comparar a situação do município com o comportamento de outros locais. Deve-se ainda verificar-se se o lucro fica na região e se esta possui uma base produtiva diversificada.
- sobre o modo como a comunidade encara o turismo, nomeadamente se a comunidade tem conhecimento sobre o turismo e os seus benefícios, se tem a percepção do impacto do turismo na estrutura social da comunidade, e se este é positivo ou negativo; se a comunidade é consultada sobre o desenvolvimento turístico e os investimentos na área.



**Figura 2.50 – Potenciais benefícios para as comunidades locais do desenvolvimento do Turismo (NZ, 2002).**



**Figura 2.51 – Potenciais impactos negativos do turismo a nível local (NZ, 2002).**

A nível local é proposto ainda, todo um conjunto de necessidades que é preciso contemplar para que se possa entender o que é necessário planear. Destas cabe destacar:

- Necessidade de entender o que se passa a nível local na indústria e nos residentes; através da participação em todo o processo de planeamento municipal.
- Necessidade de objetivos, de políticas para: reconhecer que o turismo é uma força social e económica; envolver e sensibilizar a comunidade para os seus benefícios; guiar e influenciar o desenvolvimento sustentado do turismo; fornecer as infra-estruturas básicas para encorajar o turismo; assegurar as facilidades adequadas; assegurar que o carácter da região se mantém.
- Necessidade de políticas de turismo porque: o envolvimento de todos deve assegurar a formulação de um plano que não fique sujeito a mudanças de executivo mas tenha um carácter de continuidade de forma a ser estratégico, continuado, buscando o

desenvolvimento sustentado; é necessário responder rapidamente a mudanças exteriores que a indústria não pode controlar; as autoridades locais fornecem muitas infra-estruturas que o turismo utiliza e como tal são elementos chave de todo o processo, embora por vezes este facto não seja reconhecido; um documento assegura que todos trabalhem para um objectivo comum que beneficie a comunidade. Podem adicionalmente ser desenvolvidas políticas que assegurem: financiamento, protecção de áreas sensíveis, da cultura, informação a visitantes, gestão de tráfego, estacionamento, integrar organismos de carácter supra-municipal.

- Planear e desenvolver facilidades: o aumento do número de visitantes exige um aumento das facilidades, por exemplo alojamento, e as autoridades locais possuem um importante papel ao determinarem quando é que podem ser criadas e a onde; pode estimular o sector privado a investir na hora certa e nas áreas onde pode complementar outros serviços.
- Planear infra-estruturas: mais visitantes criam a necessidade de mais e melhores infra-estruturas construídas após estudos que garantam a sua sustentabilidade a médio prazo, minimizando riscos, e assegurando a durabilidade e a sua adaptabilidade, unicidade. Os seus impactos devem ser aceitáveis a nível ambiental; pela participação das populações em todo o processo o processo deve ser transparente, onde devem ser aplicados os critérios de Hanemann (1998: 139<sup>42</sup>), baseados no retorno geracional, custos de localização, incentivos e escolha das prioridades por parte das populações (referendos locais).
- Melhorar o marketing da área: papel importante na promoção e no desenvolvimento de parcerias e participação em organizações e eventos – deve ser monitorizado para apurar os seus resultados.
- Identificar as necessidades financeiras: promover parcerias e proporcionar informação aos particulares para que estes possam tomar decisões o mais informadas possíveis.

De tudo sai um estudo bastante completo que permite uma tomada de decisão o mais informada possível, baseado na premissa que a indústria do turismo, a comunidade e o ambiente são as três áreas fundamentais do planeamento estratégico do turismo integrado no planeamento local.

ii) Técnicas de avaliação da sustentabilidade.

Alguns autores propõem métodos expeditos de avaliar a sustentabilidade dos planos analisando os critérios que precederam à sua elaboração, como é o caso do Método de Simpson (2001).

---

<sup>42</sup> - Citado em TRREC Report, nº 57, 2004 in Tourism, Water, wastewater and waste services in small towns, Nova Zelândia, retirado de [www.licoln.ac.nz](http://www.licoln.ac.nz) em 3 de 7 de 2005.

Neste método, depois de uma análise qualitativa de diferentes componentes (Tabela 2.10), procede-se a uma avaliação do planeamento do turismo desenvolvido no município. Este método é utilizado por vários autores em diferentes estudos ligeiramente modificado, consoante o caso em estudo e as suas especificidades (Ruhane, 2004). Simpson (2001: 23) descreve-o como sendo uma medida agregada de atitudes que culminam num inventário dos componentes que contribuem para que o planeamento sustentado ocorra e que em conjunto, descrevem o processo de planeamento específico que decorre e está sobre estudo”. Desenvolvido inicialmente, para estudos de planeamento a nível regional tem sido utilizado para estudos a nível local, nomeadamente para a análise de conteúdos dos planos de turismo a nível local procurando reduzir algum da subjectividade inerente a um processo de avaliação qualitativa e como tal considerado como muito útil para a análise dos planos e dos seus documentos, algumas vezes modificado para contemplar as especificidades de cada estudo (Bahaire e Elliott-White, 1999; Getz, 1992; Jennings, 2001).

Depois de verificada a existência de cada uma das componentes da Tabela 2.10, dependendo da quantidade de planos que se esteja a pretender avaliar, pode-se com um atributo, no caso uma numeração, manifestar a importância dada a cada atributo nos planos de turismo estudados (planos onde o turismo está integrado).

De realçar que neste método é proposto que maior peso seja dado às componentes de estratégia e de participação pública na elaboração dos planos, por se considerar que estas são as principais responsáveis para que um plano seja sustentado, já que procuram por um lado antever comportamentos e dificuldades no futuro e, por outro, pretendem assegurar que através da maior participação pública, no decorrer do processo de elaboração, as escolhas e o caminho traçado tenham a concordância do maior número de residentes, de agentes do sector, por forma a que sejam aceites e assumidos pela comunidade, que deve ter parte activa nas escolhas do que pretende assegurar, dos recursos que pretende manter para o seu futuro e do modo como pretende que estes sejam geridos.

Os planos que possuírem somas agregadas acima da metade dos itens mencionados são tidos como mais ou menos sustentáveis, de acordo com esse valor.

**Tabela 2.10 – Instrumento de avaliação do processo de planeamento do turismo.**

Indicadores estratégicos do planeamento a nível local	Análise Física, ambiental e Económica da situação:	Participação dos diferentes actores envolvidos e a sua influencia no processo de planeamento	Desejos, anseios, valores da comunidade de destino.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A dimensão do processo de planeamento reflecte uma orientação a longo prazo.</li> <li>• O documento genérico de planeamento inclui objectivos gerais base relacionados com a natureza e a escala, dimensão do desenvolvimento do turismo futuro.</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica objectivos gerais base relacionados com os benefícios económicos do desenvolvimento do turismo futuro.</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica objectivos gerais base relacionados com a protecção ambiental.</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica objectivos gerais base relacionados com a protecção dos valores, dos desejos e do estilo de vida da população.</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica objectivos gerais base relacionados com os benefícios locais do desenvolvimento do turismo.</li> <li>• O documento de planeamento identifica um conjunto de alternativas estratégicas através das quais os objectivos, as</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento genérico de planeamento descreve os principais tipos geográficos da área</li> <li>• O documento genérico de planeamento descreve as características principais do clima local</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica a fauna e a flora únicas na área.</li> <li>• O documento genérico de planeamento mostra a flexibilidade e ou a fragilidade do ambiente físico.</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica as características demográficas da área.</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica os modelos actuais de uso da terra e de propriedade</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica as principais actividades económicas da área.</li> <li>• O documento genérico de planeamento estabelece a importância relativa do turismo quando comparado com outras indústrias para o desenvolvimento da área local.</li> <li>• O documento genérico de planeamento quantifica os benefícios económicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento genérico de planeamento mostra as relações entre diferentes actores a nível local.</li> <li>• Agências, organismos relevantes de âmbito superior (estatal, regional), tomaram parte no processo de planeamento</li> <li>• Relevantes organismos locais tomaram parte no processo de planeamento.</li> <li>• As opiniões governamentais (regionais, estatais) influenciaram a direcção estratégica escolhida</li> <li>• Acções importantes a nível local tomaram parte do processo de planeamento.</li> <li>• A opinião dos organismos de turismo de nível regional ou local influenciaram a direcção estratégica escolhida</li> <li>• A indústria local de turismo fez parte do processo de planeamento.</li> <li>• Opinião da indústria local de turismo influenciou a direcção estratégica tomada.</li> <li>• Outras organizações tomaram parte do processo de planeamento (não ligadas ao turismo).</li> <li>• A opinião de outras organizações locais influenciou a direcção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento genérico de planeamento identifica os valores, os anseios mais importantes da comunidade</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica importantes estilos característicos de vida locais</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica assuntos correntes que são importantes para os residentes</li> <li>• O documento genérico de planeamento identifica as atitudes da comunidade para com o turismo</li> <li>• O documento genérico de planeamento menciona a qualidade de vida genérica na região em estudo.</li> <li>• O documento genérico de planeamento inclui uma visão para o futuro que vai ao encontro dos valores, desejos, anseios dos residentes, das suas atitudes e estilos de vida.</li> </ul>



Indicadores estratégicos do planeamento a nível local	Análise Física, ambiental e Económica da situação:	Participação dos diferentes actores envolvidos e a sua influencia no processo de planeamento	Desejos, anseios, valores da comunidade de destino.
<p>metas gerais podem ser alcançadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento de planeamento avalia cada opção estratégica antes de determinar um conjunto, uma variedade de objectivos específicos.</li> <li>• Objectivos específicos suportam objectivos gerais previamente definidos.</li> <li>• Objectivos específicos escolhidos são baseados nas capacidades de abastecimento de satisfação em oposição à procura do mercado.</li> <li>• Objectivos específicos te como objectivam a distribuição equitativa dos benefícios económicos pela área de destino.</li> <li>• Objectivos específicos para a actividade de turismo futura estão quantificados e voluntariamente medidos, quantificados.</li> </ul>	<p>do turismo para a área.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento genérico de planeamento quantifica a capacidade de criação de emprego pela actividade de turismo a nível local.</li> <li>• O documento genérico de planeamento descreve os principais sítios de turismo no local.</li> <li>• O documento genérico de planeamento avalia a capacidade actual das infra-estruturas e do alojamento</li> <li>• O documento genérico de planeamento avalia a adequação as capacidades que os negócios possuem pelos operadores da indústria de turismo a nível local (formação)</li> <li>• O documento genérico de planeamento inclui análise quantitativa do número actual de visitantes, da sua estadia, da despesa, etc.</li> <li>• O documento genérico de planeamento prevê a necessidade de integrar as estratégias locais com outras de ordem hierárquica superior.</li> </ul>	<p>estratégica adoptada</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os residentes (vulgares) fizeram parte do processo de planeamento.</li> <li>• A opinião dos residentes (vulgares) influenciou a direcção da estratégia adoptada</li> <li>• Os turistas foram consultados e influenciaram a estratégia adoptada.</li> </ul>	

#### **2.8.4 Planeamento do turismo urbano em Portugal**

Se se atender à história do planeamento urbano em Portugal, verifica-se que a introdução do turismo no planeamento urbano em Portugal não é recente, mas que nunca foi profícua nem contínua no tempo, à semelhança do próprio planeamento em Portugal.

Com efeito, em 1864 tinha sido publicada a primeira Lei em Portugal que visava a elaboração de planos - Planos Gerais de Melhoramentos -, para as cidades do Porto e de Lisboa que pretendiam dotar estas cidades de infra-estruturas e de equipamentos que melhorassem as suas condições de salubridade na sequência do grande aumento de população que registavam.

Sendo dirigida às principais cidades, esta legislação foi utilizada por algumas vilas para a realização de planos de melhoramentos, tendo sobretudo como objectivos a criação de certas infra-estruturas ou o melhoramento das mesmas (construção de mercados, ou a cobertura dos mesmos, por exemplo), e a abertura de ruas e avenidas.

No seguimento do plano de melhoramentos da Póvoa do Varzim, a componente do turismo foi introduzida e tratada de forma articulada com o desenvolvimento da vila com a abertura de uma grande Avenida que se pretendia rodeada de habitações multifamiliares de grande qualidade, por forma a constituir-se como um ponto de atracção turístico importante, à semelhança de Nice (Gonçalves, 1995).

Em 1934, sob a tutela do então ministro das obras públicas, Duarte Pacheco, aparece a primeira intervenção pública de planeamento do turismo a nível local, com a elaboração de Planos de Urbanização, por todo o território, muitos dos quais contemplando zonas balneares e termais como é exemplo o Plano de Urbanização da Costa do Sol para o qual o ministro das obras públicas contrata um conhecido urbanista francês, Alfred Agache, para a sua execução, dada a importância que lhe atribuíra como forma de revitalizar o turismo de forma integrada (Lobo, 1995).

Este urbanista francês tinha sido o responsável por várias intervenções de sucesso em zonas turísticas, nomeadamente o Plano Agache para o Rio de Janeiro, visto como um marco da integração dos princípios funcionais das cidades com a ecologia dos espaços que o rodeavam (Berdoulay, 2003). Contudo, com o precoce falecimento de Duarte Pacheco, a maior parte destes planos e ante-planos é colocada de lado, esquecida em muitos casos até aos nossos dias. Aliás a actividade de planeamento só será retomada depois da Revolução de 1974 (Lobo, 1995).

Na segunda metade do século XX cabe destacar, a uma escala regional, o Plano Urbanístico do Algarve, de iniciativa do Ministro Arantes de Oliveira, entregue ao Arquitecto Augusto Celestino

da Costa e tendo como consultor o Arquitecto Dodi, nome pelo qual ficou conhecido, cuja elaboração se estendeu desde 1963 até 1974. Contudo, este plano nunca chegou a ser implementado nem terminada na sua versão inicial, tendo apenas sido realizados um conjunto de planos sub-sectoriais que entretanto perderam a componente integrada e tiveram poucas concretizações na práticas, visto que entretanto já a pressão de construção tinha-se iniciado um pouco por toda a costa litoral do Algarve (Brito, 2004).

Depois do 25 de Abril a actividade de planeamento é retomada em diferentes níveis, nomeadamente a nível local, onde, em 1982, se cria a figura de Plano Director Municipal, com o qual se pretendia desenvolver física, económica e socialmente os Concelhos portugueses, e onde o plano de investimentos e a consulta pública eram peças fundamentais. Contudo, apenas três planos foram realizados (Évora, Moita e Albergaria-a-Velha), visto que nem os municípios possuíam meios técnicos e financeiros, nem a portaria que regulamentou a legislação facilitou a sua concretização, ao tornar todo o processo de elaboração muito inflexível e pouco operacional (Portas, 1995).

Em substituição desse diploma, e de forma a aligeirar todo o processo de elaboração para que os Municípios dispusessem de planos de forma a poderem candidatar-se a fundos europeus para projectos co-financiados pela então Comunidade Europeia (União Europeia), apareceu o Decreto-lei 69/90 de 2 de Março, segundo o qual foram elaborados os Planos Directores Municipais em todos os Concelhos do país.

Actualmente encontra-se em vigor o Decreto Lei 380/99<sup>43</sup>, onde é estabelecido o regime jurídico dos planos municipais e onde o seu artigo décimo nono faz uma menção especial ao turismo, considerando-o “uma actividade económica” cuja localização e distribuição deve ser considerada nos diferentes instrumentos de gestão territorial, o que é assim aparentemente uma forma redutora de entender o turismo, apenas ao nível dos aspectos físicos do seu planeamento.

Assim, PDM's são actualmente a figura de planeamento municipal mais importante na gestão corrente dos municípios, tendo ganho uma posição de «Planos Charneira», articulando simultaneamente as linhas orientadoras definidas a nível regional com o território municipal, onde mal ou bem exercem a articulação com os particulares, através da definição de parâmetros urbanísticos, mais ou menos detalhados, que permitem orientar as solicitações de construção e de loteamento desses promotores, com critérios iguais. O facto de terem existido debilidades na definição desses parâmetros e da sua aplicação sem qualquer flexibilidade, leva a que em muitos casos a gestão dos espaços urbanos se tenha revelado desastrosa (Carvalho, 2004; Soares, 2004).

---

<sup>43</sup> - Recentemente alterado pela quinta vez pelo DL 316/2007, de 19 de Setembro.

Várias críticas são apontadas à sua elaboração e à sua implementação, nomeadamente a ausência de formação dos órgãos camarários, quer técnicos, quer políticos, para as questões do planeamento, o deficit de participação na sua elaboração, bem como a rigidez dos planos, assumidos como planos – produto/ planos – desenho, que segundo vários autores os torna incapazes de permitir a necessária flexibilidade na tomada de decisão diária (Portas, 2001; Carvalho, 2004; Soares, 2004).

Outro aspecto apontado é o facto de existir uma certa desconfiança sobre a qualidade do planeamento, sobre a gestão e eficácia do sistema criado, precisamente porque se encontram inúmeras debilidades na elaboração dos planos, nomeadamente na fundamentação das propostas (Soares, 2004), ao mesmo tempo inúmeras fraquezas na sua aplicabilidade, o que leva a que seja por vezes entendido como um regulamento rígido mas na prática “mole” (Morgado, 2003).

Assim, um bom território é essencial para as diferentes actividades, nomeadamente para o turismo, e, sendo o território um bem público, é essencial “saber o presente, preservar o passado e pensar o futuro” (Mateus, 2004:147), já que se entende como fundamental a participação da população, na escolha da direcção a seguir e dos recursos a preservar, para que assim seja garantida a sustentabilidade do território e o sucesso das propostas de planeamento.

No que diz respeito ao turismo, em alguns destes planos, aparentemente foi-lhe prestada muito pouca atenção, mesmo em áreas como a Região Algarvia, onde o sector estrutura todo o território e é o principal motor económico da região – Lebre (1998).

De referir que na década de noventa as políticas urbanas nacionais incorporaram de certa forma a importância do local numa economia cada vez mais global (Cabral, 2002), e do turismo como forma de potenciar a renovação urbana. À semelhança do que ocorria um pouco por toda a Europa, muitas acções de reabilitação de centros históricos com apoio da comunidade europeia, algumas das quais recorrendo a parcerias público-privadas ao abrigo de programas comunitários como do Programa de Infra-estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais, (PRODIATEC), que vigorou entre 1990 e 1993, financiado pela Comunidade Europeia, que visava a recuperação/renovação/ampliação de infra-estruturas ligadas a aspectos culturais, turísticos e de desenvolvimento de novas actividades, quer em centros urbanos, quer em áreas regionais.

Posteriormente, mais três programas surgiram intimamente relacionados com a regeneração urbana: o Projecto Parque Expo, os programas POLIS e o programa URBAN.

O projecto da Parque Expo é talvez aquele que a nível nacional mais se identifica com as operações de renovação que proliferam por toda a Europa e pelos Estados Unidos, onde numa extensa área central da capital se procedeu a um empreendimento urbanístico com uma forte componente

lúdico/cultural otimizando as condições paisagísticas inerentes a uma frente ribeirinha, onde a componente turística foi uma forte aposta, não só pela realização da Expo 98, mas também pela construção de toda uma série de equipamentos como o oceanário, ou o pavilhão multiusos, secundados por valências na área do comércio e da restauração e recentemente com a abertura do Casino de Lisboa.

O Programa POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, foi criado através do despacho nº47/A/MAOT/99, tendo como suporte financeiro do III Quadro Comunitário de Apoio, principalmente no FEDER. Os seus objectivos específicos abrangiam o desenvolvimento de acções que “contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, promovam a multi-funcionalidade desses centros e reforcem o seu papel na região em que se inserem”.

Abrangendo várias cidades de média dimensão é de salientar que das vinte grandes intervenções contempladas neste programa (mais dez intervenções de âmbito menos classificadas como pequenas intervenções), 40% situam-se em cidades da Região Centro onde a rede de cidades médias tem um papel importante na consolidação do território; destas intervenções realizadas maioritariamente em espaço públicos atravessados por linhas de água, a componente de lazer e de recreio está presente em todas com a aposta na dotação de uma série de infra-estruturas de apoio à actividade turística como a construção de bares e cafés ao longo do arranjo da Rotunda da Ponte do Rato da Covilhã tendo como pano de fundo a Ribeira da Goldra, ou as ciclovias na marginal do rio Liz em Leiria, ou ainda o Arranjo do Canal da Fonte Nova em Aveiro.

O Programa POLIS tem ainda uma segunda componente vocacionada para as cidades Património Mundial, na qual foram incluídas todas as urbes portuguesas com essa designação.

Ao programa URBAN I, de iniciativa comunitária, que vigorou entre 1994 e 1999, candidataram-se 6 cidades portuguesas – Amadora, Gondomar, Lisboa, Loures, Oeiras e Porto -, enquanto o URBAN II, para o período 2000-2006, premiou apenas as de Lisboa, Porto e Amadora. Procurou-se, pois, dotar os Concelhos de meios para a regeneração dos Centros Históricos.

Os programas atrás mencionados tinham como base uma política urbana em que o e Estado não pretendia constituir parcerias público-privadas para o desenvolvimento desses projectos e não ser o único a financiá-los. Este processo é, contudo, alvo de várias críticas, nomeadamente pelo facto de se ter privilegiado os aspectos físicos dos projectos sem que houvesse participação por parte das populações e das autarquias, privilegiando-se uma lógica empresarial (um pouco na linha das

*UDC's* Britânicas), beneficiando através de avultados investimentos públicos as “elites e os interesses instalados” (Cabral, 2002).

Entretanto toda uma série de legislação foi aprovada dotando o território nacional de uma série de planos e programas de âmbito nacional e regional que contribuem para o ordenamento do território e aos quais os Planos de Ordenamento municipal se devem submeter, nomeadamente os diferentes Planos Regionais de ordenamento do território, os diferentes Planos Sectoriais e Especiais à escala regional e o Programa e o Plano Nacional de Ordenamento do Território.

Paradoxalmente, o aumento de planos não resultou no aumento da qualidade do território (Ferreira, 2004; Soares, 2004). Actualmente, com as novas formas de produção e com a realidade da terciarização da economia, a dicotomia cidade campo esbate-se e a maior parte da população portuguesa é urbana (Ferreira, 2004).

Vários autores, à semelhança do que se passa na Europa, solicitam um novo planeamento urbano para Portugal, que valorize a criatividade e a negociação e que possua formas interactivas de gerir o território, não continuando a ser tão funcionalista e rígido como o actual, devendo privilegiar a negociação e a participação dos diferentes agentes por forma a assegurar a sustentabilidade de todo o sistema (Ferreira, 2004; Soares, 2004).

Pires, (2006:209), advoga que para “preparar e organizar o futuro”, o poder local é essencial mas poderá não possuir todos os recursos para assegurar a sustentabilidade das comunidades sendo como tal necessária a parceria com outros níveis de governo (Pires, 2006). Este aspecto pode ser aplicado nos municípios que não possuam meios, nem massa crítica capaz de atrair visitantes.

De referir que em matéria de planeamento do turismo urbano, muito pouco é conhecido a nível nacional para além do mencionado por Lebre (1998), sendo que é cada vez maior a sua necessidade, não só para dar resposta às modificações globais e à constante competição entre as cidades como para dar resposta às mudanças na procura turística portuguesa. Citado por Costa (2004: 403), um estudo realizado entre 1993 e 2003 pela Associação Portuguesa de hotéis detectou que o turista que actualmente visita Portugal é mais exigente do que era há uma década, possui maior poder de compra, maior nível de instrução, exige uma melhor relação qualidade preço nos bens e serviços que adquire, visita mais centros urbanos e apresenta uma maior percentagem de indivíduos com mais de 65 anos (Costa, 2004)

Mais ainda, o turismo urbano apresenta aspectos que são apontados como uma mais valia face a outros tipos de turismo e que já começam a ser enaltecidos a nível nacional, nomeadamente através da Associação Nacional de Municípios, desde que devidamente planeado (ANMP, 2004), o que

coloca mais uma vez em evidência, a necessidade do seu fomento enquadrado por regras e políticas adequadas num âmbito de um planeamento urbano integrado, criativo, participado e estratégico.

## 2.9 Conclusão

Os melhoramentos tecnológicos pós-Revolução Industrial, em matéria de transportes foram decisivos para o proliferar de novos destinos turísticos e para o aumento do número de viagens. O melhoramento dos meios de transporte, o ganho em segurança e em tempo, assim como a diminuição de custo, explicam a difusão social mais massiva do turismo, onde o transporte marítimo assegura numa primeira fase as viagens intercontinentais, depois será substituído pelo avião. O caminho-de-ferro liga as principais cidades nos continentes e assegura os primeiros fluxos de turistas, fluxos que serão incrementados com o desenvolvimento do automóvel e da sua produção em série, o que permite uma drástica diminuição do seu custo.

Nas sociedades ocidentais, a prática do turismo está largamente inscrita na cultura actual. A interrupção do tempo de trabalho e a deslocação da área de residência para outras regiões, para outras nações, pelo menos uma vez por ano, tende a ser entendida como uma necessidade, um direito. O inverso, pelo contrário, conduz a uma certa forma de exclusão.

O desejo de partir, a capacidade física e material para o fazer constituem as condições para a prática de turismo.

A extensão da capacidade de praticar turismo só depois da segunda Grande Guerra é que se foi estendendo a cada vez mais população, sobretudo com a progressiva conquista de não só de dias de férias, mas de dias de férias pagos.

O turismo tem assumido um papel cada vez mais importante em termos de volume de turistas e de receitas ao longo dos tempos. De uma mera actividade redundante das classes mais abastadas acompanhou o processo de democratização da sociedade ocidental e alargou a sua base de incidência geográfica, estando agora presente nas mais remotas regiões graças às transformações tecnológicas sobretudo ao nível dos transportes.

Contudo, a Europa e os países mais desenvolvidos continuam a ser os maiores receptores e emissores de turistas evidenciando a estreita relação entre rendimento, qualidade de vida e turismo, o que exclui ainda da sua prática mais de 90% da população mundial (Cooper *et al.*, 2005).

Pese embora os problemas com a sua definição, o turismo estende-se pelas várias áreas da sociedade e à medida que novos instrumentos surgem para medir a sua importância a nível económico, constata-se a sua importância económica, sabendo-se actualmente que contribui com 10% para o PIB Mundial.

O turismo em Portugal, depois de um comportamento irregular na última década, tem vindo a crescer em número de turistas e em receitas, embora tenha perdido posições no ranking mundial, estando assim a ser ultrapassado por outros destinos concorrentes. A sua contribuição para o PIB nacional é de cerca de 10%, o que expressa bem a importância do sector em termos económicos e ao nível do emprego.

O principal produto turístico é o Sol e Praia, estando a capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros, e consequente recepção de turistas, muito localizada nas regiões do Algarve e de Lisboa. Para além da forte concentração geográfica, também existe uma dependência assinalável de certos mercados emissores, sobretudo do Reino Unido, Espanha, Alemanha e Holanda, o que conduz a que sempre que um destes mercados se retrai, este facto faz-se sentir com especial incidência no turismo nacional e na economia ainda mais, porque ao contrário de outros países o turismo doméstico ainda não é suficiente para compensar tais perdas.

O turismo doméstico é ainda reduzido quando comparado com as médias comunitárias e mais distribuído no território onde a região algarvia ocupa o primeiro lugar nas preferências dos Portugueses, não muito destacada da região de Lisboa.

Ao contrário de outras actividades humanas, o turismo implica a deslocação a um local para desfrutar desse local, das suas qualidades, das suas características que fazem com que ele seja digno de visita.

Portanto, é no local que o turismo se faz sentir com as suas implicações para a comunidade de acolhimento para a qualidade da experiência dos visitantes (Swarbrooke, 2002; Seydoux, 2002)

As modificações na indústria de turismo mais orientada, não tanto para o turismo de massas, mas para as necessidades individuais de cada turista com itinerários e serviços mais flexíveis, com um aumento dos nichos de mercado respondendo às modificações sociais, a gostos cada vez mais sofisticados, parecem ser uma das características do turismo para os próximos anos (Page, 2003).

Page (2006) afirma que nos próximos anos uma série de factores vão ainda afectar o comportamento do turismo: segurança; catástrofes naturais, questões de saúde pública; educação qualidade da experiência impacto da economia no rendimento das famílias; questões ambientais e políticas e planeamento do turismo estratégico contam-se entre os factores mais importantes. A tudo isto cabe juntar as possíveis modificações nas principais sociedades emissores como seja o



envelhecimento da população, os novos tipos de família, mono parentais, divorciados, etc. a globalização crescente e rápida da informação e sua disponibilidade, o aumento da consciência ambiental e o aquecimento global, tal como a influência nos hábitos e na moda dos media num mundo global.

Destas modificações na sociedade e nos sistemas económicos resulta o reposicionar dos territórios e as necessidades de, para competirem entre si, integrarem de forma planeada o turismo nas suas preocupações.

Aliás as grandes mudanças na sociedade que conduziram ao aparecimento das cidades pós-modernas colocam a descoberto que o turismo tem um papel importante nestas cidades, onde todo um conjunto de produtos existe ligado ao consumo e às indústrias de lazer, do qual o turismo estabelece uma relação de benefício mútuo; serve como forma de rentabilizar ou justificar muitas das intervenções ao mesmo tempo que se nutre com todas as mais valias criadas.

Assim, desde os anos noventa que o planeamento do turismo urbano tem assumido cada vez mais importância como forma de desenvolver de forma equilibrada dos destinos sem comprometer a sua sustentabilidade a longo prazo.

A nível nacional, e depois da sua inclusão nos Planos de Urbanização da época de Duarte Pacheco, não se sabe como é que tem sido integrado no sistema de planeamento local, sabendo-se que aparentemente nos PDM's Algarvios não foram feitas grandes referências ao sector.

Contudo, um conjunto de instrumentos no âmbito da aplicação de fundos comunitários, foi utilizado na regeneração de espaços urbanos onde a vocação turística está presente.

As modificações internacionais, a crescente competição, a consciência do impacto do turismo não planeado no território, e as modificações no perfil do turista que visita Portugal levam, contudo, ao reforço de que é necessário que o turismo seja integrado no planeamento a nível local, por forma a fazer face aos desafios que se avizinham, nomeadamente com a crescente competição entre territórios e com a consciência que uma actividade que consome tanto o território deve estabelecer com este uma relação em que ambos beneficiem, e que vise a sua sustentabilidade.

Na história de intervenção do poder local no turismo, é possível verificar que esta remonta aos anos vinte com a criação de organismos locais que visavam a intervenção), directa na área do turismo (Comissões de Iniciativa). Urge, pois, que os municípios integrem novamente o turismo nas suas prioridades, integrado num planeamento sustentado e inovador do seu território.

O planeamento do turismo é visto em termos globais como estando integrado no planeamento urbano, do qual bebe conceitos e métodos, estando assim imbuído de princípios como a flexibilidade, a sustentabilidade, a participação pública.

Contudo, vários autores alertam para a necessidade de um planeamento exercido desde o início da actividade de turismo, para que esta não fique submetida apenas aos interesses privados, cujo objectivo é a obtenção de lucro a curto prazo, o que acarretou em muitos locais a delapidação dos recursos existentes.

Contudo, são apontados alguns problemas para que o planeamento do turismo a nível local não produza os resultados esperados, nomeadamente a ausência de conhecimentos na área do turismo por parte dos técnicos e políticos e o aplicar de soluções sem fundamentação técnica, sem estudos que as avalizem.

De realçar que presentemente existe uma concepção de que deve ser o que torna cada cidade única que deve ser objecto de atenção por parte do planeamento do turismo, que deve buscar a diferença e não aquilo que as demais cidades possuem, procurando através da diferença ganhar vantagens comparativas e até fidelizar certa clientela que dependendo das soluções encontradas pode deslocar-se com uma certa regularidade para usufruir de determinado tipo de atracção, de acontecimento, de produto.

Daí a importância da fase de estudo, da fase de determinação do que pode ser um recurso convertível numa proposta para o sector. Quer a Nova Zelândia (NZ, 2004), quer o Reino Unido (UK, 2006), apresentam guias de inventários muito completos que podem ser utilizados no planeamento urbano do turismo.

Mais ainda: tem-se procurado encontrar formas expeditas de avaliar os planos em relação à inclusão da sustentabilidade como critério de elaboração. O método de Simpson (2001) é um deles onde se pretende avaliar de forma qualitativa os planos onde o turismo esteja integrado, através da avaliação de um conjunto de itens que depois são agregados após uma ponderação que valoriza mais os itens que dizem respeito à estratégia dos planos e à participação das populações na elaboração dos planos. Considera-se que ao ter metas para um determinado horizonte, para o qual se procura antever comportamentos e o envolver a população nas escolhas e na tomada de decisão, assegura que esta adira às opções do planos e que os recursos sejam geridos de acordo sem que esteja comprometida a continuidade da sua utilização.

Será pois uma forma expedita de avaliar se os planos tiveram na sua génese princípios de sustentabilidade.

A nível nacional muito pouco é conhecido sobre a introdução do turismo no planeamento local, apesar do turismo ter consideráveis vantagens para as cidades sempre que devidamente enquadrado por políticas e instrumentos, que como qualquer outra área da vida humana, a balizem e regulem, de forma sustentada.



## *Capítulo III*

### **Metodologia**

#### **3.1 Introdução**

Nos capítulos anteriores apresentou-se um quadro teórico que serve de base para a posterior análise empírica. Procurou-se demonstrar que, face à sua importância, o turismo nas cidades necessita de ser planeado desde os seus estados iniciais, de modo a que a qualidade da experiência turística urbana seja a melhor possível e passível de ser mantida no tempo. Através de um planeamento sustentável e criativo as cidades são capazes de dar resposta aos problemas e às oportunidades que decorrem das constantes modificações dos sistemas económicos, das sociedades, e que têm fortes repercussões no território.

Assim, o planeamento e a elaboração de planos encontram-se num processo de transformação, procurando ajustar-se às novas formas de pensar que estão a ser colocadas em prática com sucesso em várias cidades, entre as quais algumas que até há bem pouco tempo apresentavam uma trajectória de declínio a vários níveis, nomeadamente económico e populacional. O Planeamento colaborativo estratégico ou a sua versão mais inovadora, o planeamento criativo, parece estar na base do sucesso e na procura da sustentabilidade das cidades. Neste contexto, o turismo deve ser considerado no planeamento urbano não só quando a magnitude da sua presença o torna inevitável mas como algo que deve estar presente na prática corrente mesmo nas cidades em que o turismo ainda não tem expressão o seu planeamento deve ser introduzido logo para gerir e potenciar o seu desenvolvimento de forma sustentada (OMT, 2005).

No presente capítulo descreve-se e discute-se o modo como o processo de investigação nesta tese foi conduzido. Para tal, o capítulo inicia-se com uma breve abordagem à investigação de forma a contextualizar os métodos e as técnicas utilizadas na recolha da informação e as etapas da investigação científica para posteriormente descrever-se a metodologia adoptada, o processo de investigação levado a cabo, apresentando de forma sintética os métodos de tratamento e análise de

dados, para se terminar com uma breve nota justificativa da área de estudo onde o trabalho de investigação ocorreu.

### 3.2 A investigação

A teoria é utilizada como guia para ajudar a explicar e entender os objectivos da pesquisa e indica o tipo de conceitos, eventos, ocorrências, sob os quais a pesquisa é levada a cabo (Kerlinguer e Lee, 2002). Para Dann *et al.*, (1988), a teoria é um corpo lógico de proposições interligadas que fornecem uma base interpretativa para que os fenómenos sejam compreendidos, tendo por finalidade explicar, elucidar, interpretar ou unificar um dado domínio do conhecimento (Popper, 1959). É o ponto de partida para a investigação, de já que é da reflexão teórica que surge a interrogação de onde os problemas de investigação vão surgir (Almeida e Pinto, 1995).

A pesquisa, por seu lado, a busca sistemática de conhecimento (Weaver e Lawton, 2006), pode assumir várias formas, sendo que a cada uma se associa um conjunto de procedimentos e de métodos utilizados para levar a cabo a pesquisa. Teoria e pesquisa relacionam-se intimamente visto que a pesquisa necessita da teoria como base de interpretação e a teoria não poderia evoluir sem a pesquisa já que necessita desta ultima para se aperfeiçoar e evoluir. A pesquisa estabelece assim a ligação entre a teoria e a evidência empírica” (Finn *et al.*, 2000).

Ao longo da história da ciência, várias correntes de pensamento foram surgindo as quais originaram diferentes caminhos na busca do conhecimento cabendo destacar as duas, que desde a segunda metade do século XX têm sido dominantes; a investigação quantitativa e a qualitativa (Horton e Hunt, 1985; Coser e Rosemberg, 1995; Sampieri, 2006).

A investigação dita quantitativa tem sido preponderante nos trabalhos científicos (Oliveira, 2000) e tem as suas raízes no século XVIII com o positivismo de Auguste Conte<sup>44</sup> e posteriormente de Émile DurKeim, como forma objectiva de explicação da realidade que é capaz de ser interpretada pelo investigador; cada fenómeno deverá ter uma só interpretação científica (objectiva) conseguida através da execução do “método científico” (método por excelência das ciências naturais), onde os comportamentos das variáveis em causa são explicados a partir de uma causa e do seu efeito, supondo que todos os fenómenos podem ser medidos (Finn *et al.*, 2000).

---

<sup>44</sup> Auguste Conte (1798-1857) e Émile Durkheim, (1864-1920).

Tal como é percebido pelos positivistas, o método Científico surge com o “Discurso sobre o Método”, René Descartes (séc. XVII), defendia o método dedutivo – a aplicação de princípios gerais a casos particulares, sendo a descoberta alcançada através da razão. Para que tal acontecesse três requisitos teriam que ser cumpridos: uma separação entre o sujeito produtor de conhecimento e seu objecto de estudo para que a investigação seja neutra e objectiva; a valorização do que só pode se conhecido através da observação e da experiência (facto) e o assumir de que a compreensão da todo é feita através da compreensão das partes que a compõem (Fernandes, 1991; Oliveira, 2000).

No século XX, Karl Popper aprofunda o método e chama-lhe hipotético – dedutivo (Popper, 1959). O método parte do questionar dos conhecimentos existentes. Quando não se consegue uma explicação para um determinado fenómeno, surge um problema; para o tentar explicar são formuladas hipóteses que devem ser testadas através de métodos que confirmem ou refutem a sua validade, pois só assim é que o conhecimento produzido pela ciência será credível (Popper, 1959; Pizzam, 1994). Toda a investigação é baseada na teoria; a pesquisa é elaborada tendo como base a aceitação ou rejeição de pressupostos, de hipóteses criadas a partir da teoria (Oliveira, 2000). Do que atrás foi referido existe uma ligação entre dedução e indução; as teorias são geradas através de indução e depois aplicadas por dedução (Weaver e Lawton, 2006).

Por seu lado, a tradição qualitativa na investigação tem a sua génese no idealismo de Kant e dos seus sucessores e pretende ser uma resposta às limitações reveladas pelos métodos quantitativos, sobretudo quando na investigação intervém o homem, com os seus mecanismos de pensamento e processos cognitivos. Marx Weber<sup>45</sup> introduz o termo entendimento/compreensão, reconhecendo que para além da descrição e da medição das variáveis sociais, deve conhecer-se e entender-se o contexto no qual o fenómeno ocorre. O objecto da investigação qualitativa é assim, a compreensão dos problemas de forma mais profunda, tentando ver o que se esconde por trás de certos comportamentos, não existindo tanta preocupação com os instrumentos de investigação porque neste caso é o investigador o “instrumento” de recolha de dados, dependendo a validade e fiabilidade da investigação do seu conhecimento, sensibilidade e ética (Fernandes, 1991).

Assim existem tantas interpretações da realidade quantos os seus investigadores, visto que a observação dos fenómenos é presencial não havendo a preocupação em manter a neutralidade, a independência do facto observado face ao observador – com a sua presença o investigador pode ter influencia no comportamento do que motivou a observação. O Método Científico neste caso, assemelha-se ao que Galileu e Francis Bacon já no renascimento, o método indutivo – um meio de produzir conhecimento descobrindo princípios gerais a partir de acontecimentos particulares (Horton e Hunt, 1985; Coser e Rosemberg, 1995).

---

<sup>45</sup> Marx Weber, 1864-1920.

Em síntese, a pesquisa quantitativa recolhe dados numéricos e testa teorias normalmente de modo muito estruturado, enquanto que na tradição qualitativa, explora-se o significado sendo desenvolvida de forma mais flexível, desenvolvendo a teoria. Isto contudo não deverá levar a pensar que a abordagem quantitativa é apenas pertença da tradição positivista: os métodos de recolha de dados não são exclusivos de nenhuma das tradições de pesquisa anteriormente mencionada: uma abordagem positivista pode utilizar uma abordagem quantitativa mas fazer a recolha de dados utilizando métodos qualitativos por exemplo as técnicas de entrevista, de registo audiovisual podem ser utilizadas numa investigação quantitativa (Fernandes, 1991).

O uso de vários métodos de recolha de forma racional pode “maximizar as forças ou minimizar as fraquezas de cada combinação de métodos” parecendo evidente que a investigação como processo rigoroso e sistémico de interpretar a realidade ou de a descrever fica enriquecida se forem utilizados dados e técnicas, quer de natureza qualitativa, quer de natureza quantitativa para uma melhor resolução de problemas (Finn *et al.*, 2000:11).

Outra distinção é feita ainda por vários autores atendendo aos dados utilizados: a pesquisa pode ser primária ou secundária, dependendo da proveniência dos dados. Se os dados não existem e são recolhidos pelo investigador através de entrevistas (presenciais, telefónicas, por e-mail), ou por observação directa, está-se perante uma pesquisa primária; se os dados já existem recolhidos por outros investigadores em jornais, revistas académicas, livros, mapas, etc., está-se perante uma pesquisa secundária (Finn *et al.*, 2000).

O modo como se processa a pesquisa, o caminho que percorre, é a metodologia utilizada. Etimologicamente a metodologia significa “estudo dos percursos, dos instrumentos” utilizados para se fazer pesquisa científica (Oliveira, 2000). É a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exacta de toda acção desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa (Fernandes, 1991; Weaver e Lawton, 2006)

Neste contexto, um método é uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação, incidindo nomeadamente sobre a selecção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação, podendo ser reinventado em função dos objectivos da investigação (Costa, 1986; Pardal e Correia, 1995).

Pelo exposto, o trabalho científico, ao utilizar o corpo de conceitos, métodos e técnicas disponíveis num determinado momento, contribui para o evoluir da teoria (Weaver, 2006). Contudo, a ciência não oferece possibilidades de prova absoluta; o simples facto de um fenómeno ocorrer já o torna passível de ser questionado, onde a pesquisa é um processo de ajustes sucessivos em busca da verdade, verdade que muda à medida que se refina todo o processo de aperfeiçoamento do conhecimento (Oliveira, 2000).

### 3.3 Processo de investigação

O trabalho de investigação organizou-se em cinco etapas:

*Etapa 1* – Pesquisa bibliográfica para a construção de um corpo teórico que explicitasse e acompanhasse toda a investigação.

*Etapa 2* – Recolha de elementos.

- a. Dados primários:
  - i. Análise documental.
  - ii. Inquérito de confirmação.
- b. Dados secundários:
  - i. Elementos cartográficos.
  - ii. Elementos estatísticos.

*Etapa 3* – Formalização de hipóteses.

*Etapa 4* – Resultados.

*Etapa 5* – Elaboração da tese.

As relações principais entre as várias etapas são apresentadas na Figura 3.1. Entretanto, de seguida, apresentam-se alguns detalhes das várias etapas.

#### **Etapa 1 – Pesquisa bibliográfica**

Numa primeira fase procedeu-se à escolha de uma teoria do conhecimento que nos acompanhasse ao longo de toda a pesquisa que servisse de suporte a toda a investigação, processo este que se estendeu durante todo o trabalho em constantes “feedbacks”. Todo o processo de investigação nela se alicerçou, desde a elaboração do objectivo geral desta tese – *saber de que forma é que se encontra estruturado o sistema de planeamento a nível local* –, aos objectivos específicos e às hipóteses de investigação, à área de estudo, assim como o modo de recolha dos dados primários e secundários e os métodos escolhidos para o seu tratamento.



## **Etapa 2 – Recolha de dados**

Na fase empírica da investigação, a recolha de informação fez-se essencialmente através de uma análise documental que, segundo Pardal e Correia (1998), é uma técnica de “difícil execução, muito morosa, já que exige paciência e disciplina”, mas que é utilizada em toda a investigação em menor (pesquisa bibliográfica, por exemplo), ou maior grau, como é este caso onde é método de pesquisa central.

Assim, procurou-se nos vários documentos que constituem os PDM's todos os dados referentes ao turismo, tendo como base a Tabela 2.4 para a sua presença a nível económico, bem como os elementos que constam da Tabela 2.2 para o inventário dos principais recursos, e ainda os elementos que Costa (1998) acrescenta, nomeadamente o número e a distribuição geográfica dos turistas e excursionistas, a previsão da evolução da procura e a avaliação dos locais para onde os novos fluxos pudessem ser dirigidos, bem como os seus impactos económicos, sócio – culturais e ambientais, de referir contudo que em nenhum dos PDM's analisados estes aspectos apontados por Costa (1998), foram considerados.

Todas estas informações foram sistematizadas em fichas onde se colocaram todos os dados encontrados nos documentos, nomeadamente:

- i. nos elementos fundamentais procurou-se averiguar se existiam secções, subsecções e artigos dedicados ao turismo (recreio/lazer), contabilizando o número de secções e de artigos como mais uma medida indirecta da importância atribuída ao sector, bem como se tinha algum artigo especial para o estacionamento de autocarros e se era possível a construção de unidades turísticas em RAN e REN nomeadamente a possibilidade de construção de campo de golfe em RAN;
- ii. nos elementos complementares: procurou-se a existência ou não no plano de objectivos relacionados com o sector do turismo ou de acções que visassem a implementação desses objectivos; recolheu-se ainda as propostas mencionadas para o sector agrupando-as segundo os tipos de produtos/turismo propostos;
- iii. nos documentos Anexos onde tinham sido encontrados os dados sobre o sector do turismo dentro dos Documentos Anexos dos PDM's, vulgo Estudos de Caracterização e que fundamentariam as propostas posteriormente elaboradas para saber se a equipa tinha considerado o turismo importante na elaboração do plano.

Assim, a informação primária, recolhida em primeira-mão, proveio essencialmente do estudo documental de 78 PDM's Região Centro anterior à reestruturação destas unidades territoriais em

2003 e do questionário (ver anexo III), ministrado por via telefónica aos técnicos responsáveis pelo PDM. Com estas entrevistas procurou-se verificar de forma sucinta e esboçada qual a percepção do plano de quem o implementa diariamente no que diz concerne à questão em estudo.

Ao optar-se por este tipo de entrevista/questionário procurou-se não só garantir o anonimato dos técnicos para que se sentissem mais livres para exprimir respostas que temessem ser desaprovadas ou que pudessem gerar alguma polémica, mas também obter informação rápida e com uma certa uniformidade, dos intervenientes.

Por fim, para contextualizar melhor a informação recolhida das fontes primárias, tendo sobretudo em atenção a região onde se inseriu o estudo e as suas características, procedeu-se a uma recolha de dados secundários provenientes de várias fontes (Figura 3.1), de modo a proceder à elaboração das hipóteses e verificação da validade das mesmas.

### **Etapas 3 Formalização de hipóteses**

A partir da explicitação e fundamentação dos objectivos central e específicos e da delimitação da área de estudo, e dos dados obtidos fruto da recolha, as hipóteses foram sendo construídas.

Assim, um conjunto de hipóteses foi levantado de forma a explicar o modo como o turismo tinha sido integrado no sistema de planeamento municipal e, com base na pesquisa bibliográfica, escolheu-se verificar e analisar como o sector do turismo foi tratado naquela que é a figura de planeamento mais importante no planeamento Municipal e que todos os municípios possuem, o Plano Director Municipal (PDM), medindo a importância atribuída ao turismo nos seus vários componentes. As hipóteses associadas a alguns comentários de esclarecimento são as seguintes:

- a. H1 – *a localização do município influencia a importância dada ao turismo no plano;*

É sabido que o produto turístico “sol e mar”, é aquele que caracteriza a oferta turística Portuguesa, sendo portanto no litoral que os maiores núcleos turísticos se encontram e onde a procura de veraneantes é maior. Contudo, a localização na fronteira, na raia pode ter influência na importância dada ao sector, tendo em vista o aproveitar da proximidade com o maior fornecedor de excursionistas do país.

- b. H2 – *a população do município influencia a importância dada ao turismo no plano;*

Aparentemente é necessária uma certa massa crítica para que o turismo ocorra. Os centros urbanos têm-se assumido como destinos preferenciais do turismo, sendo importante verificar se os centros mais populosos introduzem no seu sistema de planeamento o turismo.

- c. H3 – *a existência de elementos notáveis influenciou a importância dada ao turismo no plano;*

As atracções são um dos elementos fundamentais para que a procura de um destino se verifique donde se espera que se um município possui uma atracção única que o distingue e diferencia dos demais, (elemento natural, construído, ou humano devidamente identificado), haja uma maior predisposição por parte das equipas para a inclusão do turismo nos planos.

- d. H4 – *a importância do sector medido pelo número de camas e de turistas influenciou a importância dada no plano;*

Para além da massa crítica necessária, existe toda uma “indústria” turística, uma oferta que é necessário considerar quando se planeia de forma integrada. Pode-se aperceber se a existência de uma indústria forte é um incentivo para que o planeamento no destino dê importância ao turismo por um lado e, por outro, onde mais turistas e alojamento existem será que o planeamento do turismo ocorre.

- e. H5 – *o tipo de “contratualização” do plano influenciou a importância dada ao turismo;*

Em Portugal, país sem tradição, os municípios possuem dificuldades em conseguir reunir equipas dentro do seu quadro técnico, o que pode implicar a contratualização do Plano com uma equipa alheia à Câmara Municipal.

- f. H6 – *nota-se padrões regionais de comportamento fruto do tipo de “contratualização” estabelecido;*

No seguimento da hipótese anterior, o peso atribuído ao sector no desenvolvimento do plano pode estar relacionado com a qualidade/sensibilidade para o tema do turismo por parte dos diferentes tipos de técnicos (privados, públicos), quando o turismo é um campo recente do planeamento urbano.

- g. H7 – *as propostas basearam-se em estudos prévios;*

Para uma proposta fundamentada que conduza à prossecução de um meta ou de um objectivo do plano é necessário que estudos sejam feitos que conduzam a essa proposta que deve apostar na unicidade do território municipal.

- h. H8 – *o turismo foi encarado como um sector económico nos estudos prévios;*

Como é sabido que até há bem pouco tempo o turismo era apenas entendido como uma actividade que contribui para a economia e que o seu planeamento ao nível local se limitava a apoiar as iniciativas da indústria numa lógica de crescimento constante do número de visitantes.

- i. H9 – *o turismo consta dos objectivos, nas propostas do plano;*

Sendo que o turismo é um sector que cresce a nível nacional, será que os planos apontam objectivos e propostas para fomentar o turismo de forma planeada ou os planos (municípios) não apostam no sector não o achando necessário ou não considerando que possuem responsabilidade no seu planeamento.

- j. H10 – *o turismo consta do regulamento;*

Considerando a importância do turismo a nível local e o seu efeito no território, será que esta manifestação obedece a regras que permitam compatibilizar os interesses associados ao turismo e o ordenamento do território.

- k. H11 – *como foi a participação da população residente na elaboração do plano;*

Atendendo a que nomeadamente a participação pública é uma das premissas para que o planeamento seja sustentado a nível local, para que a aceitação do próprio plano por parte das populações seja conseguido.

- l. H12 – *o plano é um plano sustentável;*

No seguimento do anteriormente mencionado, uma das características do planeamento sustentado é o carácter estratégico do processo de planeamento.

### **Etapas 3 Resultados**

Depois dos dados recolhidos, estes foram sendo tratados de forma progressiva, recorrendo sobretudo à análise estatística, ao tratamento cartográfico e à aplicação do método de Simpson (2001).

Assim, antes de referir alguns detalhes dos métodos e técnicas de análise salienta-se que a variável dependente é “importância atribuída ao turismo pelos PDM’s”, e as variáveis independentes são várias, nomeadamente a população, o número de camas, a localização relativa e outras.

Procurou-se construir um modelo que explicasse o que tinha influenciado a variável dependente. Assim por um lado os dados primários e secundários foram introduzidos numa base do programa SPSS – Social Package for Social Sciences, o programa de análise estatística utilizado (Tabela Anexo I), criando-se uma matriz. De seguida foram-se “introduzindo” as diferentes hipóteses testando aceitação ou não recorrendo a vários testes, nomeadamente à análise descritiva o “univariada” para apuramento de resultados a nível global, com a construção de figuras e com as frequências absolutas, para às variáveis discretas em análise (itens e variáveis de caracterização) e figuras com estatísticas descritivas (média, mediana, desvio-padrão) para as variáveis contínuas.

Recorreu-se sobretudo à análise inferencial, procedendo-se a uma análise descritiva “bivariada” de cruzamento de variáveis; a análise inferencial com o objectivo de verificar a existência de relações de dependência e identificar algumas tendências e padrões no comportamento das variáveis, utilizaram-se tabelas de cruzamento com resíduos ajustados e testes de Qui-Quadrado para variáveis nominais e testes paramétricos e não paramétricos (testes *t* de igualdade de médias para amostras independentes e a testes “não-paramétricos” de Mann-Withney e Kruskall-Wallis e análise da variância (ANOVA), para identificar o máximo de correlações possíveis entre as diferentes variáveis, apresentando-se apenas aquelas em que o nível de significância nos permitiu concluir que as hipóteses em causa eram passíveis de não recusa construindo-se assim um modelo que explicasse as causas que influenciaram a importância dos estudos do turismo nos planos.

Por outro lado, recorreu-se a uma análise cartográfica e gráfica das diferentes variáveis para reforçar e procurar encontrar tendências que expliquem o modo como a variável dependente se comporta no caso em que não foi possível encontrar evidência estatística e para introduzir outros dados que pareçam ser importantes para a explicitar como os planos abordaram a questão do turismo.

O procurou-se ainda aplicar o método de Simpson (2001), para testar se os planos apresentavam indicadores de que a sustentabilidade tinha sido um “critério” presente na sua elaboração.

De tudo o mencionado, salienta-se que foi privilegiada uma metodologia quantitativa, baseada na recolha de dados qualitativos fruto da análise dos documentos, que se procuraram quantificar sempre que possível.

#### **Etapas 4 Elaboração da Tese**

Esta fase coincide com a elaboração do presente documento.

Por fim, neste item salienta-se que se escolheu como área de estudo a área de abrangência da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro.

Na definição desta área como objecto de estudo estiveram dois tipos de razões: a primeira prende-se com as questões de proximidade aos centros de investigação que acolhem esta tese, Universidade de Aveiro e Universidade da Beira Interior, e da logística associada à investigação; a segunda prende-se com o facto de depois de uma pesquisa breve sobre as características da região, se considerar que apresentaria uma grande variedade de espaços com características interessantes para actividade

turística e que seriam ou poderiam ser produtos potencialmente turísticos, desde o sol e praia, o principal produto turístico de Portugal, passando pelo termalismo, e pelos desportos de Inverno.

Com efeito, com os seus 100 concelhos, mais de um terço do total nacional continental (308-30 das ilhas, 278 do continente), estendendo-se desde o litoral atlântico até à fronteira com Espanha, englobando estancias balneares importantes como Figueira da Foz, cidades de reconhecido peso turístico como é o caso de Coimbra, passando pelos Municípios onde se localiza a única estância de desportos de Inverno do país, na maior serra de Portugal continental, seria uma amostra significativa e bastante heterogénea, para analisar como é que o turismo estaria a ser planeado a nível local<sup>46</sup>.

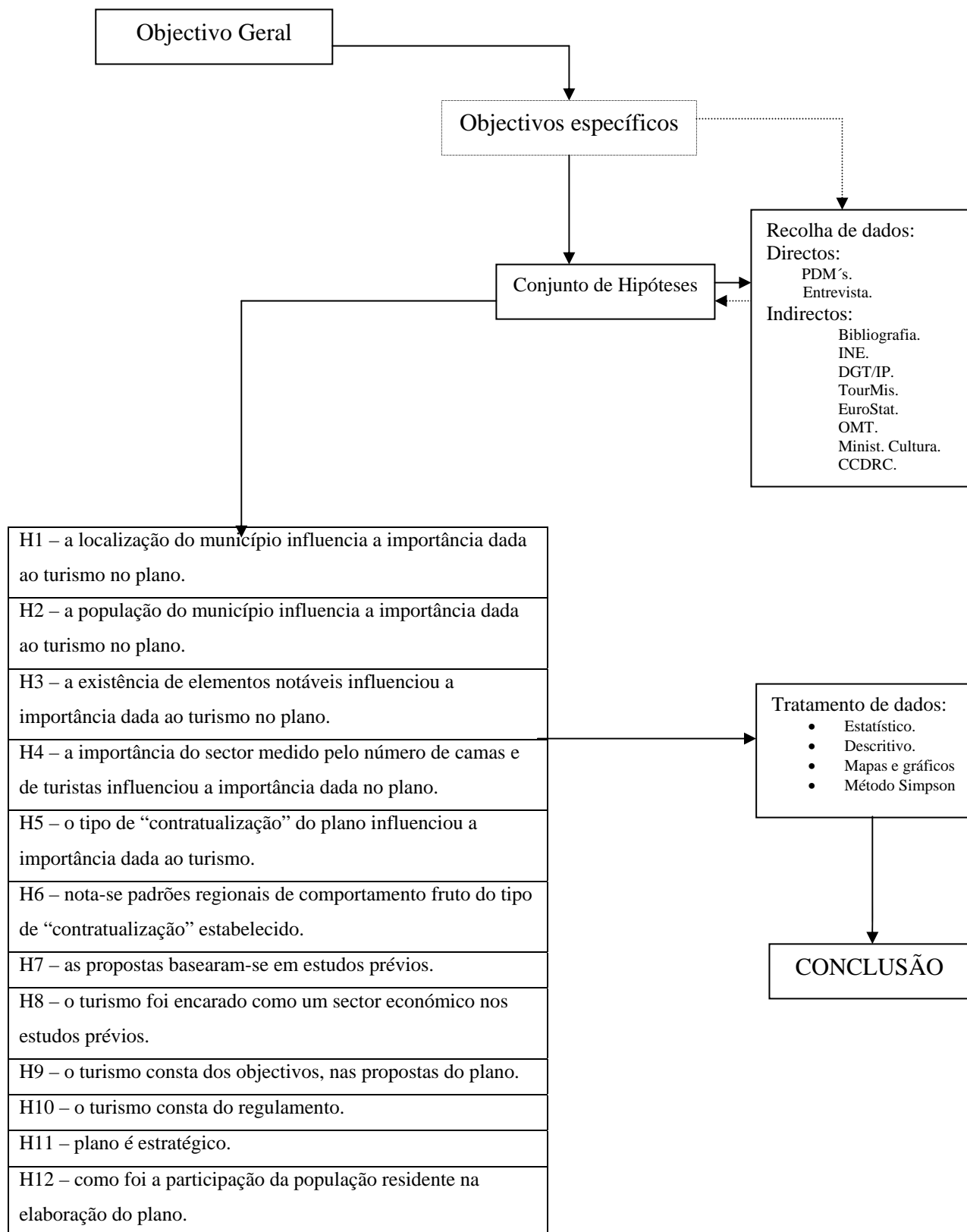
Posteriormente, após análise mais profunda dos dados recolhidos a definição da área de estudo foi limitada, e passou a contemplar, não a definição de Região Centro utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), mas a área tutelada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC). Com efeito, a actual composição da Região Centro para fins estatísticos data de 2003, aquando da introdução da nova Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUT's) estabelecida pelo Decreto-Lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003. Ao contrário do que até essa data ocorria, as duas áreas passaram a ter delimitações distintas, deixando a região Centro para fins estatísticos, NUT's II de coincidir pela primeira vez, desde 1974, com a área geográfica tutelada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC).

Assim, ao escolher a área da tutela da CCDRC recolheu-se os dados de um conjunto de planos que estiveram sujeitos aos critérios de elaboração/acompanhamento apenas de uma comissão excluindo assim os que foram acompanhados pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Com este facto, procurou-se eliminar qualquer possível discrepância no tratamento dado ao turismo fruto do acompanhamento da sua elaboração por comissões de diferentes Comissões de Coordenação com critérios ou sensibilidades que podiam diferir entre si.

Assim, excluíram-se da área de análise os PDM's dos 22 municípios que compõem as duas sub-regiões acrescentadas à NUT II do Centro: o Oeste e Médio Tejo, ficando como área de estudo a área sobre a jurisdição da CCDRC, composta por 78 Municípios o que corresponde a 30%<sup>47</sup> do número total de municípios do continente.

---

<sup>47</sup> Portugal actualmente está dividido em 308 municípios, 278 dos quais no território continental. A designação dos municípios encontra-se na Tabela do Anexo I.



**Figura 3.1 – Estrutura geral da investigação.**

## *Capítulo IV*

### **Análise de dados**

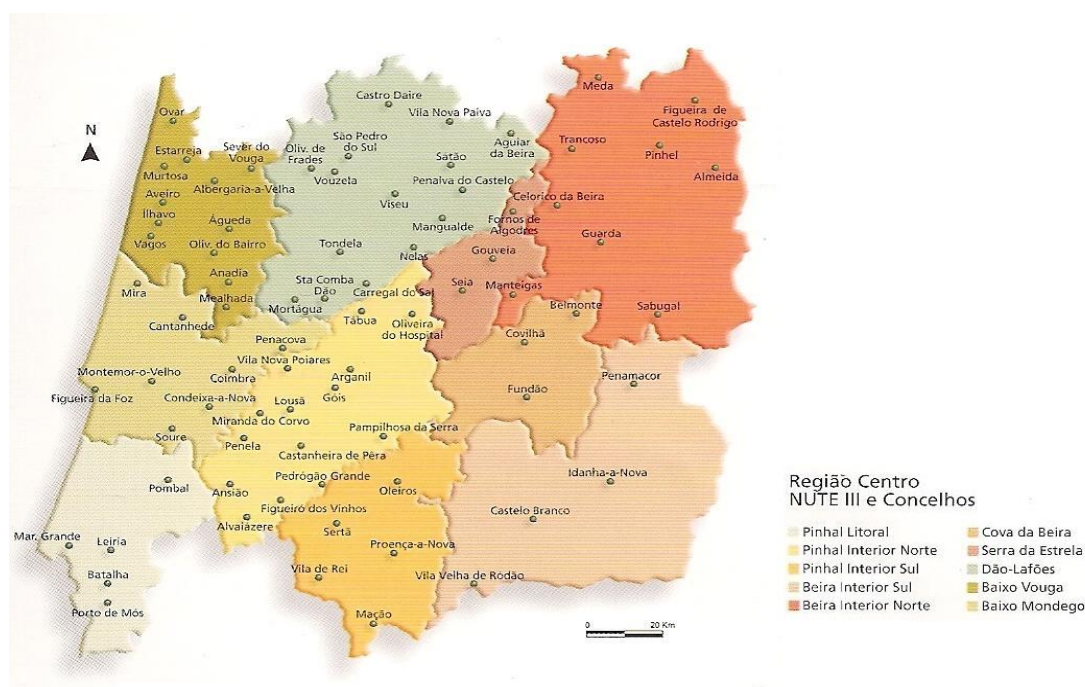
#### **4.1 Introdução**

Neste capítulo, no seguimento da metodologia adoptada, apresenta-se em primeiro lugar uma caracterização de região de estudo, nas suas várias vertentes, para posteriormente se proceder à construção de um modelo que explique o modo como foi tratado o turismo nos Planos Directores Municipais de cada concelho, recorrendo à análise estatística e à caracterização e análise dos dados gráfica e cartográfica para reforçar o modelo e para o completar com algumas considerações sobre o modo de elaboração do plano. Por último, procede-se à apresentação de conclusões e tecem-se algumas recomendações.

#### **4.2 Caracterização da Região Centro**

A Região Centro, considerada para este estudo como foi referido, corresponde em área à antiga comarca da Beira (constituída pelas antigas províncias da Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral), divisão territorial que existia antes de 1974 e que serviu de base para estabelecer a área de abrangência da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (Figura 4.1).





**Figura 4.1 – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUT) – nível III (CCDRC, 2006)**

Assim, é actualmente constituída pelos distritos de Coimbra, Castelo Branco e Leiria, e parte dos distritos de Aveiro, Viseu, Guarda e Santarém, tendo como limites a Região Norte a Norte, Espanha a Leste, enquanto a Sul é limitada pelo Alentejo e pela Região de Lisboa e a Oeste pelo Oceano Atlântico. É composta por 78 Concelhos (NUT's III), que ocupam cerca de 26% do território continental (Tabela 4.1 do anexo IV), e inclui o ponto mais alto do território continental, a Serra da Estrela com 1 993 m de altura (CCDRC, 2006a).

Em termos geomorfológicos, na região encontram-se duas unidades distintas, a Orla Litoral e o Maciço Antigo que, pelas suas características geológicas, influenciam a paisagem da região, proporcionando uma variedade entre zonas aplanadas pela erosão como o planalto da Guarda e os diferentes sistemas montanhosos da região de onde cabe destacar as Serras da Estrela, do Açor e da Lousã, com 1 993 m, 1 342 m e 1 2005 m respectivamente (Tabela 4.2 do Anexo IV). A estas juntam-se três das maiores bacias hidrográficas exclusivamente portuguesas (Mondego, Vouga e Liz), e parte das bacias hidrográficas do Tejo e do Douro (Tabela 4.3 Anexo VI), originando uma paisagem variada<sup>48</sup> e com um vasto património natural de importância reconhecida (Figura 4.2), como sejam as várias áreas classificadas, a saber: as serras da Estrela, da Malcata, Aire e Candeeiros, da Gardunha, do Açor, Sicó, Montemuro e Caramulo; as reservas naturais importantes como “Pauis da Arzila”, “Madriz” e Taipal. Para além das áreas já referidas, ainda se encontram na Região Centro várias Zonas de Protecção Especial (ZPE) para as aves selvagens, nomeadamente a ZPE do Tejo e do Douro Internacional, da Ria de Aveiro (CCDRC, 2006a).

<sup>48</sup> A Região possui várias fontes termais, algumas aproveitadas para fins terapêuticos desde o tempo dos Romanos como é o caso de São Pedro do Sul e ainda duas grandes albufeiras: da Aguieira e a de Castelo de Bode.



**Figura 4.2 - Áreas protegidas – Biótipos Corine (CCDRC, 2006)**

Em termos climáticos, a Região Centro caracteriza-se, em termos genéricos, por possuir um clima em termos genéricos temperado, na transição entre o temperado Atlântico e o Mediterrânico, com temperaturas em média no ano de 2005 a rondar os 16°C, existindo, contudo, algumas áreas que por razões como sejam a altitude possuem características climáticas próprias como por exemplo a Serra da Estrela e o planalto da Guarda (Tabela 4.4 do Anexo IV).

Cabe referir que 47% do território da região é composto por floresta o que corresponde a 32% da área nacional (CCDRC, 2006a).

Em termos de acessibilidades, a região assume um papel estratégico nas ligações entre o Norte e o Sul de Portugal e, portanto, entre as duas grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (Figura 4.3). No Contexto internacional é uma importante ligação ao Centro da Europa, através do Itinerário Principal 5 e dos dois Portos, Aveiro e Figueira da Foz, este último possuindo uma marina para barcos de recreio (CCDRC, 2006a).



**Figura 4.3 – Rede Viária da Região Centro em 2001 (CCDRC, 2006)**

### **i) Sistema urbano e modelo de povoamento**

Como já foi mencionado, as características morfológicas do território da Região Centro, que é atravessado na direcção Nordeste - Sudoeste pela Cordilheira Central, além das várias linhas de água que percorrem todo o seu território, condicionaram e determinaram a rede urbana e o modelo de povoamento da região ao longo dos tempos. Devido a estas condições territoriais a movimentação, tanto de pessoas como de mercadorias, não se efectuava com facilidade, de modo que o povoamento fez-se à custa da constituição do conjunto de cidades médias distribuídas pelo território.

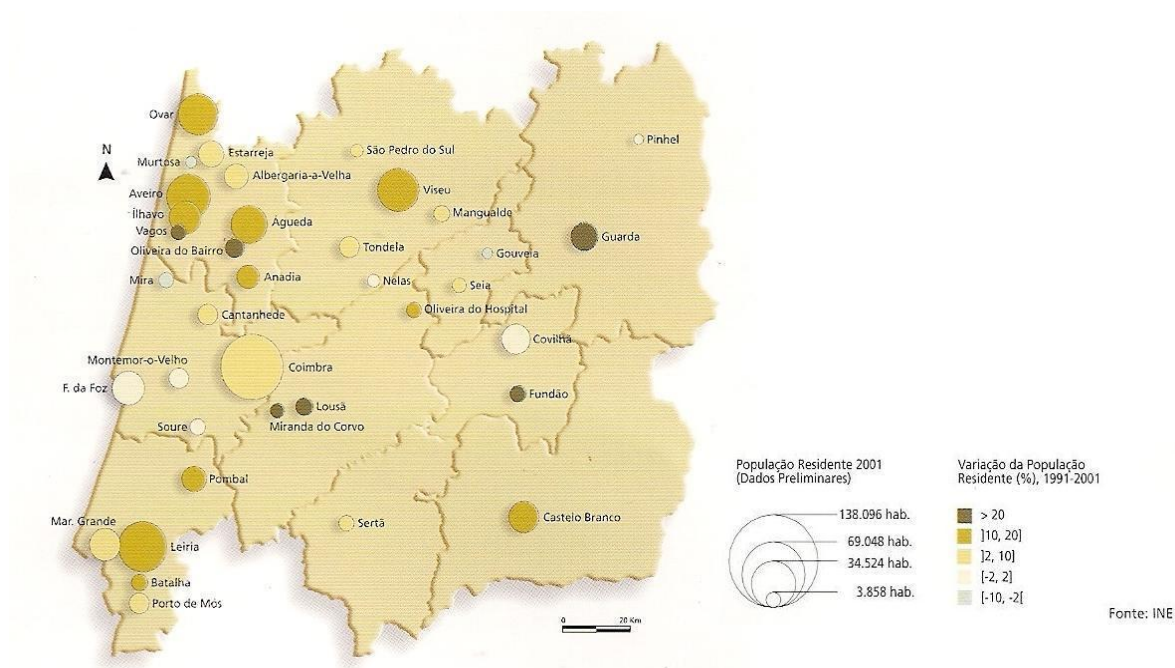
Contudo, nas últimas décadas verificaram-se duas tendências: uma progressiva concentração da população no litoral e um reforço demográfico dos principais centros urbanos do interior, sobretudo os que possuem instalações universitárias como é o caso da Covilhã, sendo que actualmente 75% da população da região ocupa estas cidades, distribuída por três eixos principais no litoral: o Baixo-Vouga, com um desenvolvimento em torno das cidades de Aveiro, Ílhavo e Águeda, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Estarreja; o Baixo Mondego, englobando as cidades de Coimbra, Figueira da Foz, Cantanhede, Mealhada, Penela e Soure; e o Pinhal Litoral em torno das cidades de Leiria, Marinha Grande, Batalha e Pombal; e por dois eixos no interior: Dão-Lafões, com as cidades de Viseu, Mangualde, Nelas, S. Pedro do Sul, Tondela como principais cidades; e o eixo longitudinal composto pelos núcleos urbanos da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco,

associado ao subsistema urbano composto por Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, de dimensões menores mas com expressão na região da Serra da Estrela (CCDRC, 2006a).

## ii) ii) Potencial Humano

Em 2005 cerca de 17% da população de Portugal residia na Região Centro, tendo uma composição por sexos idêntica à nacional com 48 % de homens e 52 % de mulheres (48% Homens e 52 % Mulheres a nível nacional) (Tabela 4.5 Anexo VI).

A distribuição da população é, como foi referido, muito assimétrica. Se a densidade populacional média para a região é de 75,8 hab / Km<sup>2</sup> - bastante inferior à média nacional de 114,8 hab / Km<sup>2</sup>, a região apresenta também fortes assimetrias com algumas das suas sub-regiões (NUT's III), que possuem densidades que dobram a média nacional, como é o caso da região do Baixo Vouga com 220,1 hab / Km<sup>2</sup> (Tabela 4.1).

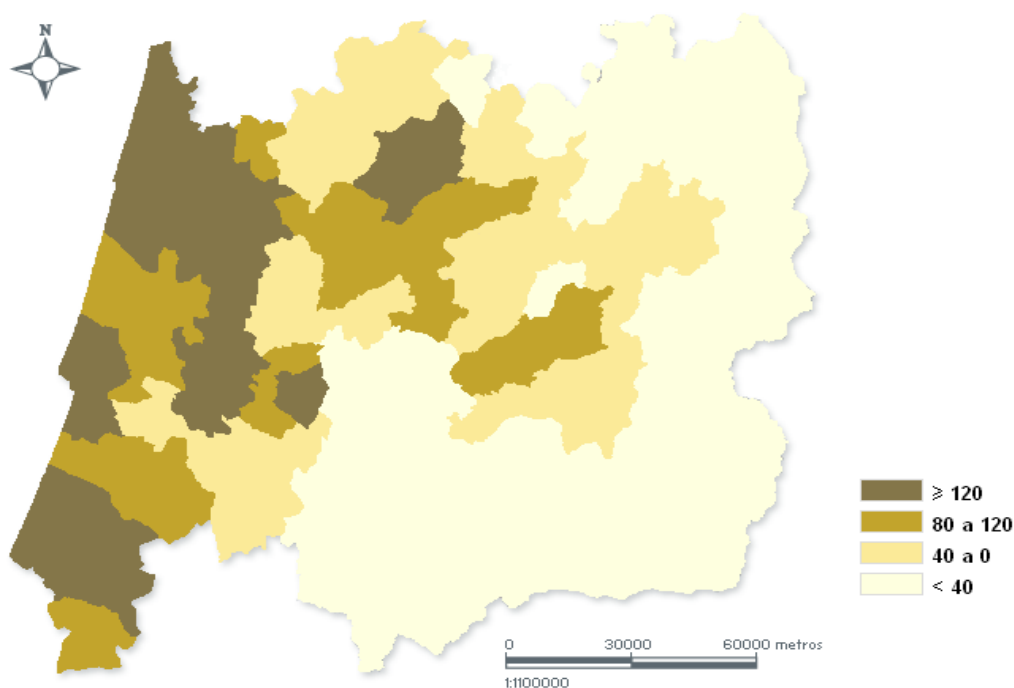


**Figura 4.4 – Aglomerados Urbanos (CCDRC, 2006).**

**Tabela 4.1 – Densidade populacional por NUT's III em 2005 (INE, 2006).**

	Área	População	Densidade Populacional
	Km <sup>2</sup>		Hab/Km <sup>2</sup>
Baixo Vouga	1802,3	396704	220,1
Baixo Mondego	2062,9	335532	162,7
Pinhal Litoral	1743,7	263848	151,3
Pinhal Interior Norte	2616,6	137840	52,7
Dão Lafões	3489,0	291019	83,4
Pinhal Interior Sul	1904,8	42125	22,1
Serra da Estrela	867,8	48548	55,9
Beira Interior Norte	4062,6	112114	27,6
Beira Interior sul	3748,2	75282	20,1
Cova da Beira	1374,5	92160	67,0
Centro	23672,4	1795172	75,8
Portugal	92089,7	10569592	114,8

Contudo, à medida que se avança para o interior, a densidade populacional decresce, chegando a atingir valores de 20,1 hab/km<sup>2</sup> na Beira Interior Sul, 22,1 hab/km<sup>2</sup> no Pinhal Interior Sul e 27,6 hab/km<sup>2</sup> na Beira Interior Norte. Demonstrativo destas assimetrias entre o litoral e o interior é a Figura 4.5, em que facilmente se verifica que as sub-regiões do interior têm uma densidade populacional muito inferior às das sub-regiões do litoral.



**Figura 4.5 – Densidade populacional por Concelhos em 2005, Hab/ km<sup>2</sup> (a partir de INE, 2006).**



De referir que em termos de população o comportamento da região é em termos globais idêntico ao comportamento da população a nível nacional, verificando-se isso mesmo no aumento na população com mais de 65 anos 20,3% na região, quando comparada com 17,1% a nível nacional. Contudo, mais uma vez as assimetrias entre litoral e interior são evidentes: 30,7% da população residente na sub-região do Pinhal Interior Sul a pertencer a esta faixa etária mais idosa (Tabela 4.6 do Anexo IV), facto realçado pelo índice de envelhecimento na região, que é superior à média nacional (140,1 na região para 110,1 no país). Também este comportamento muito assimétrico se revela no litoral e no interior com valores abaixo da média nacional em regiões como o Baixo Mondego, 105.5, e outras do interior como no Pinhal Interior Sul em que o índice de 279,1 é mais do dobro do valor da média nacional, mostrando mais uma vez as diferenças entre um litoral mais jovem e um interior muito envelhecido.

Este envelhecimento da população do interior da região é reforçado pelas baixas taxas de natalidade que aí ocorrem, onde sete das dez sub-regiões que constituem a Região Centro possuem taxas de crescimento efectivo negativo, uma das quais o Baixo Mondego e Pinhal Litoral, no litoral; Baixo Vouga e Dão Lafões são as únicas com taxas de crescimento da população positivas (ver Tabela 4.7 do Anexo VI). Aliás a região possui uma taxa de crescimento natural negativa (-0,25%), e que não traduz valores absolutos devido certamente a movimentos migratórios para a região que compensam esse decréscimo.

Uma das características da população da região é a sua baixa escolaridade em que 15 % de população que não tem qualquer escolaridade e 61 % apenas obteve a escolaridade básica, e com apenas a 3,5 % da população a possuir um curso superior. A região apresenta taxas de conclusão do ensino secundário muito abaixo da média nacional, nomeadamente no ensino geral em que a diferença para a média nacional é de 30 pontos percentuais (Tabela 4.9 Anexo VI).

No entanto, analisando pelo ensino geral e tecnológico, verifica-se que a taxa de transição/conclusão da Região Centro no ensino geral é bastante inferior à do continente, havendo uma diferença de quase 30 % (Região Centro – 40,6 % e Portugal continental – 71,6 %), enquanto que no ensino tecnológico a região em estudo apresenta uma taxa de transição/conclusão ligeiramente superior a média do continente (57,4 % na Região Centro e 56,3 % em Portugal Continental). Curiosamente, o comportamento por sub-regiões mostra que as taxas mais elevadas de transição/conclusão do secundário ocorrem na sub-região do Baixo Mondego, com 71,0 %, e na Beira Interior Sul, sendo que as mais baixas ocorrem nas regiões mais interiores: no Pinhal Interior Norte com 63,5 %, e no Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela, ambas com 65,4 %.

Em 2005, 17% da população desempregada nacional encontrava-se na região, sendo, contudo, a taxa de desemprego da região inferior à média nacional com respectivamente 5,2 % contra 7,6 % (Tabela 4.10 do Anexo IV), sendo que a sub-região com a taxa mais baixa de desemprego o Pinhal Litoral. Contudo, importa referir que 46,7% dos desempregados da região são de longa duração, afectando mais o sexo feminino que o masculino. Os desempregados de longa duração, são, de um modo geral, provenientes dos sectores primário e secundário, na sua maioria com baixos níveis de instrução. Este problema agrava-se em sub-regiões do interior, em que as taxas de desempregados sem habilitações ou com o nível de instrução básico atingem valores de 85 % na Serra da Estrela, 82 % em Dão Lafões, 80 % na Cova da Beira, 79 % no Pinhal Interior Norte e 81 % no Pinhal Interior Sul (Tabela 4.11 do Anexo IV).

De referir que os trabalhadores na região por conta própria são bastantes mais que a média nacional (33,1% e 23,5% % respectivamente) e que a percentagem de empregados no sector terciário é inferior à média nacional em dez valores percentuais, respectivamente 47,6% na Região Centro e 57,6% em Portugal (Tabela 4.12 do Anexo IV).

### **iii ) Caracterização Económica**

A contribuição da Região Centro para o Produto Interno Bruto (PIB) não vai além dos 13,8% (Tabela 4.13 do Anexo VI), o que evidencia o fraco dinamismo económico da região, com um PIB per capita inferior à média nacional em todas as sub-regiões, continuando a existir diferenças entre o litoral e o interior com excepção da sub-região da Beira Interior Sul, cujo PIB de 11,1 milhares de euros per capita é equivalente aos valores das sub-regiões do litoral, sendo mesmo superior ao apresentado pela NUT's III do Baixo Vouga que tem um PIB de 11,0 milhares de euros per capita.

Em termos das diferentes actividades económicas e na sua contribuição para o VAB (Valor acrescentado Bruto), a maior contribuição vem da indústria transformadora, sendo a que contribui mais para o VAB, realizando o valor absoluto mais elevado (4722 milhões de euros), seguida do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico que apresenta um valor de 2754 milhões de euros. A indústria transformadora é ainda a que emprega mais trabalhadores, sendo responsável por 21 %, do emprego na região, seguida do sector da agricultura, produção animal, caça e silvicultura com cerca de 16 % do total de emprego (Tabela 4.14 do Anexo VI).

Contudo, cabe referir que em termos de sectores o sector terciário é o que mais contribui para a riqueza da região, sendo responsável por 59 % para o VAB, 63 % das remunerações e 51 % do emprego, em contraste com o sector primário, o que menos contribui para a economia da região com um peso no VAB a rondar os 6 %, 2 % nas remunerações e a ser responsável por 17 % do emprego.

#### **iv) Património histórico e arquitectónico e identidade cultural**

Assim, a Região Centro foi acumulando heranças histórico-culturais das várias civilizações que a habitaram. Encontra-se por todo o seu território testemunhos da presença de Lusitanos, Romanos, Visigodos e Árabes, que se traduz em um vasto património histórico, arquitectónico e cultural.

Como testemunho desse património destaca-se a antiga “*Egitânea*”, em Idanha-a-Velha, as cidadelas Romanas de Conímbriga e de “*Aeminium*”, vários castelos que se espalham por todo o território da região, entre outros, e destacam-se excelentes exemplares de arquitectura militar, como é o caso de Almeida, e de arquitectura defensiva, como o sã Castelo Rodrigo e Montemor-o-Velho (CCDRC, 2006a).

A região tem diversos monumentos e edifícios de interesse e com valor patrimonial. Do património religioso destaca-se a Sé Velha de Coimbra, o Mosteiro do Lorvão em Penacova, e o Mosteiro de Santa Maia da Vitória, vulgo Batalha, classificado pela UNESCO como Património da Humanidade. Na arquitectura civil encontram-se exemplares representativos de várias épocas arquitectónicas, referenciando-se, a título de exemplo, os paços da Universidade de Coimbra do séc. XVI, o Hotel - Palácio de Buçaco, o núcleo histórico da cidade da Guarda, um conjunto de casas “*art déco*” em Aveiro e Ílhavo e a fábrica da Vista Alegre em Ílhavo são dos mais referidos em várias publicações (CCDRC, 2006a).

É de destacar a rede de aldeias históricas e a rede das Aldeias de Xisto, que se distinguem pela diversidade e riqueza arquitectónica dos conjuntos edificados, pequenos núcleos urbanos integrados em percursos naturais e culturais temáticos, e que foram submetidas a um programa de requalificação para a sua valorização e aproveitamento turístico (CCDRC, 2006a).

Alem do património construído, a Região Centro ainda oferece um conjunto museológico que vai desde a arte sacra e a história da arte, até a ciência e à etnografia regional. Neste vasto conjunto de museus destacam-se o Museu Machado de Castro em Coimbra, o Museu Grão Vasco em Viseu, o Museu Tavares Proença Júnior em Castelo Branco, o Museu Monográfico de Conímbriga em



Condeixa-a-Nova, os Museus da Universidade de Coimbra, o Museu Judaico em Belmonte, o Museu Marítimo de Ílhavo, o Museu do Vidro na Marinha Grande, o Museu dos Lanifícios da Covilhã, o Museu do Pão em Seia e o Museu do Vinho da Bairrada em Anadia (CCDRC, 2006a).

Em termos de património cabe ainda referir o artesanato que é bastante variado na região mas em que cabe destacar, pela sua especificidade, os bordados de Castelo Branco, a louça de barro preto de “Molelos”, as porcelanas da Vista Alegre, a louça pintada de Coimbra e as peças em vidro da Marinha Grande. A região tem diversos produtos gastronómicos, que vão desde as receitas tradicionais até aos produtos locais (frutos secos, vinho, queijo, nomeadamente o queijo da serra, azeite, enchidos, sal, caça e pesca) (CCDRC, 2006a).

#### v) Caracterização da actividade turística

Em termos de orgânica, a nível regional existem nove regiões de turismo (em fase de reestruturação pelo poder central) (Figura 4.6), e três juntas de turismo (Cúria, Luso - Buçaco e Monfortinho) e uma Comissão Municipal de Turismo (Castelo Branco), e os diferentes municípios.

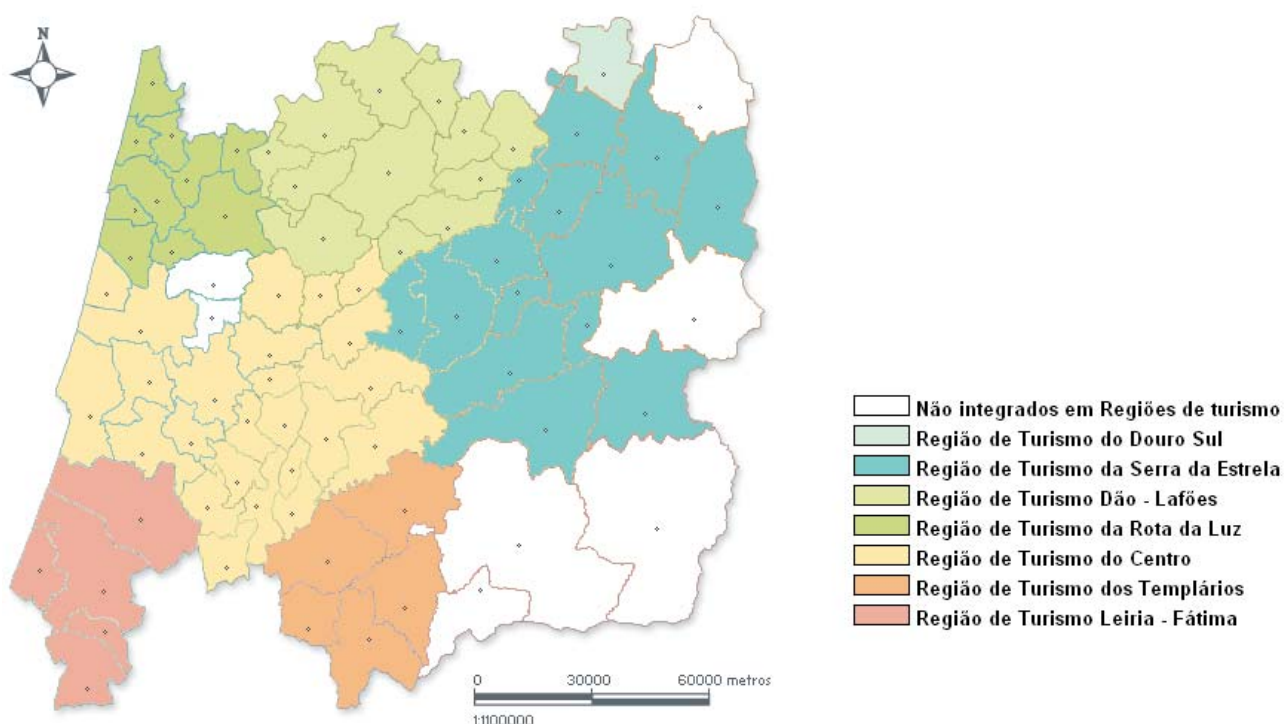


Figura 4.6 – Regiões de Turismo<sup>49</sup> da NUT's II – Centro (a partir de CCDRC, 2006).

<sup>49</sup> A delimitação das Regiões de Turismo está em fase de alteração.

A expressão do sector do turismo em termos de contribuição directa (alojamento, restauração e similares), para a riqueza da região é muito reduzida, ultrapassando apenas as indústrias extractivas e a pesca, empregando somente 4,8% da mão-de-obra da região (Tabela 4.14 do Anexo VI).

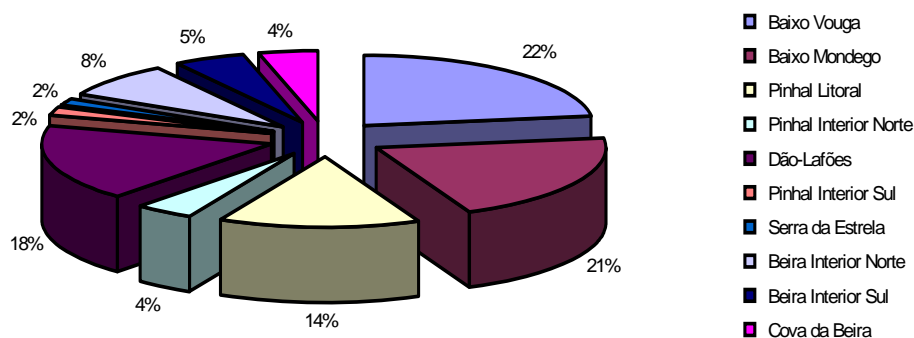
#### vi) Estabelecimentos hoteleiros

Com efeito, apesar de todo o aparente potencial turístico existente na Região Centro, a oferta de alojamento não é muito abundante. Observando a Tabela 4.2, verifica-se que a Região Centro apenas possui 15 % dos estabelecimentos hoteleiros do país. Ainda ao analisar a Tabela 4.2 verifica-se que em 2005 existiam na Região Centro uma centena de hotéis, 153 pensões e 44 estabelecimentos de “outro tipo”, perfazendo um total de 297 estabelecimentos hoteleiros. A capacidade de alojamento não ultrapassa os 9 % da capacidade nacional e empregam, apenas, 6 % do pessoal ao serviço a nível nacional.

**Tabela 4.2 – Estabelecimentos e capacidade de alojamento por NUT's III em 2005 (INE, 2006)**

	Estabelecimentos				Capacidade de Alojamento			
	TOTAL	Hotéis	Pensões	Outros	TOTAL	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º							
Baixo Vouga	68	19	37	12	4472	2137	1290	1045
Baixo Mondego	61	22	35	4	5473	3553	1466	454
Pinhal Litoral	42	16	23	3	3252	1543	1424	285
Pinhal Interior Norte	12	3	5	4	603	314	142	147
Dão Lafões	52	21	24	7	4603	3083	1149	371
Pinhal Interior Sul	6	1	3	2	304	106	98	100
Serra da Estrela	5	2	1	2	469	251	44	174
Beira Interior Norte	24	5	15	4	1493	656	691	146
Beira Interior Sul	15	5	7	3	1335	678	526	131
Cova da Beira	12	6	3	3	1361	950	255	156
Centro	297	100	153	44	23365	13271	7085	3009
Portugal	2012	607	878	527	263814	126445	41523	95846

Outro dado importante é o facto de 75 % dos estabelecimentos hoteleiros da Região Centro estar concentrada em apenas quatro NUT's III (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Dão-Lafões e Pinhal Litoral) como se verifica através da observação da Figura 4.7 e representa 76 % da capacidade de alojamento de toda a região.



**Figura 4.7 – Distribuição dos Estabelecimentos Hoteleiros da região Centro por NUT's III em 2005 (a partir de INE, 2006).**

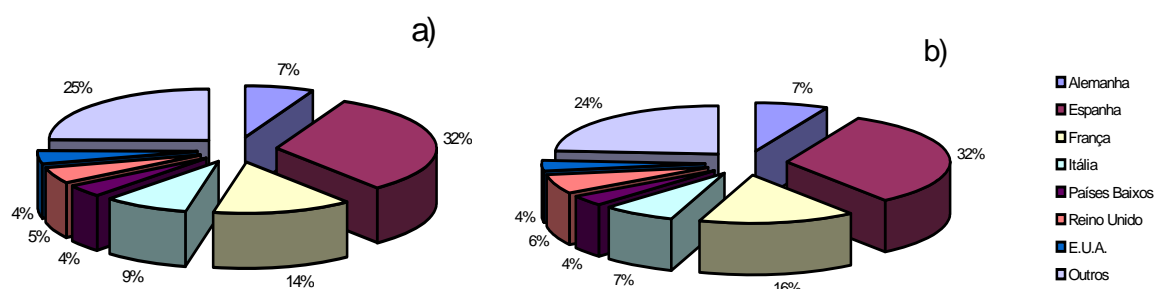
Apesar de a sub-região do Baixo Vouga ser a que tem o maior número de estabelecimentos hoteleiros, representando 23 % do total da região, encontra-se em terceiro quanto à capacidade de alojamento (19 % do total da região), sendo a sub-região do Baixo Mondego a que tem maior capacidade de alojamento, seguida da sub-região de Dão-Lafões, com 23 % e 20 % do total da região respectivamente (Tabela 4.3).

Apesar dos estabelecimentos hoteleiros representarem 15 % dos existentes em Portugal, a taxa de captação turística da região é baixa, tendo, apenas 6 % das dormidas e 9 % dos hóspedes (Tabela 4.3). Também aqui se nota as assimetrias entre as diferentes sub-regiões. Assim, as quatro NUT's III que concentram a maioria dos estabelecimentos também concentram o maior número de dormidas e de hóspedes. Estas assimetrias mostram a diferente importância turística que cada sub-região assume no sector turístico na região.

**Tabela 4.3 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por NUT's III em 2005 (INE, 2006).**

	Dormidas				Hóspedes			
	TOTAL	Hotéis	Pensões	Outros	TOTAL	Hotéis	Pensões	Outros
Baixo Vouga	350687	227092	77427	46168	193592	125363	40344	27885
Baixo Mondego	593193	431889	87081	74223	342905	256863	41081	44961
Pinhal Litoral	269757	169772	74990	24995	142527	89287	37452	15788
Pinhal Interior Norte	49283	28341	7540	13402	30376	18513	4011	7852
Dão Lafões	483924	366456	83377	34091	218325	166845	37626	13854
Pinhal Interior Sul	21355	-	-	-	14978	-	-	-
Serra da Estrela	42755	-	-	-	23931	-	-	-
Beira Interior Norte	108600	57291	35545	15764	83684	43743	29740	10201
Beira Interior Sul	124265	89500	30854	3911	59183	46329	9709	3145
Cova da Beira	168357	111748	36027	20582	110797	70024	27550	13223
Centro	2212176	1482089	432841	233136	1220298	816967	227513	136909
Portugal	35520631	18594490	3364333	13561808	11469314	7166474	1557148	2745692

Os turistas provenientes de países estrangeiros que se hospedam em estabelecimentos hoteleiros representam 52 % do total nacional, no entanto na Região Centro estes não ultrapassam os 25 % do total da região, o que demonstra a pouca captação de turismo oriundo de fora de Portugal. Na Figura 4.8 verifica-se que o principal país de origem dos turistas que se hospedam na Região Centro é a Espanha com 32 % dos hóspedes, que representam 32 % das dormidas, seguindo-se a França com 14 % de hóspedes e 16 % de dormidas, encontrando-se em terceiro a Itália com 9 % de hóspedes que representam 7 % de dormidas.



**Figura 4.8 – Distribuição de hóspedes e de dormidas na Região Centro em 2005 pelos principais países de origem (a partir de INE, 2006).**

Também aqui as sub-regiões que têm um maior peso de hóspedes estrangeiros, no contexto regional, são as mesmas que possuem a maioria dos estabelecimentos hoteleiros (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Dão-Lafões e Pinhal Litoral). No entanto, ao analisar-se a importância que os hóspedes provenientes de países estrangeiros têm no turismo por sub-região, verifica-se que tem um peso baixo nas várias NUT's III, exceptuando-se a NUT's III do Baixo Mondego em que os hóspedes originários de países estrangeiros representam 41 % do total da sub-região. Assim, ao analisar as quatro sub-regiões que concentram a maior parte dos estabelecimentos hoteleiros e, como tal, com maior peso no sector, verifica-se que a seguir à NUT's III do Baixo Mondego temos a sub-região do Baixo Vouga em que os hóspedes estrangeiros não ultrapassam os 29 % do total da sub-região (Tabela 4.4).

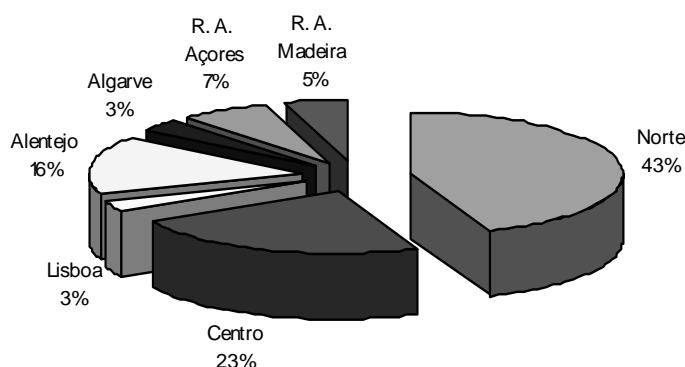
**Tabela 4.4 – Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por NUT's III, segundo o país de residência habitual, 2005 (INE, 2006)**

(1992, 2000)

	TOTAL GERAL	TOTAL UE25	União Europeia (15)								E.U.A.
			TOTAL	Dos Quais							
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Baixo Vouga	193592	181702	181098	136795	3612	24307	6935	2889	1627	2023	2094
Baixo Mondego	342905	307077	304039	200664	9479	41024	15899	17751	4714	6201	6966
Pinhal Litoral	142527	136087	135664	101688	3218	10982	11053	3099	1187	2363	1105
Pinhal Interior Norte	30376	29731	29696	26295	312	746	367	229	376	967	93
Dão Lafões	218325	212740	212452	191013	2192	8577	3791	814	2165	1980	1728
Pinhal Interior Sul	14978	14801	14798	14137	59	300	102	11	74	68	16
Serra da Estrela	23931	23714	23708	22930	223	160	61	12	128	35	36
Beira Interior Norte	83684	81888	81615	70133	841	4772	3214	450	546	915	373
Beira Interior Sul	59183	58117	58069	51216	334	4217	543	223	662	438	133
Cova da Beira	110797	109760	109663	105072	289	1712	773	274	343	821	190
Centro	1220298	1369047	1150802	919943	20559	96797	42738	25752	11822	15811	12734
Portugal	11469314	10433054	10352738	5513558	734043	1132870	416136	308794	297382	1298314	239651

## vii) Turismo em Espaço Rural

No que diz respeito ao turismo em espaço rural, existe uma grande assimetria no território nacional, onde na Região Norte e Região Centro se concentram 67 % dos estabelecimentos existentes no território nacional, sendo a NUT's II a Região Centro aquela que possui 23 % do total nacional (Figura 4.9).



**Figura 4.9 – Distribuição dos estabelecimentos de turismo em espaço rural por NUT's II em 2005 (a partir de INE, 2006).**

Analisando a Tabela 4.5, verifica-se que a mesma tendência existe nas dormidas e na capacidade de alojamento. Assim, a Região Centro possui 24 % do total de quartos disponíveis nos estabelecimentos em espaço rural, representando 24 % da capacidade de alojamento do total nacional e recebeu em 2005 23% do total de dormidas a nível nacional.

**Tabela 4.5 – Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento no turismo em espaço rural por NUT's II em 2005 (INE, 2006).**

	Estabelecimentos						Total de Quartos	Capacidade de alojamento total
	TOTAL	Turismo rural	Turismo de habitação	Agro-turismo	Casas de campo	Turismo de Aldeia		
Norte	461	210	119	53	76	3	2393	4647
Centro	244	99	63	33	47	2	1300	2570
Lisboa	28	14	13	1	-	-	150	297
Alentejo	166	53	27	52	32	2	946	1880
Algarve	31	18	4	3	6	-	169	333
R. A. Açores	74	14	11	3	45	1	301	482
R. A. Madeira	49	8	11	2	28	-	238	482
Portugal	1053	416	248	147	234	8	5497	10691

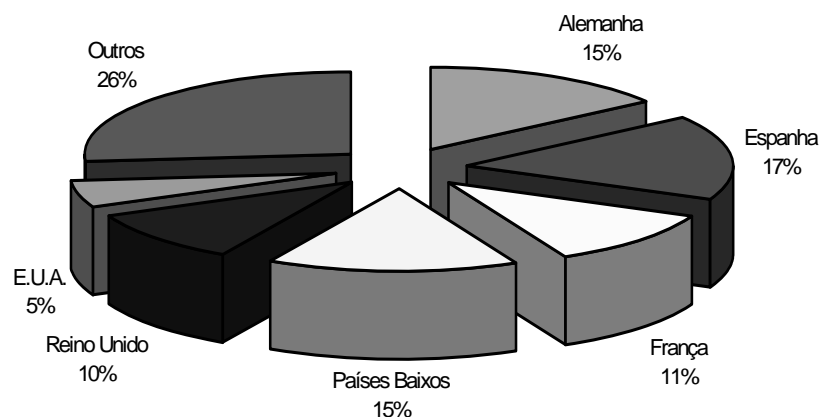
A maioria das dormidas em estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural registam-se no Turismo Rural, seguindo-se o Turismo de Habitação. Estas duas categorias concentram perto de 60 % do total de dormidas em espaço rural, sendo que estas duas categorias são também aquelas que maior percentagem de estabelecimentos absorvem (Tabela 4.6).

**Tabela 4.6 – Distribuição das dormidas nos Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural por categoria por NUT's II em 2005 (INE, 2006).**

	Dormidas Estabelecimentos					
	TOTAL	Turismo rural	Turismo de habitação	Agro-turismo	Casas de campo	Turismo de Aldeia
Norte	130568	57699	40491	14293	12439	5646
Centro	102822	42200	26858	14655	14924	4185
Lisboa	24832	8210	14536	2086		
Alentejo	90004	16762	11058	25343	34167	2674
Algarve	33018	21312	3254	7679	773	
R. A. Açores	27002	10973	5760	2702	6564	1003
R. A. Madeira	44242	5124	6590	5781	26747	
Portugal	452488	162280	108547	72539	95614	13508

Em Portugal as dormidas dos turistas estrangeiros representam 47 % do total nacional, no entanto na Região Centro estas apenas representam 29 % do total da região.

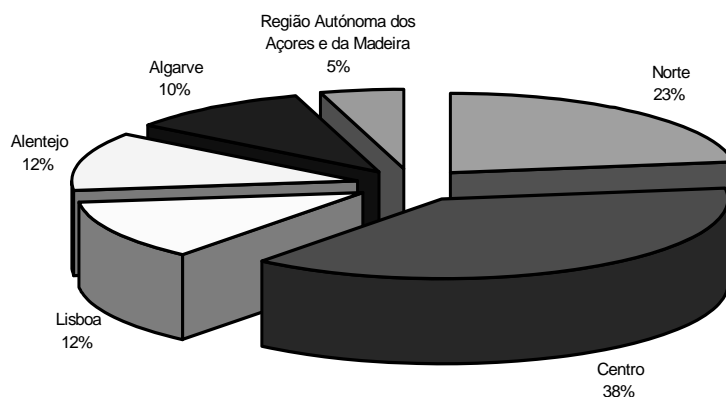
Na Figura 4.10 pode-se observar a distribuição das dormidas nos estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural segundo o país de residência e verifica-se que em 2005 a Espanha era o principal mercado, representando 17 % do total de dormidas de turistas estrangeiros, seguindo-se a Alemanha e os Países Baixos, ambos com 15 %. Em quarto lugar situa-se a França com 11 %, enquanto o Reino Unido apenas é responsável por 10 %.



**Figura 4.10 – Dormidas em Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural segundo o país de residência por NUT's II em 2005 (a partir de INE, 2006).**

#### **viii) Parques de Campismo**

O campismo assume especial importância na Região Centro que, juntamente com a Região Norte, concentram 61 % dos parques de campismo existentes no país. Contudo, é a Região Centro que possui maior número de parques de campismo: dos 277 parques de campismo existentes no país, 86 situam-se na Região Centro o que representa 38 % do total nacional (Figura 4.11).



**Figura 4.11 – Distribuição dos parques de campismo por NUT's II em 2005 (a partir de DGT e INE, 2006).**

Este predomínio da região nos parques de campismo é reafirmado ao analisar-se a capacidade de alojamento dos mesmos. Da análise das Tabelas 4.7 e 4.8, verifica-se que a Região Centro em 2005 a nível nacional é a que possui o maior número de parques, cerca de 40%; a que tem maior capacidade de alojamento, cerca de 35%; o maior número de campistas 27%; e o maior número de

dormidas cerca de 30%; e a que mais trabalhadores emprega neste tipo de alojamento cerca de 29% do total nacional.

**Tabela 4.7 – Parques de Campismo, área, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por NUT's II em 2005 (DGT, 2006)**

	N.º de Parques	Área do Parque	Capacidade de Alojamento	Pessoal ao Serviço no Parque
	N.º	ha	N.º	
Norte	52	198,6	29159	555
Centro	86	376,1	59494	843
Lisboa	28	216,3	34357	646
Alentejo	27	177,7	17704	365
Algarve	23	162,9	29543	525
R. A. Açores e R. A. Madeira	11	1,7	2100	16
Portugal	227	1133,3	172357	2950

Quanto aos campistas oriundos de países estrangeiros foram a quarta parte do total dos campistas, contudo, na Região Centro este valor foi ligeiramente inferior à média nacional: 22 % de campistas estrangeiros na Região Centro face a 25 % de campistas estrangeiros a nível nacional.

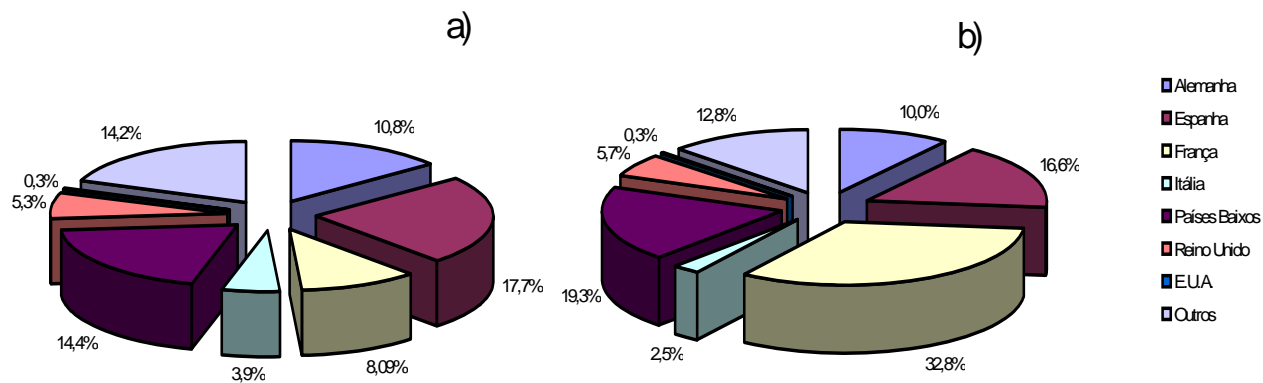
**Tabela 4.8 – Movimento e dormidas de campistas NUT'sII (DGT, 2006; INE, 2006)**

Região	Campistas	Dormidas
	2005	
Norte	292770	1051397
Centro	424715	1983795
Lisboa	292881	822732
Alentejo	235655	937713
Algarve	305425	1750184
Região Autónoma dos Açores e da Madeira	15480	53673
Portugal	1566926	6599494

Analisando a Figura 4.12, verifica-se que na região Centro os campistas estrangeiros com maior percentagem foram os espanhóis com 17,7 %, sendo o principal mercado estrangeiro, seguindo-se os Países Baixos com 14,4 % e a Alemanha com 10,8 %. Sendo a Espanha o principal país de onde provieram os campistas estrangeiros, seria de esperar que fosse responsável pela maior percentagem de dormidas, no entanto apenas representa 16,6 % das dormidas, sendo os franceses os responsáveis pela maior percentagem de dormidas estrangeiras com 32,8 %, sendo de salientar que os campistas franceses representam, apenas, 8,1 % dos campistas da região, sendo a quarta nacionalidade com



maior percentagem de campistas, seguidos dos Países Baixos com 19,3 % das dormidas estrangeiras.



**Figura 4.12 – Campistas e dormidas da Região Centro, segundo o País de Residência Habitual em 2005 (a partir de INE, 2006).**

Analisando a Tabela 4.9 verifica-se que a estada média dos campistas, a nível nacional, é de 4,3 dias, sendo as estadias dos campistas nacionais mais prolongadas que as dos estrangeiros, respectivamente 4,5 e 3,5 dias. A Região Centro apresenta valores superiores à média nacional para os turistas portugueses com 5,4 dias de estadia em média e um valor inferior à média nacional para os turistas estrangeiros, 2,6 dias. Tal facto, e atendendo que o Algarve é a região com maiores valores de permanência para estrangeiros e nacionais, pode indicar que no caso dos turistas estrangeiros estes podem deslocar-se para o Algarve, passando pela Região Centro para lá conseguir chegar.

**Tabela 4.9 – Permanência média (em dias) dos campistas em 2005 (DGT, 2006).**

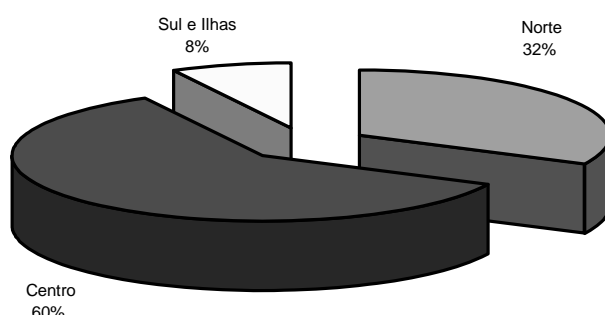
	Nacionais	Estrangeiros	Total Geral
	2005		
Norte	3,9	2,6	3,6
Centro	5,4	2,6	4,8
Lisboa	2,8	2,8	2,8
Alentejo	4,3	2,4	4,0
Algarve	6,0	5,3	5,7
Continente	4,5	3,5	4,3

#### iv) Turismo em espaços termais

Uns dos vários recursos naturais da Região Centro são os espaços Termais. Da oferta nacional, 86 % dos centros termais situam-se nas Regiões Norte e Centro, as restantes regiões do país apenas

possuem 5 centros termais, o que representa 14 % do total nacional. Na Região Centro situam-se 17 centros termais, o que representa 46 % das termas existentes no país (ver Figura 2.5).

Das quinze termas existentes na Região Centro, destacam-se as termas de S. Pedro do Sul<sup>50</sup>, as Caldas de Felgueira, Banho de Alcafache e as termas do Carvalhal, por estarem entre as que possuem maior peso no sector. No total, 60% dos aquistas frequenta as termas da região (Figura 4.13). A maior parte dos aquistas que se desloca para a região fá-lo para usufruir de um termalismo clássico (84% em 2005), sendo muito escassos os que procuram a região para o termalismo de bem-estar (ver Figura 2.8).

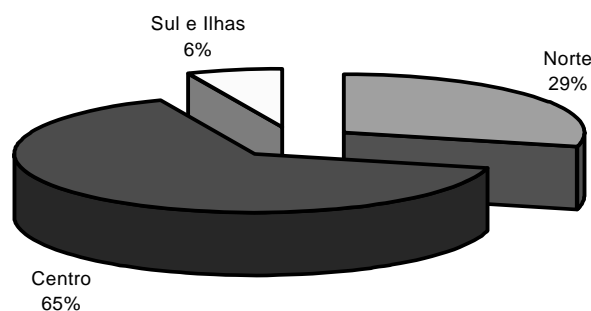


**Figura 4.13 – Aquistas por região no ano de 2005 em % (a partir de DGGE, 2006).**

Em termos de receitas a região lidera destacada, absorvendo cerca de 65% das receitas totais nacionais (Figura 4.14), com uma média de gastos por aquista de €226,57, superior à média nacional de €210,0 (ver Figura 2.7), e a todas as demais regiões (Região Norte obtém €188,83), o que evidencia a importância que a região em estudo assume, neste sector, no contexto nacional (DGT, 2006).

---

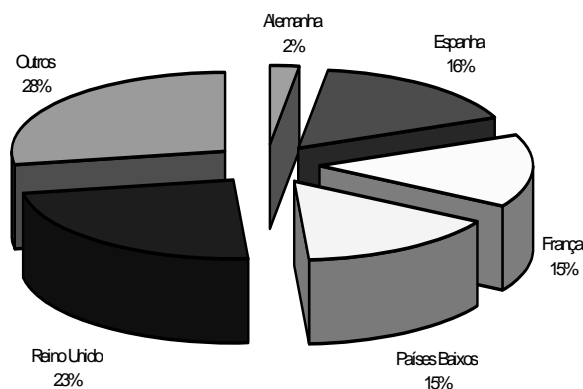
<sup>50</sup> São Pedro do Sul é a maior estância termal do país. São Pedro do Sul: para pouco mais de 18 mil hóspedes registou mais de 80 mil dormidas, em 2005, correspondendo à média de estadia mais elevada da região com 4,3 noites, seguido de mais dois Concelhos com estâncias termais, Nelas, (2,6 noites) e Anadia, (2,5 noites); nas praias destaque para Mira, 2,7 e para a Figueira da Foz com 2,2.



**Figura 4.14 – Distribuição das receitas por região em 2005 (a partir de DGGE, 2006).**

#### **v) Golfe**

Na Região Centro existem 5 campos de golfe, o que corresponde a 8 % dos campos existentes no país (ver Figura 2.3). A Região Centro apenas concentra 6 % dos praticantes de golfe nos campos nacionais, no entanto, nesta região a maioria dos praticantes são nacionais e representam 86 % do total da Região Centro. O Reino Unido é, sem dúvida, o principal mercado, sendo responsável por 23 % dos praticantes de golfe, seguindo-se a Espanha com 16 % e a França e os Países Baixos ambos com 15 % (Figura 4.15).



**Figura 4.15 – Número médio de voltas na Região Centro, segundo o país de residência habitual em 2003 (a partir da DGT, 2006).**

#### **vi) síntese**

A Região Centro caracteriza-se por ser fortemente povoada no litoral, apresentando corredores de população de bens e serviços entre Covilhã e Castelo Branco, Viseu – Coimbra – Aveiro – Leiria, tendo Coimbra como o pólo principal de toda a região, e por se apresentar muito pouco povoada na seu interior. As cidades que apresentam mais população e mais dinâmica económica (ver Tabela

4.13 do Anexo VI), correspondem a cidades onde estão localizados estabelecimentos de ensino superior, entre eles três universidades públicas e vários estabelecimentos de ensino politécnico (Marques, 2001; Portas, Domingues e Cabral, 2003).

Na região a população apresenta-se de forma genérica envelhecida e pouco qualificada, onde a indústria transformadora em conjunto com o comércio por grosso e as actividades imobiliárias são o motor económico da Região Centro, baseando-se em mão-de-obra de baixo custo, favorecendo a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho, como denota o forte abandono escolar nos primeiros níveis de ensino e a dificuldade de integração no mercado de trabalho dos jovens com um nível de ensino secundário ou superior.

Em termos de turismo pode dizer-se, genericamente, que tem uma baixa representatividade na região que tem sido a segunda região do país menos visitada por turistas estrangeiros, mas a terceira mais frequentada por turistas nacionais, sendo, contudo, a par da Região Norte, a que possui mais estâncias termais, entre elas a maior de todo o país em frequência de aquisições: São Pedro-do-Sul, a que possui o maior número de parques de campismo em área, em número e em frequência, e a segunda posição em termos de importância do turismo em espaço rural.

Assim, a região apresenta uma oferta turística fortemente polarizada em termos de frequência e de oferta dos serviços turísticos, respondendo em certa medida ao que se passa em termos de núcleos urbanos. Neste contexto, Coimbra é a maior cidade, que apresenta o maior número de turistas e de dormidas, seguida da Figueira da Foz, a maior estância balnear da região (ver Tabela 4.17 do Anexo IV). Com um número semelhante em visitantes, mas com menos dormidas encontra-se a cidade de Viseu, seguida por Aveiro, Leiria e pela Covilhã, sendo de salientar que os concelhos com estâncias termais, depois dos núcleos atrás mencionados, são os que mais turistas e dormidas captam e os que apresentam em média a estadia com maior duração da região, com particular destaque para São Pedro-do-Sul, actualmente a maior estância termal do país.

Contudo, apesar de não ser atractiva para os turistas estrangeiros, a região possui muitos recursos passíveis de serem aproveitados, visto que possui várias zonas classificadas na Rede Natura; paisagens variadas; a maior serra de Portugal com apetência para os desportos de inverno; várias nascentes com potencialidades minero-medicinais passíveis de serem aproveitadas para fins termais; vários recursos hídricos de superfície entre eles duas grandes albufeiras (Aguieira e Castelo de Bode), e várias linhas de água; um povoamento antigo com vários núcleos de interesse histórico e com tradições próprias, que podem constituir uma mais-valia para o aproveitamento turístico; mais de trinta praias no litoral, que na época do Verão, são responsáveis por um número significativo de visitantes, das quais se destacam as praias de Buarcos, Costa Nova, Figueira da Foz,

S. Pedro de Moel, e Torreira, por serem as mais frequentadas e, por isso, as que mais turistas acolhem.

Assim, esta variedade de atracções turísticas e recursos, tanto naturais como culturais, juntamente com factores como a boa acessibilidade e localização geográfica, fazem com que esta região tenha um grande potencial para se tornar num destino turístico de eleição, encontrando aptidão para um conjunto variado de produtos turísticos, como sejam o turismo de sol e praia, o turismo cultural, o turismo urbano, o turismo de saúde, o turismo de natureza, o turismo no espaço rural e o turismo desportivo, que são dos que apresentam aparentemente, mais potencialidades, atendendo aos recursos existentes na região. Tão mais importantes porque pode em parte ser capaz de absorver os trabalhadores pouco qualificados que existem na região, alguns dos quais desempregados de longa duração, do sexo feminino e também de ser capaz de fomentar a manutenção ou até o incremento de população nas regiões fortemente envelhecidas do interior, com a criação de emprego de forma directa ou indirecta, nomeadamente através da manutenção de actividades artesanais e culturais.

De realçar que para 2005 foram aprovados pela DGT 14 empreendimentos classificados num total nacional de 70, cerca de 20%, o que corresponde, por analogia, à importância da região em termos de oferta de equipamentos (cerca de 20% do total nacional). Destes, 5 de 4 estrelas foram para Águeda, Leiria, Murtosa, Guarda e Mira, sendo que os Concelhos de São Pedro do Sul e de Viseu tiveram 2 unidades aprovadas cada, facto que irá aumentar a quantidade e a qualidade da oferta da região em termos de infra-estruturas de alojamento.

### **4.3 Apresentação e análise do universo em estudo**

Dos setenta e oito PDM's trinta e seis (46%) foram elaborados por equipas das autarquias locais, os restantes quarenta e dois (54%) foram elaborados por equipa externas às Câmaras Municipais (Figura 4.16). Da análise comparativa denota-se uma predominância de gabinetes por sub-regiões e proximidade geográfica. Como se pode verificar na sub-região Pinhal Sul em que quatro dos cinco concelhos que a constituem têm o PDM elaborado pelo mesmo gabinete e nas sub-regiões Dão – Lafões, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela, quatro concelhos próximos geograficamente, são elaborados pelo mesmo gabinete. Cabe ainda destacar o facto de que no interior e na raia da Região Centro, os PDM's são, na sua maioria, elaborados por equipas externas ao município, facto a que não deve ser alheia a carência de técnicos municipais em concelhos com baixa densidade populacional.

Todos os planos são compostos por três conjuntos de elementos; estudos de caracterização (também denominados por prévios em alguns dos planos); elementos complementares do qual fazem parte o relatório do planos onde se encontram os objectivos e as políticas e acções a tomar; e os elementos fundamentais compostos pelo regulamento, carta de ordenamento e pela carta actualizada de condicionantes.

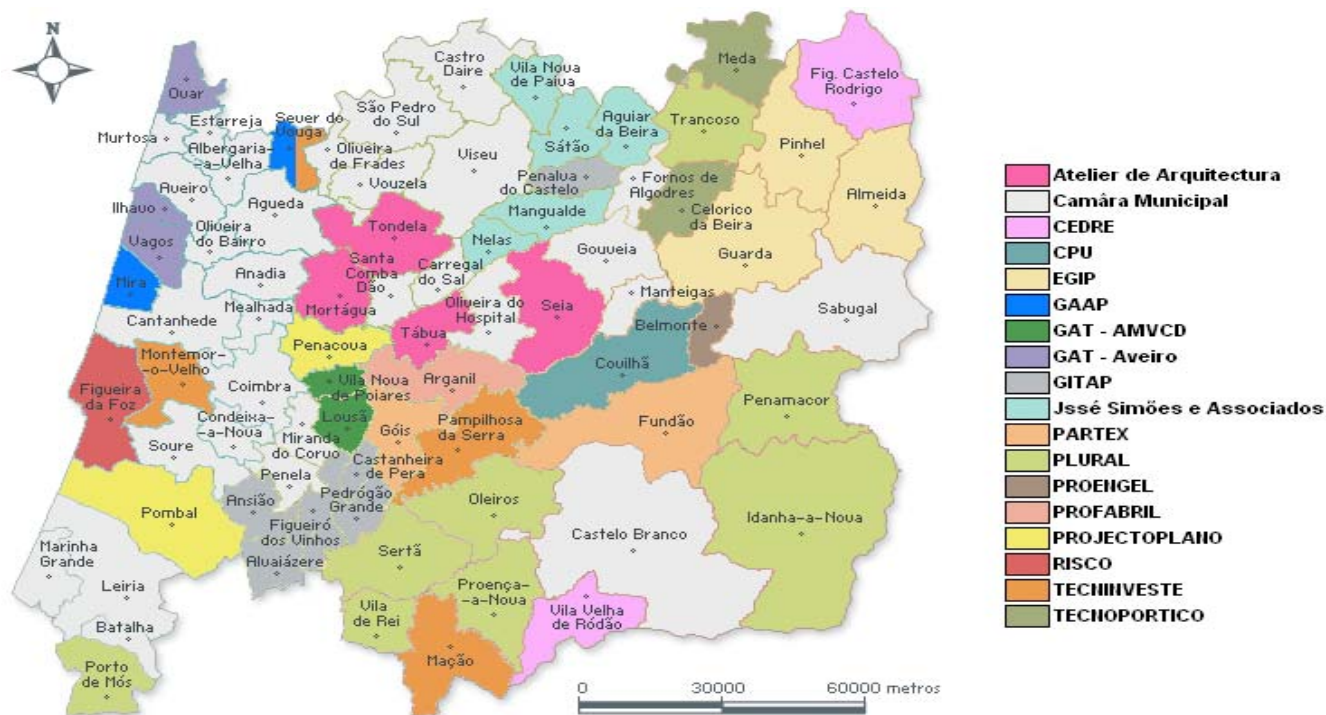
No que concerne aos estudos de caracterização, de referir que em 82% dos casos estão organizados da seguinte forma:

I Introdução.	II População e economia
III Caracterização Biofísica.	IV Rede urbana.
V Habitação e equipamentos colectivos.	VI Rede Viária e de transportes.
VII Infra-estruturas.	VII Património Construído.
VIII Infra-estruturas e Transportes.	IX Caracterização dos aglomerados.
X Hierarquização dos aglomerados	

Desta estrutura é visível que os vários elementos característicos do turismo (ver Tabela 2.2) encontram-se disseminados por uma série de capítulos o que é demonstrativo da transversalidade do sector na sociedade. De referir que questões genéricas de acessibilidade, estabelecimentos comerciais, redes de infra-estruturas, transporte, equipamento, lazer e cultura são encontrados em todos os planos.

No que concerne ao estudo do turismo, pode dizer-se que raramente foi tratado devidamente. Os planos que o abordaram fizeram-no, em 98% dos casos, na secção de actividades económicas e os restantes na dos equipamentos. Seria de esperar que nos planos fossem levados a cabo inventários dos recursos passíveis de serem aproveitados para o turismo, contudo, apenas em seis planos se realizou um inventário, na maior parte dos casos incidindo sobretudo no artesanato, embora o inventário nomeadamente de recursos naturais genéricos tenha sido conduzido aquando da delimitação da RAN (Reserva Agrícola Nacional) e da REN (Reserva Ecológica Nacional), enquanto o do património construído tenha sido levado a cabo em vários planos de forma exaustiva. Não existiu, aparentemente, a preocupação de retirar destes documentos o que poderia constituir parte dos potenciais recursos turísticos a serem objecto de planeamento. Questões igualmente importantes, sobretudo na esfera das potencialidades humanas, não foram inventariadas em nenhum plano, donde se pode concluir que existiu uma aparente negligência na inventariação das potencialidades turísticas de cada concelho, fundamentais para encontrar as especificidades que lhes

confirmam um carácter distinto, e que conduzam ao apresentar de propostas únicas, devidamente fundamentadas.



Empresa responsável pela elaboração	Número de PDM's	Sub-região dos municípios
José Simões e Associados	5	Dão – Lafões
EGIP	3	Beira Interior
GITAP	6	5 Pinhal Interior Norte e 1 no Dão - Lafões
Tecnoportico	2	Beira Interior Norte
CEDRE	2	Beira Interior Sul e Norte.
Partex	2	Pinhal Interior Norte e Cova da Beira
Plural	8	4 No Pinhal Sul, 2 na Beira Interior Sul e 1 no Pinhal Litoral e 1 na Beira Interior Norte
GAT Aveiro	3	Baixo – Vouga
AMUCD	2	Pinhal Interior Norte
TECNINVEST	3	1 No Pinhal Sul 1 no Baixo Mondego e 1 no Pinhal Interior Norte
Atelier de Arquitectura Lda.	4	2 No Dão – Lafões, 1 Pinhal Interior Norte e 1 na Serra da Estrela
Projecto Plano	2	1 Na Região do Baixo Mondego e 1 no Pinhal Litoral

**Figura 4.16 – Distribuição geográfica dos PDM's por equipa e sub-região NUT's II.**

Mais, no que diz respeito às atracções existentes em cada concelho, cabe referir que o seu inventário e estudo não foram realizados, ficando muitas vezes reduzidos ao levantamento de feiras, romarias, mercados e outros eventos de cariz popular, sendo que, por exemplo, o número de museus e seus visitantes é praticamente negligenciado, quando estes são, da literatura estudada, uma das principais atracções culturais das cidades, assim como a existência de monumentos nacionais como é o caso dos mosteiros do Lorvão ou do mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgo Batalha, que apesar de classificados pela UNESCO como património da Humanidade não foram objecto de nenhum estudo no âmbito dos PDM's.

As questões de acessibilidade, estacionamento (só 11 planos possuem indicação para lugar de estacionamento de veículos pesados de passageiros com fins turísticos) e sinalização, são muito raramente afluídas pelos estudos quando acontecem, limitam-se a enumerar um conjunto de intenções.

A todos estes factos não deve ser alheia em parte a pouca sensibilidade das equipas para considerarem o turismo mais do que uma actividade económica a ser planeada, algo que acontece por si, sem necessidade de integração no sistema de planeamento municipal.

Esta afirmação é corroborada pelo inquérito telefónico levado a cabo. A análise dos planos e os dados obtidos com as entrevistas telefónicas levam a concluir que na sua maioria os Planos Directores Municipais são, como afirma (Portas, 1995,2003), regulamentos e plantas “onde não se pode construir”, respondendo reactivamente aos problemas dos usos que competem pelo território.

Com efeito, 76% dos técnicos consideram que o PDM é o plano mais importante para a gestão do território, mas apenas 2,6% consideram que o turismo é parte integrante do planeamento urbano do território, sendo que dos que responderam negativamente, 24,4% afirma que o Plano é importante para a gestão corrente a nível do licenciamento de obra e que o turismo não fazendo parte do planeamento urbano, faz parte das competências dos vereadores, nomeadamente da cultura, que podem ter a seu cargo a promoção do concelho (21,8% das respostas). Contudo para a maioria, 64% dos inquiridos, o turismo é importante para o desenvolvimento do concelho. Estes dados corroboram a ideia de que é por vezes difícil a integração do turismo no planeamento urbano a local, já que a percepção geral é de que este é uma actividade que possui fortes potencialidades para desenvolver economicamente o território, mas que está a cargo dos particulares o seu desenvolvimento, cabendo ao poder local a sua promoção e divulgação, e não a inclusão no planeamento de cada município.



Cabe referir que os regulamentos são em média extensos, variando entre os 23 artigos de Santa Comba Dão aos 97 do regulamento de Leiria. A média encontrada é de 55,3 artigos a que corresponde um desvio padrão de 15 artigos. Dentro dos regulamentos, apenas 32% possuem artigos relacionados com o turismo e 19% é que possuem secção do regulamento com um ou mais artigos relacionados com o turismo, o que demonstra mais uma vez a relativa pouca importância no tratamento do sector quando comparado com outros sectores cujo peso nos planos é muito superior, como o sector agrícola ou o florestal.

Destes cabe referir que em 8 dos planos permite-se a construção de unidades de turismo em espaço rural e campos de golfe em terrenos de Reserva Agrícola Nacional (Castelo Branco, Coimbra, Condeixa a Nova, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Mação e Nelas), sendo que 17 permitem que a Reserva Ecológica Nacional possa ter aproveitamento turístico.

#### **4.4 Modelo de optimização de variáveis envolvidas no turismo**

##### **4.4.1 Nota explicativa**

Os dados primários recolhidos directamente nos planos, como se viu na secção anterior, e os dados secundários foram introduzidos numa matriz (ver Anexo I), para serem analisados estatisticamente. Pretendia-se verificar como é que o turismo tinha sido introduzido no planeamento local, concretamente como estava contemplado nos Planos Directores Municipais, e que importância lhe tinha sido atribuída aquando da sua elaboração.

Os dados primários recolhidos tiveram como base, por um lado, os elementos característicos, a Tabela 2.2, como medida da presença da indústria turística nos estudos do plano; por outro, a Figura 2.2, onde estão mencionados de forma sucinta os recursos que podem constar do inventário que serve de base a qualquer acção de planeamento do turismo e ainda, os elementos que Costa (1998), classifica de “áreas de intervenção estratégica” que o inventário deve conter, nomeadamente: o número e a distribuição geográfica dos turistas e excursionistas; a previsão da evolução da procura e a avaliação dos locais para onde os novos fluxos pudessem ser dirigidos; a avaliação dos seus impactos económicos (multiplicador), socio-cultural e ambientais.

Assim, depois de verificar em cada plano que itens atrás mencionados tinham sido objecto de integração nos estudos de caracterização (prévios), procurou-se aferir o grau de importância que o turismo tinha tido nestes estudos, pela quantidade dos itens tratados.

Assim surgiu uma classificação cumulativa da importância atribuída nos estudos ao turismo, onde o número posterior engloba novas características e tem ainda a possibilidade de englobar as várias características do número anterior, classificação essa que variou entre um e oito (ver Tabela 4.10). O um correspondeu à total ausência de estudos do sector e o oito foi atribuído ao Plano Director Municipal que fez um estudo mais aprofundado do sector. O valor oito foi atribuído ao concelho que realizou um inquérito à procura (turistas) e que incorporou, nas propostas do plano, vários dos resultados nele obtidos, nomeadamente a necessidade de recuperar o património visto pelos turistas como degradado, a necessidade de maior qualidade dos edifícios novos, mais espaços verdes arborizados com mobiliário urbano adequado, a reflorestação de áreas ardidas, a despoluição e limpeza de linhas de água, uma maior limpeza dos espaços não construídos e modificações na recolha do lixo, uma maior sinalização e ainda a elaboração de folhetos e brochuras para fazer face à carência detectada de explicações e informações sobre o Concelho.

**Tabela 4.10 – Grau de importância atribuído ao estudo do sector tendo em atenção as características do seu estudo nos Estudos Prévios.**

Características (resumo ver tabela em anexo)	Grau de importância
<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem qualquer levantamento de dados ou com uma leve referência escrita.</li> </ul>	1
<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem qualquer levantamento de dados próprios mas mencionando estabelecimentos comerciais e de restauração na análise das actividades económicas fazendo uma leve referência a alojamentos.</li> </ul>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentam alguns dados relacionados com o número de unidades hoteleiras e a sua capacidade.</li> </ul>	3
<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento das unidades hoteleiras e do número de camas e dormidas.</li> </ul>	4
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pequeno inquérito elaborado à oferta de unidades hoteleiras para obtenção de dados sobre o tipo de hóspedes e a duração da estadia.</li> </ul>	5
<ul style="list-style-type: none"> <li>Inquérito à oferta e recolha de dados mais profunda, incluindo outro tipo de alojamento e dados referentes à restauração e a levantamento de certos recursos como o artesanato e feiras e mercados.</li> </ul>	6
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recolha de dados aos vários tipos de alojamento, englobando um levantamento dos estabelecimentos de restauração e de alguns de lazer, como discotecas, e afins e estudo da procura com os dados disponíveis pelo INE e pela DGT e possibilidade de levantamento de potencialidades e perspectivas de evolução.</li> </ul>	7
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recolha de dados recorrendo não só a inquérito nem ao INE, mas também a outras fontes bem como a elaboração de propostas com base em inquérito lançado à procura tendo em atenção sugestões na proposta fruto da consulta à procura.</li> </ul>	8

A variável assim definida constitui a variável dependente analisada: o grau de importância atribuído ao sector pelos planos nos seus estudos, foi posteriormente sujeita a uma série de testes fruto das hipóteses de investigação, onde se procuraram encontrar evidências estatísticas capazes de explicar esta variação. Cabe referir a tentativa de se verificar como o turismo tinha sido contemplado nas Propostas dos Planos e se as propostas (medidas pelo número de tipos de turismo propostos), como seria de esperar, se baseavam em estudos capazes de as sustentar tecnicamente.

Elaborou-se assim um modelo com uma série de variáveis independentes que se pensou poderem de alguma forma explicar o comportamento da variável dependente.

Cabe referir, contudo, que dos inúmeros testes levados a cabo recorrendo ao Programa SPSS, para analisar estatisticamente as questões atrás mencionadas (Anexo I), muitos dos testes foram inconclusivos, apresentando-se seguidamente os que mostraram evidência estatística relevante.

#### **4.4.2 Modelo de optimização de variáveis envolvidas no turismo**

Da análise da Figura 4.17, constata-se que cerca de 63% dos PDM's analisados não trataram o turismo nos seus estudos prévios com dados quantitativos e qualitativos. Com o grau de importância em média a ser de 2,02 numa distribuição não normal, fortemente influenciada pelos 49 PDM's que não atribuíram nenhuma importância ao estudo do sector do turismo nos estudos prévios.

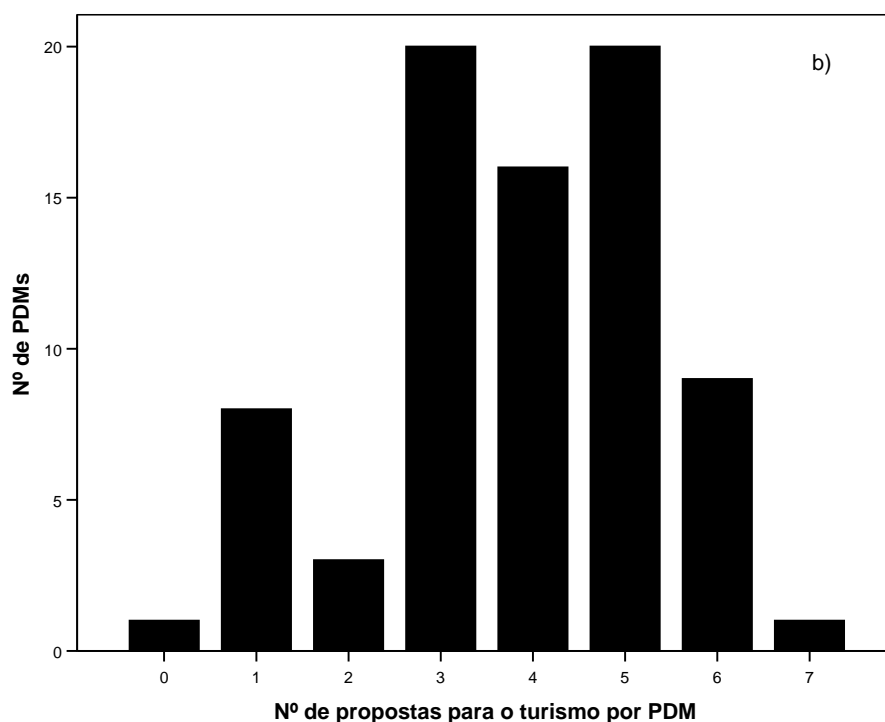
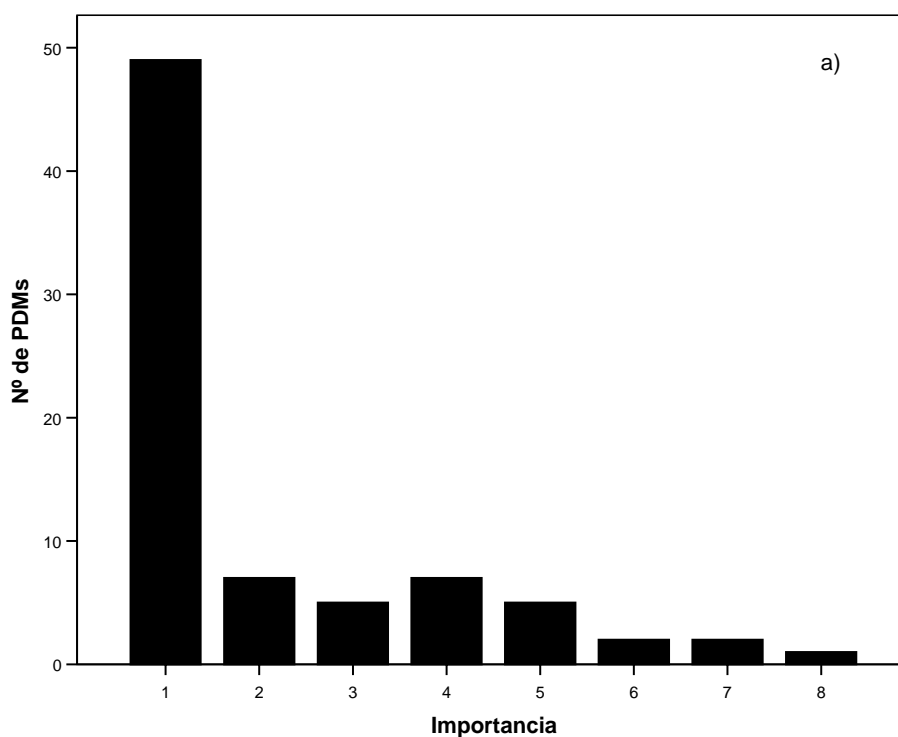
Dos 37 % (49 PDM's), que lhe atribuíram alguma importância, para a explicação da diferença de tratamento procurou-se encontrar os factores que expliquem essa variação, tendo-se realizado uma série de testes (ver Anexo), dos quais se apresentam apenas os que possuem um significado estatístico forte.

Dos testes realizados, há uma tendência significativa para que o maior número de propostas para o turismo seja da responsabilidade dos planos que menos importância atribuíram ao Turismo no PDM, sendo que contudo esse valor não é estatisticamente significativo, apenas indica uma tendência, com o número de propostas a atingir uma média de 3,83 numa distribuição praticamente normal.

Da análise estatística constatou-se que a variação da importância atribuída ao estudo do sector do turismo em cada PDM é maior nas zonas do litoral. Constata-se isso mesmo nos municípios que possuem praia. Nestes é substancialmente superior a importância atribuída ao estudo do turismo do que nas outras áreas consideradas. Assim, da Figura 4.18 constata-se que os PDM's do litoral atribuem significativamente mais importância ao turismo do que os do interior e da raia, não existindo diferenças significativas entre estes últimos – interior e raia.

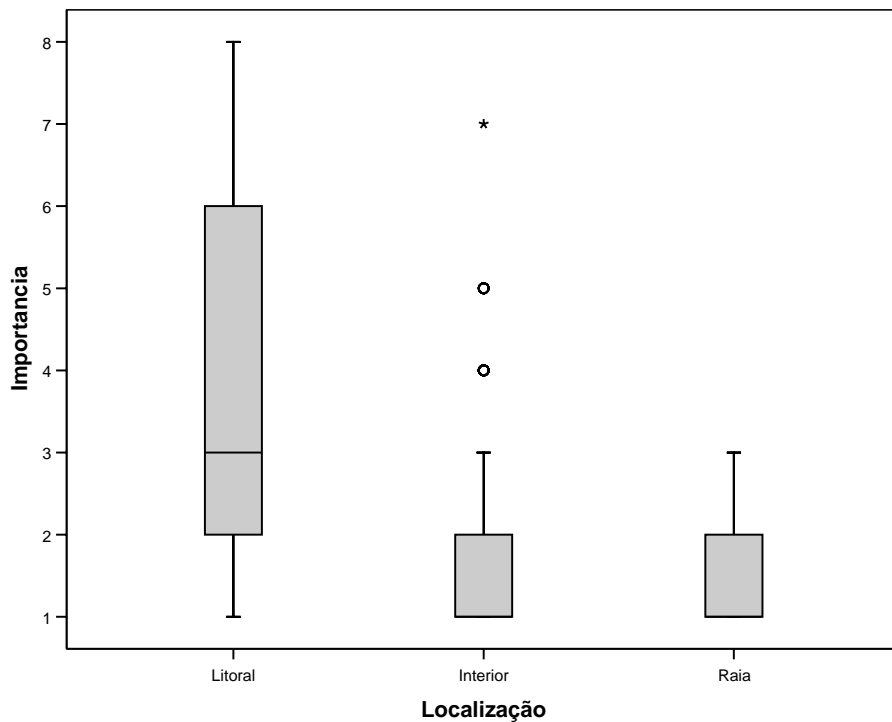
Do gráfico 4.19 destaca-se que quanto maior a população (média temporal), maior é capacidade de alojamento medida pelo número de camas disponíveis no Concelho. Este teste foi elaborado entrando com todos os municípios e entrando só com aqueles que tinham dado uma importância superior a 1 sendo que em ambos os testes, a importância atribuída está fortemente relacionada com

o tamanho da população. Para o efeito calibrou-se melhor o teste introduzindo-se a média entre os valores da população<sup>51</sup> e do número de camas para procurar atenuar quaisquer diferenças existentes no período em estudo nos concelhos nos anos considerados.

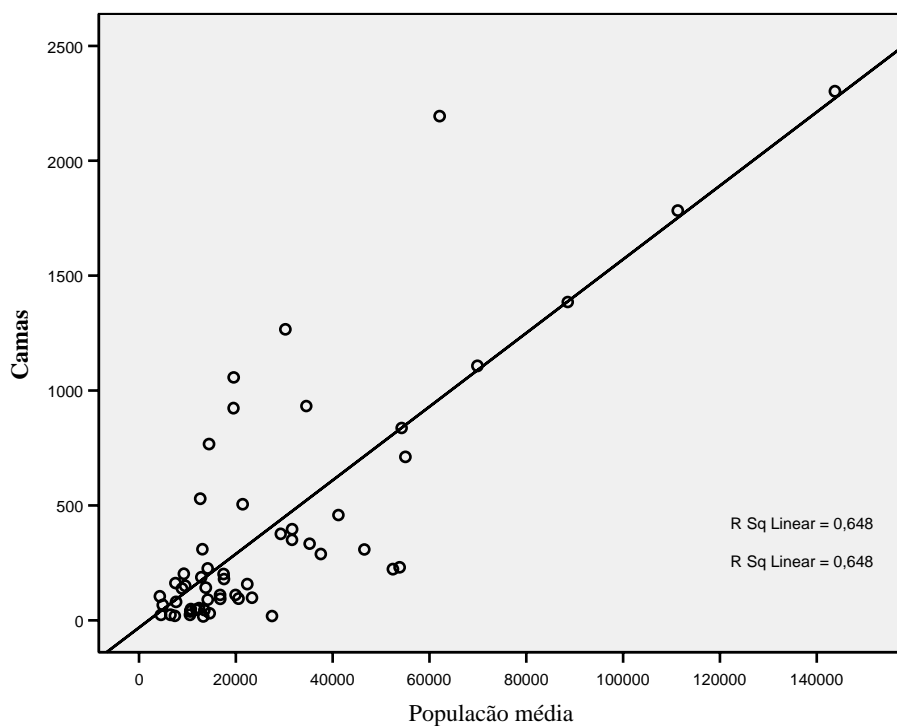


<sup>51</sup> - Considerou-se que a população era a média entre os dados obtidos entre 1999 e 2001 porque apesar de existirem Planos executados mais próximos de uma ou de outra data, os valores da população para as duas datas são altamente correlacionados (coeficiente de correlação de Pearson = 0,997; Probabilidade <0,001; n = 78 PDM's).

**Figura 4.17 – Variação de (a) grau de importância do turismo (média = 2,12; desvio padrão = 1,78) e (b) número de propostas para o turismo por cada um dos 78 PDM's analisados (média = 3,83; desvio padrão = 1,54).**

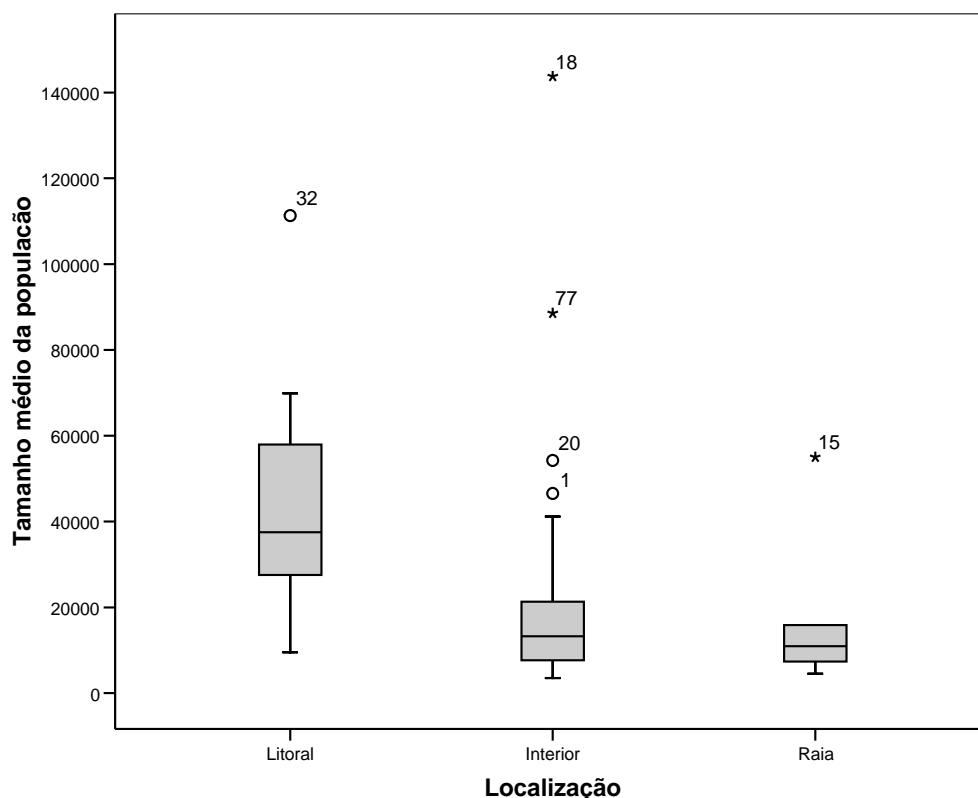


**Figura 4.18 – Variação da importância atribuída ao turismo em cada PDM por localização: litoral (n = 11), interior (n = 61) e raia (n = 6), mostrando a média, quartis e amplitude (pontos e asteriscos são 'outliers'). Os PDM's do litoral atribuem significativamente mais importância ao turismo do que os do interior e da raia, não existindo diferenças significativas entre estes últimos (teste de Mann-Whitney: litoral vs. Interior - U = 163; P = 0.002; litoral vs raia - U = 13,5; P = 0.041; interior vs raia - U = 178; P = 0.88).**



**Figura 4.19 – Variação da distribuição da capacidade de alojamento medida pelo número de camas com a população. Existe uma associação positiva entre a importância atribuída aos estudos do turismo e a população média ( $\text{importancia} = 1,6 \times \text{população} + 2,4 \times 10^{-5}$ ;  $F_{1;76} = 9,2$ ;  $P = 0,003$ ,  $R^2 = 0,108$ ).**

Procurou-se no teste apresentado na Figura 4.20 verificar como a importância atribuída nos estudos prévios dependia do tamanho da população e da localização da população que maioritariamente está situada no litoral. Este foi fortemente conclusivo e vem reforçar o teste anterior ao evidenciar estatisticamente que a importância é maior quando estamos perante populações grandes que se situam maioritariamente no litoral.



**Figura 4.20 – Importância do Tamanho da população e da localização (Litoral, Centro, Raia), na importância atribuída ao tratamento do sector do turismo (Regressão logística: Logaritmo de LiKelihood do modelo = -51,5;  $P = 0.019$ ; Graus de Liberdade = 1).**

Posteriormente procurou-se ver se o número de hóspedes é explicado pelo número de camas e pela população. Como seria de esperar dos testes atrás referidos, a população e o número de camas estão muito relacionados. Se juntarmos todas as variáveis verificamos que o número de hóspedes é explicado em cerca de 80% pelo número de camas e pela população.

Ambas as variáveis, número de camas e população, explicam o número de hóspedes, GLM: modelo  $F: 2,24 = 55,6$ ;  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,82$ ).

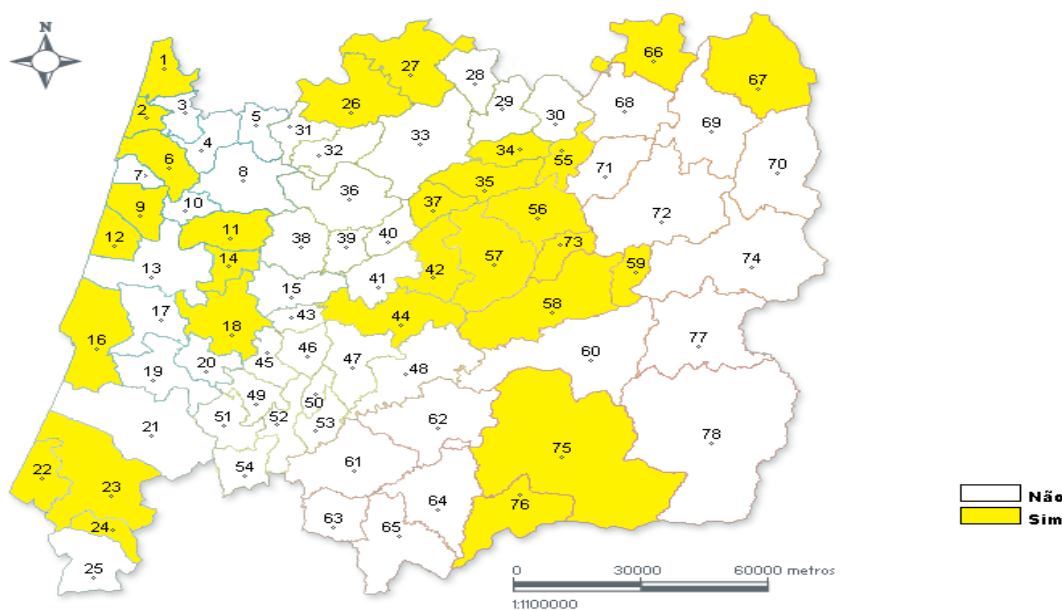
Deste teste, atendendo a que não é uma relação de causa efeito que existe entre os números de hóspedes e a população/número de camas, pode-se concluir estatisticamente que população e número de camas influenciam de forma independente entre si o número de hóspedes. Estes são

atraídos pela disponibilidade de alojamento, mas também pela massa crítica intimamente ligada aos espaços onde as atracções e o entretenimento ocorrem nos municípios mais populosos.

#### 4.5 Análises complementares

Procurou-se completar e reforçar os resultados obtidos através do modelo estatístico com análises complementares dos dados nomeadamente através da sua colocação em mapas e assim, por “sobreposição”, cruzar informação. Assim, analisou-se cartograficamente não só a importância atribuída ao sector do turismo definida, como já foi mencionado, mas também outros elementos, nomeadamente a existência no plano de objectivos relacionados com o turismo, que políticas e acções lhes são inerentes, e que propostas foram preconizadas pelas equipas.

Da Figura 4.21 é possível observar em que concelhos é que o turismo foi objecto de estudo nos planos.

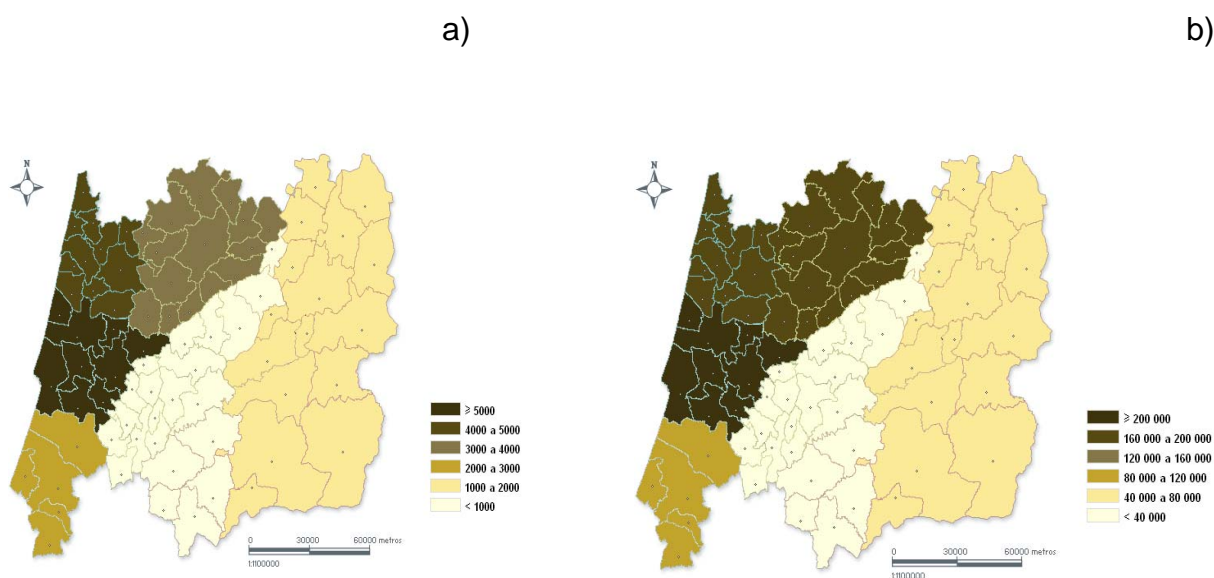


**Figura 4.21 – Concelhos cujos Planos atribuíram alguma importância ao turismo nos estudos prévios (caracterização).**

De todos os planos, como foi referido, 37%, dos planos atribuíram importância ao estudo do sector nos seus estudos de caracterização (em alguns planos dominados de prévios).

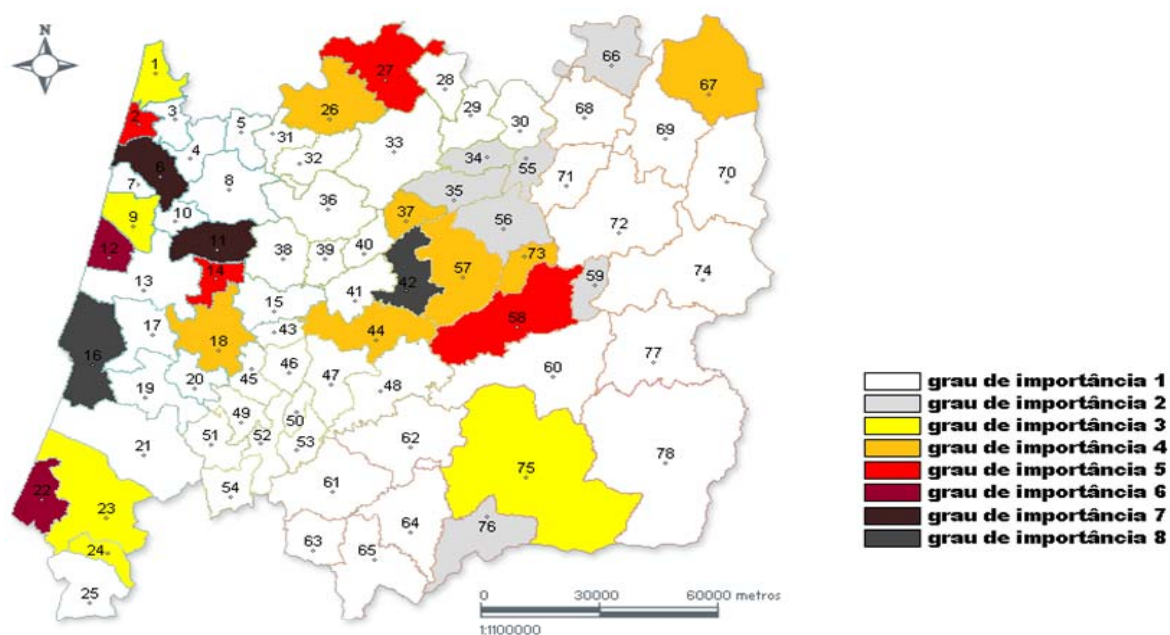
Comparando a Figura 4.22 com as Figuras 4.4 e 4.5, 4.23 e 4.24, e com as indicações da caracterização da região (secção 4.1), verifica-se que os municípios que elaboraram um estudo mais profundo do turismo nos planos são, maioritariamente, aqueles em que o sector do turismo está mais desenvolvido e onde a população está mais concentrada, verificando-se que se distinguem três eixos:

- i. Litoral onde oito, dos onze concelhos com linha de costa, deram importância ao estudo do turismo, o que seria de esperar, atendendo a que o produto sol e mar é o mais presente no panorama nacional;
- ii. Coimbra, Mealhada e Anadia, onde existem duas das estâncias termais mais importantes da Região Cúria e Luso, e um produto gastronómico de importância como é o Leitão, e ainda a maior cidade da região, Coimbra, que possui também a maior oferta hoteleira;
- iii. Concelhos na zona de influência da Serra da Estrela e do Rio Mondego e seus afluentes, zonas de grande beleza natural e onde vários dos parques de campismo da Região Centro se localizam (Côja, São Gião, Ponte das Três Entradas, Avô, Oliveira do Hospital entre outros);



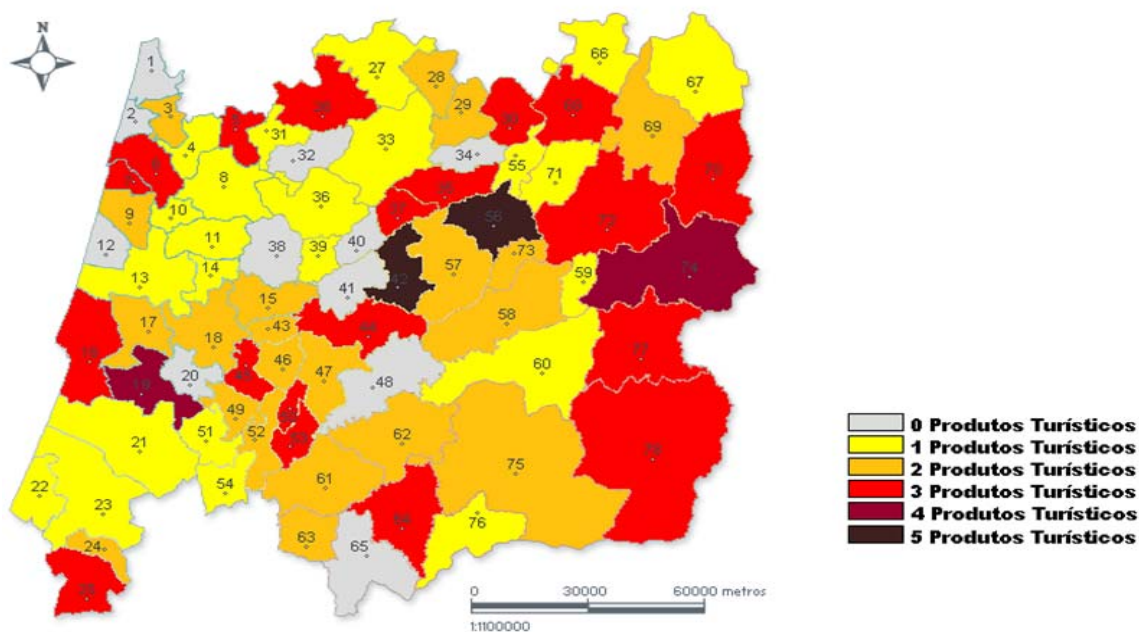
**Figura 4.22 – Distribuição da disponibilidade de alojamento pelo número de camas (a), e pela distribuição dos hóspedes (b) em estabelecimentos hoteleiros, por NUT's II (a partir de INE, 2006).**





**Figura 4.23 – Representação espacial da importância atribuída ao turismo nos estudos prévios.**

Em relação à distribuição geográfica das propostas no âmbito do turismo, na Figura 4.24, estas, por comparação com a Figura 4.22, ocorrem em maior número em vários concelhos onde nenhum estudo do sector foi conduzido, donde não possuem estudos que as suportem e as validem tecnicamente.

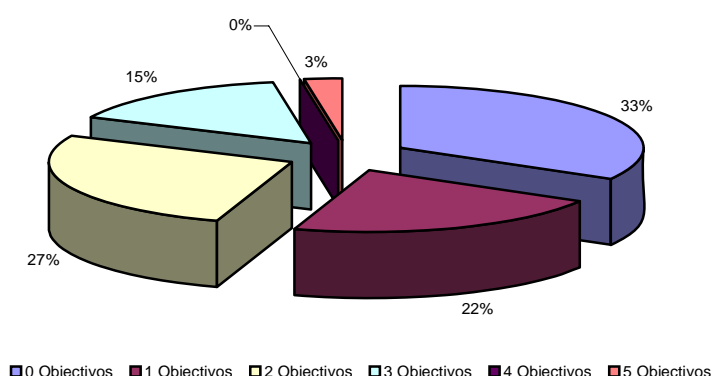


**Figura 4.24 – Distribuição espacial dos Concelhos que mais propostas apresentam para o Turismo.**

Se contudo se procurarem padrões de actuação de acordo com o tipo de contratualização dos planos, se foram elaborados por equipas das autarquias ou se foram por equipas exteriores, não é possível graficamente verificar nenhuma tendência: a título de exemplo, dos dois planos que mais propostas apresentam um foi elaborado pela edilidade Municipal, correspondendo ao plano que mais estudos apresentaram, enquanto que o outro, sendo também de autoria camarária, não apresenta quaisquer estudos de suporte às suas propostas. Mais em nenhum dos planos são apontadas metas quantificadas a serem alcançadas pelos planos.

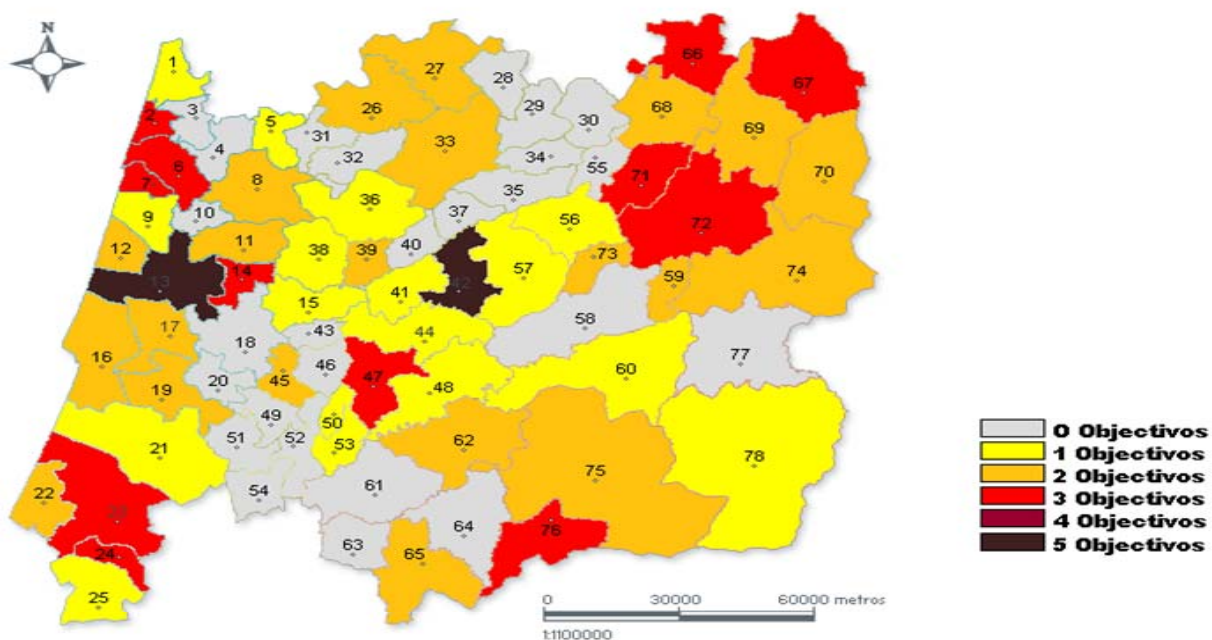
### *i) Objectivos dos planos*

No que concerne ao turismo, e embora como já foi referido a maior parte dos planos não possua um estudo do sector nos estudos de caracterização, é possível encontrar em mais de 70% dos planos, entre os objectivos genéricos dos planos, vários relacionados com o turismo (Figura 4.27). De salientar que apenas 3% dos planos tinham mais de quatro objectivos a alcançar na área do turismo, e destes, cabendo referir que um é o concelho que mais estudos elaborou para o sector, sendo que o outro não elaborou praticamente nenhuns estudos, como mencionado anteriormente.



**Figura 4.27 – Soma agregada dos objectivos relacionados com o turismo nos 78 Planos.**

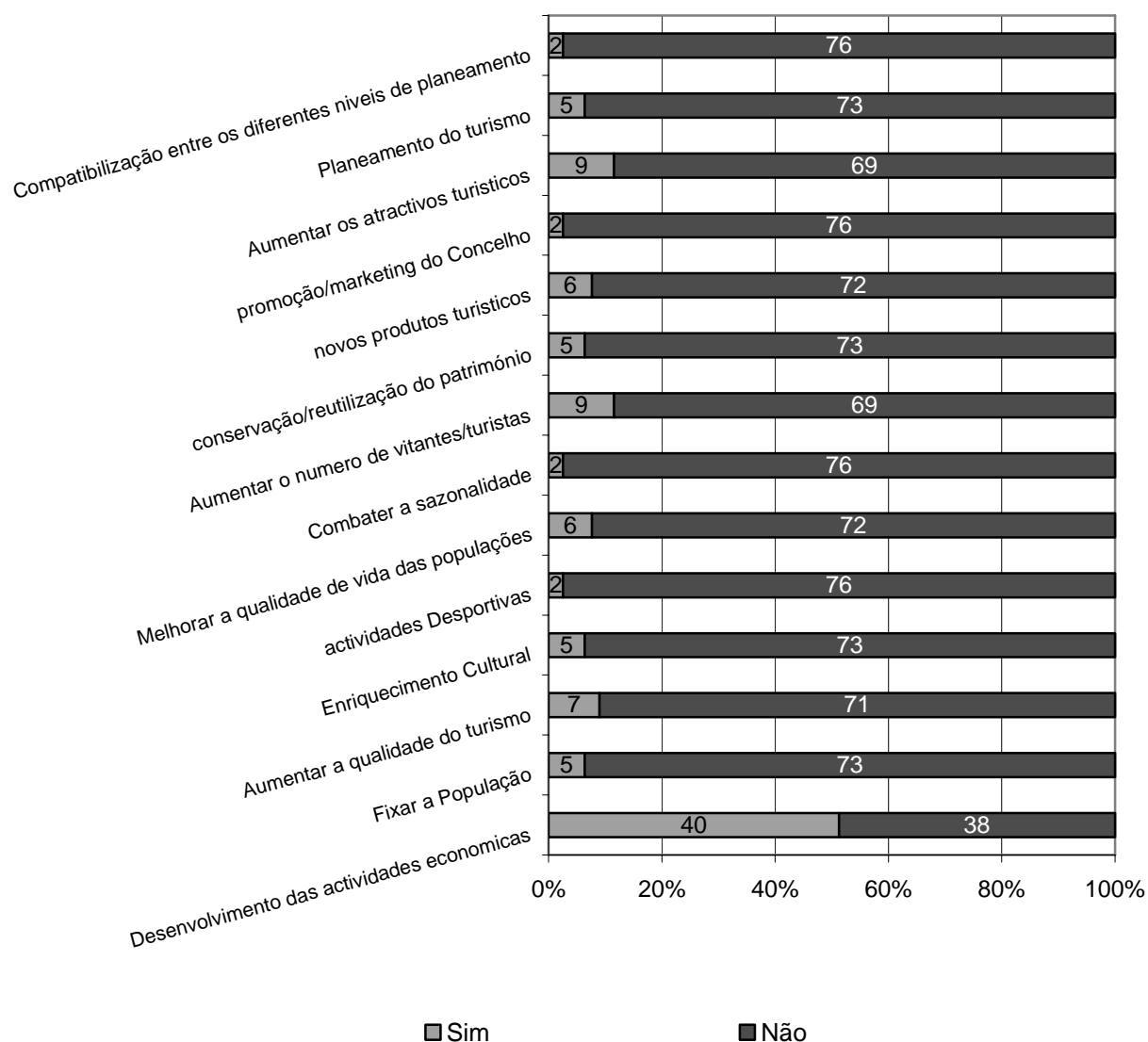
A distribuição espacial dos objectivos dos diferentes planos para área do turismo não apresenta nenhum padrão em termos espaciais, não sendo possível através da análise gráfica concluir, nomeadamente, que exista qualquer relação entre as diferentes equipas que elaboraram os planos e os objectivos que se propuseram concretizar para o turismo com o plano, se bem que para o Pinhal Sul e Dão-Lafões, ambas com 5 PDM's elaborados por um único gabinete, nenhum objectivo foi assinalado.



**Figura 4.24 – Concelhos em que o PDM apresentou objectivos a serem alcançados na área do Turismo.**

Os objectivos contemplados nos planos referentes ao turismo são extremamente diversos e por vezes muito vagos na sua formalização (Figura 4.25), contudo, é de salientar que na maior parte dos PDM's pretende-se desenvolver o turismo como forma de potenciar o desenvolvimento das actividades económicas, sobretudo na metade interior da região correspondente às zonas mais desfavorecidas em termos económicos e demográficos, e no litoral, onde existe já a maior parte da procura e da oferta turística, o que vem ao encontro da percepção do facto de o turismo possuir um grande potencial para dinamizar as economias locais, quer em regiões desfavorecidas economicamente e demograficamente (aliás é proposto o turismo como forma de aumentar a população em cinco concelhos três, dos quais na sub-região da Beira Interior Norte, onde a população tem vindo a diminuir ao longo do tempo), quer nas regiões onde o seu potencial ainda não foi alcançado como é o caso do litoral da Região Centro, ainda com uma captação de turistas e um dotação de meios de alojamento muito inferior a outras regiões do território nacional

Os demais objectivos são considerados em muito poucos planos, cabendo referir que o aumento dos atractivos turísticos, o aumento do número de visitantes/turistas e o aumento da qualidade do turismo aparecem em cerca de 10% dos planos. Importa ainda sublinhar que o aumento da qualidade do produto oferecido é uma preocupação para dois dos maiores centros turísticos da região; Figueira da Foz e São Pedro do Sul (Figura 4.26).



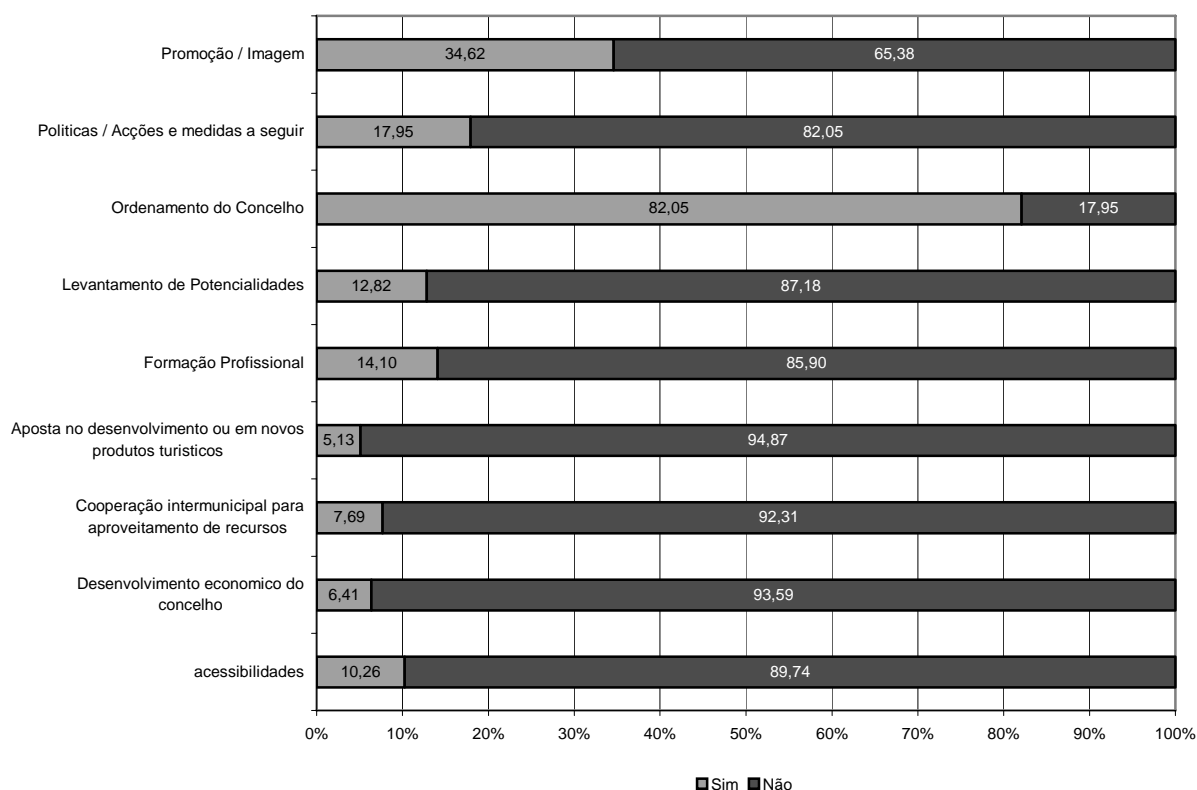
**Figura 4.25 – Objectivos a alcançar pelos planos encontrados mais mencionados.**

## ***ii) Políticas e acções propostas***

Na formulação de políticas e de acções para alcançar os objectivos pretendidos, estas quase se confundem com os objectivos propostos. Nestas, o ordenamento do território é a acção mais proposta (81% dos planos), entendido de forma genérica como sendo a acção fundamental a da compatibilização de usos distintos no território, uma abordagem essencialmente de regular fisicamente a sua localização, muito ligado à concepção tradicional de plano (Plano Produto) (Figura 4.27).

No que diz respeito às acções preconizadas, a promoção da imagem é a que maior consenso reúne (41 %), sobretudo nos concelhos da metade interior norte da região (Figura 4.28) e os que acompanham o rio Mondego, evidenciando de certo modo a predisposição dos autarcas para

assumirem a promoção do seu concelho como um factor da sua competência. Para tal, são mencionadas formas de promoção e divulgação da imagem do concelho, sendo as mais comuns a elaboração de brochuras e folhetos explicativos, (43%), bem como a participação em feiras de artesanato e de gastronomia (34%).



**Figura 4.26 – Distribuição espacial dos objectivos mais comuns relacionados com o turismo a serem alcançados nos PDM's.**

### *iii) Produtos turísticos propostos*

Em termos de produtos turísticos propostos, cabe referir que o turismo rural e o turismo de natureza são dos mais propostos, juntamente com o turismo cultural, sendo que bastante distante do turismo aparece a proposta de saúde (Figura 4.29).

Nas propostas apresentadas, pelo menos para os seis produtos mais frequentes é possível encontrar um certo padrão geográfico na sua apresentação. Assim, o Turismo de Natureza, Turismo Cultural e Turismo Rural são apostas sobretudo dos concelhos do interior da região e da raia, onde a densidade populacional é muito menor e onde as condições naturais são bastante favoráveis (Figura 4.30).

O Turismo de Saúde é proposto em vários concelhos, sobretudo na sub-região Dão-Lafões, a partir das Termas de São Pedro do Sul, potenciando-se assim a formação de um cluster de termalismo, o mesmo acontecendo na zona raiana na influência das termas de Monfortinho, aproveitando as inúmeras fontes termais aí existentes com qualidades terapêuticas.

O golfe é proposto em sete concelhos em que cinco pertencem à sub-região do Baixo Mondego, acompanhando o eixo Figueira da Foz, Coimbra, Mealhada.

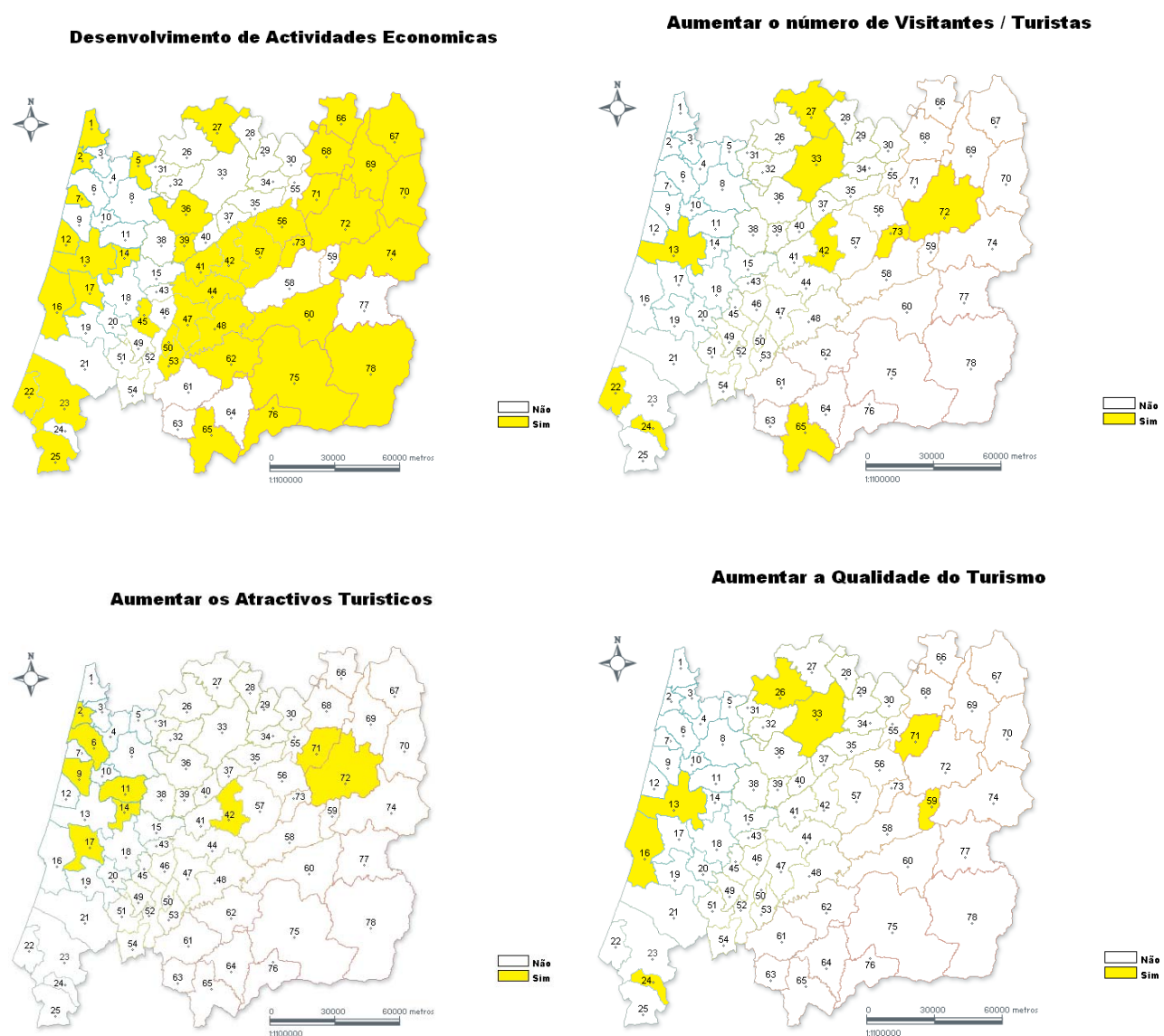
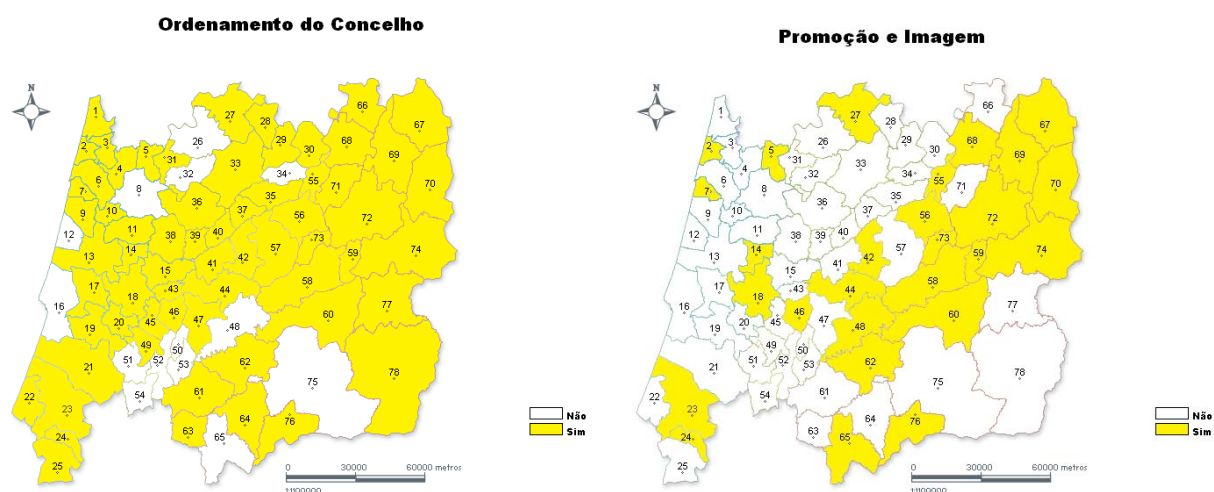
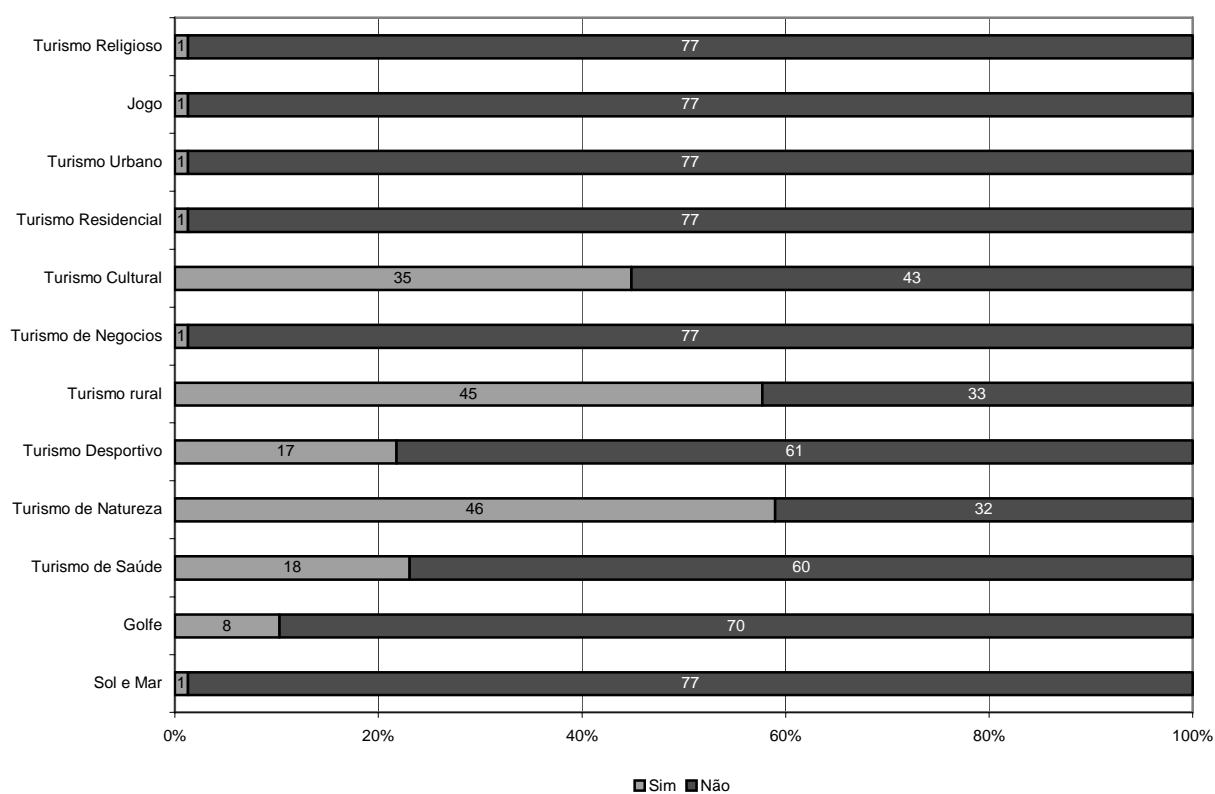


Figura 4.27 – Proporção das propostas de políticas e acções para o turismo nos PDM's.





**Figura 4.28 – Distribuição geográfica das principais políticas e acções propostas para a região.**



**Figura 4.29 – Principais tipos de turismo propostos.**

De realçar a pouca sensibilidade para o turismo urbano, já que este é apenas proposto num concelho, Almeida, reflexo certamente da pouca sensibilidade para a sua importância e abrangência. Como na maior parte dos planos não foram elaborados estudos exaustivos do turismo nomeadamente com o levantamento de todos os recursos existentes nos concelhos, quer naturais,

quer construídos, quer humanos, quer culturais, não é pois de admirar que a maior parte das propostas seja muito idêntica entre os diferentes concelhos, incidindo sobre o que é comum a todos, ou seja, de forma genérica, (as excelentes condições naturais de toda a região), e não sobre as diferenças, sobre o que distingue cada concelho e pode proporcionar uma experiência única, diferente para quem o visita. Especificidades históricas, por exemplo, que podiam conduzir a um determinado tipo de turismo distinto dos demais não foram contempladas, como é disso exemplo Belmonte. Com a sua mesquita e a forte presença judaica, aliada à presença dos restos mortais de Pedro Álvares Cabral e a vários vestígios arqueológicos importantes, não materializou estas diferenças em propostas distintas, refugiando-se no mesmo tipo de proposta turística dos concelhos vizinhos: Turismo de natureza, turismo ligado ao aproveitamento cinegético do Concelho.

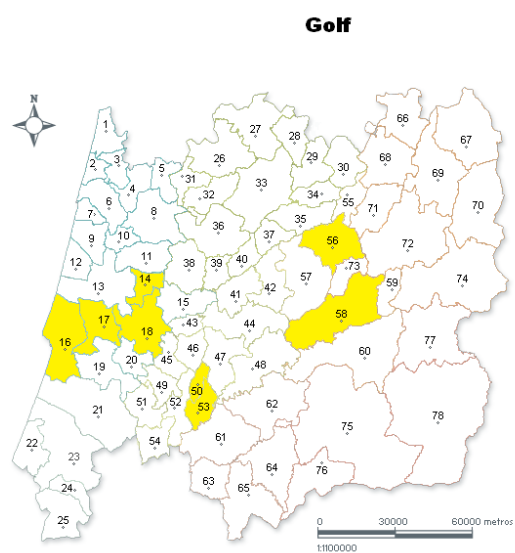
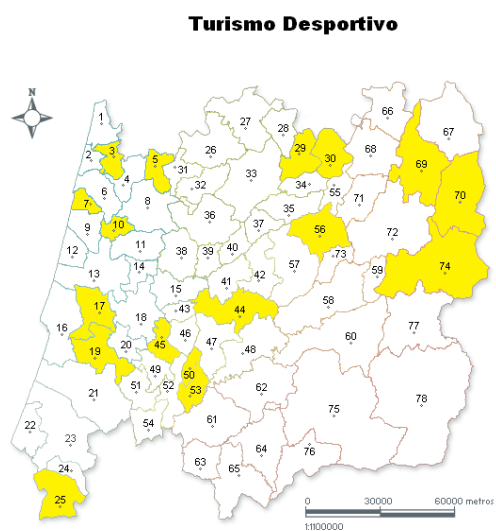
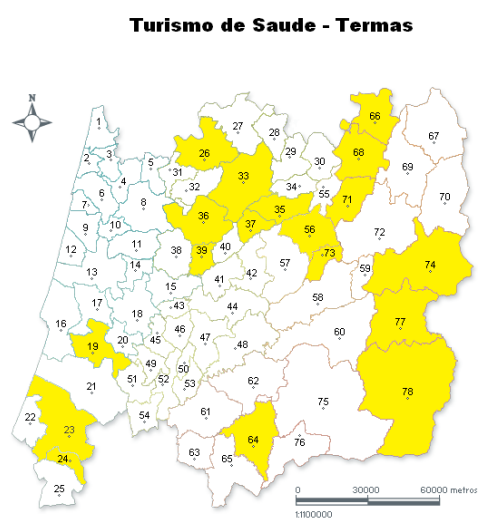
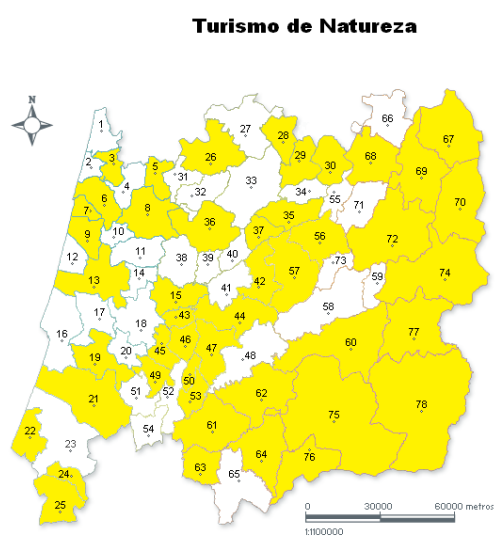
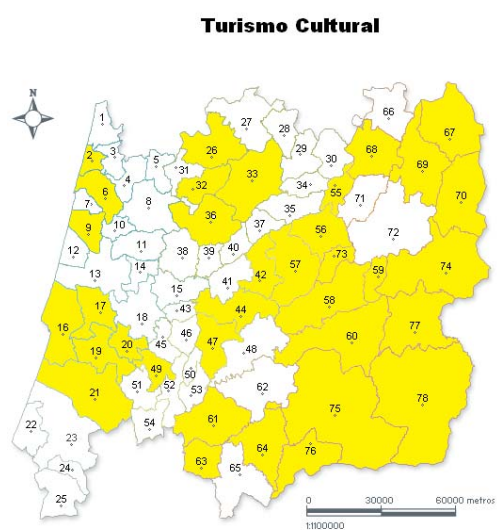
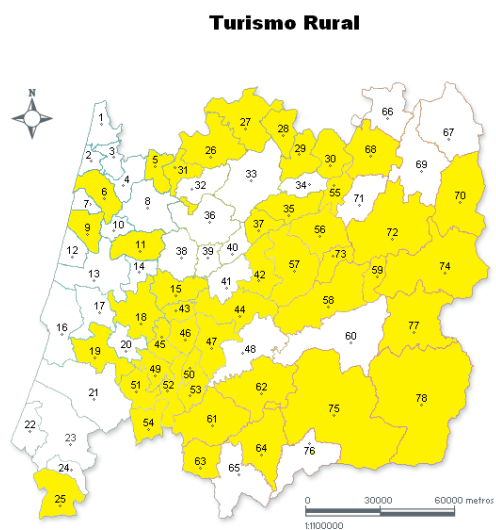
#### *iv) Método de Simpson*

Da análise dos diferentes PDM's, um número pouco significativo de itens do método de Simpson (2001), foram encontrados como significativos para os planos estudados (Figura 4.31), encontrando-se mencionados de uma forma genérica e muito pouco dirigidos, directamente, com o turismo.

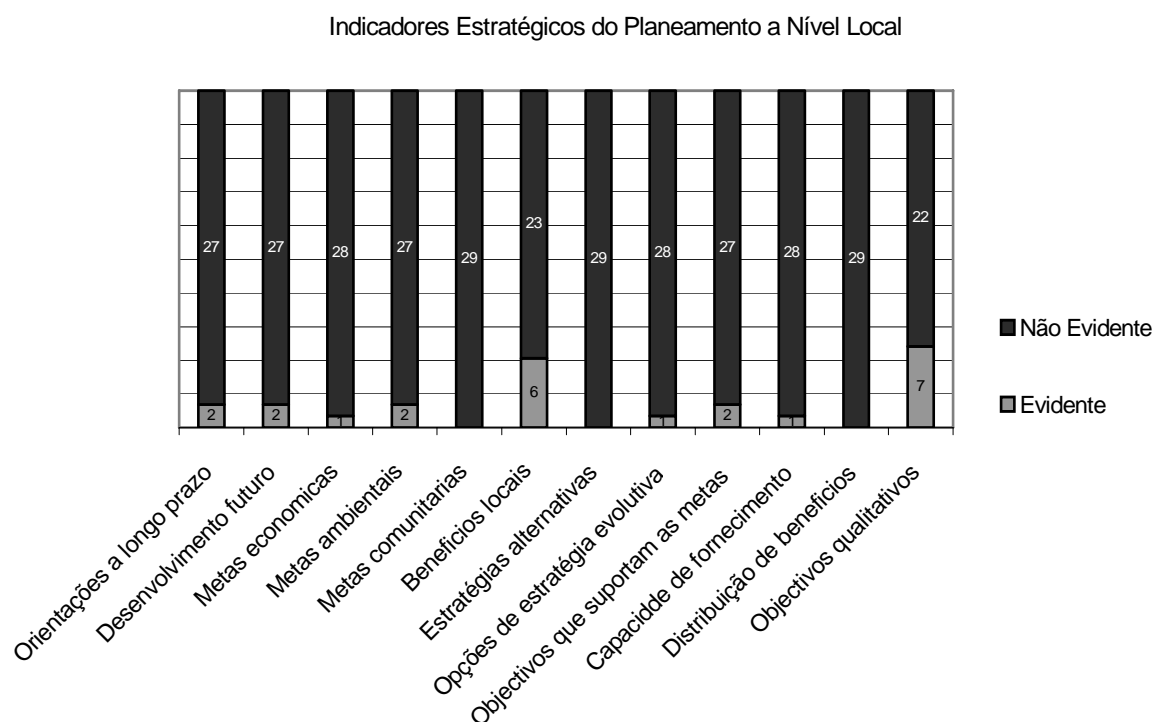
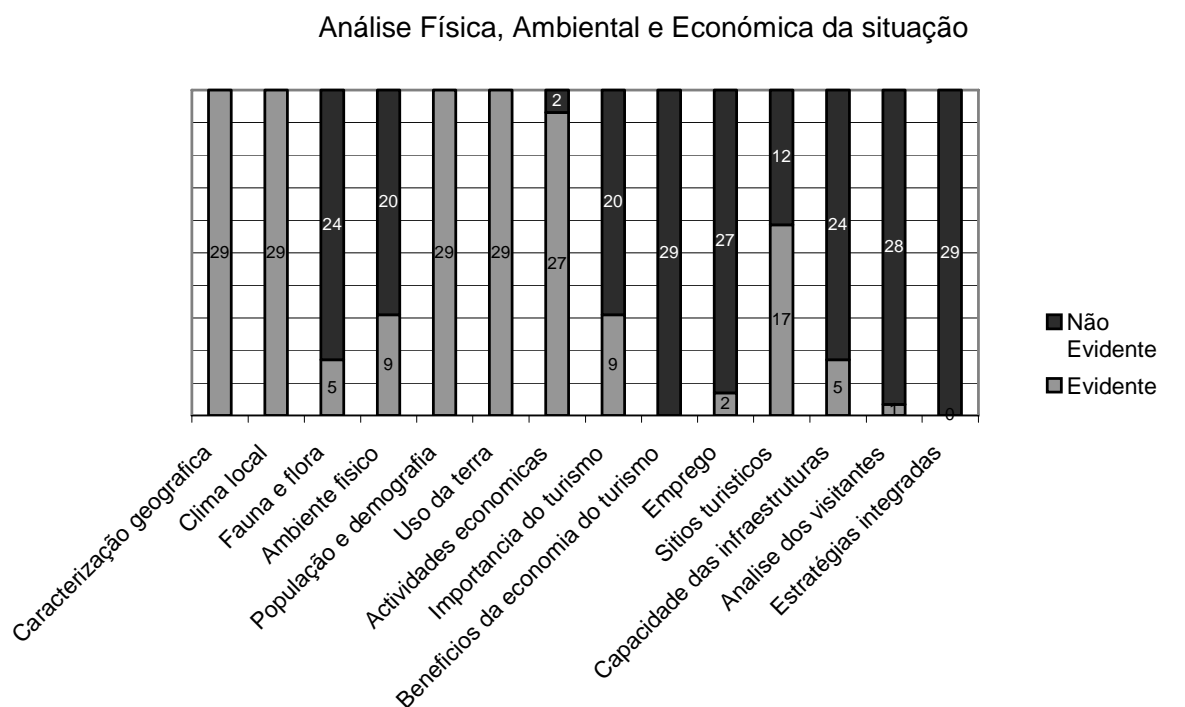
Da aplicação do método de Simpson aos planos estudados (ver secção 3 do Capítulo II), pode-se observar que com os dados disponíveis, os planos elaborados, no que concerne ao turismo não deram muita importância às questões da sustentabilidade medidas pela componente estratégica e pela participação pública no processo de elaboração do plano, dando apenas importância às questões relacionadas com o levantamento das características físicas do território e da população, mas não antevendo, mesmo nessas áreas, na maior parte dos casos, tendências futuras, muito menos numa área muito menos estudada pelos planos como foi o turismo.

O método implica que se verifiquem a aparente existência nos planos de uma série de componentes cujas características podem evidenciar e a existência de um planeamento sustentado, levando a que depois os planos sejam hierarquizados consoante o maior número de componentes que possuam. Só que os planos estudados não apresentam evidências sobre a existência da maior parte dos itens do método, à excepção das características físicas do território.





**Figura 4.30 – Distribuição espacial dos Tipos de Turismo propostos para a Região.**



**Figura 4.31 – Quadros síntese de alguns parâmetros detectados no âmbito da aplicação do método de Simpson (2001).**

Com os dados disponíveis não foi assim possível estabelecer uma hierarquia entre os diferentes planos e assim concluir se teriam na sua génese mais ou menos conceitos de sustentabilidade, visto que não se conseguiu resposta para a maior parte dos itens que compõem os diferentes quadros do método. Nomeadamente, nos planos analisados, só se conseguiu antever 26 itens passíveis de comprovação e, destes, só um plano, o de Albergaria-a-Velha, aparentemente, possui um maior número: neste plano, e da sua análise, foram detectados 5 itens do total de itens que se conseguiu encontrar nos diferentes planos, fruto sobretudo do tipo de participação pública, que aparentemente neste plano foi maior nas fases de elaboração do que ficou evidente nos demais planos.

A aplicabilidade do método aos planos estudados revelou-se assim inconclusiva, não sendo possível apenas pela consulta detalhada dos documentos que compõem o plano evidenciar se alguns itens foram ou não objecto de tratamento por parte dos planos, nomeadamente nas questões de estratégia. As questões de participação pública, como já foi referido dos documentos analisados, aparentemente cingiram-se ao estreito cumprimento da legislação, remetendo-se a participação pública a uma mera consulta após a conclusão do plano, como é definido em lei.

## **4.6 Notas finais**

Procurou-se encontrar um modelo que permitisse explicar de forma simples que variáveis estudadas tinham sido responsáveis pela importância atribuída ao estudo do turismo nos planos, a relação desta com o número de propostas mencionadas para o sector. Para tal realizaram-se uma série de testes com variáveis que se pensou poderem influenciar o comportamento da variável dependente como o facto de serem equipas exteriores às câmaras a influenciarem esta atribuição ou a existência de um monumento reconhecido em pelo menos dois guias<sup>52</sup>, que contudo se revelaram estatisticamente inconclusivos como o da relação entre o número de estudos e o número de propostas de “tipos de Turismo”.

Tendo presente a questão de investigação fundamental; o modo como o planeamento municipal através da sua figura de planeamento mais abrangente e mais utilizada na gestão diária, tinha incorporado o turismo aquando a sua elaboração, chegou-se à seguinte conclusão:

O turismo foi incluído nos PDM's dos Concelhos do litoral, com maiores número de habitantes, e com mais meios de alojamento, sendo que maiores populações e mais meios de alojamento

---

<sup>52</sup> -Guia Miclelin para Portugal (2004), e Guia de Portugal American Express:Dorling , (2006).

influenciam fortemente o número de hóspedes. Estes são atraídos pela disponibilidade de alojamento, mas também pela massa crítica intimamente ligada às zonas mais urbanizadas da região – aos espaços onde predominam as atracções e entretenimento – localizados maioritariamente no litoral.

Assim, poder-se-á concluir que, da forma como foi definida a variável “grau de importância”, que os planos trataram o turismo de forma maioritariamente reactiva, sendo o seu tratamento mais aprofundado quanto maior a importância do turismo no concelho - medida pela disponibilidade de alojamento e pelo volume de hóspedes (pelo número de camas e pelo número de hóspedes).

Mais ainda, as análises complementares que reforçam as conclusões encontradas estatisticamente e fornecem ainda outras indicações que, não sendo comprovadas estatisticamente, são bem visíveis em termos gráficos, nomeadamente que os planos que possuem objectivos na área do turismo propõem políticas e acções a seguir e propõem novos tipos de turismo para os diferentes concelhos sem que na maioria dos casos exista uma base técnica, evidente nos estudos de caracterização que sirva de base à formulação dessas propostas. Mais, na maior parte dos concelhos não foi elaborado um inventário de recursos disponíveis, o que de certa forma não permite que se obtenham indicações sobre especificidades locais que tornem únicas e diferentes as propostas na área do turismo. Daí que as propostas dos planos sejam muito idênticas entre si, privilegiando sobretudo o turismo de natureza, e o aproveitamento de diferentes habitações para turismo em espaço rural.

As diferenças encontradas quer ao nível dos estudos do turismo, quer ao nível das propostas aparentemente não possuem qualquer ligação com o facto de os planos serem elaborados por equipas do município ou por equipas exteriores, mas sim, na maior ou menor sensibilidade existente para com a questão do turismo por parte das equipas que os elaboraram.

Aparentemente, ainda, na maior parte dos casos o turismo é visto como uma actividade económica que pode ocorrer sem que para tal deva ser objecto de incorporação no sistema de planeamento local, algo que as entrevistas efectuadas a técnicos responsáveis pelo planeamento local corroboram.

Dos dados recolhidos, constata-se ainda que os planos executados são maioritariamente do tipo regulamentar, onde a participação pública ficou aparentemente circunscrita ao estrito cumprimento da Lei, sendo que alguns pretendem, dada a extensão dos seus regulamentos e o tipo de artigos, regular de forma minuciosa, os locais onde se pode construir.

O inquérito telefónico veio corroborar esta constatação e evidenciar que existe uma gestão corrente de conflitos ao nível do planeamento municipal, quer entre particulares e autarquias, quer entre esta e outras entidades e organismos de estâncias superiores e que o plano serve sobretudo para a gestão

do licenciamento de obra, tendo o mérito de pelo menos estabelecer critérios transparentes (bem ou mal constam no plano e estão à disposição de todos para consulta) para esse processo.

De referir que, pese embora a ausência de estudos de base, praticamente todos os municipais possuem objectivos e propõem acções e medidas no âmbito dos planos, o que mais uma vez realça a importância que é reconhecida ao turismo, mas que depois não é tida em conta nos objectivos e metas da quase totalidade dos planos estudados.

## *Capítulo V*

### **Metodologia de abordagem do sector do turismo nos PDM's**

#### **5.1 Introdução**

No capítulo anterior constatou-se que, apesar de na quase totalidade dos PDM's estudados, o planeamento do turismo não ter sido objecto de abordagem quer na formulação dos seus objectivos, quer sobretudo, nos estudos que lhe serviram de base, a sua importância a nível municipal é contudo reconhecida, e manifesta-se através do número significativo de propostas que estes contêm para o sector.

O reconhecimento do turismo como uma força social e económica parece ser assim uma evidência, que contudo não se materializa em políticas concretas e específicas nos planos estudados, devidamente fundamentadas.

Do atrás mencionado e tendo presente que existem numerosos exemplos de impactos negativos do turismo a nível local atribuídos, entre outros factores, à inexistência de planeamento, afigura-se necessária uma base coerente que sirva de guia ao crescimento concelhio sustentado do turismo, desde as suas fases iniciais de desenvolvimento.

Neste contexto, será de todo conveniente que estes o abordem através de uma metodologia que evidencie não só o carácter estratégico inerente à figura de PDM, como explicita de forma simples a estratégia pretendida, identificando os actores, as suas inter-relações, os subsistemas e as variáveis relevantes passíveis de uma regulação, aplicada à elaboração do plano para a área do turismo, tendo presente o carácter sustentável, criativo e integrado que o planeamento moderno deve assumir.

#### **5.2 Proposta de metodologia de abordagem do sector do turismo nos PDM's**

Tendo como base vários autores estudados, nomeadamente António Moreira (2000), Peter Hall (2002), Charles Landry (2004), Chris Cooper (2005), bem como o “*toolkit*” para o desenvolvimento do turismo a nível local, proposto pelo governo neozelandês em 2002, assim como

a actual legislação em vigor para a elaboração de planos municipais, uma metodologia de abordagem do turismo é seguidamente proposta, tendo presente que num mundo pós-moderno, o apoio ao turismo é uma parte integrante das aspirações de desenvolvimento de muitas autoridades locais.

De salientar que o turismo depende da existência de qualidades únicas que tornem o município digno de visita. Os governos locais não só fornecem, colaboram, organizam e publicitam actividades e acontecimentos capazes de atrair visitantes, como também fornecem as infra-estruturas básicas para a indústria do turismo, onde se incluem entre outras, as vias de comunicação, a sinalização, os sistemas de transporte, as atracções por ele geridas como museus, galerias de arte, complexos desportivos, parques, jardins, centros de exposições e feiras. São ainda responsáveis por manter, renovar e reinventar os recursos (naturais, culturais, humanos), que lhe conferem características únicas, dignas de visita, constituindo-se assim, em grandes “operadores turísticos”.

Neste contexto, vários são os princípios que estão subjacentes a uma metodologia de abordagem do turismo a nível municipal, nomeadamente:

- *Princípio da necessidade*, já que ao reconhecer que o planeamento é necessário, se está a mostrar um importante indicador de que a entidade governativa, a população e as demais organizações não governamentais, estão cientes da complexidade do sistema turístico e da necessidade de coordenação de todas as políticas de planeamento entre as quais se encontram as de turismo.
- *Princípio da sustentabilidade* na sua versão mais abrangente que engloba todas as vertentes, desde a social, cultural, ambiental e económica, numa óptica de maximização da aplicação de recursos humanos e naturais escassos, que permita e sustente a evolução futura do sistema, numa óptica de consideração sobre aos resultados a médio e a longo prazo. Para tal, o planeamento deve ser estratégico, deve assegurar a qualidade da experiência turística, deve ser coordenado, deve assegurar que a escala e o carácter da comunidade são respeitados, e deve envolver a participação de todos no processo de elaboração.
- *Princípio da participação* ao longo de todo o processo de planeamento, numa óptica de consenso, de informação e participação inovadora que sirva de estímulo e de consenso institucional, com uma visão contratualizada das opções e uma negociação com vista à satisfação dos diversos actores envolvidos no processo (residentes, turistas, organismos estatais, privados e organizações não governamentais).
- *Princípio da criatividade*, englobando a inovação aplicada não só às questões de organização municipal, onde preferencialmente os municípios deveriam dispor de uma

gabinete permanente de planeamento e inovação, integrando todas as valências municipais, onde a pesquisa deveria ser uma vertente fundamental para uma gestão governativa e um planeamento inovadores em busca, das diferenças que poderão tornar o município uma entidade única, passível de ser visitada e vívida.

- *Princípio da operacionalidade*, ligado ao anterior, com a imaginação e a integração de todos os envolvidos no processo de planeamento com vista à concretização das diferentes opções de planeamento, reduzindo a possibilidade de conflitos, minimizando os riscos, proporcionando um clima de aceitação, e conhecimento mútuo.
- *Princípio das debilidades e potencialidades do sistema*, quer a nível interno, dentro do território municipal, quer a nível externo, com a interpretação e tentativa de antevisão das dinâmicas interiores e exteriores ao sistema municipal, sabendo que estas últimas podem vir a influenciar o comportamento dos diferentes agentes a nível municipal sem que qualquer mecanismo de controlo local seja possível.
- *Princípio da multidisciplinaridade*, muito importante num sector que apresenta uma variedade de intervenientes e que pode afectar e ser afectado por várias decisões em áreas colaterais ao sistema, quer a nível interno, quer a nível externo.
- *Princípio da dinâmica*, neste contexto o planeamento de ser compreensivo, integrando todas as formas de planeamento desde o económico, físico, social, cultural, e atendendo as características do sistema turístico, o planeamento municipal deve ser um conceito dinâmico, tentando-se organizar os acontecimentos futuros para que se obtenham determinados objectivos, tratando-se assim de colocar em prática a melhor estratégia à escala municipal tendo em consideração que quer internamente, quer externamente, tudo está em mudança.
- *Princípio da avaliação permanente*, com uma prática de observação, registo e monitorização do desempenho face aos indicadores de realização, possibilitando assim pela reformulação de algumas das opções do plano obter uma maior adequação das medidas a tomar face a modificações ou a alterações do contexto em que a acção de planeamento se insere, tanto mais premente numa área que sofre com as modificações exteriores ao municípios, essas ainda mais difíceis de prever e de controlar como foi referido.
- *Princípio da flexibilidade*, já que na construção e desenvolvimento do plano deve estar subjacente a escolha de uma estratégia o mais adequada possível aos objectivos pretendidos mas que seja imbuída de uma certa flexibilidade face à necessidade de ajustes rápidos como resposta a modificações internas ou externas ao município.



Tendo em consideração estes princípios, é possível adoptar uma metodologia baseada na teoria processual, que possa ser aplicada ao planeamento do sector a nível municipal.

### **5.3 Metodologia de Planeamento Municipal para o Turismo**

#### **5.3.1 Formulação de objectivos genéricos**

Deve-se efectuar uma formulação de objectivos genéricos e por vezes abstractos, no âmbito da política de planeamento para o município, nos quais se devem inserir objectivos relacionados com o turismo, integrados na “visão” do que se deseja para o município.

Estes objectivos devem expressar áreas de preocupação, podendo conter elementos qualitativos respeitantes ao próprio processo de planeamento, como por exemplo, a sua “flexibilidade”; pretende-se que o processo de planeamento do turismo seja flexível. Podem surgir nomeadamente, quer pela manifestação de uma preocupação política que é transportada para as áreas de preocupação do plano, quer pela identificação, por parte de técnicos e poder político, de subsistemas que possam apresentar problemas ou oportunidades que o processo de planeamento municipal possa gerir e conduzir.

#### **5.3.2 Formulação de objectivos específicos e de metas a alcançar**

A definição do que é pretendido alcançar com a acção de planeamento é uma das fases mais importantes da acção de planeamento municipal. Definir o que se pretende alcançar de forma objectiva e com metas quantificáveis a atingir com o plano é a base de partida para toda a acção de planeamento, e que deve balizar todo o desenrolar do plano, já que estratégias e programas de acção devem ser escolhidos em função dos objectivos pretendidos.

A formulação de objectivos e a escolha entre os possíveis, dos que o plano vai procurar atingir, deve surgir do profundo conhecimento da realidade municipal, da conjectura supra-municipal e das suas possíveis evoluções no futuro.

##### **5.3.2.1 Pesquisa e diagnóstico estratégico do sistema**

Na pesquisa e diagnóstico estratégico sistema, devem-se considerar duas linhas de pesquisa (**Figura 5,1**).

## **A Sistema de turismo**

Devem ser recolhidos e analisados todos os dados referentes ao sistema de turismo de forma continuada; visitantes (número actual, perspectivas, tendências e satisfação); comunidade (tendências, economia, necessidades, retornos), município; indústria de turismo (inventário, tendências, performance) e ambiente (infra-estruturas, capacidade, qualidade das políticas, este último no seu sentido mais abrangente).

### **A.1 A constituição do sistema turístico actual, do lado da oferta e do lado da procura**

Deve proceder-se ao estudo das potencialidades e fragilidades do sistema turístico, podendo recorrer-se a várias técnicas como sejam o inquérito, a entrevista e os mapas mentais, junto da procura, não só para obter informação sobre as características da mesma, mas também sobre a percepção desta em relação ao município, por forma a assim identificar fragilidades e potencialidades passíveis de serem entregadas no diagnóstico da situação actual, e até nos objectivos e metas a alcançar pelo plano.

A informação sobre o número de visitantes discriminada nomeadamente segundo: a proveniência (País, ou se visitantes nacionais, o seu local de residência); faixa etária, sexo, tipo de agregado familiar, ocupação; o motivo da visita; o meio (ou meios), de locomoção utilizados; o tipo de alojamento escolhido; as atracções e actividades praticadas; a duração da estadia (se assim se aplicar), e o seu motivo; tipo de interesses; a despesa efectuada, permitem traçar o perfil do visitante.

Do lado da comunidade, dos residentes, vários são os dados que podem ser obtidos recorrendo a técnicas como sejam: os inquéritos por via postal, telefónica; a organização de grupos de trabalho, grupos de foco (6 a 12 pessoas discutem determinado número assuntos); conferências. Todas se afiguram úteis para, não só recolher informação que permita uma melhor caracterização dos residentes e da sua atitude/conhecimento/participação para com o turismo, como também podem contribuir para o conhecimento indirecto, dos benefícios económicos da actividade turística, assim como pode conduzir à constatação de impactos menos positivos, ou de estrangulamentos da vida municipal, que os residentes atribuem à actividade turística.

Em relação à indústria, um inventário das suas características deve ser elaborado tendo como base a secundária de dados, assim como a consulta directa dos diferentes agentes envolvidos, sobre nomeadamente as oportunidades e os pontos débeis detectados pelos diferentes operadores. O tipo de alojamento, a capacidade, as taxas de ocupação, a

sazonalidade da ocupação e o porquê da sua ocorrência, o preço dos alojamentos nomeadamente, são dados importantes para a caracterização da indústria no que ao alojamento se refere.

Um inventário dos transportes existentes, não só no município, mas fora deste, sempre que tal se justifique, deve ser tido em conta: aluguer de automóveis, disponibilidade de autocarros, estudo dos seu trajectos, aluguer de outros veículos, disponibilidade de bicicletas e demais meios de transporte não poluentes, cruzeiros e viagens de barco, serviços de táxi, disponibilidade de transporte ferroviário e aéreo devem ser inventariados e analisados.

As atracções existentes no município e sempre que justificadas, as dos municípios contíguos, devem também ser objecto de inventário e análise<sup>53</sup>: museus, parques temáticos e complexos de entretenimento; galerias de arte; locais, edifícios de interesse histórico e reconstituição de acontecimentos marcantes para o município; elementos de arqueologia; aspectos etnográficos; artesanato; bebidas e comidas típicas; acontecimentos marcantes; aspectos paisagísticos – montanhas, zonas húmidas, lagos, praias, montanhas, cavernas, grutas, glaciares, aspectos climáticos típicos, vestígios fósseis, geomonumentos; flora, fauna entre outros.

As actividades existentes no município e sempre que seja necessário, nos municípios contíguos devem ser estudadas: passeios de todo-o-terreno, bicicleta, canoagem, balão, avião, comboio, barco, escalada e *treking*, desportos náuticos, desportos radicais, de neve, golfe, mergulho, espeleologia, observação da vida selvagem, devem ser inventariados<sup>54</sup>, e estudada a sua evolução ao longo dos últimos anos.

O ambiente no seu sentido mais abrangente, deve ser estudado e um inventário dos recursos existentes envolvidos no sistema turístico actual deve ser obtido.

Sempre que possível a evolução das captações actuais de alguns dos recursos naturais utilizados nomeadamente consumos de água, de energia, devem ser analisados.

O ambiente construído, os problemas/benefícios causados pelo turismo a nível físico, como seja a alteração de rochas em monumentos, a nível sociocultural, como a influência dos usos e costumes dos visitantes na comunidade e na cultura municipal, estão entre as áreas a estudar e analisar de forma a identificar fraquezas e potencialidades.

---

<sup>53</sup> - A evolução sempre que possível de custos, visitantes, assim como a distribuição no território, os acessos, estado de conservação, etc. devem ser avaliados.

<sup>54</sup> - Para uma listagem detalhada das diferentes actividades, locais de entretenimento e recursos, ver a bibliografia mencionada, nomeadamente o *toolkit* Neozelandês.

Posteriormente, sempre que possível, a evolução de todos os elementos do sistema deverá ser equacionada na análise prospectiva, para que um diagnóstico da situação actual (o modo como esta evolui e as causas dessa evolução), bem como da sua evolução futura.

#### A.2. O funcionamento e relações do actual sistema turístico

Do lado dos visitantes, a percepção destes: pelos espaços visitados (construídos, naturais, culturais); pelos habitantes; pela cultura local, podem fornecer indicações que servem como indicadores de satisfação por parte dos visitantes.

São disto exemplo indicações obtidas sobre: qualidade de serviços, relação qualidade/preço e disponibilidade dos alojamentos utilizados; sobre problemas relacionados com o tráfego, sinalização e segurança rodoviária e pedestre, disponibilidade de mapas e locais de informação; disponibilidade e relação qualidade/preço de estacionamento, de transportes públicos; segurança de pessoas e bens; limpeza de espaços privados e semipúblicos, existência de casas de banho públicas; disponibilidade e relação qualidade/preço de serviços, locais de restauração, bebida e de entretenimento, bem como lojas e demais atracções; limpeza dos espaços urbanos e naturais do município; locais de paragem aprazíveis e cómodos; existência de parques; estado de conservação do património, do ambiente, das vias; sociabilidade, capacidade de comunicação dos residentes; relação qualidade/preço dos diferentes bens adquiridos e locais frequentados; percepção global da estadia, com especial incidência para o que mais e menos agradou aos visitantes, bem como o modo como tomaram conhecimento do município e o facto de o recomendarem ou não, podem constituir fortes indicadores de fragilidades e/ou, forças do sistema turístico e do sistema global municipal.

Assim, a relação da oferta com as infra-estruturas existentes deve ser objecto de estudo para que se possam conhecer os actuais níveis de serviço e as suas capacidades de acordo com a evolução futura da procura. Abastecimento de água, consumo de energia, saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos, dependem entre outros do tipo de turista, do tipo de alojamento e do tipo de arranjos exteriores (exemplo jardins), do clima, bem como da educação e sensibilidade de visitantes e residentes para um ambiente sustentável. O conhecimento destes dados permite que a gestão, o planeamento, o desenho dos espaços e infra-estruturas sejam realizados de forma cuidada, respeitando as necessidades actuais e futuras de residentes, visitantes e meio ambiente.

O estudo da indústria, do comércio local, do emprego, permite obter dados sobre o real impacto económico do turismo no município. A utilização dos parâmetros contidos na Conta Satélite é um bom indicador sobre a constituição da indústria de turismo e da sua importância.

Do lado dos residentes, a percepção de como a indústria se está a desenvolver e do modo como pretendem o desenvolvimento para o seu concelho no que diz respeito ao turismo devem ser tidos em conta nos estudos desenvolvidos.

As relações do sistema com os municípios contíguos devem ser objecto de estudo, assim como as suas relações com outros sistemas a montante, nomeadamente com os sistemas agrícolas e industrial, para que uma percepção da capacidade multiplicadora do actual sistema, seja encontrada.

### A.3 Prospectiva

Estudo da evolução de comportamentos quer do lado da oferta, quer do lado da procura a nível municipal e a nível supra municipal devem ser obtidos, podendo mostrar as tendências evolutivas nos anos mais recentes. Contudo, sempre que possível, evoluções possíveis de todos os intervenientes devem ser alcançadas, como seja a previsão da procura pode identificar necessidades e impactos em todo o município da oferta futura.

A comparação entre a situação actual do município e a de outros municípios de características aparentemente similares pode ajudar a encontrar pontos de contacto/diferença, que possibilitem não só a melhoria da situação actual como a prever a evolução do sistema.

### A.4 Síntese da análise prospectiva.

Síntese dos dados mais relevantes obtidos nos estudos anteriores. Da síntese da análise efectuada surge o diagnóstico da situação actual do sistema turístico do município.

## **B Inventário dos recursos e análise de forma a escolher a linha de acção inovadora**

Esta será uma das fases decisivas de todo o processo de planeamento.

Essencial a recolha exaustiva de dados que, juntamente com aqueles já obtidos no processo de pesquisa A, possam posteriormente ser apresentados sobre a forma de uma carta de recursos turísticos do município.

Com a pesquisa B, pretende-se uma pesquisa profunda sobre as potencialidades existentes no município que podem vir a constituir-se como recurso turístico, isoladamente, ou em associação com municípios contíguos.

Seguindo os actuais processos de planeamento criativo e inovador, cabe à equipa multidisciplinar que elabora o plano, levantar todo o potencial humano, natural, patrimonial, etnográfico, cultural, bem como, por análise profunda e cruzando informação com as outras áreas temáticas do plano, encontrar em dificuldades, em áreas aparentemente não relacionadas com o turismo, aquela apetência, aquela diferença que pode constituir uma mais valia para o município, distinguindo-o assim de entre os demais.

Esta mais valia, pode ser intrínseca ao município ou obtida por associação com algum município contíguo, que pode assim completar/ permitir um nicho de recursos ou de massa crítica, capaz de tornar uma característica ou a sua ausência, num recurso explorável.

#### **5.3.2.2 Pré-diagnóstico estratégico.**

Análise das características, a todos os níveis, do município e do seu enquadramento regional, com especial incidência para os municípios contíguos.

Análise das tendências de evolução dos sistema e do contexto em que este se insere. Trata-se nomeadamente de analisar cuidadosamente uma série de informação disponível no PDM, que pode ainda contextualizar e mutuamente influenciar (e ser influenciada), pelas decisões tomadas para o sector.

A evolução possível dessas áreas deve também ser tida em conta para a formulação dos objectivos e metas a atingir, bem como para a posterior escolha das estratégias, dos programas que visam a sua prossecução.

#### **5.3.2.3 Sistematização de potencialidades e recursos**

Procura de sistematização de potencialidade e recursos turísticos por conjugação das pesquisas A e B. A sistematização das potencialidades e recursos turísticos pode permitir a percepção de fragilidades e potencialidades passíveis de serem utilizadas no processo de planeamento, ou até de originarem novas linhas de rumo e de estudo. Os recursos humanos disponíveis e as suas características devem aqui ser mencionados.

#### **5.3.2.4 Elaboração de uma carta de recursos turísticos do Concelho**

Deve-se elaborar uma carta de recursos turísticos do Concelho, com a extensão a concelhos limítrofes sempre que seja possível encontrar clusters de recursos passíveis de serem “explorados” em conjunto e que possuam um carácter único.

Nesta carta, passível de ser apresentada recorrendo aos Sistemas de Informação Geográfica, pretende-se que estejam disponíveis todos os recursos inventariados, as suas características, fases de utilização, fragilidades e mais valias analisadas; tudo elaborado tendo como premissa a sustentabilidade de todos os recursos do município qualquer que seja a sua natureza, nomeadamente: quer sejam recursos humanos, físicos, naturais, culturais, patrimoniais, energéticos, a sua utilização actual não deve comprometer a sua utilização futura.

#### **5.3.2.5 Formulação de um conjunto de objectivos específicos para o sector**

A formação de um conjunto de objectivos para o sector deve ser englobada na estratégia geral do município, com metas/critérios a atingir (mensuráveis). É necessário de forma clara definir os objectivos que devem ser atingidos pelo planeamento do turismo. Devem ser claros, exequíveis, não conflitantes entre si nem com os demais objectivos de planeamento municipal, e sempre que possível, mensuráveis.

Os objectivos são obtidos através da conjugação da análise detalhada do sistema de turismo actual e se possível perspectivado até ao horizonte do plano, e da análise detalhada e imaginativa da carta de recursos turísticos elaborada e que, para uma melhor operacionalidade, pode ser apresentada recorrendo, por exemplo, a uma base de dados em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), como anteriormente foi referido.

Os objectivos devem depois ser transformados em metas a atingir até ao horizonte do projecto, com dados objectivos, particularizando valores a atingir pela aplicação do plano.

As escolhas a tomar devem ser as mais informadas possíveis. Para tal, várias são as técnicas passíveis de utilização, nomeadamente a simulação, onde elementos da população são escolhidos para escolherem objectivos específicos, depois de confrontados com escolhas imaginárias, onde se testam as suas preferências após simulação das consequências da escolha de determinados objectivos. A comunidade pode assim ser consultada na escolha dos objectivos e posteriormente dos desenvolvimentos e investimentos necessários para a sua prossecução.

### **5.3.3 Formalização de uma estratégia de Intervenção**

Definição de uma estratégia de actuação que permita a prossecução dos objectivos específicos e das metas definidas.

Tendo por base os estudos elaborados e os objectivos pretendidos com o plano, procura-se encontrar uma solução que seja a mais adequada de acordo com a situação existente aquando a elaboração do plano e o seu estudo prospectivo.

Nesta fase, podem comparar-se cenários alternativos com vista à escolha daquele que melhor satisfaz o objectivo pretendido: a) Geração de cenários alternativos; b) Avaliação dos cenários alternativos; c) Opção por uma das estratégias encontradas; d) Identificação dos mecanismos que facilitem a concretização do lado institucional, financeiro e informativo da estratégia escolhida para alcançar as metas e os objectivos pretendidos.

#### **5.3.3.1 Modelo de Intervenção**

A estratégia adoptada deve ser operacionalizada, executada através da implementação de um modelo de intervenção: assim, da:

- a) A definição de uma estratégia de intervenção com as principais linhas de orientação e propostas integradas.

Parte-se para a:

- b) Construção de um programa de acção incorporando o sistema central de planeamento municipal e os deferentes sistemas que enquadram as acções: institucional, financeiro, informação, comunicação, participação, acompanhamento e avaliação de todo o processo de elaboração e implementação do plano.

#### **5. 4. Execução da Estratégia e das Acções de Intervenção/Monitorização**

Nesta fase, será onde se executam as diferentes acções; onde são montados dispositivos e rotinas que conduzam à leitura e ao registo do desempenho do processo em curso.

A avaliação periódica e sistemática da comparação entre a execução real e os indicadores de desempenho, entre as metas anteriormente definidas e os “resultados no terreno”, podem levar a que se introduzam constantes ajustes e correcções à estratégia, ao processo em curso, sempre que se detectar que o modelo de intervenção não está a cumprir a estratégia definida para a realização dos objectivos propostos.



## 5.5 Geração de um novo conjunto de opções, se necessário

Desde que a monitorização do processo de planeamento leve à conclusão de que os programas, as medidas tomadas para concretizar a estratégia de intervenção não está a conduzir aos objectivos e a conduzir às metas programadas (**Figura 5.1**).

## 5.6 Notas finais

Os objectivos definidos e as metas a atingir com o plano devem ser escolhidos após uma inventariação e análise cuidada da situação actual do sistema turístico, da sua evolução futura e do inventário/análise inovadora e criativa de todas as informações que possam vir a constituir um recurso turístico.

Esta etapa vai condicionar todo o processo de planeamento, pelo que a definição dos objectivos e das metas a alcançar com o plano deve ser a mais informada possível.

A avaliação prospectiva do sistema permite que a decisão sobre as metas a atingir seja a mais informada possível dentro dos dados e da conjuntura à data da elaboração do plano. Esta análise deve ser feita anualmente, assim como a recolha de dados sobre o sistema deve ser constantes ao longo de todo o tempo de vida do plano. Assim, será possível adequar a estratégia a mudanças em pontos do e exteriores ao sistema, alterá-la se necessário, assim como modificar o modelo de intervenção sempre que se verifique que este não está a obter os resultados pretendidos.

Na busca de factos, acontecimentos, tradições e de outros aspectos que possam constituir um recurso para o município, a participação da comunidade é de extrema importância, não só porque pode revelar factos já esquecidos no tempo, como pode apontar fraquezas ou forças do sistema que o planeamento poderá converter em vantagens para o município, como também, pode e deve ter uma importante intervenção na escolha dos objectivos do plano, sobretudo em tempos de carência financeira em muitos governos locais.

Atendendo ao carácter transversal do turismo, as políticas e os objectivos a atingir pelo plano para o turismo, devem ser coerentes entre si e integrados na linha de desenvolvimento escolhida para o município.

Da escolha dos objectivos, devem surgir metas a cumprir sempre que seja possível a sua quantificação, para que a avaliação do plano seja balizada por critérios de performance.

As estratégias, os programas a serem implementados para a prossecução dos objectivos e das metas definidas devem assim estar devidamente enquadradas, e não surgirem de uma forma

descontextualizada e avulsa: não surgindo naturalmente após uma cuidadosa análise de todo o sistema municipal.

O envolvimento da comunidade em todo o processo de planeamento é de extrema importância, sobretudo num sector que varre todo o espectro da vida municipal, e onde a comunidade tem um importante papel na satisfação dos anseios e das pretensões dos visitantes, não só porque em parte poderá estar directamente envolvida no sistema, mas porque contacta diariamente com visitantes e com as consequências da presença destes no município.

Uma estratégia de planeamento do sector do turismo deve procurar como acolher, envolver, satisfazer os visitantes, tendo como base uma indústria próspera e saudável, integrada numa base económica municipal diversificada, envolvendo e beneficiando a comunidade local, tendo sempre presente o não comprometimento das qualidades do ambiente, do território.

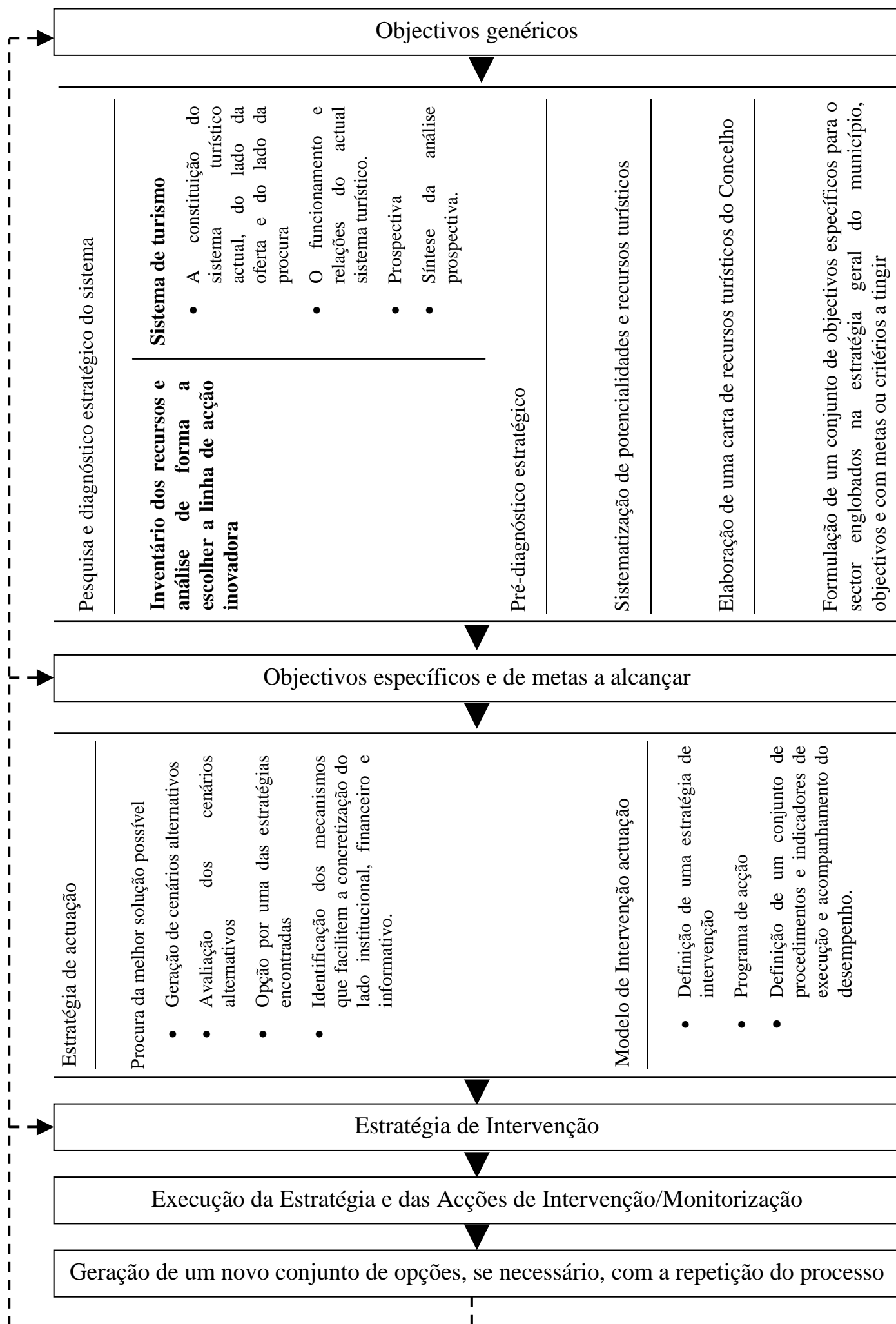


Figura – 5.1 Metodologia para o Planeamento do Turismo no PDM, (do próprio, adaptado de Moreira, 2000).

Os melhoramentos tecnológicos pós-Revolução Industrial, em matéria de transportes foram decisivos para o proliferar de novos destinos turísticos e para o aumento do número de viagens. O melhoramento dos meios de transporte, o ganho em segurança e em tempo, assim como a diminuição de custo, explicam a difusão social mais massiva do turismo, onde o transporte marítimo assegura numa primeira fase as viagens intercontinentais, para posteriormente ser substituído pelo avião.

Quanto ao transporte terrestre, numa primeira fase o caminho-de-ferro assegura a ligação entre os principais centros urbanos e assegura os primeiros fluxos de turistas, fluxos que serão incrementados exponencialmente numa segunda fase, com o desenvolvimento do automóvel e da sua produção em série, o que vai permitir uma drástica diminuição do seu custo e a sua difusão pelas famílias do pós-segunda Grande Guerra, acompanhada também pelo aumento dos dias e do rendimento disponível das famílias incrementado pelo numero crescente de dias de férias pagos.

Nas sociedades ocidentais, a prática do turismo está largamente inscrita na cultura actual. A valorização do tempo de lazer é retomada, um pouco à semelhança do que ocorria na antiguidade clássica, já que a interrupção do tempo de trabalho e a deslocação da área de residência para outras regiões, para outras nações, pelo menos uma vez por ano, tende a ser entendida como uma necessidade, um direito. O inverso, pelo contrário, conduz a uma certa forma de exclusão.

O desejo de partir, a aptidão física e material para o fazer, constituem as condições para a prática de turismo.

O turismo tem assumido um papel cada vez mais importante na economia mundial, em termos de volume de turistas e de receitas ao longo dos tempos. De uma mera actividade redundante das classes mais abastadas acompanhou o processo de democratização da sociedade ocidental e alargou a sua base de incidência geográfica, estando agora presente nas mais remotas regiões graças às transformações tecnológicas sobretudo ao nível dos transportes e das comunicações.

Contudo, a Europa e os países mais desenvolvidos continuam a ser os maiores receptores e emissores de turistas evidenciando a estreita relação entre rendimento, qualidade de vida e turismo, o que exclui ainda da sua prática mais de 90% da população mundial (Cooper *et al.*, 2005).

Pese embora os problemas com a sua definição, o turismo estende-se pelas várias áreas da sociedade e à medida que novos instrumentos surgem para medir a sua importância a nível

económico, constata-se a sua importância económica, sabendo-se que actualmente, contribui com 10% para o PIB Mundial.

Ao contrário de outras actividades humanas, o turismo implica a deslocação não do “bem consumido”, mas do consumidor, que para desfrutar de um local, das suas qualidades, das suas características, da sua unicidade, tem que se deslocar até ele.

Portanto, é no local que o turismo se faz sentir, com as suas implicações para a comunidade de acolhimento, para a qualidade da experiência dos visitantes, para o ambiente (Swarbrooke, 2002; Seydoux, 2002)

As modificações na indústria de turismo mais orientada, não tanto para o turismo de massas, mas para as necessidades pessoais de cada turista, com itinerários e serviços mais flexíveis, com um aumento dos nichos de mercado respondendo às modificações sociais, a gostos cada vez mais sofisticados, parecem ser uma das características do turismo para os próximos anos (Page, 2003).

Page (2006) afirma que no futuro próximo, uma série de outros factores vão afectar o comportamento do turismo: segurança; catástrofes naturais, questões de saúde pública; educação qualidade da experiência impacto da economia no rendimento das famílias; questões ambientais e políticas e planeamento do turismo estratégico contam-se entre os factores mais importantes. A tudo isto cabe juntar as possíveis modificações nas principais sociedades emissoras, como sejam não só o envelhecimento da população, os novos tipos de família (mono parentais, por exemplo), a globalização crescente e a disponibilidade rápida da informação, bem como o aumento da consciência ambiental, o aquecimento global, a influência nos hábitos e na moda dos meios de comunicação, que certamente vão ter consequências no comportamento do sector por todo o planeta.

Destas modificações na sociedade e nos sistemas económicos resulta o reposicionar dos territórios e as necessidades de, para competirem entre si, integrarem, de forma planeada, o turismo nas suas preocupações.

Aliás as grandes mudanças nas sociedades ocidentais, que conduziram ao aparecimento das cidades pós-modernas, colocam a descoberto que o turismo possui um papel importante no seu desenvolvimento, onde todo um conjunto de produtos existe ligado ao consumo e às indústrias de lazer, com as quais o turismo estabelece uma relação de benefício mútuo; serve como forma de rentabilizar ou justificar muitas das intervenções e, ao mesmo tempo, nutre-se com todas as mais valias criadas.

Assim, desde os anos noventa que o planeamento do turismo urbano tem assumido cada vez mais importância como forma de desenvolver de forma equilibrada os destinos, sem comprometer a sua sustentabilidade a longo prazo.

O planeamento do turismo é visto em termos globais como estando integrado no planeamento urbano, do qual bebe conceitos e métodos, estando assim imbuído de princípios como a flexibilidade, a sustentabilidade, a participação pública.

Contudo, vários autores alertam para a necessidade de um planeamento exercido desde o início da actividade de turismo, para que esta não fique submetida apenas aos interesses privados, cujo objectivo é a obtenção de lucro a curto prazo, o que acarretou em muitos locais a delapidação dos recursos existentes.

Contudo, são apontados alguns problemas para que o planeamento do turismo a nível local não produza os resultados esperados, nomeadamente a ausência de conhecimentos na área do turismo por parte dos técnicos e políticos e o aplicar de soluções sem fundamentação técnica, sem estudos que as avalizem.

De realçar que presentemente existe uma concepção de que é o que torna cada cidade única, que deve ser objecto de atenção por parte do planeamento do turismo, já que este deve procurar a diferença, e não aquilo que as demais cidades possuem, pretendendo através da unicidade, obter vantagens comparativas e até, fidelizar certa clientela que, dependendo das soluções encontradas, pode deslocar-se com uma certa regularidade para usufruir de determinado tipo de atracção, ou de determinado acontecimento ou produto.

Daí a importância da fase de estudo, da fase de determinação do que pode ser um recurso convertível numa proposta para o sector. Quer a Nova Zelândia (NZ, 2004), quer o Reino Unido (UK, 2006), apresentam guias de inventários muito completos, que podem ser utilizados no planeamento urbano do turismo.

Mais ainda: tem-se procurado encontrar formas expeditas de avaliar os planos em relação à inclusão da sustentabilidade como critério de elaboração. O método de Simpson (2001) é um deles onde se pretende avaliar de forma qualitativa os planos, através da avaliação de um conjunto de itens que, posteriormente são agregados após uma ponderação que vai valorizar mais os itens que dizem respeito à estratégia dos planos e à participação das populações na sua elaboração.

Considera-se que ao ter metas para um determinado horizonte, para o qual se procura antever comportamentos, e ao envolver a população nas escolhas e na tomada de decisão, se assegura que esta adira consciente e mais facilmente às opções tomadas. Assegura-se também que os recursos sejam geridos de acordo com os desejos da população e com o conhecimento técnico actual, sem que se comprometa a quer a continuidade quer a qualidade, na sua utilização futura.

Será pois uma forma expedita de avaliar se os planos tiveram na sua génese princípios de sustentabilidade.

O turismo em Portugal, depois de um comportamento irregular na última década, tem vindo a crescer em número de turistas e em receitas, pesa embora o facto de ter perdido posições no ranking mundial, estando assim a ser ultrapassado por outros destinos concorrentes. A sua contribuição para o PIB nacional é de cerca de 10%, o que expressa bem a importância do sector em termos económicos e sociais.

O principal produto turístico nacional é desde meados do século XX o Sol e Praia, estando a capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros, e consequente recepção de turistas, muito localizada nas regiões do Algarve e de Lisboa.

O turismo a nível nacional encontra-se duplamente polarizado: a maior parte da oferta e da capacidade hoteleira localiza-se nas regiões de Lisboa e do Algarve e fortemente ligada ao litoral, ao produto sol e praia; e fortemente dependente dos turistas estrangeiros, que por sua são maioritariamente oriundos do Reino Unido, da Espanha e da Alemanha. A dependência destes mercados é tal, que sempre que ocorre uma retracção num deles, este facto faz-se sentir com especial incidência no turismo nacional e na economia ainda mais, porque ao contrário de outros países ocidentais, o turismo doméstico (abaixo das médias comunitárias), ainda não é suficiente nem em volume, nem em receitas, por forma compensar as perdas que entretanto ocorrem.

O turismo doméstico é ainda reduzido facto a que não é alheio às dificuldades económicas da população portuguesa, que justificam a não saída dos portugueses para fora do seu local habitual de residência durante o período de férias. Quando o faz, procura sobretudo o sol e a praia da região algarvia, que continua a reunir a maior parte das preferências dos portugueses que fazem férias.

Na história de intervenção do poder local no turismo, é possível verificar que esta remonta aos anos vinte com a criação de organismos locais que visavam a intervenção), directa na área do turismo (Comissões de Iniciativa) e com a elaboração de planos para a zona do Estoril. Posteriormente só com os Planos de Urbanização de Duarte Pacheco é que o turismo retoma importância no planeamento local.

As modificações internacionais, a crescente competição, a consciência do impacto do turismo não planeado no território, e as modificações no perfil do turista que visita Portugal levam, contudo, ao reforço de que é necessário que o turismo seja integrado no planeamento a nível local, por forma a fazer face aos desafios que se avizinham, nomeadamente com a crescente competição entre territórios e com a consciência que uma actividade que consome tanto o território deve estabelecer com este uma relação em que ambos beneficiem, e que vise a sua sustentabilidade.

As modificações económicas das últimas décadas levam a que o turismo se tenha imposto como uma forma de potenciar as áreas urbanas degradadas e como uma mais-valia para a qualidade de vida dos residentes sempre que devidamente planeado - um conjunto de instrumentos no âmbito da aplicação de fundos comunitários, foi utilizado na regeneração de espaços urbanos onde a vocação turística está presente, com são disto exemplo a Expo 98 e várias das intervenções no âmbito do programa POLIS.

Aliás, o turismo, tal como outras esferas da vida social, deve ser planeado mesmo antes que tenha visibilidade nas cidades, já que se ocorrer devidamente integrado no planeamento urbano existirá uma maior propensão para que exista um equilíbrio entre os diferentes componentes do sistema urbano.

Em termos de planeamento, o território nacional encontra-se actualmente coberto por Planos Directores Municipais. Contudo, o turismo não teve, até ao tratamento, o estudo como outros sectores da vida municipal. Assume-se que é importante sobretudo como forma de potenciar a actividade económica dos concelhos, propõem-se tipos e acções para o sector sem que primeiramente se tenha procedido a um levantamento cuidadoso das potencialidades de cada concelho, sem que se tenha dotado de evidências técnicas as propostas preconizadas. Estas por sua vez, como não tiveram por base estudos exaustivos das potencialidades concelhias a todos os níveis, não são originais nem variam de concelho para concelho.

Aqui, à imagem de para outros sectores observados nos planos estudados, raramente são mencionadas metas mensuráveis a ser alcançadas pela adopção do plano.

Assim, o planeamento praticado é ainda muito ligado às questões do chamado plano produto, ao apresentar de uma solução finita para o município, materializada na planta síntese onde o zonamento mesmos parâmetros restritivos, e com mais ou menos restrições, dependendo do quanto é pormenorizado o regulamento, que em mais de um terço dos planos é extremamente extenso, onde o seu carácter estratégico é dado apenas pela sua vigência temporal (10 anos), sendo muito poucos os planos que apresentam tentativas de projecções do comportamento das diferentes áreas abordadas pelo plano.

A participação pública aparentemente cinge-se à consulta no término da elaboração do plano e só possui mais protagonismo, se as equipas tiverem sensibilizadas para a sua importância como forma de potenciar o maior aproveitamento das potencialidades existentes nas cidades, como o de



promover, pela participação na tomada de decisão uma maior aceitação e assim uma implementação menos conflituosa dos planos.

Refere-se que sendo os Planos Directores Municipais documentos implementados oficialmente por todos o país, na maioria das situações, os mesmos, em especial na região de estudo, Zona Centro de Portugal, poderiam ter sido uma excelente oportunidade para, de uma maneira organizada, sustentada e equilibrada, revitalizar os Concelhos a partir do turismo nas suas várias vertentes, desde os aspectos históricos, culturais, geonaturais, termais de entre muitos outros, e tal situação não aconteceu.

Assim, por uma análise daqueles documentos e após os vários estudos desenvolvidos, salientam-se outras conclusões:

- em geral, nos PDM's, não foi feito qualquer inventário com objectivos ao planeamento do turismo das características e das potencialidades endógenas de cada local, nem se estudaram as apetências da procura, mas incompreensivelmente foram propostas medidas e investimentos, alguns dos quais de grande vulto financeiro, como seja a construção de campos de golfe, propostos para sete Concelhos da região.

- mais, como na maior parte dos concelhos não foi elaborado um inventário de recursos disponíveis numa óptica global que inclui não apenas os recursos naturais e construídos, mas também os recursos humanos, não se procuram detectar diferenças que permitam a constituição de uma oferta única e distinta, donde que as propostas dos planos sejam muito idênticas entre si, privilegiando sobretudo o turismo de natureza e o aproveitamento de diferentes habitações para turismo em espaço rural.

- aliás, pelo menos do universo estudado, as noções de criatividade de pró-actividade do planeamento urbano ainda não foram incorporadas pelos planos no caso particular do turismo, visto que a maior atenção dada ao turismo correspondeu, de forma reactiva, aos concelhos onde maior é a importância do turismo medida pela disponibilidade de alojamento e pelo volume de hóspedes, que correspondem por sua vez a concelhos do litoral, onde se localiza a maior parte da população.

- aparentemente ainda, na maior parte dos casos, o turismo é visto como uma actividade económica que pode ocorrer sem que para tal deva ser objecto de incorporação no sistema de planeamento local, ficando apenas sujeito aos trâmites processuais do seu licenciamento, e não fazendo parte do planeamento do município.

- a incorporação do turismo no planeamento parece estar muito dependente da sensibilidade das equipas que elaboram os planos e não de uma consciente percepção da importância do sector para os municípios e no aproveitar de forma consciente e integrada todas as vantagens que pode aportar

sobretudo a áreas de fortes potencialidades e no entanto tão carenciadas como é o caso da região estudada.

- os objectivos que os planos se propõem a alcançar são extremamente genéricos não se apresentando em nenhum dos planos, metas quantificáveis a serem por eles alcançadas.
- as opções e propostas para o sector aparecem em muitos casos descontextualizadas de qualquer linha de desenvolvimento, parecendo por vezes desfasadas da estratégia adoptada.
- ao não se definirem objectivos para o sector baseados nas características locais, ocorre uma certa repetição dos investimentos propostos ao longo do território.
- estudos levados a cabo noutras áreas sectoriais do plano não foram analisados tendo em consideração a sua utilização , ou as pistas que poderiam fornecer, para o sector do turismo municipal.
- mais, em alguns planos existe uma certa repetição das propostas para o sector, o que pode estar relacionado com uma certa incidência local, por parte de alguns gabinetes que realizaram esses planos.
- em dois dos planos estudados, encontrou-se até referência a um outro concelho, nos documentos do plano.
- maioritariamente, não foram realizadas projecções, análises prospectivas dos dados concelhios, sendo até muito reduzido o número de concelhos que apresentou a evolução ao longo do tempo dos dados para o sector.
- métodos estatísticos, e técnicas mais associadas ao planeamento foram só que esporadicamente utilizadas.

Tendo em atenção as falhas detectadas, uma proposta de metodologia de abordagem do turismo nos PDM's é proposta tendo em atenção os aspectos onde mais falhas se detectaram.

Basicamente, pretende-se uma metodologia que privilegie a formulação de objectivos e de metas a atingir pelo plano. Estes devem ser escolhidos preferencialmente com a participação da população local depois de elaborado um diagnóstico do sistema e da análise da sua evolução, cruzadas com todas as informações que sejam passíveis de aproveitamento para o sector e que conduzam a soluções inovadoras e criativas. Da escolha dos objectivos e da definição de metas a atingir que vão funcionar como critérios de performance, uma estratégia é colocada em prática por forma à sua prossecução. Posteriormente um modelo operacional é colocado em prática, para que se atinja a melhor solução possível. Constantes avaliações devem ser levadas a cabo de modo a detectar falhas ou desvios que conduzam ao não cumprimento dos objectivos e metas a alcançar. Sepre que tal

aconteça, correcções são implementadas, com a possibilidade de repetição de partes do processo. Assim, nesta metodologia:

- os objectivos definidos e as metas a atingir com o plano devem ser escolhidos após uma inventariação e análise cuidada da situação actual do sistema turístico, da sua evolução futura e do inventário/análise inovadora e criativa de todas as informações que possam vir a constituir um recurso turístico.

Esta etapa vai condicionar todo o processo de planeamento, pelo que a definição dos objectivos e das metas a alcançar com o plano deve ser a mais informada possível.

- a avaliação prospectiva do sistema permite que a decisão sobre as metas a atingir seja a mais informada possível dentro dos dados e da conjuntura à data da elaboração do plano. Esta análise deve ser feita anualmente, assim como a recolha de dados sobre o sistema deve ser constantes ao longo de todo o tempo de vida do plano. Assim, será possível adequar a estratégia a mudanças em pontos do e exteriores ao sistema, alterá-la se necessário, assim como modificar o modelo de intervenção sempre que se verifique que este não está a obter os resultados pretendidos.

- na busca de factos, acontecimentos, tradições e de outros aspectos que possam constituir um recurso para o município, a participação da comunidade é de extrema importância, não só porque pode revelar factos já esquecidos no tempo, como pode apontar fraquezas ou forças do sistema que o planeamento poderá converter em vantagens para o município, como também, pode e deve ter uma importante intervenção na escolha dos objectivos do plano, sobretudo em tempos de carência financeira em muitos governos locais.

- atendendo ao carácter transversal do turismo, as políticas e os objectivos a atingir pelo plano para o turismo, devem ser coerentes entre si e integrados na linha de desenvolvimento escolhida para o município.

- da escolha dos objectivos, devem surgir metas a cumprir sempre que seja possível a sua quantificação, para que a avaliação do plano seja balizada por critérios de performance.

- as estratégias, os programas a serem implementados para a prossecução dos objectivos e das metas definidas devem assim estar devidamente enquadradas, e não surgirem de uma forma descontextualizada e avulsa: não surgindo naturalmente após uma cuidadosa análise de todo o sistema municipal.

- o envolvimento da comunidade em todo o processo de planeamento é de extrema importância, sobretudo num sector que varre todo o espectro da vida municipal, e onde a comunidade tem um importante papel na satisfação dos anseios e das pretensões dos visitantes, não só porque em parte

poderá estar directamente envolvida no sistema, mas porque contacta diariamente com visitantes e com as consequências da presença destes no município.

- a estratégia de planeamento do sector do turismo deve procurar como acolher, envolver, satisfazer os visitantes, tendo como base uma indústria próspera e saudável, integrada numa base económica municipal diversificada, envolvendo e beneficiando a comunidade local, tendo sempre presente o não comprometimento das qualidades do ambiente, do território.

Assim, cabe referir que as cidades portuguesas aparentemente, e as equipas que as planeiam, ainda não se aperceberam das vantagens do turismo para as cidades, sempre que inserido dentro de um quadro regras e de normas que a balizem e regulem, de forma sustentada, e não apenas gerido por razões económicas deixado apenas nas mãos de particulares.

As experiências com este tipo de crescimento do sector a nível internacional e nacional (o caso do Algarve), demonstram que a iniciativa privada, depois do declínio, fruto nomeadamente da feroz concorrência a nível mundial entre destinos, ela própria está mais susceptível, tal como nas demais vertentes do planeamento, a que o sector público desempenhe um papel crucial na orientação e no equilíbrio do território.

O turismo é um consumidor de território, e como tal, a qualidade deste influi na qualidade do turismo praticado, sendo que um planeamento adequado é um factor chave para a manutenção e reforço da sustentabilidade dos territórios, das cidades, contribuindo para o aumento da qualidade de vida das populações.

Como recomendações sobre trabalhos futuros:

- é imperioso que o sector do turismo esteja previsto nos Planos Directores Municipais, visto que dada a actual legislação em vigor é precisamente nos PDM's que se encontra a estratégia, a política, os compromissos, as regras e a vontade de um município face ao território;
- o mundo académico deverá, no sentido de contribuir para o ponto anterior, estudar as apetências e as capacidades endógenas de cada Concelho, de forma a diversificar a oferta do produto turístico e estudar as consequências desta actividade para o Concelho e sua relação com a região;
- deverão ser analisadas, em alguns domínios temáticos do turismo, as relações das várias variáveis envolvidas entre concelhos de modo a organizar o turismo num plano mais global e optimizado, em especial quando sejam encontrados factores de interesse comum e ou complementares; é o caso da Região da Serra da Estrela que envolve vários municípios; ou o caso dos concelhos com Termas da

região centra; os Concelhos da rota dos Castelos; os Concelhos das aldeias de xisto; de entre muitos outros;

- a organização das várias grandes regiões de turismo, actualmente definidas deverá ser reflectida e reorganizada, no seguimento de estudos do ponto anterior, e à luz das novas modernidades e actuais posições do sector.

- seria de todo recomendável que aos técnicos de planeamento fossem ministradas acções de formação na área do turismo, alertando-os para as características do sector e para as vantagens, desde que planeado de forma integrada, que pode aportar para os concelhos. Estas acções poderiam certamente colmatar até falhas de informação e de formação desses profissionais que lidam diariamente com o território. A Associação Nacional de Municípios tem enveredado esforços no sentido de alertar os seus associados para a problemática do turismo, num esforço louvável mas que urge dar seguimento com acções de formação mais específicas.

- não só seria recomendável este tipo de acções para o turismo, como mesmo para o planeamento, para técnicos e políticos, procurando sensibilizar ambos para as novas formas de planear tão ou mais importantes quando os municípios são cada vez mais chamados a assumir novas competências sem que em muitos casos tenham disponibilidade financeira para as cumprir. Seria pois de todo conveniente alertar para as novas formas de planeamento que buscam a participação de todos para a escolha do que pretendem para o futuro e onde as escolhas podem e devem ser cada vez mais feitas em termos de qualidade de vida para as populações e não apenas através do seu custo financeiro.

- o turismo pode servir de alavanca para a promoção do melhor de cada cidade, para a diversificação da sua base económica se for integrado numa perspectiva estratégica global de planeamento, onde a primazia deverá ser dada à qualidade do território e dos agentes que o constituem, de modo que seria de todo conveniente a realização de acções de formação de técnicos e políticos para que a tomada de decisão seja o mais bem informada possível.

- seria de todo recomendável que mais estudos sobre o sector a nível do planeamento local se realizassem, nomeadamente o aplicar do modelo a outras regiões para que se pudessem comparar os resultados e verificar se existem muitas diferenças sobre o modo como o planeamento urbano aborda o turismo

- outro aspecto importante seria o de procurar avaliar não só o modo como os planos incorporam o turismo, mas avaliar as consequências desses mesmos planos no território; que propostas foram concretizadas, quais as suas consequências para a vida das populações, quais os resultados do planos, qual sua marca no território; com uma avaliação capaz seria possível verificar onde ocorreram falhas e porque é que ocorreram, porque é que com tantos planos, o ordenamento do

território continua a ser apontado como algo que contribui negativamente para o desenvolvimento nacional.

- outro aspecto prende-se com a necessidade de constante monitorização e capacidade de recolha de dados que seria de todo salutar para a prossecução de um planeamento estratégico e informado, sobretudo do lado da procura. Para tal seria recomendável que as autarquias estabelecessem protocolos, dada a morosidade da recolha e os tratamentos estatísticos por vezes complexos, para a análise dos dados, nomeadamente com as universidades para a realização desses estudos, ficando assim a saber-se como é que os visitantes encaram a cidade, como a vêem, sendo depois possível incorporar as suas sugestões nas propostas de planeamento, com benefício para ambas as partes.

- outro aspecto prende-se com a necessidade de cultivar o gosto e o orgulho dos habitantes pelo seu local de residência. Para tal os municípios podem desempenhar um papel importante na sensibilização das populações para estas questões, nomeadamente através de iniciativas com as escolas, como sejam parcerias de projectos para as escolas. A educação do “gosto” pelo que de bom o país oferece, reflecte-se no modo como os habitantes tratam e cuidam dos espaços que utilizam, no modo como dão prioridade a certas escolhas que contribuem para a sua noção de qualidade de vida.

- outro aspecto prende-se com a necessidade premente de que planeadores e demais urbanistas e técnicos tenham presente que a escala do PDM não é mais adequada para intervenções urbanas, pelo que é necessário que os municípios apostem em planos de escala maior, devidamente integrados e balizados pelo PDM, onde as noções de qualidade do espaço, do desenho urbano sejam contempladas.



## Capítulo VII

### Bibliografia

Abbott, J., (1996), *Sharing the City: Community Participation in Urban Management*, London, Earthscan&Arnstein.

Abranja, N., (2004), Turismo urbano, actas do congresso internacional de “*Ordenamento territorial e desenvolvimento urbano*”, Instituto superior de Ciências sociais e politicas, 24-26 de Novembro de 2004 em Lisboa.

Agyemen, J. and Evans, B. (1994), The new environmental agenda, in Agyemen J., Evans B., (eds), *Environmental Policies and Strategies*, Harlow, Longman.

Albrechts, L., (1992), New Challenges for Urban Policy under a Flexible Regime of Accumulation, in *Landscape and Urban Planning*, 22, pp. 189-203.

Albrechts, L., (1995), *Innovation in Plan-Making in Belgium*, Comunicação apresentada na conferência Innovation in Development Plan-making in Europe, Janeiro, Lovaina.

Almeida, J., Pinto, J., (1995), *A investigação nas ciências sociais*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

Almond, A., Verba, B., (1977), Theoretical perspectives on planning participation, in *Progress in Planning*, 7, pp.1.

American Express, (2006), *Guia de Portugal e da Galiza*, American Express:Dorling , Livraria Civilização Editora, Lisboa.

Angers, D., (2005), Les Mondes Urbains du Tourisme, in Colloque International sur LE Urbain, 13 e 14 de Janeiro, Paris in [www.afest.org](http://www.afest.org).

Asher, F., (1998), *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.

Asher, F., (2002), Quelques Reflexions à Propôs du Raport, in Cabral, J., Domingues, A., Portas, N., (org.), (2002), *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Ashworth, G.,(1989), ‘Urban tourism: an imbalance in attention’, in Cooper, C. (ed) *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, 1, London, Belhaven, pp. 33-54.

Ashworth, G., (1992), Planning for sustainable tourism, in *Town Planning Review*, 63, 3.



- Ashworth, G.,(1992a), 'Is there an urban tourism?' in *Tourism, Recreation and Hospitality Management*, 17, Belhaven, London, pp.3-8.
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, (2004), Turismo e Poder local, in Relatório e Projecto de Resoluções referentes ao tema “Turismo e Poder Local” do XIV Congresso ANMP, Funchal, ANMP.
- Bahaire, T., Elliott-White, M., (1999), Community Participation in Tourism Planning and Development in the Historic City of York, England, in *Current Issues in Tourism*, 2, 2&3, pp. 243-76.
- Bains, M., and Miles A.,(1981), Patterns of historical development, in Power, J., Wettenhall R., Halligan J., (eds) (1981), *Advisory Council for Intergovernmental Relations, Local Government Systems of Australia Information Paper 7*, Canberra, AGPS , pp. 129–228.
- Balducci, A. (2001), New tasks and new forms for comprehensive planning in Italy, in Albrechts, J., Pires, R. (eds.) (2001), *The Changing Institutional Landscape of Planning*, Ashgate, Aldershot, pp.158-81.
- Balmer, C., (1989), Local government in the federal system, in A.L.G. Association (ed.), (1989), *The Australian Local Government Handbook*, Canberra, AGPS, pp. 1–7.
- Baron-Yellés, N. (2002), *Le Tourism en France*, Armand Colin, Paris
- Baud- Bovy, M., (1982) New concepts in planning for tourism and recreation, in *Tourism Management*, 3 (4), pp. 308-13.
- Baud- Bovy, M., Lawson, F., (1971), *Tourism and Recreation Development*, London, The Architectural Press.
- Benevolo, L., (2007), História da Cidade, 7ªed., São Paulo, Perspectiva.
- Bell, J., (1993), *Como realizar um Projecto de Investigação - Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, Lisboa, Gradiva.
- Benveniste, G., (1989), *Mastering the Politics of Planning: Crafting Credible Plans and Policies that Make a Difference*, San Francisco, Jossey-Bass.
- Berdoulay, V., (2003), Modernismo e espaço público: o Plano Agache do Rio de Janeiro, in *Revista Território*, Rio de Janeiro, 7, 11-12-13, pp. 123-32.
- Biurra, G., (1994), *The Level of Council Involvement in Tourism*, Sydney, Report prepared for the Local Government and Shires Associations and the NSW Council of Tourist Associations.

- Blank, U., (1989), *The Community Tourism Industry Imperative: The Necessity, The Opportunities, Its Potential*, State College, PA Venture Publishing.
- Borja, J., Castells, M., (1997), *Local and Global: Management of Cities in the Information Age*, London, Earthscan.
- Bowman, M., (1983), Local government in Australia, in Bowman M., (ed.), *Local Democracies*, Melbourne, Longman Cheshire, pp. 165–84.
- Bramwell, B., Broom G., (1989), *Tourism Development Action Programmes: an Approach to Local Tourism Initiatives*, Insights, pp.11-17.
- Bramwell, B., Lane, B., (1993), Sustainable tourism: An evolving global approach, in *Journal of Sustainable Tourism*, 1, 1, pp. 1- 5.
- Bramwell B., Lane B., (eds), (1994), Sustainable Rural Tourism Strategies: A Tool for Development and Conservation, in *Rural Tourism and Sustainable Rural Development*, Channel View, Clevedon, pp. 102-11.
- Bramwell, B., Henry, I., Jackson, G., van der Straaten, J., (1996), A framework for understanding sustainable tourism management, in Bramwell, B., Henry I., Jackson G., Goytia A., Richards G., van der Straaten J., (eds) *Sustainable Tourism Management: Principles and Practice*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Bramwell, B. and Sharman, A., (1997), Stakeholder and community participation in tourism planning in the Hope Valley, Paper to the ATLAS conference on Tourism, Leisure and Community Development, 4–6 September, Viana do Castelo, Portugal.
- Bramwell, B., Sharman, A. (1999), Collaboration in Local Tourism Policymaking, in *Annals of Tourism Research*, 26, 2, RU, Pergamon, pp. 392-415.
- Brandon, K., (1993), Basic Steps toward Encouraging Local Participation in Nature Tourism Projects, in Lindberg K., Hawkins D., (eds.), *Ecotourism: A Guide for Planners and Managers*, pp. 134-51, North Bennington, The Ecotourism Society.
- Brindley, T., Rodin, Y., Stoker, G., (1989), *Remaking Planning*, London, Unwin Hyman.
- Brito, S., (2004), A urbanização e o urbanismo turístico em Portugal no início do século XXI, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 126-32.
- Britton, S., (1991), Tourism, capital and place: Towards a critical geography of tourism, in *Environment and Planning*, 9, 4, pp. 451–78.

- Brockerhoff, M., Brenan, E. (1998), "The Poverty of Cities in Developing Regions", in *Population and Development Review*, 24, 1, Population Council Inc.
- Brohman, J., (1996), New directions in tourism for third world development, in *Annals of Tourism Research*, 23, 1, RU, Pergamon, pp. 48-70.
- Bryson, J., (1995), *Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations*, San Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- Bryson, J., Crosby B., (1992), *Leadership for the Common Good: Tackling Public Problems in a Shared-Power World*, San Francisco, Jossey-Bass.
- Bryson, J., Roering, W., (1993), A Public Planning Perspective on Strategic Planning, in Kemp R., (ed), *Strategic Planning for Local Government: A Handbook for Officials and Citizens*, Cambera, Jefferson McFarland, pp. 65-85.
- Bukart, A., Medlik, S., (1992), *Tourism: Past, Present and Future*, 2ªed., Oxford, Butterworth-Heinemann.
- Burgess, R., (1997), *A Pesquisa de Terreno - Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Butcher, H., Glen, A., Henderson, P. and Smith, J. (eds.), (1993), *Community and Public Policy*, London, Pluto Press.
- Butler, R. (1991), Tourism, Environment and Sustainable Development, in *Environmental Conservation* 18 (3), pp. 201-9.
- Butler, R. (1998), Sustainable tourism- looking back in order to progress, in Hall, C. M. e Lew A. (eds.), *Sustainable Tourism Development: Geographical Perspectives*, Harlow, Addison Wesley Longman, pp. 25-34.
- Byanju, A., (2002), Urban Tourism and Poverty Reduction - a Case Study of Bhaktapur Municipality, Nepal, in *Regional Workshop on Urban Tourism and Poverty Reduction*, Colombo, 20-22 de Novembro.
- Cabral, J., (2004), A regionalização como projecto de desenvolvimento, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 61-71.
- Cabral, J., Domingues, A., Portas, N., (2002), *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Caldwell, S., (2007), *Statistics Unplugged*, 2ª ed., Belmont, Thompson Higer Education

- Carroll, P., (1991), The federal government and tourism 1945–1990, in Carroll, P., Donohue K., McGovern M., McMillen J., (eds), (1991), *Tourism in Australia*, Sydney, Harcourt Brace Johanovich, pp. 68–81.
- Carvalho, J., (2004), Plano de cidade, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 80-9.
- Castells, M., (1991), *The Informational City*, Oxford, Blackwell.
- Castro, C. (1978), *A prática da pesquisa*, São Paulo, McGrawHill.
- Cave, S., Santos, S., (2004), Despertares para o Algarve Oriental, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 194-202.
- CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2006a), Programa Operacional da Região Centro- Relatório de Execução, Coimbra, Junho de 2006, in [www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt).
- Cervo. A., Bervian, P., (1996), *Metodologia científica*, 4ªed., São Paulo, Makron Books.
- Chadwick, G. (1971), *A Systems View of Planning*, Oxford, Pergamon Press.
- Chadwick, R., (1987), Concepts, definitions and measures used in travel and tourism research, in Ritchie, J., Goeldner, C. (eds), (1987), *Travel, Tourism and Hospitality Research: A Handbook for Managers and Researchers*, New York, Wiley.
- Chapman, R., Wood, M., (1984), *Australian Local Government: The Federal Dimension*, Sydney, Allen&Unwin.
- Choy, D. (1991), Tourism Planning: The case for ‘market failure’, in *Tourism Management*, 12, 4, pp. 313-30.
- Clark, J., (1997), A Framework of Approaches to Sustainable Tourism, in *Journal of Sustainable Tourism*, 5 (3), pp. 224-33.
- Clark, M., Riley, M., Willkie, E., Wood, R., (1998), *Research and Writing Dissertations in Hospitality and Tourism*, London, Thomson.
- Clarke, M., Stewart, J., (1993), From traditional management to the new management in British local government, in *Policy Studies Journal*, 21,1, pp. 82–93.
- Coccossis, H., (1996), Tourism and sustainability: perspectives and implications, in Priestly G., Edwards A., Coccossis H., (ed.), (1996), *Sustainable Tourism? European Experiences*, Oxford, CAB International Commission, pp. 1-21.
- COM (1998) 251 de 13.5.1998, (Parecer do Comité das Regiões sobre o «Potencial do turismo cultural urbano enquanto fonte de emprego), in [www.com-eu.com](http://www.com-eu.com).

COM (2005) 24 de 2.2.2005, in [www.com-eu.com](http://www.com-eu.com).

COM (2006) 134 de 17.3.2006 in [www.com-eu.com](http://www.com-eu.com).

Comissão das Comunidades Europeias, (2006), *Uma politica de turismo Europeia renovada*, Bruxelas, Comissão Europeia.

Comissão Europeia (CE), (2002), *Early warning system for identify declining tourist destinations and preventive best practices*, Luxemburgo, Publicações Oficiais da Comunidade Europeia.

Confederação do Turismo Português e Universidade do Algarve, (1999), *O Impacto do Turismo na Economia Portuguesa*, conferência realizada na Universidade do Algarve em Dezembro.

Conseil de L'Europe - CE, (2000b), *Para um turismo urbano de qualidade*, Luxemburgo, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Conseil de L'Europe - CE,(2003), *Recent demographic developments in Europe – 2003*, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

Conseil de L'Europe-CE, (2000a), *Principes directeurs pour le Développement territorial durable du continent européen (CEMAT)*, Luxemburgo, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Considine, M., (1994), *Public Policy: A Critical Approach*, Melbourne, Macmillan.

Cook, P., (1998), *Best Practice Creativity*, Gower, Aldershot.

Cooper, C., (1995), Strategic Planning for Sustainable Tourism: The case of the Offshore Islands of the UK, *Journal of Sustainable Tourism*, 3, 4, pp. 191-209.

Cooper, C. and Hawtin, M. (eds) (1997), *Housing, Community and Conflict: Understanding Resident 'Involvement'*, Gower, Aldershot.

Cooper, C., Fletcher, J., Wanhill, S., Gilbert, D. Shepherd, R. (2003), *Turismo Princípios e Práticas*, ARTMED, São Paulo.

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert,D., Wanhill, S., (2005), *Tourism Principles and Practice*, 3ªed., Harlow, Pearson Education.

Coser, L., Rosemberg, B., (1995), *Sociological Theory: A book of readings*, New York, Waveland Press.

Costa P., (1993), *Cidades e Urbanização em Portugal: Uma Sociologia, Geografia ou Economia Urbanas*, 4/93 SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Costa, C. (Coordenador do estudo), (2003), *Avaliação do II Quadro Comunitário de Apoio – Componente Turismo*, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo.

Costa, C., (1996), *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organizations and networks*, Department of Management Studies, University of Surrey.

Costa, C., (1998), O Turismo e os Municípios Porquê e que Relação, in *Turismo: Horizontes Alternativos*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 191-212.

Costa, C., (2001), An Emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative Analysis Between Town and Tourism Planning, in *International Journal of Tourism Research*, 3, 6, Chicester, Wiley&Sons, pp. 425-41.

Costa, J., (2004), The Portuguese Tourism Sector, in *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 16, 7, Emerald Group, pp. 402-07.

Costa, J., Rita, P., Águas, P. (2001), *Tendências Internacionais em Turismo*, Lisboa, Lidel Edições Técnicas, Lda.

Costa, P., van der Borg, J., (1988), *Un modello lineare per la programmazione del turismo*, COSES, 32/33, pp. 21–26.

Countryside Commission (1995) *Sustainable Rural Tourism: Opportunities for Local Action*. Cheltenham, Countryside Commission.

Countryside Commission, English Heritage, English Nature (1996), *Ideas into Action for Local Agenda 21*, Peterborough, English Nature.

Courchene, T., (1993), Globalisation, institutional evolution and the Australian federation, in Galligan B., (ed.), *Federalism and the Economy: International, National and State Issues*, Canberra, Federalism Research Centre.

Craig-Smith, S., French, C. (1994), *Learning to live with Tourism*, Longman, Melbourne.

Craik, J. (1991) *Resorting to Tourism: Cultural Policies for Tourism Development in Australia*, Sydney, Allen & Unwin.

Craik, J. (1995) Are there cultural limits to tourism?, in *Journal of Sustainable Tourism* 3, 2, pp. 87–98.

Cunha, L., (1997), *Economia e política do turismo*, McGrawHill, Alfragide

Cunha, L., (2001), *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo.

Cunha, L., (2006), *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo.

CVAC, (1993), *Castleton Village Appraisal* Castleton: Castleton Village Appraisal Committee, Department of Environment, London, HMSO.

CVAC, (1994), *Community Involvement in Planning and Development Processes*, London, HMSO.

Cycling Touring Club (1996) *Cycle-Friendly Infrastructure: Guidelines for Planning and Design*, Godalming, Cycling Touring Club.

Dann, G., Nash, D., Pearce, P., (1988), Methodology in Tourism Research, in *Annals of Tourism Research*, 15, pp. 1-28.

Davis, S. (1999), 'Space jam: media conglomerates build de entertainment city', *European Journal of Communication*, 14, pp. 435-59

Department for Communities and Local Government, (2006), *Good Practice Guide on Planning for Tourism*, London Department for Communities.

Department of Culture, Media and Sport (1998) *Tourism — Towards Sustainability: A Consultation Paper on Sustainable Tourism in the UK*, London, Department of Culture, Media and Sport.

Department of the Environment (1990), *This Common Inheritance*, London, HMSO.

Department of the Environment and Heritage, (2004), *Steps to Sustainable Tourism: planning a sustainable future for tourism, heritage and the environment*, Canberra, Commonwealth of Australia.

Department of Transport (1996), *The National Cycle Strategy*, London, Department of Transport.

DGOTDU - Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (2005), *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*, DGOTDU, Lisboa.

DGOTDU – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (1998), *Normas e Critérios de Apoio à Elaboração de PDM*, Lisboa, DGOTDU.

DGT – Direcção Geral de Turismo, (2006), *Férias dos Portugueses*, ver [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt)., actualmente Turismo de Portugal ([www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt)).

DGT – Direcção Geral de Turismo, (2006), *Turismo em Espaço Rural*, ver [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt)., actualmente Turismo de Portugal ([www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt)).

DGT - Divisão de Recolha e Análise Estatística, (2004), *Golfe em Portugal*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticas, Setembro de 2004 in [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt).

DGT - Divisão de Recolha e Análise Estatística, (2004), *O Turismo no Espaço Rural*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, 5 de Março de 2005, in [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt).

DGT - Divisão de Recolha e Análise Estatística, (2005), *O Turismo no Espaço Rural*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos in [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt).

DGT - Divisão de Recolha e Análise Estatística, (2005), *Parques de Campismo*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos in [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt).

DGT - Divisão de Recolha e Análise Estatística, (2006), *Termas em Portugal*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Julho de 2006 in [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt).

Diken, p., Lloyd, P., (1978), *Location in Space*, London, Harper Row.

Direcção Regional de Estatística, (2005), Dados sobre turismo em espaço rural disponíveis no site <http://www.dre.srpc.pt>.

Dobson, A. (1990) *Green Political Thought*, London, Allen&Unwin Hyman.

Dodson, B., Killiam, D., (1998), From port to playground: the redevelopment of the Victoria and Alfred Waterfront, Tyler, D., Gerrier, Y., Robertson, M., (eds.), (1998), *Managing Tourism Cities*, Chichester, Wiley & Sons, pp. 139-63.

Dollery B., Marshall N. (eds.), (2004), *Australian Local Government: Reform and Renewal*, Melbourne:, Macmillian Education Australia.

Domingues, A., Silva, P., (2004), Formas recentes de urbanização no Norte Litoral, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 8-22.

Domingues, C. (1997). *Prontuário Turístico (Nova Edição, Revista e Actualizada)*, 2ª ed., Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turística.

Drakakis-Smith, D., (2002), *Third World Cities*, London, Routledge.

Dredge D., (2001), Local Government Tourism Planning and Policy-making in New South Wales: Institutional Development and Historical Legacies, *Current Issues in Tourism*, 4, 2-4, pp. 355- 380. G. Jackson & N. Morpeth.

Dredge, D., (1997), Local government planning policy and destination place management: A case study of Douglas Shire, North Queensland, in Bushell R., (ed.), (1997), in *'Tourism Research: Building a Better Industry' Conference Proceedings*, Sydney, Bureau of Tourism Research, pp. 263-376.

Durand, H., Gouirand, P., Spindler, J., (1994), *Economie et Politique du Tourisme*, Paris, Librairie Generale de Droit.



- Dutton, I., Hall, C. M., (1989), *Making Tourism Sustainable: the policy/practice conundrum*, *Proceedings of the Environment Institute of Australia Second National Conference*, 9-11, Outubro, Melbourne, Australia.
- Dye, T.(1992), *Understanding Public Policy*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- East of England Tourist Board (1996), *England's Cycling Country: A Cycling Tourism Strategy for the East of England*, East of England Tourist Board.
- Eber, S. (1992) (ed.) *Beyond the Green Horizon: Principles for Sustainable Tourism*, Godalming, World Wide Fund for Nature.
- Eco, U. (2002), *Como se faz uma tese*, São Paulo, Perspectiva.
- Egan, K., (1992), *Imagination in Teaching and Learning*, London, Rutledge.
- Elliot, J., (1997), *Tourism: Politics and the Public Sector*, London, Routledge.
- Encontro entre vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e autarcas, *Jornal o Público*, 19 de Dezembro de 2006, Terça-feira.
- English Tourist Board (1991), *Tourism and the Environment: Maintaining the Balance*, London, ETB.
- European Commission (1995), *Green Paper on Tourism DGXXIII*, Brussels, European Commission.
- Eurostat (2003), *Statistiques sociales européennes – démographie*, Brussels, Européen Commission.
- Eurostat (2005), *Statistiques sociales européennes*, Brussels, Commission Européen em <http://europa.eu.int>.
- Eurostat (2005a), *Statistiques régionales et urbaines européenne Guide de référence*, disponível em Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés Européennes.
- Fainstein, S., Judd, D., (1999), Global forces, local strategies and urban tourism, in Judd D., Fainstein S., (eds), *The Tourist City*, New Haven, Yale University Press, pp. 1–17.
- Faludi, A., (1987), *A Decision-Centred View of Environmental Planning*, Oxford, Pergamon.
- Faludi, A., e van der Valk, A., (1994), *Rule and Order Dutch Planning Doctrine the Twentieth Century*, Dordrecht, Kluwer.

- Faulkner, B., (2003) Rejuvenating a Maturing Destination: The Case of the Gold Coast, in *Progressing Tourism Research- Bill Faulkner*, in Fredline L., Jago L., Cooper, C., (eds), Clevedon, Channel View Publications, pp. 34-86.
- Federation of Nature and National Parks of Europe (1993), *Loving Them To Death? The Need for Sustainable Tourism in Europe's Nature and National Parks*, Grafenau, FNNPE.
- Ferman, G., Levin, J., (1979), *Investigación en ciencias sociales*, México, Limusa.
- Fernandes, D., (1991), Notas sob os paradigmas de investigação em educação, in *Noesis*, 18, pp.64-66.
- Ferrão, J., (2002), Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo, in Cabral, J., Domingues, A., Portas, N., (org.), (2002), *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, A., (2004), Editorial, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp.4-5.
- Ferreira, L., (1999), *Leis do Turismo – Novos diplomas comentados e anotados*, 2ª ed., Lisboa, Quid Júris.
- Finn, M., Elliot-White, M., Walton, M., (2000), *Tourism & Leisure Research Methods*, Harlow, Pearson.
- Forester, J., (1989), *Planning in the Face of Power*, Berkeley CA, University of California Press.
- Forester, J., (1993), *Critical Theory, Public Policy and Planning Practice*, Albany, State University
- Formica, S., Uysal, M., (1996) The Revitalization of Italy as a Tourism destination, in *Tourism Management*, 17, 5.
- Forster, C., (1995), *Australian Cities: Continuity and Change*, Melbourne, Oxford University Press.
- Forster, C., (1995), *Australian Cities: Continuity and Change*, Melbourne, Oxford University Press.
- Fossati, A., Panella, G. (2000), Tourism and sustainable development: A theoretical framework, in Fossati, (eds.), (2000), *Tourism and Sustainable Economic Development*, Dordrecht, Kluwer.
- Foster, D., (1992), *Viagens e Turismo - Manual de Gestão*, Mem Martins, Edições CETOP.
- Fowler, F.J., Mangione T., (1990), *Standardized Survey Interviewing, Applied Social Science Research Methods Series*, 18, London, Sage.
- Florida, R., (2003), *The Rise of Creative Class: and How It's transforming Work, Leisure, Community, and Everyday Life*, Boulder, Perseus Publishing.

- Freeman, C., Littlewood S., Whitney D., (1996), Local Government and Emerging Models of Participation in the Local Agenda 21 Process, in *Journal of Environmental Planning and Management*, 39, pp. 65-78.
- Friedmann, J., (1992), *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, Oxford, Blackwell.
- Friends of the Earth (1989), *The Environmental Charter for Local Government — Practical Recommendations*, London, FOE.
- Fulop, L., (1997), *Regional Economic Development Organisations (REDO's) in New South Wales: A Preliminary Stud.*, Canberra: National Committee on Regional Co-operation.
- Galligan, B., Hughes, O., Walsh, C., (1991), *Intergovernmental Relations in Australia*, Sydney, Allen&Unwin.
- Galtung, J., (1993), Waiting for UNCED: Waiting for Godot, in Rajan V., (ed.) *Rebuilding Communities: Experiences and Experiments in Europe*, Totnes, Green Books.
- Garrod, B., Fyall, A., (2000), Managing heritage tourism, in *Annals of Tourism Research*, 27, 3, pp. 682–706.
- Gaspar, J., (1992), The Societal Response to Changes in the Production System, in *Urban Studies*, 29, 6, pp.827-37.
- Gass, I., Smith, P., Wilson, R., (1984), *Vamos Compreender a Terra*, Coimbra, Almedina.
- Gerrier, Y., Robertson, M., (eds.), (1998), *Managing Tourism Cities*, Chichester, Wiley & Sons, pp. 125-37.
- Getz, D., (1986), Models in tourism planning: Towards integration of theory and practice, *Tourism Management*, 7,1, pp. 21-32.
- Getz, D., (1992), Tourism Planning and Destination Life Cycle, in *Annals of Tourism Research* 19, pp. 752-70.
- Getz, D., Jamal T., (1994), The Environment-Community Symbiosis: A Case for Collaborative Tourism Planning, in *Journal of Sustainable Tourism*, 2, pp. 152-73.
- Ghigilione, R., Matalon, B., (1993), *O Inquérito Teoria e Prática*, 2ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, A., (1998), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta.
- Gil, A., (1994), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 4ª ed., São Paulo, Editora Atlas S.A.
- Gil, A. (2002), *Como elaborar projetos de pesquisa*, São Paulo, Atlas.

- Glasson, J., Godfrey, K., Goodey, B., (1995), *Towards Visitor Impact Management*, London, Avebury.
- Go, F. G., Pine, R., (1995), *Globalization strategies in the hotel Industry*, London, Routledge.
- Godfrey, K. (1996), Towards Sustainability? Tourism in the Republic of Cyprus, in Harrison L. Winston H., (ed), (1996), *Practicing Responsible Tourism: International case studies in tourism planning, policy and development*, pp. 58-79, New York: John Wiley & Sons.
- Godfrey, K., (1998), Attitudes towards sustainable tourism in UK, in *Tourism Management*, 19, 3, pp. 213-24.
- Gomes, E., Farias, F., (2004), Onde está a natureza possível do e no planeamento urbano? Comunicação apresentada no Congresso Internacional “*Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano*”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal, 24-26 Novembro 2004.
- Gonçalves, F. (1984a), O Plano Director e o Futuro do Planeamento Municipal, in *Cadernos Municipais*, 28, pp. 20-7.
- Gonçalves, F. (1984b), *Fundamentos para uma Normativa Urbanística Portuguesa*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Gonçalves, F. (1986), A Propósito dos Projectos de Urbanização do Estado Novo: Projectos Urbanísticos ou Regulamentos Policiais, in *Sociedade e Território*, Porto, Edições Afrontamento, 4, pp. 96-115.
- Gonçalves, F. (1989a), *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1951-1988)*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Gonçalves, F. (1989b), A Organização Institucional do Planeamento Urbanístico em Portugal: Problemas e Dificuldades, in *Actas do Colóquio sobre Urbanismo e Poder Local*, organizado pelo CEFA, Coimbra, pp. 115-62.
- Gonçalves, F. (1995), “Usos e Abusos do Urbanismo Contemporâneo”, in *Sociedade e Território*, Porto, Edições Afrontamento, 21, pp. 49-56.
- Gonçalves, F., (1990), Estratégias de Legitimação do Planeamento Municipal, in *Viver (n)a Cidade*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais – ISCTE, pp. 201-12.
- Gonçalves, F., (1991), 1991, Ano Zero de Um Novo Urbanismo, in *Jornal Arquitectos*, 106, pp. 34-7.
- Gonçalves, F., (1994), Regime Jurídico dos Planos Directores Municipais: Esperanças, Equívocos e Certezas, in *Jornal Arquitectos*, Porto, Edições Afrontamento, 141, pp. 15-7.

- González, M., (2004), La Ordenación Territorial del Turismo en Canarias: una Apuesta por la Sostenibilidad, actas do congresso internacional de “*Ordenamento territorial e desenvolvimento urbano*”, Instituto superior de Ciências sociais e politicas, 24-26 de Novembro de 2004 em Lisboa.
- Goodwin, M., (1998), The Governance of Rural Areas: Some Emerging Research Issues and Agendas, in *Journal of Rural Studies*, 14, pp.5-12.
- Gouttebel, J., (2003), *Stratégies de développement territorial*, Paris, Economica.
- Gouveia M., Duarte T., (2001), O Cluster do Turismo em Portugal, in *World Travel and Tourism Council*, (WTTC).
- Government of New South Wales (1996), *New South Wales Policy Statement on the Application of the National Competition Policy to Local Government*, Sydney Government of New South Wales.
- Grandes Museus de Portugal, 12 suplementos do Jornal Público (Novembro e Dezembro 1992/Janeiro 1993).
- Gray, B., (1989), *Collaborating. Finding Common Ground for Multi-Party Problems*, San Francisco, Jossey-Bass.
- Greg, R., Hall, D. (2000), *Tourism and sustainable Community Development*, London, Routledge.
- Grix, J., (2004), *The Foundations of Research*, New York, Palgrave.
- Guerra, I., (2002), Tensões no Urbanismo Quotidiano, in Cabral, J., Domingues, A., Portas, N., (org.), (2002), *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gunn, C., (1994), *Tourism Planning: Basics, Concepts and Cases*, Philadelphia, Taylor and Francis.
- Gunn, C., Var, T., (2002), *Tourism Planning*, 4ª ed., Nova Iorque, Routledge.
- Habitat, *Best Practices Database for Human Settlements*, in [www.bestpractices.org](http://www.bestpractices.org).
- Hakim, C. (1982), *Secondary Analysis in Social Research: A Guide to Data Sources and Methods with Examples*, London, Allen & Unwin.
- Hall, C., (1994), *Tourism and Politics: Policy, Power and Place*, Chichester, Wiley.
- Hall, C., Jenkins, J., (1995), *Tourism and Public Policy*, London, Routledge
- Hall, C. M., Jenkins, J., Kearsley, G., (1997), *Tourism Planning and Policy in Australia and New Zealand: Cases, Issues and Practice*, Sydney, McGraw Hill.
- Hall, C., Lew, A., (1998a), *Sustainable tourism: A Geographical Perspective*, Harlow, Addison Wesley Longman.

- Hall, C.M., (1998b), *Introduction to Tourism: Development, Dimensions and Issues*, 3<sup>a</sup> ed., Melbourne, Longman.
- Hall, C., (1998c), The politics of decision making and top-down planning: Darling Harbour, in Tyler, D., Gerrier, Y., Robertson, M., (eds.), (1998), *Managing Tourism Cities*, Chichester, Wiley & Sons, pp. 9-24.
- Hall, C. M., (1998d), *Tourism Development, Dimensions and Issues*, South Melbourne, Addison Wesley Longman.
- Hall, C. M., (2000a), *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*, Harlow, Pearson Education.
- Hall, P. (1975), *Urban and Regional Planning*, Penguin, Middlesx
- Hall, P., (1982), *Urban and Regional Planning*, 3<sup>a</sup> ed., London, Allen and Unwin.
- Hall, P., (1995), *The roots of urban innovation: culture, technology and the urban order*, *Urban Futures*, 19, pp. 41 a 52.
- Hall, P., (1998a), *Cities of Tomorrow*, updated ed. Oxford, Blackwell.
- Hall, P., (1998b), *Cities in Civilisation*, London, Weindenfeld.
- Hall, P., (2000), Creative Cities and Economic Development, in *Urban Studies*, 37, 1, pp. 639-49.
- Hall, P., (2002), The Changing in Urban System, in Cabral, J., Domingues, A., Portas, N., (org.), (2002), *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hall, P.,(1997a), The view from London: Twenty five years of planning at the DOE, in Blowers, A., Evans, B., (eds), (1997), *Town Planning in the 21<sup>st</sup> Century*, London ,Rouledge, pp. 119-36.
- Hall, P., Landry, C., (1997b), *Innovative and Sustainable Cities*, Dublin, European Foundation For the Improvement of Living and Working Conditions.
- Hall, T., (1997), (Re) placing the City Cultural relocation and the city center, in Westwood, S., Willians, J., (eds), (1997), *Imagining Cities*, London, Routledge, pp. 202-19.
- Hall, T., Hubbard, P., (1996), The entrepreneurial city: new urban politics, new urban geographies?, in *Progress in Human Geography*, 20, 2, pp. 153-74.
- Harrison, D. (ed.), (1992), *Tourism and the less Developed Countries*, Belhaven Press, London
- Harvey, D., (1989), *The Condition of Post Modernity: An Enquiry Into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Blackwell.
- Harvey, D., (1989a), *The Urban Experience*, Oxford, Blackwell.

- Harvey, D., (1989b), "From Managerism to Entrepreneurism: The transformation in Urban Miles, M., Hall, T., Burden, I., (2000), *The City Cultures Reader*, London, Routledge.
- Harvey, D., (1992), Social Justice and the city, from International Journal of Urban and Regional Research, in La Gates, R., Sout, F., (eds), (1999), *The City Reader*, 2° ed., London, Routledge, pp.199-208.
- Hastings, A., (1996), *Unravelling the Process of Partnership in Urban Regeneration Policy*, London, Macmillan.
- Haywood, K., (1988), Responsible and Responsive Tourism Planning in the Community, in *Tourism Management*, 9, pp. 105-18.
- Healey, P. e Thomas, H. (1991), "Knowledge, Skills and Their Validation: Knowing Why, as well As, What and How" in Thomas, H. e Healey, P., org., (1991), *Dilemmas of Planning Practice*, Aldershot, Avebury, pp. 193-99.
- Healey, P., Cameron, S., Davoudi, S., Graham, S., Madani-Pour, A., (1995a), Challenges for the urban environment, in Healey P., Cameron S., Davoudi S., Graham S., Madani-Pour A., (eds.) (1995), *Managing Cities: The New Urban Context* Chichester, John Wiley & Sons, pp. 273–89.
- Healey, P., Purdue, M., Dennis, F., (1995b), *Negotiating Development, Rationales and Practice for Development Obligations and Planning Gain*, London, E & FN Spon.
- Healey, P., (1997a), *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*, London, Macmillan Press.
- Healey, P., Khakee, A., Motte, A., Needham, B., (1997b), Strategic plan making and building institutional capacity, in Healey, P., Khakee, A., Motte, A., Needham, B., (eds), (1997), *Making Strategic Spatial Plans Innovation in Europe*, London, UCL Press, p.p. 1-21.
- Healey, P., (1998), Collaborative Planning in a Stakeholder Society, in *Town Planning Review*, 69, pp. 1-21.
- Heath, T., (1997), The Twenty Four Hour City Concept – a Review of Initiatives in British Cities, in *Journal of Urban Design*, 2, 2, pp. 193-204.
- Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G., (1990), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Éditions Agence d'ARC.
- Heeley, J., (2001), Public-private partnerships in tourism, in Lockwood A., Medilik, S., (eds.), *Tourism and Hospitality in the 21<sup>st</sup> century*, Oxford, Butterworth Heinemann.

- Henry, I. and Jackson, G. (1995), Sustainable tourism management: A conceptual framework and implications for tourism education, in G. Richards (ed.), (1995), *European Tourism and Leisure Education: Trends and Prospects*, Tilburg: Tilburg University Press.
- Herzog, L., (2001), The Tran frontier Metropolis, in *Harvard Design Magazine*, Harvard, 1, pp, 15-27.
- Hill, D. (1994) *Citizens and Cities: Urban Policy in the 1990s*, Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf.
- Hill, M., Hill, A., (2000), *Investigação por Questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Hiller, H., (2000), Mega-events, urban boosterism and growth strategies, in *International Journal of Urban and Regional Research*, 24, pp. 439-58.
- Hitters, E., (2000), The Social and Political Construction of a European Cultural Capital: Rotterdam 2001, in *Cultural Policy*, 6, 2, pp. 172–87.
- HMSO (1994), *Sustainable Development: The UK Strategy*, London, HMSO.
- Hodgson, S. (1995), Local Agenda 21 and the social dilemma, *Proceedings of the 1995 International Sustainable Development Research Conference*, 27–28 March, Manchester Conference Centre.
- Hoogwood, B., Gun, L. (1984), *Policy Analysis to the Real World*, Oxford, Oxford University Press.
- Horton, P., Hunt, C., (1985), *Sociology*, New York, McGrawHill.
- HTM-HM Treasury, DTI-Department of Trade and Industry, (2003), *A modern regional policy for the United Kingdom*, Norwich, HMSO.
- Huat, B., (1998), Word Cities, Globalisation and the Spread of Consumerism: A View from Singapore”, in *Urban Studies*, 35, 5-6, pp. 981-1000.
- Hunter Valley Research Foundation (HVRF) (1993), *Tourism and Australian Local Government: Issues, Impediments and Action*, Canberra: Commonwealth Department of Health, Housing, Local Government and Community Services.
- Hunter Valley Research Foundation (HVRF) (1995), *Local Government and Tourism: Facilitators for Growth*, Canberra, Office of Local Government Department of Housing and Regional Development.



- Ibrahim, E., Gill, J., (2005), A position strategy for a tourist destination based on analysis of consumers, perceptions and satisfactions, in *Intelligence Planning*, 23,2 Emerald Group, pp. 172-88.
- ICEP – Investimento, Comércio e Turismo de Portugal, (2002), *Representatividade de Produtos Turísticos no Turismo Nacional*, Lisboa, ICEP Portugal – Investimento, Comércio e Turismo de Portugal.
- ICEP – Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (2005), *Reinventando o Turismo em Portugal*, Lisboa, Confederação do Turismo Português.
- ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives, (1994), *Strategic Services Planning: Sustainable Development — A Local Perspective*, Toronto, ICLEI.
- ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives (1998), *Case Studies on the Local Agenda*, Toronto, ICLEI.
- ICLEI- International Council on Local Environmental Initiatives , (1999), Tourism and Sustainable Development, in *Seventh Session of International Council on Local Environmental Initiatives*, 19-30 April 1999, New York, International Council on Local Environmental Initiatives, pp.1-13.
- Imrie, R., Thomas, H., (1995), Changes in local governance and their implications for urban policy evaluation, in Hambleton R., Thomas H., (ets.), (1995), *Urban Policy Evaluation: Challenge and Change*, London: Paul Chapman Publishing, pp. 123–255.
- INE – Instituto Nacional de Estatística, (2002), *Atlas das Cidades de Portugal*, Lisboa, INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística, (2004), *Atlas das Cidades de Portugal*, 2ªedi., Lisboa INE.
- INE (2006) – Destaque á comunicação social, em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), em 21 de Maio de 2006.
- INE (2006a) – Destaque, informação à comunicação social – Conta Satélite do Turismo de Portugal, em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), em 21 de Setembro de 2006.
- Innes, J., (1995), Planning Theory's Emerging Paradigm: Communicative Action and Interactive Practice, in *Journal of Planning Education and Research*, 14, pp. 180-90.
- Inskeep, E., (1991), *Tourism Planning: An integrated and sustainable development approach*, New York: John Wiley & Sons.
- Instituto de Conservação da Natureza (2001), *A, B, C das Áreas Protegidas de Portugal*, Lisboa, Instituto de Conservação da Natureza.
- Instituto Nacional de Estatística – INE, (2003), *Portugal Social 1991-2001*, Lisboa, INE,
- Jacinto, F., Lamas, B., Machado, R., (2004), O Esquema Director como figura mediadora, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 168-174.

- Jackson G., (1999), Local Agenda 21 and Community Participation in Tourism Policy and Planning: Future or Fallacy, in *Current Issues in Tourism*, 2, 81, pp. 1-38.
- Jackson, J. B., (1952), The Almost Perfect City from Landscape, in LeGates T., Stout, F., (eds), (1996), *The City Reader*, 1<sup>a</sup> ed., London, Routledge.
- Jacobs, J., (1961), *The Death of Great American Cities: The Failure of Town Planning*, New York, Random House.
- Jamal, T., Getz, D., (1995), Collaboration theory and community tourism planning, in *Annals of Tourism Research*, 22,1, RU, Pergamon, pp. 186-204.
- Jamal, T., Getz, D., (1997), Visioning for Sustainable Tourism Development: Community-based Collaborations, in Murphy, P., (ed.), (1997), *Quality Management in Urban Tourism*, Chichester, John Wiley & Sons, pp. 199-220.
- Jansen\_Verbeke, M., Lievois, E., (1999), Analysing heritage resources for urban Tourism in European cities, in earce, D., Butler, R., (eds.), (1999), *Contemporary Issues in Tourism Development*, London, Routledge, pp. 81-107.
- Jeffries, D., (2001), *Governments and Tourism*, Oxford, Butterworth/Heinemann.
- Jennings, G., (2001), *Tourism Research*, Milton Queensland, John Wiley & Sons.
- John Howard and Associates (1988), *Local Government in a Changing Environment*, Melbourne, Report prepared for the National Review of Local Government Labour Markets.
- Johnson, W., (1984), Citizen Participation in Local Planning in the UK and USA: A Comparative Study, in *Progress in Planning*, 21, pp. 149-221.
- Johnston, J., (1997), Managing strategically, in Dollery B., Marshall N. (eds.), (1997), in *Australian Local Government: Reform and Renewal*, Melbourne, Macmillan Education Australia, pp. 227-46.
- Jones, C., Watkins, C., (1996), Urban Regeneration and Sustainable Markets, in *Urban Studies*, 33, 7, pp. 1129-140.
- Jones, M., (1981), *Local Government and the People: Challenges for the Eighties*, Melbourne, Hargreen Publishing Company.
- Joppe, M., (1996), Sustainable Community Tourism Development Revisited, in *Tourism Management*, 17, pp. 475-79.
- Judd, D., (1995), Promoting Tourism in US Cities, in *Tourism Management*, 16, pp. 362-81.

- Judd, D. (1999a), Constructing the Tourist Bubble, in Judd, D., Fainstein, S., (ed.), (1999), *The Tourist City*, New Haven and London, Yale University Press, pp.261-73.
- Judd, D., Fainstein, S., (1999b), *The Tourist City*, London, Yale University Press.
- Judd, D., Swanstrom, T., (1998), *City Politics: Private Power and Public Policy*, New York, Longman.
- Jurowski, C., Uysal, M., Williams, D., (1997), A theoretical analysis of host community resident reactions to tourism, in *Journal of Travel Research*, 36, 2, pp. 3-11.
- Kadt, E., (1976), *Tourism: Passport to Development?*, New York, Oxford University Press.
- Karski, A. (1996), Urban Tourism: A Key to Urban Regeneration, in *The Planner*, April 6, pp. 15-17.
- Katz, P., (1994), *The New Urbanism: Towards an Architecture of Community*, New York, McGraw-Hill.
- Keane, M., (1997), Quality and pricing in tourism destinations, in *Annals of Tourism Research*, 24, 1, pp.117–30.
- Kelder, E. (1995) Policy Integration and the ‘Implementation Gap’. Proceedings of the 1995 European Environment Conference, 11–12 September, University of Nottingham.
- Kerlinger, F., Lee, H., (2002), *Investigación del comportamiento: métodos de investigación en ciencias sociales*, México, McGrawHill.
- Khan, H., (1998), The tourism explosion: policy decisions facing Singapore, in Tyler, D., Gerrier, Y., Robertson, M., (eds.), (1998), *Managing Tourism Cities*, Chichester, Wiley & Sons, pp. 45-64.
- Knowles, T., Diamantis, D., El-Mourhabi, J., (2001), *The Globalization of Tourism and Hospitality: A Strategic Perspective*, London, Continuum.
- Kotler, P., Bowen, J., Makens, J., (1998), *Marketing for Hospitality and Tourism*, 2<sup>a</sup> ed., New York, Prentice Hall.
- KPMG, M. (1993) The Economic Impact of International Convention Centre, London, KPMG.
- Krippendorf, J. (1987), *The Holiday Makers*, in London, Heinemann.
- Krippendorf, J., (1982), Towards new tourism policies: The importance of environmental and social factors, *Tourism Management*, 3, 3, pp. 135-48.
- Lamas, J., (2000), Desenho de Cidade para Melhoria da Qualidade de Vida, in *Urbanismo*, 7.

- Landabaso, M. (2003), Main trends on the design of Regional Innovation Policies in Europe, in *COTEC*, Madrid, 16th September 2003.
- Landabaso, M., Oughton, C., Morgan, K., (2002), The Innovation Paradox, in *Journal of Technology Transfer*, 27, pp. 97-110.
- Landry, C., (2004), *The Creative City*, London, Earthscan
- Larcombe, F., (1978), *The Advancement of Local Government in New South Wales 1906 to the Present*, Sydney, Sydney University Press.
- Law, C., (1990), Tourism: A focus for urban regeneration, in Hardy, S., Hart, T., Shaw, T., (eds.), (1990), *The role of Tourism in urban and regional economy*, Regional Studies Association, of Newcastle upon Tyne, South Shields Tyne and Wear.
- Law, C., (1992), Urban Tourism and its Contribution to economic Regeneration, in *Urban Studies*, 27, 3/4, pp. 599-618.
- Law, C., (1993), *Urban Tourism: Attracting visitors to large cities*, Mansell, London.
- Law, C. (1996), *Tourism in Major Cities*, London, Thonson.
- Law, C. (2002), *Urban Tourism: The Visitor Economy and Growth of Large Cities*, Continuum, London.
- Lebre, A., (1998), A urbanística do lazer e o turismo, in *Sociedade e Território*, Porto, Edições Afrontamento, 28, pp.23-30
- Lee, G., (1987), Future of national and regional tourism in developing countries, in *Tourism Management*, 8, 2, pp. 86-8.
- Lees, L., (2000), A reappraisal of gentrification: Towards geography of gentrification, in *Progress in Human Geography*, 24, 3, pp. 389-408
- Leiper, N. (1990), *Tourism Systems: An Interdisciplinary Perspective*, Palmerston North, New Zealand: Department of Management Systems Occasional Paper 2, Massey University.
- Leiper, N. (2004), *Tourism Management* 3<sup>a</sup> ed., Sydney, Pearson Education.
- Leite, D., (1974), *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*, São Paulo, Editora Pedagógica.
- Leslie, D. and Hughes, G. (1997), Agenda 21, local authorities and tourism in the UK, in *Managing Leisure*, 2, pp. 143-54.
- Lewis N., (1992), *The inner city Regeneration: the demise of Regional and Local Government*, Philadelphia, Open University Press.

- Lightbody, J., (1993), The strategic planning component in the policymaking process for municipalities in Canada, in *Policy Studies Journal*, 21, 1, pp. 94–104.
- Lobo, M., (1995), *Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco*, FAUP / DGOTDU, Lisboa.
- Local Government Management Board (1993), *An Initial Statement by UK Local Government-Local Agenda 21*, Luton, LGMB.
- Local Government Management Board (1994a), *A Framework for Local Sustainability*, Luton, LGMB.
- Local Government Management Board (1994b), *Community Participation in Local Agenda 21*, Luton, LGMB.
- Local Government Management Board (1997), *Local Agenda 21: The First 5 Years*, Luton, LGMB.
- Lodge, D. (1998), *Notícias do Paraíso*, Lisboa, Gradiva.
- Long, J., (1994), Local authority tourism strategies: A British appraisal, in *Journal of Tourism Studies* 5, 2, pp. 17–23.
- Long, P., (1997), Researching Tourism Partnership Organizations: From Practice to Theory to Methodology, in Murphy P., (ed.), (1997), *Quality Management in Urban Tourism*, Chichester, Wiley&Sons, pp. 235-5.
- Lovel, A., Feuerstein, B. (1992), After the carnival — Tourism and community development, in *Community Development Journal: An International Forum* 27, 4, pp. 353–60.
- Luna, S. (2002), *Planejamento de Pesquisa: Uma introdução de Elementos para uma Análise Metodológica*, São Paulo, Educação.
- Lynch, R., Veal, A., (1996), *Australian Leisure*, Melbourne, Longman.
- Lyotard, J., (1989), *A Condição da Pós – Modernidade*, Lisboa, Gradiva.
- Madeira, C., (2004), Portugal num mundo inseguro, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 134-147.
- Manete, M., Minghetti, V., celloto, E., (2000), *Artist, Work package 2: Final Report*, Veneci, Ciset.
- Mansfeld, J. (1999), “Consuming spaces” in Heron, R., Murphy, L., Forer, P. Goldstone, M. (ed.) (1999), *Explorations in Human Geography*, 318-43, Oxford University Press, London

- March, J., Olsen, J., (1984), The new institutionalism: Organizational factors in political life, in *American Political Science Quarterly*, 78, pp.735–49.
- March, J., Olsen, J., (1996), Institutional perspectives on political institutions, *Governance: an International Journal of Policy and Administration* 9, 3, pp.247–64.
- Marcouiller, D., (1997), Towards integrative tourism planning in rural, in *Journal of Planning Literature*, 22, 3, pp. 338-57.
- Marien, C., Pizam A., (1997), Implementing Sustainable Tourism Development Through Citizen Participation in the Planning Process, in Wahab S., Pigram J., (eds), (1997), *Tourism Development and Growth The Challenge of Sustainability*, London, Routledge pp. 164-78.
- Marsh, A., Murie, A., (1996), Citizenship, choice and control in British housing policy: Changing concepts and contexts, Paper to the Housing Studies Association.
- Martin, B., Uysal, M., (1990), An examination of the relation ship between carrying capacity and the tourism life-cycle: Management and policy implications, in *Journal of Environmental Management*, 31, pp. 327–333.
- Mason, J., (2002), *Qualitative Researching*, London, Sage Publications.
- Mateus, D., (2004), Uma visão do território actual, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 142-47.
- Mathieson, A., Wall, G., (1982), *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, London, Logman.
- Maxwell, J., (2003), Sustainable Cities, in *Plan Canada*, 43, 4, pp. 13-5.
- Mayer, M., (1995), Urban governance in the post-Fordist city, in Healey P., Cameron S., Davoudi S., Grahamand S., Madani-Pour A., (eds.), (1995), *Managing Cities: The New Urban Context*, Chichester, John Wiley and Sons, pp. 231–49.
- McArthur, A., (1995), The Active Involvement of Local Residents in Strategic Community Partnerships, in *Policy and Politics*, 23, pp. 61-71.
- McElroy K., Woosnam K., Aarsal I., Norman W., (2004), Collaborative tourism planning: An application of shrimp tourism across multiple coastal regions in South Carolina in *Tourism Management*, Email: kmcelro@clemson.edu.
- McIntosh, R., Goeldner, C., (1986), *Tourism: Principles, Practices and Philosophies*, New York, Wiley&Sons.

- McKercher, B., Ritchie, M., (1997), The third tier of public sector tourism: A profile of local tourism officers in Australia, *Journal of Travel Research*, pp. 66–72.
- McLaren, D., (1998), *Rethinking Tourism and Ecotravel*, West Hart, Kumarian Press.
- McLoughlin, J., (1969), *Urban and Regional Planning: A Systems Approach*, London, Faber.
- McNeill, J., (1997), Local government in the Australian federal system, in Dollery B., Marshall N., (eds), (1997), *Australian Local Government: Reform and Renewal*, Melbourne, Macmillan Education, pp. 17–39.
- Meethan, k., (1996) 'Consumed in civilised city', in *Annals of Tourism Research*, 32, pp. 322-40
- Mendonça D., (2001), *Casos e Coisas*, São Paulo, Globo.
- Merino B.*et al.*, (2003), Primeras aproximaciones al estudio estadístico del alojamiento privado con fines turísticos, in *Estudios Turísticos*, Madrid, pp.155-56.
- Merlin, P., (2002), *L'Aménagement du territoire*, Paris, Presses Universitaire de France.
- Michelin (2004), *Guia Verde Michelin Portugal*, Michelin, Paris.
- Middleton, V., (1994), "Managing the Marketing Mix", in Witt, S., Moutinho, L., (eds), (1994), *Tourism Marketing and Management Handbook*, New York, Prentice Hall.
- Middleton, V., (1996), *Marketing in Travel and Tourism*, Oxford, Butterworth/Heinemann.
- Mill R., Morrison A., (1985), *The Tourism System*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- Miller, C., Ahmed, Y. (1997), Community development at the crossroads: A way forward, in *Policy and Politics*, 25, 3, pp.35-45.
- Mitchel, B., (1994), Institutional obstacles to sustainable development in Bali Indonesia, in *Singapore Journal of Tropical Geography*, 15, 2, pp. 145-56.
- Moreira, A., (2000), Planeamento Estratégico Municipal para o Turismo, Dissertação submetida para a satisfação do grau de Mestre em Engenharia Municipal, opção de Planeamento Urbanístico, apresentada na Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, Braga.
- Moreira, G., (2004), Da cidade Industrial à pós-industrial, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 27-37.
- Morgado, M., Vegar, J., (2003), O inimigo sem rosto – corrupção em Portugal, D. Quixote, Lisboa.
- Morgan, K., (2001), The New Territorial Politics: Rivalry and Justice in post-devolution Britain, in *Regional Studies*, 35, pp.343-49.

- Morgan, K., (2004), Sustainable Regions: Governance, Innovation and Scale, in *European Planning Studies*, 12, 6, Carfax Publishing, pp. 871- 89.
- Morgan. G., (1993), *Imagination: the art of creative management*, Newbury Park, Sage.
- Moutinho, L., (2000), Trends in Tourism, in Moutinho, L., (ed.), (2000), *Strategic Management in Tourism*, Oxon, CABI Publishing, pp. 3-17.
- Munro, A., (1997), Local and regional governance: Back to basics, *Australian Journal of Public Administration* 56, 3, 77–83.
- Murdoch, J., and S. Abram (1998), Defining the Limits of Community Governance, in *Journal of Rural Studies*, 14, pp. 41-50.
- Murphy P., (1997), Visioning for Sustainable Tourism Development: Community-Based Collaborations, in Murphy P., (ed.), (1997), *Quality Management in Urban Tourism*, Wiley& Sons, Chichester pp.199-220
- Murphy, L., Heron, R., Forer, P., Goldstone, M., (ed.) (1999), *Explorations in Human Geography*, Oxford University Press, London
- Murphy, P. (1985), *Tourism: A community approach*, London, Routledge.
- Murphy, P. (1997), *Quality Management in Urban Tourism*, Chichester, Willey&Sons.
- Murphy, P., (1994), Tourism and sustainable development, in Theobald W., (ed.), (1994), *Global Tourism: the Next Decade*, Oxford, Butterworth- Heinemann, pp. 274-90.
- Nações Unidas, (2002), *World population ageing 1950-2050*, New York, Nações Unidas.
- Nadin, V., Doak, J., (1991), *Town Planning Responses to City Change*, London, Averbury.
- Naess, A., (1989), *Ecology, Community and Lifestyle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- National League of Cities, NCL (2004), *Building Quality Communities: making local land use decisions by choice not by chance*, Washington DC, NCL.
- New South Wales Department of Local Government (1979), *Lake Macquarie Municipal Report: Inspection of Management, Accounts and Internal Organisation*, Sydney.
- New South Wales Department of Local Government (1999), *Review of the Local Government Act: Report on the Act Review*, Sydney, Department of Local Government.
- Nicholson-Lord, D., (1997), *The Politics of Travel*, <http://www.thenation.com>.
- Nobbs, J., Hine, B., Flemming, M., (1983), *Sociology*, London, Macmillan.



- NZ (New Zealand) - Tourism Recreation Research and Education Centre, (2004), *Tourism Planning Toolkit for Local Government*, in [www.tourism.nz](http://www.tourism.nz)
- O’Riordan, T., (1981), *Environmentalism*, London, Pion.
- OCDE, (2003), *Conclusions of the Chair, High level Meeting*, Martigny, Switzerland, July 2003.
- OECD, (2004), *Trends in International Migration*, OECD, New York Press.
- Oliveira, F., (2004), Leis, decretos e afins urbanísticos no contexto europeu, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 148-156.
- Oliveira, S., (1997), *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses*, São Paulo, Pioneira.
- OMT, (1998), *Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism*, Madrid, OMT.
- OMT, (1999a), *Agenda para os planificadores locais – Turismo Sostenible y gestión municipal*, Madrid, OMT.
- OMT, (1999b), *Guía para Administraciones Locales – Desarrollo Turístico Sostenible*, Madrid, OMT.
- OMT, (2003), *Guia do desenvolvimento do turismo sustentável*, Bookman, São Paulo.
- OMT, (2005), *City Tourism & Culture – The European Experience*, World Tourism Organization, Madrid.
- OMT, (2006), Boletim de Junho de 2006, última actualização em 17/09/2006, no site da organização em [www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org), e confirmado em 1 do 9 de 2007.
- OMT, (2007), *Barómetro del OMT del Turismo*, volume 5, de Outubro de 2007, em [www.unto.org](http://www.unto.org).
- OMT, (2007a), Boletim de Junho de 2007, ultima actualização em 01/09/2007), no site da organização em [www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org)
- Ørjansen D., (1998), *Tourism in local planning and development : tourist area product and market plans*, Working paper no 67, Department of Tourism and Applied Science, Lillehammer, Norway.
- Page, S. (2000), ‘Urban Tourism’, em Ryan, C., Page, S., (ed.), *Tourism Manegement towards the New Millenium*, 197-202, Pergamon.
- Page, S., (1995), *Urban Tourism*, London, Routledge.
- Page, S., Brunt, P., Busby, G., Connell, J., (2002), *Tourism: A Modern Synthesis*, London, Thompson Learning.
- Page, S., (2003a), *Tourism Management*, Elsevier, Oxford.

- Page, S., Hall, M. (2003b), *Managing Urban Tourism*, Prentice Hall, London.
- Page, S., Brunt, P., Busby, G., Connell, J., (2006), *Tourism: A Modern Synthesis*, 2<sup>a</sup> ed, London, Thompson Learning.
- Painter, M., (1993), Local government, in Smith R., (ed.), *Politics in Australia*, Sydney, Allen&Unwin.
- Painter, M., (1998), *Collaborative Federalism: Economic Reform in Australia in the 1990s*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Pardal, L., Correia, E., (1995), *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores.
- Pardal, S., Correia, P., Lobo, M., (2000), *Normas Urbanísticas*, IV, Lisboa, DGOT/UTL.
- Parker, R., (1978), *The Government of New South Wales*, Brisbane, University of Queensland Press.
- Parsons, W., (1995), *Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis*, Aldershot, Edward Elgar.
- Patterson, A., Theobald, K., (1996), Local Agenda 21, compulsory competitive tendering and local environmental practices, in *Local Environment*, 1, pp. 7–19.
- Pattie, K., Hall, G., (1995), The greening of local government: A survey, in *Local Government Studie,s* 20, 3, pp. 458–85.
- Pearson, L., (1994), *Local Government Law in New South Wales*, Sydney, Federation Press.
- PecK, L., (1989), Tourism and development in the North Carolina Coastal Towns, in Smith, V. (ed.), (1989), *Hosts and Guests; the Anhtropology of Tourism*, Philadephia, Pennsylvania Press.
- Pedersen, A., (2002), *Managing Tourism at World Heritage Sites: a practical manual for World Heritage site managers*, UNESCO World Heritage Centre, Paris, UNESCO.
- Pierce, D. (1989), *Tourist Development*, Longman, Harlow.
- Pierce, D. (1992), *Tourist Organizations*, Longman, Harlow.
- Pigram, J., (1995), Alternative tourism: Tourism and sustainable resource management, in Smith V., Edington W., (eds.) (1995), *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Development of Tourism*, New York, Wiley & Sons.
- Pina, P., (1988), *O Turismo em Portugal no Século XX*, Lisboa, Lucidus.
- Pires, R., (2006), Capacitar as comunidades para qualificar o futuro, in Oliveira, A., Paixão, E., Magalhães, J., (eds.), *Encontro de Saberes: três gerações de bolseiros da Gulbenkian*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 209-19.

- Pizam, A., (1994), Planning a Tourism Research Investigation, in *Travel, Tourism, and Hospitality Management*, 14, pp. 218-27.
- Planel, M., (2005), Tourisme et Musées: une coopération nécessaire, in *Cahier Espaces*, 87, Novembre, Paris.
- Popper, K., (1959), *A Lógica da Pesquisa Científica*, São Paulo, Cultrix.
- Porter, M. (1998), Clusters and the new economics of competitiveness, *Harvard Business Review*, 11-12, pp. 77-90.
- Power, J., Wettenhall, R., Halligan, J., (1981), Advisory Council on Inter government Relations: Overview of local government of Australia, in Power J., Wettenhall R., Halligan J., (eds.), (1982), *Local Government Systems of Australia*, Canberra, AGPS, pp. 1–122.
- Prentice, R., (1993), Community-Driven Tourism Planning and Residents Preferences, in *Tourism and Hospitality Management*, 14, pp. 218-27.
- PTP, (1993a), *Peak Tourism Partnership Newsletter (winter)*, Hope, Peak Tourism Partnership.
- PTP, (1993b), *Community Involvement in Tourism Management: A Pilot Scheme to Establish a Visitor Management Plan for Castleton*, Hope, Peak Tourism Partnership.
- PTP, (1994a), *Castleton-Edale-Hope Local Interpretive Plan: Draft for Consultation*, Hope and Edale, Hope Peak Tourism Partnership.
- PTP, (1994b), *A Visitor Management Plan for Castleton*, Hope and Edale, Hope Peak Tourism Partnership.
- PTP, (1996), *Peak Tourism Partnership Final Report*, August 1992–October 1995, Hope and Edale, Peak Tourism Partnership.
- Putnam, R., (1993), *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*, Princeton, New York, Princeton University Press.
- Radbone, I., Robbins, J., (1980), Australian local government and responsibility, in Weller P., Jaensch D. (eds.) (1980), *Responsible Government in Australia*, Drummond Publishing Australasian Political Studies Association.
- Rafa, M., (1993), Tourism: A sustainable future or destruction of the Pyrenees? in Rajan V., (ed.), *Rebuilding Communities: Experiences and Experiments in Europe*, Totnes, Green Books.
- Rana, P., Singh, P., (2000), Sustainable Heritage Tourism: Framework, Perspective and Prospect, in *National Geographical Journal of India* (NGSI, Varanasi), 46, pp. 141 – 158.
- Reade, E., (1987), *British Town and Country Planning*, Milton Keynes, Open University.

- Reed, M., (1997), Power Relations and Community-Based Tourism Planning, in *Annals of Tourism Research*, 24, pp. 566-91.
- Reynolds, M., (1989), Recognising the role of local government, in Coaldrake P., Nethercote J., (eds.), *What Should Governments Do*, Sydney, Hale and Iremonger, pp. 117-27.
- Richards G.,(ed.) (1996), *Cultural Tourism in Europe*, Wallingford, CABI.
- Richins, H., Pearce, P., (2000), Influences on tourism development decision making: Coastal local government areas in eastern Australia, in *Journal of Sustainable Tourism*, 8, 3, pp. 207-31.
- Richter, L., (1989), *The Politics of Tourism in Asia*, Honolulu, University of Hawaii Press.
- Ritchie J., Goeldner C., (eds), (1987), *Travel, Tourism and Hospitality Research: A Handbook for Managers and Researchers*, New York, John Wiley and Sons.
- Ritchie, J. (1999), Crafting a value-driven vision for a national tourism treasure, in *Tourism Management*, 20, 3, pp. 273-82.
- Ritchie, J., (1985), The Nominal Group Technique: An Approach to Consensus Policy Formulation, in *Tourism Management*, 6, pp.82-94.
- Ritchie, J., Crouch, G. (2000), The competitive destination: A sustainability perspective, in *Tourism Management*, 21, 1, pp. 1-7.
- Ritzer, D., (1996), *The McDonaldisation of Society*, Thausand Oaks, Pine Press.
- Riverside, R., (1999), *Towards an Urban Renaissance*, London, Urban Task Force.
- Roberts, N., Bradley R., (1991), Stakeholder Collaboration and Innovation: A Study of Public Policy Initiation at the State Level, in *Journal of Applied Behavioural Science*, 27, pp. 209-27.
- Robinson, G., (1997), Community-Based Planning: Canada Atlantic Coastal Action Program, in *Geographical Journal*, 163, pp. 25-37.
- Rojas, S., (2001), *Guía para realizar Investigaciones Sociales*, México, Plaza & Valdés.
- Royal Commission on Environmental Pollution (1995), *Transport and the Environment*, Oxford: Oxford University Press.
- Ruhanen, L., (2004), Strategic Planning for Local Tourism Destinations, in *Tourism and Hospitality Planning e Development*, Routledge, 1, 3, pp. 239-53.
- Ruhanen, L., Cooper, C., (2003), The Use of Strategic Visioning to Enhance Local Tourism Planning in Periphery Communities, *Proceedings of the Taking Tourism to the Limits Conference*, 8- 11, Dezembro, 2003, The University of Waikato, New Zealand.

- Russo A., Borg J., (2002), Planning considerations for cultural tourism: a case study of four European cities, in *Tourism Management*, Elsevier Science Ltd, 23, pp. 631–37.
- Russo, A. P. (2002b), The vicious circle of tourism development in heritage cities in *Annals of Tourism Research*, 29, 1, pp. 167–184.
- Sampaio, F., (1991), *O Produto Turístico do Alto Minho*, Edição da Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde).
- Sampieri, R., Collado, C., Lúcio, P., (2006), *Metodologia de Pesquisa*, São Paulo, McGraw-Hill.
- Santos, B., (1997), *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Santos, B., (2001), “Globalização: Fatalidade ou Utopia?”, in Santos B., (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia*, Porto, Afrontamento.
- Santos, L., Terrasêca, R., (1998), *O Sector do Turismo no Norte de Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Sassen, S., (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton-New Jersey, Princeton University Press.
- SDT- Direccion du Tourisme de France, (2002), *Les Clienteles du Tourisme Urbain*, Paris, Direccion du Tourisme, in [www.tourisme.gov.fr](http://www.tourisme.gov.fr).
- Secchi, B., (2002), Urban Scenarios and Policies, in Cabral, J., Domingues, A., Portas, N., (org.), (2002), *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Secrétariat d’État au Tourism, (2000), *Tourism et Technologies de l’information et de la communication*, La documentation française, Mars, Paris.
- Seixas, P., (2004), O Planeta Urbano: Diferenciações Regionais, Paradigmas Globais, actas do congresso internacional de “*Ordenamento territorial e desenvolvimento urbano*”, Instituto superior de Ciências sociais e politicas, 24-26 de Novembro de 2004 em Lisboa.
- Selada, C., (2004), Inteligência e Inovação, Lisboa, INTELI, em [www.inteli.pt](http://www.inteli.pt)
- Selby, M. (2004), *Understanding Urban Tourism*, London, I.B.Tauris&Co.
- Selin, S., Beason K., (1991), Inter organizational Relations in Tourism, in *Annals of Tourism Research*, 18, pp. 639-52.
- Selin, S., Chavez D., (1995), Developing an Evolutionary Tourism Partnership Model, in *Annals of Tourism Research*, 22, pp. 844-56.

- Selin, S., Myers N., (1998), Tourism Marketing Alliances: Member Satisfaction and Effectiveness Attributes of a Regional Initiative, in *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 7, pp. 79-94.
- Selznick, P., (1996), Institutionalism 'old' and 'new', in *Administrative Science Quarterly*, 41, pp. 270-77.
- Seydoux, J., (2002), *De L'Hospitalité à L'accueil*, Paris, Delta & Spes.
- Shaw, G., Williams, A., (1994), *Critical Issues in Tourism*, Blackwell, Oxford
- Shortall, S., (1994), The Irish Rural Development Paradigm: An Exploratory Analysis, in *Economic Urban Studies*, 33, pp. 253-68.
- Silva, J., (2004), A Investigação Científica e O Turismo, in *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1,1, pp. 9 – 14.
- Simmons, D., (1994), Community Participation in Tourism Planning, in *Tourism Management*, 15, pp. 98-108.
- Simpson, K., (2001), Strategic Planning and Community Involvement as Contributors to Sustainable Tourism Development, in *Current Issues in Tourism*, 4 (1), pp. 3-41.
- Smith, D., Blanc M., (1997), Grass-Roots Democracy and Participation: A New Analytical and Practical Approach, in *Environment and Planning Society and Space*, 15, pp. 281-303.
- Smith, M. P., (2001), *Transnational Urbanism: Locating Globalization*, Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc.
- Soares, B., (2004), Paradoxos e equívocos de 20 anos de planeamento do território, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 96-102.
- South Wales Local Government (2004), Structural Reform, in *New South Wales Local Government*, Sydney, South Wales Local Government.
- Spoonley, P., (2000), 'The city and city life', in McLennan, G., Ryan, A.(eds.), *Exploring Society*, 172-90, Longman, Auckland
- Stewart, M. (1994) Between Whitehall and town hall: The realignment of urban regeneration policy in England, in *Policy and Politics* 22 , 2, pp. 133-45.
- Stock, M., (org), (2003), *Le tourisme: acteurs, lieux et enjeux*, Paris, Belin.
- Stoker, G., (1995), Regime Theory and Urban Politics, in Judge D., Stoker G., Wolman H., (eds.), *Theories of Urban Politics*, London, Sage, pp. 54-71.

- Stynes D., O'Halloran C., (2004b), *Cooperative Extension Service*, Michigan State University, Extension Bulletin E- 2004, <http://web1.msue.msu.edu/imp/modtd/33000005.html>.
- Stynes, D. O'Halloran, C., (2004), *Tourism planning*, Extension Bulletin, Michigan State University, EUA. Extension Bulletin E- 2004, <http://web1.msue.msu.edu>.
- Susskind, L., Elliot M., (eds.), (1983), *Paternalism, Conflict and Co-Production: Learning from Citizen Action and Citizen Participation in Western Europe*, New York, Plenum.
- Sustainable Northern Ireland Programme (1997), People planning a sustainable future: Going forward with Local Agenda 21, in *Report on the LA21 conference*, 19 June, Palace Stables, Northern Ireland, Armagh.
- SUSTRANS (1992), *15 Year Review*, Bristol, Sustrans.
- SUSTRANS (1995), *The National Cycle Network: The Bidding Document to the Millennium Commission*, Bristol, Sustrans.
- SUSTRANS (1996a), *Local Agenda 21 and the National Cycle Network: Routes to Local Sustainability*, Bristol, Sustrans.
- SUSTRANS (1996b), *LFI Noordzeeroute*, Amersfoort, Sustrans.
- Swarbrooke, J., (2002), *The Development and Management of Visitors Attractions*, Oxford, Butterworth-Heinemann.
- Taylor, G. (2002) "Foreword" in Gunn, C., Var, T., (2002) *Tourism Planning*, 4<sup>a</sup> ed., Nova Iorque, Routledge, pp. xv-vi.
- Taylor, N., (2004), *Urban Planning Theory*, London, Sage.
- Taylor, P. J., (2001), "Specification of the World City Network", in *Geographical Analysis*, 33, 2, Ohio, Ohio State University Press.
- Teo, P., Chang., T., Chong, H., (eds.), (2001), *Interconnected Worlds: Tourism in Southeast Asia*, Oxford, Pergamon.
- Timón, D., (2004), El Concepto de Destino Turístico, in *Estudios Turísticos*, 160, pp. 13-27.
- Timothy, D., (1998), Cooperative Tourism Planning in a Developing Destination, in *Journal of Sustainable Tourism*, volume 6, 1, pp. 52-68.
- Tourism New South Wales (TNSW) (1996), *Attitudes to Tourism: A Quantitative Survey Amongst Mayors and General Managers in Local Councils*, Sydney.

Tourism Society (1997), Growth opportunities for tourism and cycling, unpublished seminar report to the Tourism Society (UK), 20 October, London.

TP – Turismo de Portugal, (2007), *Férias dos Portugueses em 2006*, ver [www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt), em Março de 2007.

TP – Turismo de Portugal, (2007a), *Termas em Portugal*, ver [www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt).

Trousdale, W., (1999), Governance in Context, Boracay Island, Philippines, in *Annals of Tourism Research*, 26 (4), pp. 840- 67.

Turismo de Portugal – TP (2006), vários dados disponíveis em [www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt).

Tyler, D., Gerrier, Y., Robertson, M., (eds.), (1998), *Managing Tourism Cities*, Chichester, Wiley & Sons.

UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT), (1996), *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements*, Oxford, University Press.

UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT), (2001), Cities in a Globalizing World, in *Global Report on Human Settlements*, London, Earthscan Publications Ltd.

United Nations Conference on Environment and Development (1992), *Agenda 21: Chapter 28*, Geneve, UNCED.

United Nations Programme for Human Settlements (UN-HABITAT), United Nations Environment Programme (UNEP), (2005), *Sustainable Cities Programme Localising Agenda 21 Programme*, Cuba, Impreso en el Instituto de Planificación Física Universitária Lda.

Urry, J. (1990), *The tourist gaze: Leisure and travel in contemporary Societies*, London, Sage.

Urry, J., (1995), *Consuming Places*, London, Rutledge.

Valada, R., (2004), Espaço Público: uma aposta para o futuro, in *Sociedade Território*, 37-38, Porto, Edições Afrontamento, pp. 157-166.

van den Berg, L., van der Borg, J., van der Meer, J. (1995), *Urban Tourism*, Aldershot, Avebury.

van der Berg, L., Braun, E., Winden, W., (2001), *Growth Clusters in European Metropolitan Cities*, London, Ashgate.

van der Borg, J., (1998), Tourism management in Venice or how to deal with success, in Tyler, D.,

Veal, A., (1997), *Research Methods for Leisure and Tourism: A Practical Guide*, 2ª ed., Harlow Pearson Education.

Veal, A., (2003), *Leisure and Tourism Policy and Planning*, 2ª ed., Wallingford, Cabi.



- Vellas, F., (1995), *Economie et Politique du Tourisme Internationale*, Paris, Economica.
- Viegas, J., (2002), *Estratégias Urbanísticas e Governabilidade*, in Cabral, J., Domingues, A., Portas, N., (org.), (2002), *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, J., (1997), *A Economia do Turismo em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Waddock, S., (1991), A Typology of Social Partnership Organizations, in *Administration and Society*, 22, pp. 480-515.
- Ward, S., (2004), *Planning and Urban Change*, Oxford, Sage.
- Weaver, D., Lawton, L., (2006), *Tourism Management*, 3ª ed., Sydney, Wiley.
- Whittaker, S. (1995) Local Agenda 21 and local authorities: European experience. Proceedings of the 1995 European Environment Conference, 11–12 September, University of Nottingham.
- Wilkinson, J., (1994), *The Olympics Games, Sidney*, Parliamentary Library.
- Williams, M., Shaw, G. (ed.), (1988), *Tourism and Economic Development*, Belhaven Press, London
- Wober, K. ed. (2002) *City Tourism*, Springer Economics, Nova Iorque, Mcmillan.
- World Commission on Environment and Development (WCED), (1986), *Our Common Future*, (The Brundtland Report), London, Oxford University Press.
- World Planners Congress, (2006), *Reinventing Planning: a new governance paradigm for managing human settlements*, Vancouver, World Planners Congress.
- World Tourism Organisation (1996), *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*, Madrid, WTO.
- Yellés, N., (2002), *Le Tourisme en France – Territoires et Stratégies*, Armand Colin, Paris.
- Zukin, S., (1995), *Landscapes of Power*, Berkeley, University of California Press.
- <http://europa.eu.int/comm/sustainable/sds2005-2010>.
- <http://europa.eu.int/enterprise/services/tourismeu.htm>.
- <http://tourmis.wu-wien.ac.at>., dados sobre o turismo em cidades europeias.
- <http://www.Creativetown.com>.
- <http://www.unhabitat.org/scp> - <http://www.unhabitat.org/la21>
- [www.atlas-euro.org](http://www.atlas-euro.org).
- [www.ine.pt](http://www.ine.pt), site do instituto nacional de estatística de onde foram retirados a maior parte dos dados secundários apresentados.

[www.dgtdu.pt](http://www.dgtdu.pt), vários dados disponíveis on-line, nomeadamente toda a legislação sobre planeamento e turismo.

[www.etc-corporate.org](http://www.etc-corporate.org).

[www.espa-ehv.com](http://www.espa-ehv.com), dados da AETC, - Associação Europeia de Termalismo e Climatismo disponíveis on line.

[www.festivals.com](http://www.festivals.com).

[www.ipeg.org.uk](http://www.ipeg.org.uk). (Gerry Stoker).

[www.liverpoolvision.co.uk](http://www.liverpoolvision.co.uk).

[www.nlgn.org.uk](http://www.nlgn.org.uk). (site da rede entre governos locais no RU).

[www.povoadao.com](http://www.povoadao.com).

[www.qaulityplanning.org.nz](http://www.qaulityplanning.org.nz).

[www.serhstourism.com](http://www.serhstourism.com).

[www.tourism-urbain.com](http://www.tourism-urbain.com).

[www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt).

[www.urcs-online.co.uk](http://www.urcs-online.co.uk).

[www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org).

[www.wttc.org](http://www.wttc.org).

<http://www.dre.srpc.pt>.



## *Capítulo VIII*

### **Anexos**

#### **6.1 Anexo I Tabela de dados e Testes Estatísticos**

- i) **Tabela Síntese: Compilação dos dados retirados dos planos estudados e apresentação dos mesmos para tratamento estatístico.**

Concelho	Dormidas 2004	Hospedes 2004	Camas 96 (31/7)	Camas 97 (31/7)	Camas 98 (31/7)
AGUEDA	15940	9821	166	251	
ALBERGARIA-A-VELHA	4971	4935		95	95
ANADIA	70306	28028	1339	1307	1244
AVEIRO	129595	67732	1201	1258	1205
ESTARREJA			22	22	22
ILHAVO	30083	13993	202	214	202
MEALHADA	68458	43915	1001	997	950
MURTOSA	15648	8909	112	116	112
OLIVEIRA DO BAIRRO			106	104	104
OVAR	18559	9317	244	244	244
SEVER DO VOUGA			44	44	44
VAGOS					
CANTANHEDE	18913	8293		221	
COIMBRA	315342	210644	2360	2369	2396
CONDEIXA-A-NOVA					90
FIGUEIRA DA FOZ	200372	91142	2326	2327	2339
MIRA	23101	8434	323	343	343
MONTE-MOR-O-VELHO					
PENACOVA					
SOURE					
BATALHA	20810	14451	209	209	208
LEIRIA	131392	70036	1925	1873	1943
MARINHA GRANDE	61545	23651	609	750	738
POMBAL	16053	10752	163	163	162
PORTO DE MOS					
ALVAIAZERE					
ANSIAO			19	19	
ARGANIL			142	142	134
CASTANHEIRA DE PERA					
FIGUEIRO DOS VINHOS					
GOIS					
LOUSA			30	32	
MIRANDA DO CORVO					
OLIVEIRA DO HOSPITAL			142	139	32
PAMPILHOSA DA SERRA					
PEDROGÃO GRANDE					23
PENELA					
TABUA			89	162	162
VILA NOVA DE POIARES					
AGUIAR DA BEIRA					
CARREGAL DO SAL			62	38	
CASTRO DAIRE					
MANGUALDE	32715	14551	443	477	477
MORTÁGUA			106	100	24
NELAS	65172	25388	367	707	537
OLIVEIRA DE FRADES					
PENALVA DO CASTELO					
SANTA COMBA D'AO					
SÃO PEDRO DO SUL	80182	18471	891	863	933
SATÓ			16		16
TONDELA	42190	23193	165	143	326
VILA NOVA DE PAIVA					
VISEU	155321	105051	1223	1191	1319
VOUZELA					
MAÇÃO					
OLEIROS					
PROENÇA-A-NOVA					
SERTÃO			122	119	95
VILA DE REI					
FORNOS DE ALGODRES					
GOUVEIA			100	119	108
SEIA			169	180	330
ALMEIDA	18427	17033	137	134	160
CELORICO DA BEIRA			138	138	54
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO				36	36
GUARDA	33679	28103	510	468	448
MANTEIGAS	10907	7958	158	161	42
MÉDA					
PINHEL					
SABUGAL					
TRANCOSO					
CASTELO BRANCO	84254	43380	623	645	626
IDANHA-A-NOVA	12913	3908	618	595	265
PENAMACOR					
VILA VELHA DE RODÃO					
BELMONTE			72	72	78
COVILHA	107968	70987	515	511	599
FUNDÃO			313	308	308

Concelho	Camas 99 (31/7)	2000	2001	2002 f em 03	2003	Camas 04 (31/7)	ID1
AGUEDA	197			314	318	308	235
ALBERGARIA-A-VELHA	64	92	92	64	98	98	228
ANADIA	1217	1195	1179	951	1285	1266	248
AVEIRO	1103	1139	1104	1072	1077	1107	232
ESTARREJA		22	22	20	15	18	223
ILHAVO	206	250	266	340	339	333	237
MEALHADA	635	858	845	883	974	923	255
MURTOSA	142		144	152	148	150	224
OLIVEIRA DO BAIRRO	119	110		110	110	110	242
OVAR	244			130	244	222	212
SEVER DO VOUGA	44	44	44	44	44	44	226
VAGOS				42	94	94	241
CANTANHEDE				137	137	288	250
COIMBRA	2447	2302	2169	2176	2261	2302	258
CONDEIXA-A-NOVA			90	88	88	90	270
FIGUEIRA DA FOZ	2147	2254	2203	1919	2214	2194	260
MIRA	343	344	343	316	309	309	246
MONTEMOR-O-VELHO							261
PENACOVA				106	106	110	257
SOURE							269
BATALHA	232			222	225	225	14
LEIRIA	1897	1757	1703	1622	1662	1783	6
MARINHA GRANDE	789	755	888	725	939	932	8
POMBAL				162	230	230	3
PORTO DE MOS							17
ALVAIAZERE							7
ANSIAO				15	15		5
ARGANIL				142	142	142	262
CASTANHEIRA DE PERA							1
FIGUEIRO DOS VINHOS							2
GOIS							266
LOUSA	32	32	30	30	30	30	267
MIRANDA DO CORVO				49	49	53	268
OLIVEIRA DO HOSPITAL		32	32	87	111	157	249
PAMPILHOSA DA SERRA							265
PEDROGÃO GRANDE	23	23	23	23	23	23	4
PENELA	162						273
TABUA		163	163	187	187	187	253
VILA NOVA DE POIARES							264
AGUIAR DA BEIRA				24	24	24	220
CARREGAL DO SAL				48	48	48	244
CASTRO DAIRE				179	179	179	209
MANGUALDE	339	353	339	494	484	505	236
MORTÁGUA	24			24	24	24	247
NELAS	529	529	544	711	771	767	240
OLIVEIRA DE FRADES				38	38	38	225
PENALVA DO CASTELO							231
SANTA COMBA DAO							251
SÃO PEDRO DO SUL		709	692	848	989	1057	215
SATAO	16	16	16	16	16	16	221
TONDELA	336	316	367	367	367	396	238
VILA NOVA DE PAIVA							214
VISEU	1163	1233	1224	1175	1207	1385	222
VOUZELA							230
MAÇÃO							12
OLEIROS							274
PROENÇA-A-NOVA							276
SERTÃO	93	103	166	210	212	201	275
VILA DE REI							278
FORNOS DE ALGODRES							229
GOUVEIA	147	147		128	93	93	239
SEIA	288	316		355	370	376	245
ALMEIDA	132	200	200	240	242	202	227
CELORICO DA BEIRA	54	54	54	138	138	138	233
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	36			80	80	80	207
GUARDA	495	450	478	540	541	458	234
MANTEIGAS	147	155	104	100	106	104	252
MÉDA				66	66	66	206
PINHEL						46	213
SABUGAL							243
TRANCOSO							217
CASTELO BRANCO			570	548	709	711	272
IDANHA-A-NOVA	597	598	227	618	621	529	271
PENAMACOR					19	19	259
VILA VELHA DE RODÃO							277
BELMONTE	111	101	105	114	162	162	254
COVILHA	607	663	692	757	814	837	256
FUNDAO	279	279	279	348	350	350	263

Concelho	AREA_HA	N_FREGUESI	ALT_MAX	ALT_MIN	População 1991
AGUEDA	33528,13188	20	751	6	44045
ALBERGARIA-A-VELHA	15539,58387	8	413	0	21995
ANADIA	21663,91408	15	529	13	28899
AVEIRO	19987,40201	14	75	0	66444
ESTARREJA	10834,99329	7	132	0	26742
ILHAVO	7345,55815	4	62	-1	33235
MEALHADA	11065,87617	8	558	30	18272
MURTOSA	7331,67466	4	16	0	9579
OLIVEIRA DO BAIRRO	8732,17080	6	76	6	18660
OVAR	14741,78122	8	235	0	49659
SEVER DO VOUGA	12960,53784	9	836	25	13826
VAGOS	16493,80597	11	67	-1	19068
CANTANHEDE	39088,73890	19	138	1	37140
COIMBRA	31940,54295	31	491	9	139052
CONDEIXA-A-NOVA	13867,72942	10	436	12	13027
FIGUEIRA DA FOZ	37907,30429	18	250	0	61555
MIRA	12403,34536	4	63	1	13257
MONTE-MOR-O-VELHO	22895,10373	14	138	3	26375
PENACOVA	21673,62511	11	550	38	16748
SOURE	26506,56881	12	521	6	21704
BATALHA	10327,32066	4	516	49	13329
LEIRIA	56557,95647	29	412	2	102762
MARINHA GRANDE	18711,93107	3	167	4	33543
POMBAL	62606,89479	17	550	5	51357
PORTO DE MOS	26161,84518	13	604	69	23343
ALVAIAZERE	16047,95667	7	612	98	9309
ANSIAO	17616,71557	8	530	168	14029
ARGANIL	33283,37260	18	1327	68	13926
CASTANHEIRA DE PERA	6677,55368	2	1184	341	4442
FIGUEIRO DOS VINHOS	17344,28395	5	1008	113	8012
GOIS	26330,60941	5	1159	149	5372
LOUSA	13840,24296	6	1202	75	13447
MIRANDA DO CORVO	12638,01450	5	936	38	11674
OLIVEIRA DO HOSPITAL	23452,03744	21	1233	159	22584
PAMPILHOSA DA SERRA	39647,92199	10	1404	288	5797
PEDROGÃO GRANDE	12874,94863	3	775	150	4643
PENELA	13478,71260	6	864	139	6919
TABUA	19978,91812	15	507	138	13101
VILA NOVA DE POIARES	8445,44607	4	451	40	6161
AGUIAR DA BEIRA	20687,68983	13	982	443	6725
CARREGAL DO SAL	11689,41570	7	370	138	10992
CASTRO DAIRE	37906,26368	22	1369	203	18156
MANGUALDE	21925,93008	18	752	225	21808
MORTÁGUA	25118,29388	10	765	63	10662
NELAS	12571,69388	9	475	147	14618
OLIVEIRA DE FRADES	14534,91241	12	1038	64	10584
PENALVA DO CASTELO	13419,39087	13	718	325	9166
SANTA COMBA DAO	11194,97011	9	338	135	12209
SAO PEDRO DO SUL	34895,79560	19	1119	67	19985
SATOA	20194,46324	12	862	380	13342
TONDELA	37122,42398	26	1071	138	32049
VILA NOVA DE PAIVA	17553,60460	7	1010	532	6088
UISEU	50711,07088	34	889	187	83601
VOUZELA	19369,83664	12	1042	142	12477
MAÇAO	40001,22030	8	637	38	10060
OLEIROS	47109,82639	12	1064	253	7767
PROENÇA-A-NOVA	39538,46792	6	918	112	11088
SERTÃO	44673,20266	14	1073	113	18199
VILA DE REI	19154,76257	3	585	113	3687
FORNOS DE ALGODRES	13149,23858	16	905	321	6270
GOUVEIA	30061,62825	22	1636	248	17410
SEIA	43569,50006	29	1987	182	30362
ALMEIDA	51799,88132	29	845	500	10040
CELORICO DA BEIRA	24722,00200	22	1255	364	8875
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	50858,89010	17	972	120	8105
GUARDA	71210,53821	55	1282	437	38502
MANTEIGAS	12197,72763	4	1969	549	4455
MÉDA	28605,37269	16	942	224	3525
PINHEL	48452,80066	27	909	160	12693
SABUGAL	82267,20075	40	1231	244	16919
TRANCOSO	36153,03365	29	978	418	11484
CASTELO BRANCO	143823,17038	25	1188	113	54310
IDANHA-A-NOVA	141638,01654	17	821	113	13630
PENAMACOR	56389,79968	12	1073	291	8115
VILA VELHA DE RODAO	32991,52425	4	532	47	4960
BELMONTE	11876,06064	5	855	444	7411
COVILHA	55560,83237	31	1951	367	53999
FUNDAO	70012,80300	31	1220	263	31687

Concelho	POPULAÇÃO 2001	Sub-Região	Litoral/raia	Ano	Quem elaborou	Grau de importância
AGUEDA	49041	1	3	2	1	1
ALBERGARIA-A-VELHA	24638	1	3	5	1	1
ANADIA	31545	1	3	1	1	7
AVEIRO	73335	1	1	2	1	7
ESTARREJA	28182	1	3	11	1	1
ILHAVO	37209	1	1	4	13	1
MEALHADA	20751	1	3	1	1	5
MURTOSA	9458	1	1	8	1	5
OLIVEIRA DO BAIRRO	21164	1	3	5	1	1
OVAR	55198	1	1	2	13	3
SEVER DO VOUGA	13186	1	3	1	onze	1
VAGOS	22017	1	1	10	13	3
CANTANHEDE	37910	2	1	1	1	1
COIMBRA	148443	2	3	1	1	4
CONDEIXA-A-NOVA	15340	2	3	1	1	1
FIGUEIRA DA FOZ	62601	2	1	1	9	8
MIRA	12872	2	1	1	16	6
MONTEMOR-O-VELHO	25478	2	3	1	15	1
PENACOVA	16725	2	3	5	18	1
SOURE	20940	2	3	1	1	1
BATALHA	15002	3	3	2	1	3
LEIRIA	119847	3	1	2	1	3
MARINHA GRANDE	35571	3	1	2	1	6
POMBAL	56299	3	1	2	18	1
PORTO DE MOS	24271	3	3	1	12	1
ALVAIAZERE	8438	4	3	4	4	1
ANSIAO	13719	4	3	3	4	1
ARGANIL	13623	4	3	2	5	4
CASTANHEIRA DE PERA	3733	4	3	1	4	1
FIGUEIRO DOS VINHOS	7352	4	3	2	4	1
GOIS	4861	4	3	9	11	1
LOUSA	15753	4	3	10	14	1
MIRANDA DO CORVO	13069	4	3	11	1	1
OLIVEIRA DO HOSPITAL	22112	4	3	4	1	8
PAMPILHOSA DA SERRA	5220	4	3	1	15	1
PEDROGÃO GRANDE	4398	4	3	2	4	1
PENELA	6594	4	3	11	1	1
TABUA	12602	4	3	1	17	1
VILA NOVA DE POIARES	7061	4	3	11	14	1
AGUIAR DA BEIRA	6247	5	3	2	2	1
CARREGAL DO SAL	10411	5	3	7	1	1
CASTRO DAIRE	16910	5	3	1	1	5
MANGUALDE	20990	5	3	2	2	2
MORTÁGUA	10379	5	3	1	17	1
NELAS	14283	5	3	1	2	4
OLIVEIRA DE FRADES	10584	5	3	1	1	1
PENALVA DO CASTELO	9019	5	3	4	4	2
SANTA COMBA DAO	12473	5	3	8	1	1
SAO PEDRO DO SUL	19083	5	3	2	1	4
SATAO	13144	5	3	11	2	1
TONDELA	31152	5	3	1	17	1
VILA NOVA DE PAIVA	6141	5	3	1	2	1
UISEU	93501	5	3	2	1	1
VOUZELA	11916	5	3	1	1	1
MAÇAO	8442	6	3	1	15	1
OLEIROS	6677	6	3	1	12	1
PROENÇA-A-NOVA	9610	6	3	1	12	1
SERTÃO	16720	6	3	1	12	1
VILA DE REI	3354	6	3	2	12	1
FORNOS DE ALGODRES	5629	7	3	2	1	2
GOUVEIA	16122	7	3	2	1	2
SEIA	28144	7	3	4	17	4
ALMEIDA	8423	8	2	1	3	1
CELORICO DA BEIRA	8875	8	3	2	7	1
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	7158	8	3	2	10	4
GUARDA	43822	8	3	1	3	1
MANTEIGAS	4094	8	3	4	1	4
MÊDA	6239	8	3	2	7	2
PINHEL	10954	8	3	2	3	1
SABUGAL	14871	8	2	1	1	1
TRANCOSO	10889	8	3	1	12	1
CASTELO BRANCO	55708	9	2	1	1	3
IDANHA-A-NOVA	11659	9	2	1	12	1
PENAMACOR	6658	9	2	1	12	1
VILA VELHA DE RODAO	4098	9	2	1	10	2
BELMONTE	7592	10	3	3	6	2
COVILHA	54505	10	3	2	8	5
FUNDAO	31482	10	3	6	11	1



Concelho	Sector Terciário	P Agro/eco	P T Aventura	P T Balnear	P T Cinegético	P T Cultural	P T Urbano
AGUEDA	1	2	1	2	2	1	1
ALBERGARIA-A-VELHA	2	2	2	2	2	1	2
ANADIA	4	1	2	2	2	2	1
AVEIRO	7	1	2	1	1	1	1
ESTARREJA	1	2	2	1	1	1	2
ILHAVO	2	1	2	1	1	1	2
MEALHADA	3	1	2	2	1	1	2
MURTOSA	2	1	2	1	2	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	1	1	2	2	1	2	1
OVAR	3	1	2	1	2	1	2
SEVER DO VOUGA	2	1	1	1	1	2	2
VAGOS	3	1	2	2	2	1	2
CANTANHEDE	2	1	1	1	1	1	2
COIMBRA	3	1	2	1	1	1	1
CONDEIXA-A-NOVA	3	2	2	2	2	1	2
FIGUEIRA DA FOZ	7	2	2	1	1	1	1
MIRA	4	1	2	1	2	2	1
MONTEMOR-O-VELHO	1	1	2	2	1	1	2
PENACOVA	2	1	1	1	2	2	2
SOURE	1	1	2	1	1	1	1
BATALHA	1	1	1	2	2	1	1
LEIRIA	2	1	2	1	1	1	2
MARINHA GRANDE	5	1	2	1	1	1	1
POMBAL	1	1	1	1	2	1	1
PORTO DE MOS	1	1	1	2	2	1	1
ALVAIAZERE	2	1	2	2	2	2	2
ANSIAO	2	1	2	2	2	2	2
ARGANIL	2	1	1	1	1	1	2
CASTANHEIRA DE PERA	2	1	2	1	1	2	2
FIGUEIRO DOS VINHOS	2	1	2	2	2	2	2
GOIS	2	1	2	1	1	1	1
LOUSA	1	1	1	1	1	1	2
MIRANDA DO CORVO	1	1	1	1	1	1	2
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2	1	2	1	1	1	1
PAMPILHOSA DA SERRA	1	1	2	2	2	2	2
PEDROGÃO GRANDE	2	1	2	1	2	2	2
PENELA	1	1	1	1	2	1	1
TABUA	1	2	2	1	1	1	2
VILA NOVA DE POIARES	1	1	1	1	1	1	2
AGUIAR DA BEIRA	1	1	2	1	1	1	2
CARREGAL DO SAL	3	2	2	2	2	2	2
CASTRO DAIRE	1	1	2	2	2	1	1
MANGUALDE	1	1	2	1	1	1	2
MORTÁGUA	3	2	2	1	1	1	2
NELAS	3	1	2	1	1	1	2
OLIVEIRA DE FRADES	2	1	2	1	1	1	2
PENALVA DO CASTELO	2	1	2	2	2	2	2
SANTA COMBA DAO	2	1	2	1	1	1	1
SÃO PEDRO DO SUL	1	1	2	1	1	1	2
SATAO	1	1	2	1	1	1	2
TONDELA	1	1	2	2	1	1	2
VILA NOVA DE PAIVA	1	1	2	2	1	1	2
UISEU	3	2	2	1	1	1	1
VOUZELA	2	2	2	2	2	1	2
MAÇÃO	1	1	2	2	2	2	2
OLEIROS	1	1	2	1	1	1	2
PROENÇA-A-NOVA	1	1	2	1	1	1	2
SERTÃO	1	1	2	1	1	1	2
VILA DE REI	1	1	2	1	1	1	2
FORNOS DE ALGODRES	2	1	2	2	2	1	2
GOUVEIA	1	1	2	1	1	1	1
SEIA	2	1	2	1	1	1	1
ALMEIDA	1	1	2	1	1	1	1
CELORICO DA BEIRA	1	1	2	1	1	1	1
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	2	1	2	2	1	1	2
GUARDA	1	1	2	1	1	1	1
MANTEIGAS	2	1	2	2	2	2	1
MÊDA	1	1	2	2	2	1	2
PINHEL	1	1	2	1	1	1	1
SABUGAL	1	1	2	2	1	1	1
TRANCOSO	1	1	2	2	2	1	2
CASTELO BRANCO	2	1	2	1	1	1	2
IDANHA-A-NOVA	1	1	2	1	1	1	2
PENAMACOR	1	1	2	1	1	1	2
VILA VELHA DE RODÃO	2	1	1	2	1	1	2
BELMONTE	2	1	2	2	1	1	2
COVILHA	2	1	2	2	1	1	2
FUNDÃO	4	1	1	2	1	1	2

Concelho	P T Religioso	P T Termal	P P d/c/p turismo	P T 3ª idade	P T Étnico	n de t t propostos
AGUEDA	2	2	2	2	2	3
ALBERGARIA-A-VELHA	2	2	2	2	2	2
ANADIA	2	1	2	2	2	3
AVEIRO	2	2	1	2	2	6
ESTARREJA	1	2	2	2	2	4
ILHAVO	2	2	2	2	2	4
MEALHADA	2	2	2	2	2	3
MURTOSA	2	2	2	2	1	3
OLIVEIRA DO BAIRRO	2	2	2	2	2	3
OVAR	2	2	2	2	2	3
SEVER DO VOUGA	2	2	1	2	2	5
VAGOS	2	2	2	2	2	2
CANTANHEDE	2	2	2	2	2	5
COIMBRA	2	2	1	2	2	6
CONDEIXA-A-NOVA	2	2	2	2	2	1
FIGUEIRA DA FOZ	2	2	2	2	2	4
MIRA	2	2	2	2	2	3
MONTEMOR-O-VELHO	2	2	2	2	2	3
PENACOVA	2	2	2	2	2	3
SOURE	2	1	2	2	2	6
BATALHA	2	1	2	2	2	5
LEIRIA	2	1	2	2	2	5
MARINHA GRANDE	2	2	2	2	2	5
POMBAL	2	2	2	2	2	5
PORTO DE MOS	2	2	2	2	2	4
ALVAIAZERE	2	2	2	2	2	1
ANSIAO	2	2	2	2	2	1
ARGANIL	2	2	2	1	2	6
CASTANHEIRA DE PERA	2	2	2	2	2	3
FIGUEIRO DOS VINHOS	2	2	2	2	2	1
GOIS	2	2	2	2	2	5
LOUSA	2	2	2	2	2	5
MIRANDA DO CORVO	2	2	2	2	2	5
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2	1	1	2	2	7
PAMPILHOSA DA SERRA	2	2	2	2	2	1
PEDROGÃO GRANDE	2	2	2	2	1	3
PENELA	2	2	2	2	2	5
TABUA	2	2	2	2	2	3
VILA NOVA DE POIARES	2	2	2	2	2	5
AGUIAR DA BEIRA	2	2	2	2	2	4
CARREGAL DO SAL	2	2	2	2	2	0
CASTRO DAIRE	2	2	2	2	2	3
MANGUALDE	2	1	2	2	2	5
MORTÁGUA	2	2	2	2	2	3
NELAS	2	2	2	2	2	4
OLIVEIRA DE FRADES	2	2	2	2	2	4
PENALVA DO CASTELO	2	2	2	2	2	1
SANTA COMBA DAO	2	1	2	2	2	6
SÃO PEDRO DO SUL	2	2	2	2	2	4
SATAO	2	2	2	2	2	4
TONDELA	2	1	2	2	2	4
VILA NOVA DE PAIVA	2	2	2	2	2	3
VISEU	2	1	2	2	2	5
VOUZELA	2	2	2	2	2	1
MAÇAO	2	2	2	2	2	1
OLEIROS	2	2	2	2	2	4
PROENÇA-A-NOVA	2	1	2	2	2	5
SERTÃO	2	2	2	2	2	4
VILA DE REI	2	2	2	2	2	4
FORNOS DE ALGODRES	2	2	2	2	2	2
GOUVEIA	2	1	2	2	2	6
SEIA	2	2	1	2	2	6
ALMEIDA	2	2	2	2	2	5
CELORICO DA BEIRA	2	1	2	2	2	6
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	2	2	2	2	2	3
GUARDA	2	2	2	2	2	5
MANTEIGAS	2	1	1	2	2	4
MÊDA	2	1	2	2	2	3
PINHEL	2	2	2	2	2	5
SABUGAL	2	1	2	2	2	5
TRANCOSO	2	1	2	2	2	3
CASTELO BRANCO	2	2	2	2	2	4
IDANHA-A-NOVA	2	1	2	2	2	5
PENAMACOR	2	1	1	2	2	6
VILA VELHA DE RODAO	2	2	2	2	2	4
BELMONTE	2	2	2	2	2	3
COVILHA	2	2	2	2	2	3
FUNDAO	2	2	2	1	2	5

Concelho	Promoção e imagem	Perímetro terras	Albufeira Imp	Serra Imp
AGUEDA	2	0	2	2
ALBERGARIA-A-VELHA	2	0	2	2
ANADIA	1	1	2	2
AVEIRO	2	0	2	2
ESTARREJA	2	0	2	2
ILHAVO	1	0	2	2
MEALHADA	1	1	2	1
MURTOSA	1	0	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	2	0	2	2
OVAR	2	0	2	2
SEVER DO VOUGA	2	0	2	1
VAGOS	1	0	2	2
CANTANHEDE	2	0	2	2
COIMBRA	1	0	2	2
CONDEIXA-A-NOVA	2	0	2	2
FIGUEIRA DA FOZ	2	0	2	1
MIRA	2	0	2	2
MONTEMOR-O-VELHO	2	0	2	2
PENACOVA	2	0	1	2
SOURE	2	0	2	2
BATALHA	1	0	2	2
LEIRIA	1	1	2	2
MARINHA GRANDE	1	0	2	2
POMBAL	2	0	2	1
PORTO DE MOS	2	0	2	1
ALVAIAZERE	2	0	2	2
ANSIAO	2	0	2	2
ARGANIL	1	0	1	1
CASTANHEIRA DE PERA	2	0	1	1
FIGUEIRO DOS VINHOS	1	0	1	2
GOIS	2	0	2	1
LOUSA	1	0	2	1
MIRANDA DO CORVO	1	0	2	1
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1	0	2	1
PAMPILHOSA DA SERRA	1	0	2	2
PEDROGÃO GRANDE	2	0	2	2
PENELA	1	0	2	1
TABUA	2	0	1	2
VILA NOVA DE POIARES	1	0	2	2
AGUIAR DA BEIRA	2	0	2	2
CARREGAL DO SAL	2	0	2	2
CASTRO DAIRE	1	2	2	2
MANGUALDE	2	2	2	2
MORTÁGUA	2	0	1	2
NELAS	2	2	2	2
OLIVEIRA DE FRADES	2	0	2	2
PENALVA DO CASTELO	2	0	2	2
SANTA COMBA DAO	2	0	1	2
SAO PEDRO DO SUL	2	2	2	2
SATAO	2	0	2	2
TONDELA	2	2	2	1
VILA NOVA DE PAIVA	2	0	2	2
VISEU	2	2	2	2
VOUZELA	2	0	2	2
MAÇÃO	1	0	2	2
OLEIROS	1	0	2	2
PROENÇA-A-NOVA	2	0	1	2
SERTÃO	2	0	2	2
VILA DE REI	2	0	2	2
FORNOS DE ALGODRES	1	0	2	1
GOUVEIA	1	0	2	1
SEIA	2	0	2	1
ALMEIDA	1	0	2	1
CELORICO DA BEIRA	2	2	2	1
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	1	0	2	2
GUARDA	1	0	2	1
MANTEIGAS	1	1	2	1
MÊDA	2	0	2	2
PINHEL	1	0	2	1
SABUGAL	1	2	2	1
TRANCOSO	1	0	1	2
CASTELO BRANCO	2	0	2	1
IDANHA-A-NOVA	2	2	1	2
PENAMACOR	2	2	1	1
VILA VELHA DE RODÃO	1	0	1	2
BELMONTE	1	0	2	2
COVILHA	1	2	2	1
FUNDÃO	2	0	2	2

Concelho	Plano Ord SUP Menc	Objectivo	Tem plano de execução	Tem secção
AGUEDA	2	1	1	2
ALBERGARIA-A-VELHA	2	2	2	2
ANADIA	2	1	2	2
AVEIRO	2	2	2	2
ESTARREJA	2	2	2	2
ILHAVO	2	2	2	2
MEALHADA	2	1	2	2
MURTOSA	2	2	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	2	2	1	2
OVAR	2	1	1	2
SEVER DO VOUGA	2	1	2	2
VAGOS	2	1	1	1
CANTANHEDE	2	1	2	1
COIMBRA	2	1	1	2
CONDEIXA-A-NOVA	2	2	2	2
FIGUEIRA DA FOZ	2	1	1	2
MIRA	2	1	2	2
MONTEMOR-O-VELHO	2	1	1	2
PENACOVA	1	2	1	1
SOURE	2	1	2	2
BATALHA	2	1	2	1
LEIRIA	2	1	1	2
MARINHA GRANDE	2	1	1	2
POMBAL	2	2	1	2
PORTO DE MOS	2	1	2	2
ALVAIAZERE	2	2	2	1
ANSIAO	2	2	2	1
ARGANIL	1	1	2	1
CASTANHEIRA DE PERA	3	2	2	1
FIGUEIRO DOS VINHOS	3	2	2	1
GOIS	2	1	2	2
LOUSA	2	2	2	2
MIRANDA DO CORVO	2	2	2	2
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2	1	2	2
PAMPILHOSA DA SERRA	2	2	1	1
PEDROGÃO GRANDE	2	1	2	1
PENELA	2	2	2	2
TABUA	1	1	2	2
VILA NOVA DE POIARES	2	2	2	2
AGUIAR DA BEIRA	2	2	2	2
CARREGAL DO SAL	2	2	2	2
CASTRO DAIRE	2	1	2	2
MANGUALDE	2	2	2	2
MORTÁGUA	1	1	2	2
NELAS	2	2	2	2
OLIVEIRA DE FRADES	2	2	2	2
PENALVA DO CASTELO	2	2	2	2
SANTA COMBA DAO	1	1	2	2
SAO PEDRO DO SUL	2	2	2	2
SATAO	2	2	2	2
TONDELA	2	1	2	2
VILA NOVA DE PAIVA	2	2	2	2
UISEU	2	1	2	2
VOUZELA	2	1	2	2
MAÇAO	2	2	2	1
OLEIROS	2	2	2	2
PROENÇA-A-NOVA	3	2	2	2
SERTÃO	3	2	2	2
VILA DE REI	3	2	2	2
FORNOS DE ALGODRES	2	2	2	2
GOUVEIA	4	2	2	2
SEIA	4	1	1	2
ALMEIDA	2	1	2	2
CELORICO DA BEIRA	4	1	2	2
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	2	1	2	2
GUARDA	4	2	2	2
MANTEIGAS	4	1	2	2
MÊDA	2	1	2	2
PINHEL	4	1	2	2
SABUGAL	2	1	2	2
TRANCOSO	2	1	2	2
CASTELO BRANCO	5	1	2	1
IDANHA-A-NOVA	5	1	2	2
PENAMACOR	5	1	2	1
VILA VELHA DE RODAO	5	1	2	2
BELMONTE	2	1	2	2
COVILHA	4	2	2	2
FUNDAO	2	1	2	1

Concelho	Quant de artigos	Estacionamento	RAN	REN	Q de art do reg
AGUEDA	0	2	2	2	1
ALBERGARIA-A-VELHA	0	2	2	2	2
ANADIA	0	2	1	1	2
AVEIRO	0	1	2	2	2
ESTARREJA	0	2	2	2	2
ILHAVO	1	2	2	2	3
MEALHADA	0	2	2	2	2
MURTOSA	0	2	2	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	0	2	2	1	2
OVAR	0	2	2	2	3
SEVER DO VOUGA	0	2	2	2	3
VAGOS	2	2	2	1	3
CANTANHEDE	1	2	2	2	2
COIMBRA	2	2	1	1	3
CONDEIXA-A-NOVA	2	2	1	2	3
FIGUEIRA DA FOZ	3	2	1	1	3
MIRA	0	2	2	2	2
MONTEMOR-O-VELHO	0	2	2	2	2
PENACOVA	1	2	2	2	2
SOURE	2	2	2	2	3
BATALHA	2	2	1	1	2
LEIRIA	2	1	1	2	4
MARINHA GRANDE	1	2	2	2	2
POMBAL	0	2	2	2	3
PORTO DE MOS	0	1	2	2	2
ALVAIAZERE	2	2	2	2	2
ANSIAO	2	2	1	1	2
ARGANIL	2	2	2	2	2
CASTANHEIRA DE PERA	2	2	2	2	2
FIGUEIRO DOS VINHOS	2	2	1	1	2
GOIS	0	2	1	1	3
LOUSA	0	2	2	2	2
MIRANDA DO CORVO	0	2	2	2	2
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1	2	2	2	2
PAMPILHOSA DA SERRA	2	2	2	2	2
PEDROGÃO GRANDE	2	2	1	1	2
PENELA	0	1	2	2	2
TABUA	0	2	2	2	1
VILA NOVA DE POIARES	0	2	2	2	2
AGUIAR DA BEIRA	0	2	1	2	2
CARREGAL DO SAL	0	2	2	2	2
CASTRO DAIRE	0	2	2	2	3
MANGUALDE	1	2	1	2	3
MORTÁGUA	0	2	2	2	2
NELAS	0	2	1	2	4
OLIVEIRA DE FRADES	1	2	2	2	2
PENALVA DO CASTELO	0	2	1	1	3
SANTA COMBA DÃO	0	2	2	2	1
SÃO PEDRO DO SUL	0	2	2	2	3
SATÃO	0	2	2	2	3
TONDELA	0	2	2	2	2
VILA NOVA DE PAIVA	0	2	2	2	3
UISEU	1	1	1	1	2
VOUZELA	0	2	2	2	3
MAÇÃO	2	2	1	2	3
OLEIROS	1	1	2	2	2
PROENÇA-A-NOVA	1	1	2	2	2
SERTÃO	1	1	2	2	2
VILA DE REI	1	1	2	2	2
FORNOS DE ALGODRES	0	2	1	1	2
GOUVEIA	0	2	1	1	3
SEIA	0	2	2	2	2
ALMEIDA	0	2	2	2	2
CELORICO DA BEIRA	1	2	2	2	3
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	0	2	1	1	3
GUARDA	0	2	1	2	2
MANTEIGAS	0	2	2	2	2
MÉDA	0	2	2	2	2
PINHEL	0	2	2	2	2
SABUGAL	0	2	2	2	2
TRANCOSO	0	1	2	2	2
CASTELO BRANCO	2	2	1	2	3
IDANHA-A-NOVA	1	2	2	2	2
PENAMACOR	2	1	2	2	2
VILA VELHA DE RODÃO	0	2	1	2	3
BELMONTE	1	2	1	1	2
COVILHA	1	2	1	2	1
FUNDÃO	2	2	1	1	3

Concelho	Elemento notável	Objectivo
AGUEDA	Ria de Aveiro	s - desenvolver o sector do turismo
ALBERGARIA-A-VELHA	Ria de Aveiro	n
ANADIA	Termas	s - desenvolver o sector do turismo
AVEIRO	Ria de Aveiro e universidade.	n
ESTARREJA	Ria de Aveiro	n
ILHAVO	Ria de Aveiro	n
MEALHADA	Mata e hotel do Buçaco/termas do Luso	s - Combate à sazonalidade do turismo
MURTOSA	Ria de Aveiro	n
OLIVEIRA DO BAIRRO	Ria de Aveiro	n
OVAR	Ria de Aveiro	s - Factor económico
SEVER DO VOUGA	Ria de Aveiro	s - Factor económico
VAGOS	Ria de Aveiro	s - Factor económico
CANTANHEDE	Universidade	s - desenvolver o sector do turismo
COIMBRA	Ruínas Romanas de Conímbriga	s - desenvolver o sector do turismo
CONDEIXA-A-NOVA	praia.	n
FIGUEIRA DA FOZ	Ria de Aveiro	s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta
MIRA	Castelo	s - desenvolver o sector do turismo
MONTEMOR-O-VELHO	Mosteiro do Lorvão	s - Factor económico
PENACOVA		n
SOURE		s - desenvolver o sector do turismo em complemento da Figueira
BATALHA	Mosteiro Sta Maria da Vitória	s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta
LEIRIA	Castelo.	s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta
MARINHA GRANDE		s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta
POMBAL	Castelo	n
PORTO DE MOS	Castelo	s - Fixar população e factor económico
ALVAIAZERE	Forte	n
ANSIAO	n	n
ARGANIL	n	s - desenvolver o sector do turismo
CASTANHEIRA DE PERA		n
FIGUEIRO DOS VINHOS		n
GOIS	aldeias xisto	s - desenvolver o sector do turismo
LOUSA		n
MIRANDA DO CORVO		n
OLIVEIRA DO HOSPITAL	Queijo e Serra da Estrela	s - desenvolver o sector do turismo
PAMPILHOSA DA SERRA		n
PEDROGAO GRANDE		s - desenvolver o sector do turismo
PENELA		n
TABUA		s - desenvolver o sector do turismo
VILA NOVA DE POIARES		n
AGUIAR DA BEIRA	Castelo	n
CARREGAL DO SAL		n
CASTRO DAIRE		s - ordenamento turístico
MANGUALDE		n
MORTÁGUA		s - desenvolver o sector do turismo
NELAS		n
OLIVEIRA DE FRADES		n
PENALVA DO CASTELO		n
SANTA COMBA DAO		s - desenvolver o sector do turismo.
SAO PEDRO DO SUL		n
SATAO		n
TONDELA		s - desenvolver o sector do turismo
VILA NOVA DE PAIVA		n
UISEU	Sé	s - desenvolver o sector do turismo
VOUZELA		s - desenvolver o sector do turismo
MAÇAO		n
OLEIROS		n
PROENÇA-A-NOVA		n
SERTÃO		n
VILA DE REI		n
FORNOS DE ALGODRES	Queijo e Serra da Estrela	n
GOUVEIA	Queijo e Serra da Estrela	n
SEIA	Queijo e Serra da Estrela	s - desenvolver o sector do turismo
ALMEIDA	Praça-forte.	s- fixar população e factor económico
CELORICO DA BEIRA	Queijo e Serra da Estrela e castelo.	s - Factor económico
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO		s- Factor económico
GUARDA	serra da Estrela e e Sé	n
MANTEIGAS	Queijo e Serra da Estrela	s - Factor económico
MÊDA	castelo (Marialva e Longroiva)	s - Factor económico
PINHEL	Castelo	s - Fixar população e factor económico
SABUGAL	Castelo (sabugal e Sortelha)	s - factor económico
TRANCOSO	castelo	s - Fixar população e factor económico
CASTELO BRANCO		s - desenvolver o sector do turismo
IDANHA-A-NOVA	aldeias históricas	s - Factor económico
PENAMACOR	aldeias históricas	s- desenvolver o sector do turismo
VILA VELHA DE RODAO		s - desenvolver o sector do turismo
BELMONTE	Cast/tumulo P. Alvares Cabral	s - desenvolver o sector do turismo apostando na qualidade.
COVILHA	Serra da Estrela	n
FUNDAO		s - Factor económico

Concelho	Tem plano de execução	Tem secção
AGUEDA	s	0
ALBERGARIA-A-VELHA	n	0
ANADIA	n	0
AVEIRO	n	0
ESTARREJA	n	0
ILHAVO	n	0
MEALHADA	n	0
MURTOSA	n	0
OLIVEIRA DO BAIRRO	s	0
OVAR	s	0
SEVER DO VOUGA	n	0
VAGOS	s	áreas de REN par des Turist prog
CANTANHEDE	n	1 - Áreas Turísticas
COIMBRA	s	0
CONDEIXA-A-NOVA	n	0
FIGUEIRA DA FOZ	s	0
MIRA	n	0
MONTEMOR-O-VELHO	s	0
PENACOVA	s	1 - Espaços preferenciais de desenvolvimento turístico
SOURE	n	0
BATALHA	n	1 - Áreas de aptidão turística
LEIRIA	s	0
MARINHA GRANDE	s	0
POMBAL	s	0
PORTO DE MOS	n	0
ALVAIAZERE	n	1 - Áreas de aptidão turística
ANSIAO	n	1 - Áreas de aptidão turística
ARGANIL	n	1 - Áreas de desenvolvimento turístico
CASTANHEIRA DE PERA	n	1 - Áreas de aptidão turística
FIGUEIRO DOS VINHOS	n	1 - Áreas de aptidão turística
GOIS	n	0
LOUSA	n	0
MIRANDA DO CORVO	n	0
OLIVEIRA DO HOSPITAL	n	0
PAMPILHOSA DA SERRA	s	1 - Áreas de desenvolvimento turístico
PEDROGÃO GRANDE	n	1 - Áreas de aptidão turística
PENELA	n	0
TABUA	n	0
VILA NOVA DE POIARES	n	0
AGUIAR DA BEIRA	n	0
CARREGAL DO SAL	n	0
CASTRO DAIRE	n	0
MANGUALDE	n	0
MORTÁGUA	n	0
NELAS	n	0
OLIVEIRA DE FRADES	n	0
PENALVA DO CASTELO	n	0
SANTA COMBA DAO	n	0
SAO PEDRO DO SUL	n	0
SATAO	n	0
TONDELA	n	0
VILA NOVA DE PAIVA	n	0
VISEU	n	0
VOUZELA	n	0
MAÇAO	n	1 - Espaços de desenvolvimento turístico
OLEIROS	n	0
PROENÇA-A-NOVA	n	0
SERTÃO	n	0
VILA DE REI	n	0
FORNOS DE ALGODRES	n	0
GOUVEIA	n	0
SEIA	s	0
ALMEIDA	n	0
CELORICO DA BEIRA	n	0
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	n	0
GUARDA	n	0
MANTEIGAS	n	0
MÊDA	n	0
PINHEL	n	0
SABUGAL	n	0
TRANCOSO	n	0
CASTELO BRANCO	n	1 - Espaços de desenvolvimento turístico
IDANHA-A-NOVA	n	0
PENAMACOR	n	1 - Espaços de vocação recreativa
VILA VELHA DE RODAO	n	0
BELMONTE	n	0
COVILHA	n	0
FUNDAO	n	1 - Espaços de Interesse turístico

Concelho	Tem artigos
AGUEDA	0
ALBERGARIA-A-VELHA	0
ANADIA	0
AVEIRO	0
ESTARREJA	0
ILHAVO	1 - Urbanizável para fins turísticos
MEALHADA	0
MURTOSA	0
OLIVEIRA DO BAIRRO	0
OVAR	0
SEVER DO VOUGA	0
VAGOS	2 - Espaços de REN de desenvolvimento turístico programado
CANTANHEDE	1 - Âmbito e uso das áreas turísticas
COIMBRA	2- Zonas turísticas dentro e fora da cidade
CONDEIXA-A-NOVA	2 - Unidades de utilização turística na área exterior à vila de Condeixa e estabelecimentos hoteleiros
FIGUEIRA DA FOZ	Vários - Habitação e hotelaria, fins turísticos
MIRA	0
MONTE-MOR-O-VELHO	0
PENACOVA	1 Zonas preferenciais de desenvolvimento turístico
SOURÉ	2 edif em espaços de equip turístico habitacional e equip de desporto e lazer
BATALHA	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
LEIRIA	2 - Unidades de utilização turística e estabelecimentos hoteleiros
MARINHA GRANDE	1 - Núcleos urbanos turísticos
POMBAL	0
PORTO DE MOS	0
ALVAIAZERE	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
ANSIAO	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
ARGANIL	2 - Zonas Preferenciais de Desenvolvimento Turístico do PROZAG
CASTANHEIRA DE PERA	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
FIGUEIRO DOS VINHOS	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
GOIS	0
LOUSA	0
MIRANDA DO CORVO	0
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1 - Áreas de recreio e lazer
PAMPILHOSA DA SERRA	2 - Definição e barragem de s luzia
PEDROGÃO GRANDE	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
PENELA	0
TABUA	0
VILA NOVA DE POIARES	0
AGUIAR DA BEIRA	0
CARREGAL DO SAL	0
CASTRO DAIRE	0
MANGUALDE	1 - Zona de Equipamento turístico
MORTÁGUA	0
NELAS	0
OLIVEIRA DE FRADES	1 - Zonas de Interesse turístico
PENALVA DO CASTELO	0
SANTA COMBA DAO	0
SAO PEDRO DO SUL	0
SATAO	0
TONDELA	0
VILA NOVA DE PAIVA	0
VISEU	1- Espaços naturais com aprov turístico
VOUZELA	0
MAÇAO	2 - Condições e sua definição
OLEIROS	1 - Espaços urbaniz de vocação recreativa
PROENÇA-A-NOVA	1 - Espaços de vocação recreativa
SERTÃO	1 - Espaços de vocação recreativa
VILA DE REI	1 - Espaços de vocação recreativa
FORNOS DE ALGODRES	0
GOUVEIA	0
SEIA	0
ALMEIDA	0
CELORICO DA BEIRA	1 - Equipamentos Turísticos
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	0
GUARDA	0
MANTEIGAS	0
MÊDA	0
PINHEL	0
SABUGAL	0
TRANCOSO	0
CASTELO BRANCO	2 - princípios gerais e zona da albufeira de st Águeda
IDANHA-A-NOVA	1 - Espaços urbaniz de vocação recreativa
PENAMACOR	2 - def e voc esp devoção recreativa urbana
VILA VELHA DE RODAO	0
BELMONTE	1 - Equipamentos turísticos
COVILHA	1- Espaços especiais de inf estr turísticas
FUNDÃO	2 - Definição e vocação



Concelho	Estacionamento	Onde é permitido turismo	RAN
AGUEDA	Normal sem pesados	Áreas florestais e as urbanas e urbanizáveis	n
ALBERGARIA-A-VELHA		Normal e Espaço Natural Lúdico turístico	n
ANADIA		Normal	s
AVEIRO	s	Normal	n
ESTARREJA		Normal	n
ILHAVO		n	n
MEALHADA		n	n
MURTOSA		n	n
OLIVEIRA DO BAIRRO		n	n
OVAR		n	n
SEVER DO VOUGA		n	n
VAGOS		n	n
CANTANHEDE		normal	n
COIMBRA		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
CONDEIXA-A-NOVA		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
FIGUEIRA DA FOZ		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
MIRA		n	n
MONTE-MOR-O-VELHO		n	n
PENACOVA		n	n
SOURE		n	n
BATALHA		normal	s
LEIRIA	s	n	s
MARINHA GRANDE		n	n
POMBAL		n	n
PORTO DE MOS	s	n	n
ALVAIAZERE		normal	n
ANSIAO		normal	s
ARGANIL		normal	n
CASTANHEIRA DE PERA		normal	n
FIGUEIRO DOS VINHOS		normal	s
GOIS		n	s
LOUSA		n	n
MIRANDA DO CORVO		n	n
OLIVEIRA DO HOSPITAL		n	n
PAMPILHOSA DA SERRA		n	n
PEDROGÃO GRANDE		normal	s
PENELA	s	n	n
TÁBUA		n	n
VILA NOVA DE POIARES		n	n
AGUIAR DA BEIRA	normal sem pesados	aproveitamento turístico em todos menos	s
CARREGAL DO SAL		REN	n
CASTRO DAIRE		normal	n
MANGUALDE		normal	n
MORTÁGUA		n	s
NELAS		n	n
OLIVEIRA DE FRADES		n	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
PENALVA DO CASTELO		normal	n
SANTA COMBA DÃO		n	s
SÃO PEDRO DO SUL		n	n
SÁTÃO		n	n
TONDELA		n	n
VILA NOVA DE PAIVA		n	n
VISEU	s	n	n
VOUZELA	normal sem pesados	n	s
MAÇÃO		n	n
OLEIROS	s	n	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
PROENÇA-A-NOVA	s	n	n
SERTÃO	s	n	n
VILA DE REI	s	n	n
FORNOS DE ALGODRES		normal	s
GOUVEIA		n	s
SEIA		n	n
ALMEIDA		normal	n
CELORICO DA BEIRA		normal	n
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO		normal	s
GUARDA		n	s
MANTEIGAS		n	n
MÉDA		n	n
PINHEL		n	n
SABUGAL		n	n
TRANCOSO	s	n	n
CASTELO BRANCO		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
IDANHA-A-NOVA		n	n
PENAMACOR	s	n	n
VILA VELHA DE RODÃO		n	s
BELMONTE		normal	s
COVILHA		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
FUNDÃO		n	s - campos de golfe, agro turismo, etc.

Concelho	REN	n de artigos	DISTRITO	Nutt II	PDM elaborado por
AGUEDA	n	24	AVEIRO	Centro	Câmara
ALBERGARIA-A-VELHA	n	54	AVEIRO	Centro	Câmara
ANADIA	s	53	AVEIRO	Centro	Câmara
AVEIRO	n	51	AVEIRO	Centro	Câmara
ESTARREJA	n	40	AVEIRO	Centro	Câmara
ILHAVO	n	65	AVEIRO	Centro	GAT Aveiro
MEALHADA	n	54	AVEIRO	Centro	Câmara
MURTOSA	n	54	AVEIRO	Centro	Câmara
OLIVEIRA DO BAIRRO	s	50	AVEIRO	Centro	Câmara
OVAR	n	64	AVEIRO	Centro	GAT Aveiro
SEVER DO VOUGA	n	65	AVEIRO	Centro	PARTEX - GAAP
VAGOS	s	64	AVEIRO	Centro	GAT Aveiro
CANTANHEDE	n	34	COIMBRA	Centro	Câmara
COIMBRA	s	73	COIMBRA	Centro	Câmara
CONDEIXA-A-NOVA	n	93	COIMBRA	Centro	Câmara
FIGUEIRA DA FOZ	s	65	COIMBRA	Centro	RISCO
MIRA	n	60	COIMBRA	Centro	GAAP
MONTE-MOR-O-VELHO	n	54	COIMBRA	Centro	TECNINVEST
PENACOVA	n	47	COIMBRA	Centro	PROJECTOPLANO
SOURE	n	65	COIMBRA	Centro	Câmara
BATALHA	s	46	LEIRIA	Centro	Câmara
LEIRIA	n	97	LEIRIA	Centro	Câmara
MARINHA GRANDE	n	62	LEIRIA	Centro	Câmara
POMBAL	n	65	LEIRIA	Centro	PROJECTOPLANO
PORTO DE MOS	n	62	LEIRIA	Centro	PLURAL
ALVAIAZERE	n	45	LEIRIA	Centro	GITAP
ANSIAO	s	45	LEIRIA	Centro	GITAP
ARGANIL	n	34	COIMBRA	Centro	PROFABRIL
CASTANHEIRA DE PERA	n	43	LEIRIA	Centro	GITAP
FIGUEIRO DOS VINHOS	s	41	LEIRIA	Centro	GITAP
GOIS	s	63	COIMBRA	Centro	PARTEX
LOUSA	n	59	COIMBRA	Centro	GAT/AMVCD
MIRANDA DO CORVO	n	60	COIMBRA	Centro	Câmara
OLIVEIRA DO HOSPITAL	n	62	COIMBRA	Centro	Câmara
PAMPILHOSA DA SERRA	n	59	COIMBRA	Centro	TECNINVEST
PEDROGÃO GRANDE	s	43	LEIRIA	Centro	GITAP
PENELA	n	54	COIMBRA	Centro	Câmara
TABUA	n	31	COIMBRA	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
VILA NOVA DE POIARES	n	59	COIMBRA	Centro	GAT/AMVCD
AGUIAR DA BEIRA	n	47	GUARDA	Centro	José Simões e Associados
CARREGAL DO SAL	n	34	VEISEU	Centro	Câmara
CASTRO DAIRE	n	87	VEISEU	Centro	Câmara
MANGUALDE	n	74	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
MORTÁGUA	n	33	VEISEU	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
NELAS	n	94	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
OLIVEIRA DE FRADES	n	43	VEISEU	Centro	Câmara
PENALVA DO CASTELO	s	65	VEISEU	Centro	GITAP
SANTA COMBA DAO	n	23	VEISEU	Centro	Câmara
SAO PEDRO DO SUL	n	71	VEISEU	Centro	Câmara
SATAO	n	65	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
TONDELA	n	33	VEISEU	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
VILA NOVA DE PAIVA	n	65	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
VEISEU	s	60	VEISEU	Centro	Câmara
VOUZELA	n	49	VEISEU	Centro	Câmara
MAÇAO	n	64	SANTARÉM	Centro	TECNINVEST
OLEIROS	n	58	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
PROENÇA-A-NOVA	n	58	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
SERTÃO	n	57	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
VILA DE REI	n	58	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
FORNOS DE ALGODRES	s	58	GUARDA	Centro	Câmara
GOUVEIA	s	63	GUARDA	Centro	Câmara
SEIA	n	34	GUARDA	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
ALMEIDA	n	37	GUARDA	Centro	EGIP
CELORICO DA BEIRA	n	67	GUARDA	Centro	TECNOPORTICO Lda.
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	s	63	GUARDA	Centro	CEDRE
GUARDA	n	37	GUARDA	Centro	EGIP
MANTEIGAS	n	59	GUARDA	Centro	Câmara
MÉDA	n	55	GUARDA	Centro	TECNOPORTICO Lda.
PINHEL	n	34	GUARDA	Centro	EGIP
SABUGAL	n	36	GUARDA	Centro	Câmara
TRANCOSO	n	62	GUARDA	Centro	PLURAL
CASTELO BRANCO	n	66	CASTELO BRANCO	Centro	Câmara
IDANHA-A-NOVA	n	59	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
PENAMACOR	n	59	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
VILA VELHA DE RODAO	n	68	CASTELO BRANCO	Centro	CEDRE
BELMONTE	s	60	CASTELO BRANCO	Centro	PROENGEL Lda.
COVILHA	n	28	CASTELO BRANCO	Centro	CPU
FUNDAO	s	72	CASTELO BRANCO	Centro	PARTEX

Concelho	Tipos de Turismo Proposto	albufeira/Serra Imp/Plano SUP
AGUEDA	2;5;6	n/n/n
ALBERGARIA-A-VELHA	5;7	n/n/n
ANADIA	1;6;8	n/n/n
AVEIRO	1;3;4;5;6;9	n/n/n
ESTARREJA	1;3;4;5	n/n/n
ILHAVO	1;3;4;5	n/n/n
MEALHADA	1;4;5	n/s/n
MURTOSA	3;5;11	n/n/n
OLIVEIRA DO BAIRRO	1;4;6	n/n/n
OVAR	1;3;5	n/n/n
SEVER DO VOUGA	1;2;3;4;9	n/s/n
VAGOS	1;5	n/n/n
CANTANHEDE	1;2;3;4;5;	n/n/n
COIMBRA	1;3;4;5;6;9	n/n/n
CONDEIXA-A-NOVA	5	n/n/n
FIGUEIRA DA FOZ	3;4;5;6	n/s/n
MIRA	1;3;6	n/n/n
MONTEMOR-O-VELHO	1;4;5	n/n/n
PENACOVA	1;2;3	s/n/PROZAG
SOURE	1;3;4;5;6;8	s/nn
BATALHA	1;2;5;6;8	n/n/n
LEIRIA	1;3;4;5;8	n/n/n
MARINHA GRANDE	1;3;4;5;6	n/n/n
POMBAL	1;2;3;5;6	n/s/n
PORTO DE MOS	1;2;5;6	n/s/n
ALVAIAZERE	1	n/n/n
ANSIAO	1	n/n/n
ARGANIL	1;2;3;4;5;10	s/s/PROZAG
CASTANHEIRA DE PERA	1;3;4;	s/s/POACB
FIGUEIRO DOS VINHOS	1	s/n/POACB
GOIS	1;3;4;5;6	n/s/n
LOUSA	1;2;3;4;5	n/s/n
MIRANDA DO CORVO	1;2;3;4;5	n/s/n
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1;3;4;5;6;8;9	n/s/n
PAMPILHOSA DA SERRA	1	s/n/n
PEDROGAO GRANDE	11;3;4	s/n/n
PENELA	1;2;3;5;6	s/s/n
TABUA	3;4;5	s/n/PROZAG
VILA NOVA DE POIARES	1;2;3;4;5	n/n/n
AGUIAR DA BEIRA	1;3;4;5	n/n/n
CARREGAL DO SAL	0	n/n/n
CASTRO DAIRE	1;5;6	n/n/n
MANGUALDE	1;3;4;5;8	n/n/n
MORTÁGUA	3;4;5	s/n/PROZAG
NELAS	1;3;4;5	n/n/n
OLIVEIRA DE FRADES	1;3;4;5	n/n/n
PENALVA DO CASTELO	1	n/n/n
SANTA COMBA DAO	1;3;4;5;6;8	s/n/PROZAG
SAO PEDRO DO SUL	1;3;4;5	n/n/n
SATAO	1;3;4;5	n/n/n
TONDELA	1;4;5;8	n/s/n
VILA NOVA DE PAIVA	1;4;5	n/n/n
UISEU	3;4;5;6;8	n/n/n
VOUZELA	5	n/n/n
MAÇAO	1	s/n/várias
OLEIROS	1;3;4;5	n/n/n
PROENÇA-A-NOVA	1;3;4;5;8	s/n/POACB
SERTÃO	1;3;4;5	s/n/POACB
VILA DE REI	1;3;4;5	s/n/POACB
FORNOS DE ALGODRES	1;5	s/s/n
GOUVEIA	1;3;4;5;6;8	s/s/PNOPSE
SEIA	1;3;4;5;6;9	s/s/PNOPSE
ALMEIDA	1;3;4;5;6	n/s/n
CELORICO DA BEIRA	1;3;4;5;6;8	n/s/PNOPSE
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	1;4;5	s/n/n
GUARDA	1;3;4;5;6	n/s/PNOPSE
MANTEIGAS	1;6;8;9	n/s/PNOPSE
MÉDA	1;5;8	s/n/ n
PINHEL	1;3;4;5;6	n/s/parte abrangida pelo PNOPSE
SABUGAL	1;4;5;6;8	s/s/s
TRANCOSO	1;5;8	s/n/n
CASTELO BRANCO	1;3; 4;5	n/s/POB Marateca e S Águeda
IDANHA-A-NOVA	1;3;4;5;8	s/n/POA marechal Carmona
PENAMACOR	1;3;4;5;8;9	s/s/POA da Meimoa
VILA VELHA DE RODAO	1;2;4;5	ns/n/PBH do Tejo
BELMONTE	1;4;5	n/n/n
COVILHA	1;4;5	s/n/PNOPSE
FUNDAO	1;2;4;5;10	n/n/n

Concelho	dormidas 2004	hospedes2004	camas96(31/7)	camas97(31/7)	camas98(31/7)
AGUEDA	15940	9821	166	251	
ALBERGARIA-A-VELHA	4971	4935		95	95
ANADIA	70306	28028	1339	1307	1244
AVEIRO	129595	67732	1201	1258	1205
ESTARREJA			22	22	22
ILHAVO	30083	13993	202	214	202
MEALHADA	68458	43915	1001	997	950
MURTOSA	15648	8909	112	116	112
OLIVEIRA DO BAIRRO			106	104	104
OVAR	18559	9317	244	244	244
SEVER DO VOUGA			44	44	44
VAGOS					
CANTANHEDE	18913	8293		221	
COIMBRA	315342	210644	2360	2369	2396
CONDEIXA-A-NOVA					90
FIGUEIRA DA FOZ	200372	91142	2326	2327	2339
MIRA	23101	8434	323	343	343
MONTEMOR-O-VELHO					
PENACOVA					
SOURE					
BATALHA	20810	14451	209	209	208
LEIRIA	131392	70036	1925	1873	1943
MARINHA GRANDE	61545	23651	609	750	738
POMBAL	16053	10752	163	163	162
PORTO DE MOS					
ALVAIAZERE					
ANSIAO			19	19	
ARGANIL			142	142	134
CASTANHEIRA DE PERA					
FIGUEIRO DOS VINHOS					
GOIS					
LOUSA			30	32	
MIRANDA DO CORVO					
OLIVEIRA DO HOSPITAL			142	139	32
PAMPILHOSA DA SERRA					
PEDROGÃO GRANDE					23
PENELA					
TABUA			89	162	162
VILA NOVA DE POIARES					
AGUIAR DA BEIRA			62	38	
CARREGAL DO SAL					
CASTRO DAIRE					
MANGUALDE	32715	14551	443	477	477
MORTÁGUA			106	100	24
NELAS	65172	25388	367	707	537
OLIVEIRA DE FRADES					
PENALVA DO CASTELO					
SANTA COMBA DAO					
SAO PEDRO DO SUL	80182	18471	891	863	933
SATAO			16		16
TONDELA	42190	23193	165	143	326
VILA NOVA DE PAIVA					
UISEU	155321	105051	1223	1191	1319
VOUZELA					
MAÇAO					
OLEIROS					
PROENÇA-A-NOVA					
SERTÃO			122	119	95
VILA DE REI					
FORNOS DE ALGODRES					
GOUVEIA			100	119	108
SEIA			169	180	330
ALMEIDA	18427	17033	137	134	160
CELORICO DA BEIRA			138	138	54
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO				36	36
GUARDA	33679	28103	510	468	448
MANTEIGAS	10907	7958	158	161	42
MÊDA					
PINHEL					
SABUGAL					
TRANCOSO					
CASTELO BRANCO	84254	43380	623	645	626
IDANHA-A-NOVA	12913	3908	618	595	265
PENAMACOR					
VILA VELHA DE RODÃO					
BELMONTE			72	72	78
COVILHA	107968	70987	515	511	599
FUNDAO			313	308	308

Concelho	camas99(31/7)	2000	2001	2002 f em 03	2003	camas04(31/7)	ID1
AGUEDA	197			314	318	308	235
ALBERGARIA-A-VELHA	64	92	92	64	98	98	228
ANADIA	1217	1195	1179	951	1285	1266	248
AVEIRO	1103	1139	1104	1072	1077	1107	232
ESTARREJA		22	22	20	15	18	223
ILHAVO	206	250	266	340	339	333	237
MEALHADA	635	858	845	883	974	923	255
MURTOSA	142		144	152	148	150	224
OLIVEIRA DO BAIRRO	119	110		110	110	110	242
OVAR	244			130	244	222	212
SEVER DO VOUGA	44	44	44	44	44	44	226
VAGOS				42	94	94	241
CANTANHEDE		2302	2169	137	137	288	250
COIMBRA	2447			2176	2261	2302	258
CONDEIXA-A-NOVA			90	88	88	90	270
FIGUEIRA DA FOZ	2147	2254	2203	1919	2214	2194	260
MIRA	343	344	343	316	309	309	246
MONTEMOR-O-VELHO							261
PENACOVA				106	106	110	257
SOURE							269
BATALHA	232			222	225	225	14
LEIRIA	1897	1757	1703	1622	1662	1783	6
MARINHA GRANDE	789	755	888	725	939	932	8
POMBAL				162	230	230	3
PORTO DE MOS							17
ALVAIAZERE							7
ANSIAO				15	15		5
ARGANIL				142	142	142	262
CASTANHEIRA DE PERA							1
FIGUEIRO DOS VINHOS							2
GOIS							266
LOUSA	32	32	30	30	30	30	267
MIRANDA DO CORVO				49	49	53	268
OLIVEIRA DO HOSPITAL		32	32	87	111	157	249
PAMPILHOSA DA SERRA							265
PEDROGÃO GRANDE	23	23	23	23	23	23	4
PENELA	162						273
TABUA		163	163	187	187	187	253
VILA NOVA DE POIARES							264
AGUIAR DA BEIRA				24	24	24	220
CARREGAL DO SAL				48	48	48	244
CASTRO DAIRE				179	179	179	209
MANGUALDE	339	353	339	494	484	505	236
MORTÁGUA	24			24	24	24	247
NELAS	529	529	544	711	771	767	240
OLIVEIRA DE FRADES				38	38	38	225
PENALVA DO CASTELO							231
SANTA COMBA DAO							251
SAO PEDRO DO SUL		709	692	848	989	1057	215
SATAO	16	16	16	16	16	16	221
TONDELA	336	316	367	367	367	396	238
VILA NOVA DE PAIVA							214
UISEU	1163	1233	1224	1175	1207	1385	222
VOUZELA							230
MAÇAO							12
OLEIROS							274
PROENÇA-A-NOVA							276
SERTÃO	93	103	166	210	212	201	275
VILA DE REI							278
FORNOS DE ALGODRES							229
GOUVEIA	147	147		128	93	93	239
SEIA	288	316		355	370	376	245
ALMEIDA	132	200	200	240	242	202	227
CELORICO DA BEIRA	54	54	54	138	138	138	233
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	36			80	80	80	207
GUARDA	495	450	478	540	541	458	234
MANTEIGAS	147	155	104	100	106	104	252
MÊDA				66	66	66	206
PINHEL						46	213
SABUGAL							243
TRANCOSO							217
CASTELO BRANCO			570	548	709	711	272
IDANHA-A-NOVA	597	598	227	618	621	529	271
PENAMACOR					19	19	259
VILA VELHA DE RODAO							277
BELMONTE	111	101	105	114	162	162	254
COVILHA	607	663	692	757	814	837	256
FUNDAO	279	279	279	348	350	350	263

Concelho	AREA_HA	N_FREGUESI	ALT_MAX	ALT_MIN	População 1991
AGUEDA	33528,13188	20	751	6	44045
ALBERGARIA-A-VELHA	15539,58387	8	413	0	21995
ANADIA	21663,91408	15	529	13	28899
AVEIRO	19987,40201	14	75	0	66444
ESTARREJA	10834,99329	7	132	0	26742
ILHAVO	7345,55815	4	62	-1	33235
MEALHADA	11065,87617	8	558	30	18272
MURTOSA	7331,67466	4	16	0	9579
OLIVEIRA DO BAIRRO	8732,17080	6	76	6	18660
OVAR	14741,78122	8	235	0	49659
SEVER DO VOUGA	12960,53784	9	836	25	13826
VAGOS	16493,80597	11	67	-1	19068
CANTANHEDE	39088,73890	19	138	1	37140
COIMBRA	31940,54295	31	491	9	139052
CONDEIXA-A-NOVA	13867,72942	10	436	12	13027
FIGUEIRA DA FOZ	37907,30429	18	250	0	61555
MIRA	12403,34536	4	63	1	13257
MONTE-MOR-O-VELHO	22895,10373	14	138	3	26375
PENACOVA	21673,62511	11	550	38	16748
SOURÉ	26506,56881	12	521	6	21704
BATALHA	10327,32066	4	516	49	13329
LEIRIA	56557,95647	29	412	2	102762
MARINHA GRANDE	18711,93107	3	167	4	33543
POMBAL	62606,89479	17	550	5	51357
PORTO DE MOS	26161,84518	13	604	69	23343
ALVAIAZERE	16047,95667	7	612	98	9309
ANSIAO	17616,71557	8	530	168	14029
ARGANIL	33283,37260	18	1327	68	13926
CASTANHEIRA DE PERA	6677,55368	2	1184	341	4442
FIGUEIRO DOS VINHOS	17344,28395	5	1008	113	8012
GOIS	26330,60941	5	1159	149	5372
LOUSA	13840,24296	6	1202	75	13447
MIRANDA DO CORVO	12638,01450	5	936	38	11674
OLIVEIRA DO HOSPITAL	23452,03744	21	1233	159	22584
PAMPILHOSA DA SERRA	39647,92199	10	1404	288	5797
PEDROGÃO GRANDE	12874,94863	3	775	150	4643
PENELA	13478,71260	6	864	139	6919
TABUA	19978,91812	15	507	138	13101
VILA NOVA DE POIARES	8445,44607	4	451	40	6161
AGUIAR DA BEIRA	20687,68983	13	982	443	6725
CARREGAL DO SAL	11689,41570	7	370	138	10992
CASTRO DAIRE	37906,26368	22	1369	203	18156
MANGUALDE	21925,93008	18	752	225	21808
MORTÁGUA	25118,29388	10	765	63	10662
NELAS	12571,69388	9	475	147	14618
OLIVEIRA DE FRADES	14534,91241	12	1038	64	10584
PENALVA DO CASTELO	13419,39087	13	718	325	9166
SANTA COMBA DÃO	11194,97011	9	338	135	12209
SÃO PEDRO DO SUL	34895,79560	19	1119	67	19985
SATÃO	20194,46324	12	862	380	13342
TONDELA	37122,42398	26	1071	138	32049
VILA NOVA DE PAIVA	17553,60460	7	1010	532	6088
UISEU	50711,07088	34	889	187	83601
VOUZELA	19369,83664	12	1042	142	12477
MAÇAO	40001,22030	8	637	38	10060
OLEIROS	47109,82639	12	1064	253	7767
PROENÇA-A-NOVA	39538,46792	6	918	112	11088
SERTÃO	44673,20266	14	1073	113	18199
VILA DE REI	19154,76257	3	585	113	3687
FORNOS DE ALGODRES	13149,23858	16	905	321	6270
GOUVEIA	30061,62825	22	1636	248	17410
SEIA	43569,50006	29	1987	182	30362
ALMEIDA	51799,88132	29	845	500	10040
CELORICO DA BEIRA	24722,00200	22	1255	364	8875
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	50858,89010	17	972	120	8105
GUARDA	71210,53821	55	1282	437	38502
MANTEIGAS	12197,72763	4	1969	549	4455
MÉDA	28605,37269	16	942	224	3525
PINHEL	48452,80066	27	909	160	12693
SABUGAL	82267,20075	40	1231	244	16919
TRANCOSO	36153,03365	29	978	418	11484
CASTELO BRANCO	143823,17038	25	1188	113	54310
IDANHA-A-NOVA	141638,01654	17	821	113	13630
PENAMACOR	56389,79968	12	1073	291	8115
VILA VELHA DE RODÃO	32991,52425	4	532	47	4960
BELMONTE	11876,06064	5	855	444	7411
COVILHA	55560,83237	31	1951	367	53999
FUNDÃO	70012,80300	31	1220	263	31687

Concelho	POPULAÇÃO 2001	Sub-Região	Litoral/raia	Ano	Quem elaborou	Grau de importância
AGUEDA	49041	1	3	2	1	1
ALBERGARIA-A-VELHA	24638	1	3	5	1	1
ANADIA	31545	1	3	1	1	7
AVEIRO	73335	1	1	2	1	7
ESTARREJA	28182	1	3	11	1	1
ILHAVO	37209	1	1	4	13	1
MEALHADA	20751	1	3	1	1	5
MURTOSA	9458	1	1	8	1	5
OLIVEIRA DO BAIRRO	21164	1	3	5	1	1
OVAR	55198	1	1	2	13	3
SEVER DO VOUGA	13186	1	3	1	onze	1
VAGOS	22017	1	1	10	13	3
CANTANHEDE	37910	2	1	1	1	1
COIMBRA	148443	2	3	1	1	4
CONDEIXA-A-NOVA	15340	2	3	1	1	1
FIGUEIRA DA FOZ	62601	2	1	1	9	8
MIRA	12872	2	1	1	16	6
MONTEMOR-O-VELHO	25478	2	3	1	15	1
PENACOVA	16725	2	3	5	18	1
SOURE	20940	2	3	1	1	1
BATALHA	15002	3	3	2	1	3
LEIRIA	119847	3	1	2	1	3
MARINHA GRANDE	35571	3	1	2	1	6
POMBAL	56299	3	1	2	18	1
PORTO DE MOS	24271	3	3	1	12	1
ALVAIAZERE	8438	4	3	4	4	1
ANSIAO	13719	4	3	3	4	1
ARGANIL	13623	4	3	2	5	4
CASTANHEIRA DE PERA	3733	4	3	1	4	1
FIGUEIRO DOS VINHOS	7352	4	3	2	4	1
GOIS	4861	4	3	9	11	1
LOUSA	15753	4	3	10	14	1
MIRANDA DO CORVO	13069	4	3	11	1	1
OLIVEIRA DO HOSPITAL	22112	4	3	4	1	8
PAMPILHOSA DA SERRA	5220	4	3	1	15	1
PEDROGAO GRANDE	4398	4	3	2	4	1
PENELA	6594	4	3	11	1	1
TABUA	12602	4	3	1	17	1
VILA NOVA DE POIARES	7061	4	3	11	14	1
AGUIAR DA BEIRA	6247	5	3	2	2	1
CARREGAL DO SAL	10411	5	3	7	1	1
CASTRO DAIRE	16910	5	3	1	1	5
MANGUALDE	20990	5	3	2	2	2
MORTÁGUA	10379	5	3	1	17	1
NELAS	14283	5	3	1	2	4
OLIVEIRA DE FRADES	10584	5	3	1	1	1
PENALVA DO CASTELO	9019	5	3	4	4	2
SANTA COMBA DAO	12473	5	3	8	1	1
SAO PEDRO DO SUL	19083	5	3	2	1	4
SATAO	13144	5	3	11	2	1
TONDELA	31152	5	3	1	17	1
VILA NOVA DE PAIVA	6141	5	3	1	2	1
VISEU	93501	5	3	2	1	1
VOUZELA	11916	5	3	1	1	1
MAÇÃO	8442	6	3	1	15	1
OLEIROS	6677	6	3	1	12	1
PROENÇA-A-NOVA	9610	6	3	1	12	1
SERTÃO	16720	6	3	1	12	1
VILA DE REI	3354	6	3	2	12	1
FORNOS DE ALGODRES	5629	7	3	2	1	2
GOUVEIA	16122	7	3	2	1	2
SEIA	28144	7	3	4	17	4
ALMEIDA	8423	8	2	1	3	1
CELORICO DA BEIRA	8875	8	3	2	7	1
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	7158	8	3	2	10	4
GUARDA	43822	8	3	1	3	1
MANTEIGAS	4094	8	3	4	1	4
MÉDA	6239	8	3	2	7	2
PINHEL	10954	8	3	2	3	1
SABUGAL	14871	8	2	1	1	1
TRANCOSO	10889	8	3	1	12	1
CASTELO BRANCO	55708	9	2	1	1	3
IDANHA-A-NOVA	11659	9	2	1	12	1
PENAMACOR	6658	9	2	1	12	1
VILA VELHA DE RODAO	4098	9	2	1	10	2
BELMONTE	7592	10	3	3	6	2
COVILHA	54505	10	3	2	8	5
FUNDAO	31482	10	3	6	11	1

Concelho	Sector Terciário	P Agro/eco	PT Aventura	PT Balnear	PT Cinegético	PT Cultural	PT Urbano
AGUEDA	1	2	1	2	2	1	1
ALBERGARIA-A-VELHA	2	2	2	2	2	1	2
ANADIA	4	1	2	2	2	2	1
AVEIRO	7	1	2	1	1	1	1
ESTARREJA	1	2	2	1	1	1	2
ILHAVO	2	1	2	1	1	1	2
MEALHADA	3	1	2	2	1	1	2
MURTOSA	2	1	2	1	2	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	1	1	2	2	1	2	1
OVAR	3	1	2	1	2	1	2
SEVER DO VOUGA	2	1	1	1	1	2	2
VAGOS	3	1	2	2	2	1	2
CANTANHEDE	2	1	1	1	1	1	2
COIMBRA	3	1	2	1	1	1	1
CONDEIXA-A-NOVA	3	2	2	2	2	1	2
FIGUEIRA DA FOZ	7	2	2	1	1	1	1
MIRA	4	1	2	1	2	2	1
MONTEMOR-O-VELHO	1	1	2	2	1	1	2
PENACOVA	2	1	1	1	2	2	2
SOURE	1	1	2	1	1	1	1
BATALHA	1	1	1	2	2	1	1
LEIRIA	2	1	2	1	1	1	2
MARINHA GRANDE	5	1	2	1	1	1	1
POMBAL	1	1	1	1	2	1	1
PORTO DE MOS	1	1	1	2	2	1	1
ALVAIAZERE	2	1	2	2	2	2	2
ANSIAO	2	1	2	2	2	2	2
ARGANIL	2	1	1	1	1	1	2
CASTANHEIRA DE PERA	2	1	2	1	1	2	2
FIGUEIRO DOS VINHOS	2	1	2	2	2	2	2
GOIS	2	1	2	1	1	1	1
LOUSA	1	1	1	1	1	1	2
MIRANDA DO CORVO	1	1	1	1	1	1	2
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2	1	2	1	1	1	1
PAMPILHOSA DA SERRA	1	1	2	2	2	2	2
PEDROGAO GRANDE	2	1	2	1	2	2	2
PENELA	1	1	1	1	2	1	1
TABUA	1	2	2	1	1	1	2
VILA NOVA DE POIARES	1	1	1	1	1	1	2
AGUIAR DA BEIRA	1	1	2	1	1	1	2
CARREGAL DO SAL	3	2	2	2	2	2	2
CASTRO DAIRE	1	1	2	2	2	1	1
MANGUALDE	1	1	2	1	1	1	2
MORTÁGUA	3	2	2	1	1	1	2
NELAS	3	1	2	1	1	1	2
OLIVEIRA DE FRADES	2	1	2	1	1	1	2
PENALVA DO CASTELO	2	1	2	2	2	2	2
SANTA COMBA DAO	2	1	2	1	1	1	1
SAO PEDRO DO SUL	1	1	2	1	1	1	2
SATAO	1	1	2	1	1	1	2
TONDELA	1	1	2	2	1	1	2
VILA NOVA DE PAIVA	1	1	2	2	1	1	2
UISEU	3	2	2	1	1	1	1
VOUZELA	2	2	2	2	2	1	2
MAÇÃO	1	1	2	2	2	2	2
OLEIROS	1	1	2	1	1	1	2
PROENÇA-A-NOVA	1	1	2	1	1	1	2
SERTÃO	1	1	2	1	1	1	2
VILA DE REI	1	1	2	1	1	1	2
FORNOS DE ALGODRES	2	1	2	2	2	1	2
GOUVEIA	1	1	2	1	1	1	1
SEIA	2	1	2	1	1	1	1
ALMEIDA	1	1	2	1	1	1	1
CELORICO DA BEIRA	1	1	2	1	1	1	1
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	2	1	2	2	1	1	2
GUARDA	1	1	2	1	1	1	1
MANTEIGAS	2	1	2	2	2	2	1
MÉDA	1	1	2	2	2	1	2
PINHEL	1	1	2	1	1	1	1
SABUGAL	1	1	2	2	1	1	1
TRANCOSO	1	1	2	2	2	1	2
CASTELO BRANCO	2	1	2	1	1	1	2
IDANHA-A-NOVA	1	1	2	1	1	1	2
PENAMACOR	1	1	2	1	1	1	2
VILA VELHA DE RODAO	2	1	1	2	1	1	2
BELMONTE	2	1	2	2	1	1	2
COVILHA	2	1	2	2	1	1	2
FUNDAO	4	1	1	2	1	1	2



Concelho	P T Religioso	P T Termal	P P d/c/p turismo	P T 3ª idade	P T Étnico	n de t t propostos
AGUEDA	2	2	2	2	2	3
ALBERGARIA-A-VELHA	2	2	2	2	2	2
ANADIA	2	1	2	2	2	3
AVEIRO	2	2	1	2	2	6
ESTARREJA	1	2	2	2	2	4
ILHAVO	2	2	2	2	2	4
MEALHADA	2	2	2	2	2	3
MURTOSA	2	2	2	2	1	3
OLIVEIRA DO BAIRRO	2	2	2	2	2	3
OVAR	2	2	2	2	2	3
SEVER DO VOUGA	2	2	1	2	2	5
VAGOS	2	2	2	2	2	2
CANTANHEDE	2	2	2	2	2	5
COIMBRA	2	2	1	2	2	6
CONDEIXA-A-NOVA	2	2	2	2	2	1
FIGUEIRA DA FOZ	2	2	2	2	2	4
MIRA	2	2	2	2	2	3
MONTEMOR-O-VELHO	2	2	2	2	2	3
PENACOVA	2	2	2	2	2	3
SOURE	2	1	2	2	2	6
BATALHA	2	1	2	2	2	5
LEIRIA	2	1	2	2	2	5
MARINHA GRANDE	2	2	2	2	2	5
POMBAL	2	2	2	2	2	5
PORTO DE MOS	2	2	2	2	2	4
ALVAIAZERE	2	2	2	2	2	1
ANSIAO	2	2	2	2	2	1
ARGANIL	2	2	2	1	2	6
CASTANHEIRA DE PERA	2	2	2	2	2	3
FIGUEIRO DOS VINHOS	2	2	2	2	2	1
GOIS	2	2	2	2	2	5
LOUSA	2	2	2	2	2	5
MIRANDA DO CORVO	2	2	2	2	2	5
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2	1	1	2	2	7
PAMPILHOSA DA SERRA	2	2	2	2	2	1
PEDROGÃO GRANDE	2	2	2	2	1	3
PENELA	2	2	2	2	2	5
TABUA	2	2	2	2	2	3
VILA NOVA DE POIARES	2	2	2	2	2	5
AGUIAR DA BEIRA	2	2	2	2	2	4
CARREGAL DO SAL	2	2	2	2	2	0
CASTRO DAIRE	2	2	2	2	2	3
MANGUALDE	2	1	2	2	2	5
MORTÁGUA	2	2	2	2	2	3
NELAS	2	2	2	2	2	4
OLIVEIRA DE FRADES	2	2	2	2	2	4
PENALVA DO CASTELO	2	2	2	2	2	1
SANTA COMBA DAO	2	1	2	2	2	6
SAO PEDRO DO SUL	2	2	2	2	2	4
SATAO	2	2	2	2	2	4
TONDELA	2	1	2	2	2	4
VILA NOVA DE PAIVA	2	2	2	2	2	3
UISEU	2	1	2	2	2	5
VOUZELA	2	2	2	2	2	1
MAÇÃO	2	2	2	2	2	1
OLEIROS	2	2	2	2	2	4
PROENÇA-A-NOVA	2	1	2	2	2	5
SERTÃO	2	2	2	2	2	4
VILA DE REI	2	2	2	2	2	4
FORNOS DE ALGODRES	2	2	2	2	2	2
GOUVEIA	2	1	2	2	2	6
SEIA	2	2	1	2	2	6
ALMEIDA	2	2	2	2	2	5
CELORICO DA BEIRA	2	1	2	2	2	6
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	2	2	2	2	2	3
GUARDA	2	2	2	2	2	5
MANTEIGAS	2	1	1	2	2	4
MÉDA	2	1	2	2	2	3
PINHEL	2	2	2	2	2	5
SABUGAL	2	1	2	2	2	5
TRANCOSO	2	1	2	2	2	3
CASTELO BRANCO	2	2	2	2	2	4
IDANHA-A-NOVA	2	1	2	2	2	5
PENAMACOR	2	1	1	2	2	6
VILA VELHA DE RODAO	2	2	2	2	2	4
BELMONTE	2	2	2	2	2	3
COVILHA	2	2	2	2	2	3
FUNDAO	2	2	2	1	2	5

Concelho	promoção e imagem	perímetro termas	Albufeira Imp	Serra Imp
AGUEDA	2	0	2	2
ALBERGARIA-A-VELHA	2	0	2	2
ANADIA	1	1	2	2
AVEIRO	2	0	2	2
ESTARREJA	2	0	2	2
ILHAVO	1	0	2	2
MEALHADA	1	1	2	1
MURTOSA	1	0	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	2	0	2	2
OVAR	2	0	2	2
SEVER DO VOUGA	2	0	2	1
VAGOS	1	0	2	2
CANTANHEDE	2	0	2	2
COIMBRA	1	0	2	2
CONDEIXA-A-NOVA	2	0	2	2
FIGUEIRA DA FOZ	2	0	2	1
MIRA	2	0	2	2
MONTEMOR-O-VELHO	2	0	2	2
PENACOVA	2	0	1	2
SOURE	2	0	2	2
BATALHA	1	0	2	2
LEIRIA	1	1	2	2
MARINHA GRANDE	1	0	2	2
POMBAL	2	0	2	1
PORTO DE MOS	2	0	2	1
ALVAIAZERE	2	0	2	2
ANSIAO	2	0	2	2
ARGANIL	1	0	1	1
CASTANHEIRA DE PERA	2	0	1	1
FIGUEIRO DOS VINHOS	1	0	1	2
GOIS	2	0	2	1
LOUSA	1	0	2	1
MIRANDA DO CORVO	1	0	2	1
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1	0	2	1
PAMPILHOSA DA SERRA	1	0	2	2
PEDROGAO GRANDE	2	0	2	2
PENELA	1	0	2	1
TABUA	2	0	1	2
VILA NOVA DE POIARES	1	0	2	2
AGUIAR DA BEIRA	2	0	2	2
CARREGAL DO SAL	2	0	2	2
CASTRO DAIRE	1	2	2	2
MANGUALDE	2	2	2	2
MORTÁGUA	2	0	1	2
NELAS	2	2	2	2
OLIVEIRA DE FRADES	2	0	2	2
PENALVA DO CASTELO	2	0	2	2
SANTA COMBA DAO	2	0	1	2
SAO PEDRO DO SUL	2	2	2	2
SATAO	2	0	2	2
TONDELA	2	2	2	1
VILA NOVA DE PAIVA	2	0	2	2
VISEU	2	2	2	2
VOUZELA	2	0	2	2
MAÇAO	1	0	2	2
OLEIROS	1	0	2	2
PROENÇA-A-NOVA	2	0	1	2
SERTÃO	2	0	2	2
VILA DE REI	2	0	2	2
FORNOS DE ALGODRES	1	0	2	1
GOUVEIA	1	0	2	1
SEIA	2	0	2	1
ALMEIDA	1	0	2	1
CELORICO DA BEIRA	2	2	2	1
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	1	0	2	2
GUARDA	1	0	2	1
MANTEIGAS	1	1	2	1
MÊDA	2	0	2	2
PINHEL	1	0	2	1
SABUGAL	1	2	2	1
TRANCOSO	1	0	1	2
CASTELO BRANCO	2	0	2	1
IDANHA-A-NOVA	2	2	1	2
PENAMACOR	2	2	1	1
VILA VELHA DE RODAO	1	0	1	2
BELMONTE	1	0	2	2
COVILHA	1	2	2	1
FUNDAO	2	0	2	2

Concelho	Plano Ord SUP Menc	objectivo	tem plano de execução	Tem secção
AGUEDA	2	1	1	2
ALBERGARIA-A-VELHA	2	2	2	2
ANADIA	2	1	2	2
AVEIRO	2	2	2	2
ESTARREJA	2	2	2	2
ILHAVO	2	2	2	2
MEALHADA	2	1	2	2
MURTOSA	2	2	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	2	2	1	2
OVAR	2	1	1	2
SEVER DO VOUGA	2	1	2	2
VAGOS	2	1	1	1
CANTANHEDE	2	1	2	1
COIMBRA	2	1	1	2
CONDEIXA-A-NOVA	2	2	2	2
FIGUEIRA DA FOZ	2	1	1	2
MIRA	2	1	2	2
MONTEMOR-O-VELHO	2	1	1	2
PENACOVA	1	2	1	1
SOURE	2	1	2	2
BATALHA	2	1	2	1
LEIRIA	2	1	1	2
MARINHA GRANDE	2	1	1	2
POMBAL	2	2	1	2
PORTO DE MOS	2	1	2	2
ALVAIAZERE	2	2	2	1
ANSIAO	2	2	2	1
ARGANIL	1	1	2	1
CASTANHEIRA DE PERA	3	2	2	1
FIGUEIRO DOS VINHOS	3	2	2	1
GOIS	2	1	2	2
LOUSA	2	2	2	2
MIRANDA DO CORVO	2	2	2	2
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2	1	2	2
PAMPILHOSA DA SERRA	2	2	1	1
PEDROGAO GRANDE	2	1	2	1
PENELA	2	2	2	2
TABUA	1	1	2	2
VILA NOVA DE POIARES	2	2	2	2
AGUIAR DA BEIRA	2	2	2	2
CARREGAL DO SAL	2	2	2	2
CASTRO DAIRE	2	1	2	2
MANGUALDE	2	2	2	2
MORTÁGUA	1	1	2	2
NELAS	2	2	2	2
OLIVEIRA DE FRADES	2	2	2	2
PENALVA DO CASTELO	2	2	2	2
SANTA COMBA DAO	1	1	2	2
SAO PEDRO DO SUL	2	2	2	2
SATAO	2	2	2	2
TONDELA	2	1	2	2
VILA NOVA DE PAIVA	2	2	2	2
UISEU	2	1	2	2
VOUZELA	2	1	2	2
MAÇAO	2	2	2	1
OLEIROS	2	2	2	2
PROENÇA-A-NOVA	3	2	2	2
SERTÃO	3	2	2	2
VILA DE REI	3	2	2	2
FORNOS DE ALGODRES	2	2	2	2
GOUVEIA	4	2	2	2
SEIA	4	1	1	2
ALMEIDA	2	1	2	2
CELORICO DA BEIRA	4	1	2	2
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	2	1	2	2
GUARDA	4	2	2	2
MANTEIGAS	4	1	2	2
MÉDA	2	1	2	2
PINHEL	4	1	2	2
SABUGAL	2	1	2	2
TRANCOSO	2	1	2	2
CASTELO BRANCO	5	1	2	1
IDANHA-A-NOVA	5	1	2	2
PENAMACOR	5	1	2	1
VILA VELHA DE RODAO	5	1	2	2
BELMONTE	2	1	2	2
COVILHA	4	2	2	2
FUNDAO	2	1	2	1

Concelho	Quant de artigos	estacionamento	RAN	REN	Q de art do reg
AGUEDA	0	2	2	2	1
ALBERGARIA-A-VELHA	0	2	2	2	2
ANADIA	0	2	1	1	2
AVEIRO	0	1	2	2	2
ESTARREJA	0	2	2	2	2
ILHAVO	1	2	2	2	3
MEALHADA	0	2	2	2	2
MURTOSA	0	2	2	2	2
OLIVEIRA DO BAIRRO	0	2	2	1	2
OVAR	0	2	2	2	3
SEVER DO VOUGA	0	2	2	2	3
VAGOS	2	2	2	1	3
CANTANHEDE	1	2	2	2	2
COIMBRA	2	2	1	1	3
CONDEIXA-A-NOVA	2	2	1	2	3
FIGUEIRA DA FOZ	3	2	1	1	3
MIRA	0	2	2	2	2
MONTEMOR-O-VELHO	0	2	2	2	2
PENACOVA	1	2	2	2	2
SOURE	2	2	2	2	3
BATALHA	2	2	1	1	2
LEIRIA	2	1	1	2	4
MARINHA GRANDE	1	2	2	2	2
POMBAL	0	2	2	2	3
PORTO DE MOS	0	1	2	2	2
ALVAIAZERE	2	2	2	2	2
ANSIAO	2	2	1	1	2
ARGANIL	2	2	2	2	2
CASTANHEIRA DE PERA	2	2	2	2	2
FIGUEIRO DOS VINHOS	2	2	1	1	2
GOIS	0	2	1	1	3
LOUSA	0	2	2	2	2
MIRANDA DO CORVO	0	2	2	2	2
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1	2	2	2	2
PAMPILHOSA DA SERRA	2	2	2	2	2
PEDROGÃO GRANDE	2	2	1	1	2
PENELA	0	1	2	2	2
TABUA	0	2	2	2	1
VILA NOVA DE POIARES	0	2	2	2	2
AGUIAR DA BEIRA	0	2	1	2	2
CARREGAL DO SAL	0	2	2	2	2
CASTRO DAIRE	0	2	2	2	3
MANGUALDE	1	2	1	2	3
MORTÁGUA	0	2	2	2	2
NELAS	0	2	1	2	4
OLIVEIRA DE FRADES	1	2	2	2	2
PENALVA DO CASTELO	0	2	1	1	3
SANTA COMBA DÃO	0	2	2	2	1
SÃO PEDRO DO SUL	0	2	2	2	3
SATÃO	0	2	2	2	3
TONDELA	0	2	2	2	2
VILA NOVA DE PAIVA	0	2	2	2	3
UISEU	1	1	1	1	2
VOUZELA	0	2	2	2	3
MAÇÃO	2	2	1	2	3
OLEIROS	1	1	2	2	2
PROENÇA-A-NOVA	1	1	2	2	2
SERTÃO	1	1	2	2	2
VILA DE REI	1	1	2	2	2
FORNOS DE ALGODRES	0	2	1	1	2
GOUVEIA	0	2	1	1	3
SEIA	0	2	2	2	2
ALMEIDA	0	2	2	2	2
CELORICO DA BEIRA	1	2	2	2	3
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	0	2	1	1	3
GUARDA	0	2	1	2	2
MANTEIGAS	0	2	2	2	2
MÉDA	0	2	2	2	2
PINHEL	0	2	2	2	2
SABUGAL	0	2	2	2	2
TRANCOSO	0	1	2	2	2
CASTELO BRANCO	2	2	1	2	3
IDANHA-A-NOVA	1	2	2	2	2
PENAMACOR	2	1	2	2	2
VILA VELHA DE RODÃO	0	2	1	2	3
BELMONTE	1	2	1	1	2
COVILHA	1	2	1	2	1
FUNDÃO	2	2	1	1	3

Concelho	elemento notável	objectivo
AGUEDA ALBERGARIA-A-VELHA ANADIA AVEIRO ESTARREJA ILHAVO MEALHADA MURTOSA OLIVEIRA DO BAIRRO OVAR SEVER DO VOUGA VAGOS	Ria de Aveiro Ria de Aveiro termas Ria de Aveiro e universidade. Ria de Aveiro Ria de Aveiro Mata e hotel do Buçaco/termas do Luso Ria de Aveiro Ria de Aveiro Ria de Aveiro Ria de Aveiro Ria de Aveiro	s - desenvolver o sector do turismo n s - desenvolver o sector do turismo n n n s - Combate à sazonalidade do turismo n n n s - Factor económico s - Factor económico s - Factor económico
CANTANHEDE COIMBRA CONDEIXA-A-NOVA FIGUEIRA DA FOZ MIRA MONTEMOR-O-VELHO PENACOVA SOURÉ	Universidade Ruínas Romanas de Conímbriga praia. Ria de Aveiro Castelo Mosteiro do Lorvão	s - desenvolver o sector do turismo s - desenvolver o sector do turismo n s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta s - desenvolver o sector do turismo s - Factor económico n s - desenvolver o sector do turismo em complemento da Figueira
BATALHA LEIRIA MARINHA GRANDE POMBAL PORTO DE MOS	Mosteiro Sta Maria da Vitória Castelo.  Castelo Castelo	s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta s - desenvolver o sector do turismo e a qualidade da oferta n s - Fixar população e factor económico
ALVAIAZERE ANSIAO ARGANIL CASTANHEIRA DE PERA FIGUEIRO DOS VINHOS GOIS LOUSA MIRANDA DO CORVO OLIVEIRA DO HOSPITAL PAMPILHOSA DA SERRA PEDROGAO GRANDE PENELA TABUA VILA NOVA DE POIARES	Forte n n  aldeias xisto  Queijo e Serra da Estrela	n n s - desenvolver o sector do turismo n n s - desenvolver o sector do turismo n n s - desenvolver o sector do turismo n s - desenvolver o sector do turismo n s - desenvolver o sector do turismo n
AGUIAR DA BEIRA CARREGAL DO SAL CASTRO DAIRE MANGUALDE MORTÁGUA NELAS OLIVEIRA DE FRADES PENALVA DO CASTELO SANTA COMBA DAO SAO PEDRO DO SUL SATAO TONDELA VILA NOVA DE PAIVA VISEU VOUZELA	Castelo           Sé	n n s - ordenamento turístico n s - desenvolver o sector do turismo n n n s - desenvolver o sector do turismo. n n s - desenvolver o sector do turismo n s - desenvolver o sector do turismo s - desenvolver o sector do turismo
MAÇAO OLEIROS PROENÇA-A-NOVA SERTÃO VILA DE REI	     	n n n n n
FORNOS DE ALGODRES GOUVEIA SEIA	Queijo e Serra da Estrela Queijo e Serra da Estrela Queijo e Serra da Estrela	n n s - desenvolver o sector do turismo
ALMEIDA CELORICO DA BEIRA FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO GUARDA MANTEIGAS MÊDA PINHEL SABUGAL TRANCOSO	Praça Forte. Queijo e Serra da Estrela e castelo.  serra da Estrela e e Sé Queijo e Serra da Estrela castelo (Marialva e Longroiva) Castelo Castelo (sabugal e Sortelha) castelo	s- fixar população e factor económico s - Factor económico s- Factor económico n s - Factor económico s - Factor económico s - Fixar população e factor económico s - factor económico s - Fixar população e factor económico
CASTELO BRANCO IDANHA-A-NOVA PENAMACOR VILA VELHA DE RODAO	aldeias históricas aldeias históricas	s - desenvolver o sector do turismo s - Factor económico s - desenvolver o sector do turismo s - desenvolver o sector do turismo
BELMONTE COVILHA FUNDÃO	Cast/tumulo P. Alvares Cabral Serra da Estrela	s - desenvolver o sector do turismo apostando na qualidade. n s - Factor económico

Concelho	Tem plano de execução	Tem secção
AGUEDA	s	0
ALBERGARIA-A-VELHA	n	0
ANADIA	n	0
AVEIRO	n	0
ESTARREJA	n	0
ILHAVO	n	0
MEALHADA	n	0
MURTOSA	n	0
OLIVEIRA DO BAIRRO	s	0
OVAR	s	0
SEVER DO VOUGA	n	0
VAGOS	s	áreas de REN par des Turist prog
CANTANHEDE	n	1 - áreas Turísticas
COIMBRA	s	0
CONDEIXA-A-NOVA	n	0
FIGUEIRA DA FOZ	s	0
MIRA	n	0
MONTEMOR-O-VELHO	s	0
PENACOVA	s	1 - espaços preferenciais de desenvolvimento turístico
SOURCE	n	0
BATALHA	n	1 - áreas de aptidão turística
LEIRIA	s	0
MARINHA GRANDE	s	0
POMBAL	s	0
PORTO DE MOS	n	0
ALVAIAZERE	n	1 - áreas de aptidão turística
ANSIAO	n	1 - áreas de aptidão turística
ARGANIL	n	1 - Áreas de desenvolvimento turístico
CASTANHEIRA DE PERA	n	1 - áreas de aptidão turística
FIGUEIRO DOS VINHOS	n	1 - áreas de aptidão turística
GOIS	n	0
LOUSA	n	0
MIRANDA DO CORVO	n	0
OLIVEIRA DO HOSPITAL	n	0
PAMPILHOSA DA SERRA	s	1 - Áreas de desenvolvimento turístico
PEDROGÃO GRANDE	n	1 - áreas de aptidão turística
PENELA	n	0
TABUA	n	0
VILA NOVA DE POIARES	n	0
AGUIAR DA BEIRA	n	0
CARREGAL DO SAL	n	0
CASTRO DAIRE	n	0
MANGUALDE	n	0
MORTÁGUA	n	0
NELAS	n	0
OLIVEIRA DE FRADES	n	0
PENALVA DO CASTELO	n	0
SANTA COMBA DAO	n	0
SAO PEDRO DO SUL	n	0
SATAO	n	0
TONDELA	n	0
VILA NOVA DE PAIVA	n	0
VEISEU	n	0
VOUZELA	n	0
MAÇÃO	n	1 - Espaços de desenvolvimento turístico
OLEIROS	n	0
PROENÇA-A-NOVA	n	0
SERTÃO	n	0
VILA DE REI	n	0
FORNOS DE ALGODRES	n	0
GOUVEIA	n	0
SEIA	s	0
ALMEIDA	n	0
CELORICO DA BEIRA	n	0
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	n	0
GUARDA	n	0
MANTEIGAS	n	0
MÉDA	n	0
PINHEL	n	0
SABUGAL	n	0
TRANCOSO	n	0
CASTELO BRANCO	n	1 - Espaços de desenvolvimento turístico
IDANHA-A-NOVA	n	0
PENAMACOR	n	1 - Espaços de vocação recreativa
VILA VELHA DE RODAO	n	0
BELMONTE	n	0
COVILHA	n	0
FUNDAO	n	1 - Espaços de Interesse turístico

Concelho	Tem artigos
AGUEDA	0
ALBERGARIA-A-VELHA	0
ANADIA	0
AVEIRO	0
ESTARREJA	0
ILHAVO	1 - Urbanizável para fins turísticos
MEALHADA	0
MURTOSA	0
OLIVEIRA DO BAIRRO	0
OVAR	0
SEVER DO VOUGA	0
VAGOS	2 - Espaços de REN de desenvolvimento turístico programado
CANTANHEDE	1 - Âmbito e uso das áreas turísticas
COIMBRA	2- Zonas turísticas dentro e fora da cidade
CONDEIXA-A-NOVA	2 - Unidades de utilização turística na área exterior à vila de Condeixa e estabelecimentos hoteleiros
FIGUEIRA DA FOZ	vários- Habitação e hotelaria, fins turísticos
MIRA	0
MONTE-MOR-O-VELHO	0
PENACOVA	1 zonas preferenciais de desenvolvimento turístico
SOUR	2 edif em espaços de equip turístico habitacional e equip de desporto e lazer
BATALHA	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
LEIRIA	2 - Unidades de utilização turística e estabelecimentos hoteleiros
MARINHA GRANDE	1 - Núcleos urbanos turísticos
POMBAL	0
PORTO DE MOS	0
ALVAIAZERE	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
ANSIAO	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
ARGANIL	2 - Zonas Preferenciais de Desenvolvimento Turístico do PROZAG
CASTANHEIRA DE PERA	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
FIGUEIRO DOS VINHOS	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
GOIS	0
LOUSA	0
MIRANDA DO CORVO	0
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1 - áreas de recreio e lazer
PAMPILHOSA DA SERRA	2 - definição e barragem de s luzia
PEDROGÃO GRANDE	2 - Núcleos de desenvolvimento turístico
PENELA	0
TABUA	0
VILA NOVA DE POIARES	0
AGUIAR DA BEIRA	0
CARREGAL DO SAL	0
CASTRO DAIRE	0
MANGUALDE	1 - Zona de Equipamento turístico
MORTÁGUA	0
NELAS	0
OLIVEIRA DE FRADES	1 - Zonas de Interesse turístico
PENALVA DO CASTELO	0
SANTA COMBA DO	0
SÃO PEDRO DO SUL	0
SATÓ	0
TONDELA	0
VILA NOVA DE PAIVA	0
VISEU	1- espaços naturais com aprov turístico
VOUZELA	0
MAÇAO	2 - Condições e sua definição
OLEIROS	1 - espaços urbaniz devoção recreativa
PROENÇA-A-NOVA	1 - espaços de vocação recreativa
SERTÃO	1 - espaços de vocação recreativa
VILA DE REI	1 - espaços de vocação recreativa
FORNOS DE ALGODRES	0
GOUVEIA	0
SEIA	0
ALMEIDA	0
CELORICO DA BEIRA	1 - Equipamentos Turísticos
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	0
GUARDA	0
MANTEIGAS	0
MÉDA	0
PINHEL	0
SABUGAL	0
TRANCOSO	0
CASTELO BRANCO	2 - princípios gerais e zona da albufeira de st Águeda
IDANHA-A-NOVA	1 - Espaços urbaniz devoção recreativa
PENAMACOR	2 - def e voc esp devoção recreativa urbana
VILA VELHA DE RODÃO	0
BELMONTE	1 - Equipamentos turísticos
COVILHA	1- Espaços especiais de inf estr turísticas
FUNDAO	2 - definição e vocação

Concelho	estacionamento	onde é permitido turismo	RAN
AGUEDA	normal sem pesados	áreas florestais e as urbanas e urbanizáveis	n
ALBERGARIA-A-VELHA		normal e Espaço Natural Lúdico turístico	n
ANADIA		normal	s
AVEIRO	s	normal	n
ESTARREJA		normal	n
ILHAVO		n	n
MEALHADA		n	n
MURTOSA		n	n
OLIVEIRA DO BAIRRO		n	n
OVAR		n	n
SEVER DO VOUGA		n	n
VAGOS		n	n
CANTANHEDE		normal	n
COIMBRA		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
CONDEIXA-A-NOVA		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
FIGUEIRA DA FOZ		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
MIRA		n	n
MONTE-MOR-O-VELHO		n	n
PENACOVA		n	n
SOURE		n	n
BATALHA		normal	s
LEIRIA	s	n	s
MARINHA GRANDE		n	n
POMBAL		n	n
PORTO DE MOS	s	n	n
ALVAIAZERE		normal	n
ANSIAO		normal	s
ARGANIL		normal	n
CASTANHEIRA DE PERA		normal	n
FIGUEIRO DOS VINHOS		normal	s
GOIS		n	s
LOUSA		n	n
MIRANDA DO CORVO		n	n
OLIVEIRA DO HOSPITAL		n	n
PAMPILHOSA DA SERRA		n	n
PEDROGÃO GRANDE		normal	s
PENELA	s	n	n
TABUA		n	n
VILA NOVA DE POIARES		n	n
AGUIAR DA BEIRA	normal sem pesados	aproveitamento turístico em todos menos	s
CARREGAL DO SAL		REN	n
CASTRO DAIRE		normal	n
MANGUALDE		normal	s
MORTÁGUA		n	n
NELAS		n	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
OLIVEIRA DE FRADES		n	n
PENALVA DO CASTELO		normal	s
SANTA COMBA DÃO		n	n
SÃO PEDRO DO SUL		n	n
SATÃO		n	n
TONDELA		n	n
VILA NOVA DE PAIVA		n	n
UISEU	s	n	s
VOUZELA	normal sem pesados	n	n
MAÇÃO		n	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
OLEIROS	s	n	n
PROENÇA-A-NOVA	s	n	n
SERTÃO	s	n	n
VILA DE REI	s	n	n
FORNOS DE ALGODRES		normal	s
GOUVEIA		n	s
SEIA		n	n
ALMEIDA		normal	n
CELORICO DA BEIRA		normal	n
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO		normal	s
GUARDA		n	s
MANTEIGAS		n	n
MÉDA		n	n
PINHEL		n	n
SABUGAL		n	n
TRANCOSO	s	n	n
CASTELO BRANCO		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
IDANHA-A-NOVA		n	n
PENAMACOR	s	n	n
VILA VELHA DE RODÃO		n	s
BELMONTE		normal	s
COVILHA		normal	s - campos de golfe, agro turismo, etc.
FUNDÃO		n	s - campos de golfe, agro turismo, etc.



Concelho	REN	n de artigos	DISTRITO	Nutt II	PDM elaborado por
AGUEDA	n	24	AVEIRO	Centro	Câmara
ALBERGARIA-A-VELHA	n	54	AVEIRO	Centro	Câmara
ANADIA	s	53	AVEIRO	Centro	Câmara
AVEIRO	n	51	AVEIRO	Centro	Câmara
ESTARREJA	n	40	AVEIRO	Centro	Câmara
ILHAVO	n	65	AVEIRO	Centro	GAT Aveiro
MEALHADA	n	54	AVEIRO	Centro	Câmara
MURTOSA	n	54	AVEIRO	Centro	Câmara
OLIVEIRA DO BAIRRO	s	50	AVEIRO	Centro	Câmara
OVAR	n	64	AVEIRO	Centro	GAT Aveiro
SEVER DO VOUGA	n	65	AVEIRO	Centro	PARTEX - GAAP
VAGOS	s	64	AVEIRO	Centro	GAT Aveiro
CANTANHEDE	n	34	COIMBRA	Centro	Câmara
COIMBRA	s	73	COIMBRA	Centro	Câmara
CONDEIXA-A-NOVA	n	93	COIMBRA	Centro	Câmara
FIGUEIRA DA FOZ	s	65	COIMBRA	Centro	RISCO
MIRA	n	60	COIMBRA	Centro	GAAP
MONTEMOR-O-VELHO	n	54	COIMBRA	Centro	TECNINVEST
PENACOVA	n	47	COIMBRA	Centro	PROJECTOPLANO
SOURE	n	65	COIMBRA	Centro	Câmara
BATALHA	s	46	LEIRIA	Centro	Câmara
LEIRIA	n	97	LEIRIA	Centro	Câmara
MARINHA GRANDE	n	62	LEIRIA	Centro	Câmara
POMBAL	n	65	LEIRIA	Centro	PROJECTOPLANO
PORTO DE MOS	n	62	LEIRIA	Centro	PLURAL
ALVAIAZERE	n	45	LEIRIA	Centro	GITAP
ANSIAO	s	45	LEIRIA	Centro	GITAP
ARGANIL	n	34	COIMBRA	Centro	PROFABRIL
CASTANHEIRA DE PERA	n	43	LEIRIA	Centro	GITAP
FIGUEIRO DOS VINHOS	s	41	LEIRIA	Centro	GITAP
GOIS	s	63	COIMBRA	Centro	PARTEX
LOUSA	n	59	COIMBRA	Centro	GAT/AMVCD
MIRANDA DO CORVO	n	60	COIMBRA	Centro	Câmara
OLIVEIRA DO HOSPITAL	n	62	COIMBRA	Centro	Câmara
PAMPILHOSA DA SERRA	n	59	COIMBRA	Centro	TECNINVEST
PEDROGÃO GRANDE	s	43	LEIRIA	Centro	GITAP
PENELA	n	54	COIMBRA	Centro	Câmara
TABUA	n	31	COIMBRA	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
VILA NOVA DE POIARES	n	59	COIMBRA	Centro	GAT/AMVCD
AGUIAR DA BEIRA	n	47	GUARDA	Centro	José Simões e Associados
CARREGAL DO SAL	n	34	VEISEU	Centro	Câmara
CASTRO DAIRE	n	87	VEISEU	Centro	Câmara
MANGUALDE	n	74	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
MORTÁGUA	n	33	VEISEU	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
NELAS	n	94	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
OLIVEIRA DE FRADES	n	43	VEISEU	Centro	Câmara
PENALVA DO CASTELO	s	65	VEISEU	Centro	GITAP
SANTA COMBA DAO	n	23	VEISEU	Centro	Câmara
SAO PEDRO DO SUL	n	71	VEISEU	Centro	Câmara
SATAO	n	65	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
TONDELA	n	33	VEISEU	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
VILA NOVA DE PAIVA	n	65	VEISEU	Centro	José Simões e Associados
VEISEU	s	60	VEISEU	Centro	Câmara
VOUZELA	n	49	VEISEU	Centro	Câmara
MAÇAO	n	64	SANTARÉM	Centro	TECNINVEST
OLEIROS	n	58	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
PROENÇA-A-NOVA	n	58	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
SERTÃO	n	57	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
VILA DE REI	n	58	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
FORNOS DE ALGODRES	s	58	GUARDA	Centro	Câmara
GOUVEIA	s	63	GUARDA	Centro	Câmara
SEIA	n	34	GUARDA	Centro	Atelier de Arquitectura Lda.
ALMEIDA	n	37	GUARDA	Centro	EGIP
CELORICO DA BEIRA	n	67	GUARDA	Centro	TECNOPORTICO Lda.
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	s	63	GUARDA	Centro	CEDRE
GUARDA	n	37	GUARDA	Centro	EGIP
MANTEIGAS	n	59	GUARDA	Centro	Câmara
MÊDA	n	55	GUARDA	Centro	TECNOPORTICO Lda.
PINHEL	n	34	GUARDA	Centro	EGIP
SABUGAL	n	36	GUARDA	Centro	Câmara
TRANCOSO	n	62	GUARDA	Centro	PLURAL
CASTELO BRANCO	n	66	CASTELO BRANCO	Centro	Câmara
IDANHA-A-NOVA	n	59	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
PENAMACOR	n	59	CASTELO BRANCO	Centro	PLURAL
VILA VELHA DE RODAO	n	68	CASTELO BRANCO	Centro	CEDRE
BELMONTE	s	60	CASTELO BRANCO	Centro	PROENGEL Lda.
COVILHA	n	28	CASTELO BRANCO	Centro	CPU
FUNDAO	s	72	CASTELO BRANCO	Centro	PARTEX

Concelho	Tipos de Turismo Proposto	albufeira/Serra Imp/Plano SUP
AGUEDA	2;5;6	n/n/n
ALBERGARIA-A-VELHA	5;7	n/n/n
ANADIA	1;6;8	n/n/n
AVEIRO	1;3;4;5;6;9	n/n/n
ESTARREJA	1;3;4;5	n/n/n
ILHAVO	1;3;4;5	n/n/n
MEALHADA	1;4;5	n/s/n
MURTOSA	3;5;11	n/n/n
OLIVEIRA DO BAIRRO	1;4;6	n/n/n
OVAR	1;3;5	n/n/n
SEVER DO VOUGA	1;2;3;4;9	n/s/n
VAGOS	1;5	n/n/n
CANTANHEDE	1;2;3;4;5;	n/n/n
COIMBRA	1;3;4;5;6;9	n/n/n
CONDEIXA-A-NOVA	5	n/n/n
FIGUEIRA DA FOZ	3;4;5;6	n/s/n
MIRA	1;3;6	n/n/n
MONTE-MOR-O-VELHO	1;4;5	n/n/n
PENACOVA	1;2;3	s/n/PROZAG
SOURA	1;3;4;5;6;8	s/nn
BATALHA	1;2;5;6;8	n/n/n
LEIRIA	1;3;4;5;8	n/n/n
MARINHA GRANDE	1;3;4;5;6	n/n/n
POMBAL	1;2;3;5;6	n/s/n
PORTO DE MOS	1;2;5;6	n/s/n
ALVAIAZERE	1	n/n/n
ANSIAO	1	n/n/n
ARGANIL	1;2;3;4;5;10	s/s/PROZAG
CASTANHEIRA DE PERA	1;3;4;	s/s/POACB
FIGUEIRO DOS VINHOS	1	s/n/POACB
GOIS	1;3;4;5;6	n/s/n
LOUSA	1;2;3;4;5	n/s/n
MIRANDA DO CORVO	1;2;3;4;5	n/s/n
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1;3;4;5;6;8;9	n/s/n
PAMPILHOSA DA SERRA	1	s/n/n
PEDROGÃO GRANDE	11;3;4	s/n/n
PENELA	1;2;3;5;6	s/s/n
TABUA	3;4;5	s/n/PROZAG
VILA NOVA DE POIARES	1;2;3;4;5	n/n/n
AGUIAR DA BEIRA	1;3;4;5	n/n/n
CARREGAL DO SAL	0	n/n/n
CASTRO DAIRE	1;5;6	n/n/n
MANGUALDE	1;3;4;5;8	n/n/n
MORTÁGUA	3;4;5	s/n/PROZAG
NELAS	1;3;4;5	n/n/n
OLIVEIRA DE FRADES	1;3;4;5	n/n/n
PENALVA DO CASTELO	1	n/n/n
SANTA COMBA DÃO	1;3;4;5;6;8	s/n/PROZAG
SÃO PEDRO DO SUL	1;3;4;5	n/n/n
SATÃO	1;3;4;5	n/n/n
TONDELA	1;4;5;8	n/s/n
VILA NOVA DE PAIVA	1;4;5	n/n/n
UISEU	3;4;5;6;8	n/n/n
VOUZELA	5	n/n/n
MAÇÃO	1	s/n/várias
OLEIROS	1;3;4;5	n/n/n
PROENÇA-A-NOVA	1;3;4;5;8	s/n/POACB
SERTÃO	1;3;4;5	s/n/POACB
VILA DE REI	1;3;4;5	s/n/POACB
FORNOS DE ALGODRES	1;5	s/s/n
GOUVEIA	1;3;4;5;6;8	s/s/PNOPSE
SEIA	1;3;4;5;6;9	s/s/PNOPSE
ALMEIDA	1;3;4;5;6	n/s/n
CELORICO DA BEIRA	1;3;4;5;6;8	n/s/PNOPSE
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	1;4;5	s/n/n
GUARDA	1;3;4;5;6	n/s/PNOPSE
MANTEIGAS	1;6;8;9	n/s/PNOPSE
MÉDA	1;5;8	s/n/ n
PINHEL	1;3;4;5;6	n/s/parte abrangida pelo PNOPSE
SABUGAL	1;4;5;6;8	s/s/s
TRANCOSO	1;5;8	s/n/n
CASTELO BRANCO	1;3; 4;5	n/s/POB Marateca e S Águeda
IDANHA-A-NOVA	1;3;4;5;8	s/n/POA marechal Carmona
PENAMACOR	1;3;4;5;8;9	s/s/POA da Meimoa
VILA VELHA DE RODÃO	1;2;4;5	ns/n/PBH do Tejo
BELMONTE	1;4;5	n/n/n
COVILHA	1;4;5	s/n/PNOPSE
FUNDÃO	1;2;4;5;10	n/n/n

## ii) Testes estatísticos em SPSS

Testes vários efectuados recorrendo ao SPSS, no Âmbito da criação de um modelo explicativo do comportamento da variável dependente

### Frequências

#### Statistics

Elaboração			
N	Valid		78
	Missing		0

#### Elaboração

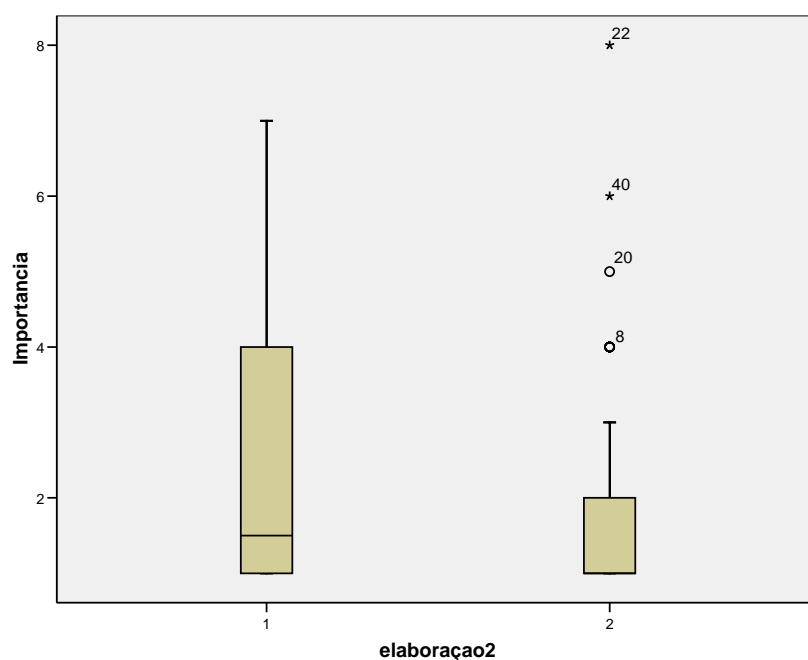
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	30	38,5	38,5	38,5
	2	5	6,4	6,4	44,9
	3	3	3,8	3,8	48,7
	4	6	7,7	7,7	56,4
	5	1	1,3	1,3	57,7
	6	1	1,3	1,3	59,0
	7	2	2,6	2,6	61,5
	8	1	1,3	1,3	62,8
	9	1	1,3	1,3	64,1
	10	2	2,6	2,6	66,7
	11	3	3,8	3,8	70,5
	12	8	10,3	10,3	80,8
	13	3	3,8	3,8	84,6
	14	2	2,6	2,6	87,2
	15	3	3,8	3,8	91,0
	16	1	1,3	1,3	92,3
	17	4	5,1	5,1	97,4
	18	2	2,6	2,6	100,0
Total		78	100,0	100,0	

### Elaboração 2

#### Case Processing Summary

		Cases					
		Valid		Missing		Total	
		N	Percent	N	Percent	N	Percent
Importancia	1	30	100,0%	0	,0%	30	100,0%
	2	48	100,0%	0	,0%	48	100,0%

## Importância



## Cruzamento de tabelas de dados

### Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Importancia2 * elaboracao2	78	100,0%	0	,0%	78	100,0%

### Importancia2 \* elaboracao2 Crosstabulation

			elaboracao2		Total
			1	2	
Importancia2	1	Count	15	34	49
		Expected Count	18,8	30,2	49,0
		% within Importancia2	30,6%	69,4%	100,0%
		% within elaboracao2	50,0%	70,8%	62,8%
		% of Total	19,2%	43,6%	62,8%
	2	Count	15	14	29
		Expected Count	11,2	17,8	29,0
		% within Importancia2	51,7%	48,3%	100,0%
		% within elaboracao2	50,0%	29,2%	37,2%
		% of Total	19,2%	17,9%	37,2%
Total		Count	30	48	78
		Expected Count	30,0	48,0	78,0
		% within Importancia2	38,5%	61,5%	100,0%
		% within elaboracao2	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	38,5%	61,5%	100,0%

### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,431 <sup>b</sup>	1	,064		
Continuity Correction <sup>a</sup>	2,597	1	,107		
Likelihood Ratio	3,407	1	,065		
Fisher's Exact Test				,092	,054
Linear-by-Linear Association	3,387	1	,066		
N of Valid Cases	78				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,15.

## Estatísticas

### Descriptives

n\_tt\_propostos

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
					Lower Bound	Upper Bound		
1	30	4,03	1,712	,313	3,39	4,67	0	7
2	48	3,71	1,429	,206	3,29	4,12	1	6
Total	78	3,83	1,541	,174	3,49	4,18	0	7

### Test of Homogeneity of Variances

n\_tt\_propostos

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
1,008	1	76	,319

### ANOVA

n\_tt\_propostos

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	1,950	1	1,950	,819	,368
Within Groups	180,883	76	2,380		
Total	182,833	77			

## Cruzamento de dados

### Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Litoral_Raia * elaboracao2	78	100,0%	0	,0%	78	100,0%

### Litoral\_Raia \* elaboracao2 Crosstabulation

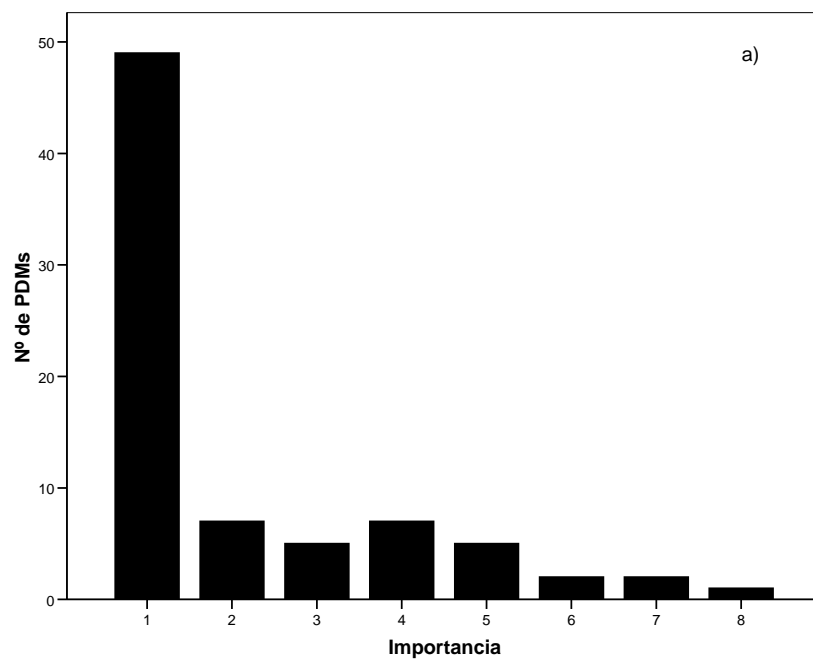
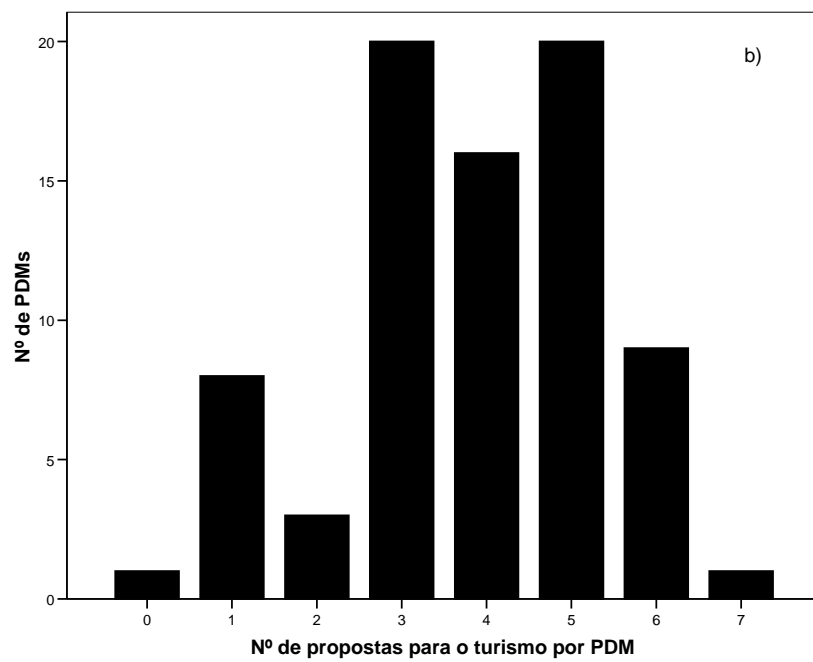
			elaboracao2		Total
			1	2	
Litoral_Raia	1	Count	5	6	11
		Expected Count	4,2	6,8	11,0
		% within Litoral_Raia	45,5%	54,5%	100,0%
		% within elaboracao2	16,7%	12,5%	14,1%
		% of Total	6,4%	7,7%	14,1%
	2	Count	23	38	61
		Expected Count	23,5	37,5	61,0
		% within Litoral_Raia	37,7%	62,3%	100,0%
		% within elaboracao2	76,7%	79,2%	78,2%
		% of Total	29,5%	48,7%	78,2%
	3	Count	2	4	6
		Expected Count	2,3	3,7	6,0
		% within Litoral_Raia	33,3%	66,7%	100,0%
		% within elaboracao2	6,7%	8,3%	7,7%
		% of Total	2,6%	5,1%	7,7%
	Total	Count	30	48	78
		Expected Count	30,0	48,0	78,0
		% within Litoral_Raia	38,5%	61,5%	100,0%
		% within elaboracao2	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	38,5%	61,5%	100,0%

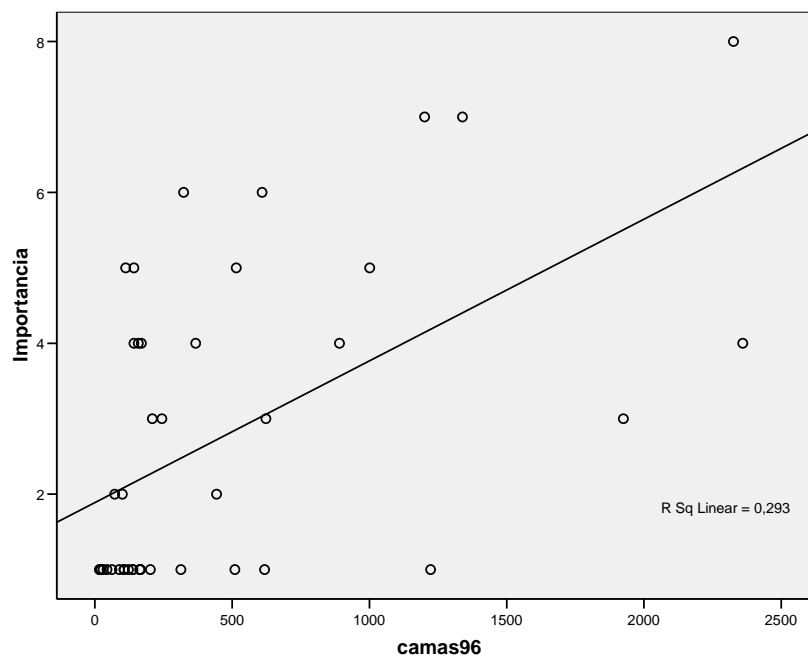
### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,309 <sup>a</sup>	2	,857
Likelihood Ratio	,306	2	,858
Linear-by-Linear Association	,290	1	,590
N of Valid Cases	78		

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,31.

### Gráficos





## Regressão

### Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
Importancia	2,76	2,081	42
camas96	464,81	600,320	42

### Correlations

		Importancia	camas96
Pearson Correlation	Importancia	1,000	,542
	camas96	,542	1,000
Sig. (1-tailed)	Importancia	.	,000
	camas96	,000	.
N	Importancia	42	42
	camas96	42	42

### Variables Entered/Removed<sup>a</sup>

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	camas96 <sup>a</sup>	.	Enter

a. All requested variables entered.

b. Dependent Variable: Importancia

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,542 <sup>a</sup>	,293	,276	1,771

a. Predictors: (Constant), camas96



### ANOVA<sup>b</sup>

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	52,095	1	52,095	16,601	,000 <sup>a</sup>
	Residual	125,525	40	3,138		
	Total	177,619	41			

a. Predictors: (Constant), camas96

b. Dependent Variable: Importancia

### Coefficients<sup>a</sup>

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	1,889	,347		5,440	,000
	camas96	,002	,000	,542	4,074	,000

a. Dependent Variable: Importancia

## Estatísticas

### Descriptives

camas96

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
					Lower Bound	Upper Bound		
1	20	212,55	285,177	63,768	79,08	346,02	16	1223
2	22	694,14	717,165	152,900	376,16	1012,11	72	2360
Total	42	464,81	600,320	92,631	277,74	651,88	16	2360

### Test of Homogeneity of Variances

camas96

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
12,834	1	40	,001

### ANOVA

camas96

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	2429695	1	2429694,935	7,872	,008
Within Groups	12346046	40	308651,139		
Total	14775740	41			

## Testes não - Paramétricos

### Mann-Whitney Test

**Ranks**

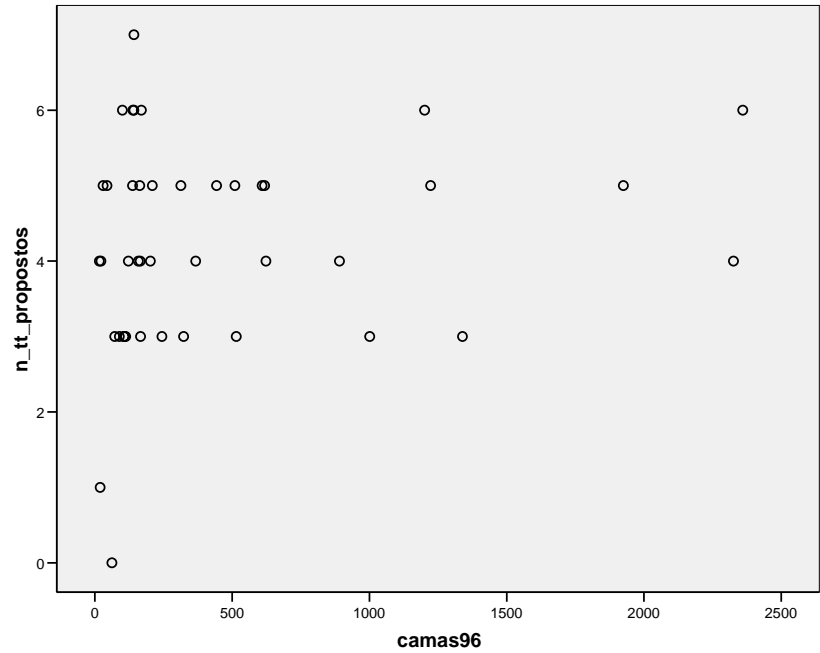
	Importancia2	N	Mean Rank	Sum of Ranks
camas96	1	20	15,10	302,00
	2	22	27,32	601,00
	Total	42		

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	camas96
Mann-Whitney U	92,000
Wilcoxon W	302,000
Z	-3,224
Asymp. Sig. (2-tailed)	,001

a. Grouping Variable: Importancia2

**Gráficos**



**Regressão**

**Descriptive Statistics**

	Mean	Std. Deviation	N
n_tt_propostos	4,21	1,389	42
camas96	464,81	600,320	42

### Correlations

		n_tt_propostos	camas96
Pearson Correlation	n_tt_propostos	1,000	,185
	camas96	,185	1,000
Sig. (1-tailed)	n_tt_propostos	.	,121
	camas96	,121	.
N	n_tt_propostos	42	42
	camas96	42	42

### Variables Entered/Removed<sup>b</sup>

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	camas96 <sup>a</sup>	.	Enter

a. All requested variables entered.

b. Dependent Variable: n\_tt\_propostos

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,185 <sup>a</sup>	,034	,010	1,382

a. Predictors: (Constant), camas96

### ANOVA<sup>b</sup>

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,694	1	2,694	1,411	,242 <sup>a</sup>
	Residual	76,378	40	1,909		
	Total	79,071	41			

a. Predictors: (Constant), camas96

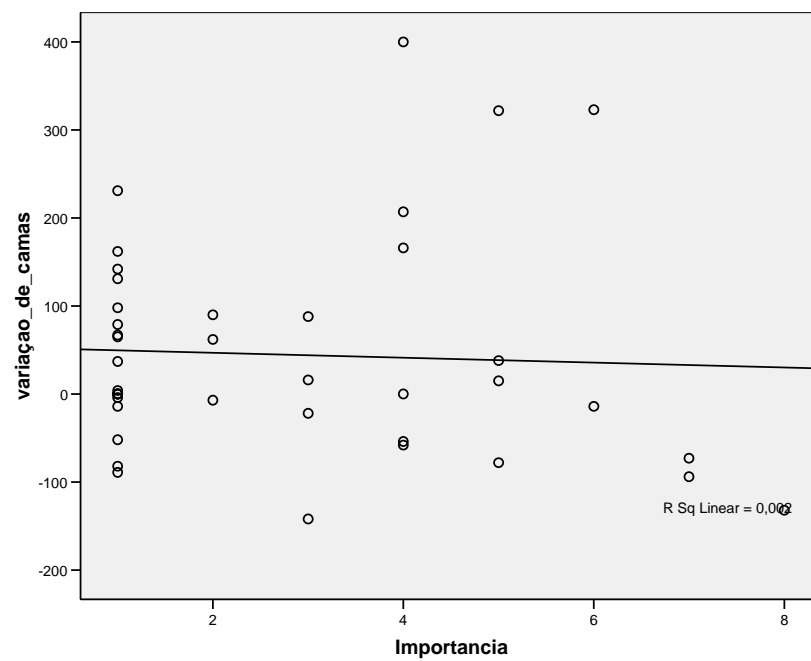
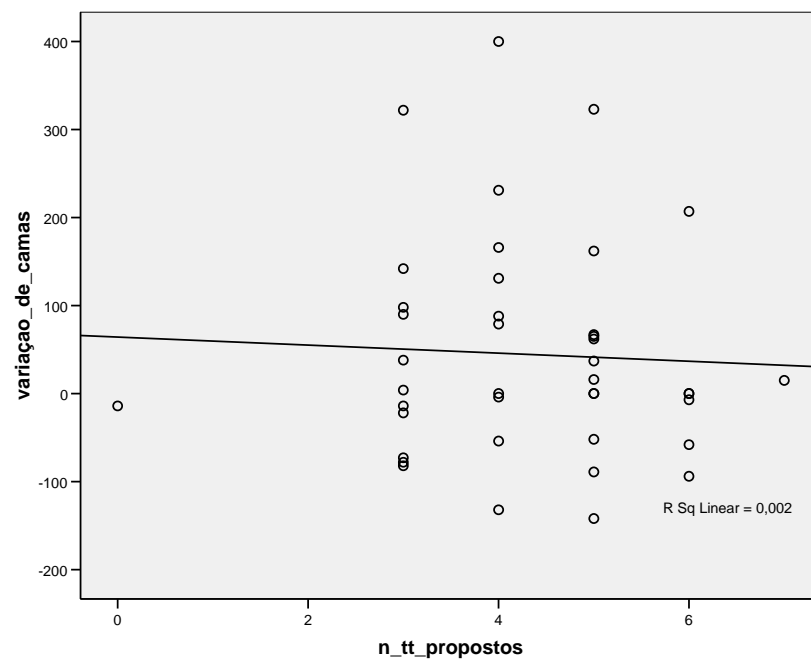
b. Dependent Variable: n\_tt\_propostos

### Coefficients<sup>a</sup>

		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	4,016	,271		14,824	,000
	camas96	,000	,000	,185	1,188	,242

a. Dependent Variable: n\_tt\_propostos

### Gráficos



## Regressão

### Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
variação_de_camaz	44,59	122,863	41
n_tt_propostos	4,29	1,309	41

### Correlations

		variação_de_camas	n_tt_propostos
Pearson Correlation	variação_de_camas	1,000	-,049
	n_tt_propostos	-,049	1,000
Sig. (1-tailed)	variação_de_camas	.	,381
	n_tt_propostos	,381	.
N	variação_de_camas	41	41
	n_tt_propostos	41	41

### Variables Entered/Removed<sup>b</sup>

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	n_tt_propostos <sup>a</sup>	.	Enter

a. All requested variables entered.

b. Dependent Variable: variação\_de\_camas

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,049 <sup>a</sup>	,002	-,023	124,279

a. Predictors: (Constant), n\_tt\_propostos

### ANOVA<sup>b</sup>

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1439,838	1	1439,838	,093	,762 <sup>a</sup>
	Residual	602370,1	39	15445,388		
	Total	603810,0	40			

a. Predictors: (Constant), n\_tt\_propostos

b. Dependent Variable: variação\_de\_camas

### Coefficients<sup>a</sup>

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	64,268	67,323		,955	,346
	n_tt_propostos	-4,585	15,017	-,049	-,305	,762

a. Dependent Variable: variação\_de\_camas

### Correlações

### Correlations

		n_tt_propostos	camas96	Importancia	variação_de_camas
n_tt_propostos	Pearson Correlation	1	,185	,121	-,049
	Sig. (2-tailed)		,242	,292	,762
	N	78	42	78	41
camas96	Pearson Correlation	,185	1	,542**	-,289
	Sig. (2-tailed)	,242		,000	,066
	N	42	42	42	41
Importancia	Pearson Correlation	,121	,542**	1	-,047
	Sig. (2-tailed)	,292	,000		,770
	N	78	42	78	41
variação_de_camas	Pearson Correlation	-,049	-,289	-,047	1
	Sig. (2-tailed)	,762	,066	,770	
	N	41	41	41	41

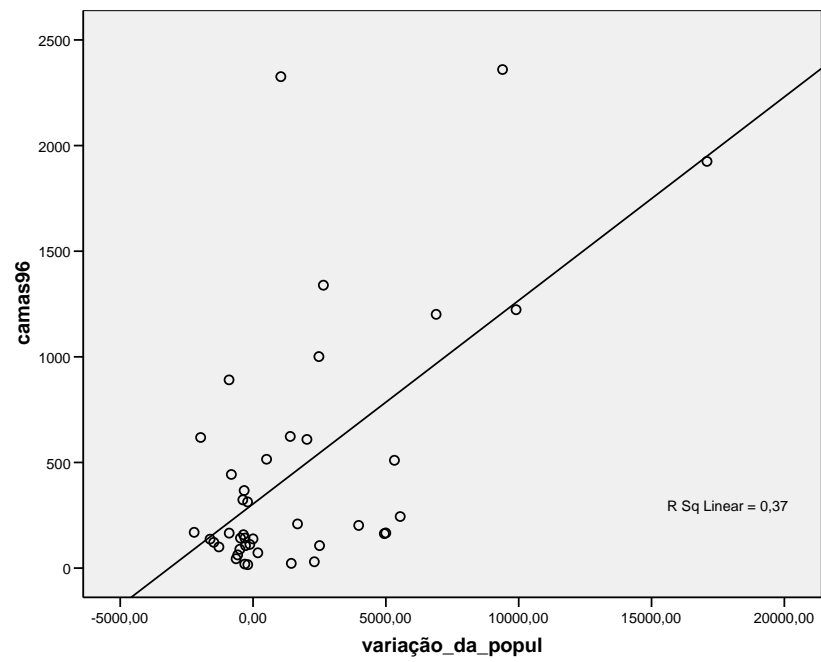
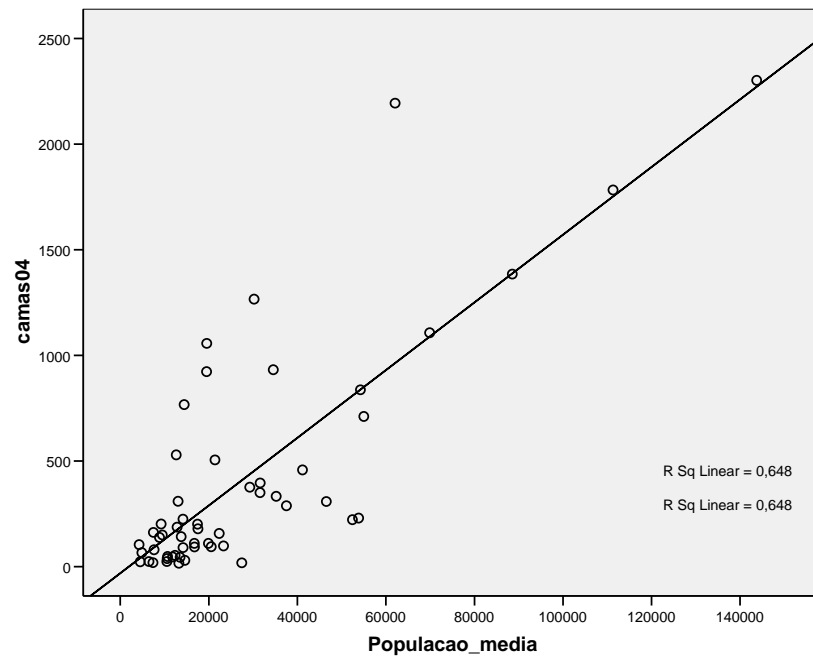
\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

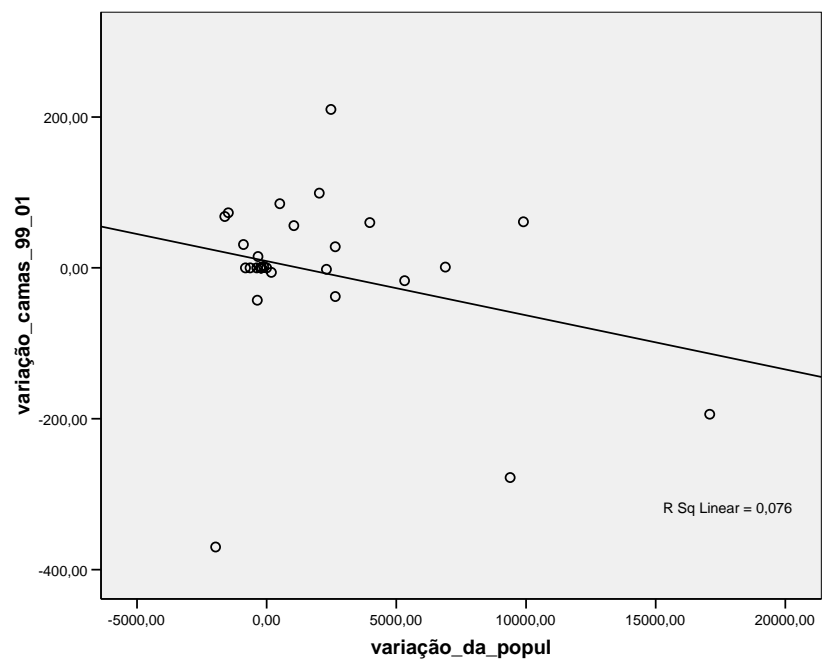
### Correlações não paramétricas

#### Correlations

			n_tt_propostos	camas96	Importancia	variação_de_camas
Spearman's rho	n_tt_propostos	Correlation Coefficient	1,000	,204	,050	-,053
		Sig. (2-tailed)	.	,195	,663	,741
		N	78	42	78	41
	camas96	Correlation Coefficient	,204	1,000	,563**	-,130
		Sig. (2-tailed)	,195	.	,000	,417
		N	42	42	42	41
	Importancia	Correlation Coefficient	,050	,563**	1,000	-,145
		Sig. (2-tailed)	,663	,000	.	,365
		N	78	42	78	41
	variação_de_camas	Correlation Coefficient	-,053	-,130	-,145	1,000
		Sig. (2-tailed)	,741	,417	,365	.
		N	41	41	41	41

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).





## Correlações

Correlations

		variação_da_popul	variação_camaz_99_01
variação_da_popul	Pearson Correlation	1	-,275
	Sig. (2-tailed)		,157
	N	78	28
variação_camaz_99_01	Pearson Correlation	-,275	1
	Sig. (2-tailed)	,157	
	N	28	28

## Correlações não paramétricas

Correlations

			variação_da_popul	variação_camaz_99_01
Spearman's rho	variação_da_popul	Correlation Coefficient	1,000	-,053
		Sig. (2-tailed)	.	,789
		N	78	28
	variação_camaz_99_01	Correlation Coefficient	-,053	1,000
		Sig. (2-tailed)	,789	.
		N	28	28

## Análises de variância (univariada)



### Descriptive Statistics

Dependent Variable: camas04

Mean	Std. Deviation	N
726,70	618,125	27

### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: camas04

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared
Corrected Model	7047361,677 <sup>a</sup>	2	3523680,839	29,296	,000	,709
Intercept	721491,589	1	721491,589	5,999	,022	,200
hospedes2004	1689714,630	1	1689714,630	14,048	,001	,369
Populacao_media	15842,630	1	15842,630	,132	,720	,005
Error	2886681,953	24	120278,415			
Total	24192697,0	27				
Corrected Total	9934043,630	26				

a. R Squared = ,709 (Adjusted R Squared = ,685)

## Análises de variância (univariada)

### Descriptive Statistics

Dependent Variable: camas04

Mean	Std. Deviation	N
409,80	535,625	55

### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: camas04

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared
Corrected Model	10032578,4 <sup>a</sup>	1	10032578,43	97,391	,000	,648
Intercept	26118,762	1	26118,762	,254	,617	,005
Populacao_media	10032578,4	1	10032578,43	97,391	,000	,648
Error	5459696,367	53	103013,139			
Total	24728757,0	55				
Corrected Total	15492274,8	54				

a. R Squared = ,648 (Adjusted R Squared = ,641)

## Análises de variância (univariada)

### Descriptive Statistics

Dependent Variable: camas04

Mean	Std. Deviation	N
726,70	618,125	27

### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: camas04

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared
Corrected Model	7031519,047 <sup>a</sup>	1	7031519,047	60,564	,000	,708
Intercept	1452059,571	1	1452059,571	12,507	,002	,333
hospedes2004	7031519,047	1	7031519,047	60,564	,000	,708
Error	2902524,582	25	116100,983			
Total	24192697,0	27				
Corrected Total	9934043,630	26				

a. R Squared = ,708 (Adjusted R Squared = ,696)

## Análises de variância (univariada)

### Descriptive Statistics

Dependent Variable: hospedes2004

Mean	Std. Deviation	N
36373,19	44514,629	27

### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: hospedes2004

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared
Corrected Model	4,238E+010 <sup>a</sup>	2	2,119E+010	55,611	,000	,823
Intercept	2577968023	1	2577968023	6,766	,016	,220
camas04	5352475226	1	5352475226	14,048	,001	,369
Populacao_media	5909111351	1	5909111351	15,509	,001	,393
Error	9144084667	24	381003527,8			
Total	8,724E+010	27				
Corrected Total	5,152E+010	26				

a. R Squared = ,823 (Adjusted R Squared = ,808)

### Parameter Estimates

Dependent Variable: hospedes2004

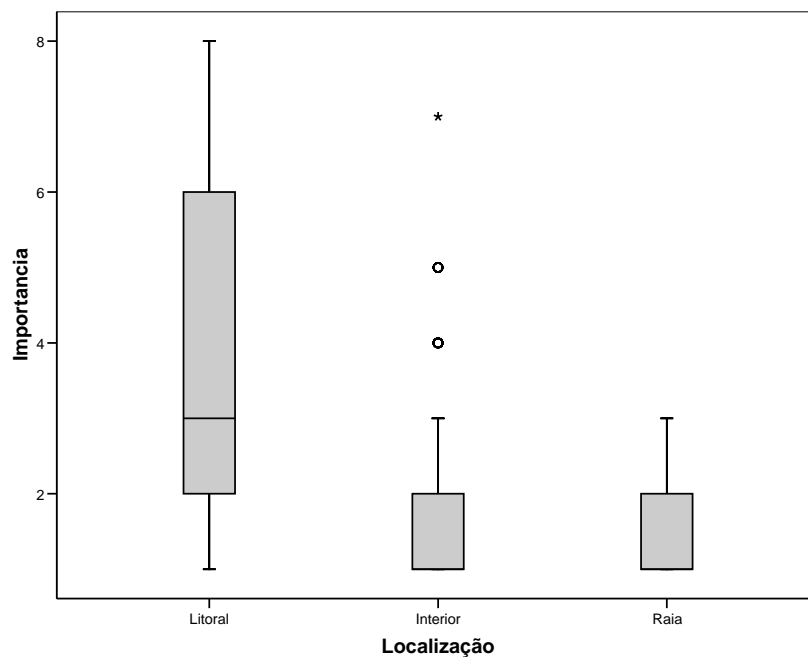
Parameter	B	Std. Error	t	Sig.	95% Confidence Interval		Partial Eta Squared
					Lower Bound	Upper Bound	
Intercept	-16277,2	6257,585	-2,601	,016	-29192,271	-3362,229	,220
camas04	34,199	9,124	3,748	,001	15,367	53,031	,369
Populacao_media	,677	,172	3,938	,001	,322	1,031	,393

## Litoral\_Raia

### Case Processing Summary

		Cases					
		Valid		Missing		Total	
		N	Percent	N	Percent	N	Percent
Importancia	Litoral_Raia 1	11	100,0%	0	,0%	11	100,0%
	2	61	100,0%	0	,0%	61	100,0%
	3	6	100,0%	0	,0%	6	100,0%

### Importância



### Estatísticas

#### Descriptives

Importancia

Importancia								
					95% Confidence Interval for Mean			
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	Lower Bound	Upper Bound	Minimum	Maximum
1	11	4,00	2,530	,763	2,30	5,70	1	8
2	61	1,84	1,474	,189	1,46	2,21	1	7
3	6	1,50	,837	,342	,62	2,38	1	3
Total	78	2,12	1,780	,202	1,71	2,52	1	8

#### Test of Homogeneity of Variances

Importancia

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
7,370	2	75	,001

## ANOVA

Importancia

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	46,101	2	23,050	8,737	,000
Within Groups	197,861	75	2,638		
Total	243,962	77			

## Testes não paramétricos

### Teste Mann-Whitney

#### Ranks

	Litoral_Raia	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Importancia	1	11	52,18	574,00
	2	61	33,67	2054,00
	Total	72		

#### Test Statistics<sup>a</sup>

	Importancia
Mann-Whitney U	163,000
Wilcoxon W	2054,000
Z	-3,109
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002

a. Grouping Variable: Litoral\_Raia

## Testes não paramétricos

### Mann-Whitney

#### Ranks

	Litoral_Raia	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Importancia	1	11	10,77	118,50
	3	6	5,75	34,50
	Total	17		

### Test Statistics<sup>b</sup>

	Importancia
Mann-Whitney U	13,500
Wilcoxon W	34,500
Z	-2,046
Asymp. Sig. (2-tailed)	,041
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,048 <sup>a</sup>

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: Litoral\_Raia

## Testes não paramétricos

### Mann-Whitney

#### Ranks

	Litoral_Raia	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Importancia	2	61	34,09	2079,50
	3	6	33,08	198,50
	Total	67		

### Test Statistics<sup>b</sup>

	Importancia
Mann-Whitney U	177,500
Wilcoxon W	198,500
Z	-,147
Asymp. Sig. (2-tailed)	,883
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,906 <sup>a</sup>

a. Not corrected for ties.

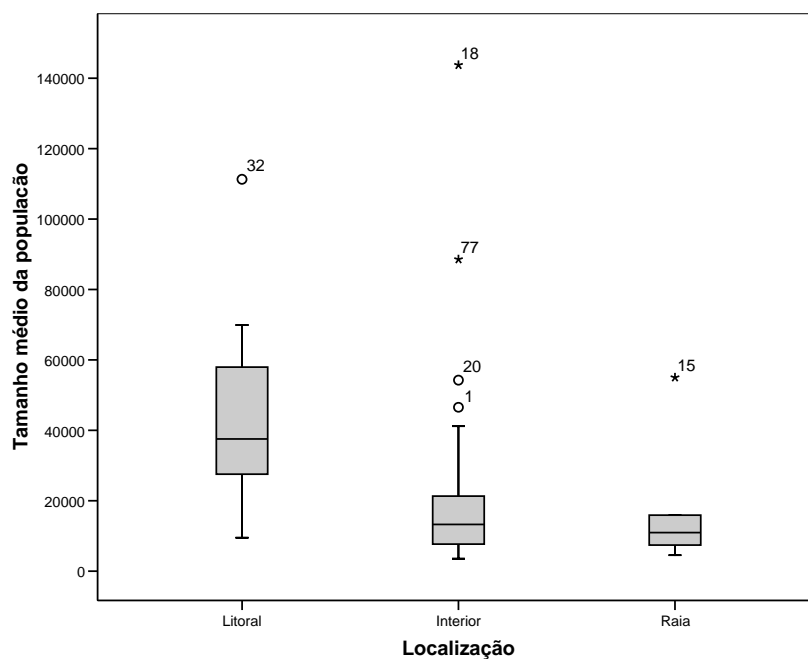
b. Grouping Variable: Litoral\_Raia

## Litoral\_Raia

### Case Processing Summary

		Cases					
		Valid		Missing		Total	
		N	Percent	N	Percent	N	Percent
Populacao_media	1	11	100,0%	0	,0%	11	100,0%
	2	61	100,0%	0	,0%	61	100,0%
	3	6	100,0%	0	,0%	6	100,0%

## População\_média



## Estatísticas

### Descriptives

Populacao\_media

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
					Lower Bound	Upper Bound		
1	11	45450,73	29284,530	8829,618	25777,11	65124,34	9519	111305
2	61	18797,18	21446,641	2745,961	13304,44	24289,92	3521	143748
3	6	17449,25	18825,299	7685,396	-2306,69	37205,19	4529	55009
Total	78	22452,33	24101,690	2728,979	17018,24	27886,42	3521	143748

### Test of Homogeneity of Variances

Populacao\_media

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
1,627	2	75	,203

### ANOVA

Populacao\_media

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	6,8E+009	2	3391670586	6,704	,002
Within Groups	3,8E+010	75	505937341,3		
Total	4,5E+010	77			

## Comparações múltiplas

### Multiple Comparisons

Dependent Variable: Populacao\_media

Tukey HSD

(I) Litoral_Raia	(J) Litoral_Raia	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
1	2	26653,547*	7368,063	,002	9035,67	44271,42
	3	28001,477*	11415,656	,043	705,35	55297,61
2	1	-26653,547*	7368,063	,002	-44271,42	-9035,67
	3	1347,930	9623,770	,989	-21663,60	24359,46
3	1	-28001,477*	11415,656	,043	-55297,61	-705,35
	2	-1347,930	9623,770	,989	-24359,46	21663,60

\*. The mean difference is significant at the .05 level.

## Homogeneização

Populacao\_media

Tukey HSD<sup>a,b</sup>

Litoral_Raia	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
3	6	17449,25	45450,73
2	61	18797,18	
1	11		
Sig.		,989	1,000

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 10,950.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

## Análise da variância (univariada)

### Between-Subjects Factors

	N
Litoral_Raia 1	11
2	61
3	6

### Descriptive Statistics

Dependent Variable: Importancia

Litoral_Raia	Mean	Std. Deviation	N
1	4,00	2,530	11
2	1,84	1,474	61
3	1,50	,837	6
Total	2,12	1,780	78

### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: Importancia

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared
Corrected Model	53,507 <sup>a</sup>	3	17,836	6,930	,000	,219
Intercept	85,302	1	85,302	33,144	,000	,309
Populacao_media	7,406	1	7,406	2,878	,094	,037
Litoral_Raia	27,059	2	13,530	5,257	,007	,124
Error	190,455	74	2,574			
Total	593,000	78				
Corrected Total	243,962	77				

a. R Squared = ,219 (Adjusted R Squared = ,188)

### Parameter Estimates

Dependent Variable: Importancia

Parameter	B	Std. Error	t	Sig.	95% Confidence Interval		Partial Eta Squared
					Lower Bound	Upper Bound	
Intercept	1,256	,671	1,873	,065	-,080	2,592	,045
Populacao_media	1,40E-005	,000	1,696	,094	-2,44E-006	3,04E-005	,037
[Litoral_Raia=1]	2,109	,846	2,492	,015	,423	3,795	,077
[Litoral_Raia=2]	,317	,686	,462	,645	-1,051	1,685	,003
[Litoral_Raia=3]	0 <sup>a</sup>	.	.	.	.	.	.

a. This parameter is set to zero because it is redundant.

## Análise da variância (univariada)

### Between-Subjects Factors

	N
Litoral_Raia 1	11
2	61
3	6

### Descriptive Statistics

Dependent Variable: Importancia

Litoral_Raia	Mean	Std. Deviation	N
1	4,00	2,530	11
2	1,84	1,474	61
3	1,50	,837	6
Total	2,12	1,780	78



### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: Importancia

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared
Corrected Model	56,261 <sup>a</sup>	5	11,252	4,316	,002	,231
Intercept	58,753	1	58,753	22,537	,000	,238
Litoral_Raia	19,065	2	9,533	3,657	,031	,092
Populacao_media	3,764	1	3,764	1,444	,233	,020
Litoral_Raia * Populacao_media	2,754	2	1,377	,528	,592	,014
Error	187,701	72	2,607			
Total	593,000	78				
Corrected Total	243,962	77				

a. R Squared = ,231 (Adjusted R Squared = ,177)

### Parameter Estimates

Dependent Variable: Importancia

Parameter	B	Std. Error	t	Sig.	95% Confidence Interval		Partial Eta Squared
					Lower Bound	Upper Bound	
Intercept	,887	,939	,945	,348	-,985	2,760	,012
[Litoral_Raia=1]	3,119	1,322	2,360	,021	,484	5,754	,072
[Litoral_Raia=2]	,629	,979	,642	,523	-1,323	2,581	,006
[Litoral_Raia=3]	0 <sup>a</sup>	.	.	.	.	.	.
Populacao_media	3,51E-005	,000	,915	,363	-4,14E-005	,000	,011
[Litoral_Raia=1] * Populacao_media	-3,5E-005	,000	-,837	,406	,000	4,87E-005	,010
[Litoral_Raia=2] * Populacao_media	-1,8E-005	,000	-,457	,649	-9,70E-005	6,08E-005	,003
[Litoral_Raia=3] * Populacao_media	0 <sup>a</sup>	.	.	.	.	.	.

a. This parameter is set to zero because it is redundant.

## Regressão

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	78	100,0
	Missing Cases	0	,0
	Total	78	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		78	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
1	0
2	1

### Categorical Variables Codings

	Frequency	Parameter coding	
		(1)	(2)
Litoral_Raia 1	11	1,000	,000
2	61	,000	1,000
3	6	,000	,000

### Classification Table<sup>a,b</sup>

Observed			Predicted		Percentage Correct
			Importancia2		
			1	2	
Step 0	Importancia2	1	49	0	100,0
		2	29	0	,0
Overall Percentage					62,8

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0 Constant	-,525	,234	5,012	1	,025	,592

### Variables not in the Equation<sup>a</sup>

	Score	df	Sig.
Step 0 Variables Litoral_Raia	6,940	2	,031
Litoral_Raia(1)	6,928	1	,008
Litoral_Raia(2)	4,360	1	,037
Populacao_media	5,426	1	,020

a. Residual Chi-Squares are not computed because of redundancies.

## Bloco de dados 1

### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	8,879	3	,031
	Block	8,879	3	,031
	Model	8,879	3	,031

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	94,066 <sup>a</sup>	,108	,147

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

### Classification Table<sup>a</sup>

Observed			Predicted		
			Importancia2		Percentage Correct
			1	2	
Step 1	Importancia2	1	45	4	91,8
		2	20	9	31,0
Overall Percentage					69,2

a. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1	Litoral_Raia			3,197	2	,202	
	Litoral_Raia(1)	1,275	1,141	1,250	1	,263	3,580
	Litoral_Raia(2)	-,122	,918	,018	1	,895	,886
	Populacao_media	,000	,000	1,902	1	,168	1,000
	Constant	-,989	,902	1,202	1	,273	,372

a. Variable(s) entered on step 1: Litoral\_Raia, Populacao\_media.

## Regressão

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	78	100,0
	Missing Cases	0	,0
	Total	78	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		78	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
1	0
2	1

### Categorical Variables Codings

	Frequency	Parameter coding	
		(1)	(2)
Litoral_Raia 1	11	1,000	,000
2	61	,000	1,000
3	6	,000	,000

## Bloco 0

Classification Table<sup>a,b</sup>

Observed			Predicted		
			Importancia2		Percentage Correct
			1	2	
Step 0	Importancia2	1	49	0	100,0
		2	29	0	,0
Overall Percentage					62,8

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0 Constant	-,525	,234	5,012	1	,025	,592

### Variables not in the Equation<sup>a</sup>

	Score	df	Sig.
Step 0 Variables Litoral_Raia	6,940	2	,031
Litoral_Raia(1)	6,928	1	,008
Litoral_Raia(2)	4,360	1	,037
Populacao_media	5,426	1	,020

a. Residual Chi-Squares are not computed because of redundancies.

## Bloco 1-Likelihood Rácio

### Omnibus Tests of Model Coefficients

	Chi-square	df	Sig.
Step 1 Step	5,503	1	,019
Block	5,503	1	,019
Model	5,503	1	,019

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	97,442 <sup>a</sup>	,068	,093

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

### Classification Table<sup>a</sup>

Observed			Predicted		
			Importancia2		Percentage Correct
			1	2	
Step 1	Importancia2	1	46	3	93,9
		2	22	7	24,1
Overall Percentage					67,9

a. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1	Populacao_media	,000	,000	4,275	1	,039	1,000
	Constant	-1,089	,357	9,311	1	,002	,336

a. Variable(s) entered on step 1: Populacao\_media.

### Model if Term Removed

Variable	Model Log Likelihood	Change in -2 Log Likelihood	df	Sig. of the Change
Step 1 Populacao_media	-51,473	5,503	1	,019

### Variables not in the Equation

			Score	df	Sig.
Step 1	Variables	Litoral_Raia	3,499	2	,174
		Litoral_Raia(1)	3,481	1	,062
		Litoral_Raia(2)	2,150	1	,143
	Overall Statistics	3,499	2	,174	

## Regressão

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	78	100,0
	Missing Cases	0	,0
	Total	78	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		78	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
1	0
2	1

### Categorical Variables Codings

		Frequency	Parameter coding	
			(1)	(2)
Litoral_Raia	1	11	1,000	,000
	2	61	,000	1,000
	3	6	,000	,000

## Bloco 0

### Classification Table<sup>a,b</sup>

Observed			Predicted		
			Importancia2		Percentage Correct
			1	2	
Step 0	Importancia2	1	49	0	100,0
		2	29	0	,0
Overall Percentage					62,8

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0 Constant	-,525	,234	5,012	1	,025	,592

#### Variables not in the Equation<sup>a</sup>

			Score	df	Sig.
Step 0	Variables	Litoral_Raia	6,940	2	,031
		Litoral_Raia(1)	6,928	1	,008
		Litoral_Raia(2)	4,360	1	,037
		Populacao_media	5,426	1	,020

a. Residual Chi-Squares are not computed because of redundancies.

## Bloco 1- Likelihood Rácio

#### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	8,879	3	,031
	Block	8,879	3	,031
	Model	8,879	3	,031
Step 2 <sup>a</sup>	Step	-3,376	2	,185
	Block	5,503	1	,019
	Model	5,503	2	,064

a. A negative Chi-squares value indicates that the Chi-squares value has decreased from the previous step.

#### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	94,066 <sup>a</sup>	,108	,147
2	97,442 <sup>a</sup>	,068	,093

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

#### Classification Table<sup>a</sup>

Observed			Predicted		
			Importancia2		Percentage Correct
			1	2	
Step 1	Importancia2	1	45	4	91,8
		2	20	9	31,0
	Overall Percentage				69,2
Step 2	Importancia2	1	46	3	93,9
		2	22	7	24,1
	Overall Percentage				67,9

a. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	Litoral_Raia			3,197	2	,202	
	Litoral_Raia(1)	1,275	1,141	1,250	1	,263	3,580
	Litoral_Raia(2)	-,122	,918	,018	1	,895	,886
	Populacao_media	,000	,000	1,902	1	,168	1,000
	Constant	-,989	,902	1,202	1	,273	,372
Step 2 <sup>a</sup>	Populacao_media	,000	,000	4,275	1	,039	1,000
	Constant	-1,089	,357	9,311	1	,002	,336

a. Variable(s) entered on step 1: Litoral\_Raia, Populacao\_media.

### Model if Term Removed

Variable	Model Log Likelihood	Change in -2 Log Likelihood	df	Sig. of the Change
Step 1 Litoral_Raia	-48,721	3,376	2	,185
Populacao_media	-48,101	2,137	1	,144
Step 2 Populacao_media	-51,473	5,503	1	,019

### Variables not in the Equation

	Score	df	Sig.
Step 2 Variables Litoral_Raia	3,499	2	,174
Litoral_Raia(1)	3,481	1	,062
Litoral_Raia(2)	2,150	1	,143
Overall Statistics	3,499	2	,174

a. Variable(s) removed on step 2: Litoral\_Raia.

## Regressão

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	78	100,0
	Missing Cases	0	,0
	Total	78	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		78	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
1	0
2	1



### Categorical Variables Codings

		Frequency	Parameter coding	
			(1)	(2)
Litoral_Raia	1	11	1,000	,000
	2	61	,000	1,000
	3	6	,000	,000

### Classification Table<sup>a,b</sup>

Observed			Predicted		
			Importancia2		Percentage Correct
			1	2	
Step 0	Importancia2	1	49	0	100,0
		2	29	0	,0
Overall Percentage					62,8

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0 Constant	-,525	,234	5,012	1	,025	,592

### Variables not in the Equation<sup>a</sup>

	Score	df	Sig.
Step 0 Variables Litoral_Raia	6,940	2	,031
Litoral_Raia(1)	6,928	1	,008
Litoral_Raia(2)	4,360	1	,037
Populacao_media	5,426	1	,020

a. Residual Chi-Squares are not computed because of redundancies.

### Omnibus Tests of Model Coefficients

	Chi-square	df	Sig.
Step 1 Step	5,503	1	,019
Block	5,503	1	,019
Model	5,503	1	,019

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	97,442 <sup>a</sup>	,068	,093

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

### Classification Table<sup>a</sup>

Observed			Predicted		
			Importancia2		Percentage Correct
			1	2	
Step 1	Importancia2	1	46	3	93,9
		2	22	7	24,1
Overall Percentage					67,9

a. The cut value is ,500

### Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	Populacao_media	,000	,000	4,275	1	,039	1,000
	Constant	-1,089	,357	9,311	1	,002	,336

a. Variable(s) entered on step 1: Populacao\_media.

### Model if Term Removed<sup>a</sup>

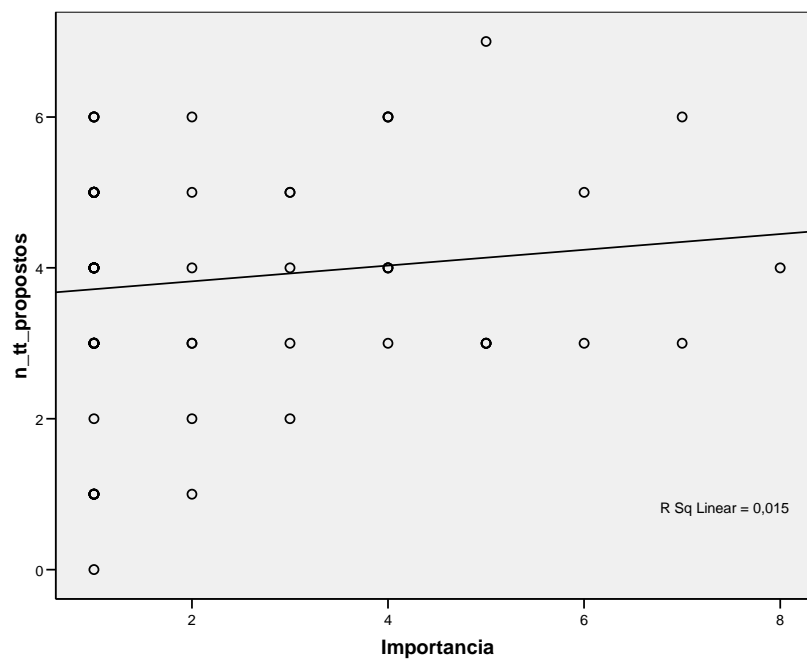
Variable	Model Log Likelihood	Change in -2 Log Likelihood	df	Sig. of the Change
Step 1 Populacao_media	-51,478	5,513	1	,019

a. Based on conditional parameter estimates

### Variables not in the Equation

			Score	df	Sig.
Step 1	Variables	Litoral_Raia	3,499	2	,174
		Litoral_Raia(1)	3,481	1	,062
		Litoral_Raia(2)	2,150	1	,143
Overall Statistics			3,499	2	,174

## Gráfico



## Regressão

### Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
n_tt_propostos	3,83	1,541	78
Importancia	2,12	1,780	78

### Correlations

		n_tt_propostos	Importancia
Pearson Correlation	n_tt_propostos	1,000	,121
	Importancia	,121	1,000
Sig. (1-tailed)	n_tt_propostos	.	,146
	Importancia	,146	.
N	n_tt_propostos	78	78
	Importancia	78	78

### Variables Entered/Removed<sup>a</sup>

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	Importancia	.	Enter

a. All requested variables entered.

b. Dependent Variable: n\_tt\_propostos

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,121 <sup>a</sup>	,015	,002	1,540

a. Predictors: (Constant), Importancia

### ANOVA<sup>b</sup>

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,665	1	2,665	1,124	,292 <sup>a</sup>
	Residual	180,168	76	2,371		
	Total	182,833	77			

a. Predictors: (Constant), Importancia

b. Dependent Variable: n\_tt\_propostos

### Coefficients<sup>a</sup>

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	3,612	,272		13,290	,000
	Importancia	,105	,099	,121	1,060	,292

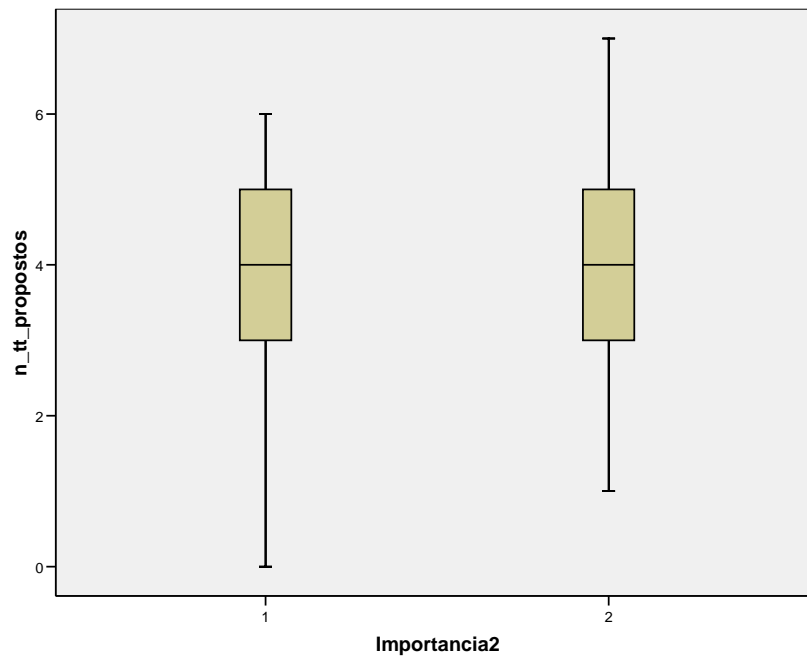
a. Dependent Variable: n\_tt\_propostos

## Importância 2

### Case Processing Summary

		Cases					
		Valid		Missing		Total	
		N	Percent	N	Percent	N	Percent
n_tt_propostos	1	49	100,0%	0	,0%	49	100,0%
	2	29	100,0%	0	,0%	29	100,0%

## n\_tt\_propostos



## Estatísticas

### Descriptives

n_tt_propostos								
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
					Lower Bound	Upper Bound		
1	49	3,73	1,591	,227	3,28	4,19	0	6
2	29	4,00	1,464	,272	3,44	4,56	1	7
Total	78	3,83	1,541	,174	3,49	4,18	0	7

### Test of Homogeneity of Variances

n_tt_propostos			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
,414	1	76	,522

### ANOVA

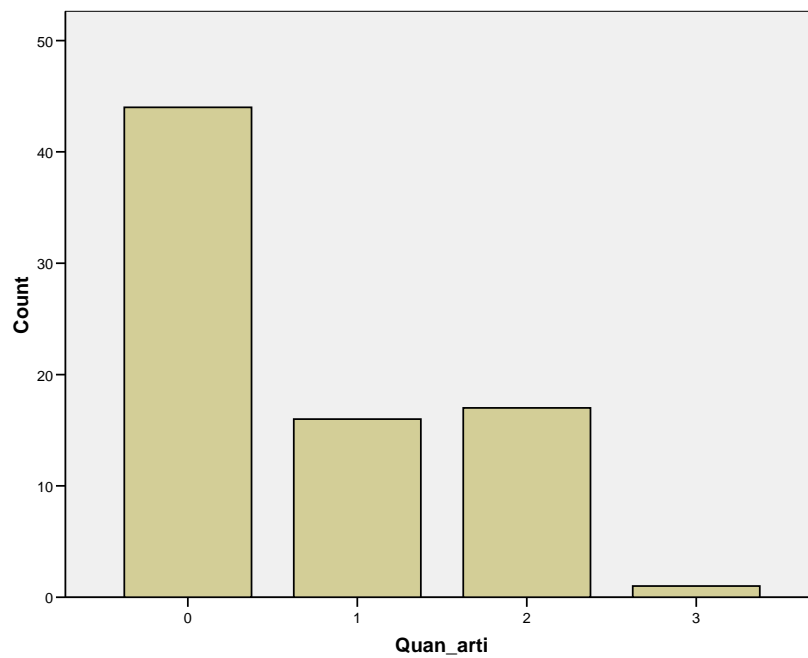
n_tt_propostos					
	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	1,282	1	1,282	,537	,466
Within Groups	181,551	76	2,389		
Total	182,833	77			

Quantidade de artigos presente nos PDM's

### Estatísticas descritivas

**Descriptive Statistics**

	N	Range	Minimum	Maximum	Mean		Std.	Variance
	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Std. Error	Statistic	Statistic
Quan_arti	78	3	0	3	,68	,097	,860	,740
Valid N (listwise)	78							



## **6.2 Anexo II Dados Recolhidos - Fichas dos Planos**

**i) Exemplo de Ficha de recolha de dados.**

**Região (NUT II):** Centro

**Sub-região:** Dão – Lafões.

**Concelho (NUTIII):** Nome do Concelho

**“Empresa” que elaborou o Plano: ....**

**Observações:**

**Estudos de caracterização/Elementos anexos:**

Relatório 6 – Equipamentos colectivos.

Relatório 7 – Infra-estruturas colectivas e Transportes Públicos.

Relatório 8 – Rede Urbana e Hierarquia dos Aglomerados.

Relatório 3 – Estudos Económicos.

Grande análise do sector agrícola e da industria do Concelho.

2.1.3 Serviços (página 19).

Dizem que é pouco representativa Região Centro, 31.7%; Dão – Lafões, 26.2; Sátão, 17,4% (da população activa é que trabalha neste sector). Apresentam apenas um quadro com o total de população activa por sector de actividade (comércio por grosso; comércio a retalho; cafés restaurantes e similares; transportes; bancos e instituições financeiras; serviços prestados a empresas; serviços prestados à colectividade e serviços prestados diversos).

**Não fazem qualquer referência a actividades, industria, sector do turismo.**

**Observações**

**Elementos Complementares:**

**Relatório 13 – Relatório do Plano.**

### *3.5.3 – Turismo e Actividades Terciárias.*

Afirmam que a representação do sector (à data), será nula. Contudo a proximidade do Concelho no EDT (São Pedro do Sul, Nelas) irá “melhorar a qualidade da oferta do serviço turístico associado a termas”.

.....

## **5 – Grandes Medidas e Acções a realizar para o território Municipal.**

### **5.1 Infra-estruturas básicas.**

### **5.2 Equipamentos (propõem um mercado municipal, centros de saúde, etc.).**

### **5.3 Desenvolvimento Económico.**

5.4 Planeamento e Administração Urbanística (levantamento exaustivo do património é proposto).

## **5.5 Turismo e Meio Ambiente (página 65).**

1- Fomentar a criação de zonas protegidas de caça e pesca (com as associações, os clubes, e as juntas de freguesia interessadas).

Concretização de um projecto-piloto em turismo em espaço rural com a reflorestação do Concelho.

Levantamento do património Arquitectónico e paisagístico.

Aproveitamento das margens (rio Vouga, ribeira de Côja), para praias fluviais, parques de campismo e eventualmente, “equipamento hoteleiro e percursos junto aos rios”. Conclusão do circuito de manutenção nas margens da ribeira.

2 – “Lançamento de projectos complementares ligados ao turismo cinegético permitindo uma melhor rentabilização de equipamentos turísticos potencialmente existentes e a criar”:

3 – Criação de “Centros urbanos típicos”, com a recuperação de áreas urbanas degradadas e introduzindo os conceitos de “aldeias típicas” e de “aldeias tradicionais”.

4 – Fomento do turismo em Espaço Rural (TER) através do incentivo do turismo de habitação, de turismo rural e do agro turismo, contribuindo “significativamente para a protecção e valorização do património natural e cultural da região”.

5 – Construção por parte da autarquia de uma residência para estudantes permitindo assim o intercambio juvenil.

6 – Fortalecimento da ligação à Região de Turismo Dão – Lafões.



NOTA: não possui plano de execução nem de financiamento destas propostas.

### **Elementos fundamentais:**

Regulamento, 65 artigos:

Não possui nenhuma **secção** ou **subsecção** dedicada ao turismo, nem nenhum **artigo** dedicado ao turismo.

Aparece menção a “turismo” nos artigos:

Artigo 7...RAN.pode ter turismo rural, agro turismo e turismo de habitação.

Artigo 25 – ...espaço urbano pode ter serviços comércio, turismo...

Artigo 29 – impõe as condições de estacionamento em espaço urbano:

- Comércio e serviços 1 lugar /25 m<sup>2</sup> de construção, com 50% de estacionamento público.
- Hotelaria: 1 lugar por quarto, com 20% de estacionamento público.
- Similares de hotelaria: 1 lugar por 15 m<sup>2</sup> de construção, com 80% de estacionamento público.

Artigo 38 – ...nº 2 – Espaços que não RAN, REN, podem ter turismo de habitação, Agro - turismo, Turismo Rural, Hotelaria e similares.

Artigo 43 – Espaços Naturais.

Podem ter aproveitamento turístico sempre que sujeitos a Planos de Pormenor, nomeadamente, actividades hoteleiras, turísticas (turismo rural, turismo de habitação) e similares desde que, nomeadamente: 60% da área permaneça arborizada; nº máximo de pisos, 2 ou cerca de 7.5 m, máximo estacionamento de 1 lugar por 40 m<sup>2</sup> de construção.

## ii) Ficha síntese

### MUNÍCIPIO...

#### **Objectivos** – Desenvolvimento das actividades económicas:

- Desenvolvimento das actividades económicas.
- Desenvolvimento do turismo aproveitando o património natural e construído,
- Desenvolver o sector terciário e de equipamentos de apoio às actividades turísticas e à população em geral
- Promoção da actividade turística como expressão económica e social

#### Enriquecimento cultural:

- Enriquecimento cultural:

#### Aumentar o número de visitantes/turistas

- Atrair mais turistas de passagem, com o turismo.

#### Melhorar a qualidade de vida das populações.

- Viabilização da construção de equipamentos turísticos utilizados por munícipes e turistas.

#### Aumentar os atractivos turísticos:

- Promover o turismo integrado com actividades de cultura, lazer, desporto e serviços.
- Afirmação da sede do concelho como centro de serviços e qualidade

#### **Propostas:**

##### Produtos turísticos:

- Campos de golfe
- De natureza
  - Cinegético,
  - Criação de percursos turísticos
  - Canoagem
- Cultural
  - Gastronomia.

- Mercados feiras e festas.
- Construção de um núcleo museológico.
- Residencial.
  - Apoio à 2ª residência.
- Rural.
  - Apoio ao turismo Agro-turismo, rural e de habitação.
- Saúde.
  - Aproveitamento de fontes termais.

#### **Políticas e acções:**

- Promoção e imagem:
  - Executar brochuras e panfletos.
- Promoção/Protecção do património natural, construído e cultural.
  - Reconversão, recuperação do património para fins turísticos.

	Acções	Produtos turísticos	Infra-estruturas	Destinatários
Desenvolvimento das actividades económicas	Sim	Sim	Sim	
Enriquecimento Cultural		Sim	Sim	
Melhoria da qualidade de vida das populações		Sim	Sim	
Aumentar o número de visitantes / turistas		Sim	Sim	
Aumentar os atractivos turísticos		Sim	Sim	

**Tabela 1 - Quadro Resumo de propostas objectivos, políticas e acções para o município.**

Conclusão: Dos vários objectivos propostos propõem muitos produtos mas não concretizam nenhuma excepção feita ao do património.

**6.3 Anexo III – Inquérito Tipo e apresentação dos dados obtidos e seu tratamento estatístico.**

## Inquérito Câmaras Municipais

Inquérito de confirmação  
Importância do turismo no planeamento urbano

Com que instrumento de planeamento é feita a gestão corrente em termos de planeamento?

- ☐ PDM
- ☐ PDM e outros
- ☐ Outros / NR

Notas:

O turismo faz parte do Planeamento Municipal?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outras / NR

Se não, que percepção possuem? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

Considera o Turismo importante para o Concelho?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outras / NR

Notas:

<b>SR 1</b>	
<u>Baixo Vouga</u>	
Ovar	1
Murtosa	2
Estarreja	3
Albergaria-a-Velha	4
Sever do Vouga	5
Aveiro	6
Ílhavo	7
Águeda	8
Vagos	9
Oliveira do Bairro	10
Anadia	11

<b>SR 2</b>	
<u>Baixo Mondego</u>	
Mira	12
Cantanhede	13
Mealhada	14
Penacova	15
Figueira da Foz	16
Montemor-o-Velho	17
Coimbra	18
Soure	19
Condeixa-a-Nova	20

<b>SR 3</b>	
<u>Pinhal Litoral</u>	
Pombal	21
Marinha Grande	22
Leiria	23
Batalha	24
Porto Mós	25

<b>SR 4</b>	
<u>Dão Lafões</u>	
São Pedro do Sul	26
Castro Daire	27
Vila Nova de Paiva	28
Sátão	29
Aguiar da Beira	30
Oliveira de Frades	31
Vouzela	32
Viseu	33
Penalva do castelo	34
Mangualde	35
Tondela	36
Nelas	37
Mortágua	38
Santa Comba Dão	39
Carregal do Sal	40

<b>SR 5</b>	
<u>Pinhal Interior Norte</u>	
Tábua	41
Oliveira do Hospital	42
Vila Nova de Poiares	43
Arganil	44

Miranda do Corvo	45
Lousã	46
Góis	47
Pampilhosa da Serra	48
Penela	49
Castanheira de Pêra	50
Ansião	51
Figueiró dos Vinhos	52
Pedrogão Grande	53
Alvaiázere	54

<b>SR 6</b>	
<u>Serra da Estrela</u>	
Fornos de Algodres	55
Gouveia	56
Seia	57

<b>SR 7</b>	
<u>Cova da Beira</u>	
Covilhã	58
Belmonte	59
Fundão	60

<b>SR 8</b>	
<u>Pinhal Interior Sul</u>	
Sertã	61
Oleiros	62
Vila de Rei	63
Proença-a-Nova	64
Mação	65

<b>SR 9</b>	
<u>Beira Interior Norte</u>	
Meda	66
Figueira de Castelo Rodrigo	67
Trancoso	68
Pinhel	69
Almeida	70
Celorico da Beira	71
Guarda	72
Manteigas	73
Sabugal	74

<b>SR 10</b>	
<u>Beira Interior Sul</u>	
Castelo Branco	75
Vila Velha de Ródão	76
Penamacor	77
Idanha-a-Nova	78

Concelho	Questão 1	Questão 2	Questão 2.1	Questão 3
AGUEDA				
ALBERGARIA-A-VELHA				
ANADIA	1	2	4	6
AVEIRO	2	2	5	6
ESTARREJA	2	2	3	6
ILHAVO	1	2	5	6
MEALHADA				
MURTOSA				
OLIVEIRA DO BAIRRO	1	2	5	6
OVAR				
SEVER DO VOUGA				
VAGOS				
CANTANHEDE	1	2	4	6
COIMBRA				
CONDEIXA-A-NOVA	1	2	3	6
FIGUEIRA DA FOZ	2	1	5	6
MIRA				
MONTEMOR-O-VELHO	1	2	3	6
PENACOVA	1	2	5	7
SOURE	1	2	3	7
BATALHA	1	2	5	6
LEIRIA	2	2	4	6
MARINHA GRANDE	2	1	3	6
POMBAL	1	2	3	6
PORTO DE MOS				
ALVAIAZERE	1	2	4	7
ANSIAO	1	2	4	8
ARGANIL	1	2	5	6
CASTANHEIRA DE PERA	1	2	4	6
FIGUEIRO DOS VINHOS				
GOIS	1	2	4	6
LOUSA	1	2	5	6
MIRANDA DO CORVO				
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1	2	5	6
PAMPILHOSA DA SERRA	1	2	3	7
PEDROGÃO GRANDE	1	2	4	7
PENELA				
TÁBUA	1	2	3	8
VILA NOVA DE POIARES	1	2	4	8
AGUIAR DA BEIRA	1	2	3	6
CARREGAL DO SAL				
CASTRO DAIRE				
MANGUALDE				
MORTÁGUA	1	2	3	8
NELAS				
OLIVEIRA DE FRADES				
PENALVA DO CASTELO	1	2	4	7
SANTA COMBA DÃO	2	2	3	6
SÃO PEDRO DO SUL	1	2	5	6
SÁTÃO	1	2	3	8
TONDELA	1	2	5	7
VILA NOVA DE PAIVA				
VISEU	2	2	4	6
VOUZELA	2	2	4	6
MAÇÃO	1	2	3	7
OLEIROS				
PROENÇA-A-NOVA	1	2	3	7
SERTÃO				
VILA DE REI	1	2	3	7
FORNOS DE ALGODRES				
GOUVEIA	2	2	3	6
SEIA				
ALMEIDA	2	2	4	6
CELORICO DA BEIRA	1	2	3	7
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO				
GUARDA	2	2	4	6
MANTEIGAS	1	2	3	6
MÉDIA				
PINHEL				
SABUGAL	1	2	5	6
TRANCOSO				
CASTELO BRANCO	1	2	5	6
IDANHA-A-NOVA	1	2	4	6
PENAMACOR	1	2	3	7
VILA VELHA DE RODÃO				
BELMONTE	1	2	4	6
COVILHA	2	2	5	6
FUNDAO	1	2	4	8

### Planeamento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Com PDM	37	47,4	74,0	74,0
	PDM e outros	13	16,7	26,0	100,0
	Total	50	64,1	100,0	
Missing	9	28	35,9		
	Total	78	100,0		

### Turismo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não	48	61,5	96,0	96,0
	sim	2	2,6	4,0	100,0
	Total	50	64,1	100,0	
Missing	9	28	35,9		
	Total	78	100,0		

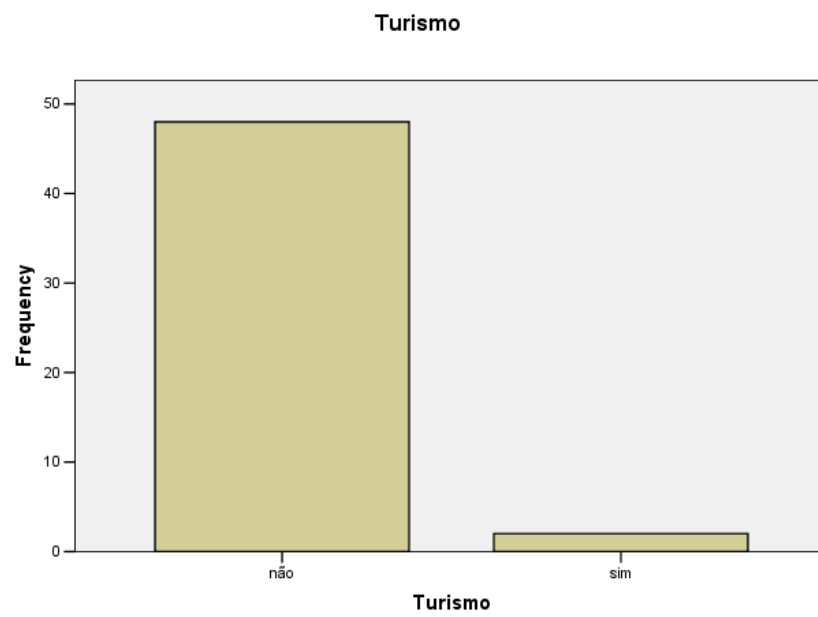
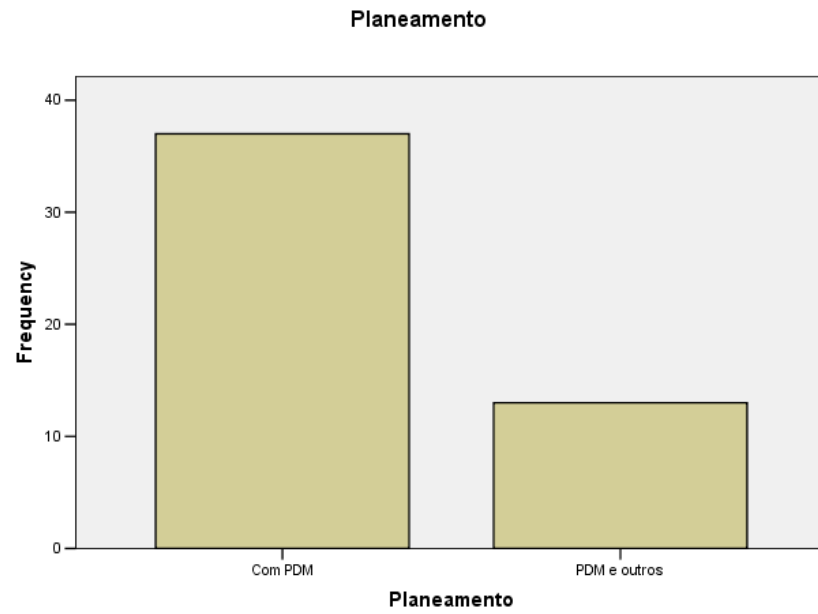
### Quem faz

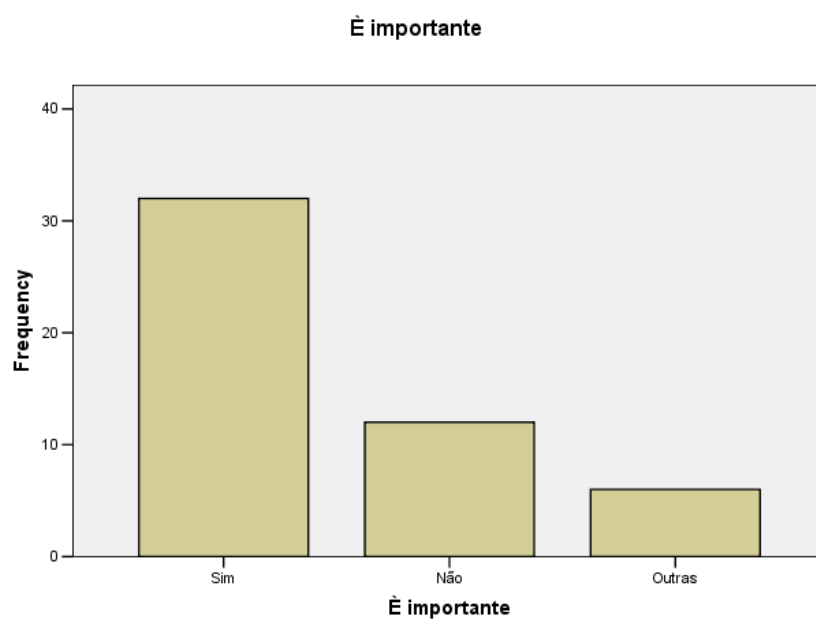
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Vereador da Cultura	17	21,8	34,0	34,0
	Licenciamento de Obras	17	21,8	34,0	68,0
	Outras respostas	16	20,5	32,0	100,0
	Total	50	64,1	100,0	
Missing	9	28	35,9		
	Total	78	100,0		

### É importante

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	32	41,0	64,0	64,0
	Não	12	15,4	24,0	88,0
	Outras	6	7,7	12,0	100,0
	Total	50	64,1	100,0	
Missing	9	28	35,9		
	Total	78	100,0		







## 6.4 Anexo IV Tabelas de caracterização da Região Centro.

**Tabela4.1** – Área, Perímetro, extensão máxima e altimetria por NUT's III ( INE, 2006)

	Concelhos	Área Km <sup>2</sup>	Perímetro	Altitude	
				Máxima	Mínima
Baixo Vouga	12	1802	300	841	-
Baixo Mondego	8	2063	338	550	-
Pinhal Litoral	5	1744	260	615	-
Dão Lafões	15	3489	359	1375	50
Pinhal Interior Norte	14	2617	379	1415	43
Serra da Estrela	3	868	208	1993	175
Cova da Beira	3	1375	237	1993	275
Pinhal Interior Sul	5	1905	299	1082	48
Beira Interior Norte	9	4062	440	1993	125
Beira Interior sul	4	3748	425	1222	50
Centro	-	23673	-	1993	-
Portugal	308	92090	3926	1993	-

**Tabela 4.2** – Principais sistemas Montanhosos da Região Centro (INE, 2006)

Designação	Altitude Máxima (m)
Estrela	1993
Açor	1342
Gardunha	1227
Lousã	1205
Caramulo	1075
Montemuro	1381

**Tabela 4.3** - Características dos principais rios da Região Centro (INE, 2006)

Designação	Origem	Foz	Bacia Hidrográfica			Percurso		
			Total	Em Portugal	Na Região	Total	Em Portugal	Na Região
			Km <sup>2</sup>			Km		
	Local							
Douro	Serra do Urbião (Es)	Porto	98370	18643	3684	927	330	5
Vouga	Serra da Lapa	Aveiro	3658	3658	3249	148	148	148
Mondego	Serra da Estrela	Figueira da Foz	6645	6645	6645	258	258	258
Lis	Serra dos Candeeiros	Vieira de Leiria	850	850	850	40	40	40

**Tabela 4.4** – Temperatura da Região Centro por estação meteorológica no ano de 2005 (INE, 2006)

	Temperatura Média Anual			Mês mais Quente				Mês mais frio			
	Média	Mínima	Máxima	Designação	Temperatura média mensal			Designação	Temperatura média mensal		
					Média	Mínima	Máxima		Média	Mínima	Máxima
	°C			°C			°C				
Aveiro	15.7	11.6	19.8	Agosto	21.7	16.8	26.5	Fevereiro	9.1	4.5	13.7
Coimbra	15.8	10.7	20.8	Agosto	23.9	17	30.7	Fevereiro	8.5	3.7	13.3
Leiria	15.1	7.6	22.6	Agosto	22.4	13.5	31.2	Fevereiro	7.2	- 1.6	15.9
Viseu	14.0	9.0	19.1	Agosto	23.4	16.3	30.4	Fevereiro	6.3	1.3	11.3
Guarda	11.8	7.5	16.1	Agosto	21.6	15.5	27.7	Fevereiro	1.2	- 0.9	6.2
Manteigas	9.8	5.9	13.6	Agosto	21.0	16.0	26.0	Fevereiro	1.2	- 2.6	5.1
Castelo Branco	16.0	10.5	21.6	Agosto	26.3	18.6	34.0	Janeiro	7.7	2.9	12.5
Continente	15.6	9.7	21.6	Agosto	24.2	16.7	31.7	Fevereiro	7.5	1.4	13.6

**Tabela 4.5** - População por NUT's III, segundo o sexo em 2005 (INE, 2006).

	TOTAL	Homens		Mulheres	
		N.º	%	N.º	%
Baixo Vouga	396704	192523	48,53	204181	51,47
Baixo Mondego	335532	159594	47,56	175938	52,44
Pinhal Litoral	263848	129163	48,95	134685	51,05
Pinhal Interior Norte	137840	66457	48,21	71383	51,79
Dão Lafões	291019	140199	48,18	150820	51,82
Pinhal Interior Sul	42125	20294	48,18	21831	51,82
Serra da Estrela	48548	23177	47,74	25371	52,26
Beira Interior Norte	112114	53533	47,75	58581	52,25
Beira Interior Sul	75282	36154	48,02	39128	51,98
Cova da Beira	92160	44476	48,26	47684	51,74
Centro	1795172	865570	48,22	929602	51,78
Portugal	10569592	5115742	48,40	5453850	51,60

**Tabela 4.6-** População residente por NUT'S III, segundo os grandes grupos etários e o sexo em 2005 (INE, 2006).

	Grupos Etários											
	0 a 14 anos			15 a 24 anos			25 a 64 anos			65 e mais anos		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
Baixo Vouga	62427	31718	30709	49480	25174	24306	218955	107450	111505	65842	28181	37661
Baixo Mondego	45301	23111	22190	37529	18961	18568	186256	89879	96377	66446	27643	38803
Pinhal Litoral	41474	21309	20165	32172	16425	15747	144425	71196	73229	45777	20233	25544
Pinhal Interior Norte	18774	9662	9112	16113	8372	7741	69881	34768	35113	33072	13655	19417
Dão Lafões	42590	21864	20726	38466	19767	18699	151060	73631	77429	58903	24937	33966
Pinhal Interior Sul	4627	2372	2255	4713	2409	2304	19870	10203	9667	12915	5310	7605
Serra da Estrela	5719	2890	2829	6151	3159	2992	25178	12334	12844	11500	4794	6706
Beira Interior Norte	13826	7085	6741	13582	6874	6708	55953	27532	28421	28753	12042	16711
Beira Interior Sul	8838	4534	4304	7744	3974	3770	37770	18720	19050	20930	8926	12004
Cova da Beira	11873	6145	5728	10953	5621	5332	48923	24358	24565	20411	8352	12059
Centro	255449	130690	124759	216903	110736	106167	958271	470071	488200	364549	154073	210476
Portugal	1644231	843637	800594	1293031	658853	634178	5822230	2856279	2965951	1810100	756973	1053127

**Tabela 4.7–** Taxa de crescimento por NUT'S II em 2005 (INE, 2006)

	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de crescimento natural (%)	Taxa de crescimento efectivo (%)
Baixo Vouga	9,8	9,1	0,07	0,58
Baixo Mondego	8,8	10,8	-0,21	-0,25
Pinhal Litoral	10,2	9,5	0,08	0,83
Pinhal Interior Norte	8,4	15,1	-0,67	-0,01
Dão Lafões	8,9	11,4	-0,25	0,33
Pinhal Interior Sul	6,3	20,0	-1,37	-1,34
Serra da Estrela	6,9	15,7	-0,88	-0,52
Beira Interior Norte	7,3	14,5	-0,72	-0,58
Beira Interior sul	7,8	17,7	-0,99	-0,85
Cova da Beira	7,6	12,1	-0,45	-0,32
Centro	9,1	11,6	-0,25	0,25
Portugal	10,4	10,2	0,02	0,38

**Tabela 4.8** – Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular por NUT'S III no ano lectivo de 2004/2005 (INE, 2006).

	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular			
	TOTAL	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
	2004 / 2005			
Baixo Vouga	10,6	5,3	10,6	17,9
Baixo Mondego	8,9	3,6	8,9	15,9
Pinhal Litoral	8,6	4,2	7,7	15,0
Pinhal Interior Norte	11,1	5,3	9,2	20,3
Dão Lafões	9,9	3,6	9,4	18,0
Pinhal Interior Sul	10,4	4,8	7,7	19,3
Serra da Estrela	12,0	4,4	11,9	20,8
Beira Interior Norte	10,5	5,3	10,3	16,7
Beira Interior Sul	11,7	4,8	8,7	22,3
Cova da Beira	11,9	4,7	11,5	20,3
Centro	10,1	4,5	9,7	17,7
Continente	11,5	5,2	12,5	19,3

**Tabela 4.9** – Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário Regular no ano lectivo de 2004/2005 (INE, 2006)

	Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário Regular		
	TOTAL	Geral	Tecnológico
	2004 / 2005		
Baixo Vouga	67,8	71,9	57,2
Baixo Mondego	71,0	73,0	63,0
Pinhal Litoral	68,5	72,3	57,2
Pinhal Interior Norte	63,5	64,9	54,8
Dão Lafões	68,3	70,9	57,2
Pinhal Interior Sul	65,4	67,2	71,5
Serra da Estrela	65,4	67,2	58,3
Beira Interior Norte	66,4	67,8	53,0
Beira Interior Sul	69,4	71,0	58,8
Cova da Beira	68,4	69,3	64,5
Centro	67,6	40,6	57,4
Continente	68,1	71,6	56,3

**Tabela 4.10 – Taxa de desemprego por NUT'S II em 2005 (INE, 2006)**

	Taxa de Desemprego (%)			Proporção de Desempregados de Longa duração (%)
	TOTAL	Feminina	15 – 24	
Norte	8,8	10,4	15,9	54,1
Centro	5,2	6,3	14,6	46,7
Lisboa	8,6	8,8	18,3	49,4
Alentejo	9,1	10,6	20,4	43,3
Algarve	6,2	7,7	15,7	34,1
R. A. Açores	4,1	6,4	10,5	46,1
R. A. Madeira	4,5	4,9	9,1	51,2
Portugal	7,6	8,7	16,1	49,9

**Tabela 4.11 – População desempregada por NUT'S II, segundo o grupo etário e o sexo, em 2005 (INE, 2006)**

	TOTAL			15 – 24 Anos			25 – 34 Anos			35 – 44 Anos			45 e mais anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Norte	174,2	78,8	95,4	38,5	17,6	20,9	50,4	19,6	30,8	40,9	17,1	23,8	44,4	24,5	19,9
Centro	69,6	29,9	39,7	17,3	6,8	10,5	22,0	8,6	13,4	12,1	4,3	7,8	18,2	10,2	8,0
Lisboa	121,2	62,1	59,1	20,9	10,9	10,0	42,1	20,1	22,0	26	11,9	14,1	32,2	19,2	13,0
Alentejo	34,7	17	17,7	8,1	4,7	3,4	9,6	4,9	4,7	6,4	2,6	3,8	10,6	4,8	5,8
Algarve	12,6	5,8	6,8	2,6	1,3	1,3	4,0	1,5	2,5	2,5	1,0	1,5	3,5	2,0	1,5
R. A. Açores	4,5	1,9	2,6	1,9	0,8	1,1	1,6	0,7	0,9	0,7	0,2	0,5	0,3	0,2	0,1
R. A. Madeira	5,7	2,8	2,9	1,5	0,8	0,7	1,8	0,8	1,0	1,2	0,5	0,7	1,2	0,7	0,5
Portugal	422,5	198,3	224,2	90,8	42,9	47,9	131,5	56,2	75,3	89,8	37,6	52,2	110,4	61,6	48,8

**Tabela 4.12 - Indicadores do mercado de trabalho por NUT'S II em 2005 (INE, 2006)**

	Empregados no sector Terciário	Empregados por Conta de outrem	Empregados por Conta própria	Contratos sem termo nos trabalhadores por conta de outrem	Empregados a tempo completo
	%				
Norte	47,5	72,6	24,6	83,1	90,0
<b>Centro</b>	<b>47,6</b>	<b>65,0</b>	<b>33,1</b>	<b>82,6</b>	<b>81,0</b>
Lisboa	76,9	84,2	14,5	78,2	92,2
Alentejo	62,4	79,2	18,9	73,9	93,1
Algarve	72,6	72,9	24,7	73,5	93,1
R. A. Açores	62,2	78,1	19,9	79,6	93,7
R. A. Madeira	64,8	84,1	15,4	82,6	91,4
Portugal	57,6	74,5	23,5	80,5	88,8

**Tabela 4.13** – Indicadores das contas regionais por NUT'S III em 2003 ( INE, 2006)

	Em % do total de Portugal	PIB	
		<i>Per capita</i>	
		Em Valor Milhares de €	Índice de disparidade %
Baixo Vouga	3,3	11,0	88,0
Baixo Mondego	3,0	11,8	94,4
Pinhal Litoral	2,4	12,3	98,4
Pinhal Interior Norte	0,8	7,4	59,2
Dão Lafões	1,7	7,9	63,2
Pinhal Interior Sul	0,3	8,4	67,2
Serra da Estrela	0,3	7,0	56,0
Beira Interior Norte	0,8	8,8	70,4
Beira Interior Sul	0,6	11,1	88,8
Cova da Beira	0,6	9,1	72,8
Centro	13,8	10,2	81,6
Portugal	100,0	12,5	100,0

**Tabela 4.14** – Indicadores das contas regionais e actividades económicas na Região centro (INE, 2006)

	VAB	Remunerações	Emprego
	Milhões €		Milhares de pessoas
A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura I	1048	158	174,4
B - Pesca I	107	35	3,2
C - Industrias extractivas I	89	62	4,6
D - Industrias transformadoras II	4722	2877	229,9
E - Produção e distribuição de electricidade, gás e agua II	774	238	7
F - Construção II	1761	1121	109,7
G - Comercio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico III	2754	1239	157,5
H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares) III	444	305	48,4
I - Transportes, armazenagem e comunicações III	1018	554	26,5
J - Actividades financeiras III	669	293	11,5
K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas III	2024	231	41,5
L - Administração publica, defesa e segurança social obrigatória	1808	1397	64,5
M - Educação	2038	1860	75,4
N - Saúde e acção social	1709	1262	69,5
O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	596	324	30,3
P - Famílias com empregados domésticos	197	197	37,4



**Tabela 4.15** – Número total de Aquistas nos Centros Termais por Região em 2005 (DGGE<sup>55</sup>, 2006)

	N.º de Aquistas
	N.º
Norte	27585
Centro	51538
Sul	6796
Portugal	85919

**Tabela 4.16**– Número de aquistas portugueses e estrangeiros no país em 2005 (DGGE, 2006).

	Aquistas N.º
Portugueses	85383
Estrangeiros	536
TOTAL	85919

**Tabela 4.17** – Valores aproximados para o ano de 2004 da população, hóspedes e dormidas, em cidades, em milhares (INE, 2004).

Concelho	Hóspedes (valores arredondados)	Dormidas (valores arredondados)	Estadia média dia	População
Coimbra	200	300	1,5	150
Figueira da Foz	100	200	2,2	62
Viseu	100	150	1,5	93
Aveiro	70	130	1,9	73
Leiria	70	130	1,9	120
Covilhã	70	110	1,5	54

<sup>56</sup> ATP, Associação de Termas de Portugal.<sup>55</sup> DGGE - Direcção-Geral de Geologia e Energia.<sup>56</sup> - ATP, Associação de Termas de Portugal.